



RELATÓRIO

Diagnóstico da Juventude

Andrezza Rosalém Vieira
Giovanna Lima
Samuel Franco



Expediente

Escola Nacional de Administração Pública – Enap

Presidente

Diogo Costa

Diretora-Executiva

Rebeca Loureiro de Brito

Diretora de Altos Estudos

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Educação Executiva

Rodrigo Torres

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Paulo Marques

Diretora de Inovação

Bruna Santos

Diretora de Gestão Interna

Alana Regina Biagi Silva Lisboa

Coordenador Geral de Pesquisa

Cláudio Djissey Shikida

Projeto gráfico

Samyra Lima

Diagramação

Giovanna Lima

Kathellen Matos

Imagens

Storyset

Autoria

Andrezza Rosalém Vieira

Giovanna Lima

Samuel Franco

Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Ministra

Cristiane Rodrigues Britto

Secretária Nacional da Juventude

Luana De Lima Machado

Diretor do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Juventude

Luiz Felipe Custódio Francisção

Coordenadora-Geral de Cidadania

Luciana Alves de Lima

Assistente da Coordenação-Geral de Cidadania

Pedro Tomaz de Oliveira Neto

Esta publicação foi financiada pela Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos.

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma escola de governo vinculada ao Ministério da Economia (ME). Tem como principal atribuição a formação e o desenvolvimento permanente dos servidores públicos. Atua na oferta de cursos de mestrados profissionais, especialização lato sensu, cursos de aperfeiçoamento para carreiras do setor público, educação executiva e educação continuada. A instituição também estimula a produção e disseminação de conhecimentos sobre administração pública, gestão governamental e políticas públicas, além de promover o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Para tanto, desenvolve pesquisa aplicada e ações de inovação voltadas à melhoria do serviço público. O público preferencial da Escola são servidores públicos federais, estaduais e municipais. Sediada em Brasília (DF), a Enap é uma escola de governo de abrangência nacional e suas ações incidem sobre o conjunto de todos os servidores públicos, em cada uma das esferas de governo.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

V658r Vieira, Andrezza Rosalém
Relatório: diagnóstico da juventude / Andrezza Rosalém Vieira,
Giovanna Lima, Samuel Franco. -- Brasília: Enap; Assessoria para
Avaliação de Políticas Públicas, 2022.
461 p. : il.

Esta publicação foi financiada pela Secretaria Nacional da
Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
Humanos.

Inclui bibliografia

1. Juventude. 2. Cidadania. 3. Participação Social. 4. Direitos
Fundamentais. I. Título. II. Lima, Giovanna. III. Franco, Samuel.

CDD 305.23

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230



Enap, 2022

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional.

As informações e opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Diretoria de Altos Estudos
Coordenação-Geral de Pesquisa
SAIS – Área 2-A – 70610-900 — Brasília-DF, Brasil

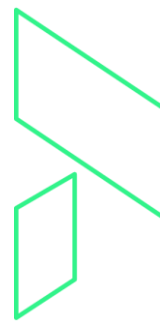
LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Total de vínculos ativos na Administração Pública, por grupo de idade – Brasil (2012-2020).....	54
Tabela 1.2 – Total de estatutários com vínculos ativos, por faixa etária – Brasil (2012-2020).....	55
Tabela 1.3 – Taxa de realização de trabalho voluntário (%) – Brasil e Unidades da Federação (2016 e 2019).....	60
Tabela 2.1 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012-2020).....	73
Tabela 2.2 – Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020).....	77
Tabela 2.3 – Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020).....	78
Tabela 2.4 – Taxa de abandono no ensino médio (%) – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020).....	80
Tabela 2.5 – Taxa de Evasão no ensino médio (%) – Brasil e Grandes Regiões (2012-2019).....	81
Tabela 2.6 – Pessoas de 18 a 24 anos: atraso escolar e jovens fora da escola (%) – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	81
Tabela 2.7 – Percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2007-2019).....	84
Tabela 2.8 – Taxa de migração para o EJA (ensino médio) (%) – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020).....	86
Tabela 2.9 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Faixa Etária – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012 e 2020).....	88
Tabela 2.10 – Número de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, matriculados em classes comuns e classes especiais – Brasil (2010 e 2020).....	91
Tabela 2.11 – Percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2010-2020).....	93
Tabela 2.12 – Percentual de escolas com acessibilidade arquitetônica, por tipo e área de escola, e infraestrutura – Brasil (2019 e 2021).....	95
Tabela 2.13 – Número de matrículas do ensino médio regular na área rural – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012 e 2020).....	99

Tabela 2.14 – Síntese de Indicadores Educacionais em áreas urbanas e rurais – Brasil (2020)	100
Tabela 2.15 – Percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb, áreas urbana e rural – Brasil (2019).....	101
Tabela 2.16 – Total de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Tipo de Programas de Reserva de Vagas – Brasil e Grandes Regiões (2018 e 2019).....	117
Tabela 2.17 – Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas na Educação Básica de Nível Médio - Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2020)	125
Tabela 3.1 – Taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos (%) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012-2020).....	139
Tabela 3.2 – Nível de ocupação e taxa de desocupação (%) – Brasil (4º trimestre - 2020 e 2021).....	141
Tabela 3.3 – Distribuição percentual de jovens ocupados, por posição na ocupação – Brasil (2013-2019).....	142
Tabela 3.4 – Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 18 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por Brasil, Grande Regiões e Unidades Federativas (Reais) (2012-2020).....	148
Tabela 3.5 – Taxas específicas em estimativas de empreendedorismo, segundo a faixa etária (%) – Brasil (2019).....	162
Tabela 3.6 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial (TEA), segundo a faixa etária (%) – Economias selecionadas (2019)	162
Tabela 3.7 – Taxas específicas de empreendedorismo estabelecido (TEE), segundo a faixa etária (%) – Economias selecionadas (2019).....	163
Tabela 3.8 – Distribuição percentual das atividades dos empreendedores, por faixa etária – Brasil (2019).....	164
Tabela 3.9 – Percentual dos empreendedores iniciais (TEA), segundo faixa etária e motivações – Brasil (2019).....	165
Tabela 3.10 – Número de pessoas de 15 a 24 anos vinculadas na categoria de aprendiz, por grupo de idade – Brasil (2012-2020).....	167
Tabela 3.11 – Distribuição percentual dos jovens ocupados no setor formal por faixa etária e tipo de vínculo – Brasil (2012-2017).....	168
Tabela 3.12 – Número e percentual de estagiários por etapa educacional – Brasil e Grandes Regiões (2020)	171
Tabela 4.1 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 29 anos, por cor ou raça e grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2016-2019).....	184

Tabela 4.2 – Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade, por cor ou raça e situação de ocupação e condição de estudo – Brasil (2016-2019).....	198
Tabela 4.3 – Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, por sexo e principal motivo de atualmente não frequentar – Brasil (2019).....	202
Tabela 5.1 – Percentual de pessoas que consultaram dentista nos últimos 12 meses, por grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2019)	240
Tabela 5.2 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade fumantes atuais de cigarro, segundo grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2013 e 2019)	249
Tabela 5.3 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com consumo abusivo de álcool nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2013 e 2019).....	255
Tabela 5.4 – Número de óbitos por causas evitáveis segundo grupo de idade – Brasil (2012 e 2020).....	281
Tabela 5.5 – Número de óbitos por grupos de causas externas segundo faixa etária – Brasil (2012 e 2020).....	284
Tabela 6.1 – Percentual de municípios com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor – Brasil (2006, 2014 e 2018).....	293
Tabela 6.2 – Percentual dos municípios com plano, conselho, conferência e fundo de cultura, segundo a caracterização do órgão gestor – Brasil (2014 e 2018).....	294
Tabela 6.3 – Percentual de municípios com equipamentos culturais, segundo tipo – Brasil (1999-2018).....	305
Tabela 6.4 – Percentual de jovens que realizam atividades aos finais de semana, por tipo, segundo porte de municípios (2012).....	309
Tabela 6.5 – Números totais e percentual de adesão do ID Jovem – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2022)	317
Tabela 6.6 – Percentual de pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, segundo características sociodemográficas selecionadas – Brasil (2020).....	320
Tabela 7.1 – Percentual de municípios com meios de comunicação, segundo tipo – Brasil (1999-2018).....	328
Tabela 8.1 – Municípios, total e percentual com instalações esportivas municipais, por quantidade de instalações, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2016)	358
Tabela 11.1 – Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade com variação percentual, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2017 a 2021¹).....	438

Tabela 11.2 – Número e total de adolescentes e jovens em meio aberto e meio fechado, por tipo de medida – Brasil (2017).....445



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população residente, por sexo e grupo de idade – Brasil (2012 e 2021).....	30
Gráfico 2 – Evolução da população jovem em números absolutos, por grupos de idade (mil pessoas) – Brasil (2012-2021).....	31
Gráfico 3 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos, por cor/raça – Brasil (2021).....	32
Gráfico 4 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos, por cor/raça – Brasil (2012-2021).....	33
Gráfico 5 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos – Brasil e Grandes Regiões (2021).....	34
Gráfico 6 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos – Brasil e Unidades Federativas (2021).....	35
Gráfico 7 – Percentual da população jovem por situação de domicílio – Brasil (2015).....	36
Gráfico 8 – População residente, por situação de domicílio, sexo e grupos de idade selecionados (mil pessoas) – Brasil (2015).....	37
Gráfico 1.1 – Total de eleitores, por grupo de idade – Brasil (2012-2022).....	42
Gráfico 1.2 – Total de jovens eleitores de 16 a 17 anos de idade – Brasil (2012-2022) ..	43
Gráfico 1.3 – Percentual de comparecimento e de abstenção nas eleições – Brasil (2014-2020).....	45
Gráfico 1.4 – Percentual de abstenção, por grupo de idade – Brasil (2020).....	46
Gráfico 1.5 – Percentual de abstenção dos jovens nas eleições, por grupo de idade – Brasil (2014-2020).....	47
Gráfico 1.6 – Total de jovens eleitores de 16 a 24 anos filiados a partidos políticos – Brasil (2012-2022).....	48
Gráfico 1.7 – Percentual de jovens candidatos nas eleições estaduais e federais – Brasil (2010, 2014 e 2018).....	49
Gráfico 1.8 – Percentual de jovens eleitos nas eleições estaduais e federais – Brasil (2010, 2014 e 2018).....	50
Gráfico 1.9 – Percentual de jovens candidatos nas eleições municipais – Brasil (2012, 2016 e 2020).....	51
Gráfico 1.10 – Percentual de jovens eleitos nas eleições municipais – Brasil (2012, 2016 e 2020).....	52
Gráfico 2.1 – Taxa de analfabetismo da população de 15 a 34 anos, por grupos de idade (%) – Brasil (2016-2019).....	69
Gráfico 2.2 – Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – Brasil (2012-2020).....	70
Gráfico 2.3 – Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – Grande Regiões (2012 e 2020).....	71

Gráfico 2.4 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida – 15 a 17 anos no ensino médio (%) – Brasil (2016-2019)	74
Gráfico 2.5 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio (%) – Grandes Regiões (2016-2019)	75
Gráfico 2.6 – Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental e jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio – Brasil (2012-2020).....	76
Gráfico 2.7 – Taxa de Distorção Idade-Série (%) – Grandes Regiões (2012-2020).....	79
Gráfico 2.8 – Desempenho médio em Matemática, Ciências e Leitura no Pisa – Brasil e média dos países da OCDE (2009-2018)	85
Gráfico 2.9 – Percentual de alunos matriculados no ensino médio por tipo de deficiência – Brasil (2020).....	92
Gráfico 2.10 – Estudantes que utilizam Tradutor e Intérprete de Libras – Brasil (2016-2020).....	97
Gráfico 2.11 – Percentual de alunos que utilizam ou não transporte escolar – Brasil (2012-2020).....	106
Gráfico 2.12 – Percentual de alunos na área rural que utilizam ou não transporte escolar – Brasil (2012-2020).....	107
Gráfico 2.13 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida – 18 a 24 anos no ensino superior (%) – Brasil (2016-2019).....	109
Gráfico 2.14 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino superior (%) – Grandes Regiões (2016-2019).....	110
Gráfico 2.15 – Evolução do número de ingressantes de graduação, por categoria administrativa – Brasil (2011-2020).....	111
Gráfico 2.16 – Evolução do número de matrículas de graduação, por categoria administrativa – Brasil (2011-2020).....	113
Gráfico 2.17 – Evolução do número de concluintes de graduação, por categoria administrativa – Brasil (2011-2020).....	114
Gráfico 2.18 – Número de inscritos no Sisu – Brasil (2015-2021)	119
Gráfico 2.19 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação da categoria privada com financiamento, segundo o tipo – Brasil (2020).....	120
Gráfico 2.20 – Número de Matrículas da Educação Profissional Tecnológica em cursos de Qualificação Profissional, Técnico de Nível Médio e Graduação Tecnológica – Brasil (2019)	123
Gráfico 3.1 – Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)..	136
Gráfico 3.2 – Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)	137
Gráfico 3.3 – Transição de fora do emprego para ocupação, por posição na ocupação (%) – Brasil (2012-2018)	143

Gráfico 3.4 – Taxa de informalidade dos jovens de 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)	145
Gráfico 3.5 – Jovens fora da PEA e desocupados que não estudam ¹ – 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)	146
Gráfico 3.6 – Número de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil (2012-2020)	151
Gráfico 3.7 – Número de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil e Grandes Regiões (2012 e 2020)	152
Gráfico 3.8 – Percentual de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil e Grandes Regiões (2012 e 2020)	153
Gráfico 3.9 – Número de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Unidades Federativas (2020)	154
Gráfico 3.10 – Percentual de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil e Unidades Federativas (2020)	155
Gráfico 3.11 – Número de contratos e total de recursos (em R\$ 1.000) do Pronaf Jovem – Brasil (2016-2019)	157
Gráfico 3.12 – Distribuição de jovens ocupados – empreendedores formais e informais (%) – Brasil (2013-2019)	161
Gráfico 4.1 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio – Brasil (2020)	177
Gráfico 4.2 – Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Brasil (2020)	178
Gráfico 4.3 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida entre jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, por cor ou raça (%) – Brasil (2016-2019)	179
Gráfico 4.4 – Percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb – Brasil (2019)	180
Gráfico 4.5 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida entre jovens de 15 a 17 anos no ensino superior, por cor ou raça (%) – Brasil (2016-2019)	182
Gráfico 4.6 – Percentual de crianças e adolescentes vítimas de Mortes Violentas Intencionais (MVI), por raça/cor – Brasil (2020)	186
Gráfico 4.7 – Evolução dos números de homicídios dos jovens de 15 a 29 anos de idade – Brasil (2017-2021)	187
Gráfico 4.8 – Evolução da taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, por cor/raça (por cem mil habitantes) – Brasil (2016-2021)	188

Gráfico 4.9 – Números de homicídios dos jovens pretos e pardos de 15 a 29 anos de idade – Unidades Federativas (2021)	189
Gráfico 4.10 – Percentual de jovens pretos e pardos eleitos nas eleições municipais em relação ao total de jovens eleitos – Brasil (2016 e 2020).....	192
Gráfico 4.11 – Percentual de jovens pretos e pardos eleitos nas eleições estaduais e federais (em relação ao total de jovens eleitos) – Brasil (2014 e 2018).....	193
Gráfico 4.12 – Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 14 a 29 anos de idade, na semana de referência, segundo cor ou raça (%) – Brasil (2012-2019).....	195
Gráfico 4.13 – Taxa de desocupação de jovens entre 14 e 29 anos de idade, por cor/raça (%) – Brasil (2012-2020)	196
Gráfico 4.14 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, por sexo (%) – Brasil (2016-2019).....	200
Gráfico 4.15 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, por sexo (%) – Brasil (2016-2019)	201
Gráfico 4.16 – Vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por faixa etária (%) – Brasil (2021).....	205
Gráfico 4.17 – Percentual de vítimas de estupro e estupro de vulnerável, por faixa etária – Brasil (2021).....	206
Gráfico 4.18 – Percentual de jovens mulheres eleitas nas eleições estaduais e federais em relação ao total de jovens eleitos – Brasil (2012, 2014 e 2018)	209
Gráfico 4.19 – Percentual de jovens mulheres eleitas nas eleições municipais em relação ao total de jovens eleitos – Brasil (2012, 2016 e 2020)	210
Gráfico 4.20 – Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade, na semana de referência, segundo sexo (%) – Brasil (2012-2019).....	212
Gráfico 4.21 – Taxa de desocupação de pessoas de 14 a 29 anos de idade, segundo sexo (%) – Brasil (2012-2019)	213
Gráfico 4.22 - Rendimento habitual de todos os trabalhos das pessoas de 14 a 29 anos de idade ocupadas, por sexo (Reais) – Brasil (2012-2019).....	214
Gráfico 4.23 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 a 29 anos de idade, na semana de referência, por sexo – Brasil (2016-2019).....	215
Gráfico 4.24 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 a 29 anos de idade ocupadas na semana de referência, por sexo – Brasil (2016-2019)	216
Gráfico 4.25 – Perfil de Pessoas Homossexuais e Bissexuais Vítimas de Violência, por Orientação Sexual, por Faixa Etária – Brasil (2019)	220
Gráfico 4.26 – Perfil de Pessoas Trans e Travestis de Violência, por Faixa Etária – Brasil (2019)	220

Gráfico 4.27 – Percentual de pessoas com deficiência de 15 a 29 anos de idade ocupadas – Brasil e Unidades Federativas (2019).....	225
Gráfico 5.1 – Percentual de pessoas entre 18 a 29 anos de idade que tinham algum plano de saúde (médico ou odontológico) – Brasil e Grande Regiões (2013 e 2019).....	237
Gráfico 5.2 – Percentual de pessoas que consultaram médico nos últimos 12 meses, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019).....	238
Gráfico 5.3 – Percentual de pessoas que consultaram dentista nos últimos 12 meses, por grupo de idade - Brasil (2013 e 2019).....	239
Gráfico 5.4 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de colesterol alto, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019).....	242
Gráfico 5.5 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de hipertensão arterial, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019).....	243
Gráfico 5.6 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de diabetes, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019).....	244
Gráfico 5.7 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de alguma doença do coração, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019).....	245
Gráfico 5.8 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos que alguma vez na vida experimentou cigarro eletrônico (e-cigarrete) – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	251
Gráfico 5.9 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos que alguma vez na vida experimentou narguilé, cigarro eletrônico ou derivados do tabaco – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	252
Gráfico 5.10 – Percentual de escolares com idade de 16 e 17 anos que consumiram bebidas alcoólicas pelo menos um dia nos 30 dias anteriores à pesquisa, por tipo de problema apresentado – Brasil (2015 e 2019).....	253
Gráfico 5.11 – Percentual de escolares com idade de 16 e 17 anos que experimentaram drogas ilícitas alguma vez na vida – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	256
Gráfico 5.12 – Percentual de escolares com idade de 16 e 17 anos que usaram drogas ilícitas nos 30 dias anteriores à pesquisa – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	257
Gráfico 5.13 – Percentual de jovens de 16 e 17 anos que se sentiram muito preocupados, se sentiram tristes ou se sentiram irritados, nervosos ou mal-humorados na maioria das vezes ou sempre, por sexo – Brasil (2019).....	259
Gráfico 5.14 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos que sentiram que ninguém se preocupava com eles(as) na maioria das vezes ou sempre, nos 30 dias anteriores à pesquisa, por sexo e dependência administrativa da escola – Brasil (2019).....	260
Gráfico 5.15 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos cuja autoavaliação em saúde mental foi negativa, nos 30 dias anteriores à pesquisa, por sexo e dependência administrativa da escola – Brasil (2019).....	261

Gráfico 5.16 – Percentual de pessoas de 18 a 29 anos de idade que referem diagnóstico de depressão por profissional de saúde mental – Brasil e Grandes Regiões (2013 e 2019)	263
Gráfico 5.17 – Percentual de escolares de 16 a 17 anos que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola nos 30 dias anteriores à pesquisa, por motivo/causa da humilhação – Brasil (2019)	265
Gráfico 5.18 – Percentual de escolares de 16 a 17 anos, que se sentiram ameaçados, ofendidos ou humilhados nas redes sociais ou aplicativo de celular, nos 30 dias anteriores à pesquisa – Brasil (2019)	266
Gráfico 5.19 – Percentual de escolares de 16 a 17 anos que sentiram que a vida não vale a pena ser vivida na maioria das vezes ou sempre, nos 30 dias anteriores à pesquisa, por sexo e dependência administrativa da escola – Brasil (2019)	267
Gráfico 5.20 – Número de lesões autoprovocadas entre jovens de 15 a 29 anos – Brasil (2012-2020)	268
Gráfico 5.21 – Número de lesões autoprovocadas por grupo de idade – Brasil (2012 e 2020)	269
Gráfico 5.22 – Número de suicídios entre jovens de 15 a 29 anos – Brasil (2012-2019)	270
Gráfico 5.23 – Percentual de casos de HIV notificados no Sinan segundo faixa etária por ano de diagnóstico – Brasil (2012-2020)	273
Gráfico 5.24 – Taxa de fecundidade de mulheres entre 15 e 19 anos de idade (%) – Brasil (2011-2019)	275
Gráfico 5.25 – Taxa de fecundidade de mulheres entre 15 e 19 anos de idade (%) – Grandes Regiões (2019)	276
Gráfico 5.26 – Taxa de fecundidade adolescente (%) - Brasil e regiões selecionadas (2019)	277
Gráfico 5.27 – Número de nascidos vivos de mulheres entre 15 e 19 anos de idade – Brasil (2012-2020)	278
Gráfico 5.28 – Distribuição dos números de óbitos por grupos de causas evitáveis, segundo faixa etária – Brasil (2020)	282
Gráfico 5.29 – Taxa de óbitos por causas externas por grupo de idade (por mil habitantes) – Brasil (2020)	283
Gráfico 5.30 – Distribuição dos números de óbitos por faixa etária por grupos de causas externas – Brasil (2020)	285
Gráfico 6.1 – Unidades da Federação e quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado (2017)	295
Gráfico 6.2 – Percentual da despesa total com cultura, segundo as esferas de governo – Brasil (2009-2020)	296

Gráfico 6.3 – Distribuição percentual da despesa total com cultura dos governos estaduais, segundo Grandes Regiões (2009 e 2020)	297
Gráfico 6.4 – Distribuição percentual da despesa total com cultura dos governos municipais, segundo Grandes Regiões (2009 e 2020).....	298
Gráfico 6.5 – Distribuição percentual da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa de consumo – Brasil (2017-2018).....	300
Gráfico 6.6 – Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com cultura, por grupos de despesa selecionados (R\$) – Brasil (2017-2018)	301
Gráfico 6.7 – Despesa monetária e não monetária <i>per capita</i> mensal com eventos culturais, esportivos e recreação, por grupo de idade (R\$) – Brasil (2017- 2018)	302
Gráfico 6.8 – Percentual de municípios com promoção, fomento ou apoio a iniciativa cultural específica para o campo da diversidade cultural, por segmento – Brasil (2014)	303
Gráfico 6.9 – Percentual de municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, por tipo – Brasil (2014 e 2018).....	306
Gráfico 6.10 – Percentual de municípios, segundo os equipamentos para os quais foi desenvolvido, pela gestão municipal, programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização – Brasil (2014-2018)	308
Gráfico 6.11 – Atividades culturais antes da pandemia, online e presencial, por faixa etária – Brasil (2021).....	312
Gráfico 6.12 – Percentual de pessoas de 16 a 24 anos de idade que realizaram atividades online e presencial, antes e durante a pandemia, por tipo de atividade – Brasil (2021)	313
Gráfico 6.13 – Percentual de pessoas de 16 a 24 anos de idade que realizaram atividades online e presencial, durante a pandemia, por tipo de atividade selecionadas e intenção de manter o hábito – Brasil (2021).....	314
Gráfico 6.14 – Número total de ID Jovem ativas – Brasil (2020-2022).....	315
Gráfico 6.15 – Número total de ID Jovem ativas – Grandes Regiões (2020-2022).....	316
Gráfico 6.16 – Percentual de adesão do ID Jovem – Brasil e Unidades Federativas (2020-2022).....	318
Gráfico 6.17 – Percentual de pessoas de 14 a 29 anos de idade, ocupadas na semana de referência, no setor cultural, por trabalho principal e secundário – Brasil (2014-2020)	321
Gráfico 7.1 – Percentual de municípios, total e com existência de meios de comunicação no município, selecionados por tipo – Brasil (2014 e 2018).....	329
Gráfico 7.2 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade, total e por posse de telefone móvel celular para uso pessoal – Brasil (2016-2019)	331

Gráfico 7.3 – Distribuição percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por grupo de idade e motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal – Brasil (2019).....	332
Gráfico 7.4 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por posse de telefone de celular, segundo dependência administrativa da escola – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	333
Gráfico 7.5 – Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 15 a 29 anos de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses – Brasil (2016-2019).....	334
Gráfico 7.6 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, por equipamento – Brasil (2016-2019)	335
Gráfico 7.7 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, por finalidade de acesso – Brasil (2016-2019).....	336
Gráfico 7.8 – Distribuição percentual de pessoas de 14 a 29 anos de idade que não utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, por grupo de idade e motivo de não terem utilizado a internet – Brasil (2019)	337
Gráfico 7.9 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por serviço de internet no domicílio, segundo dependência administrativa da escola – Brasil e Grandes Regiões (2019)	338
Gráfico 7.10 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por posse de computador ou <i>notebook</i> no domicílio, segundo dependência administrativa da escola – Brasil e Grandes Regiões (2019).....	339
Gráfico 8.1 – Percentual de municípios com órgão gestor para a política de esporte, por caracterização do órgão gestor – Brasil (2016).....	346
Gráfico 8.2 – Percentual de municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte – Brasil e Grandes Regiões (2016).....	347
Gráfico 8.3 – Percentual de municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte, por objeto regulamentado – Brasil (2016).....	348
Gráfico 8.4 – Percentual de municípios com Sistema Municipal do Esporte e organismos que integram o sistema – Brasil (2016).....	349
Gráfico 8.5 – Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte de lazer, executados pela prefeitura nos últimos 24 meses – Brasil (2016).....	351
Gráfico 8.6 – Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, executados pela prefeitura nos últimos 24 meses – Brasil (2016)	352

Gráfico 8.7 – Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte de rendimento, executados pela prefeitura nos últimos 24 meses – Brasil (2016)	353
Gráfico 8.8 – Percentual de municípios com evento esportivo realizado nos últimos 24 meses, executado pela prefeitura ou com participação desta, por abrangência do evento – Brasil (2016).....	354
Gráfico 8.9 – Percentual de municípios com evento esportivo realizado nos últimos 24 meses, executado pela prefeitura ou com participação desta, por manifestação do esporte – Brasil (2016)	355
Gráfico 8.10 – Percentual de municípios com instalações esportivas municipais– Brasil e Grandes Regiões (2016)	356
Gráfico 8.11 – Percentual de municípios com instalações esportivas municipais, por tipo de instalação selecionada – Brasil (2016)	357
Gráfico 8.12 – Percentual de municípios por características de gestão do esporte – Brasil (2016)	359
Gráfico 8.13 – Percentual de pessoas que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade – Brasil (2015).....	361
Gráfico 8.14 – Percentual de pessoas que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade – Brasil (2015).....	362
Gráfico 8.15 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, segundo o principal esporte praticado – Brasil (2015)	363
Gráfico 8.16 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, por grupos de idade e principal esporte praticado (selecionados) – Brasil (2015).....	364
Gráfico 8.17 – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que não praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, mas praticaram anteriormente, por grupos de idade que pararam de praticar esportes – Brasil (2015).....	365
Gráfico 8.18 – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que não praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, mas praticaram anteriormente, por grupos de idade selecionados que pararam de praticar esportes, segundo o motivo de pararem de praticar esporte – Brasil (2015).....	366
Gráfico 8.19 – Percentual de pessoas que praticaram alguma atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade – Brasil (2015)	367

Gráfico 8.20 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram alguma atividade física, no período de referência de 365 dias, por grupos de idade, segundo a principal atividade física praticada – Brasil (2015)	368
Gráfico 8.21 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade por situação de atividade – Brasil (2019)	370
Gráfico 8.22 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos que costumam assistir televisão por mais de duas horas diariamente ou que costumam fazer atividades sentados por mais de três horas diárias, por dependência administrativa da escola – Brasil (2019) ..	372
Gráfico 8.23 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos por tempo acumulado de atividade física nos sete dias anteriores à pesquisa – Brasil (2019)	373
Gráfico 8.24 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por frequência de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa – Brasil (2019).....	375
Gráfico 8.25 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram a oferta de práticas de atividade física por modalidade de prática e dependência administrativa da escola – Brasil (2019)	376
Gráfico 8.26 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram a oferta de atividades esportivas para os alunos fora do horário regular de aula, por dependência administrativa da escola – Brasil (2019).....	377
Gráfico 8.27 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram possuir instalações e materiais em condições de uso, por tipo e dependência administrativa – Brasil (2019)	378
Gráfico 9.1 – Percentual de municípios com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados; com cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco; com loteamentos irregulares e/ou clandestinos; com ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia – Brasil e as Grandes Regiões (2020)	385
Gráfico 9.2 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por forma de abastecimento de água, presença de estrutura para armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral de abastecimento de água e existência de canalização interna, por grupo de idade selecionado – Brasil (2018).....	386
Gráfico 9.3 – Proporção de pessoas residindo em domicílios sem acesso aos serviços de saneamento básico, por grupo de idade selecionado (%) – Brasil (2018).....	387
Gráfico 9.4 – Proporção de pessoas residindo em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia, por grupo de idade selecionado (%) – Brasil (2018)	388
Gráfico 9.5 – Percentual de pessoas residentes em domicílios com existência, conforme avaliação da família, de problemas no domicílio, por tipo de problema e grupo de idade – Brasil (2017-2018)	389

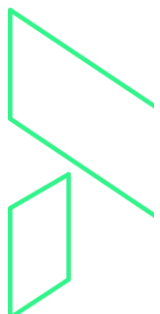
Gráfico 9.6 – Percentual de pessoas residentes em domicílios com existência, conforme avaliação da família, de problemas na localização do domicílio, por tipo de problema e grupo de idade – Brasil (2017-2018).....	390
Gráfico 9.7 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios, por número de moradores do domicílio, por grupo de idade selecionado – Brasil (2018)	391
Gráfico 9.8 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por número de moradores por cômodo utilizado como dormitório, segundo grupo de idade selecionado – Brasil (2018).....	392
Gráfico 9.9 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por número de moradores por banheiro de uso exclusivo, segundo grupo de idade selecionado – Brasil (2018)	393
Gráfico 9.10 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por número de cômodos no domicílio que não é utilizado nem como banheiro, nem como dormitório, segundo grupo de idade selecionado – Brasil (2018)	394
Gráfico 9.11 – Percentual de pessoas cuja família, por motivo de dificuldade financeira, atrasou o pagamento de alguma despesa de moradia ou serviço domiciliar no período de referência de 12 meses, por grupo de idade – Brasil (2017-2019).....	395
Gráfico 9.12 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade por avaliação do padrão de vida da sua família em relação às condições de moradia – Brasil (2017-2018)	396
Gráfico 9.13 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal com isenção formal da tarifa de ônibus por tipo de passageiro – Brasil (2020)	398
Gráfico 9.14 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal com isenção formal da tarifa de ônibus por tipo de passageiro – Brasil (2020)	399
Gráfico 9.15 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal por adaptação da frota de ônibus para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e por tipo de adaptação para o embarque e desembarque adotada – Brasil (2020).....	400
Gráfico 9.16 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal por adaptação da frota de ônibus para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida – Grandes Regiões (2020).....	401
Gráfico 9.17 – Percentual de municípios por tipo de serviço regular de transporte existente no município – Brasil (2020).....	402
Gráfico 9.18 – Percentual de municípios por tipo de serviço regular de transporte existente no município, segundo Grandes Regiões (2020) ¹	403
Gráfico 9.19 – Percentual de municípios com ciclovia e com bicicletário público – Brasil e Grandes Regiões (2020)	404

Gráfico 9.20 – Evolução da divisão modal – Brasil (2014-2018)	406
Gráfico 9.21 – Evolução da divisão modal por tipo de meio de transporte – Brasil (2014-2018).....	407
Gráfico 9.22 – Tempo médio de deslocamento para o(s) trabalho(s), por semana, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade (Horas) – Brasil (2019).....	409
Gráfico 9.23 – Tempo médio de deslocamento para o(s) trabalho(s), por semana, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade (Horas) – Grandes Regiões (2019)	410
Gráfico 10.1 – Percentual de municípios com estrutura organizacional na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor – Brasil (2020)	416
Gráfico 10.2 – Percentual de Municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente – Brasil e Grandes Regiões (2002 e 2020).....	418
Gráfico 10.3 – Percentual de Municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente – Brasil e Grandes Regiões (2002 e 2020).....	419
Gráfico 10.4 – Percentual de municípios com legislação ou instrumento de gestão ambiental, mesmo que esteja inserido na Lei Orgânica, Plano Diretor, Código Ambiental – Brasil (2020).....	420
Gráfico 10.5 – Percentual de municípios com programas implementados em parceria com o Governo Federal, - Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2020	421
Gráfico 10.6 – Percentual de municípios que pagam diretamente por Serviços Ambientais – PSA por serviço ambiental abrangido – Brasil (2020)	423
Gráfico 10.7 – Percepção dos jovens sobre o ritmo das políticas ambientais no país – Brasil (2018)	426
Gráfico 11.1 – Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade – Brasil (2017 a 2021 ¹).....	439
Gráfico 11.2 – Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade – Grandes Regiões (2017 a 2021 ¹).....	440
Gráfico 11.3– Taxa de homicídios por 100 mil de jovens de 15 a 29 anos de idade, por Brasil e Unidades da Federação (2021 ¹).....	441
Gráfico 11.4 – Variação da Taxa de Homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupo de 100 mil, segundo Brasil e Unidades da Federação (2017-2021 ¹)	442
Gráfico 11.5 – Número de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade – Brasil (2006-2017).....	446
Gráfico 11.6 – Número de adolescentes em medida socioeducativa de meio fechado, por tipo – Brasil (2018-2021).....	447
Gráfico 11.7 – Evolução do número total de vagas e de presos custodiados no Sistema Penitenciário – Brasil (2014-2021).....	451

Gráfico 11.8 – Evolução do número total de jovens de 18 a 24 anos de idade presos custodiados no Sistema Penitenciário – Brasil (2014-2021).....	452
Gráfico 11.9 – Evolução do número total de presos custodiados no Sistema Penitenciário, por grupo de idade – Brasil (2014-2021).....	453

LISTA DE SIGLAS

Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRES - Associação Brasileira de Estágios
AEE - Atendimento Educacional Especializado
ANTP - Associação Nacional de Transportes Público
ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CA - Centro Acadêmico
CAEE - Centro de Atendimento Educacional Especializado
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CONEB - Conselho Nacional de Entidades de Base
CONEG - Conselho Nacional de Entidades Gerais
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude
CONUNE – Conselho Nacional da UNE
DA - Diretório Acadêmico
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DCE - Diretório Central Estudantil
DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DCV - Doenças Cardiovasculares
EaD - Educação a Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ESG - *Environmental, Social and Governance*
ESTADIC - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIC - Formação Inicial e Continuada
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID Jovem - Identidade Jovem
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e mais
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEJ - Movimento de Empresa Juniores
MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
MVCI - Mortes Violentas por Causa Indeterminada

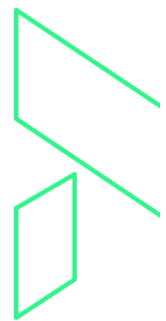


MVI - Mortes Violentas Intencionais
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONGs - Organizações Não-Governamentais
OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde
PEA - População Economicamente Ativa
PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PGIRS - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos
Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
ProUni - Programa Universidade para Todos
PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SIM/MS - Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
SIMOB - Sistema de Informação da Mobilidade Urbana
SIMOPE - Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais
Sinan - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISDEF - Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência
SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNJ - Secretaria Nacional da Juventude
SRM - Salas de Recursos Multifuncionais
SUS - Sistema Único de Saúde
TEA - taxa de jovens em empreendedorismo inicial
TEE - Taxa Específica de Empreendedorismo Estabelecido
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UFPeL - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE - União Nacional de Estudantes

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos



Sumário

APRESENTAÇÃO.....	27
INTRODUÇÃO.....	29
1. DIREITO À CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO JUVENIL.....	38
1.1. Representação Política.....	39
1.1.1. Jovens Eleitores.....	40
1.1.2. Filiação partidária dos jovens.....	47
1.1.3. Candidatos jovens nas eleições.....	48
1.2. Participação na Administração Pública.....	53
1.3. Participação Social.....	56
1.3.1. Conselhos de Juventude.....	56
1.3.2. Representação estudantil.....	57
1.3.3. Trabalho Voluntário.....	58
2. DIREITO À EDUCAÇÃO.....	66
2.1. Educação Básica.....	67
2.1.1. Educação de Jovens e Adultos.....	86
2.1.2. Educação Especial.....	89
2.1.3. Educação no Campo.....	98
2.1.4. População Indígena e Quilombola.....	101
2.1.5. Transporte Escolar.....	104
2.2. Educação Superior.....	108
2.2.1. Políticas Afirmativas.....	115
2.2.2. Sisu, Prouni e FIES.....	118
2.3. Educação Profissional e Tecnológica.....	121
3. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA.....	133
3.1. Acesso ao mercado de trabalho.....	134
3.1.1. Força de trabalho, ocupação e rendimentos.....	134
3.1.2. Jovem Trabalhador Rural.....	149
3.1.3. Jovem Produtor Rural.....	156
3.2. Profissionalização.....	159
3.2.1. Empreendedorismo.....	159
3.2.2. Programas de aprendizagem e estágios.....	166

4. DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE.....	175
4.1. Jovens pretos ou pardos	176
4.1.1. Educação	176
4.1.2. Violência	185
4.1.3. Representação Política.....	190
4.1.4. Trabalho.....	194
4.2. Jovens mulheres.....	199
4.2.1. Educação	199
4.2.2. Violência	203
4.2.3. Representação política	207
4.2.4. Trabalho.....	211
4.3. Jovens LGBTQIA+	217
4.3.1. Violência	218
4.4. Jovens com Deficiência	222
4.4.1. Trabalho.....	223
5. DIREITO À SAÚDE	235
5.1. Acesso, cuidado e prevenção.....	236
5.2. Doenças crônicas não transmissíveis	241
5.3. Fatores de risco	246
5.3.1. Atividades físicas, telas e sedentarismo	246
5.3.2. Drogas lícitas	247
5.3.3. Drogas ilícitas	256
5.4. Saúde mental.....	258
5.4.1. Comportamento, depressão e <i>bullying</i>	258
5.4.2. Lesões autoprovocadas e suicídios.....	266
5.5. Saúde Sexual e Reprodutiva	271
5.6. Mortalidade por causas evitáveis e externas.....	279
6. DIREITO À CULTURA.....	290
6.1. Gestão Cultural na Administração Pública	292
6.2. Infraestrutura e acesso à cultura	304
6.2.1. ID Jovem.....	314
6.3. Mercado de trabalho e setor cultural.....	319
7. DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	326
7.1. Infraestrutura municipal dos meios de comunicação.....	327
7.2. Acesso à televisão, ao telefone celular e à internet.....	330

8. DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER.....	344
8.1. Gestão do esporte na Administração Pública.....	345
8.2. Práticas esportivas e atividades físicas	360
8.3. Práticas esportivas e atividades físicas nas escolas.....	370
9. DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE	382
9.1. Território e Moradia	383
9.2. Mobilidade e Transporte.....	397
9.2.1. Transporte Individual e Coletivo.....	397
9.2.2. Deslocamento para o Trabalho.....	408
10. DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE	414
10.1. Gestão da Política Ambiental na Administração Pública	415
10.2. Juventude, Meio Ambiente e Sustentabilidade	424
11. DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA	433
11.1. Violência contra a juventude: homicídios.....	434
11.2. Restrição e privação de liberdade	443
11.2.1. Sistema socioeducativo	443
11.2.2. Sistema prisional	449

Apresentação

Este diagnóstico tem como objetivo apresentar a situação do jovem brasileiro a partir de dados e evidências. O documento foi elaborado com base no Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e guiado pelo capítulo que dispõe sobre os direitos dos jovens. Cada seção está fundamentada em artigos do Estatuto e aprofunda-se de acordo com a disponibilidade de informações respaldadas em documentos/órgãos oficiais ou de ampla referência bibliográfica.

Portanto, esse diagnóstico está organizado em onze seções: 1. Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; 2. Direito à Educação; 3. Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; 4. Direito à Diversidade e à Igualdade; 5. Direito à Saúde; 6. Direito à Cultura; 7. Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; 8. Direito ao Desporto e ao Lazer; 9. Direito ao Território e à Mobilidade; 10. Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; 11. Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

Em termos metodológicos, priorizam-se dados nacionais e, sempre que identificadas especificidades relevantes, a análise amplia-se aos âmbitos regionais e estaduais. Os indicadores selecionados compreendem o período entre 2012 e 2021, considerando a promulgação do Estatuto da Juventude em 2013. Pretende-se, na medida da disponibilidade dos dados e das estatísticas, apresentar a evolução das condições de garantia para a efetivação dos direitos da juventude.


Vale destacar que são consideradas jovens as pessoas com idade de 15 a 29 anos, como determinação legal do próprio Estatuto da Juventude; contudo, determinados indicadores consideram grupos de idade que restringem ou

ultrapassam esse limite. Além disso, a transversalidade perpassa grandes temas e os recortes de raça/cor, sexo e orientação sexual são tratados no capítulo dedicado à diversidade e à igualdade, de acordo com a viabilidade das estatísticas.

Assim, ficam claros alguns dos maiores desafios em relação aos dados referentes à juventude brasileira: por vezes, as estatísticas não oferecem recortes importantes para a faixa etária correspondente, alguns temas não contemplam esse grupo de idade exclusivamente e alguns dos recortes populacionais não possuem informações oficiais sistematizadas.


Ressalta-se que alguns dos indicadores selecionados possuem números mais recentes e podem trazer os primeiros efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse caso, a análise da trajetória dos dados é feita com cautela, levando em conta suas conhecidas consequências, mas considerando que a dimensão do seu impacto ainda não pode ser avaliada com segurança.

Dessa forma, com a disponibilização e a sistematização dos dados, espera-se ampliar o conhecimento a respeito do tema e apoiar o desenvolvimento de pesquisas, a produção de evidências e a formulação de políticas públicas eficientes direcionadas ao público jovem.



PRINCIPAIS FONTES DE DADOS

- DATASUS** | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
- MUNIC** | Pesquisa de Informações Básicas Municipais
- PNAD Contínua** | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- PeNSE** | Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
- PNS** | Pesquisa Nacional de Saúde
- RAIS** | Relação Anual de Informações Sociais
- SISDEPEN** | Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional



PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

- Agenda Juventude Brasil
- Anuário Brasileiro da Educação Básica
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública
- Atlas da Juventude
- Atlas da Violência
- Censo da Educação Superior
- Censo Escolar da Educação Básica
- Direitos da Juventude: Subsídios para o debate
- Estatuto da Juventude
- Estação juventude: conceitos fundamentais
- Juventudes e Democracia na América Latina

Introdução

O Estatuto da Juventude é um marco institucional na consolidação e na defesa dos direitos dos jovens no Brasil. Esse instrumento consiste, de modo geral, em um aparato jurídico-político que dispõe sobre os direitos da juventude e estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas para os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos — entendidos como atores sociais estratégicos capazes de contribuir para o desenvolvimento do país. Embora o Estatuto tenha sido sancionado em 2013, com a Lei nº 12.852, a agenda relacionada à Juventude no Brasil vem sendo amplamente discutida nas últimas décadas, em consonância com debates internacionais, resultando na criação de instituições como a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), todos no ano de 2005 (BRASIL, 2005; UNFPA, 2010; BRASIL, 2013).

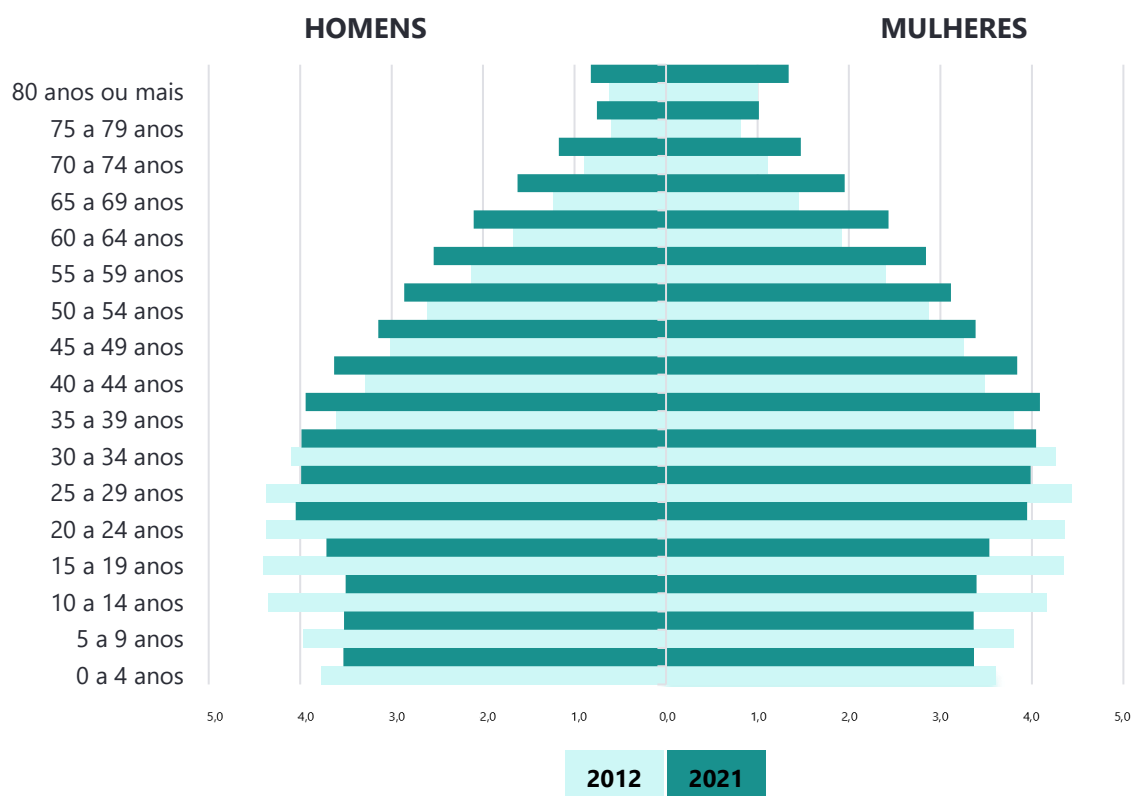
Segundo a *Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares Contínua* (PNAD Contínua), em 2021, a população jovem no Brasil totalizava **49,2 milhões de pessoas**. Levando em conta a diversidade da população, são apresentados os dados demográficos da juventude no país, priorizando os recortes por sexo, cor/raça e distribuição geográfica. De 2012 a 2021, há uma diminuição progressiva na proporção da população jovem no país e aumento da população com 60 anos ou mais, como é evidenciado no



Ilustração: Storyset

Gráfico 1. Ao observar a pirâmide etária, é nítido o recuo da participação dos jovens na população brasileira, em especial daqueles na faixa etária de 15 a 19 anos, para ambos os sexos. Todavia, apesar da queda, o Brasil ainda conta com uma parcela considerável de jovens: 23,2% do total da população. **Entre homens e mulheres, a juventude se distribui de forma equilibrada: respectivamente 24,9 e 24,3 milhões** (IBGE, 2021).

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população residente, por sexo e grupo de idade – Brasil (2012 e 2021)

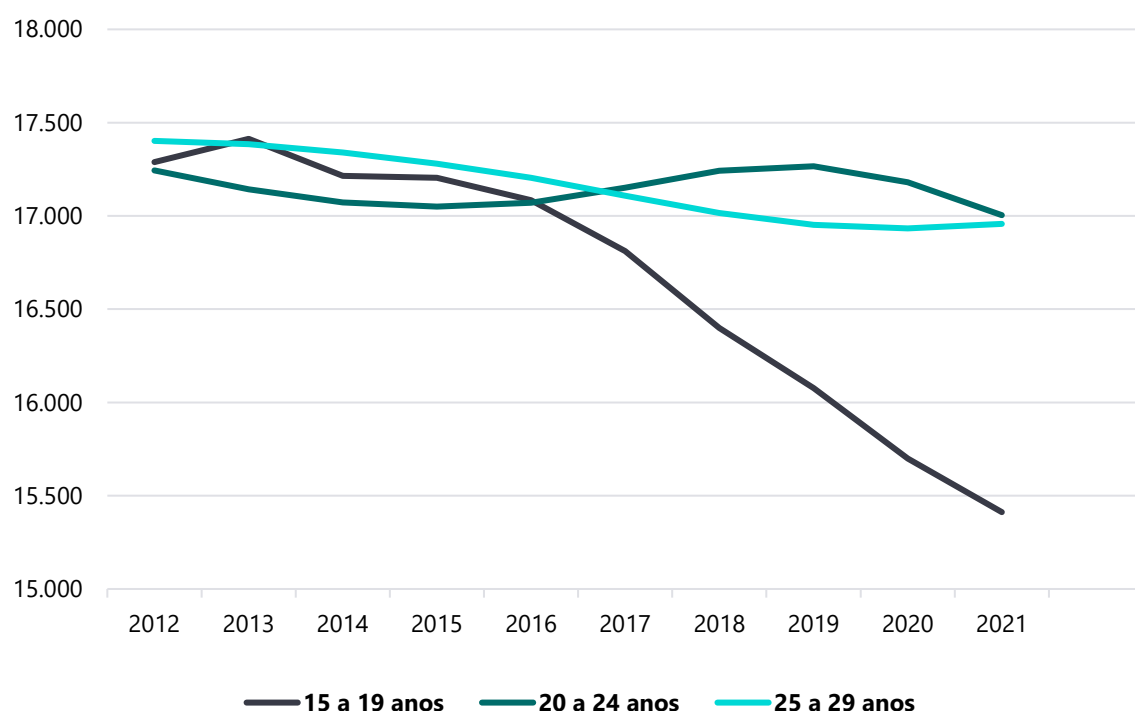


Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Essa diminuição populacional fica ainda mais evidente ao analisar especificamente a evolução dos grupos de idade no período completo de 2012 a 2021. O Gráfico 2 revela que, na faixa etária de 15 a 19 anos, em que se verifica a queda populacional mais significativa, o número de jovens passa de 17,2 milhões

em 2012 para 15,4 milhões em 2021, um decréscimo de 11,7%. Na faixa seguinte, de 20 a 24 anos, observam-se pequenas oscilações desde 2012, passando de 17,2 milhões para 17,0 milhões, registrando uma variação de -1,2%. Por fim, como na primeira faixa etária analisada, os jovens de 25 a 29 anos de idade apresentaram queda constante no período, passando de 17,4 para 16,9 milhões em 2021.

Gráfico 2 – Evolução da população jovem em números absolutos, por grupos de idade (mil pessoas) – Brasil (2012-2021)

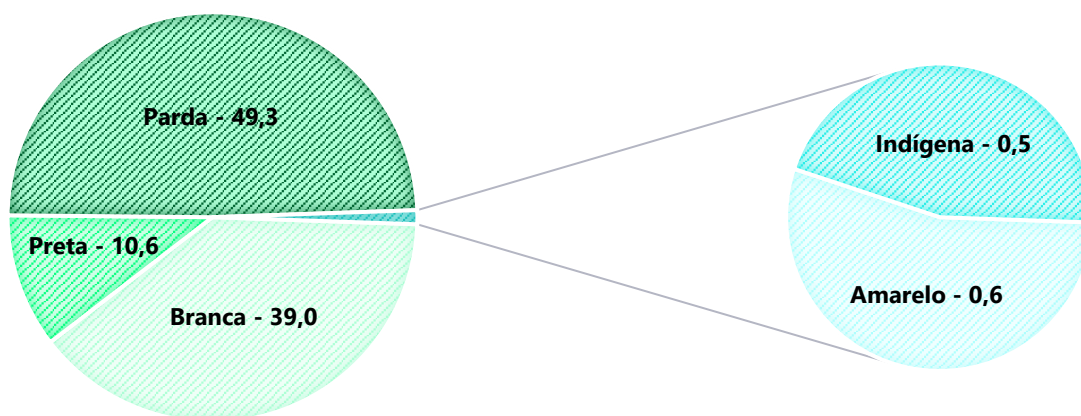


Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

De acordo com dados da PNAD Contínua de 2021, **a maior parte da população jovem no Brasil é composta por negros (pretos ou pardos): 29,4 milhões de pessoas, equivalente a 59,9%**. De forma mais específica, do total de 49,3 milhões de jovens, são **24,2 milhões de pessoas pardas**, correspondendo a 49,3% da população jovem; **19,2 milhões de pessoas brancas**, representando 39,0%; **5,2 milhões de pessoas pretas**, 10,6% do total; e **528 mil pessoas**

amarelas ou indígenas, o que corresponde a 1,1% da população jovem (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos, por cor/raça – Brasil (2021)

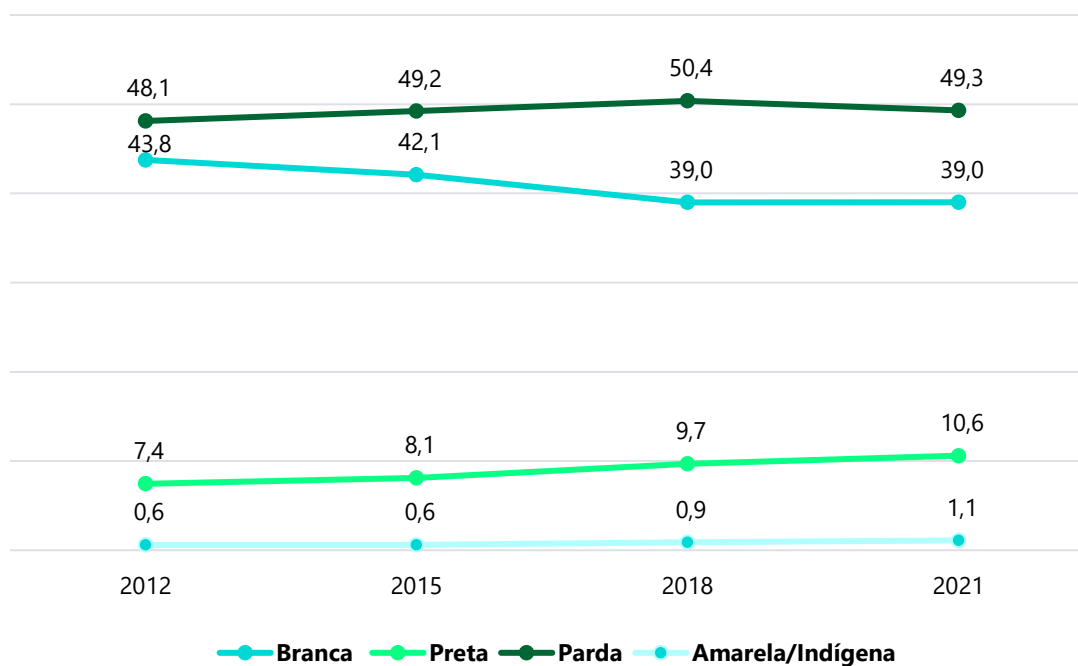


Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.



A evolução dos grupos por cor/raça revela mudanças na composição da população jovem brasileira no período de 2012 e 2021. Houve uma redução das pessoas que se autodeclararam brancas, enquanto aumentou o percentual de jovens que se consideraram pardos ou pretos. Em 2012, como mostra o Gráfico 0.4, os pardos e pretos correspondiam, respectivamente, a 48,1% e 7,4% da população jovem; em 2021, ambos representavam, na sequência, 49,3% e 10,6%. Por sua vez, os jovens brancos registraram queda significativa: de 43,8% em 2012 para 39,0% em 2021. Amarelos e indígenas apresentaram crescimento, passando de 0,6% para 1,1% no mesmo período.

Gráfico 4 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos, por cor/raça – Brasil (2012-2021)

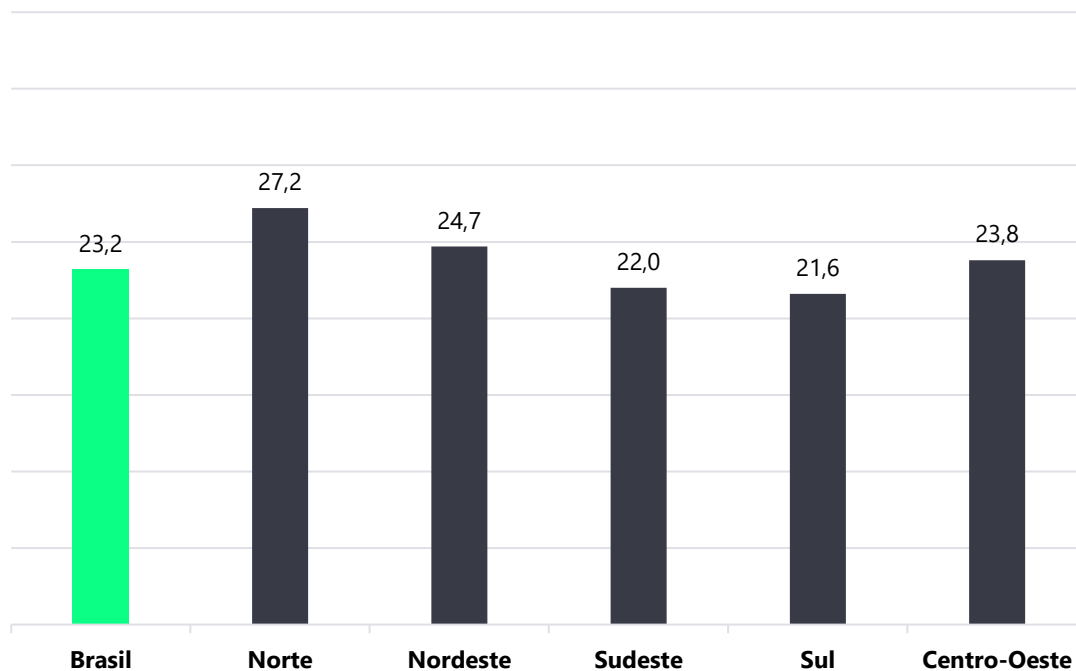


Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Considerando a distribuição geográfica, em 2021, a região Norte apresentou o maior percentual de jovens em relação ao total da população, com 27,2%, seguida pelas regiões Nordeste, com 24,7%, e Centro-Oeste, com 23,8%.

As regiões com percentuais de jovens inferiores à média nacional são a Sudeste e a Sul com, respectivamente, 22,0% e 21,6% do total de suas populações.

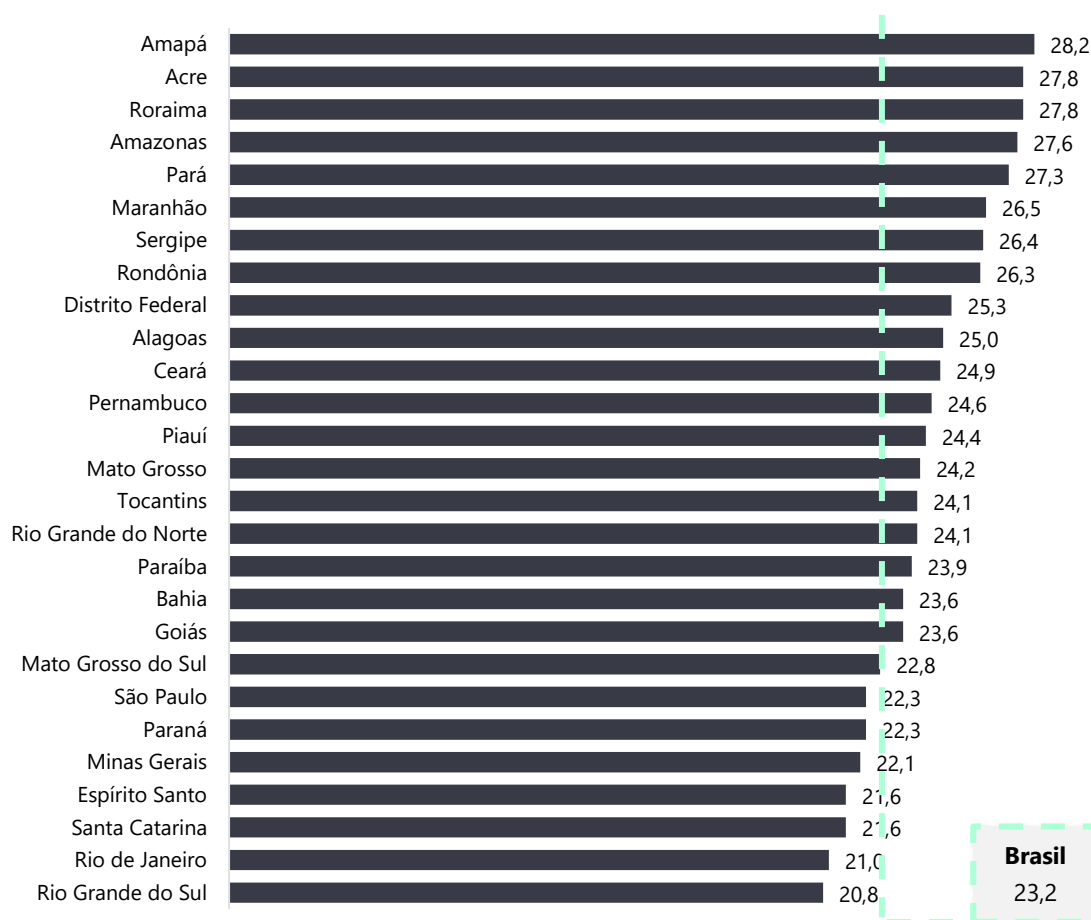
Gráfico 5 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos – Brasil e Grandes Regiões (2021)



Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Entre as Unidades Federativas, o Amapá se destaca como aquela com maior percentual de jovens em sua população, com 28,2%. Em seguida, aparecem os estados do Acre e Roraima, ambos com 27,8% da população formada por jovens. Entre as dez primeiras posições do ranque de estados mais jovens, nove são ocupadas por Unidades Federativas das regiões Norte e Nordeste, ficando o Distrito Federal com a nona posição. Os estados com menores percentuais de jovens em sua população integram as regiões Sul e Sudeste: Rio Grande do Sul (20,8%), Rio de Janeiro com (21,0%), Espírito Santo e Santa Catarina (ambos com 21,6%).

Gráfico 6 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos – Brasil e Unidades Federativas (2021)



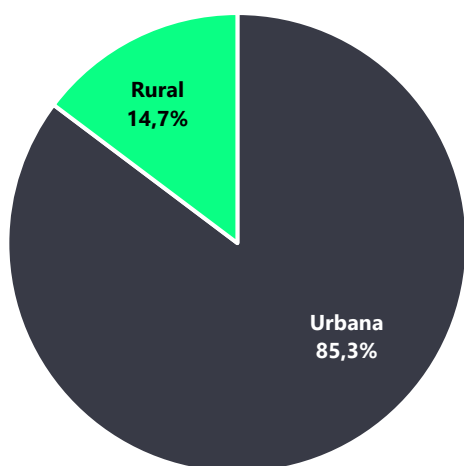
Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

O *Censo Demográfico* de 2010 contabilizou 7,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos residindo nas áreas rurais do país (IBGE, 2012). Em 2015, esse número declinou para 7,1 milhões, segundo a PNAD (IBGE, 2015). Observa-se que a maior parte da juventude brasileira está concentrada nas áreas urbanas, principalmente nas capitais e nas periferias metropolitanas, de acordo com dados levantados pelo Atlas da Juventude (FGV SOCIAL *et al.*, 2021).¹

¹ Em relação a algumas parcelas da população jovem residente no país, os dados podem ser deficitários, mas existem esforços institucionais no sentido de mitigar essas lacunas. No caso da população rural, as últimas atualizações são do Censo Demográfico de 2010 e da PNAD publicada em 2015.

Em 2015, eram 41,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade residindo em áreas urbanas, o que equivalia a 85,3% dessa população. Em números absolutos, a distribuição por sexo na área urbana era equilibrada, sendo 20,6 milhões dos jovens homens (50,0%) e 20,6 milhões mulheres (50,0%); enquanto na **área rural**, do total de **7,1 milhões de jovens** (14,7% dos jovens), 3,7 milhões eram homens (53,0%) e 3,3 milhões eram mulheres (47,0%).

Gráfico 7 – Percentual da população jovem por situação de domicílio – Brasil (2015)

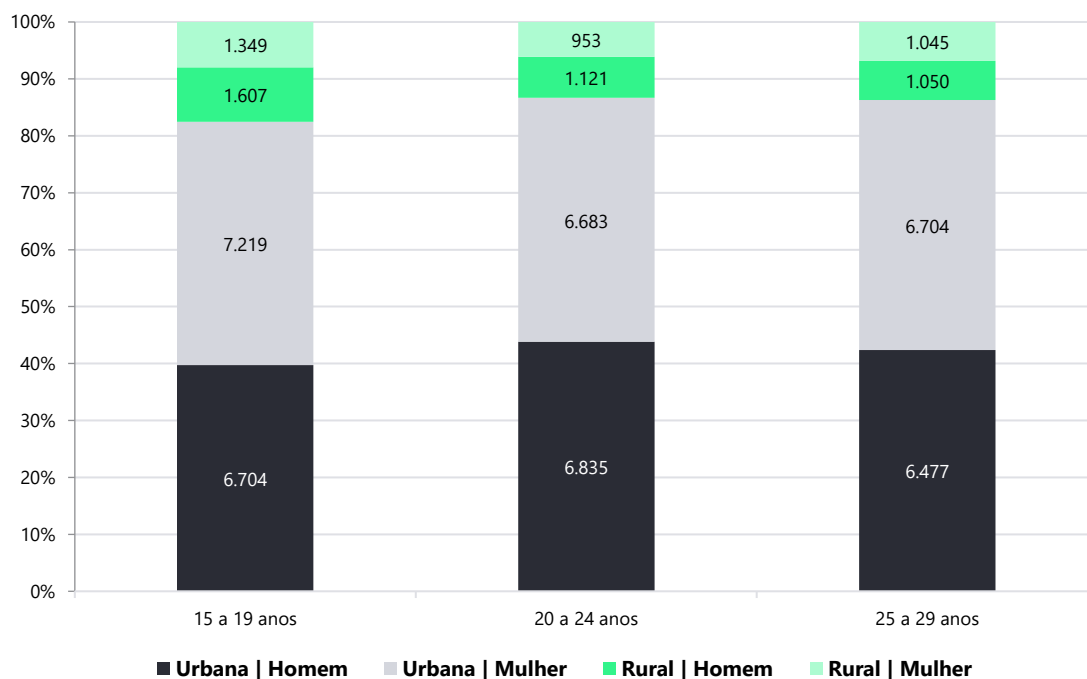


Fonte: IBGE (2016). Elaboração própria



Dentre jovens residentes em domicílios rurais em 2015, 2,9 milhões tinham de 15 a 19 anos (41,5%), 2,0 milhões de 20 a 24 anos (29,1%) e, aproximadamente, 2,1 milhões pertenciam à faixa etária de 25 a 29 anos (29,4%). Na distribuição por sexo, as proporções entre as faixas etárias são relativamente estáveis: nas áreas rurais, os jovens de 15 a 19 eram 1,6 milhão de homens (54,4%) e 1,3 milhão de mulheres (45,6%); de 20 a 24 anos, 1,1 milhão de homens (54,0%) e 950 mil mulheres (46,0%); e de 25 a 29 anos eram 1,0 milhão de homens (50,1%) e aproximadamente o mesmo número de mulheres (49,9%).

Gráfico 8 – População residente, por situação de domicílio, sexo e grupos de idade selecionados (mil pessoas) – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2016). Elaboração própria.

A partir desse retrato demográfico da população jovem do país, as seções a seguir reúnem dados e evidências com o intuito de auxiliar na compreensão do perfil da juventude brasileira — a sua dimensão, as suas urgências e as condições de garantia dos seus direitos. À vista disso, vale ressaltar que esse diagnóstico não tem a pretensão de oferecer um panorama conclusivo acerca das temáticas abordadas, mas sim fornecer insumos e apontamentos visando contribuir com a continuidade das pesquisas, das agendas e da formulação de políticas públicas cada vez mais abrangentes e eficazes.

1. Direito à Cidadania, participação social, política e representação juvenil

O engajamento dos jovens em temas políticos e sociais é fundamental para seu protagonismo na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude no país. Além disso, esse é um direito reconhecido na primeira seção do Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e um princípio que perpassa diferentes temas apresentados neste documento.



Ilustração: Storyset

Segundo essa legislação, a participação é entendida como: i) a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; ii) o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; iii) a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e iv) a efetiva inclusão dos jovens no processo decisório (BRASIL, 2013).

Assim, nesta seção são apresentados dados e estatísticas referentes à representação e participação dos jovens no processo político-eleitoral, na gestão pública, nos conselhos de juventude, nas instâncias de representação estudantil

e no trabalho voluntário. Essas dimensões não foram selecionadas ao acaso, mas por serem espaços de tomadas de decisões e de formulação de políticas públicas, além de constituírem ferramentas voltadas para o contato da juventude com questões importantes do tecido social e de suas próprias realidades.

1.1. Representação Política



Art. 4º: O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas;

Art. 4º, inciso IV – A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

A cidadania para a Juventude pode ser entendida como a “capacidade dos jovens de formular objetivos pessoais e coletivos, de comunicar e defender publicamente a legitimidade de seus interesses e necessidades” (BRASIL, p. 54, 2014). A participação política eleitoral é uma das diversas formas para entender e diagnosticar este processo de “cidadanização” (BRASIL, 2014), visto que possibilita a transformação das demandas da juventude em políticas públicas e agendas para o futuro.

A partir dos anos 2000, observou-se a ampliação de espaços públicos e movimentos destinados, exclusivamente, à defesa dos direitos e demandas da cidadania e da juventude. Reconhecendo a criação de novas esferas de atuação e a possibilidade de efetiva inclusão dos jovens em instâncias do poder público, o objetivo deste tópico é mapear a participação da juventude nas esferas da política institucional ao investigar a representação de (1) jovens eleitores, de (2) filiados a partidos políticos e de (3) candidatos eleitos a cargos políticos.

1.1.1. Jovens Eleitores

O tema da política institucional, aqui entendida como formas tradicionais de participação (formal, convencional, profissional, partidária, eleitoral), é uma questão importante quando se pensa em Juventude. De acordo com uma pesquisa do Datafolha², realizada em 2018, a parcela mais jovem da sociedade é mais engajada em formas não-tradicionais de política (extrainstitucionais, não institucionalizadas, não eleitorais, alternativas e locais): 54% das pessoas de 16 a 25 anos afirmaram que jamais participariam da política tradicional. Ainda assim, é a faixa etária que mais se interessa em disputar uma eleição: 29% dos entrevistados contra 19% das pessoas de 26 a 40 anos e 15% daqueles com mais de 41 anos (DATAFOLHA, 2018).

Por sua vez, o estudo *Juventudes e Democracia na América Latina*³, encomendado pela organização Luminate e publicado em 2022, investigou a maneira pela qual os jovens se identificam com a política por meio de entrevistas que atravessaram os temas: consumo de informações; influenciadores (*influencers*); outros meios de comunicação; política e informação; desconfiança e notícias falsas; participação; organizações políticas e representação; confiança em instituições tradicionais; e política nacional.

A pesquisa traz importantes conclusões acerca da percepção do jovem sobre a política no Brasil, sendo duas delas: (1) a participação em instâncias tradicionais, como partidos e organizações políticas, é vista com desconfiança e desconhecimento — ainda que a participação política seja vista como importante

² A pesquisa contou com 2.086 entrevistas em 129 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos (nível de confiança de 95%).

³ Para o estudo, foram realizadas 60 entrevistas em profundidade com jovens de 16 a 24 anos do Brasil, México, Colômbia e Argentina.

para a saúde democrática; (2) a maioria dos entrevistados teve dificuldade para definir conceitos como “Democracia”, “Estado” e “Congresso”, que, ademais, são tidos como espaços corruptos e deficitários. Isto é, há uma insatisfação e uma descrença nas instâncias da política tradicional e, portanto, um afastamento desses espaços. Assim, grande parte dos entrevistados se informam e se engajam por meio das plataformas e dos influenciadores digitais (SOLANO; ROCHA, 2022).

Para compreender esse cenário, são apresentados dados relacionados à política eleitoral e às instâncias tradicionais de

participação. No Brasil, o voto é *obrigatório* para maiores de 18 anos e *facultativo* para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens maiores de 16 e menores de 18 anos, conforme previsto na

Constituição Federal. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁴, nos últimos dez anos

o número de jovens eleitores de 16 a 24

anos de idade sofreu uma queda significativa: passando de

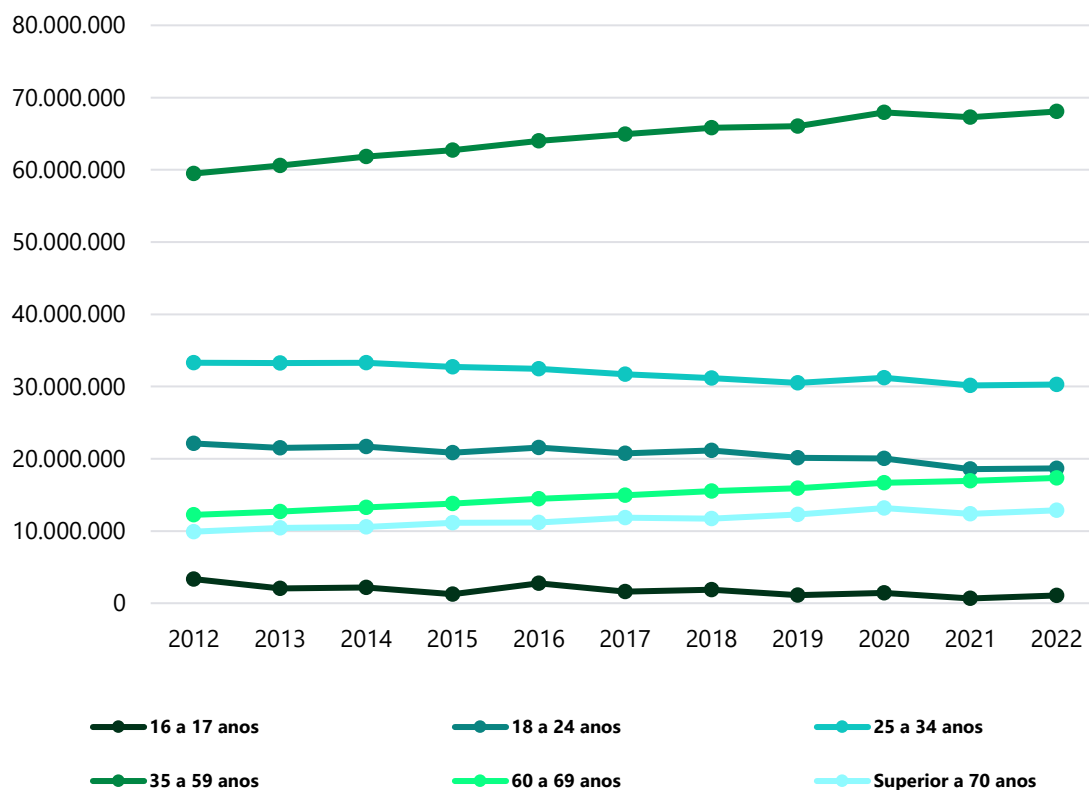
18,1% do total de eleitores em 2012 para 13,3% em 2022. Em números totais, em 2012, dentre 140 milhões de eleitores, mais de 25 milhões eram de jovens cidadãos, e, atualmente, são 19 milhões de jovens habilitados ao exercício do voto entre 148 milhões de eleitores de todas as idades (Gráfico 1.1).



Ilustração: Storyset

⁴ Vale ressaltar que os dados obtidos pelo Tribunal Superior Eleitoral foram gerados no dia 18/04/2022 e podem estar sujeitos a atualizações posteriores à publicação do relatório.

Gráfico 1.1 – Total de eleitores, por grupo de idade – Brasil (2012-2022)

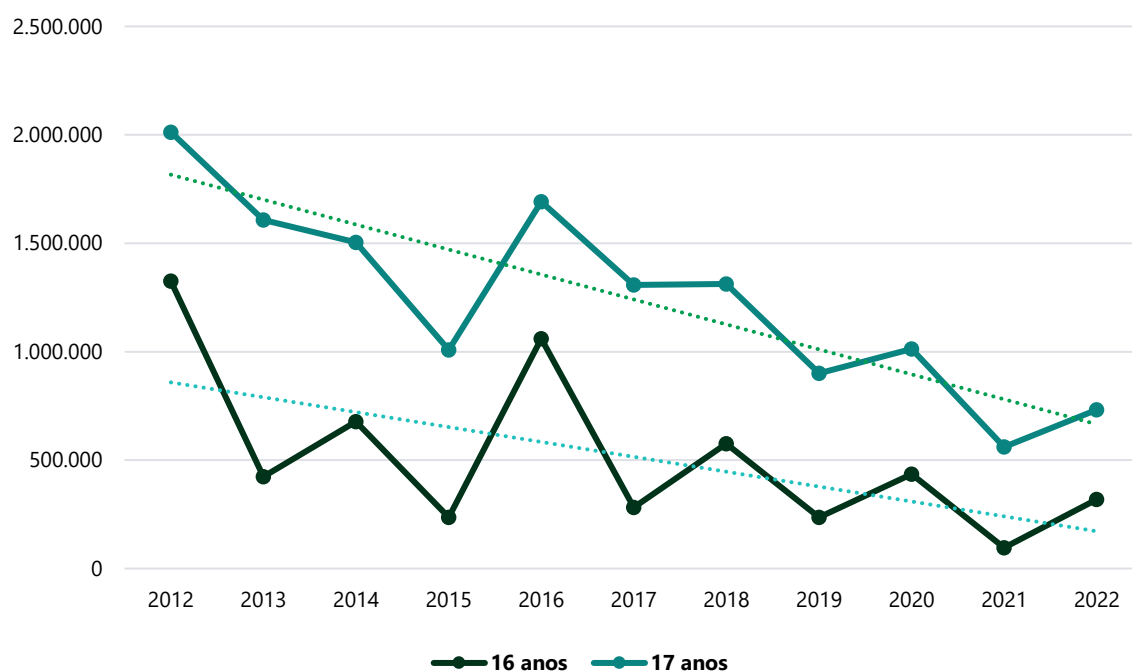


Fonte: TSE (2022a). Elaboração própria.

Nota: Valores referentes ao mês de junho de cada ano e ao mês de março de 2022.

Esse declínio é particularmente significativo entre os eleitores de 16 e 17 anos, idade em que o voto é facultativo, podendo servir como termômetro do interesse político desta camada da população. Em 2012, esse público correspondia a 2,37% do eleitorado nacional, totalizando cerca de 3,3 milhões de pessoas. No mesmo ano, de acordo com a PNAD (IBGE, 2012), havia aproximadamente 6,9 milhões de jovens com 16 e 17 anos no país, o que significa que apenas 47,2% deles possuíam título eleitoral. **Dez anos depois, em março de 2022, contabilizam pouco mais de 1,0 milhão dos jovens eleitores**, ou 0,7% do total de eleitores aptos a votar (Gráfico 1.2), o que representa uma **queda de mais de 68% em relação a 2012**.

Gráfico 1.2 – Total de jovens eleitores de 16 a 17 anos de idade – Brasil (2012-2022)



Fonte: TSE (2012-2022). Elaboração própria.

Nota: Valores referentes ao mês de junho de cada ano e ao mês de março de 2022.

Em um movimento contrário à tendência de queda observada, em abril de 2022, dados do TSE registraram um **aumento de 54,3% de jovens eleitores de 16 e 17 anos de idade em relação ao mês anterior**, resultado de uma campanha nacional buscando fomentar a participação dos adolescentes no processo político-eleitoral. O total de eleitores aptos a votar em março de 2022, como pontuado anteriormente, era de 1.051.184, dentre os quais, 319.151 (30,4%) eram jovens de 16 anos de idade e 732.033 (69,6%) eleitores de 17 anos de idade. Já no mês de abril do mesmo ano, esse número foi atualizado para 1.622.732, sendo que 584.411 (36,0%) são eleitores com 16 anos de idade e 1.038.321 (64,0%) são eleitores de 17 anos de idade — ou seja, um crescimento de mais de meio milhão de novos títulos eleitorais.

Essa elevação do número de jovens, como citado, se insere em um contexto de mobilização e de conscientização nacional promovido pela Justiça Eleitoral, por intermédio do próprio TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), pelos meios de comunicação e pelas redes sociais. Essa mobilização teve como propósito atrair jovens entre 15 e 18 anos para a conscientização sobre a importância do título de eleitor e para a divulgação de informações eleitorais, e contou com amplo apoio de organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas, artistas e influenciadores digitais.⁵

Outro fator considerado para mensurar o interesse da população em geral na política é a taxa de abstenção nas eleições. Como apresenta o Gráfico 1.3, em 2020, o percentual de abstenção total na eleição municipal foi de 23,2%, o que equivale a mais de 34 milhões de pessoas que não compareceram à votação. Esse número registra um aumento expressivo de mais de 4 milhões em relação à eleição estadual e federal de 2018, que identificou a ausência de mais de 29 milhões de eleitores (20,3%). Tanto em números absolutos, quanto em proporção aos eleitores aptos, na eleição de 2020 registrou-se o maior índice de abstenção desde 2014, com um crescimento de mais de 6,5 milhões de eleitores ausentes.⁶

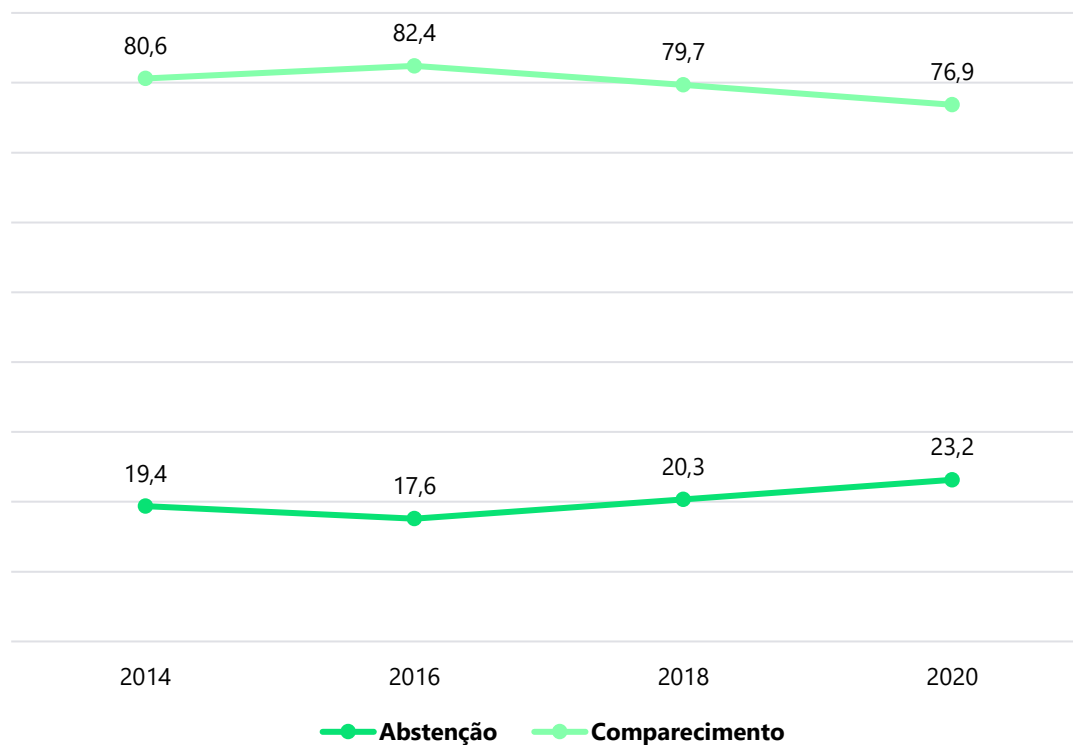


Ilustração: Storyset

⁵ Ver mais em: TSE (2022b); Mendes; Veloso (2022); Teixeira (2022) e Pati (2022).

⁶ Não foram selecionados eleitores no exterior.

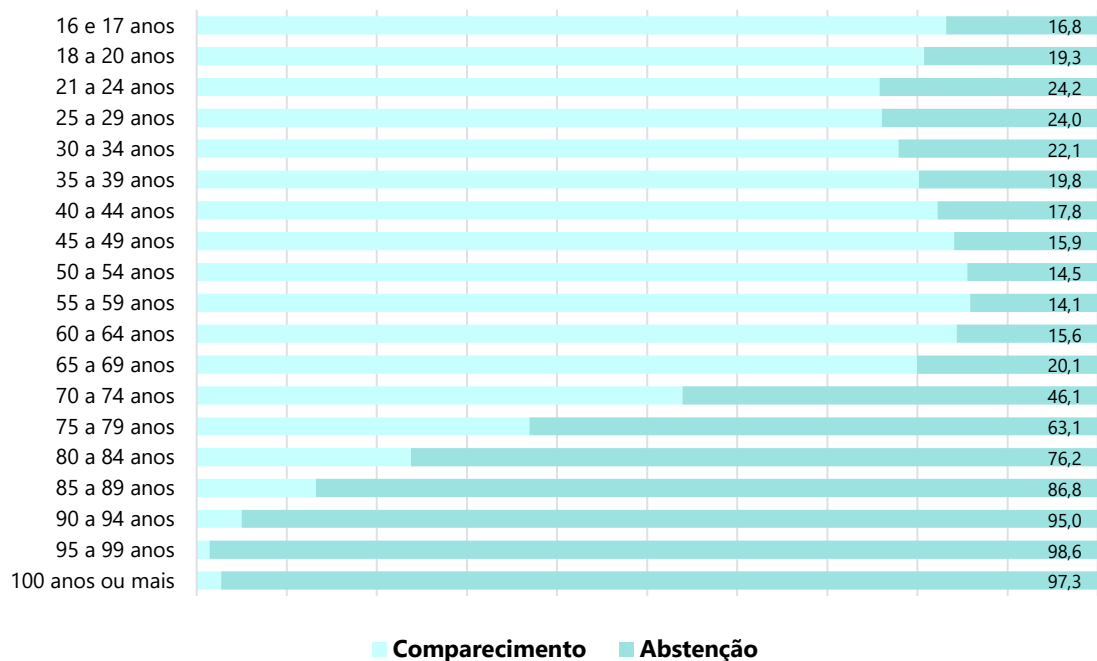
Gráfico 1.3 – Percentual de comparecimento e de abstenção nas eleições – Brasil (2014-2020)



Fonte: TSE (2014-2020). Elaboração própria.

De forma mais específica, o Gráfico 1.4 apresenta os percentuais de abstenção da eleição de 2020, considerando todos os grupos de idade. Nota-se que a abstenção foi mais alta a partir dos 70 anos de idade, faixa etária em que o voto é facultativo, ultrapassando os 45%. No entanto, a abstenção também foi significativa entre os grupos de idade com obrigatoriedade de voto, principalmente entre os jovens eleitores.

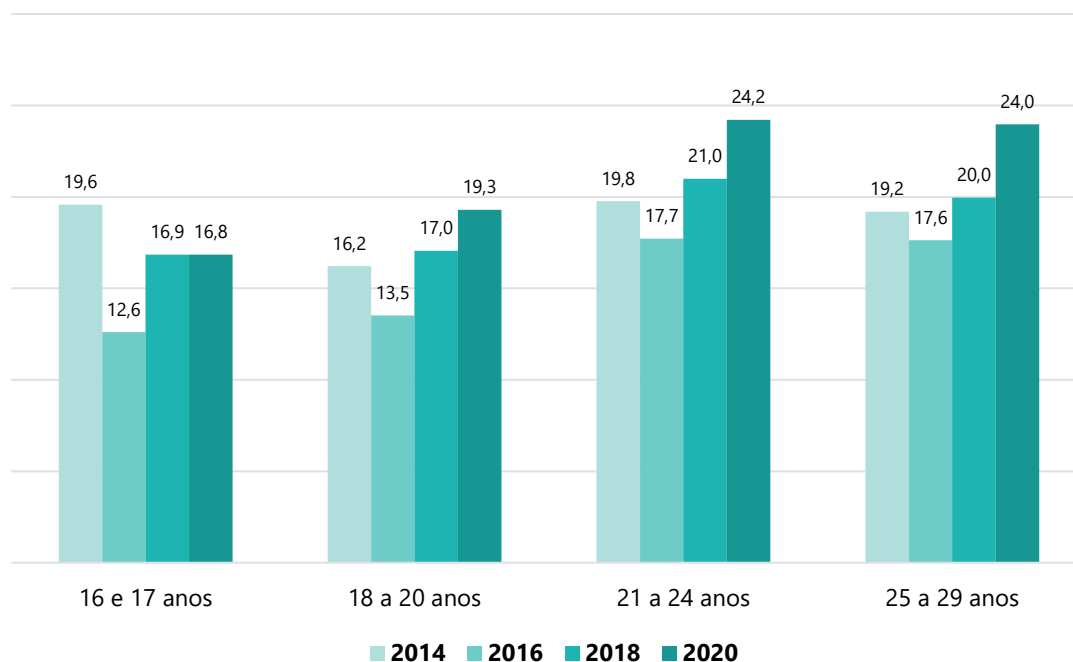
Gráfico 1.4 – Percentual de abstenção, por grupo de idade – Brasil (2020)



Fonte: TSE (2020). Elaboração própria.

O Gráfico 1.5 exibe com maior detalhamento a evolução do percentual de abstenção da juventude nas eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020, de acordo com a desagregação dos grupos de idade. À exceção da faixa etária de 16 e 17 anos de idade (16,8%), **2020 foi o ano com maior percentual de abstenção entre os jovens**, sendo 19,3% daqueles de 18 a 20 anos (1,2 milhão); 24,2% das pessoas entre 21 e 24 anos (2,9 milhões); e 24,0% dos jovens entre 25 e 29 anos de idade (3,6 milhões). Isso significa que dos 35,2 milhões de eleitores de 16 a 29 anos de idade aptos para a votação, mais de 8 milhões não compareceram às zonas eleitorais. A eleição de 2016 aparece como aquela com menor percentual de abstenção, ainda assim registra um alto número de eleitores ausentes: aproximadamente 6 milhões de jovens e mais de 25,3 milhões no total da população brasileira.

Gráfico 1.5 – Percentual de abstenção dos jovens nas eleições, por grupo de idade – Brasil (2014-2020)



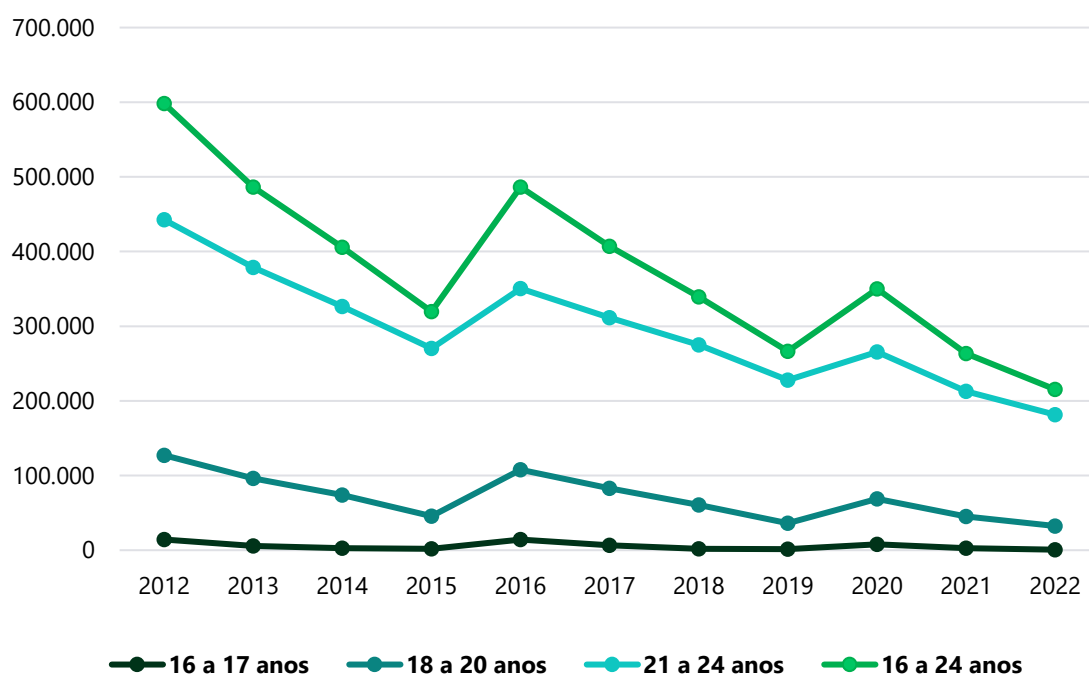
Fonte: TSE (2014-2020). Elaboração própria.

1.1.2. Filiação partidária dos jovens

A filiação partidária, ao lado do voto, também é uma das maneiras de engajamento, representação e protagonismo político, tanto que apenas filiados podem se candidatar a cargos eletivos. Porém, da mesma forma, constata-se o declínio no número de jovens eleitores que são filiados a partidos políticos no Brasil nos últimos anos. Se em 2012, o número chegava a aproximadamente aos 600 mil, hoje ultrapassa, por pouco, os **200 mil**. Isto significa uma **redução de 64% no número de jovens eleitores filiados a partidos políticos** pelo país nos últimos dez anos (Gráfico 1.6). Em número absolutos, entre todas as idades, o caminho é inverso. Dentre todas as 33 legendas registradas no TSE, há um

movimento positivo: em dez anos, houve um crescimento de mais de 1 milhão de filiações, resultando em mais de 6 milhões de filiados em 2022.

Gráfico 1.6 – Total de jovens eleitores de 16 a 24 anos filiados a partidos políticos – Brasil (2012-2022)



Fonte: TSE (2012-2022). Elaboração própria.

Nota: Valores referentes ao mês de junho de cada ano e ao mês de março de 2022.

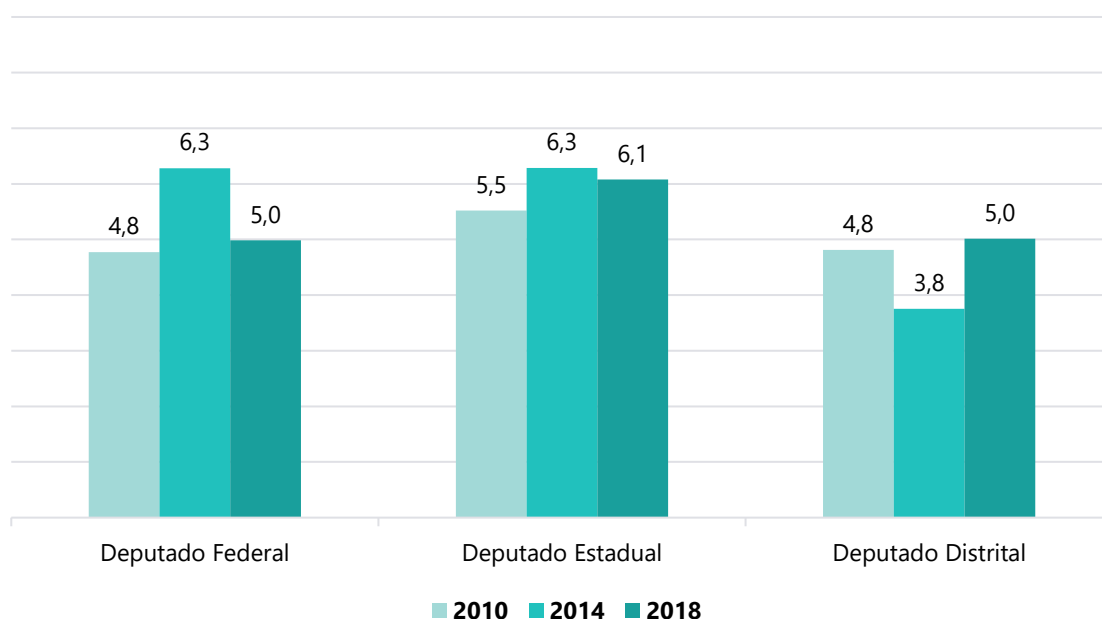
1.1.3. Candidatos jovens nas eleições

Ao lado do voto e da filiação partidária, as candidaturas de jovens a cargos federais, estaduais e municipais são peças-chave na busca da renovação política. Ainda assim, o número de jovens abaixo de 30 anos eleitos se manteve em **declínio** nas últimas eleições.⁷

⁷ Destaca-se que a idade mínima para concorrer aos cargos de presidente, vice-presidente e senador é de 35 anos; para governador, vice-governador é de 30 anos; para deputado federal, estadual e distrital é de 21 anos; e para vereador a idade mínima é de 18 anos.

De acordo com dados do TSE, como mostra o Gráfico 1.7, nas eleições federais e estaduais a proporcionalidade indica uma certa oscilação na candidatura dos jovens ao considerar o total de candidatos de cada ano. Contudo, os números absolutos apontam para o aumento dos jovens candidatos aos cargos de deputados federais, estaduais e distritais. Em 2010, foram registradas 234 candidaturas; em 2014, esse número subiu para 369; e, em 2018, para 381. A mesma movimentação é percebida em relação aos deputados estaduais: em 2010, foram 654 candidatos; em 2014, esse número passou para 900; e, em 2018, cresceu para 982 candidaturas. Nos mesmos anos, o número de candidatos a deputados distritais foi de, respectivamente, 39, 36 e 46 candidatos.

Gráfico 1.7 – Percentual de jovens candidatos nas eleições estaduais e federais – Brasil (2010, 2014 e 2018)

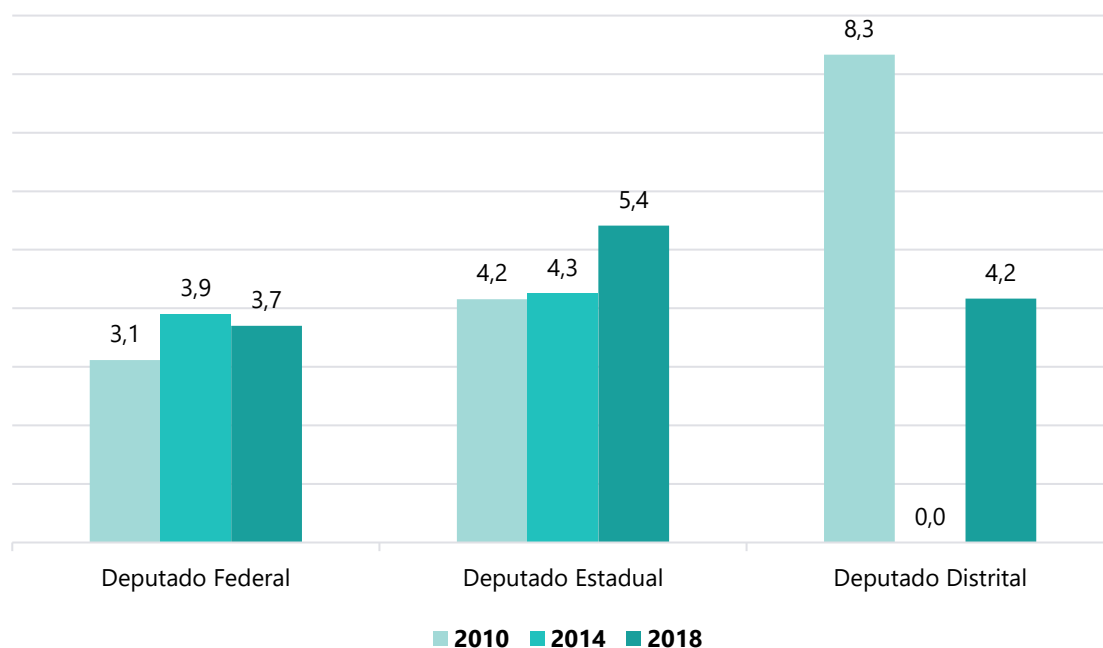


Fonte: TSE (2010-2028). Elaboração própria a partir de dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude.

No Gráfico 1.8, pode-se ver a dinâmica dos eleitos nos últimos pleitos estaduais e federais. Em 2010, 16 dos 513 deputados federais tinham de 21 a 29

anos e representavam 3,1% do total de eleitos. Na eleição seguinte, esse número subiu para 20 jovens eleitos deputados federais — 3,9% dos eleitos. Já na eleição de 2018, foram 19 parlamentares eleitos, 3,7% do total. Entre os deputados estaduais, observa-se um aumento na representatividade: nas últimas três eleições foram eleitos, respectivamente, 43 (4,1%), 44 (4,2%) e 56 (5,4%) jovens parlamentares para as 1.035 vagas. Entre os deputados distritais, estão os menores números: em 2010, dois foram eleitos; em 2014, nenhum; e em 2018, apenas um jovem foi eleito deputado distrital.

Gráfico 1.8 – Percentual de jovens eleitos nas eleições estaduais e federais – Brasil (2010, 2014 e 2018)

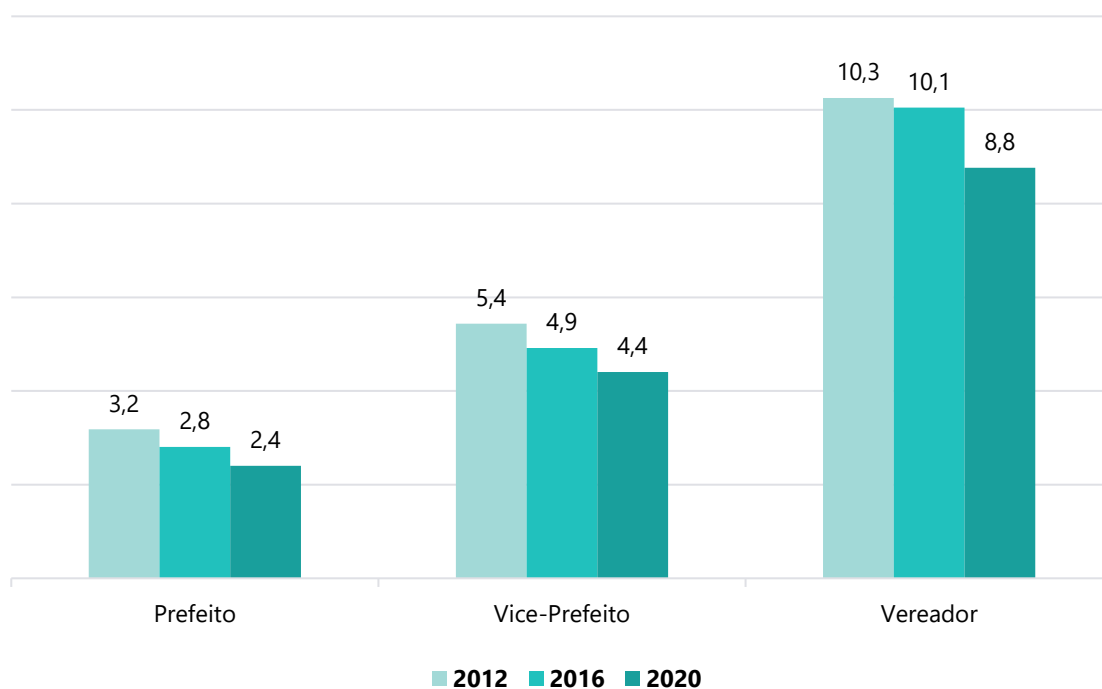


Fonte: TSE (2010-2018). Elaboração própria a partir de dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude.

Em relação às eleições municipais, como pode-se verificar no Gráfico 1.9, o percentual de jovens candidatos a prefeitos e a vice-prefeitos registram queda, tanto em relação à proporção quanto em números absolutos. Para prefeitos, em

2012, foram 478 candidatos (3,2%); em 2016, o total caiu para 445 (2,8%); e, em 2020, esse número chegou a 443 candidatos (2,4%). Para vice-prefeitos, respectivamente, foram registrados 822 (5,4%), 783 (4,9%) e 819 (4,4) jovens candidatos nas últimas três eleições. Para o cargo de vereador, as candidaturas também indicam uma redução: em números absolutos, na eleição de 2012, foram 42.729 candidatos (10,3%) entre 18 e 29 anos de idade; em 2016, observa-se um crescimento para 43.978 (10,1%), seguido de uma queda no ano de 2020, quando foram registradas 43.339 candidaturas (8,8%).

Gráfico 1.9 – Percentual de jovens candidatos nas eleições municipais – Brasil (2012, 2016 e 2020)

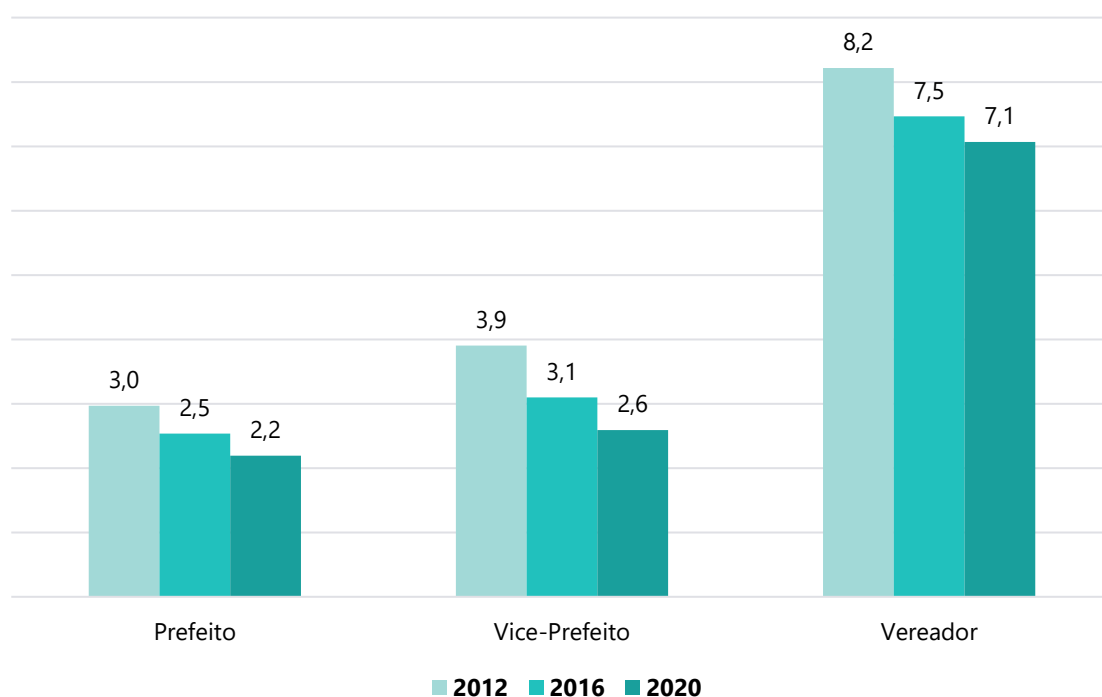


Fonte: TSE (2012-2020). Elaboração própria a partir de dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude.

A proporção também registra **queda de eleitos nos pleitos municipais** na última década. Como pode-se verificar no Gráfico 1.10, há uma redução importante em todos os cargos. Para prefeitos, nas últimas três eleições

municipais foram eleitos 168 (3,0%), 144 (2,5%) e 122 (2,2%) jovens candidatos. Entre os vice-prefeitos, a queda permanece: 221 (3,9%), 176 (3,1%) e 144 (2,6%) jovens foram eleitos nos anos de 2012, 2016 e 2020. Da mesma forma, o total de pessoas com menos de 30 anos eleitas entre os vereadores registrou 7,1% em 2020, com 4.100, atingindo a menor marca desde 2012, quando atingiu 8,2% do total de eleitos, com 4.707 vereadores — mesmo com o grande número de cadeiras (mais de 58 mil), fato que poderia acarretar uma maior inserção na categoria.

Gráfico 1.10 – Percentual de jovens eleitos nas eleições municipais – Brasil (2012, 2016 e 2020)



Fonte: TSE (2012-2020). Elaboração própria a partir de dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude.

De maneira geral, os dados apresentados indicam que, ainda que a participação política eleitoral não seja o único caminho de representação, os jovens estão cada vez mais distantes dela. Na última década, nota-se expressivas

quedas nos principais termômetros da política eleitoral: voto, filiação e eleição. Evidentemente, leva-se em consideração que esta tendência pode ser consequência de uma gama de fatores, como burocracias partidárias, dificuldade da renovação de quadros dentro dos partidos políticos e a desconexão dos jovens com o sistema eleitoral. Portanto, os maiores desafios residem em compreender este arranjo e criar estratégias que promovam a inclusão do jovem e o fortalecimento da percepção da política enquanto um caminho de transformação da realidade.



SAIBA MAIS

A participação política eleitoral carrega consigo temas transversais e indicam questões importantes relacionadas a cor/raça e gênero que serão tratadas na seção dedicada à diversidade. Você pode clicar [AQUI](#) para conferir.

1.2. Participação na Administração Pública

A Administração Pública é o espaço em que a técnica e a política se encontram direcionadas à formulação e à execução de políticas públicas e ações governamentais, por isso a inclusão dos jovens nos espaços públicos também pode ser efetivada a partir deste setor.

Levando em conta que, atualmente, o país abriga mais de 40 milhões de jovens, qual é a representatividade desta parcela da população nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas? Para responder essa pergunta, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) possibilitam conhecer o número de jovens vinculados à Administração Pública no país.

A partir dos dados, apresenta-se duas formas diferentes de se reconhecer a participação do jovem na gestão pública. A primeira é por sua participação no setor da Administração Pública, considerando qualquer tipo de vínculo, enquanto a segunda considera a participação dos jovens entre os estatutários.

Em relação à primeira forma, considerando qualquer tipo de vínculo na Administração Pública, nota-se na Tabela 1.1, um crescimento, entre os anos de 2012 e 2014, do número de pessoas com 18 a 24 anos ocupadas no setor público. Esse aumento é seguido por uma queda que se mantém relativamente estável até 2020. O ano de **2019 teve a menor participação dessa faixa etária na administração pública**, caindo mais da metade em comparação ao ano de 2013 e chegando a 247.046. Considerando todo o período (2012-2020), é registrada uma queda de 19% no número de jovens daquela faixa etária ocupados na administração pública. Em relação às pessoas de 25 a 29 anos, a redução também é perceptível: de 829.730 vínculos ativos em 2012 para 517.566 em 2020 (queda de 38%).

Tabela 1.1 – Total de vínculos ativos na Administração Pública, por grupo de idade – Brasil (2012-2020)

Faixa Etária	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
18 a 24 anos	377.317	466.693	436.422	361.776	337.706	377.562	318.013	247.046	305.346
25 a 29 anos	829.730	852.521	815.568	755.682	667.590	678.337	623.158	564.322	517.566
30 a 39 anos	2.539.720	2.657.973	2.655.955	2.629.994	2.487.161	2.592.113	2.537.451	2.429.774	2.263.013
40 a 49 anos	2.767.094	2.808.387	2.800.870	2.748.530	2.649.400	2.753.693	2.772.584	2.771.819	2.748.463
50 a 64 anos	2.253.678	2.369.267	2.451.261	2.491.176	2.464.363	2.547.383	2.563.185	2.563.267	2.531.486
65 anos ou mais	168.212	183.661	193.552	209.851	218.350	244.779	264.669	286.833	294.912
Total	8.935.751	9.338.502	9.353.628	9.197.009	8.824.570	9.193.867	9.079.060	8.863.061	8.660.786

Fonte: RAIS (2012-2020).

A mesma movimentação é percebida quando se observa o tipo de vínculo dos servidores estatutários, o que não é uma surpresa visto que a maioria dos

vínculos da Administração Pública pertencem a essa categoria. Como informa a Tabela 1.2, em 2013, entre aqueles de 18 a 24 anos, houve um leve crescimento em comparação ao ano anterior, seguido de uma queda que se mantém até o ano de 2019. Assim, o pico se dá em 2013 e o menor número em 2019, respectivamente, de 421.093 para 210.078 servidores (queda de 50%). Entre 2012 e 2020, é observada uma queda de 18% no número de jovens daquela faixa etária ocupados em vínculos estatutários. Entre pessoas de 25 a 29 anos, nota-se uma redução de 760.571 vínculos ativos em 2012 para 456.635 em 2020, ou seja, uma queda de ainda maior, de 40% no período investigado. Nota-se que, nos oito anos analisados, a queda no número de ocupados é maior nessa segunda faixa etária (25 a 29 anos) tanto para os vínculos no setor público, quanto para os estatutários (embora em números absolutos sua representação seja maior que a de jovens com 18 a 24 anos).

Tabela 1.2 – Total de estatutários com vínculos ativos, por faixa etária – Brasil (2012-2020)

Faixa etária	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
18 a 24 anos	334.374	421.093	395.492	324.549	309.854	336.596	283.581	210.078	273.895
25 a 29 anos	760.571	782.313	752.002	694.891	622.392	622.908	570.997	502.488	456.635
30 a 39 anos	2.394.328	2.514.019	2.527.639	2.513.479	2.406.720	2.504.411	2.453.941	2.329.240	2.153.570
40 a 49 anos	2.662.626	2.709.101	2.705.387	2.659.464	2.581.414	2.686.188	2.705.719	2.692.678	2.668.206
50 a 64 anos	2.230.535	2.353.647	2.434.002	2.471.614	2.452.466	2.537.879	2.545.440	2.526.371	2.487.269
65 ou mais	168.668	185.449	193.427	208.529	217.990	247.405	266.271	286.020	291.746
Total	8.551.102	8.965.622	9.007.949	8.872.526	8.590.836	8.935.387	8.825.949	8.546.875	8.331.321

Fonte: RAIS (2012-2020).

Nota: O total de vínculos ativos na tabela abarca as seguintes categorias: Estatutário, Estatutário RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e Estatutário Não Efetivo (servidor público demissível *ad nutum* ou admitido por meio de legislação especial, não-regido pela CLT).

A partir destas informações, evidencia-se que a participação dos jovens na Administração Pública vem diminuindo nos últimos anos. Este fluxo não representa um cenário positivo quando se leva em conta a necessidade de

inserção da população jovem, com capacidade de articulação e com conhecimento de suas demandas, em espaços de decisão, formulação e execução de políticas públicas.

1.3. Participação Social

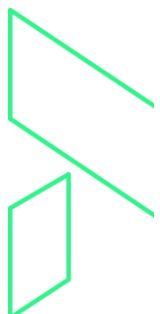


Art. 5º: A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis

Para diagnosticar a participação juvenil nos temas relacionados às suas demandas, utiliza-se dados sobre conselhos de juventude, entidades estudantis e trabalho voluntário pelo país. Isto porque, para além da política eleitoral e da gestão pública, a participação dos jovens em conselhos e associações pode funcionar como uma renovação das relações entre política e sociedade, bem como envolver a juventude em tomadas de decisões em outras esferas da vida social.

1.3.1. Conselhos de Juventude

Os Conselhos da Juventude, como estabelece o Estatuto da Juventude, são órgãos permanentes e autônomos, responsáveis por tratar das políticas públicas e das garantias do exercício dos direitos dos jovens. Dessa forma, são espaços de interlocução dos jovens com o poder público e tem como objetivo promover debates, seminários, congressos para discutir temas relativos à juventude; direcionar ações governamentais prioritárias para o segmento; auxiliar, discutir, elaborar e propor políticas públicas com a integração dos jovens, dentre outras

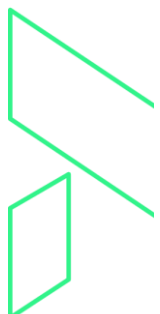


atividades (BRASIL, 2013). O mapeamento do número de Conselhos, unidades e entidades voltados à Juventude nos diferentes níveis da federação pode contribuir com o retrato da atuação juvenil na defesa dos seus direitos.

Em funcionamento desde 2005, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) é a instância responsável, no âmbito federal, pela formulação e proposição de diretrizes para a ação governamental voltada à promoção de políticas públicas de juventude, além de fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica dos jovens. Nos âmbitos das esferas subnacionais de governo, funcionam os conselhos estaduais e municipais. De acordo com o Atlas da Juventude (FGV SOCIAL *et al.*, 2021), o CONJUVE mapeou a existência de 105 conselhos de juventude estaduais e municipais no país em 2010. A presença deste tipo de instância colegiada é importante, tanto à nível nacional quanto local, porque aproxima o jovem de demandas próprias da sua realidade, bem como funciona como um elo integrador da juventude com as instituições democráticas.

1.3.2. Representação estudantil

Outra forma de representação e participação social e política da juventude são as entidades estudantis. A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional de Estudantes (UNE) são exemplos disso. Sua atuação em defesa dos interesses dos jovens pode se dar por meio de atividades, campanhas, congressos e fóruns deliberativos, como o Congresso da UNE (CONUNE), o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) e o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), constituídos por delegações dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Diretórios Acadêmicos (DAs), Centros Acadêmicos (CAs), que atuam junto aos estudantes dentro das instituições de ensino superior (UNE, 2022). Segundo o Mapa de Entidades Municipais e



Estaduais da UBES, representando os estudantes de nível médio existem 279 entidades secundaristas no Brasil, sendo 272 municipais, 7 estaduais e uma entidade distrital (DF). As entidades estaduais estão presentes em: Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A região Nordeste é a que reúne o maior número de entidades, com 114 no total, seguida da região Sudeste, com 70, e Sul, que totaliza 63 entidades secundaristas.⁸ Por sua vez, foram contabilizados mais de 400 DCEs em todo o país, no 57º CONUNE, realizado em 2022, isso sem contar as demais entidades que formam a representação dos estudantes no ensino superior.

1.3.3. Trabalho Voluntário

Considerando, então, que a participação juvenil pode ser mensurada de formas distintas, foram identificados dados sobre o voluntariado como uma forma de participação comunitária, de inclusão cidadã e de desenvolvimento de novas habilidades, que permite aos jovens a ampliação das relações sociais e das visões de mundo, além de uma melhor conexão e compreensão de realidades diversas.

Segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), 6,9 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade realizaram algum tipo de trabalho voluntário no ano da pesquisa, sendo mais de 830 mil com idade entre 14 e 24 anos. A taxa de realização de trabalho voluntário⁹ para a mesma faixa etária (14 a 24 anos) se

⁸ Confira o Mapa de Entidades Municipais e Estaduais da UBES em: <http://ubes.org.br/movimento-estudantil/mapa-de-entidades-municipais-e-estaduais>.

⁹ Segundo o IBGE (2022, p. 48), "é considerado voluntário o trabalho não compulsório, realizado por pelo menos uma hora na semana de referência, sem receber nenhum pagamento em dinheiro ou benefícios, com objetivo de produzir bens ou serviços para terceiros, isto é, pessoas não

manteve em estabilidade na casa dos 2,5% entre os anos de 2016 e 2019 (Tabela 1.3). No mesmo período, a região Norte se destaca com as maiores taxas entre as regiões do país. O estado do Amazonas, em 2016, ultrapassou a média nacional: 5,2% da população entre 14 e 24 anos realizava trabalho voluntário, seguido pelo Pará e pelo Amapá, respectivamente, com 4,7% e 4,3% dos jovens nessa atividade. Em 2019, houve uma redução, mas ainda assim, os mesmos estados mantiveram as melhores taxas de realização de trabalho voluntário: Pará marcou 3,8%, Amapá, 3,5%, e Amazonas e Rondônia ficaram com 3,2%.



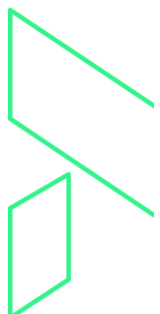
Ilustração: Storyset

moradoras do domicílio e não parentes". Já a "taxa de realização é a razão entre o número de pessoas que realizaram este tipo de trabalho e o total de pessoas de 14 anos ou mais de idade" (IBGE, 2019).

Tabela 1.3 – Taxa de realização de trabalho voluntário (%) – Brasil e Unidades da Federação (2016 e 2019)

Brasil/UF	2016				2019			
	Total	14 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	Total	14 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	3,9	2,5	4,1	4,5	4	2,4	4,2	4,7
Rondônia	4,7	2,6	5,1	5,7	4,5	3,2	4,9	5,0
Acre	4,1	2,8	5,2	3,2	2,3	1,6	2,9	2,0
Amazonas	6,0	5,2	6,2	6,9	4,6	3,2	4,7	5,9
Roraima	4,3	2,8	4,5	5,5	3,3	1,7	3,6	4,5
Pará	6,2	4,7	7,0	6,1	5,1	3,8	5,6	5,6
Amapá	5,2	4,3	5,7	5,5	4,3	3,5	5,5	2,8
Tocantins	3,7	2,2	3,9	4,9	1,5	1,0	1,7	1,6
Maranhão	2,9	2,2	3,4	2,7	2,4	1,7	3,2	1,9
Piauí	2,5	1,8	3,0	2,4	3,0	2,5	3,2	3,0
Ceará	3,3	2,4	3,8	3,2	3,5	1,9	4,3	3,5
Rio Grande do Norte	3,5	2,6	3,9	3,6	3,0	2,3	3,5	3,0
Paraíba	3,0	2,3	3,1	3,3	3,2	2,3	3,9	2,7
Pernambuco	1,7	1,6	1,4	2,3	2,1	1,8	2,5	1,6
Alagoas	2,2	1,8	2,2	2,7	1,8	1,3	1,7	2,1
Sergipe	1,5	0,8	1,3	2,5	1,7	0,8	1,8	2,2
Bahia	3,9	3,1	4,1	4,1	3,6	1,8	4,1	4,1
Minas Gerais	4,4	2,4	4,7	5,3	5,1	2,3	5,8	5,8
Espírito Santo	4,2	3,0	4,6	4,4	4,9	2,6	5,0	6,1
Rio de Janeiro	2,3	1,5	2,3	2,9	3,0	1,6	3,0	3,7
São Paulo	3,9	2,2	4,1	4,6	4,8	2,9	4,6	5,9
Paraná	5,6	3,1	5,6	7,1	5,2	3,1	5,3	6,3
Santa Catarina	4,7	1,9	4,7	6,3	4,0	2,2	4,0	4,9
Rio Grande do Sul	4,5	2,0	4,7	5,6	4,4	2,2	3,9	5,7
Mato Grosso do Sul	4,0	2,2	3,9	5,4	4,1	2,2	4,7	4,4
Mato Grosso	4,8	3,9	4,7	5,5	4,5	2,9	5,1	4,8
Goiás	5,1	3,6	5,3	5,8	3,8	2,8	3,7	4,6
Distrito Federal	3,6	3,2	3,0	4,9	3,4	1,2	3,2	5,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2019).



Durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, com os primeiros casos detectados em março de 2020, foram realizadas pesquisas para estimar o engajamento cívico nas ações de voluntariado. No ano de 2021, é observado um cenário de ampliação das atividades de voluntariado, como indicou a *Pesquisa Voluntariado no Brasil - 2021* realizada pelo Instituto Datafolha em parceria com Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Conforme sinalizam os dados coletados, 47% das pessoas aumentaram suas atividades de voluntariado e 61% se engajaram na distribuição de alimentos, roupas, medicamentos e insumos básicos de sobrevivência.

Da mesma forma, de acordo com um estudo elaborado pela plataforma de voluntariado Atados, houve um aumento de 31% de brasileiros interessados em voluntariar-se. A maior parte dessas pessoas são do sexo feminino (67,6%) e pode-se notar que a maior procura vem de jovens, com a maior parcela entre 25 e 34 anos (32,8%), seguido do grupo de 18 a 24 anos de idade (31,3%). Também se nota a busca por novas práticas como, por exemplo, o voluntariado a distância no ambiente virtual (*online*), que apresentou um aumento de 252% comparado ao ano de 2019, e que tem impulsionado novas formas de engajamento cívico e alternativas distintas para a experiências de doação (IDIS, 2022; ECOA, 2022).

Ainda assim, os números do voluntariado no país, principalmente entre jovens, são baixos, por isso se mostra relevante fomentar ações de incentivo à participação da juventude em atividades que promovam a interação uns com os outros e que proporcionem reflexões sobre o mundo e sobre si mesmos.

Considerações Finais

Nesta seção, pôde-se observar que existem variadas formas de participação política, de engajamento social e de representação nos espaços públicos. No entanto, de acordo com os indicadores de participação analisados, constata-se um distanciamento dos jovens em relação às instâncias de governo e de representação política.

Esse movimento torna-se evidente ao analisar as estatísticas relativas à participação política dos jovens e na gestão pública, apresentando números modestos e em queda, refletindo baixa mobilização. A queda que se observa em todos os espaços citados é um sintoma não apenas de problemas institucionais, mas de uma geração múltipla e diversa que, segundo dados e pesquisas, também manifesta insatisfação e desconfiança em relação ao sistema político.

Isso significa que não há saída simples para problemas complexos. É necessário incentivar e promover ações que engajem os jovens, que ofereçam educação política, que apoiem suas demandas, que os aproximem institucionalmente e fortaleçam os espaços democráticos. O protagonismo da juventude depende de um conjunto de estratégias que centralize seu papel como sujeito ativo do presente e do futuro.



ACESSE

As tabulações dos dados da [introdução](#), da [primeira seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 1 de jul. de 2005, página 1.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

ECO.A. Número de brasileiros interessados em voluntariado cresceu 31% em 2021. *Ecoa*, São Paulo, 18 de dez. de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/18/numero-de-brasileiros-interessados-em-voluntariado-cresceu-31-em-2021.htm>. Acesso em: 16 maio 2022.

FGV SOCIAL *et al.* *Atlas da Juventude*. 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: população residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 18 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua* – PNAD Contínua. IBGE: Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* – PNAD. IBGE: Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua* – PNAD Contínua. IBGE: Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua* – PNAD Contínua. IBGE: Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta* / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (Investigações experimentais. Estatísticas experimentais).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua* – PNAD Contínua. *Notas Técnicas*. IBGE: Rio de Janeiro, 2022.

IDIS. O que os dados nos contam sobre o impacto da pandemia no voluntariado? *IDIS*. Disponível em: <https://www.idis.org.br/o-que-os-dados-nos-contam-sobre-o-impacto-da-pandemia-no-voluntariado/>. Acesso: 16 maio 2022.

MENDES, Lucas; VELOSO, Natalia. Brasil ganhou 2 milhões de jovens eleitores em 2022. *Poder 360*, 05 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/brasil-ganhou-2-milhoes-de-jovens-eleitores-em-2022/>. Acesso em: 15 maio 2022.

PATI, Raphael. Brasil ganha mais 2 milhões de eleitores entre 16 e 18 anos, diz TSE. *Correio Braziliense*, Brasília, 06 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5005816-mais-dois-milhoes-de-jovens-eleitores.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. (Coords.). *Juventudes e Democracia na América Latina. Report*, Luminare, 2022.

TEIXEIRA, Matheus. TSE indica corrida de última hora de 2 milhões de jovens por título de eleitor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 de maio de 2022. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/tse-indica-corrída-de-ultima->

hora-de-2-milhoes-de-jovens-por-titulo-de-eleitor.shtml. Acesso em: 18 maio 2022.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária, 2022a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 15 maio 2022.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. TSE comemora marca histórica de jovens eleitores nas Eleições 2022. *TSE*, 05 de maio de 2022b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Maio/tse-comemora-marca-historica-de-jovens-eleitores-nas-eleicoes-2022>. Acesso em: 15 maio 2022.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. 2. ed. Brasília: UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

2. Direito à Educação

A educação exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no progresso econômico de um país. Nas últimas décadas, o Brasil experimentou avanços significativos em relação ao tema com a ampliação do atendimento educacional, o aumento das matrículas na Educação Básica, a redução de disparidades educacionais, a expansão da oferta no ensino superior, dentre outros; mas ainda enfrenta muitas barreiras em sua evolução (OCDE, 2021).

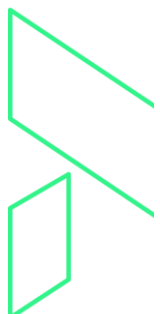


Ilustração: Storyset

Dessa forma, a partir de uma ampla gama de dados disponíveis, o objetivo desta seção consiste em caracterizar o cenário educacional brasileiro visando apresentar as condições e os desafios enfrentados para a efetiva garantia do direito dos jovens à educação.

É importante ressaltar que alguns dos indicadores selecionados possuem atualizações mais recentes e podem trazer os primeiros efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse caso, a análise dos dados e de sua evolução requer cautela, levando em conta as novas consequências geradas pela pandemia, mas com a clareza de que a real dimensão desse impacto ainda não pode ser calculada.¹⁰

¹⁰ Para conferir mais sobre o tema, no recente estudo *Perda de aprendizagem na pandemia* (BARROS *et al.*, 2021), os autores avaliam a magnitude das perdas e criam uma estimativa do impacto da pandemia sobre a proficiência e a renda dos estudantes.



Devido à amplitude do tema, os tópicos foram organizados da seguinte maneira: 2.1. Educação Básica; 2.2. Educação Superior; e 2.3. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A Educação Básica tem como foco o acesso, o fluxo e a aprendizagem, passando por temas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Especial, a Educação no Campo e a Educação voltada para a população Indígena e Quilombola. O tópico seguinte trata sobre a Educação Superior e de aspectos importantes na sua expansão, como as políticas afirmativas e de financiamento. Por fim, apresenta-se o tópico da EPT que engloba diferentes modalidades educacionais voltadas diretamente para o mercado de trabalho.

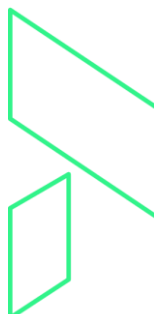
2.1. Educação Básica



Art. 7º: O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

Este tópico busca oferecer uma visão geral dos principais dados sobre Educação Básica no Brasil e ressaltar a importância desse conjunto de informações para a compreensão do complexo cenário educacional da juventude, a fim de avaliar os avanços, os retrocessos e os principais desafios.

A Educação Básica no Brasil é formada por três ciclos formativos: (1) educação infantil, voltada para crianças de 0 a 5 anos; (2) ensino fundamental, com duração de nove anos e dividido em anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano); e (3) ensino médio, com três anos de duração (1º ao 3º ano). De acordo com a faixa etária de interesse do relatório, a terceira e última etapa da Educação Básica será o foco das análises presentes nesse tópico.



Para que esse propósito seja alcançado, foram selecionados indicadores que informam sobre escolaridade, acesso, fluxo e aprendizagem, distribuídos em diferentes subtópicos, com o intuito de dimensionar a situação geral da Educação Básica no país.

A *escolaridade* engloba indicadores como a taxa de analfabetismo e a média de anos de estudos. O *acesso à escola* dá atenção aos dados que envolvem matrículas, frequência escolar e conclusão da Educação Básica. Em relação ao *fluxo escolar*, consideram-se indicadores que avaliam a transição do aluno entre os anos, portanto, foram priorizados números sobre o atraso escolar como, por exemplo, a distorção idade-série e as taxas de abandono. Por fim, o tópico acerca da *aprendizagem* apresenta dados que avaliam o nível de proficiência dos alunos.

Estes temas são centrais no debate educacional visto que é necessário garantir o acesso à escola, assegurar o progresso escolar de todos os estudantes e promover o avanço na qualidade do ensino.

2.1.1. Escolaridade, acesso, fluxo escolar e aprendizagem

Escolaridade

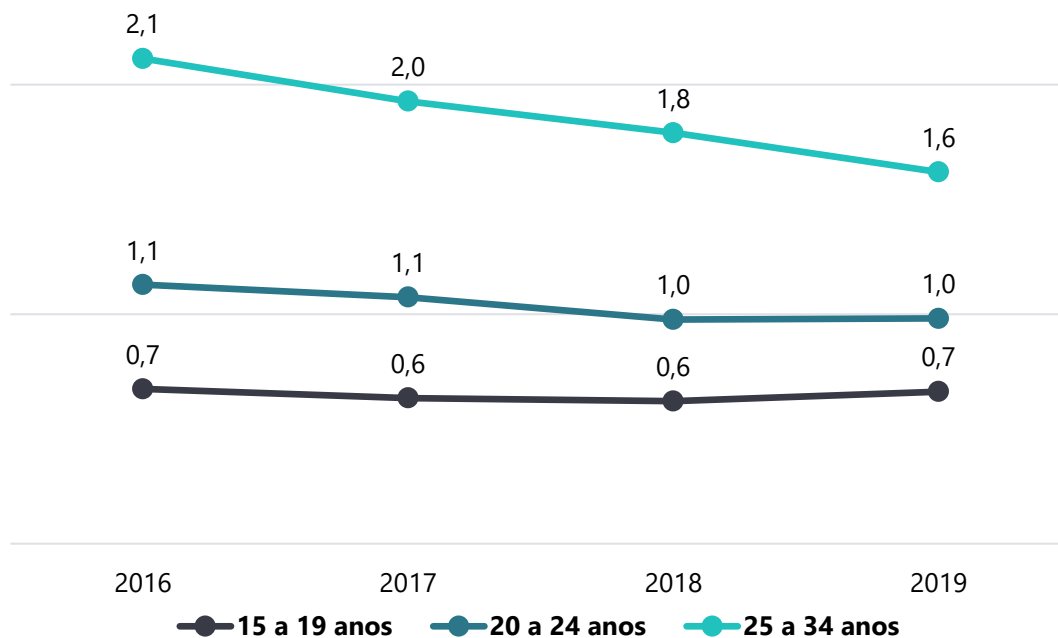
Este subtópico se dedica à análise dos principais resultados educacionais alcançados pela população jovem. Os números do analfabetismo e da escolaridade média possibilitam avaliar a progressão educacional do país, além de fornecer informações para uma perspectiva histórica a partir das séries de dados apresentadas.

A erradicação do analfabetismo no país continua sendo um dos principais desafios a serem enfrentados, ainda que permaneça em queda nos últimos anos. Segundo dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* - PNAD

Contínua (2019), 6,6% da população com idade de 15 anos ou mais são analfabetas, o que significa, aproximadamente, 11 milhões de pessoas. Esse número é puxado pela população adulta e idosa — pessoas com mais de 60 anos, por exemplo, são 18,0% dos analfabetos no Brasil — mas, como pode ser visto no Gráfico 2.1, é um problema que também persiste entre os jovens.

Entre os anos de 2016 e 2019, há uma diminuição daqueles que não sabem ler ou escrever dentro dos três grupos de idade específicos, mas essa redução ainda não é suficiente para superar o problema do analfabetismo entre a população jovem do país. Ainda assim, a erradicação parece bem mais próxima para o grupo de 15 a 19 anos, em que a taxa já era **inferior a 1,0%** em 2019 (Gráfico 2.1).

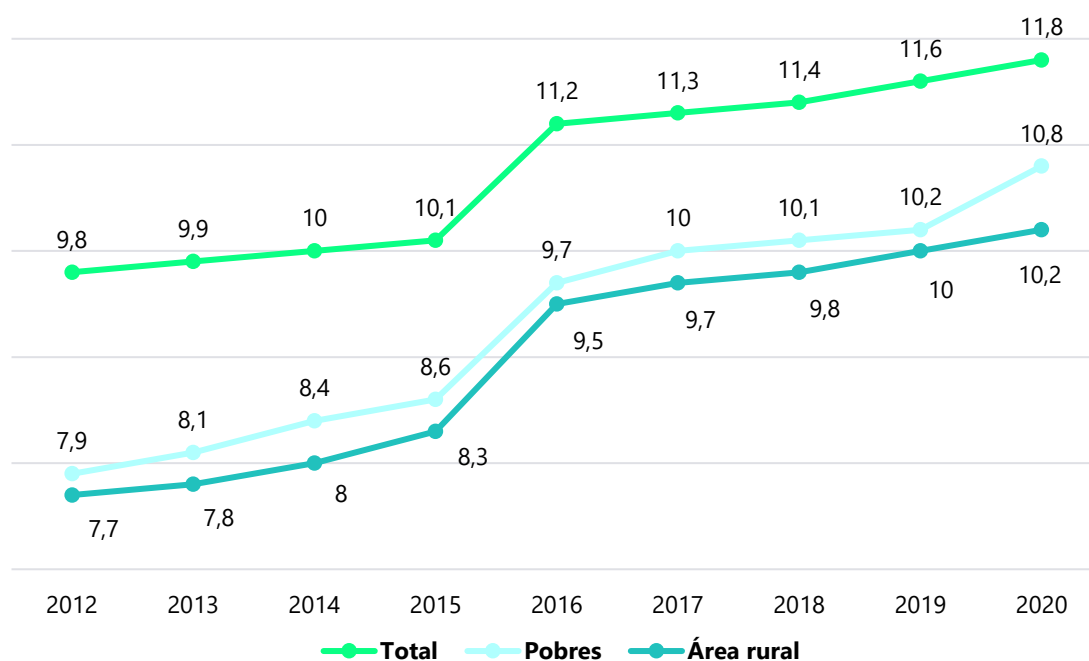
Gráfico 2.1 – Taxa de analfabetismo da população de 15 a 34 anos, por grupos de idade (%) – Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua (IBGE, 2019). Elaboração própria.

Como pode-se observar no Gráfico 2.2, a **média de anos de estudos da população de 18 a 29 anos de idade¹¹ caminha em ritmo crescente**: em 2012, a escolaridade média era de 9,8 anos, enquanto em 2020 esse número passou para **11,8 anos de estudo**, um aumento médio de dois anos de estudo no período. Essa é uma evolução expressiva na busca de atingir a média de 12 anos de estudos, equivalente aos ensinos fundamental e médio completos.

Gráfico 2.2 – Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – Brasil (2012-2020)



Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

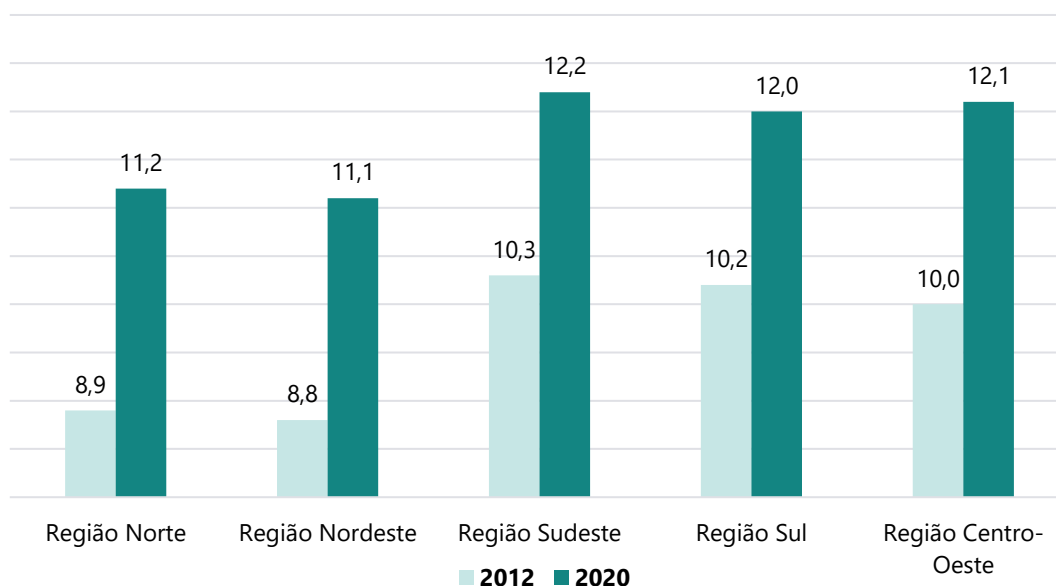
A escolaridade média é um indicador fundamental para monitorar a busca pela equidade educacional, visto que existem diferenças notáveis na média de grupos específicos, consequências das desigualdades sociais enfrentadas. Um exemplo disso é a população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres,

¹¹ A faixa de interesse geral do documento, como estabelecido pelo Estatuto da Juventude, é de 15 a 29 anos, porém, por vezes, não existem dados disponíveis para esse recorte específico, o que resulta em nuances entre as faixas etárias de cada indicador.

que em 2012 possuía aproximadamente dois anos de atraso em relação à média nacional, 7,9 anos de estudo, diferença em 2020 que diminuiu, mas não foi igualada (Gráfico 2.3). Outro exemplo é a população de 18 a 29 anos residente em área rural, com o agravante de um crescimento ainda menor no período analisado. Em 2012, a população rural tinha 7,7 anos de estudo e, em 2020, atingiu 10,2 anos — acréscimo de 2,5 anos, enquanto os mais pobres aumentaram em média 2,9 anos de estudo.

No mesmo ritmo, todas as grandes regiões apresentaram avanços, sendo que Norte e Nordeste, ainda que mantenham as menores médias do país, registraram os maiores ganhos, passando, respectivamente, de 8,9 em 2012 para 11,2 anos em 2020, e de 8,8 para 11,1 anos — ambos totalizando um aumento 2,3 anos (Gráfico 2.3).

Gráfico 2.3 – Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos – Grande Regiões (2012 e 2020)



Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.



SAIBA MAIS

A escolaridade média apresenta resultados heterogêneos quando são analisados grupos específicos. Essa questão será abordada na seção dedicada à diversidade. Você pode clicar [AQUI](#) e [AQUI](#) para conferir essas e outras informações.

Matrícula e frequência

Em 2020, foi registrada a marca de **75,4% de matrículas de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio** no país, um aumento de quase 15 p.p. em relação a 2012 (Tabela 2.1). As diferenças regionais são expressivas, com a região Sudeste atingindo 82,7% dos jovens da faixa etária matriculados no ensino médio, enquanto as regiões Norte e Nordeste ficam, respectivamente, com 66,7% e 67,7%. Ainda assim, as duas regiões experimentaram um crescimento importante de 17 p.p. na taxa de matrícula entre os anos de 2012 e 2020.

Vale destacar que os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte conquistaram avanços de aproximadamente 25 p.p., chegando a, respectivamente, 82,3% e 75,7% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio. O Ceará também aparece como o estado com a terceira melhor média, atrás apenas de São Paulo (87,0%) e Paraná (84,8%). Inversamente, o Amapá figura como o único estado que obteve uma piora da média, passando de 58,3% em 2012 para 49,1% em 2020, com importante queda de 2019 a 2020.



Ilustração: Storyset

Tabela 2.1 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012-2020)

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	61,0	62,3	64,2	65,4	67,4	67,6	68,7	71,1	75,4
Região Norte	49,7	52,7	55,3	56,5	58,1	59,0	62,4	62,6	66,7
Rondônia	50,2	53,5	55,9	59,9	61,9	56,5	65,8	67,4	71,6
Acre	62,0	67,2	62,1	67,1	65,9	65,8	63,3	66,3	75,3
Amazonas	49,3	52,7	56,3	55,9	60,4	64,7	65,9	65,9	68,8
Roraima	70,2	65,2	69,4	70,3	71,2	69,7	73,3	71,9	66,2
Pará	45,5	47,1	51,7	51,6	52,0	53,6	58,0	57,6	65,1
Amapá	58,3	59,5	57,7	62,6	68,1	59,9	62,0	68,4	49,1
Tocantins	57,8	65,4	62,8	67,1	64,9	70,0	70,7	69,8	69,8
Região Nordeste	50,6	51,6	53,9	56,1	58,2	59,6	60,5	62,7	67,7
Maranhão	53,0	55,4	59,1	59,4	63,2	60,8	63,5	66,1	71,0
Piauí	57,6	55,0	56,7	52,5	58,4	59,2	61,0	64,2	70,3
Ceará	58,7	61,6	60,1	61,9	66,7	68,5	73,0	74,0	82,3
Rio Grande do Norte	50,4	52,9	51,7	59,2	58,2	59,8	55,3	61,9	75,7
Paraíba	51,2	45,7	50,3	55,8	54,5	57,2	58,6	55,5	65,5
Pernambuco	52,2	54,4	57,5	58,4	60,4	60,5	61,8	68,2	66,8
Alagoas	43,0	42,8	47,0	49,7	53,5	56,6	57,2	57,2	62,3
Sergipe	40,0	45,9	46,3	50,3	49,6	51,0	48,6	46,6	52,2
Bahia	44,8	45,8	49,1	52,4	52,7	56,1	54,8	57,0	58,6
Região Sudeste	70,4	71,1	72,9	74,1	76,3	75,7	75,6	79,0	82,7
Minas Gerais	65,9	67,5	69,0	69,1	70,8	74,5	75,6	78,2	79,6
Espírito Santo	62,0	61,4	61,2	66,3	65,0	65,8	62,8	65,1	68,0
Rio de Janeiro	60,8	61,2	63,1	64,1	64,3	66,3	68,3	72,7	79,4
São Paulo	77,4	78,1	80,5	81,1	84,6	80,8	79,4	83,2	87,0
Região Sul	64,3	67,3	68,6	68,8	68,2	68,5	71,5	73,4	78,7
Paraná	65,4	64,8	69,5	70,2	69,8	72,7	72,2	75,7	84,8
Santa Catarina	68,2	74,1	76,3	72,9	72,7	73,1	77,8	76,8	81,6
Rio Grande do Sul	60,9	66,1	63,4	65,1	63,9	61,6	66,7	69,2	70,6
Região Centro-Oeste	64,8	66,5	66,6	65,8	69,8	69,6	71,7	74,5	78,5
Mato Grosso do Sul	51,0	56,7	54,7	52,8	54,9	59,6	66,8	67,4	69,7
Mato Grosso	71,5	70,4	74,7	75,1	80,0	77,7	77,4	77,2	81,9
Goiás	66,4	67,2	66,8	66,4	69,7	68,5	70,9	75,8	80,9
Distrito Federal	66,2	70,0	67,4	65,6	70,2	71,0	71,3	74,4	77,2

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Pela taxa de frequência escolar líquida¹², verifica-se o acesso ao sistema educacional no nível de ensino adequado à faixa etária do estudante. No Gráfico 2.4, a **parcela de estudantes de 15 a 17 anos que frequentavam o ensino médio no país era de 68,2% em 2016 e subiu para 71,4% em 2019.**

Gráfico 2.4 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida – 15 a 17 anos no ensino médio (%) – Brasil (2016-2019)



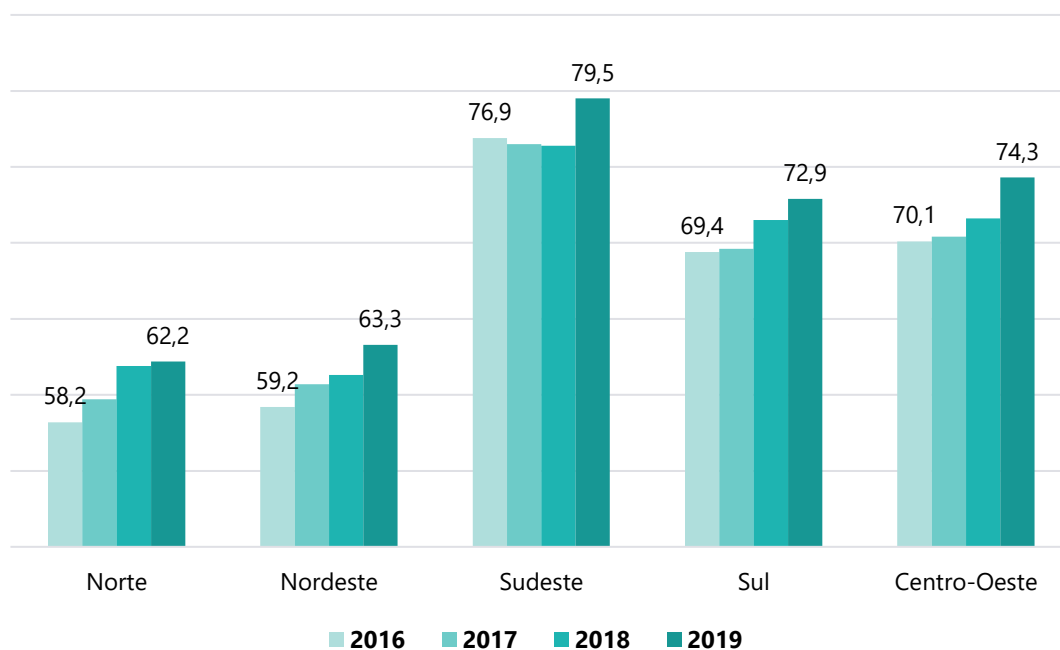
Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

Acompanhando os números nacionais, todas as regiões apresentaram avanços na taxa de frequência escolar líquida. A região Norte se destaca com maior crescimento passando de 58,2% em 2016 para 62,2% em 2020 (4 p.p.), seguida da região Nordeste que possui números semelhantes (crescimento de

¹² De acordo com o IBGE (2019), "a taxa ajustada de frequência escolar líquida é o percentual de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária e daquelas que já concluíram pelo menos esse nível no total de pessoas da mesma faixa etária". Neste caso, indica o percentual dos jovens entre 15 e 17 anos que estão matriculados no ensino médio.

4,1 p.p.). Esse crescimento é ainda mais importante quando levamos em conta que as duas regiões figuram entre as piores médias do país (Gráfico 2.5).

Gráfico 2.5 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio (%) – Grandes Regiões (2016-2019)

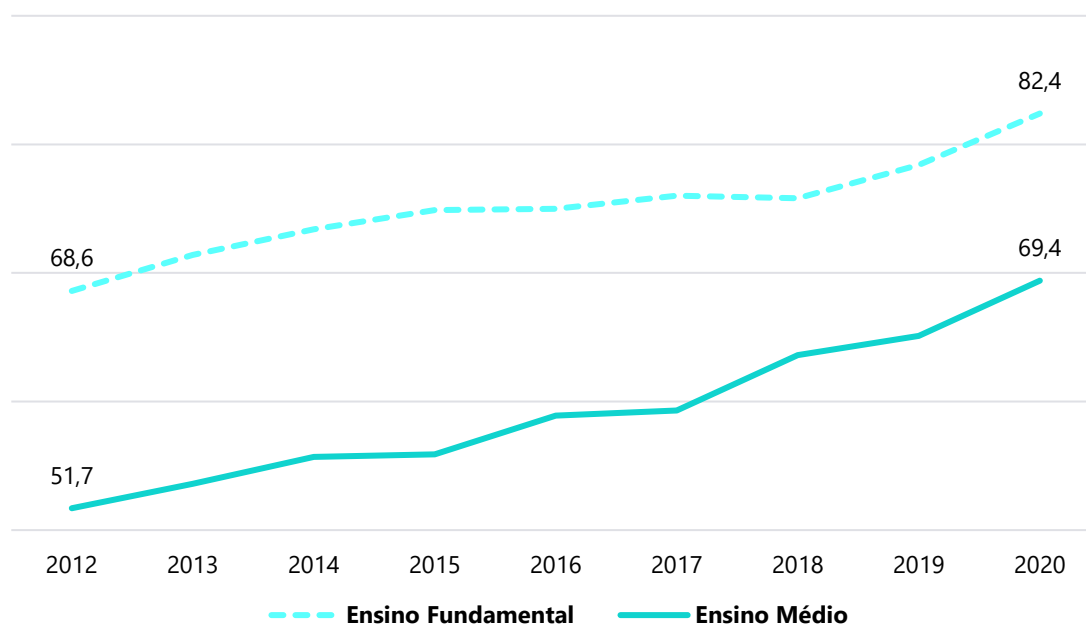


Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

A evolução do percentual de jovens que concluíram as etapas educacionais ensino fundamental e ensino médio na idade prevista é apresentada no Gráfico 2.6. Há um aumento de 13,8 p.p. na **taxa de conclusão do ensino fundamental por jovens com 16 anos** no período e o total chega a **82,4% em 2020**. Por outro lado, ainda que o número também tenha crescido no período de 2021 a 2020 (17,7 p.p.), o **percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio não chega a 70,0%**. Vale sinalizar que, em relação à conclusão nas duas etapas, o crescimento de 2019 para 2020 foi de 4,0 p.p. e 4,3 p.p., respectivamente, diferente de 2018, quando esse avanço não chegou a 3,0 p.p. em ambas as etapas. A pandemia pode ter contribuído com esse crescimento, em função dos registros

e adaptações pelas quais as escolas passaram durante 2020. Porém, apenas com dados mais recentes será possível ter clareza em relação ao tema.

Gráfico 2.6 – Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental e jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio – Brasil (2012-2020)



Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

Por mais que existam conquistas importantes, como o aumento nas taxas de matrícula e conclusão, muitos alunos ainda não completam o ensino básico. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021), dentre todos os grupos de idade, 52,1 milhões de brasileiros não concluíram o ensino fundamental e outros 19,2 milhões possuem o ensino médio incompleto.

Em termos regionais, o crescimento das taxas de conclusão do ensino fundamental são graduais durante o período de 2012 a 2020 (Tabela 2.2). O maior percentual em 2020 é a da região Sudeste: 88,9% dos jovens de 16 anos concluíram o ensino fundamental. Porém, o maior crescimento foi na região Nordeste, que formava pouco mais da metade dos estudantes de 16 anos em

2012 (56,1%), para atingir 76,1% em 2020 — um aumento de 20 p.p. A menor taxa continua na região Norte, mas, assim como nas demais regiões, observa-se um avanço importante de, aproximadamente, 18 p.p.

Tabela 2.2 – Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020)

Brasil e Grandes Regiões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	68,6	71,4	73,4	74,9	75,0	76,0	75,8	78,4	82,4
Norte	54,0	59,4	62,0	66,8	64,9	68,4	68,2	70,6	71,7
Nordeste	56,1	60,5	62,7	63,8	65,3	66,3	68,6	68,8	76,1
Sudeste	79,1	80,0	81,6	83,6	83,1	85,0	81,9	87,1	88,9
Sul	74,4	79,6	79,8	80,4	79,2	77,2	79,1	80,1	84,1
Centro-Oeste	75,4	76,4	77,4	76,1	78,2	77,1	80,6	82,4	87,8

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Já para os jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio, o percentual é significativamente menor em todas as regiões, como aponta a Tabela 2.3. Em 2012, nas regiões Norte e Nordeste, menos da metade dos jovens desta idade haviam concluído a Educação Básica, mas esse número cresceu em 2020: atingiram, respectivamente, 58,3% e 62,4%. Portanto, as regiões com maiores altas foram a Nordeste (21,2 p.p.) e a Centro-Oeste, esta última passando de 54,0% para 72,9%, totalizando um acréscimo de 18,9 p.p. no período. As demais regiões também aumentaram seus números de 2012 a 2020, entre 13 p.p. a 17 p.p.

Tabela 2.3 – Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020)

Brasil e Grandes Regiões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	51,7	53,6	55,7	55,9	58,9	59,3	63,6	65,1	69,4
Norte	42,0	41,3	42,3	44,8	49,2	46,8	54,9	52,9	58,3
Nordeste	41,2	45,4	46,6	47,9	51,0	50,5	53,7	57,7	62,4
Sudeste	59,8	61,1	64,9	63,6	65,5	67,4	70,8	72,1	77,2
Sul	55,9	57,1	57,7	58,8	60,4	62,1	66,3	67,3	69,1
Centro-Oeste	54,0	57,9	57,5	56,7	65,0	59,9	69,3	69,0	72,9

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Fluxo Escolar

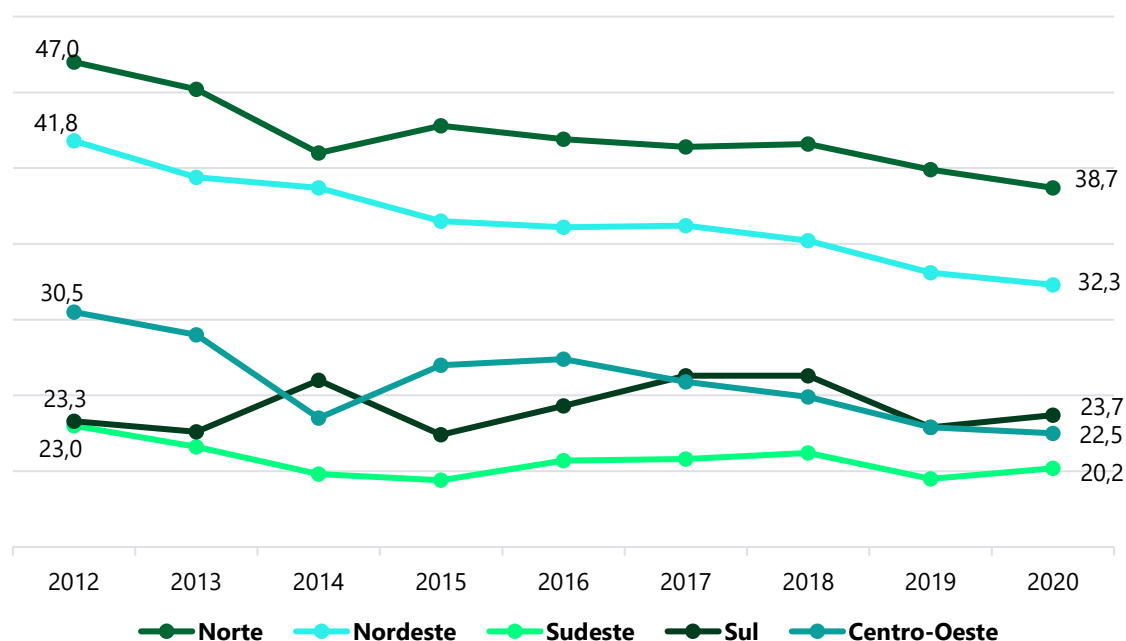
Para verificar os componentes do fluxo escolar, foram reunidos indicadores de distorção idade-série, de abandono, de evasão e de jovens fora da escola, com o propósito de verificar os componentes do rendimento dos estudantes e as dimensões do atraso escolar.

A taxa de distorção idade-série (Gráfico 2.7) revela o percentual de alunos que estão atrasados por um ou dois anos em relação à série/ano que deveriam estar cursando. Seguindo a tendência dos demais indicadores educacionais apresentados até aqui, existem avanços importantes, ainda que não signifique a superação do problema. Segundo dados do *Censo Escolar da Educação Básica* (INEP, 2021), nacionalmente, a taxa de distorção idade-série total no ensino médio passou de 31,1% em 2012 para 26,2% em 2020.

Como pode ser observado no Gráfico 2.7, a região Norte apresentou a maior taxa de 2020 com 38,7%, mas registrava patamares mais altos em 2012, chegando a 47,0%. No período analisado, o Sul foi a única região que sofreu

aumento em relação ao ano de 2012 quando marcava 23,3%: atingiu a menor taxa em 2015 com 22,4%, mas voltou a crescer e chegou a 23,7% no ano de 2020.

Gráfico 2.7 – Taxa de Distorção Idade-Série (%) – Grandes Regiões (2012-2020)



Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

Outros dados importantes para analisar a defasagem escolar e a movimentação do estudante são as taxas de abandono, de evasão escolar e de migração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A taxa de abandono do ensino médio registrou queda significativa de 2019 a 2020, tanto no cenário nacional quanto nas Grandes Regiões (Tabela 2.4). Porém, vale destacar que esse efeito pode ser consequência direta da pandemia de Covid-19 que, no ano de 2020, fechou as escolas e fez com que as instituições e os alunos se adaptassem a um ano letivo não-presencial. Tendo isso em vista, a análise irá priorizar o período pré-pandemia, entre 2012 e 2019.

Nesse sentido, a partir da Tabela 2.4, nota-se que a região Nordeste aparece com a principal variação no período: no ano de 2012, registrou 12,5% de taxa de abandono no ensino médio e, nos anos seguintes, sofreu uma redução de 7,3 p.p., chegando a 5,2% em 2019. As demais regiões também registraram entre 2 p.p. e 5 p.p. de queda na taxa de abandono escolar no ensino médio entre os anos de 2012 e 2019.

Tabela 2.4 – Taxa de abandono no ensino médio (%) – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020)

Brasil e Grandes Regiões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	9,1	8,1	7,6	6,8	6,6	6,1	6,1	4,8	2,3
Norte	13,8	13,4	13,1	13,2	10,8	9,8	10,6	9	1,1
Nordeste	12,5	9,7	9,3	8	7,8	7	6,7	5,2	2,2
Sudeste	6,3	5,9	5,3	4,2	4,9	4,5	4,6	3,4	2,2
Sul	7,8	7,5	7,2	7,4	6,3	6,9	6,5	4,3	4,2
Centro-Oeste	9,2	8,4	7,8	7,9	6,8	5,6	5,2	4,8	1,1

Fonte: INEP (2021).

A evasão se difere do abandono visto que a primeira diz respeito à situação dos estudantes que abandonaram a escola ou reprovaram em sua série e que, no ano seguinte, não efetuaram a matrícula para dar continuidade à sua formação. Por sua vez, o abandono acontece quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo. Esses dois indicadores nos auxiliam na compreensão da dimensão do desafio para garantir que todos os alunos frequentem as escolas.

A taxa de evasão acompanha a tendência de queda da taxa de abandono, como pode ser observado na Tabela 2.5. Verifica-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste registraram contínua redução, enquanto as regiões Sudeste e Sul experimentaram uma evolução desigual, oscilando entre aumento e diminuição dos números, inclusive com a região Sul fechando o ano

de 2018/2019 com a maior taxa de evasão, atingindo os 12,9% – valor ainda maior que em 2012.

Tabela 2.5 – Taxa de Evasão no ensino médio (%) – Brasil e Grandes Regiões (2012-2019)

Brasil e Grandes Regiões	2012/2013	2014/2015	2016/2017	2018/2019
Brasil	11,3	11,1	9,1	9,7
Norte	13,6	12,8	11,7	10,9
Nordeste	12,9	11,9	10,0	10,0
Sudeste	9,6	10,3	7,7	8,4
Sul	11,3	10,2	9,3	12,9
Centro-Oeste	12,4	11,4	10,4	9,3

Fonte: INEP (2021)

Em relação aos *jovens fora da escola*, de acordo com dados da PNAD (2019), **63,5% dos jovens de 18 a 24 anos não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório** — média similar às outras regiões do país (Tabela 2.6). Quando somados aos jovens com atraso escolar, essa proporção chega a quase 75,0% (IBGE, 2020).

Tabela 2.6 – Pessoas de 18 a 24 anos: atraso escolar e jovens fora da escola (%) – Brasil e Grandes Regiões (2019)

Brasil e Grandes Regiões	Atraso Escolar dos Estudantes	Não frequenta a escola e já concluiu a etapa	Não frequenta a escola e não concluiu a etapa
Brasil	11,0	4,1	63,5
Norte	15,2	3,0	63,7
Nordeste	15,0	2,5	65,5
Sudeste	8,0	4,9	63,8
Sul	8,8	4,8	60,6
Centro-Oeste	9,6	5,7	59,3

Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

Os jovens fora da escola são um dos maiores desafios a serem enfrentados, uma vez que as consequências da educação básica incompleta não são triviais afetando diretamente, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho.



SAIBA MAIS

As razões para o abandono e a evasão escolar são múltiplas, mas diferentes entre homens e mulheres. Na seção dedicada à diversidade, será abordada essa questão. Você pode clicar [AQUI](#) e [AQUI](#) para conferir essas e outras informações.

Aprendizagem

Um dos principais desafios educacionais do Brasil diz respeito ao nível de aprendizagem dos estudantes, que além não alcançar o patamar esperado ao final dos ciclos, apresenta disparidades relevantes entre as regiões do país. Nesta seção, busca-se apresentar o acompanhamento do desempenho de estudantes por meio de resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹³ e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)¹⁴.

Na Tabela 2.7, a partir dos dados do Saeb, pode-se observar que a aprendizagem de **Matemática** é particularmente mais afetada no ensino médio,

¹³ O Saeb é um conjunto de avaliações realizado nacionalmente, a cada dois anos, com o objetivo de diagnosticar o nível de aprendizagem das escolas públicas e privadas no país. Os resultados do Saeb juntamente com indicadores educacionais medidos pelo Censo Escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (INEP, s/d).

¹⁴ De modo geral, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, *Programme for International Student Assessment*, (PISA) é uma avaliação elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicada em mais de 60 países. O exame acontece a cada três anos, e tem como objetivo, dentre outros pontos, avaliar alunos de 15 anos matriculados em escolas públicas e particulares em três aspectos principais: leitura, matemática e ciências (INEP, 2022c).

quando a proporção de alunos com aprendizagem adequada passa de **24,4% no 9º ano do ensino fundamental para 10,3% no 3º ano do ensino médio** em âmbito nacional, e chegando a números como 2,6% e 2,7% em estados como o Amapá e o Amazonas no ano de 2019. Ao compararmos estados de uma mesma região, nota-se que Paraíba e Pernambuco detém as maiores médias no Nordeste sendo, respectivamente, 10,1% e 10,6%, ao passo que, no Maranhão, esse número não passa de 3,5%, tornando o Nordeste a região com maior variação entre os estados. Portanto, ressalta-se o fato de que os jovens no país têm urgências e necessidades de proporções distintas dependendo de onde nasceram ou de onde residem.

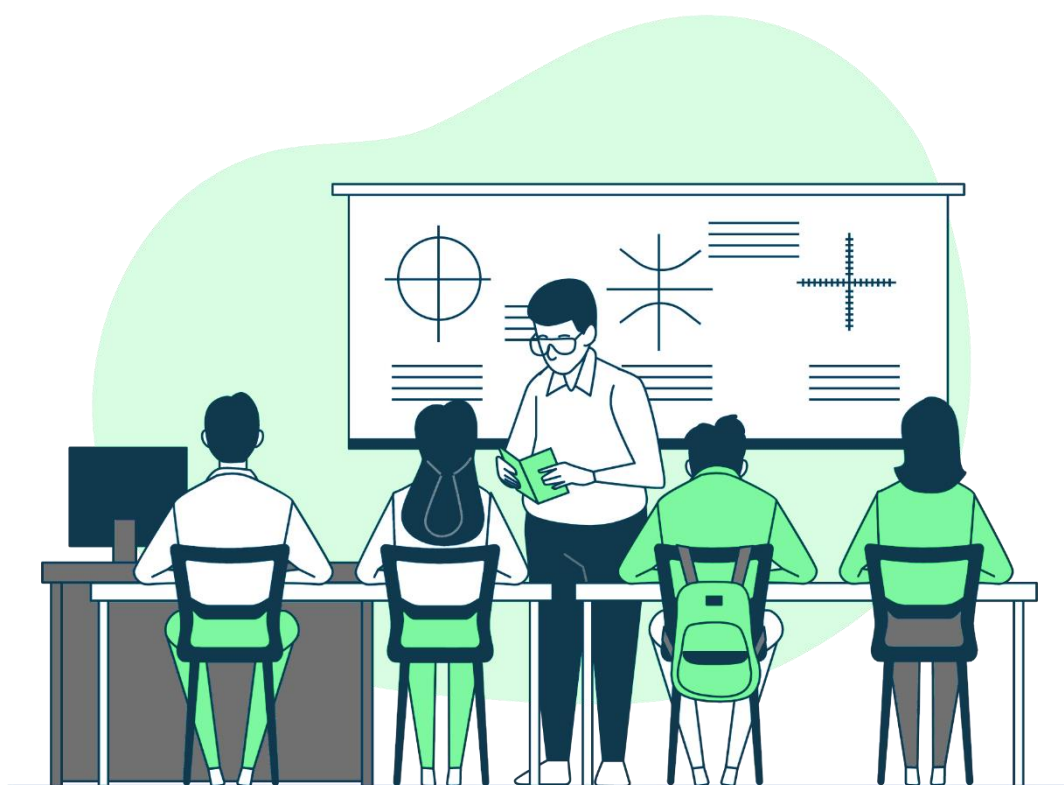


Ilustração: Storyset

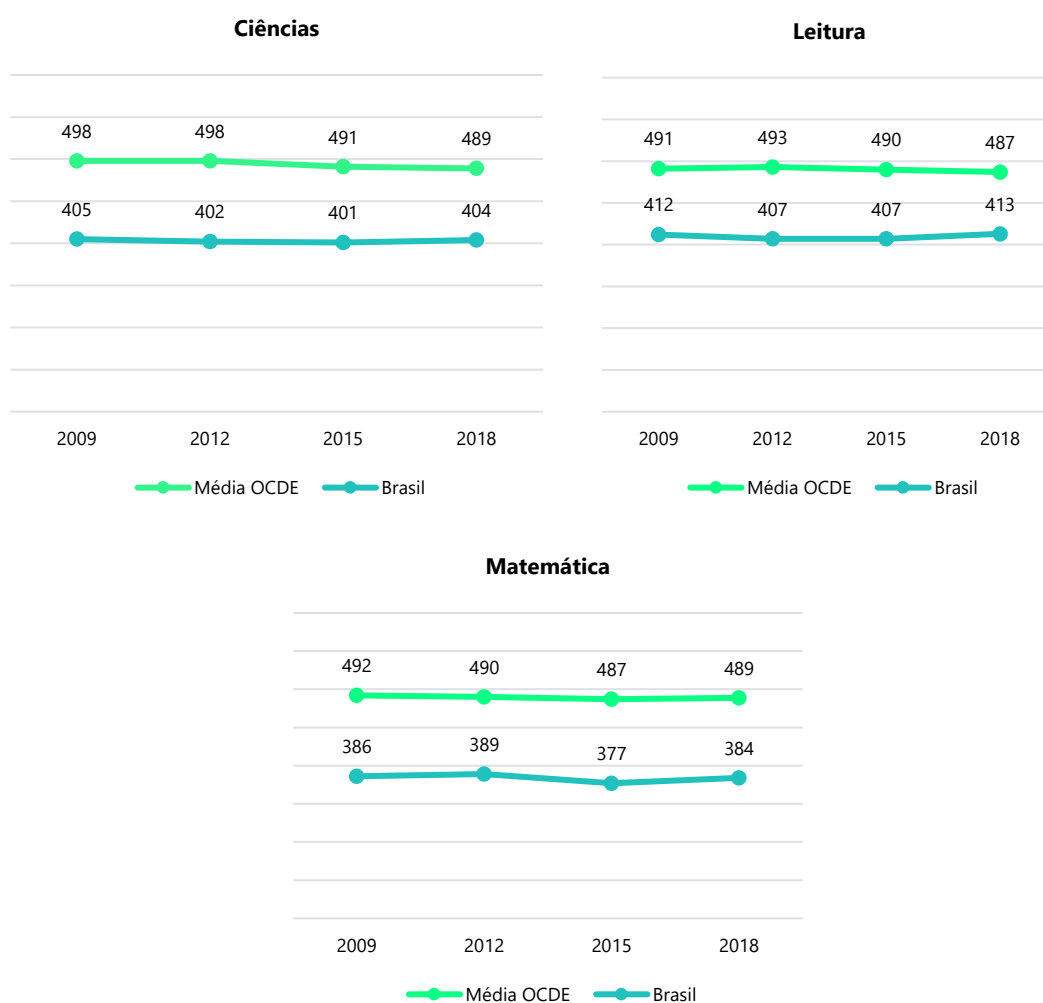
Tabela 2.7 – Percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2007-2019)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	9º ano do ensino fundamental				3º ano do ensino médio			
	Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa		Matemática	
	2007	2019	2007	2019	2007	2019	2007	2019
Brasil	20,5	41,4	14,3	24,4	24,5	37,1	9,8	10,3
Norte	13,6	29,0	7,2	13,6	13,2	22,0	3,1	4,3
Rondônia	13,9	36,3	9,1	19,5	17,7	34,2	5,5	6,6
Acre	13,2	36,9	6,3	18,2	21,4	29,2	4,9	5,9
Amazonas	14,5	31,4	7,8	14,1	9,9	18,1	1,8	2,7
Roraima	13,9	24,6	8,0	12,8	15,0	23,4	2,4	5,1
Pará	13,0	25,4	6,6	11,0	13,3	21,2	3,1	4,4
Amapá	11,7	24,5	4,1	8,4	15,1	20,4	2,6	2,6
Tocantins	13,6	32,3	7,3	19,3	13,0	26,8	4,4	6,6
Nordeste	13,3	34,2	8,5	18,8	17,3	29,5	6,2	7,3
Maranhão	11,4	23,5	6,1	10,5	13,3	20,1	3,0	3,5
Piauí	15,6	37,3	11,8	24,1	15,1	30,5	6,1	9,7
Ceará	14,1	47,7	9,2	28,4	20,4	34,3	6,5	8,2
Rio Grande do Norte	14,8	32,8	10,3	17,4	17,0	27,1	6,7	6,1
Paraíba	12,2	34,5	7,5	18,4	18,8	34,6	7,1	10,1
Pernambuco	12,8	36,4	8,8	21,1	19,1	38,2	8,7	10,6
Alagoas	8,5	32,6	5,0	19,2	13,5	26,5	4,3	4,9
Sergipe	14,0	32,0	9,1	16,7	14,5	31,2	6,4	8,6
Bahia	14,5	30,2	8,8	15,0	17,2	26,0	6,0	6,1
Sudeste	24,2	47,1	17,2	29,2	28,7	42,6	11,4	12,2
Minas Gerais	25,0	44,6	20,0	28,7	31,6	41,6	13,9	13,2
Espírito Santo	22,5	45,1	17,6	29,5	23,7	49,4	12,3	16,9
Rio de Janeiro	23,3	44,0	15,0	26,9	26,9	40,1	10,1	11,5
São Paulo	24,2	49,4	16,5	30,1	28,3	43,4	10,7	11,7
Sul	23,1	47,6	17,2	29,5	30,9	44,5	14,1	14,0
Paraná	23,1	47,2	18,3	30,1	29,9	46,0	15,5	15,4
Santa Catarina	21,7	48,6	17,0	31,6	27,1	40,5	11,6	12,3
Rio Grande do Sul	24,0	47,2	16,1	27,2	34,8	45,8	14,3	13,5
Centro-Oeste	19,8	42,3	13,8	24,9	24,4	41,8	9,2	12,5
Mato Grosso do Sul	21,7	38,8	15,1	22,7	28,4	39,0	10,0	9,8
Mato Grosso	15,8	34,6	11,1	19,0	18,3	29,5	4,6	7,0
Goias	17,7	46,2	11,7	26,9	18,3	45,8	7,7	13,8
Distrito Federal	29,0	46,2	22,1	29,5	43,3	49,7	17,8	18,3

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Da mesma forma, salientando o baixo nível de desempenho dos jovens brasileiros, o Gráfico 2.8 apresenta a comparação da média do Brasil no PISA com a média dos países da OCDE entre 2009 e 2018 e o resultado não surpreende: o país aparece muito abaixo do índice desejável, além de apresentar estagnação no período apontado.

Gráfico 2.8 – Desempenho médio em Matemática, Ciências e Leitura no Pisa – Brasil e média dos países da OCDE (2009-2018)



Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021). OCDE/*Education GPS*.

2.1.1. Educação de Jovens e Adultos



Artigo 7, parágrafo 2: É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é voltada para pessoas que não concluíram seus estudos na idade adequada e a presença de adolescentes que frequentam essa modalidade é alta. Várias questões podem influenciar na migração dos alunos para a modalidade EJA, como vulnerabilidade social, gravidez e maternidade, necessidade de trabalhar, reprovação e evasão escolar, dentre outras (NOVA ESCOLA, 2011).

De acordo com o *Censo Escolar da Educação Básica* (INEP, 2021), a evolução mostra que as taxas de migração para a EJA permanecem em relativa estabilidade em 2018/2019 e quase todas as regiões se mantêm na casa dos 2%, com exceção da Centro-Oeste que chega a 3,3% (Tabela 2.8). Isso significa que, no Brasil, aproximadamente, **2 em cada 100 alunos que estavam matriculados no ensino médio em 2018 se matricularam na EJA em 2019.**

Tabela 2.8 – Taxa de migração para o EJA (ensino médio) (%) – Brasil e Grandes Regiões (2012-2020)

Brasil e Grandes Regiões	2012/2013	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2018/2019
Brasil	2,3	2,1	2,1	2,4	2,6
Norte	2,6	2,8	2,6	2,4	2,5
Nordeste	2,3	2,3	2,4	2,5	2,7
Sudeste	2,2	1,8	2,1	2,2	2,4
Sul	1,7	1,6	1,8	2,1	2,0
Centro-Oeste	2,6	2,6	2,7	3,4	3,3

Fonte: INEP (2021).

A Tabela 2.9 apresenta o número de matrículas na modalidade EJA, de acordo com os grupos de idade, nos anos de 2012 e 2020. **Em 2020, eram 1,8 milhão de pessoas entre 15 e 29 anos de idade matriculadas na modalidade EJA.** Dentre esses grupos, a faixa etária mais presente é a de 20 a 24 anos, que contam com 598.365 matrículas em 2020, seguidos pelo grupo de 18 a 19 anos com o número de 498.898 matrículas. Os adolescentes de 15 a 17 anos, mesmo com uma redução de quase 50% em relação ao ano de 2012, contaram com 434.639 matrículas na modalidade EJA em 2020, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. A faixa de idade com menor número é a de 25 a 29 anos: 296.620 matrículas.

Entre o total de jovens de 15 a 29 anos matriculados na EJA em 2020, a região Centro-Oeste tem o menor número no país, com 117.228 matrículas, enquanto a região Nordeste conta com a maior quantidade totalizando 709.581 matrículas, quase sete vezes o número da região Centro-Oeste.



Ilustração: Storyset

Tabela 2.9 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Faixa Etária – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012 e 2020)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2012				2020			
	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Brasil	705.109	573.557	723.678	446.071	434.639	498.898	598.365	296.620
Norte	107.174	81.049	104.290	67.288	65.559	60.025	69.498	33.627
Rondônia	10.606	12.074	14.768	9.386	4.197	7.670	7.559	3.786
Acre	3.818	3.457	5.966	4.444	2.722	3.493	4.234	1.996
Amazonas	17.912	13.346	21.681	15.933	15.550	10.741	14.018	7.803
Roraima	1.779	2.716	2.328	1.240	790	2.513	2.720	1.019
Pará	63.723	40.719	49.246	30.324	36.177	27.082	32.649	15.588
Amapá	6.480	4.285	5.003	2.713	4.325	4.050	4.156	1.648
Tocantins	2.856	4.452	5.298	3.248	1.798	4.476	4.162	1.787
Nordeste	315.393	204.211	254.649	168.772	193.897	188.531	223.628	103.525
Maranhão	35.095	19.540	24.987	20.529	23.967	17.966	21.014	12.257
Piauí	19.861	11.311	17.536	12.707	13.418	13.761	16.245	7.909
Ceará	32.937	19.848	34.345	24.464	15.417	16.178	30.684	18.903
Rio Grande do Norte	25.186	13.211	14.312	8.237	14.753	11.991	11.388	4.511
Paraíba	24.998	18.958	22.955	15.180	13.747	15.880	16.668	7.610
Pernambuco	53.227	30.658	37.141	24.915	30.497	31.872	31.367	15.092
Alagoas	17.187	10.380	14.291	11.949	12.220	14.642	15.998	8.502
Sergipe	18.368	11.397	10.741	5.364	10.164	8.547	8.659	2.919
Bahia	88.534	68.908	78.341	45.427	59.714	57.694	71.605	25.822
Sudeste	168.154	189.995	235.961	133.376	99.556	166.527	206.114	103.108
Minas Gerais	49.489	56.167	74.695	41.493	22.862	44.100	51.052	26.146
Espírito Santo	15.206	13.001	13.106	7.699	11.262	15.843	11.494	4.818
Rio de Janeiro	61.405	51.327	55.751	30.714	36.911	48.995	63.143	26.374
São Paulo	42.054	69.500	92.409	53.470	28.521	57.589	80.425	45.770
Sul	82.526	57.763	75.848	42.126	51.136	47.960	61.746	36.857
Paraná	24.285	20.087	32.782	19.865	20.769	17.980	29.365	18.793
Santa Catarina	11.606	10.066	15.053	9.072	9.698	8.705	12.174	7.977
Rio Grande do Sul	46.635	27.610	28.013	13.189	20.669	21.275	20.207	10.087
Centro-Oeste	31.862	40.539	52.930	34.509	24.491	35.855	37.379	19.503
Mato Grosso do Sul	2.772	8.325	10.443	6.456	2.480	3.332	5.139	3.187
Mato Grosso	12.749	14.815	20.402	14.188	5.259	7.592	10.652	5.992
Goiás	6.818	6.914	12.762	8.381	9.790	14.604	13.663	7.157
Distrito Federal	9.523	10.485	9.323	5.484	6.962	10.327	7.925	3.167

Fonte: INEP (2021).

A importância da EJA para a retomada dos estudos é indiscutível, principalmente em relação aos adultos. A questão é que quando o jovem, em faixa etária escolar, migra ou volta para essa modalidade, pode significar problemas anteriores: a reprovação, o abandono e a evasão são alguns exemplos. Portanto, é fundamental acompanhar esses números e avaliar as condições desses adolescentes.

2.1.2. Educação Especial



Art. 7º, parágrafo 4: É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa.

Art. 10º: É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Acompanhar os números da Educação Especial no Brasil permite perceber uma importante evolução, mas também revela que ainda há caminhos a percorrer, não apenas em termos de acesso, mas em condições de infraestrutura das escolas da educação básica do país.

As mudanças, observadas pelos dados das tabelas a seguir, são um dos reflexos de uma série de políticas educacionais voltadas para a superação da lógica de exclusão e para a promoção de um ambiente educacional equitativo e inclusivo, e com garantia de acessibilidade. A Educação Especial é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e aparece como um direito no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude, além de possuir legislação específica como a Política Nacional da Educação Especial. A Educação Especial

consta, inclusive, como uma meta do Plano Nacional de Educação, com o objetivo de universalizar o acesso à Educação Básica e o atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).

Dessa forma, segundo dados do *Censo Escolar da Educação Básica* (INEP, 2021), **o número de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns e classes especiais em 2020 era de 1,1 milhão**. Esse número passou de 597.801 em 2010 para 1.025.299 em 2020 no ensino fundamental, e de 33.582 para 166.657 no ensino médio, ou seja, praticamente quintuplicou o atendimento nessa etapa educacional (Tabela 2.10). Porém, nesse caso, é importante observar que o crescimento se dá majoritariamente em classes comuns: em 2010 eram 416.959 matrículas e, em 2020, o número mais do que dobrou, registrando 878.681 matrículas em classes comuns do ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, o número que era de 32.233 em 2010, cresceu mais de cinco vezes, como dito anteriormente, passando para 165.227 matrículas em classes comuns.



Ilustração: Storyset

Tabela 2.10 – Número de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, matriculados em classes comuns e classes especiais – Brasil (2010 e 2020)

Nível de Ensino	Classes Comuns		Classes Especiais + Escolas Especializadas		Total	
	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Ensino fundamental	416.959	878.681	180.842	146.618	597.801	1.025.299
Ensino médio	32.233	165.227	1.349	1.430	33.582	166.657

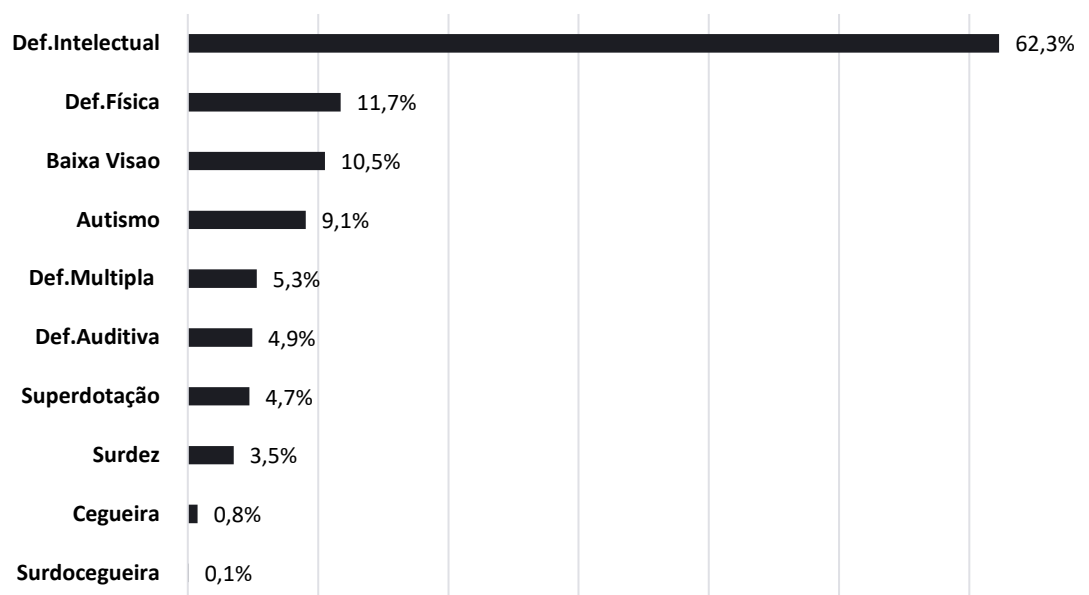
Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Em 2020, segundo dados disponibilizados no Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (SISDEF)¹⁵, do total de estudantes com algum tipo de deficiência matriculados no ensino médio, 92.492 (62,3%) apresentavam deficiência intelectual, 17.439 (11,7%) possuíam algum tipo de deficiência física, 15.622 (10,5%) possuíam baixa visão, 13.439 (9,1%) eram autistas, 7.874 (5,3%) eram alunos com deficiências múltiplas, 7.336 (4,9%) tinham deficiência auditiva, 7.019 (4,3%) eram superdotados, 5.233 (3,5%) eram alunos com surdez, 1.126 (0,8%) eram estudantes com cegueira, 107 (0,1%) eram alunos com surdo-cegueira¹⁶ (Gráfico 2.9).

¹⁵ Disponível na plataforma: <https://nippis.icict.fiocruz.br/sisdef/>.

¹⁶ Alguma diferença entre os dados do SISDEF e do Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) pode ser consequência de atualizações de base de dados.

Gráfico 2.9 – Percentual de alunos matriculados no ensino médio por tipo de deficiência – Brasil (2020)



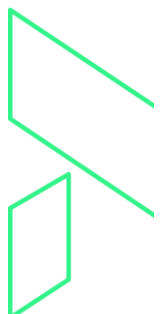
Fonte: SISDEF (2020). Elaboração própria.

A Tabela 2.11 retrata a proporção de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns e possibilita a visão da evolução do período de 2012 a 2020, bem como o retrato da situação atual sob as óticas regional e estadual. Sendo assim, nota-se que os maiores percentuais dessas matrículas estão nas regiões Nordeste e Norte com, respectivamente, 97,2% e 94,7% desses alunos matriculados em classes comuns no ano de 2020. A região Sul tem a menor taxa entre as regiões, 76,6% — resultado que se deve, principalmente, ao estado do Paraná, que apresenta o menor percentual do país: apenas 59,1% dos alunos estavam matriculados em classes comuns; em 2012, o número não era muito diferente: 50,9%. Por sua vez, os estados do Acre, Roraima, Rio Grande do Norte e Espírito Santo têm 100% destes alunos matriculados em classes comuns no ano de 2020.

Tabela 2.11 – Percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2010-2020)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	68,9	74,2	75,7	76,9	78,8	80,7	82,0	84,1	85,9	87,2	88,1
Norte	75,6	83,5	85,6	87,8	88,9	90,2	90,7	91,6	92,8	94,3	94,7
Rondônia	65,1	73,6	75,1	78,7	79,8	83,0	84,3	84,3	85,8	94,7	94,6
Acre	85,4	92,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Amazonas	56,8	66,1	71,1	74,3	76,1	78,7	79,5	81,4	83,0	84,8	86,0
Roraima	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pará	84,4	92,8	94,7	95,6	97,7	97,8	98,3	98,9	99,2	99,3	99,4
Amapá	79,7	81,7	84,0	84,6	84,9	88,1	87,9	86,9	94,0	93,4	97,5
Tocantins	72,9	78,6	77,0	78,2	78,7	80,3	81,3	82,3	83,7	83,7	84,4
Nordeste	79,6	86,8	88,9	90,4	91,9	93,5	94,3	95,3	96,2	96,8	97,2
Maranhão	76,1	81,4	82,9	84,5	85,8	87,0	88,6	91,1	92,9	93,4	93,0
Piauí	81,1	96,3	96,4	97,1	98,0	98,2	97,0	98,6	98,8	98,7	99,0
Ceará	76,6	86,4	88,5	93,3	94,9	96,2	97,0	97,3	97,8	98,2	98,3
Rio Grande do Norte	97,0	98,9	99,8	99,8	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Paraíba	86,5	92,3	94,3	94,9	95,3	95,5	96,4	97,0	96,6	97,3	98,1
Pernambuco	62,7	73,0	77,7	79,1	81,0	86,3	87,7	89,1	92,0	93,6	94,9
Alagoas	91,5	95,5	95,4	97,1	97,5	99,4	99,7	99,3	99,3	99,2	99,5
Sergipe	66,7	78,1	81,5	85,2	89,5	91,3	93,2	95,0	95,7	96,0	96,6
Bahia	85,6	90,0	91,4	91,8	93,5	94,3	94,7	95,7	96,4	97,1	97,5
Sudeste	64,5	67,2	70,4	71,8	73,5	75,2	77,4	80,0	82,3	84,1	85,7
Minas Gerais	50,2	55,9	61,7	63,8	66,4	69,5	72,0	75,7	79,0	81,7	84,3
Espírito Santo	100,0	99,7	100,0	100,0	100,0	99,9	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0
Rio de Janeiro	59,8	68,6	71,8	73,0	75,2	77,0	79,2	81,4	83,9	86,1	87,1
São Paulo	69,8	70,1	72,1	73,3	74,7	75,6	77,8	80,0	81,6	82,9	83,9
Sul	62,2	69,0	65,8	66,1	68,5	70,7	71,2	73,3	74,9	75,5	76,6
Paraná	50,9	58,3	50,0	48,3	49,8	51,5	52,7	56,3	59,0	57,6	59,1
Santa Catarina	92,0	93,1	93,9	94,1	95,7	97,8	97,4	98,0	97,7	98,8	99,7
Rio Grande do Sul	64,3	71,6	75,9	77,8	79,9	81,3	82,0	83,1	84,2	85,4	85,7
Centro-Oeste	70,5	75,1	78,7	78,7	80,4	81,1	81,7	83,3	85,1	86,1	85,8
Mato Grosso do Sul	63,5	68,3	69,6	70,1	72,3	74,2	74,1	73,2	73,9	74,9	75,3
Mato Grosso	52,7	58,9	67,1	71,1	73,0	74,9	77,2	79,0	79,9	80,2	82,3
Goiás	89,3	91,4	94,0	92,2	96,1	95,4	92,3	93,3	94,4	94,1	90,5
Distrito Federal	65,3	71,1	72,7	74,3	71,7	72,2	76,7	80,4	84,4	90,0	91,3

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).



É evidente que os dados de matrículas não revelam um retrato apurado da realidade das escolas brasileiras, portanto, ainda que essas informações traduzam avanços, não significa que os problemas relacionados à educação especial foram equacionados, principalmente no que concerne à temática da acessibilidade.

A Tabela 2.12 reúne dados acerca das principais formas de acessibilidade nas escolas: banheiros PNE, salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), rampas, sinais sonoros, táteis e visuais, além de mapear as escolas sem acessibilidade. Fica evidente que existe uma evolução dos números entre os anos de 2019 e 2021, mas, ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), por exemplo, é uma mediação pedagógica que oferece atividades com o objetivo de desenvolver habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras etc., e são realizadas, prioritariamente, em salas de recursos multifuncionais (SRM) ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Em 2021, o percentual de escolas no Brasil que ofereciam salas de recursos multifuncionais para AEE era de 20,9%. Entre as instituições educacionais, os menores percentuais estavam entre as escolas privadas e rurais que, em 2021 contavam, respectivamente, com apenas 9,7% e 8,5% de escolas ofertando tais recursos. As escolas estaduais e federais têm os maiores números: 37,4% e 34,2% (Tabela 2.12).

Outra informação relevante apresentada na tabela é a de que menos da metade das escolas (40,0%) ofereciam banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e 36,8% possuíam rampas para a locomoção em 2021. Acessibilidades como sinais sonoros (1,2%), táteis (2,4%) e visuais (4,3%) representam o tipo de infraestrutura que as escolas menos oferecem. Além disso, de todas as escolas, 35,8% não dispunham de nenhum tipo de acessibilidade.

Tabela 2.12 – Percentual de escolas com acessibilidade arquitetônica, por tipo e área de escola, e infraestrutura – Brasil (2019 e 2021)

Tipo de Escola	Banheiro PNE		Sala de atendimento especializado		Rampas		Sinal Sonoro		Sinal Tátil		Sinal Visual		Acessibilidade Inexistente	
	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021
TOTAL	35,7	40,0	19,7	20,9	30,7	36,8	0,8	1,2	1,5	2,4	2,9	4,3	44,0	35,8
Federal	89,4	91,2	31,7	34,2	75,9	86,4	2,5	4,9	20,3	33,3	16,5	28,4	5,2	2,9
Estadual	51,4	55,7	35,7	37,4	42,2	50,6	1,0	1,4	2,2	4,0	3,0	5,1	41,2	33,4
Municipal	29,2	33,8	19,5	20,6	23,6	29,5	0,3	0,6	0,7	1,0	1,1	1,7	50,4	40,6
Privada	42,3	45,0	8,5	9,7	67,0	70,9	4,0	5,9	7,2	10,0	18,8	25,5	30,0	25,7
Urbana	50,3	53,5	24,7	26,2	58,5	66,1	1,8	2,6	3,7	5,5	7,0	10,1	34,5	26,7
Rural	12,2	15,2	8,3	8,5	13,1	18,0	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3	0,6	65,7	57,3

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019; 2020a). Elaboração da Secretaria Nacional da Juventude.

Dados do SISDEF (2022a) atestam o aumento do percentual de escolas com docentes que possuíam formação específica em Educação Especial, passando de 32,2% em 2016 para 38,2% em 2020. Também cresceu o número de escolas que disponibilizavam o AEE, passando de 14,9% em 2016 para 17,4% em 2020. Por fim, apenas 5,2% das escolas possuíam em seu quadro docentes com algum tipo de deficiência em 2020, percentual pouco maior que em 2016, ano que registrou 4,6% das escolas.

É importante monitorar esses números para observar, não apenas a expansão das matrículas dos estudantes com deficiência, mas se as escolas estão caminhando para mudanças efetivas em torno da acessibilidade e da garantia de condições adequadas para a aprendizagem.



Art. 7º, parágrafo 3: São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em todas as etapas e modalidades educacionais.

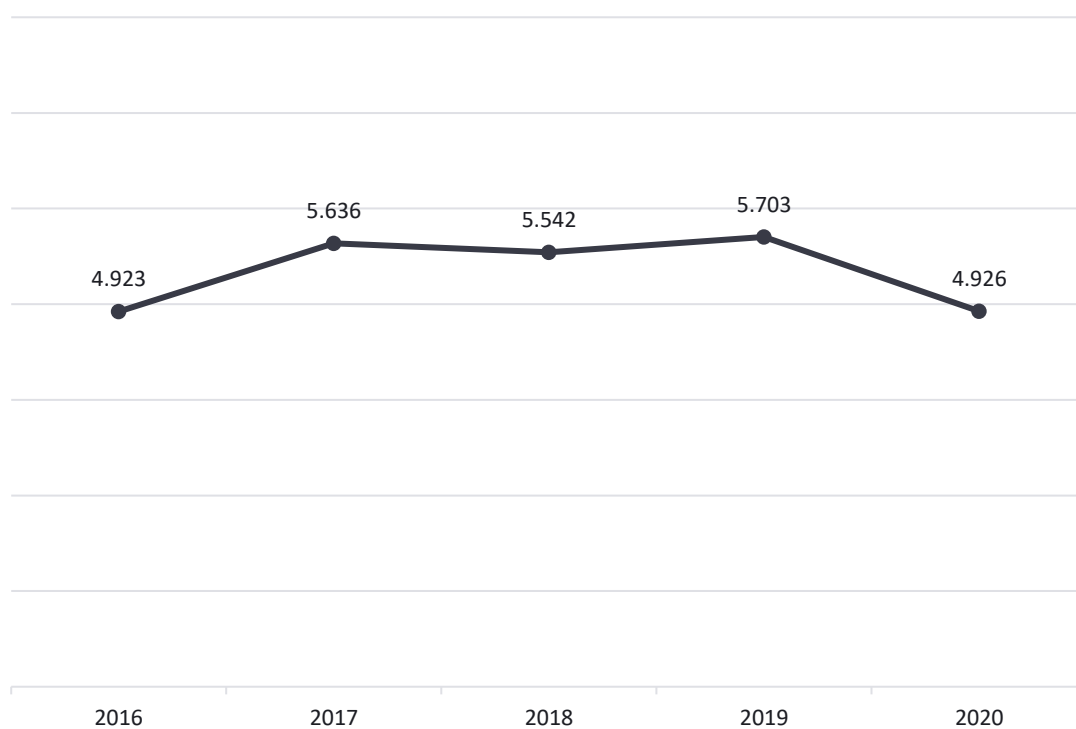
Agregando ao tópico anterior, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial desenvolveram, em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais que são estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. O documento propõe métodos para auxiliar na inserção escolar e na adaptação de alunos com necessidades especiais, de acordo com suas especificidades.

Para que os estudantes possam superar o desafio da comunicação, são propostas adequações no currículo e na interação entre professor e aluno. A primeira delas é a necessidade da utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que visa possibilitar o acesso amplo e equânime para estudantes com surdez por meio de estratégias de mediação pedagógicas para que alunos possam aprender e dominar as estruturas gramaticais e aspectos linguísticos. Um segundo aspecto diz respeito à metodologia a ser adotada para o ensino dessa linguagem, isto é, adaptações de recursos como materiais e equipamentos específicos, textos escritos, que favoreçam a compreensão por meio de linguagem gestual, língua de sinais e outros (BARBOSA, 2007).

Em 2016, no ensino médio, 4.923 estudantes utilizaram tradutor e intérprete de LIBRAS nas escolas do Brasil e, no ano seguinte, houve um aumento para 5.636 estudantes. No ano de 2018, o número diminuiu para 5.542 e, em 2019, chegou a 5.703 estudantes, maior patamar desde 2016. **O ano de 2020 registrou o número mais baixo desde 2017, com 4.926 alunos de ensino médio utilizando os serviços de Tradução e de Intérprete de LIBRAS,**

conforme dados do SISDEF (Gráfico 2.10). Ressalta-se que essa pode ser uma das consequências relacionadas à pandemia de Covid-19, uma vez que as escolas, na maior parte do ano, adotaram modalidades de ensino não presencial possivelmente refletindo na menor demanda por esses profissionais.

Gráfico 2.10 – Estudantes que utilizam Tradutor e Intérprete de Libras – Brasil (2016-2020)



Fonte: SISDEF (2022a). Elaboração própria.

2.1.3. Educação no Campo



Art. 7º, parágrafo 5: A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais.

Do total de 179.533 escolas no Brasil no ano de 2020, 54.403 (30,3%) estavam localizadas em áreas rurais e, dentre elas, 3.095 escolas de ensino médio regular ao lado de 25.838 escolas da mesma categoria localizadas em áreas urbanas. Considerando que a população jovem matriculada na Educação Básica frequenta majoritariamente o ensino médio, aqueles que residem em área rural têm acesso a apenas 10,7% dessas escolas no país. A região Nordeste abriga 934 dessas escolas, com mais de um terço só no estado do Maranhão. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), da totalidade dessas escolas, 87,9% têm acesso a água potável, 91,2% possuem banheiro, 93% têm energia elétrica e outras 85,3% possuem rede de esgoto.

De um total de **5.177.972 de matrículas em escolas na zona rural**, 389.504 (7,5%) são do ensino médio regular, número que aumentou desde 2012, ano em que foram registradas 322.480 matrículas. Seguindo a tendência, a região Nordeste tem o maior número de matrículas em 2020, 152.413, sendo que mais de 80 mil pertencem a apenas dois estados – Maranhão e Bahia (Tabela 2.13).

Tabela 2.13 – Número de matrículas do ensino médio regular na área rural – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012 e 2020)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2012	2020
Brasil	322.480	389.504
Norte	73.269	99.800
Rondônia	4.662	3.629
Acre	5.184	8.872
Amazonas	23.421	34.267
Roraima	3.462	4.849
Pará	28.794	38.360
Amapá	3.736	4.366
Tocantins	4.010	5.457
Nordeste	120.542	152.413
Maranhão	42.182	41.839
Piauí	8.041	7.563
Ceará	11.040	19.841
Rio Grande do Norte	3.399	4.371
Paraíba	2.089	5.298
Pernambuco	18.405	21.659
Alagoas	4.784	6.590
Sergipe	4.311	4.316
Bahia	26.291	40.936
Sudeste	60.840	64.377
Minas Gerais	19.906	21.457
Espírito Santo	5.088	5.589
Rio de Janeiro	11.476	15.747
São Paulo	24.370	21.584
Sul	38.386	38.865
Paraná	19.092	17.792
Santa Catarina	7.358	7.261
Rio Grande do Sul	11.936	13.812
Centro-Oeste	29.443	34.049
Mato Grosso do Sul	5.816	6.986
Mato Grosso	16.447	17.817
Goiás	5.213	6.210
Distrito Federal	1.967	3.036

Fonte: INEP (2021). Censo Escolar da Educação Básica (2012-2020). Elaboração própria.

Para além das questões de infraestrutura e de matrículas, a Educação no Campo enfrenta grandes disparidades educacionais. A partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), a Tabela 2.14 apresenta a síntese de indicadores educacionais que revelam as desigualdades entre as áreas urbanas e rurais: **83,9% dos jovens de 16 anos que vivem nas áreas urbanas concluíram o ensino fundamental, enquanto nas áreas rurais esse número é de 73,7%**. A diferença é ainda maior quando comparada com o percentual dos jovens que concluíram o ensino médio: **nas áreas urbanas, 72,2% dos jovens finalizaram a Educação Básica, já nas áreas rurais, esse número é de 53,2%** — ou seja, pouco mais da metade dos jovens de 19 anos concluíram o ensino médio na área rural em 2020. Além disso, há uma diferença de quase 2 anos em relação à média de anos de estudo — 12,0 na área urbana e 10,2 na área rural.

Tabela 2.14 – Síntese de Indicadores Educacionais em áreas urbanas e rurais – Brasil (2020)

Área	% jovens de 16 anos que concluíram o EF	% jovens de 15 a 17 anos matriculados no EM	% jovens de 19 anos que concluíram o EM	Média de anos de estudo
Urbano	83,9	77,5	72,2	12,0
Rural	73,7	65,1	53,2	10,2

Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

O *Anuário Brasileiro da Educação Básica* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) informa ainda que o percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb também ilustra as grandes disparidades. Em Língua Portuguesa, no ensino fundamental - anos finais, há uma diferença de 19,4 p.p. entre os estudantes da área urbana (43,2%) e da área rural (23,8%) com aprendizagem adequada na disciplina. Em Matemática, a situação se repete, ainda que a distância seja menor, 13,1 p.p., sendo que os jovens da área urbana registraram 25,6% e da área rural

12,5%. No ensino médio, os números caem: em Língua Portuguesa, os estudantes em área urbana registraram 37,9%, enquanto na área rural o número ficou em 17,0%, ou seja, 20,9 p.p. de diferença; Matemática coleciona os menores percentuais, em área urbana os jovens alcançam 10,6% da aprendizagem adequada, enquanto os da área rural registram 3,0% (Tabela 2.15).

Tabela 2.15 – Percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb, áreas urbana e rural – Brasi (2019)

Área	Ensino fundamental - anos finais		Ensino médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Urbano	43,2	25,6	37,9	10,6
Rural	23,8	12,5	17,0	3,0

Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

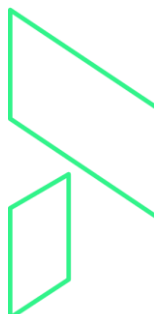
2.1.4. População Indígena e Quilombola



Art. 7, parágrafo 2: A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada aos jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

Superar os entraves impostos pelas desigualdades sociais e territoriais significa contemplar estratégias para o desenvolvimento educacional das populações indígenas e quilombolas, respeitando a preservação das suas identidades culturais, e esse não é um desafio simples.

As últimas décadas registraram importantes avanços no sentido da universalização da Educação Básica e no reconhecimento do direito da população indígena a uma educação específica, que leve em conta suas particularidades linguísticas, culturais e sociais, inclusive por meio de legislação (BRASIL, 1991; 1996; 2008; 2009; 2012a; 2012c). Contudo, ainda persistem desafios geopolíticos,



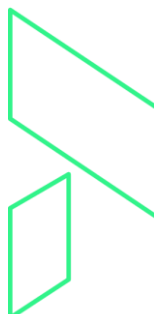
como a extensão continental, as dificuldades de acesso, o sistema de transporte e comunicação deficitário, a infraestrutura precária, conflitos latifundiários, entre outros (BANIWA, 2019). Essas características que impactam o acesso e a permanência da população indígena nas séries mais avançadas, como no ensino médio, e, conseqüentemente, geram efeitos também no ensino superior, além de impactar as possibilidades de inserção em um mercado de trabalho mais qualificado e mais bem remunerado (INSTITUTO UNIBANCO, 2021).

A partir dos dados do Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais (SIMOPE), verificou-se a existência de 3.344¹⁷ **escolas indígenas** pelo país em 2019. No mesmo ano, foram registradas **287.404 matrículas, dentre elas 183.974 (64,0%) no ensino fundamental e 35.570 (12,3%) no ensino médio**. Das escolas localizadas em terras indígenas, 1.214 utilizam materiais pedagógicos específicos para a Educação Indígena (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).¹⁸

Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Unibanco (2021) com base nos microdados do *Censo Escolar da Educação Básica* (2020), em termos de infraestrutura, mais de 1.600 escolas indígenas não contavam com rede de esgoto e 1.040 estabelecimentos não possuíam energia elétrica em 2020. Sobre recursos pedagógicos, 3.098 escolas não tinham nenhum tipo de laboratório e 2.572 não possuíam internet. Em 2.343 escolas, as aulas eram ministradas em língua indígena e em língua portuguesa, em 879 eram ministradas somente em língua portuguesa e em 137 apenas em língua indígena, sendo que 2.158 escolas ofertavam Educação Indígena e usam instrumentos e materiais socioculturais

¹⁷ Esse número se refere ao total de escolas indígenas localizadas em terras indígenas, áreas de assentamento, áreas remanescentes de quilombo e em áreas de localização não-diferenciadas.

¹⁸ Pode haver um descompasso entre os números de estabelecimentos e de matrículas dependendo da atualização das bases de onde os dados foram coletados.



e/ou pedagógicos para o desenvolvimento de atividades (INSTITUTO UNIBANCO, 2021).

Da mesma forma, a Educação Escolar Quilombola busca a afirmação da sua população enquanto sujeito de direito (COELHO, 2021). Com uma legislação sólida, como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Resolução que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004), o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) e a Resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012c), a Educação Quilombola organiza e garante o ensino fundamentado na memória coletiva, nas línguas remanescentes, nas práticas culturais, nos repertórios orais e no patrimônio cultural dessas comunidades. A inserção da realidade quilombola nos materiais didáticos e o apoio pedagógico voltado para o contexto local contribuem com a educação nos quilombos em diferentes etapas e valoriza a própria cultura (MEC s/d).

No que se refere à situação material da Educação Quilombola, os dados da SIMOPE destacam que existiam **2.532 escolas em áreas remanescentes de quilombos** em 2019 e foram identificadas **302.222 matrículas, sendo que 175.587 (58,1%) foram no ensino fundamental e 21.469 (7,1%) no ensino médio**. Segundo a pesquisa *Projeto Quilombos e Educação* (SILVA, 2020), com base no Censo Escolar da Educação Básica (2020), o número de escolas cresceu em 2020, passando para 2.526 estabelecimentos. No mesmo ano, a população docente atuante em escolas quilombolas foi de 51.252 e apenas 30% das escolas utilizavam materiais pedagógicos específicos para a diversidade sociocultural das comunidades quilombolas. Também em 2020, 21,0% das escolas quilombolas possuíam biblioteca ou sala de leitura, 11,8% tinham quadra de esporte coberta

ou não coberta, 41,0% tinham acesso à internet, 11,7% das escolas tinham internet com acesso para os alunos e 13,1% disponibilizavam computador portátil aos estudantes (SILVA, 2020).¹⁹

2.1.5. Transporte Escolar



Art. 11º: O direito ao programa suplementar de transporte escolar de que trata o art. 4o da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) são algumas das leis que dispõem sobre o direito dos estudantes ao transporte escolar, por meio de programas suplementares que atendam tanto os alunos do campo quanto da cidade. Isto porque ainda persistem dificuldades de acesso às escolas por razões geográficas e/ou condições econômicas, principalmente entre os alunos da área rural que não possuem, por exemplo, um sistema de transporte coletivo como na zona urbana (CARVALHO *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o Governo Federal juntamente com os estados e municípios, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desenvolvem a Política Nacional do Transporte Escolar, com programas como o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) com o objetivo de suprir as demandas e atender aos alunos de

¹⁹ Para saber mais sobre Educação Indígena e Quilombola, consulte: Silva (2015), Arruti (2017), Baniwa (2019), Coelho (2021).

acordo com as suas necessidades, levando em contas as múltiplas realidades do país (CARVALHO *et al.*, 2020).

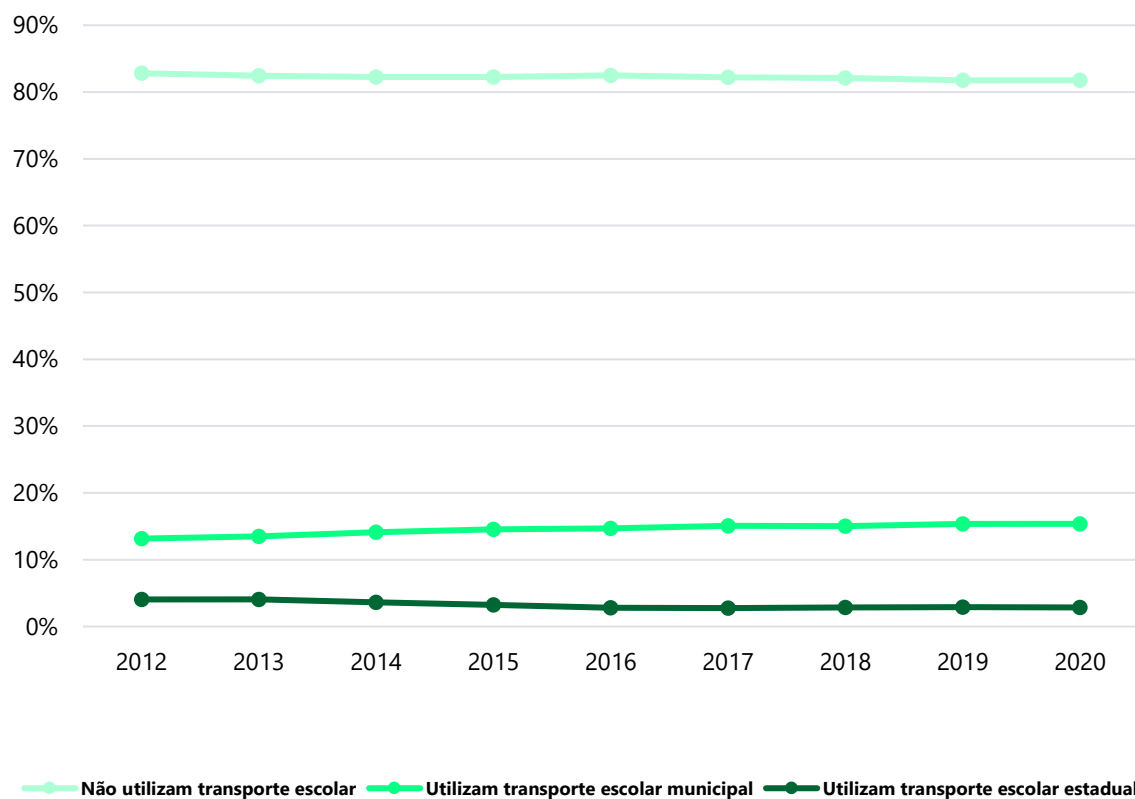
De modo geral, como aponta o Gráfico 2.11, entre 2012 e 2020 há uma estabilidade na proporção de alunos que utilizam transporte escolar público no Brasil. Entre todas as etapas de ensino, em 2012, 82,8% dos alunos não utilizavam transporte público e, em 2020, esse número registrou 81,7%. No mesmo período, entre os alunos que utilizavam transporte público, 13,1% faziam uso do transporte público municipal em 2012 e, no último ano, passaram para 15,0%; e 4,0% utilizavam o transporte público estadual em 2012, sendo que esse número caiu no último ano, passando para 2,8%. Para compreender a magnitude dos números, se, em 2020, foram mais de 47,2 matrículas na Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) em todo o Brasil, isso significa que aproximadamente **850 mil alunos utilizavam o transporte público escolar** no mesmo ano (estadual e municipal).²⁰



Ilustração: Storyset

²⁰ Para mais detalhes da caracterização e utilização do transporte escolar, conferir a publicação *Caracterização e Avaliação do Transporte Escolar do Brasil* (UFG; FNDE, 2018).

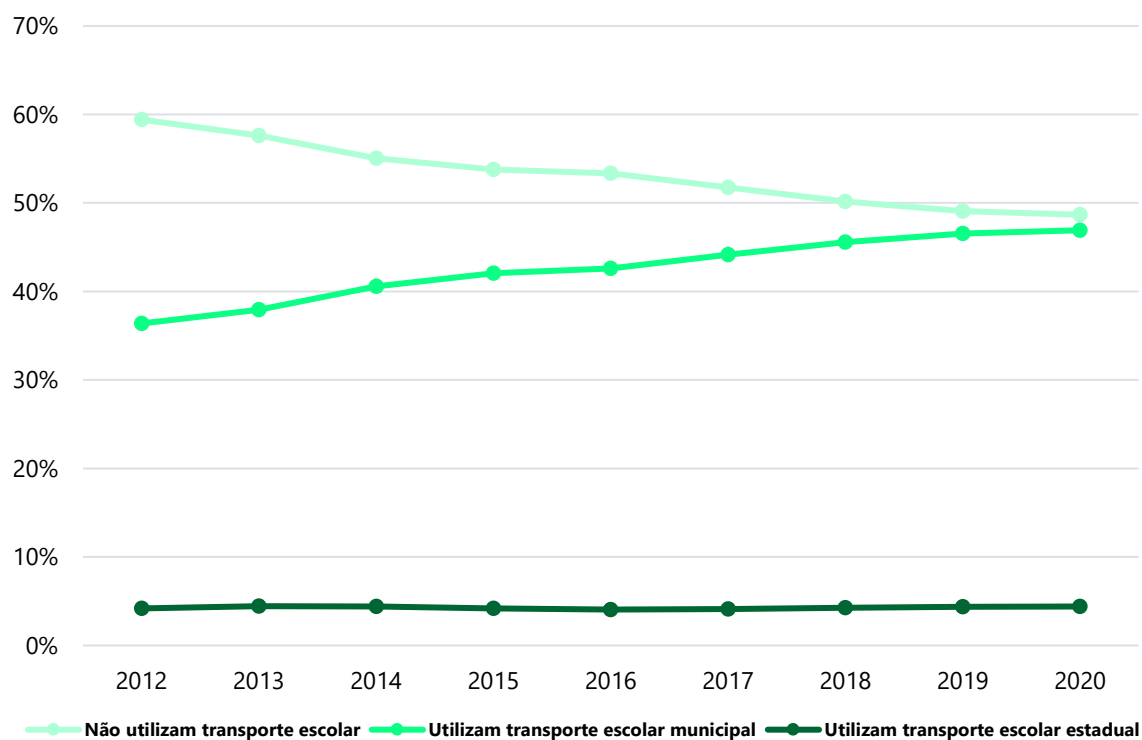
Gráfico 2.11 – Percentual de alunos que utilizam ou não transporte escolar – Brasil (2012-2020)



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2012-2020). Elaboração própria.

No Gráfico 2.12 são apresentados os números dos alunos residentes em áreas rurais que utilizavam ou não o transporte escolar público entre os anos de 2012 e 2020. A partir de 2012, o número de estudantes residentes em áreas rurais que não faziam uso do transporte escolar sofreu uma queda de quase 10 p.p., de 59,4% para 48,7% em 2020 – passando para menos da metade dos alunos. Conseqüentemente, observou-se um aumento na utilização do transporte em âmbito municipal, de 39,4% em 2012 para 46,9% em 2020. Cabe registrar que o uso do transporte escolar estadual permaneceu estável na casa dos 4%.

Gráfico 2.12 – Percentual de alunos na área rural que utilizam ou não transporte escolar – Brasil (2012-2020)



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2012-2020). Elaboração própria.

Esse tópico teve como objetivo apresentar brevemente os números relacionados ao transporte público escolar, mas, evidentemente, também é necessário conhecer a condição de oferta, a qualidade dos veículos, a manutenção e a regularização desse transporte. Porém, de modo geral, já é possível perceber a importância das políticas de fortalecimento do transporte público escolar, visto que há uma demanda importante para o acesso com segurança dos estudantes às unidades de ensino, além de ser parte fundamental para garantir o direito efetivo dos alunos à educação e evitar situações de abandono e de reprovação escolar que geram impactos futuros na vida desses jovens.

2.2. Educação Superior



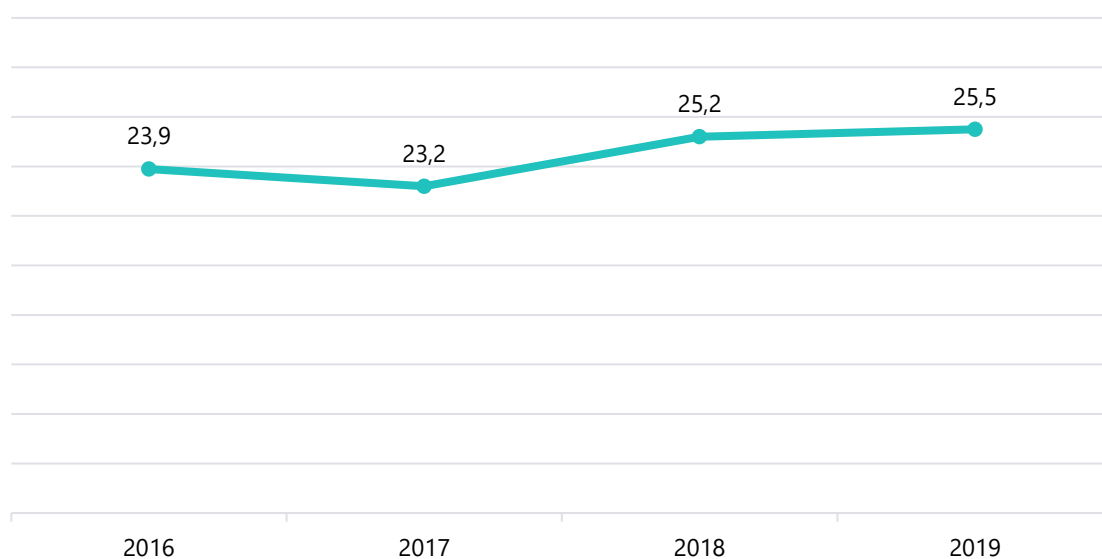
Art. 8º: O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

A educação superior no Brasil abrange quatro tipos de cursos: sequencial, graduação, pós-graduação e extensão, que podem ser oferecidos nas modalidades presencial, semipresencial e educação a distância (EAD). Apesar da ampliação do acesso nos últimos anos, esse nível educacional ainda é restrito no país, sendo de grande importância monitorar sua evolução visando não só dar continuidade à expansão das matrículas, como também assegurar a qualidade da educação ofertada. Dessa forma, este tópico apresenta sinteticamente alguns resultados importantes nesse cenário.

De acordo com as informações contidas na PNAD Contínua (IBGE, 2019), de 2016 a 2019 houve um avanço de 23,9% para **25,5% na taxa de frequência líquida²¹ de pessoas de 18 a 24 anos no ensino superior** em relação à população da mesma faixa etária (1,6 p.p.) (Gráfico 2.13).

²¹ De acordo com o IBGE (2019), "a taxa ajustada de frequência escolar líquida é o percentual de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária e daquelas que já concluíram pelo menos esse nível no total de pessoas da mesma faixa etária". Neste caso, indica o percentual dos jovens entre 18 e 24 anos que estão matriculados no ensino superior.

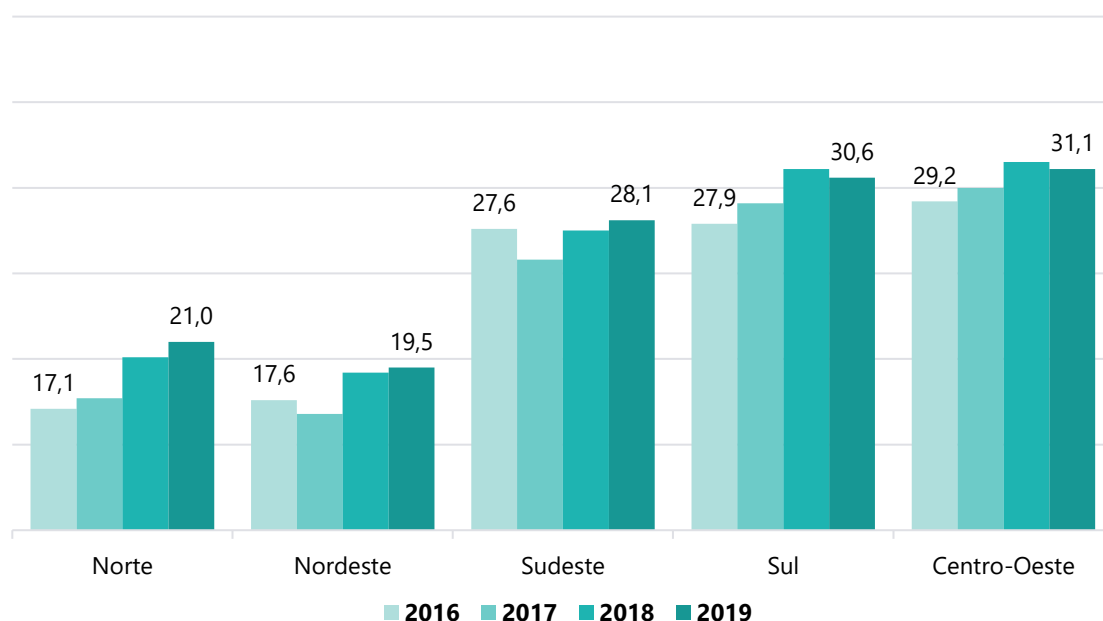
Gráfico 2.13 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida – 18 a 24 anos no ensino superior (%) – Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE, 2019. Elaboração própria.

Entre 2016 e 2019, sob a ótica regional, observa-se um crescimento da taxa de frequência escolar líquida em todas as Grandes Regiões (Gráfico 2.14). Nas regiões Norte e Sul, foram verificados os maiores aumentos, respectivamente, 3,9 p.p. (de 17,1% para 21,0%) e 2,7 p.p. (de 27,9% para 30,6%). Por sua vez, a região Nordeste aparece com o menor percentual de jovens entre 18 e 24 anos frequentando algum curso superior, com 19,5% em 2019. Devido à elevada taxa de frequência escolar registrada no Distrito Federal, a região Centro-Oeste registrou o maior percentual: 31,1%.

Gráfico 2.14 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino superior (%) – Grandes Regiões (2016-2019)



Fonte: IBGE, 2019. Elaboração própria.

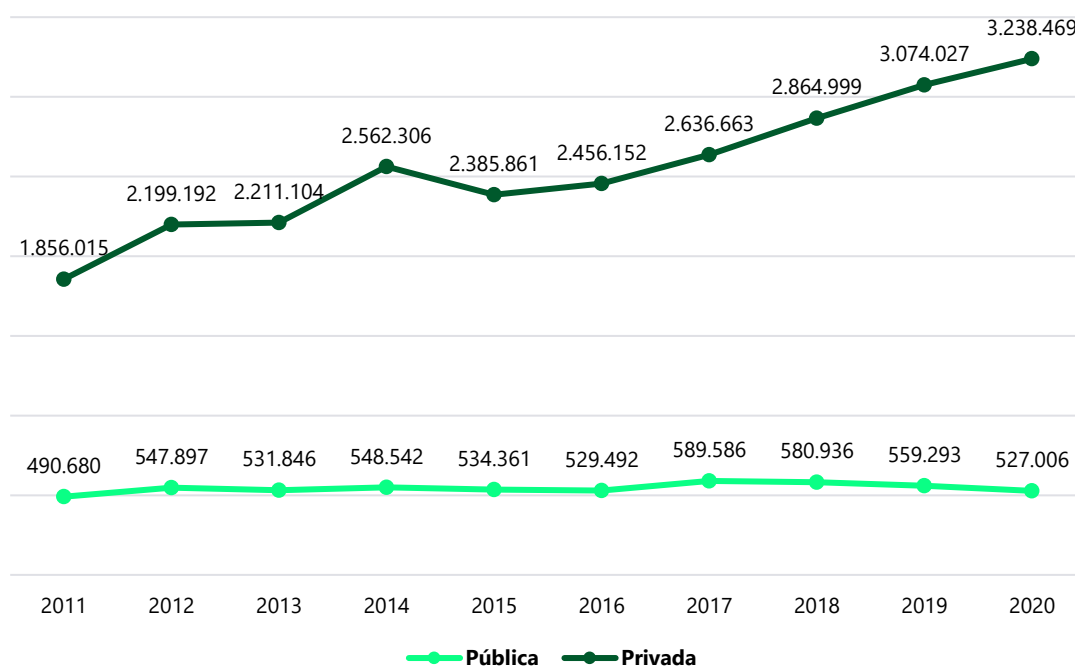
Em relação a dados mais recentes, com base no *Censo da Educação Superior* (INEP, 2020b), são apresentadas as evoluções nos números de ingressantes, matriculados e concluintes²² de graduação, tanto em instituições de educação superior públicas quanto particulares.

De acordo com o Gráfico 2.15, há certa estabilidade, com episódios de queda, no **número de ingressantes na graduação em instituições públicas (federais, estaduais e municipais): parte-se de 490.680 ingressantes em 2011 para 527.006 em 2020** (crescimento de 7,4% no período). Esse último número registrado apresenta uma diminuição de 5,8% em relação ao ano de 2019. Por

²² Para o Inep (2022b), “‘ingressante’ corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso superior que possui ano de ingresso igual ao ano de referência do Censo Superior. ‘Matrículas’ corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso superior igual a ‘cursando’ ou ‘formado’. ‘Concluinte’ corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso igual a ‘formado’”.

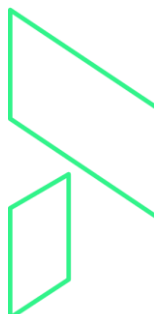
sua vez, **as instituições privadas apresentam crescimento contínuo, passando de 1,8 milhão de ingressantes em 2011 para 3,2 milhões em 2020**, o que significa uma ascensão de 74,5%. Nota-se, assim, que o fluxo de ingressantes foi absorvido pelas instituições privadas: entre os quase 4 milhões de novos alunos, 86% estão na rede privada.

Gráfico 2.15 – Evolução do número de ingressantes de graduação, por categoria administrativa – Brasil (2011-2020)



Fonte: INEP (2020b). Elaboração própria.

A expansão do número de ingressantes nessas instituições privadas é notável: entre 2010 e 2020, cresceram 89,9% (INEP, 2020a). Esse crescimento também é evidenciado pelo número de estabelecimentos: em 2020, eram 2.153 instituições privadas, aumento de 72 estabelecimentos em relação ao ano de 2011. Entre as instituições públicas, houve acréscimo de 20 instituições no mesmo período, chegando ao total de 304. Vale destacar que o crescimento foi ainda



maior entre as instituições privadas até o ano de 2019, quando foram registrados 2.306 estabelecimentos.

Em relação ao acesso às instituições de ensino superior, o aumento do ingresso observado entre 2011 e 2020 se verificou em todos os graus acadêmicos: nos cursos de bacharelado, o número passou de 1,4 milhão de ingressantes para 2,0 milhões; nas licenciaturas, de 454 mil para 695 mil ingressantes; por fim, nos cursos tecnológicos, de 443 mil para 980 mil.

Em termos de modalidades, a educação a distância também teve aumento expressivo, considerando as redes pública e privada — a variação ficou positiva em 26,2% entre 2019 e 2020, enquanto na modalidade presencial houve uma redução de 13,9% (INEP, 2020a). Do total de ingressantes no ensino superior, 53,4% foram registrados em cursos de graduação na modalidade EAD, ultrapassando o percentual de ingressantes em cursos presenciais, 46,6%. No período de 2011 a 2020, o ingresso na modalidade a distância aumentou 365,5% (INEP, 2022b).

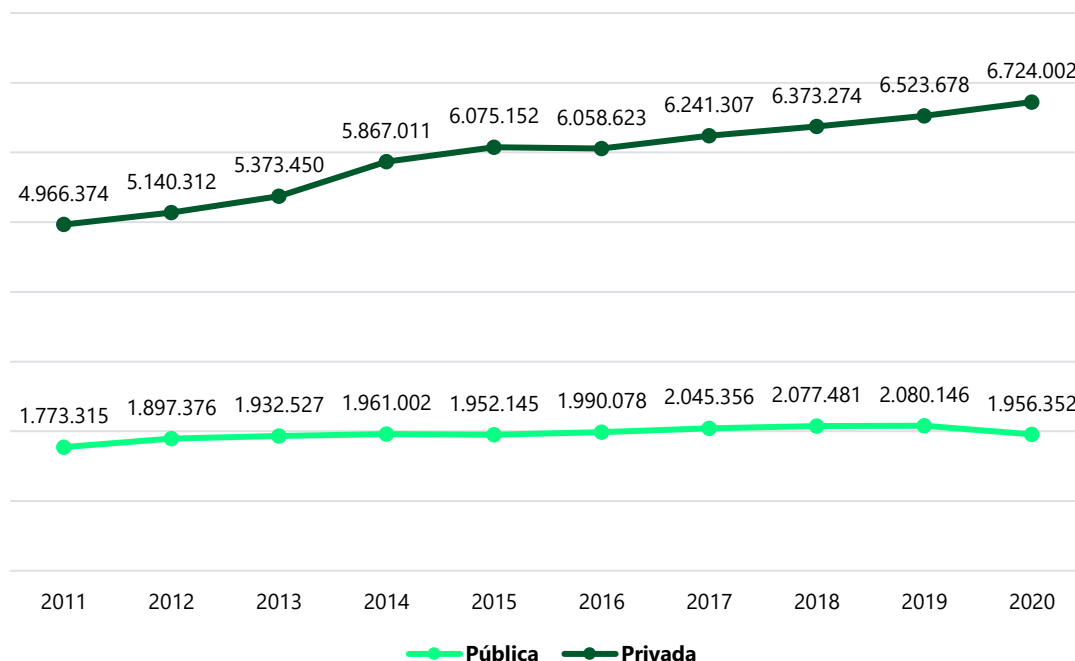
A oferta de cursos a distância em instituições públicas permanece em estabilidade, passando de 4,7% em 2011 para 5,0% em 2020. Ao passo que, na categoria privada, há uma expansão substancial: de 2,8% em 2011 para 17,9% no ano de 2020.

Ainda que esse crescimento seja observado nos últimos anos, a acentuada procura pela graduação a distância em 2020 também pode conter traços das consequências relacionadas à pandemia de Covid-19, causadas pelo isolamento social e pelas medidas de restrição.

No mesmo ritmo, as **matrículas na educação superior aumentaram 28,8% no período de 2011 a 2020, e alcançaram 8,6 milhões** no último ano. Como acontece com o ingresso, as matrículas são concentradas em instituições privadas, totalizando 6,7 milhões (77,4%) em 2020 — um crescimento de 35,4%

entre 2011 e 2020 (Gráfico 2.16). Nas matrículas públicas, pode-se observar quedas pontuais em 2015 e 2020, quando registraram 1,9 milhão de matrículas — 10,3% a mais que em 2011. No último caso, segundo a publicação, a diminuição pode ser motivada pelo alto número de trancamentos, que pode ser mais uma consequência direta dos impactos da pandemia de Covid-19 (INEP, 2022b).

Gráfico 2.16 – Evolução do número de matrículas de graduação, por categoria administrativa – Brasil (2011-2020)



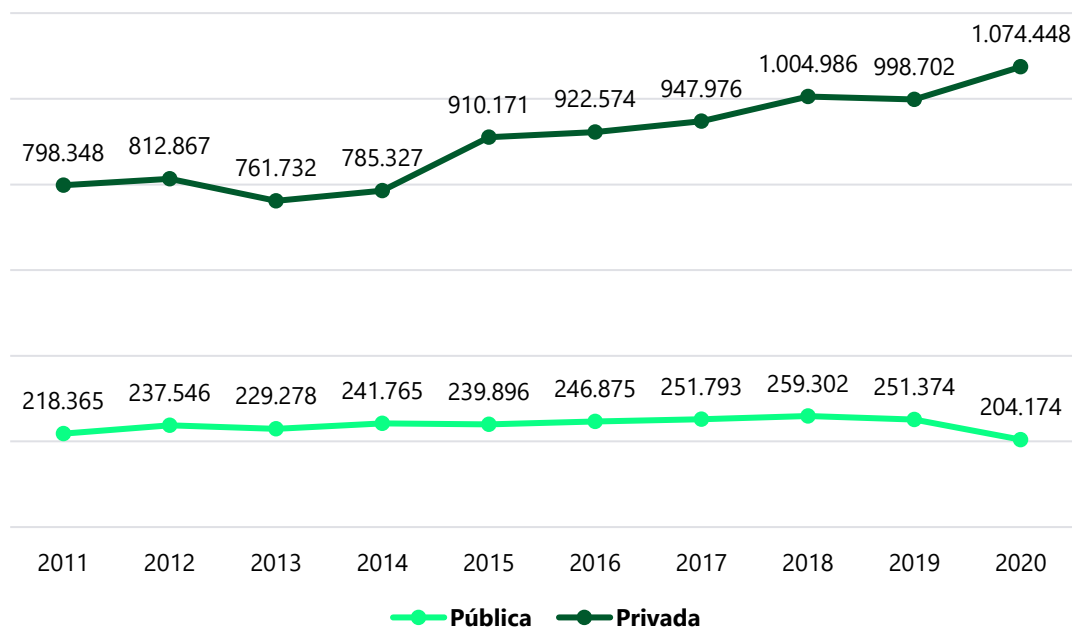
Fonte: INEP (2020b). Elaboração própria.

De acordo com a publicação, pode-se mapear algumas características relativas ao perfil dos estudantes matriculados em cursos de graduação em 2020: nos cursos presenciais, predominam o sexo feminino (57%), a cor/raça branca (45%), o grau acadêmico de bacharelado (80%), as instituições privadas (51%) e a conclusão do ensino médio em escolas públicas (65%); nos cursos a distância o

perfil se repete, predominam o sexo feminino (60%), a cor/raça branca (38%), o grau acadêmico de bacharelado (36%), as instituições privadas (95%) a conclusão do ensino médio em escolas públicas (80%)

Em relação aos concluintes, no ano de 2020, **mais de 1,2 milhão de estudantes concluíram cursos de graduação** e, dentre eles, 84,0% são oriundos de instituições privadas e 16,0% de instituições públicas (INEP, 2020a). O Gráfico 2.17 apresenta a trajetória do número de concluintes no período de 2011 a 2020 e pode-se notar algumas características. Há uma tendência ascendente, com alguns episódios de queda — tanto em instituições públicas quanto privadas. Porém, na rede privada, a série mostra um crescimento de 34,6% no número de concluintes. Por sua vez, na rede pública, há um decréscimo de 6,5%. Especialmente no ano de 2020, a redução é expressiva: 18,8% em relação ao ano anterior (INEP, 2020b).

Gráfico 2.17 – Evolução do número de concluintes de graduação, por categoria administrativa – Brasil (2011-2020)



Fonte: INEP (2020b). Elaboração própria.

O breve retrato apresentado aponta para o crescimento no fluxo de estudantes nas instituições de educação superior no Brasil, com destaque para a ascensão da rede privada. Esse crescimento pode estar relacionado com as políticas afirmativas, presentes nas instituições públicas, e nas políticas de financiamento, voltadas para o ingresso nas instituições privadas. Nos tópicos seguintes, serão apresentadas informações sobre ambos os temas.

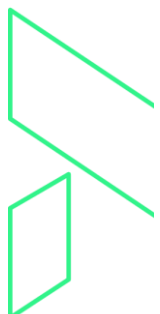
2.2.1. Políticas Afirmativas



Art. 8º, parágrafo 1: É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

Com o intuito de compreender melhor a expansão de vagas na educação superior nas universidades públicas e os avanços na implementação de ações afirmativas, foram levantadas informações referentes às matrículas nos cursos presenciais e a distância por tipo de Programas de Reserva. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a política de reserva de vagas voltadas ao acesso às Universidades e Instituições Federais (BRASIL, 2012b), conhecida como *Lei de Cotas*, e é seguida por diversas leis estaduais no mesmo sentido.

Essas ações correspondem a um percentual de reserva de vagas para serem preenchidas por indivíduos pertencentes a determinados grupos. No caso da Lei de Cotas, é previsto que 50% das matrículas (por curso e turno) sejam destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, 50% são direcionadas a alunos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. A reserva de vagas voltadas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e para pessoas



com deficiência devem ser proporcionais ao total de vagas no curso e ao total de pretos, pardos e indígenas, e pessoas com deficiência na população da Unidade Federativa da instituição (BRASIL, 2012b).

Considerando o cenário, foram incorporados dados sobre as reservas para estudantes procedentes de escola pública, para pessoas de baixa renda, para pretos/pardos/indígenas, para pessoas com deficiência e outros, com base no Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais – SIMOPE (MDH, 2022) e nas informações do *Censo da Educação Superior* (INEP, 2018; 2019).

Segundo dados disponibilizados pelo SIMOPE, em 2018, de mais de 1,3 milhão de matrículas em **Universidades e Institutos Federais** pelos país, aproximadamente, **420 mil ingressaram por algum tipo de programa de reserva de vagas**. Dentre eles, 16,8% eram pardos, 49,4% dos alunos eram pretos, 26,6% eram brancos, 1,2% eram indígenas, 0,8% dos estudantes se autodeclararam amarelos. No mesmo ano, entre os concluintes, 44,3% se declararam pardos, 14,8% eram pretos, 29,8% eram brancos, 1,3% eram alunos indígenas e, por fim, 0,7% eram amarelos (MDH, 2022).

Segundo o Censo da Educação Superior, esse número foi ainda maior em 2019, apresentando um crescimento em todos os modelos de Programa de Reserva de Vagas e em todas as regiões do país. **Ao total, foram de 516.642 matrículas em 2018 para 570.625 em 2019** (+10,4%), sendo que a maior evolução em termos absolutos foi registrada pela região Nordeste: de 162.271 para 182.581 (+12,5%) conforme Tabela 2.16. Os estudantes procedentes de escolas públicas são o maior montante de beneficiados por essas ações: em 2018, foram 434.460 matrículas no país, e, em 2019, esse número aumentou para 483.909. Regionalmente, o Nordeste tem a maior quantidade de matrículas nos dois anos: 142.956 em 2018 e 162.705 em 2019 (+13,8%). A segunda maior região

em número de matrículas é a Sudeste, que registrou 133.243 matrículas em 2019 (INEP, 2018; 2019).

A reserva de vagas étnico-raciais também registrou crescimento, tanto nacional quanto regionalmente. No Brasil, em apenas um ano, passou de 246.985 matrículas em 2018 para 282.393 no ano seguinte, o que significa uma variação de 14,3%. A região Nordeste é a que concentra os maiores números, somando 109.573 matrículas em 2019, quase 20 mil novas matrículas em relação ao ano anterior (+19,2%). Entre 2018 e 2019, observa-se o aumento de matrículas oriundas de reservas de vagas destinadas às pessoas com deficiência (+39,6%) e às pessoas cadastradas em programas sociais (+14,7%). Apenas na categoria “outros grupos”, a reserva de vagas sofreu redução em 2019 comparada aos números de 2018 (-16,7%).

Tabela 2.16 – Total de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Tipo de Programas de Reserva de Vagas – Brasil e Grandes Regiões (2018 e 2019)

Brasil e Grandes Regiões	Total		Estudante procedente de Escola Pública		Étnico		Pessoas com Deficiência		Social / Renda Família		Outros	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Brasil	516.642	570.625	434.460	483.909	246.985	282.393	5.053	7.053	188.616	216.435	12.286	10.237
Norte	43.910	56.125	38.541	48.724	25.879	34.727	703	1.097	21.702	27.900	320	263
Nordeste	162.271	182.581	142.956	162.705	91.909	109.573	2.056	3.147	58.998	71.010	3.334	4.247
Sudeste	166.713	175.763	126.663	133.243	79.932	84.831	1.293	1.466	61.717	69.363	6.289	3.743
Sul	81.560	87.578	73.933	81.005	16.142	17.229	524	631	26.181	27.579	1.126	803
Centro-Oeste	62.188	68.578	52.367	58.232	33.123	36.033	477	712	20.018	20.583	1.217	1.181

Fonte: Sinopse do Censo da Educação Superior (INEP, 2018; 2019).

Evidentemente, a contagem do número de matrículas não é suficiente para avaliar todas as consequências de uma política desse porte, tanto em termos de desempenho quanto em termos de representação — tampouco esse é o objetivo do tópico. Assim, se mostra necessário aprofundar os estudos e as pesquisas que

vêm sendo produzidas ao longo dos últimos anos para compreender o impacto inclusivo e redistributivo das ações afirmativas e dimensionar a real amplitude das suas consequências.²³

2.2.2. Sisu, Prouni e FIES



Artigo 8, parágrafo 2: O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

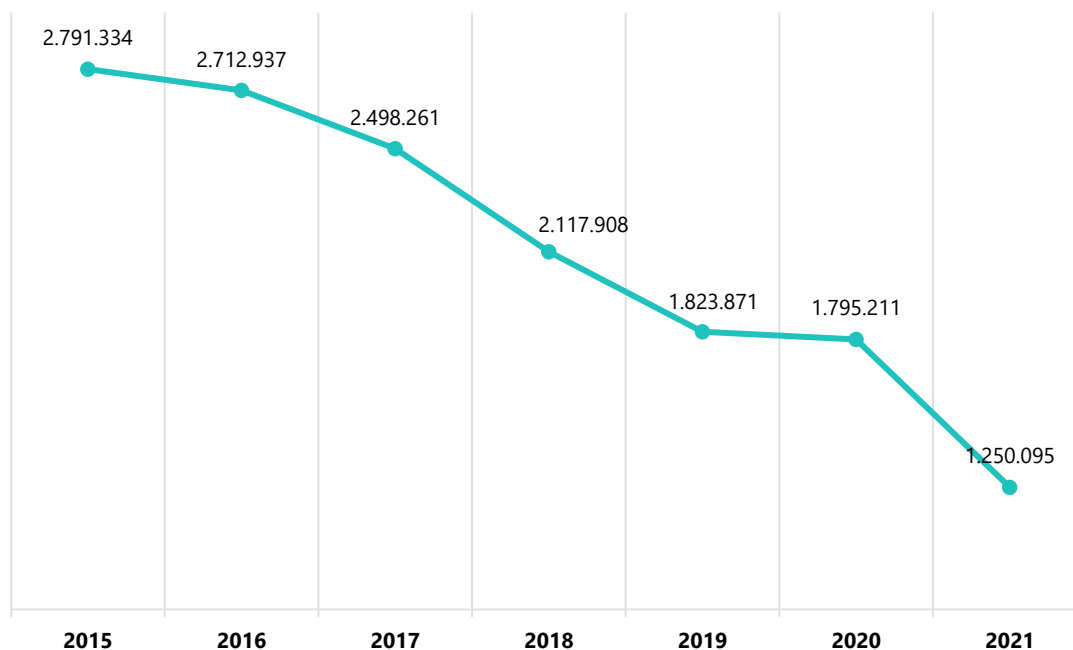
O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) são programas do Governo Federal criados para a expansão do acesso às universidades que utilizam notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para a classificação dos candidatos. O Sisu é um sistema utilizado para preencher vagas em universidades públicas, substituindo o vestibular tradicional para ingresso na graduação. No ProUni, tipo não reembolsável de financiamento, o estudante pode conseguir bolsas integrais ou parciais em faculdades particulares, enquanto o FIES é um Fundo para a concessão de empréstimos a juros baixos ao estudante durante seu período de estudos (tipo reembolsável de financiamento).

O processo seletivo do **Sisu** vem apresentando um declínio expressivo no número total de inscritos a cada edição, de acordo com os dados do Ministério

²³ Para saber mais sobre as políticas afirmativas, veja: Artes; Ricoldi (2015); Costa; Picanço (2020); Carreira; Heringer (2021); Arretche (2022); Picanço *et al.*, (2022).

da Educação. Como pode ser observado no Gráfico 2.18, de 2015 a 2021 há uma **diminuição de mais de 1,5 milhão de inscritos (-55,2%),**²⁴

Gráfico 2.18 – Número de inscritos no Sisu – Brasil (2015-2021)



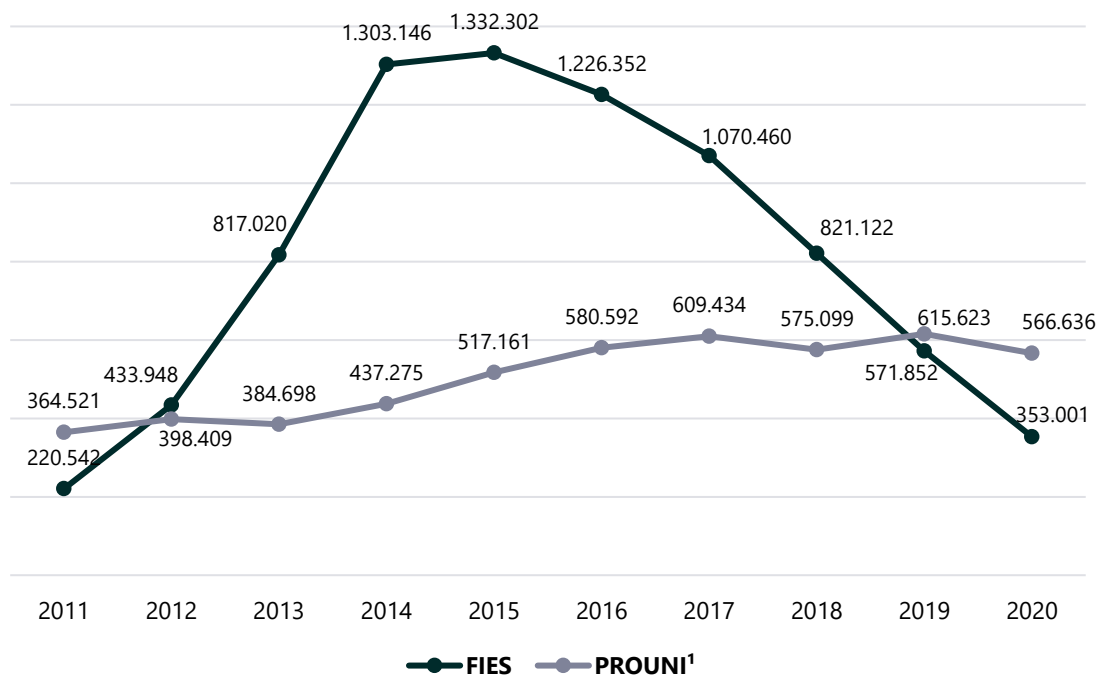
Fonte: Adaptado de Santos (2022). Ministério da Educação (MEC).

Em relação aos tipos de financiamento estudantil FIES e Prouni, o Gráfico 2.19 apresenta a evolução no total de matrículas no período de 2011 e 2020. No caso do **FIES**, pode-se visualizar a **ascensão e queda no número de matrículas no período**: o total de 2020, inclusive, se aproxima do número total registrado em 2011. O ano de 2015 atingiu a maior quantidade de matrículas com mais de 1,3 milhão e, a partir de então, apresenta redução contínua, chegando a **353 mil em 2020**, o que significa um recuo de 72,9% do número de matrículas. No caso do **Prouni**, os números apresentaram **sucessivo crescimento de 2011 até 2017**,

²⁴ Essa queda pode estar diretamente relacionada à diminuição de participantes no Enem nos últimos anos (SANTOS, 2022).

quando registrou seu maior número — 609 mil matrículas. Desde então, se mantém em leves aumentos e reduções, com última queda em 2020, apontando **566 mil matrículas.**²⁵

Gráfico 2.19 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação da categoria privada com financiamento, segundo o tipo – Brasil (2020)



Fonte: Inep (2021). Elaboração própria.

¹ Aluno matriculado que possui Prouni Integral e/ou Prouni Parcial.

²⁵ Ressalta-se que algumas medidas foram tomadas em relação ao Fies, a exemplo da Lei nº 14.024, de 2021, que havia suspenso temporariamente as obrigações financeiras com o Fies durante o período de vigência do estado de calamidade pública causado pela pandemia, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. E a medida provisória (MP) nº 1.090/2021, que permite o abatimento de até 99% das dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

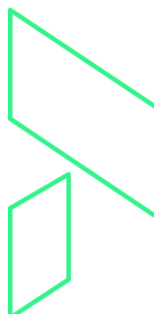
2.3. Educação Profissional e Tecnológica



Artigo 9: O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil abrange três tipos de cursos: i) Formação Inicial e Continuada (FIC); ii) Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM); e iii) Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação. A FIC refere-se a cursos de qualificação profissional que não exigem escolaridade mínima para sua realização e não possuem carga horária pré-estabelecida. A educação profissional técnica corresponde a cursos de nível médio que têm como escolaridade mínima o ensino fundamental. Esses cursos podem ser concomitantes, concomitantes intercomplementares ou integrados ao ensino médio e subsequentes, o que significa que podem ser cursados após a conclusão do ensino médio regular.²⁶ Por fim, a Educação Profissional Tecnológica de nível superior abarca cursos de graduação e de pós-graduação profissionais.

²⁶ De acordo com a Resolução CNP/CP nº1, os cursos são caracterizados da seguinte forma: "I - *integrada*, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; II - *concomitante*, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino; III - *concomitante intercomplementar*, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado, e; IV - *subsequente*, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio" (BRASIL, 2021, pp. 6-7, grifo nosso).



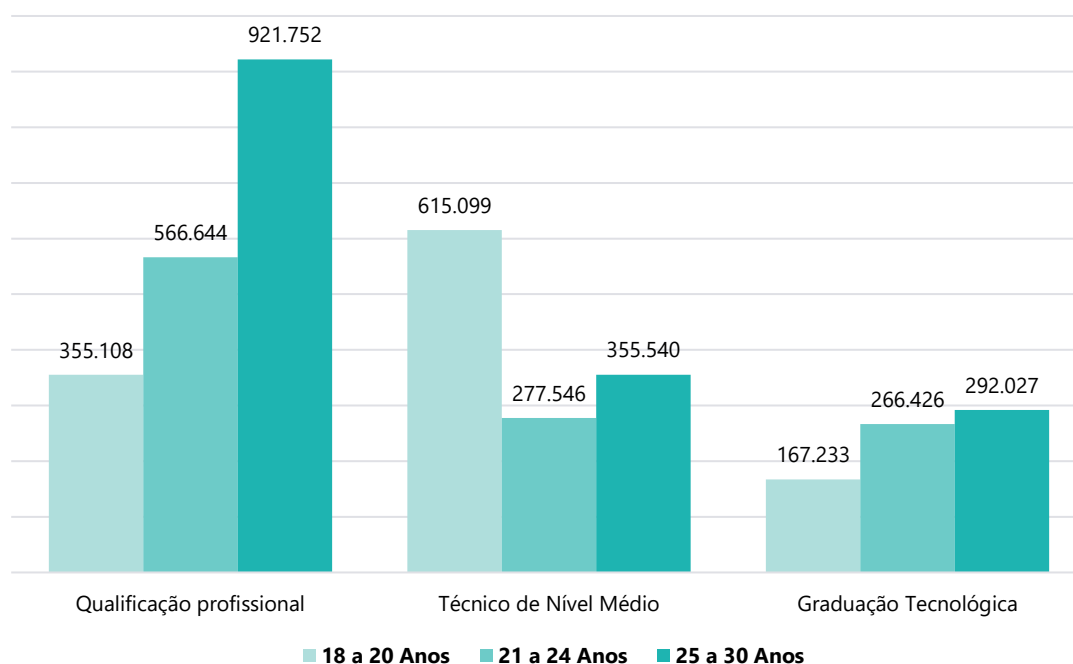
A publicação *Education at a Glance* (OCDE, 2020) aponta que, nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em média 32% de alunos da educação básica estão matriculados em programas vocacionais, ao passo que, no Brasil, esse número não chega a 8%. Quando se considera os alunos matriculados no ensino médio, o percentual é de 11% no Brasil, enquanto a média dos países da OCDE chega a 41%. Há que se levar em conta a diversidade de ofertas da EPT entre os países, o que pode tornar a formação mais ou menos atraente aos estudantes do ensino médio.

Com as recentes mudanças curriculares implementadas no Novo Ensino Médio²⁷, a EPT vem ganhando ainda maior destaque por ser uma ferramenta para o desenvolvimento das habilidades do jovem trabalhador e para uma melhor transição para o mercado de trabalho, respondendo às tendências contemporâneas.

Em números, no ano de 2019, o total de **matrículas de jovens de 15 a 24 anos em cursos de qualificação profissional totalizava 1.843.504 no Brasil, seguido por 1.248.185 de matriculados em cursos técnicos de nível médio; e 725.686 de alunos em graduações tecnológicas**. No Gráfico 2.20, as matrículas aparecem desagregadas por grupos de idade, portanto, nota-se que os maiores números de pessoas em cursos de qualificação profissional e graduação tecnológica estão na faixa etária de 20 a 24 anos, enquanto os cursos técnicos de nível médio têm como maior público os adolescentes de 14 a 17 anos de idade, muito provavelmente por sua articulação com o ensino médio nas modalidades concomitante e integrada.

²⁷ O Novo Ensino Médio é um modelo de aprendizagem que promove articulação entre o ensino médio e a Educação Profissional e Técnica em um único turno, a partir da formação básica e os itinerários formativos.

Gráfico 2.20 – Número de Matrículas da Educação Profissional Tecnológica em cursos de Qualificação Profissional, Técnico de Nível Médio e Graduação Tecnológica – Brasil (2019)



Fonte: Todos pela Educação (2021). Elaboração própria.

Segundo dados do *Censo da Educação Superior* (INEP, 2020a), de 2011 a 2020, o tecnológico foi o tipo de curso com o maior aumento no número de ingressos e apresentou uma variação de 19,4%, enquanto os cursos de licenciatura sofreram uma redução de -4,9%. Além disso, concentra a segunda maior parte de ingressantes da educação superior, 26,0%, ficando atrás apenas do bacharelado que reúne 55,1% dos ingressantes. No período de dez anos (2010-2020), os cursos tecnológicos expandiram suas matrículas em 156,7%, um número expressivo, e que vai ao encontro das tendências internacionais.

Na Tabela 2.17, verifica-se o total de 1.901.477 de matrículas em 2020, entre todas as faixas etárias, em cursos de EPTNM no ano de 2020. Desse número, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), 236.320 (12,4%) estão matriculados em cursos concomitantes ao ensino médio e 620.563 (32,6%) em cursos integrados ao ensino médio (Tabela 2.17).

Nessa modalidade, as matrículas em cursos subsequentes ao ensino médio são maioria, totalizando 1.044.594 dos inscritos (55%).

Em 2020, a EPTNM representava 19,0% das matrículas da Educação Básica de Nível Médio (EPT, FIC integrada à EJA e ensino médio). Em termos regionais, o Sul e o Nordeste se destacam pelas maiores proporções de matrículas na EPTNM no ano de 2020: 23,4% e 20,7%, respectivamente, com destaque para os estados do Piauí (27,7%) e do Rio Grande do Norte (27,1%) na região Nordeste, e do Rio Grande do Sul (26,0%) na região Sul. Por outro lado, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam a menor proporção de matriculados na modalidade (10,8% e 12,2%, respectivamente), revelando um ponto de atenção que deve ser melhor observado em conjunto com outros fatores, como, por exemplo, a oferta de cursos EPTNM naquelas localidades.



Ilustração: Storyset

Tabela 2.17 – Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas na Educação Básica de Nível Médio - Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2020)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	FIC integrada à EJA - Nível Médio	Ensino médio	Matrículas na EB de Nível Médio*	%
Brasil	1.901.477	4.989	8.069.734	9.976.200	19,1
Norte	104.923	237	868.883	974.043	10,8
Rondônia	10.107	0	74.782	84.889	11,9
Acre	5.368	0	45.727	51.095	10,5
Amazonas	28.332	0	223.389	251.721	11,3
Roraima	4.713	0	28.881	33.594	14
Pará	42.840	23	388.636	431.499	9,9
Amapá	4.631	0	36.633	41.264	11,2
Tocantins	8.932	214	70.835	79.981	11,2
Nordeste	581.611	4.202	2.220.246	2.806.059	20,7
Maranhão	41.249	101	300.169	341.519	12,1
Piauí	49.491	29	129.441	178.961	27,7
Ceará	89.236	3.518	362.887	455.641	19,6
Rio Grande do Norte	44.987	0	121.131	166.118	27,1
Paraíba	37.671	152	139.711	177.534	21,2
Pernambuco	118.800	349	377.576	496.725	23,9
Alagoas	26.852	0	128.242	155.094	17,3
Sergipe	13.377	0	85.148	98.525	13,6
Bahia	159.948	53	575.941	735.942	21,7
Sudeste	806.565	283	3.280.539	4.087.387	19,7
Minas Gerais	132.333	79	833.503	965.915	13,7
Espírito Santo	41.654	98	129.964	171.716	24,3
Rio de Janeiro	173.892	46	665.554	839.492	20,7
São Paulo	458.686	60	1.651.518	2.110.264	21,7
Sul	315.042	54	1.030.646	1.345.742	23,4
Paraná	125.315	0	422.524	547.839	22,9
Santa Catarina	65.491	54	261.627	327.172	20
Rio Grande do Sul	124.236	0	346.495	470.731	26
Centro-Oeste	93.336	213	669.420	762.969	12,2
Mato Grosso do Sul	19.531	190	104.929	124.650	15,7
Mato Grosso	16.837	0	155.874	172.711	9,7
Goiás	30.788	23	281.469	312.280	9,9
Distrito Federal	26.180	0	127.148	153.328	17,1

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021)

Nota: *São consideradas matrículas na Educação Básica de Nível Médio as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Formação Inicial e Continuada (FIC) integrada à EJA Nível Médio e as matrículas de Ensino Médio.

Considerações finais

O cenário educacional brasileiro é complexo e evolui lentamente, mas conquistou avanços importantes nos últimos anos. O analfabetismo, principalmente entre os jovens, segue em queda e a média de anos de estudo avança entre a população. A Educação Básica continua em desenvolvimento: ampliação do acesso dos jovens às escolas, redução do atraso escolar e aumento da frequência e conclusão dos estudantes em idade adequada. Observa-se, também, melhorias em relação à Educação Especial com uma crescente inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns de escolas regulares, além dos avanços na acessibilidade das escolas para garantir a segurança e a efetiva inclusão destes estudantes. É evidente que a acessibilidade exige ampliação, mas não deixa de ser importante pontuar essa evolução.

A expansão da educação superior pode ser evidenciada pelas políticas afirmativas e de financiamento que contribuíram para assegurar o acesso de grupos excluídos da educação superior, buscando diminuir as desigualdades históricas. Expansão similar pode ser percebida em relação às matrículas na EPT, modalidade de ensino que vem ganhando ainda mais espaço nos debates educacionais, em especial devido ao direcionamento para o mercado de trabalho.

Os desafios permanecem e assegurar a qualidade educacional e a aprendizagem adequada, garantir o acesso e a permanência no ensino, enfrentar os problemas da evasão, do abandono e da juventude fora da escola são pontos primordiais nesse cenário. Nesse sentido, para avançar, é indispensável compreender as demandas e os gargalos da educação brasileira e as evidências são o caminho para seu desenvolvimento.



ACESSE

As tabulações dos dados da [segunda seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

ARRETCHE, Marta. É a vez da Lei de Cotas: os acertos na reserva de vagas. *Nexo Jornal*, 10 de mar. de 2022. Disponível em:

<https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2022/%C3%89-a-vez-da-Lei-de-Cotas-os-acertos-na-reserva-de-vagas>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, jan/abr, 2017.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisas*, v.45 n. 158, out./dez., 2015);

BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

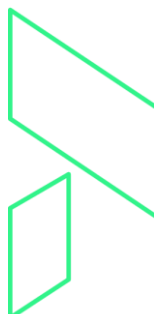
BARBOSA, Luiz Albérico. Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: Uma Proposta de Intervenção Junto a Ouvintes. *Gestus - Revista Científica da Faculdade Osman Lins*, 2007. Disponível em:

<https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=23&idart=280>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

BARROS, Ricardo Paes de *et. al.* Perda de aprendizagem na pandemia. *Relatório*, INSPER, Instituto Unibanco, 31 de maio de 2021. Disponível em:

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/89499b7c-6c99-4333-937d-1d94870d3181>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília,DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.



BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigos 78 e 79. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena". Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; Altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, de 21 de jul.de 2010, p. 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012a. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 de jun. de 2012, Seção 1, p. 7. Disponível em:
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52012.pdf?query=Escolas%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 30 de ago. de 2012b, p. 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 de novembro de 2012c, Seção 1, p. 26.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 06 de janeiro de 2021, Seção 1, p. 19.

CARREIRA, Denise; HERINGER, Rosana. Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros. *Nexo Jornal*, 19 de nov. de 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2021/Avalia%3%A7%3%A3o-das-pol%3ADticas-de-a%3%A7%3%A3o-afirmativa-no-ensino-superior-no-Brasil-resultados-e-desafios-futuros>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CARVALHO, Willer Luciano *et al.* Os impactos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar em Indicadores de Desempenho Escolar. *ANPET*, Goiás, 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/767/o/O_PNATE_e_seu_impacto_na_Educa%3%A7%3%A3o_do_Brasil_-_Artigo_Final.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

COELHO, Márcio Oliveira de Castro. *Educação escolar indígena e quilombola*. SENAC: São Paulo, 2020.

COSTA, Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. *Novos estudos*, CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 02, maio/ago., 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral* – PNAD Contínua, IBGE: Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. *Estatísticas Sociais*, IBGE, 15 de jul. de 2020. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica*. INEP: Brasília, 2020a.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica*. INEP: Brasília, 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. INEP: Brasília, 2018.

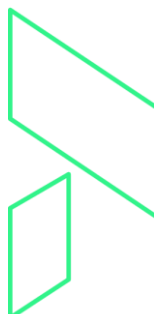
INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. INEP: Brasília, 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior*. INEP: Brasília, 2022a.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020 [recurso eletrônico]*. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022b.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)*. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 11 mar. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)*. s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 22 abr. 2022.



INSTITUTO UNIBANCO. Desafios da educação indígena: mais escolas e mais professores. *Instituto Unibanco*, 19 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/desafios-da-educacao-indigena-mais-escolas-e-mais-professores/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MDH. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais – SIMOPE. 2022. Disponível em: <https://simope.mdh.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MEC s/d. Educação Quilombola, *Ministério da Educação*, s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola->. Acesso em: 16 de maio de 2022.

NOVA ESCOLA. Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA. *Nova Escola*, 01 de ago. de 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2882/por-que-jovens-de-15-a-17-anos-estao-na-eja#:~:text=Os%20demais%20motivos%20que%20levam,ao%20aumento%20da%20evas%C3%A3o%20escolar>. Acesso em: 15 maio 2022.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance*. OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, 2020

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *A Educação no Brasil: uma perspectiva internacional*. São Paulo: Todos pela Educação, São Paulo, 2021.

PICANÇO, Felícia *et al.* A política de cotas na UFRJ: uma abordagem interseccional de raça, classe e gênero. *Nexo Políticas Públicas*, 23 de fev. de 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinioao/2022/A-pol%C3%ADtica-de-cotas-na-UFRJ-uma-abordagem-interseccional-de-ra%C3%A7a-classe-e-g%C3%AAnero>. Acesso em: 19 maio 2022.

SANTOS, Emily. Sisu 2022 tem queda de 15,6% no número de inscritos em relação a 2021. *G1 Educação*, São Paulo, 22 de fev. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/02/22/sisu-2022-tem-queda-de-156percent-no-numero-de-inscritos-em-relacao-a-2021.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, Givânia Maria da. *Projetos Quilombos e Educação*. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-audiencias-2021/arquivos-2021/GivaniaSilva.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

SILVA, Tatiana Dias. *Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação Básica. Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Brasília; Rio de Janeiro, 2015.

SISDEF. Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência. Estudantes com deficiência. 2020. Disponível em: <https://nippis.icict.fiocruz.br/painel/estudantes-com-deficiencias/>. Acesso em: 15 maio 2022.

SISDEF. Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência. Profissionais. 2022a. Disponível em: <https://nippis.icict.fiocruz.br/painel/profissionais/>. Acesso em: 15 maio 2022.

SISDEF. Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência. Recursos especiais e transporte. 2022b. Disponível em: <https://nippis.icict.fiocruz.br/painel/recursos-especiais-e-transporte/>. Acesso em: 15 maio 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. Editora Moderna: São Paulo, 2021.

UFG; FNDE. *Caracterização e Avaliação do Transporte Escolar do Brasil: volume 1. Relatório*, dez. de 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/767/o/Avalia%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_Programa_Caminho_da_Escola_-_Volume_I.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

3. Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Os jovens brasileiros vêm enfrentando diversos desafios relacionados ao mercado de trabalho, impactados por transformações e crises na última década. As barreiras para inserção no primeiro emprego, a descontinuidade dos estudos e a informalidade são alguns destes desafios. As consequências advindas destas dificuldades podem ser de longo prazo e impactar negativamente suas trajetórias profissionais.



Ilustração: Storyset

Esta seção apresenta um panorama geral da situação da juventude do país em relação ao mundo do trabalho e identifica questões importantes para compreender as nuances dessa temática. Na primeira parte, são tratadas as características do acesso ao mercado de trabalho, passando pelas temáticas de força de trabalho, ocupação, desemprego e rendimentos. Em seguida, são abordadas as facetas mais específicas da profissionalização, perpassando conteúdos relacionados a jovens trabalhadores rurais, empreendedorismo juvenil, estágios e programas de aprendizagem.

3.1. Acesso ao mercado de trabalho

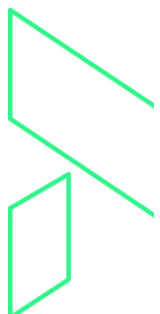


Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

O acesso ao mercado de trabalho consiste em um dos principais desafios para a juventude atualmente, sobretudo em decorrência das crises sociais e econômicas enfrentadas mundialmente. Assim, para conhecer melhor esse cenário e compreender a situação do mercado de trabalho para os jovens durante os últimos anos, serão apresentados dados sobre a participação do jovem na força de trabalho, as taxas de informalidade, a taxa de ocupação e de posição na ocupação, além dos números relacionados aos rendimentos do trabalho.

3.1.1. Força de trabalho, ocupação e rendimentos

A proporção de jovens de 14 e 24 anos entre os indivíduos em idade de trabalhar no Brasil é significativa. De acordo com dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* - PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2021, as pessoas de 14 a 17 anos representavam 7,0% daqueles em idade de trabalhar, enquanto os jovens de 18 a 24 anos equivaliam a 12,0%. Os demais grupos correspondiam às maiores parcelas da população em idade ativa: as pessoas de 25 a 39 anos representavam 24,8% e as de 40 a 59 anos, 33,6%, seguidas pelo grupo de 60 anos ou mais de idade, que equivalia a 22,6% das pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2021).



Em relação à taxa de participação na força de trabalho²⁸, o IBGE registrou 59,8% do total da população brasileira no mesmo período — primeiro trimestre de 2021. Ao desagregar os grupos por idade, verificou-se uma taxa de 14,9% entre os adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos, enquanto entre os jovens de 18 a 24 anos fica em 65,7%. Nas demais faixas etárias, as taxas de participação apuradas são superiores: para as pessoas entre 25 e 39 anos, 79,9%; entre 40 e 59 anos, 71,4%; e, com 60 anos ou mais, 20,1% (IBGE, 2021). Nota-se que a maior taxa de participação na força de trabalho corresponde ao grupo de pessoas entre 25 e 39 anos, ao passo que os jovens entre 18 e 24 anos estão em uma faixa de idade na qual começam a acessar o mercado de trabalho, porém ainda conta com uma parte das pessoas inseridas em instituições educacionais (tanto em instituições de ensino superior, quanto em cursos profissionalizantes subsequentes ao ensino médio).

No tocante à taxa de ocupação desses jovens, a pesquisa *Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização* (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020), publicada por meio da parceria entre Ipea e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), avalia seu comportamento no período de 2012 a 2019. Além disso, a pesquisa discute outras questões que também serão abordadas posteriormente.

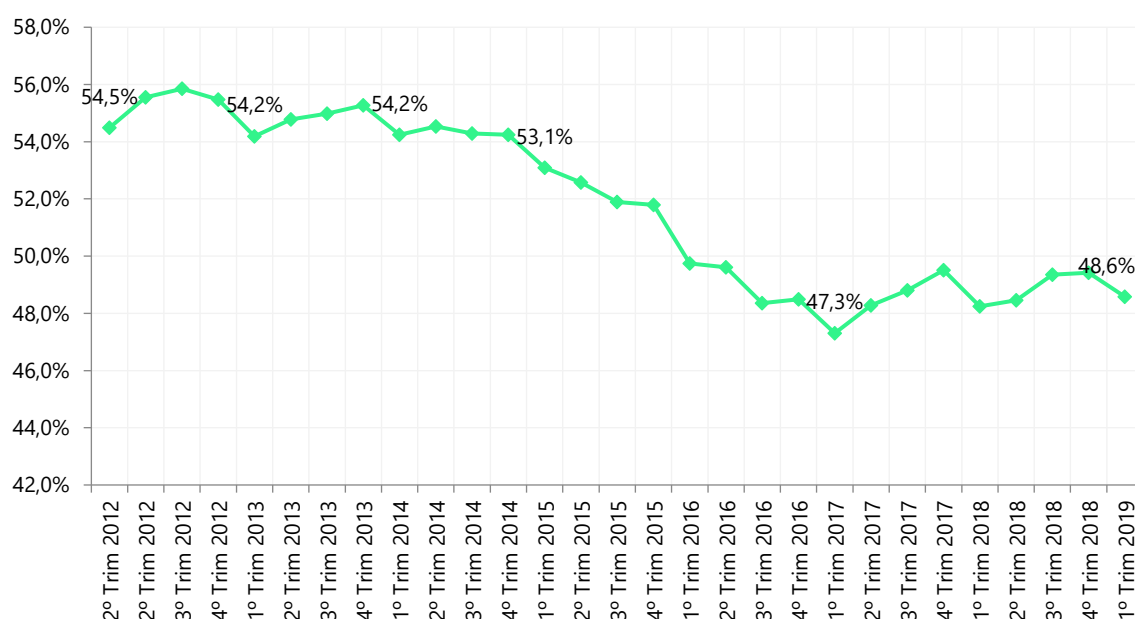
Como pode-se notar no Gráfico 3.1, a **taxa de ocupação**²⁹ dos jovens entre 15 e 29 anos, que se mantinha na casa dos 54,0% de 2012 a 2014, começa a cair

²⁸ A força de trabalho é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da pesquisa. Entende-se por desocupado o indivíduo sem trabalho em ocupação na semana da pesquisa, mas disponível para assumir uma posição, esteja ele à procura de trabalho ou aguardando o início de um trabalho que já conseguiu. Já a taxa de participação na força de trabalho é calculada a partir do percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2020).

²⁹ A taxa de ocupação é calculada a partir do percentual das pessoas ocupadas na semana de referência da pesquisa em relação às pessoas na força de trabalho. De acordo com o IBGE (2020),

a partir do primeiro trimestre de 2015. Esse declínio é observado até o primeiro trimestre de 2017, quando há uma leve recuperação e chega a 47,3%. A taxa sofre oscilação até o **primeiro trimestre de 2019 quando registra 48,6%**. Assim, levando em conta todo o período analisado (2012-2019), há uma queda de 6 p.p. na taxa de ocupação desses jovens no país.

Gráfico 3.1 – Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)

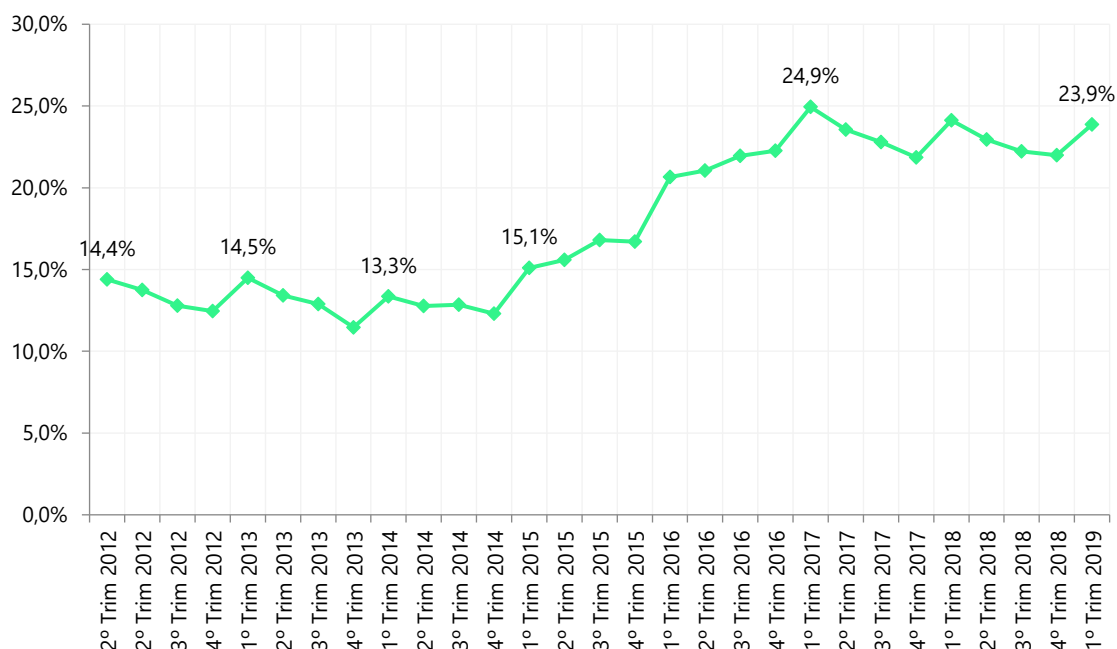


Fonte: Adaptado de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020).

“são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana”.

Seguindo a tendência, observa-se o **aumento da taxa de desemprego**³⁰ **no mesmo período** (Gráfico 3.2). A partir do último trimestre de 2014, a taxa, que se mantinha até então na casa dos 14,0%, sofreu um constante aumento até atingir o patamar de 25,0% no primeiro trimestre de 2017. A partir de então, se mantém estável até **2019 quando marca 23,9%**. Um aumento significativo de aproximadamente 10 p.p. desde 2012.

Gráfico 3.2 – Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)



Fonte: Adaptado de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020).

Sob a ótica regional e em uma faixa etária reduzida (18 a 24 anos), na Tabela 3.1, é possível notar um crescimento acentuado da taxa de desemprego a

³⁰ A taxa de desemprego/desocupação é calculada a partir do percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho. Em suma, pessoas desocupadas são consideradas aquelas que estão sem trabalho na semana de referência, mas que procuraram emprego no período de 30 dias ou que assumiriam emprego em menos de quatro meses (IBGE, 2020).

partir de 2015. No Brasil, o número passou de 16,1% em 2012 para 17,1% em 2015 e, em seguida, ultrapassou a casa dos 23,6% entre os jovens em 2016. Em 2020, essa taxa estava em 26,3%. Em termos regionais, Nordeste e Sudeste sofreram os maiores crescimentos na taxa de desemprego e carregam também as maiores taxas. Entre jovens de 18 a 24 anos, nas duas regiões, houve um aumento de aproximadamente 10 p.p.: o Nordeste passou de 19,8% em 2012 para 33,3% em 2020; e o Sudeste saiu de 16,0% para 26,8%. Enquanto isso, dentre todos os estados, Amapá, Alagoas e Bahia marcam as maiores taxas de desemprego no ano de 2020: 41,6%, 37,8% e 37,1%, respectivamente.

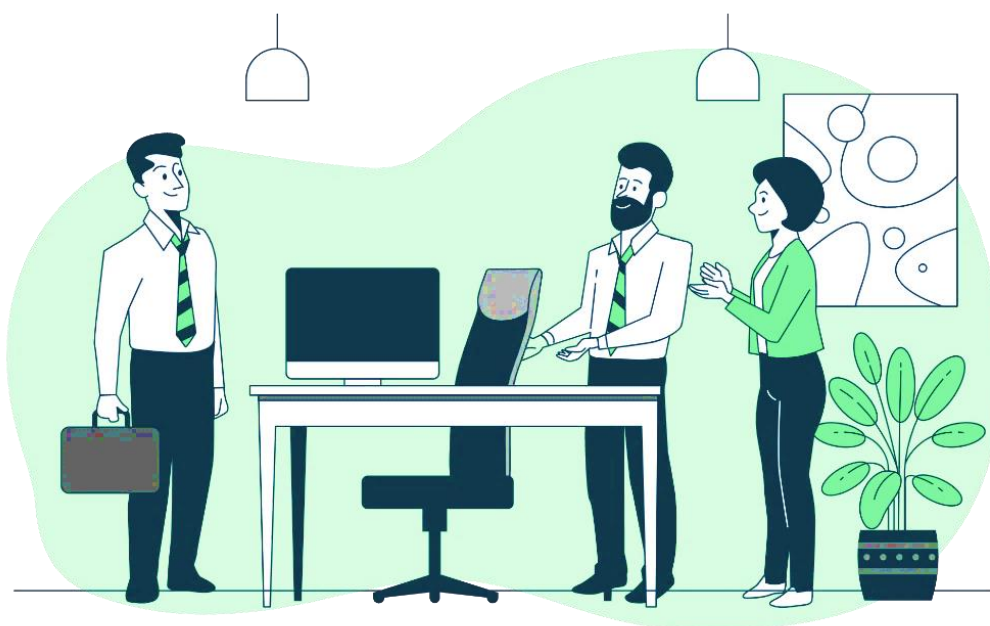


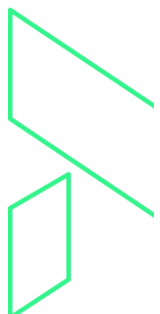
Ilustração: Storyset

Tabela 3.1 – Taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos (%) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2012-2020)

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	16,1	16,0	15,3	17,1	23,6	28,1	27,5	26,6	26,3
Norte	17,8	18,6	15,9	18,8	22,7	28,8	26,8	26,8	24,7
Rondônia	15,4	12,2	9,3	8,8	13,1	16,8	22,0	18,9	19,1
Acre	21,8	22,1	18,6	18,5	22,5	29,9	29,3	40,2	30,7
Amazonas	21,0	21,0	16,9	21,4	25,9	34,2	28,1	31,0	29,0
Roraima	16,3	17,9	17,9	19,6	15,6	20,7	22,9	29,3	34,2
Pará	16,5	18,0	15,7	19,9	23,1	28,4	26,1	23,5	21,3
Amapá	25,0	25,9	27,2	22,5	33,2	42,7	46,9	42,0	41,6
Tocantins	14,0	17,8	15,3	16,9	20,4	25,2	22,4	25,2	21,6
Nordeste	19,8	21,5	19,7	20,0	26,7	32,2	32,1	31,1	33,3
Maranhão	16,6	20,3	13,3	19,6	24,1	28,6	30,0	31,4	33,5
Piauí	17,5	18,6	16,1	16,3	21,8	23,6	25,7	25,8	29,3
Ceará	16,4	18,2	16,7	17,9	22,6	30,8	28,7	26,3	29,2
Rio Grande do Norte	21,4	23,2	23,2	25,0	30,5	34,2	32,4	28,9	35,4
Paraíba	21,7	20,5	19,1	20,1	24,3	28,0	26,3	27,5	30,0
Pernambuco	17,8	21,5	19,9	15,6	27,4	36,3	38,5	33,0	32,1
Alagoas	23,4	25,3	20,2	21,6	28,1	35,2	33,2	32,5	37,8
Sergipe	21,5	23,3	22,1	18,9	24,2	30,8	35,5	28,6	31,2
Bahia	23,1	23,6	23,4	23,3	30,3	33,8	33,0	34,9	37,1
Sudeste	16,0	14,9	15,4	17,2	25,1	29,7	29,5	27,9	26,8
Minas Gerais	15,7	13,7	14,4	16,8	23,0	26,4	26,4	22,5	23,7
Espírito Santo	14,8	14,4	12,6	16,4	25,8	30,5	30,1	26,5	22,0
Rio de Janeiro	18,4	16,6	16,8	16,5	26,6	32,2	32,1	35,5	33,2
São Paulo	15,5	14,9	15,7	17,7	25,5	30,5	30,0	28,0	26,6
Sul	10,2	10,0	9,1	11,7	16,7	18,7	17,7	18,4	16,3
Paraná	11,0	10,3	8,8	12,3	17,3	20,7	19,1	21,3	17,0
Santa Catarina	7,1	7,7	6,1	7,9	13,0	14,9	13,5	14,2	12,6
Rio Grande do Sul	11,3	11,3	11,3	13,6	18,5	19,1	19,1	18,2	18,2
Centro-Oeste	13,9	13,4	11,7	15,6	20,2	24,4	22,3	21,6	23,2
Mato Grosso do Sul	13,3	9,4	9,5	13,4	14,8	22,5	17,5	18,2	18,9
Mato Grosso	12,7	12,2	9,0	11,3	17,6	20,9	19,1	17,6	17,6
Goiás	12,5	13,9	11,1	14,4	21,7	23,1	20,6	20,3	25,4
Distrito Federal	19,7	17,5	17,6	25,6	24,7	33,0	34,2	31,4	28,3

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2020).

Nota: Valores referentes ao primeiro trimestre de cada ano.



Com o intuito de trazer dados mais recentes, a Tabela 3.2 mostra os números relativos ao nível de ocupação³¹ e à taxa de desocupação no quarto trimestre dos anos de 2020 e 2021. Esses pontos no tempo foram selecionados a fim de considerar alguns dos efeitos da pandemia de Covid-19, que teve seu primeiro caso confirmado no Brasil em março de 2020.

Como pode-se notar, de 2020 a 2021 há um crescimento no nível de ocupação em todas as idades, sendo que o total passou de 51,1% para 55,6%, e uma redução na taxa de desocupação de 14,2% para 11,1%. Essa movimentação, tanto do nível de ocupação que vinha em queda e da taxa de desocupação que, ao contrário, crescia exponencialmente, pode ser um efeito da gradual e lenta recuperação da economia e dos postos de trabalho, devido ao avanço da cobertura vacinal e da diminuição de casos da Covid-19.

Em relação à faixa etária de interesse, **pessoas de 18 a 24 anos passaram de 46,3% no nível de ocupação em 2020 para 54,2% em 2021. A taxa de desocupação, que estava em quase 30% (ou seja, a cada dez pessoas, três estavam desocupadas), caiu para 22,8%**. Um número ainda alto, mas em queda.³² Ainda assim, é inquestionável que o mercado de trabalho continua deteriorado e que a recuperação econômica ainda exige tempo, esforços e estratégias.

³¹ O nível de ocupação se calcula a partir do percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2020).

³² O grupo de idade de 14 a 17 anos traz números importantes, mas serão tratados no tópico relacionado aos programas de aprendizagem e estágios.

Tabela 3.2 – Nível de ocupação e taxa de desocupação (%) – Brasil (4º trimestre - 2020 e 2021)

Grupos de idade	Nível de ocupação		Taxa de desocupação	
	2020	2021	2020	2021
Total	51,1	55,6	14,2	11,1
14 a 17 anos	9,1	12,2	42,8	37,2
18 a 24 anos	46,3	54,2	29,0	22,8
25 a 39 anos	68,7	73,9	13,4	10,1
40 a 59 anos	64,6	68,6	8,9	7,2
60 anos ou mais	19,0	21,2	5,2	4,4

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2020; 2021).

A Tabela 3.3 apresenta a distribuição percentual dos jovens ocupados por posição na ocupação no primeiro trimestre dos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019. É possível notar que o número de empregados em situação de formalidade (com registro temporário e por tempo indeterminado) diminuiu a partir de 2015, enquanto os empregados informais (sem carteira e não remunerados) e por conta própria (contribuintes e não contribuintes) aumentam. Essas alterações ocorrem no período de deterioração do mercado de trabalho, como corroboram os dados apresentados anteriormente (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Tabela 3.3 – Distribuição percentual de jovens ocupados, por posição na ocupação – Brasil (2013-2019)

Posição na ocupação	1º tri. 2013	1º tri. 2015	1º tri. 2017	1º tri. 2019	Variação (1T 2017 - 1T 2015)	Variação (1T. 2019 - 1T. 2013)
Empregados formais	55,9	56,4	53,2	50,4	-3,1	-5,4
Com carteira temporário	2,1	2,2	2,2	2,2	0,0	0,1
Com carteira tempo indeterminado	49,8	50,5	47,4	45,1	-3,1	-4,7
Militar/estatutário	3,9	3,5	3,5	3,0	0,0	-0,8
Empregados informais	30,3	28,8	29,5	31,3	0,6	0,9
Sem carteira	25,8	24,4	25,3	27,3	0,8	1,5
Não remunerado	4,5	4,4	4,1	3,9	-0,2	-0,6
Empreendedores formais	2,6	3,2	4,3	4,5	1,1	1,8
Conta própria contribuinte	1,7	2,2	3,2	3,4	1,0	1,7
Empregador contribuinte	0,9	0,9	1,1	1,0	0,1	0,1
Empreendedores informais	11,0	11,5	12,8	13,7	1,2	2,7
Conta própria não contribuinte	10,6	11,1	12,4	13,2	1,2	2,6
Empregador não contribuinte	0,4	0,4	0,4	0,5	0,0	0,0

Fonte: Adaptado de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020).

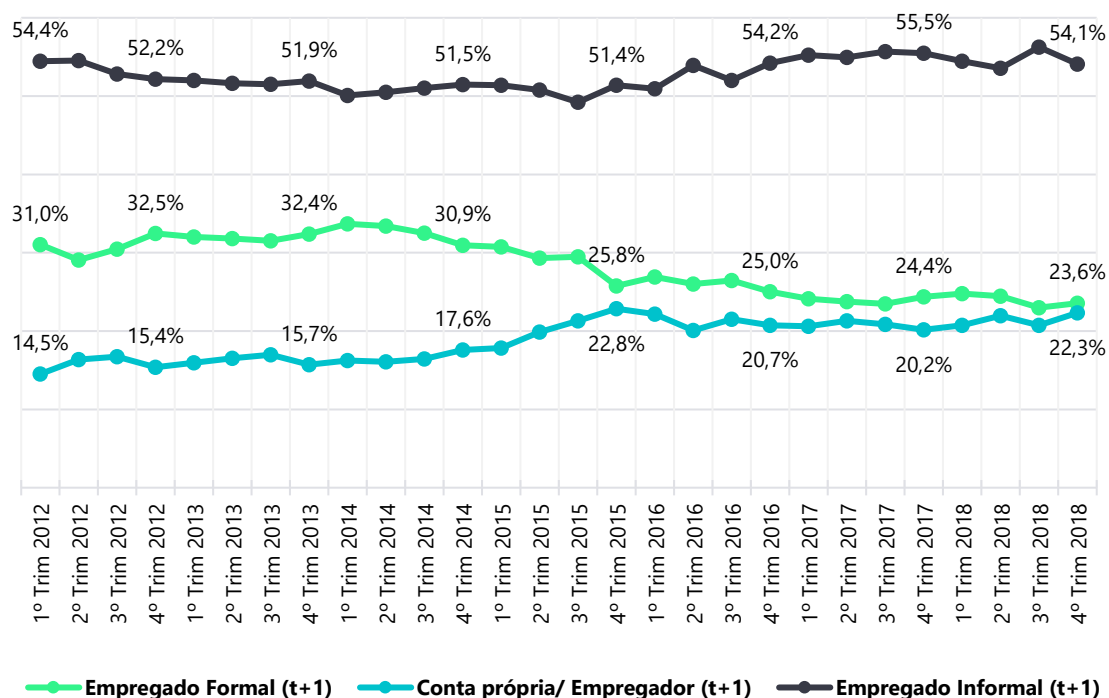
A variação entre o primeiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2019 para empregados formais chega a -5,4 p.p., sendo que a maior redução pode ser vista entre os empregados com carteira de trabalho assinada por tempo indeterminado (-4,7 p.p). Enquanto isso, a variação do mesmo período para empregados informais é de 0,9 p.p., com aumento entre os empregados informais sem carteira assinada e redução entre os não remunerados. Também se nota um crescimento entre os empreendedores, tanto formais quanto informais, e a variação no período chega, respectivamente, a 1,8 p.p. e 2,7 p.p.

Esses dados são importantes ao pensar a inserção da juventude no mercado de trabalho por duas razões principais: primeiro, porque a informalidade ainda é a principal porta de entrada para esses jovens, principalmente quando se encara um período de crise econômica e maior flexibilização das relações

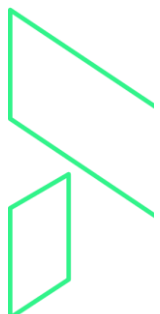
trabalhistas; segundo, porque possibilita entender o cenário atual do empreendedorismo juvenil como uma das formas de saída do desemprego e de investimento em diversos setores. A primeira razão será tratada a seguir, a segunda em um tópico posterior.

Como dito, a informalidade se relaciona intimamente com as questões da juventude e o mercado de trabalho. Como pode-se observar no Gráfico 3.3, a principal forma de transição dos jovens fora do emprego para uma posição de ocupação é pela informalidade (CORSEUIL; POLOPONKSY; FRANCA, 2020). De 2012 a 2018, essa taxa se mantém estável na casa dos 54,0%, ao passo que, como empregados formais, há uma queda de 31,0% para 23,6%, principalmente a partir de 2015, momento em que esse número chega a 28,5% e permanece em queda até 2018.

Gráfico 3.3 – Transição de fora do emprego para ocupação, por posição na ocupação (%) – Brasil (2012-2018)



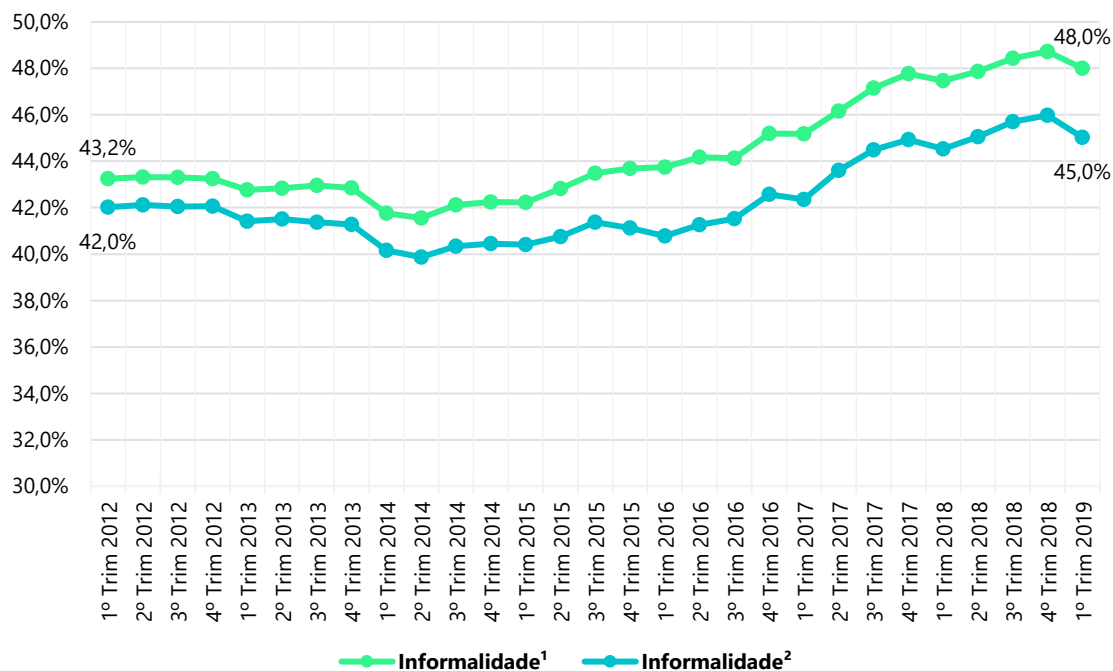
Fonte: Adaptado de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020).



A taxa de informalidade é subdividida nessa análise, seguindo a perspectiva apresentada por Corseuil, Poloponsky e Franca (2020). A taxa de informalidade 1 se refere à junção dos ocupados sem carteira assinada, por conta própria e não remunerados. A taxa de informalidade 2 corresponde aos ocupados sem carteira, aos trabalhadores por conta própria que não contribuem para a Previdência, aos empregadores que também não contribuem para a Previdência e aos não remunerados. A questão da Previdência é importante ao considerar as categorias de conta própria e de empregadores porque a contribuição é vista como um dos modelos de formalização que garante ao trabalhador um conjunto de proteções sociais, ao contrário da não contribuição.

Seguindo a mesma direção de evolução, ambas as taxas de informalidade sofreram uma tênue queda de 2012 a 2014 para, então, apresentarem um constante aumento de 2015 a 2019. Os números subiram de 43,2% para a taxa de informalidade 1 e 42,0% para a informalidade 2 no ano de 2012 para, respectivamente, 48,0% e 45,0% em 2019. Ainda que a trajetória seja crescente, nota-se redução na passagem do quarto trimestre de 2018 para o primeiro trimestre de 2019. De qualquer forma, com base nesses dados, não é possível afirmar se essa queda permanece ou se, tal qual o período anterior, volta a crescer.

Gráfico 3.4 – Taxa de informalidade dos jovens de 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)



Fonte: Adaptado de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020).

Nota: (1) Informalidade 1 = (sem carteira + conta própria + não remunerados)/ocupados. (2) Informalidade 2 = (sem carteira + conta própria não contribui Previdência + empregador não contribui Previdência + não remunerados)/ocupados.

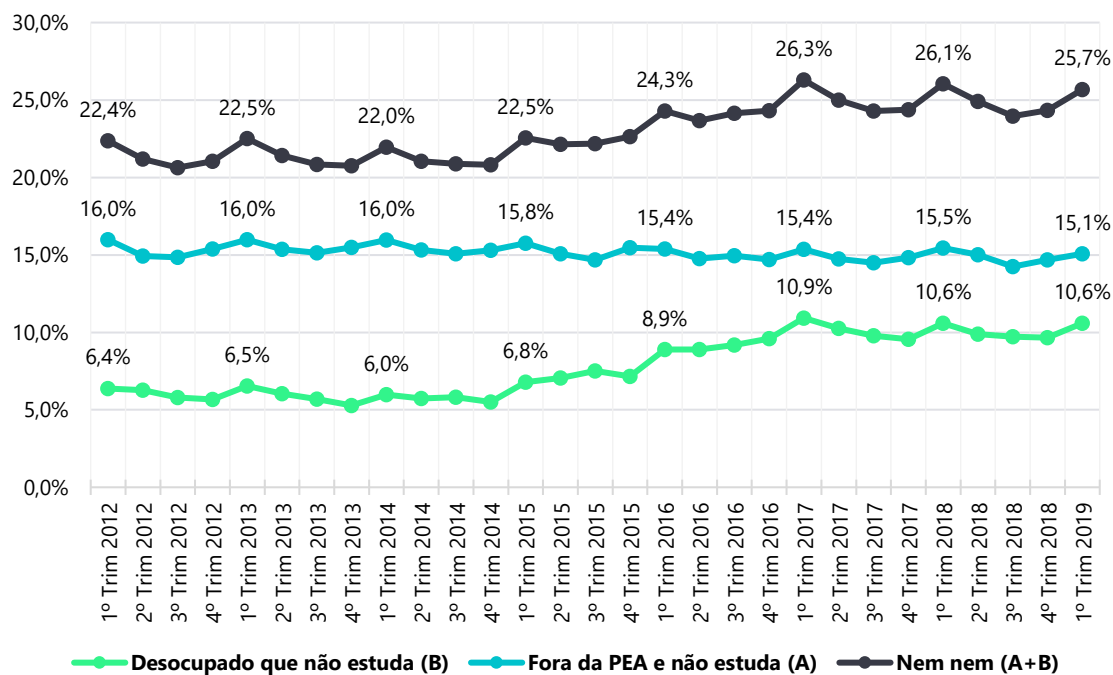
Outro importante desafio que requer atenção é o crescimento de jovens que não estudam e nem trabalham. Essa parcela da população enfrenta barreiras próprias, tanto na conciliação das atividades escolares e laborais, quanto na inserção no mercado de trabalho.

Não há definição consensual entre os estudiosos sobre essa categoria: pode ser utilizada para se referir aos jovens desempregados e fora do ensino formal, bem como jovens fora da força de trabalho e fora do ensino formal. Seguindo a análise de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), o termo “nem-nem”, amplamente utilizado no debate, se refere à parcela de jovens fora da População Economicamente Ativa (PEA)³³ e

³³ A População Economicamente Ativa (PEA) é a proporção da população que está com idade e em condições de trabalho, estando empregada ou, de alguma forma, procurando por emprego (população desocupada).

desocupados que não estudam. No Gráfico 3.5 são apresentadas informações que abrangem os três grupos, para o período de 2012 a 2019.

Gráfico 3.5 – Jovens fora da PEA e desocupados que não estudam¹ – 15 a 29 anos (%) – Brasil (2012-2019)

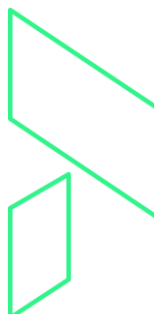


Fonte: Adaptado de Corseuil, Poloponsky e Franca (2020).

Nota: ¹São considerados como estudantes os jovens que responderam estar frequentando regularmente alguma etapa da educação básica (ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos) ou do ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado).

Ao analisar o Gráfico 3.5, pode-se perceber que o percentual de jovens na categoria “nem-nem” (A+B) apresenta uma tendência crescente desde 2012, quando marcou 22,4%, até 2019, quando chegou aos 25,7%. Essa alteração se deve à categoria dos desocupados que não estudam (B): em estabilidade até 2014, a partir de 2015 entra em ritmo crescente passando de 6,8% a 10,6% em 2019.

Essa movimentação durante os últimos anos também se traduz na renda dos trabalhadores. De acordo com a pesquisa *Juventude e trabalho: qual foi o*



impacto da crise na renda dos jovens? E nos nem-nem? (NERI, 2019), publicada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2019, verifica-se que os **jovens foram os maiores afetados pela redução de renda de 2014 a 2019**³⁴.

Segundo dados da PNAD Contínua, a **perda de renda média geral acumulada foi de -3,71% nesse período**. De maneira geral, foram observadas quedas de rendimento em diferentes grupos tradicionalmente excluídos, mas as perdas mais intensas foram entre adolescentes de 15 a 19 anos e entre jovens de 20 a 24 anos, respectivamente, chegando a -26,54% e -17,76% da renda média. Entre o grupo de 25 a 29 anos, a redução também foi expressiva, chegando a -11,63%. Ou seja, em comparação com a média geral, os jovens foram de 5 a 7 vezes mais afetados (NERI, 2019).

Ampliando a análise para o período de 2012 a 2020 e restringindo a faixa etária para 18 a 24 anos, pode-se observar na Tabela 3.4, a mesma redução a partir do rendimento médio habitualmente recebido por mês no trabalho principal. A partir de 2015³⁵, esta parcela de jovens experimenta uma queda significativa, que pode variar de menos de R\$100 a R\$300, em todas as regiões. No ano de 2020, a região com o menor rendimento médio real do trabalho principal é a Sudeste com R\$984, enquanto todas as demais regiões ultrapassam R\$1.000. Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia ocupam as médias mais baixas em relação aos estados: R\$869, R\$894 e R\$999. Os números mais altos se concentram nos estados do Rio Grande do Sul, R\$1.869, Amazonas, R\$1.704 e Paraná, R\$1.660.

³⁴ Entre o quarto trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2019.

³⁵ A partir do primeiro trimestre de 2015.

Tabela 3.4 – Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 18 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por Brasil, Grande Regiões e Unidades Federativas (Reais) (2012-2020)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	1.449	1.510	1.537	1.510	1.415	1.427	1.410	1.394	1.416
Norte	1.265	1.268	1.258	1.286	1.177	1.144	1.177	1.128	1.163
Rondônia	1.049	1.072	1.121	1.088	1.020	1.010	1.018	996	999
Acre	1.586	1.648	1.678	1.650	1.561	1.555	1.516	1.506	1.527
Amazonas	1.690	1.770	1.822	1.795	1.635	1.691	1.658	1.675	1.704
Roraima	1.559	1.705	1.703	1.648	1.586	1.610	1.622	1.559	1.540
Pará	1.425	1.521	1.460	1.400	1.365	1.368	1.387	1.327	1.427
Amapá	1.396	1.352	1.358	1.380	1.194	1.235	1.138	1.154	1.268
Tocantins	1.416	1.415	1.330	1.295	1.235	1.151	1.283	1.119	1.181
Nordeste	1.425	1.383	1.450	1.697	1.303	1.410	1.262	1.384	1.359
Maranhão	1.124	1.132	1.134	1.149	1.081	1.027	1.050	1.038	1.048
Piauí	1.223	1.190	1.294	1.331	1.083	1.195	1.232	1.123	994
Ceará	1.354	1.309	1.331	1.585	1.277	1.260	1.256	1.226	1.295
Rio Grande do Norte	972	987	1.055	1.030	938	882	976	1.018	894
Paraíba	916	952	1.066	969	1.017	922	969	885	869
Pernambuco	1.060	1.091	1.183	1.125	1.077	1.017	1.071	1.011	1.039
Alagoas	1.123	1.098	1.098	1.090	1.088	1.101	948	1.000	1.150
Sergipe	950	1.082	1.036	1.057	991	1.048	1.019	938	972
Bahia	1.190	1.316	1.320	1.251	1.094	1.042	1.048	1.116	1.047
Sudeste	1.087	1.095	1.092	1.072	1.104	1.094	1.087	1.094	984
Minas Gerais	1.076	1.085	1.124	1.060	983	976	973	951	995
Espírito Santo	1.007	966	1.045	1.031	959	1.024	1.002	921	989
Rio de Janeiro	1.325	1.379	1.396	1.404	1.363	1.346	1.299	1.292	1.323
São Paulo	1.454	1.502	1.522	1.534	1.450	1.468	1.376	1.329	1.328
Sul	1.547	1.651	1.732	1.581	1.530	1.600	1.546	1.445	1.424
Paraná	1.732	1.789	1.811	1.798	1.672	1.658	1.623	1.635	1.660
Santa Catarina	1.665	1.801	1.815	1.808	1.606	1.651	1.629	1.653	1.625
Rio Grande do Sul	1.823	1.828	1.940	1.882	1.760	1.804	1.806	1.801	1.869
Centro-Oeste	1.624	1.699	1.747	1.720	1.577	1.646	1.571	1.606	1.664
Mato Grosso do Sul	1.524	1.582	1.606	1.597	1.564	1.634	1.635	1.565	1.514
Mato Grosso	1.536	1.620	1.730	1.683	1.643	1.616	1.702	1.626	1.656
Goias	1.552	1.725	1.662	1.584	1.535	1.568	1.550	1.471	1.485
Distrito Federal	1.647	1.877	1.858	1.836	1.671	1.697	1.702	1.685	1.542

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2020).

Nota: Foram considerados os valores do primeiro trimestre de cada ano.



SAIBA MAIS

As questões relacionadas ao mundo do trabalho englobam diferenças importantes quando se tratam de grupos específicos. Essas particularidades serão levadas em conta na seção de diversidade e você pode clicar [AQUI](#) e [AQUI](#) para conferir.

3.1.2. Jovem Trabalhador Rural

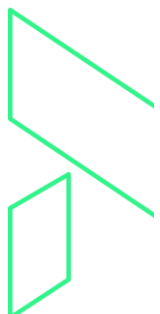


Art. 15º, inciso VI: Apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais.

Os indicadores do mercado de trabalho apresentam diversas especificidades econômicas e estruturais, de acordo com determinadas características: região, sexo e cor/raça são alguns exemplos. À vista disso, no presente tópico, busca-se introduzir o tema específico da juventude rural e evidenciar os números relativos à questão do trabalho, levando em conta a necessidade de produção de dados e de informações sobre essa parcela da população, ainda que de forma incipiente.

Nas últimas décadas, se destaca a **redução no número de jovens trabalhadores rurais**, resultado de uma série de fatores, como a viabilidade econômica, e as barreiras tecnológicas e educacionais. Essa queda, não restrita aos jovens, pode ser observada, por exemplo, nos dados do último Censo Agro 2017 (IBGE 2019). No mesmo ano, houve uma redução de 1,5 milhão de



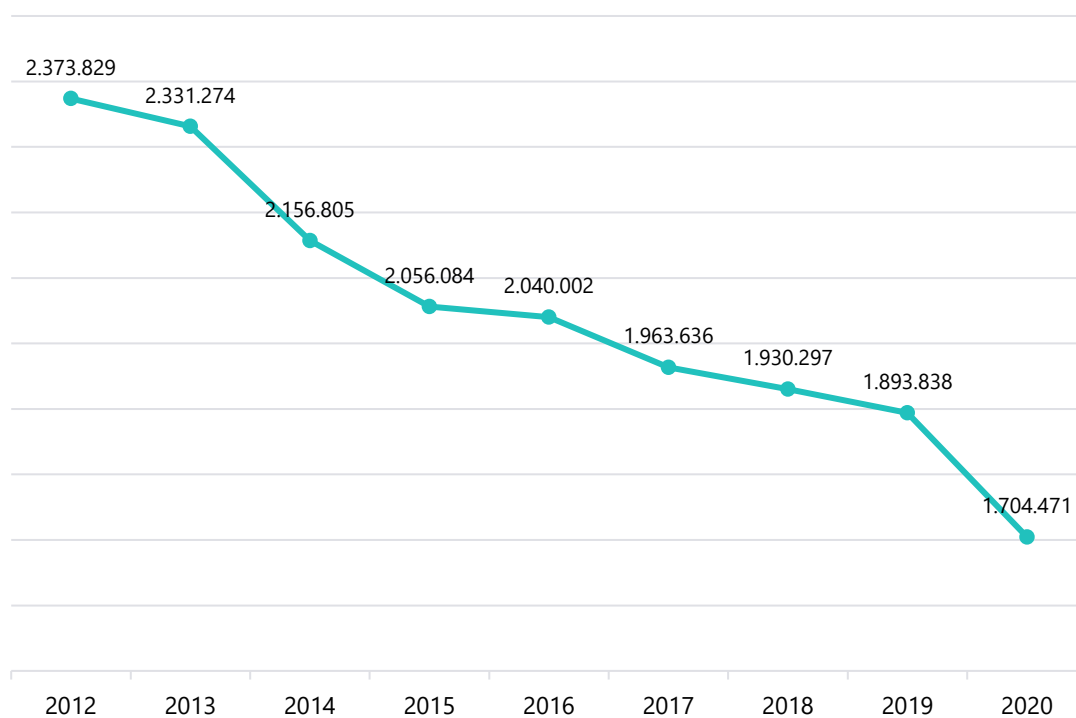


peças ocupadas em estabelecimentos agropecuários em relação ao ano de 2006, ao passo que a mecanização cresceu 50%. Na agricultura familiar, essa diminuição foi ainda mais significativa: queda de 9,5% de estabelecimentos classificados como agricultura familiar e a perda de um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores.

Mais recentemente, de acordo com dados da PNAD Contínua (2020), dos mais de **21 milhões de pessoas de 18 a 29 anos de idade ocupadas em 2020, 1,7 milhão exerciam atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura**³⁶ — o que equivalia a 7,9% dos jovens ocupados no Brasil. Como aponta o Gráfico 3.6, esse número vem em constante queda: em 2012, eram 2,3 milhões de jovens ocupados em atividades agrícolas (8,8%). Isso significa uma diminuição de aproximadamente 600 mil pessoas no período de 8 anos.

³⁶ Grupamento de atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar 2.0 (CNAE-Domiciliar 2.0) que “compreende a exploração ordenada dos recursos naturais vegetais e animais em ambiente natural e protegido, o que abrange as atividades de cultivo agrícola, de criação e produção animal; de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental; de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais e de exploração de animais silvestres em seus habitats naturais; a pesca extrativa de peixes, crustáceos e moluscos e a coleta de produtos aquáticos, assim como a aquicultura - criação e cultivo de animais e produtos do meio aquático. Também fazem parte da seção A o cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais modificados geneticamente” (IBGE, 2022).

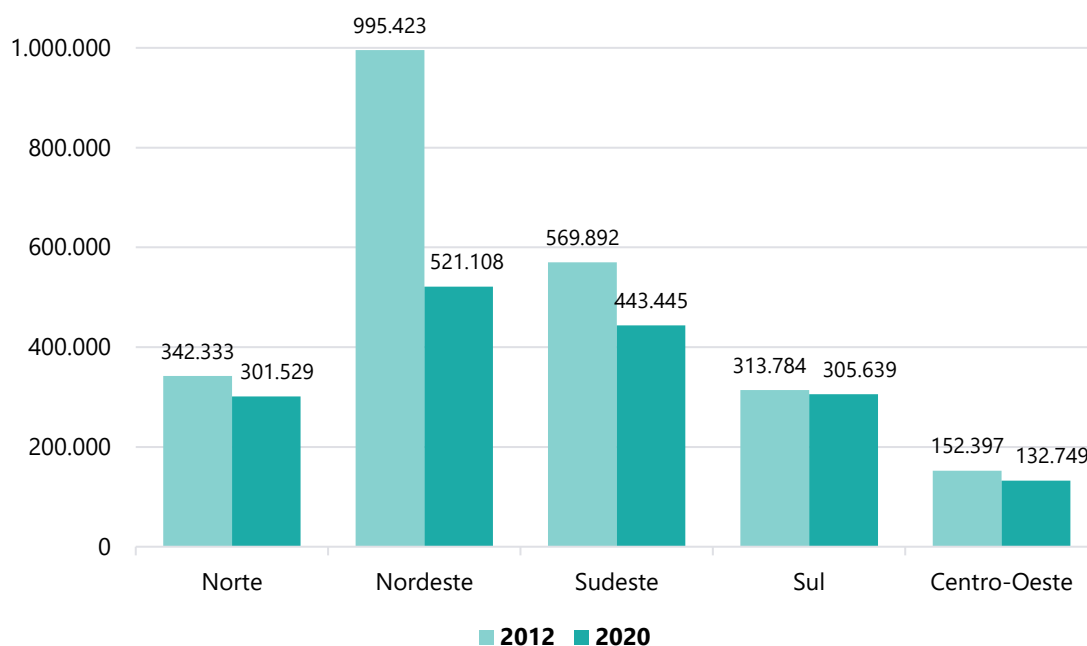
Gráfico 3.6 – Número de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil (2012-2020)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

Regionalmente, em 2020, os maiores contingentes de jovens ocupados em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura estão no Nordeste (521 mil), no Sudeste (443 mil) e no Sul (313 mil). Todas as regiões mostraram queda no número absoluto de jovens ocupados nessas atividades em relação ao ano de 2012. O Nordeste, ainda que se mantenha como a região com maior número de jovens ocupados nas atividades determinadas, registrou a queda mais acentuada: de 990 mil para 520 mil trabalhadores (-47,6%) (Gráfico 3.7).

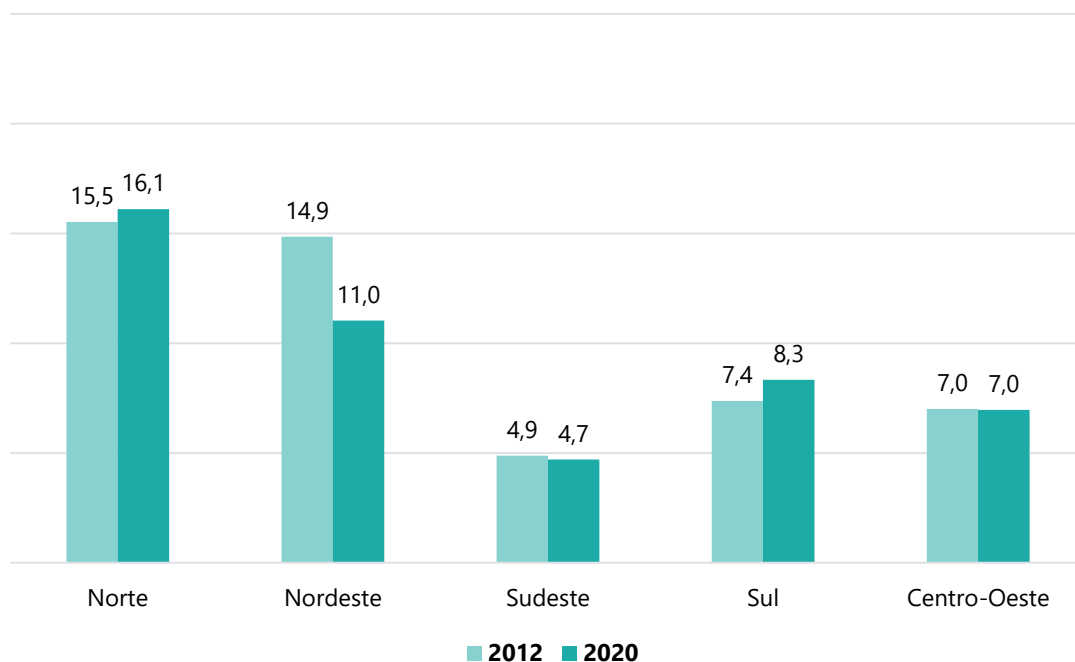
Gráfico 3.7 – Número de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil e Grandes Regiões (2012 e 2020)



Fonte: PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

Proporcionalmente, a Região Norte é a que apresenta o maior percentual de jovens ocupados nas atividades rurais, com 16,1%, seguida pela região Nordeste (11,0%) e região Sul (8,3%). Isso significa, por exemplo, que de todos os jovens ocupados na região Norte, 16,1% estão ocupados em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura (Gráfico 3.8).

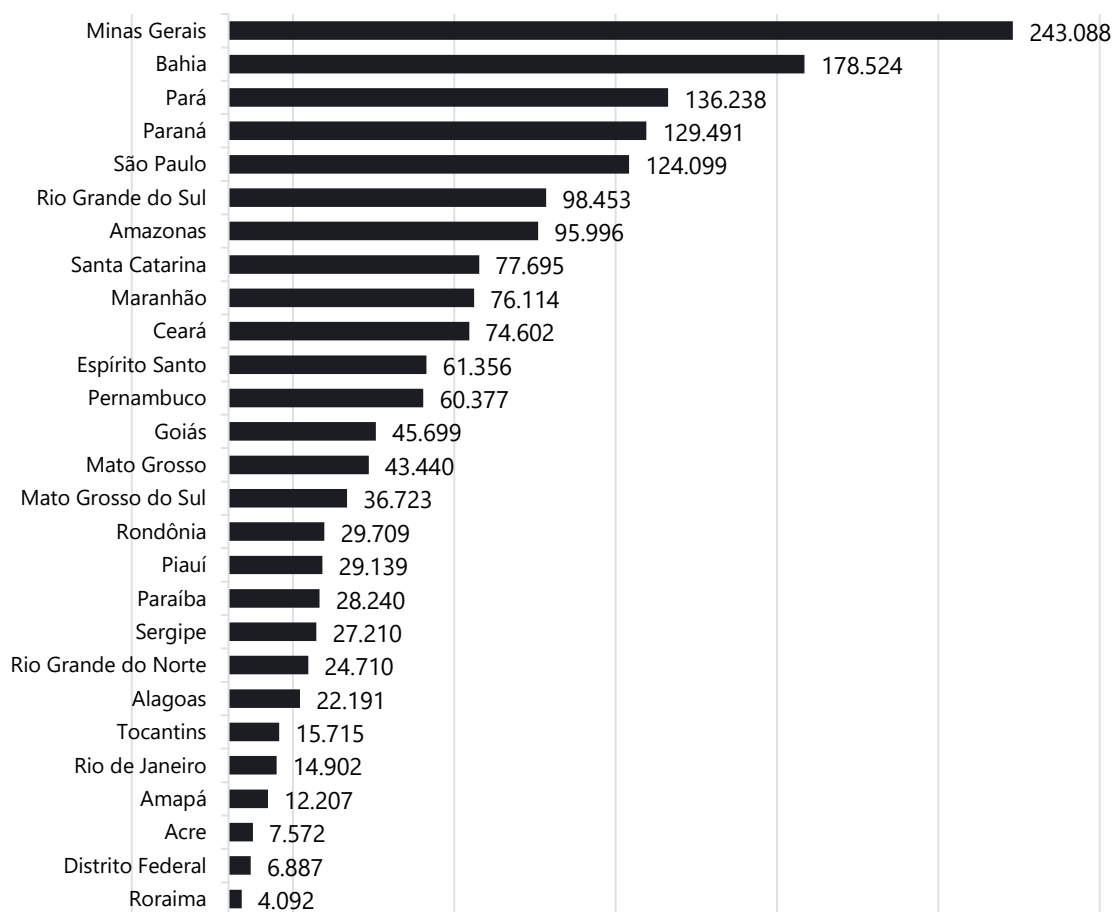
Gráfico 3.8 – Percentual de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil e Grandes Regiões (2012 e 2020)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 3.9, que mostra a distribuição por Unidade Federativa dos jovens ocupados em atividades rurais como agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, Minas Gerais é o estado que concentra a maior quantidade, com mais de 243 mil jovens trabalhadores, seguido de Bahia e Pará com, respectivamente, 178 mil e 136 mil jovens. Acre (7 mil), Distrito Federal (6 mil) e Roraima (4 mil) são os estados com as menores quantidades de trabalhadores jovens ocupados nessas atividades.

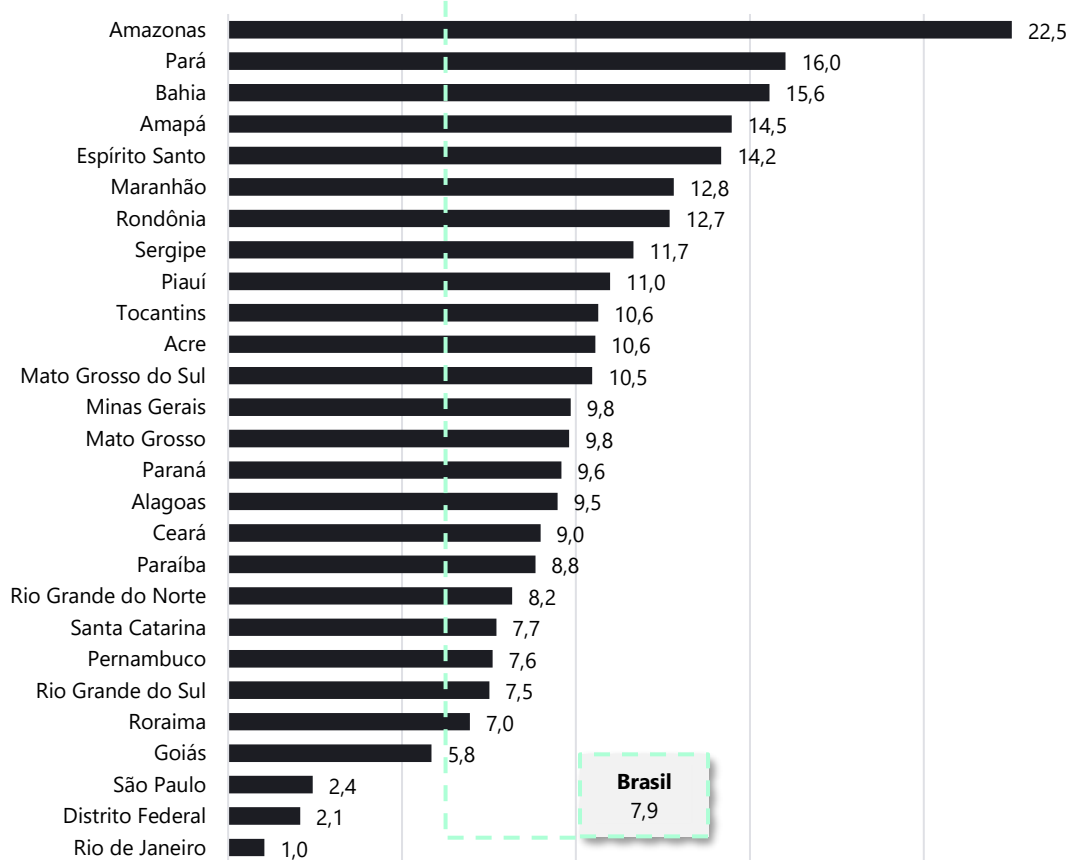
Gráfico 3.9 – Número de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Unidades Federativas (2020)



Fonte: PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

Proporcionalmente, tem-se um cenário um pouco diferente: o estado do Amazonas aparece com o maior percentual de jovens ocupados no grupamento citado com 22,5%, seguido de Pará e Bahia com, respectivamente, 16,0% e 15,6%. Os estados com menores percentuais estão nas regiões Sudeste e Centro-Oeste: São Paulo (2,4%), Distrito Federal (2,1%) e Rio de Janeiro (1,0%).

Gráfico 3.10 – Percentual de pessoas de 18 a 29 anos ocupadas em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – Brasil e Unidades Federativas (2020)



Fonte: IBGE, PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

Diante desse cenário, as políticas de apoio ao jovem trabalhador rural se mostram imprescindíveis para favorecer sua permanência no campo. Mitigar as barreiras técnicas, garantir viabilidade econômica e fortalecer o empreendedorismo são alguns dos fatores que podem permitir que os jovens tenham resultados positivos no desenvolvimento das diversas atividades que permeiam os negócios rurais.

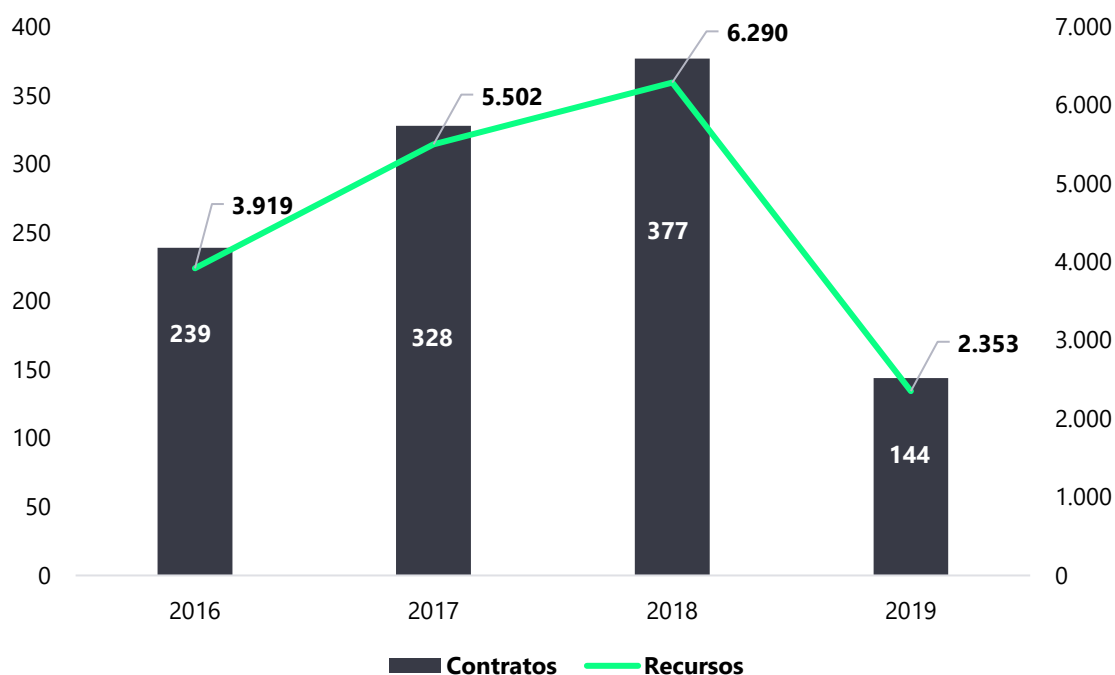
3.1.3. Jovem Produtor Rural

O Estatuto da Juventude, em sua Seção III, visando apoiar os jovens trabalhadores e produtores rurais na organização da produção da agricultura familiar, estabelece como iniciativas do poder público o estímulo à produção e à diversificação de produtos, o fomento à produção sustentável e à comercialização direta e a promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural (BRASIL, 2013).

Algumas décadas antes da promulgação do Estatuto, já faziam parte da agenda nacional as demandas da juventude rural por políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda, e um conjunto de medidas para incrementar a agricultura familiar, como programas de crédito agrícola e fundiário, assistência técnica e estímulos à permanência dos jovens no campo e à sucessão familiar rural. Nessa direção, em 2003, foi criado dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Jovem — uma linha de crédito destinada ao financiamento de projetos técnicos de jovens de 16 a 29 anos que viviam e desenvolviam atividades agrícolas no meio rural, além da construção de moradias e a aquisição de equipamentos eletrônicos e softwares de gestão.

Dados do Banco Central do Brasil dão conta que entre 2004 e 2016, foram firmados 2.889 contratos, mobilizando 18,6 milhões de recursos, praticamente o mesmo montante contratado entre 2016 e 2019, porém, com um número bem menor em operações: 1.088 contratos. No entanto, as contratações realizadas em 2019 indicam uma queda significativa no total de contratos firmados em relação a 2016, com variação de -39,7%. Em recursos, a variação foi ainda maior, caindo 40% (Gráfico 3.11).

Gráfico 3.11 – Número de contratos e total de recursos (em R\$ 1.000) do Pronaf Jovem – Brasil (2016-2019)



Fonte: Banco Central do Brasil (2016-2019). Elaboração da Secretaria Nacional da Juventude.

Em termos regionais, como demonstra a Tabela 3.5, no mesmo período a distribuição dos recursos ficou concentrada na região Norte, tanto em número de contratos quanto em volume de recursos. Essa concentração pode ser explicada pelo desempenho do programa em Rondônia, que responde por 98% do volume de créditos contratados na região.

Tabela 3.5 – Número de contratos e total de recursos do Pronaf Jovem – Brasil e Grandes Regiões (2016-2019)

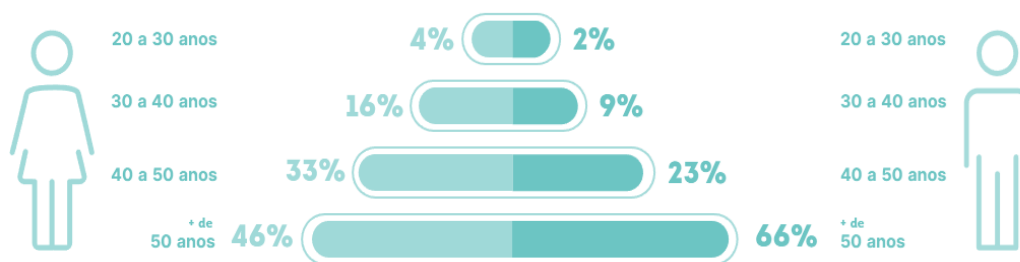
Região	Recursos (R\$)	Recursos (%)	Contratos	Contratos (%)
Norte	13.132.688,67	72,7%	777	71,4%
Nordeste	3.760.927,38	20,8%	240	22,1%
Sudeste	495.841,68	2,7%	29	2,7%
Sul	639.009,39	3,5%	40	3,7%
Centro-Oeste	36.210,51	0,2%	2	0,2%
Total	18.064.677,63	100,0%	1.088	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil (2016-2019). Elaboração da Secretaria Nacional da Juventude.

Mesmo com baixa execução em comparação com os recursos mobilizados por outras linhas do programa nacional, o Pronaf Jovem tem sido um fator de influência positiva para que os jovens contratantes permaneçam no campo, justamente entre aqueles que estariam em processo de sucessão na agricultura familiar. Esse fato vem motivando o governo a promover alterações no programa com o objetivo de destravar as condições de acesso à linha de crédito pelo público potencial, além de ampliar a divulgação do programa junto à juventude rural.

Além do Pronaf, o cooperativismo agrícola se coloca como uma alternativa aos jovens produtores rurais que buscam acesso ao crédito mais barato e menos burocratizado, assim como assistência técnica, insumos, inserção mercadológica e outras exigências do ramo. Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2022), em 2021, havia 1.170 cooperativas no ramo agropecuário reunindo mais de um milhão de cooperados e gerando cerca de 239 mil empregos diretos. Entre as lideranças cooperativistas, prevalecem pessoas com mais de 60 anos, sendo menor a presença dos jovens no comando das cooperativas agrícolas: apenas 2% têm entre 20 e 30 anos.

Gráfico 3.12 - Faixa etária dos líderes do cooperativismo – Brasil (2021)



* Informações referentes a 1.807 cooperativas representando 2.789 pessoas.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2022).

3.2. Profissionalização



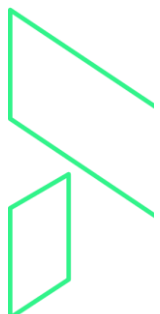
Art. 15º: A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

Art. 15º, inciso III: Criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores;

A profissionalização dos jovens é um caminho que visa contribuir com a inclusão econômica e redução de trabalhos informais. Ao atuar na qualificação e profissionalização juvenil, conforme previsto pelo Estatuto da Juventude, pode-se atenuar as desigualdades sociais e elevar o rendimento dessa população. Assim, nos tópicos seguintes, serão tratados os temas relacionados ao empreendedorismo juvenil e aos programas de aprendizagem e estágios, como maneiras de profissionalização da juventude.

3.2.1. Empreendedorismo

Uma das preocupações dos debates atuais em torno das políticas públicas voltadas para a juventude é o estímulo e o fortalecimento do empreendedorismo juvenil. Neste tópico, a categoria do empreendedor é definida como a junção

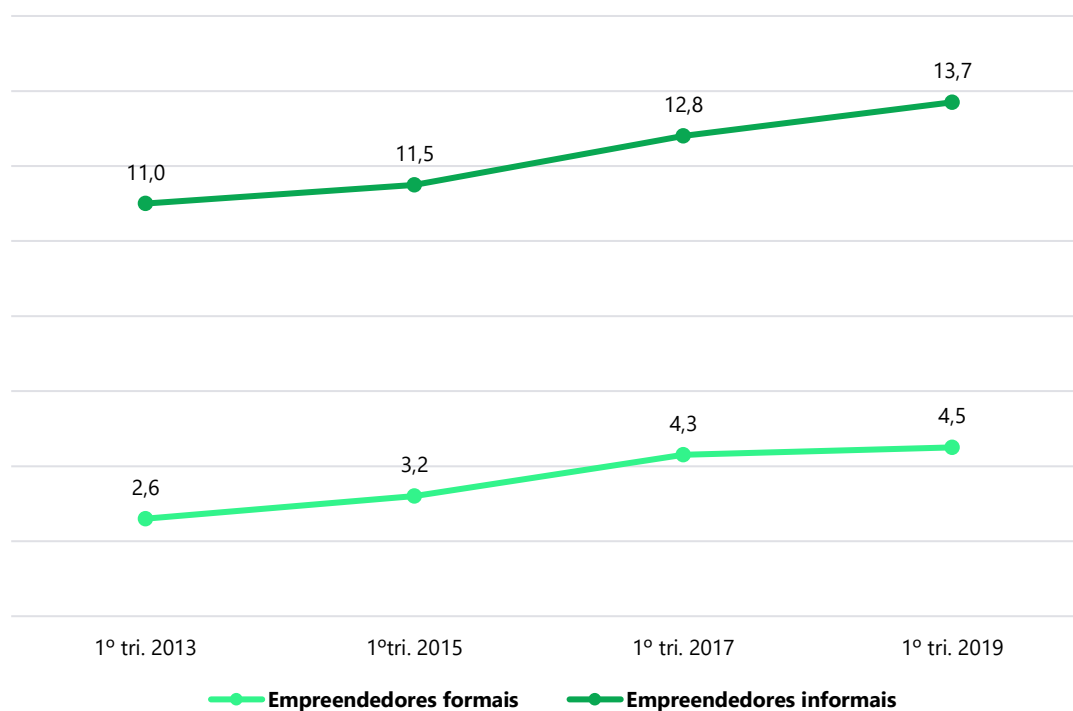


entre o trabalhador por conta própria e o empregador, além disso, diferencia-se o empreendedor formal e do informal como aqueles que contribuem ou não para a Previdência.

Destaca-se, também, o empreendedorismo juvenil nas empresas juniores ligadas às Universidades, a partir de dados da Rede Brasil Júnior — entidade de representação nacional do Movimento de Empresa Juniores (MEJ), que promove a integração e o compartilhamento da vivência empresarial entre estudantes pela construção de uma rede empreendedora, educadora, colaborativa, ética e competitiva.

De acordo com dados da PNAD, **entre os jovens ocupados, a participação como empreendedores formais e informais aumentou no Brasil desde 2013**. Nota-se no Gráfico 3.12, um crescimento de aproximadamente 2 p.p. na participação dos jovens entre os empreendedores formais: de 2,6% em 2013 para **4,5% em 2019**. Uma variação ainda maior (2,7 p.p) pode ser percebida entre os empreendedores informais, que contavam com 11% de jovens em 2013 e **13,7% em 2019** (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Gráfico 3.12 – Distribuição de jovens ocupados – empreendedores formais e informais (%) – Brasil (2013-2019)



Fonte: Corseuil, Poloponsky e Franca (2020). Elaboração própria.

Na pesquisa *Empreendedorismo no Brasil*, publicada em 2019 pelo SEBRAE e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, foram utilizados os dados do *Global Entrepreneurship Monitor* — consórcio internacional com dados coletados de 50 economias. A partir dessas informações, verifica-se que a Intensidade Empreendedora dos jovens de 18 a 24 anos fica em torno de 24,3% entre os empreendedores iniciais e 7,2% entre os empreendedores estabelecidos (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 – Taxas específicas em estimativas de empreendedorismo, segundo a faixa etária (%) – Brasil (2019)

Faixa etária	Empreendedores Iniciais	Empreendedores estabelecidos
18 a 24 anos	24,3	7,2
25 a 34 anos	26,1	12,7
35 a 44 anos	26,7	18,2
45 a 54 anos	22,6	23,8
55 a 64 anos	12,4	20,5

Fonte: Adaptado de Greco (2020).

Em relação a outros países selecionados, o Brasil tem a maior taxa de jovens em empreendedorismo inicial (TEA) — com diferença de aproximadamente 10% para os Estados Unidos, segundo país com maior intensidade empreendedora de jovens de 18 a 24 anos entre as economias selecionadas (Tabela 3.6Tabela 3.11).

Tabela 3.6 – Taxas específicas de empreendedorismo inicial (TEA), segundo a faixa etária (%) – Economias selecionadas (2019)

Economias	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	TEA
Brasil	24,3	26,1	26,7	22,6	12,4	23,3
África do Sul	8,4	12,6	9,2	14,3	8,5	10,8
Alemanha	10,1	11,8	7,3	6,3	4,4	7,6
Austrália	5,5	13,4	13,5	10,0	8,0	10,5
China	10,6	13,1	9,9	7,4	2,8	8,7
Estados Unidos	15,8	22,1	22,1	13,3	13,4	17,4
Índia	14,6	16,9	15,3	11,9	14,7	15,0
México	12,2	14,1	14,3	12,7	9,3	13,0

Fonte: Adaptado de Greco (2020).

Quanto à taxa de empreendedorismo estabelecido (TEE), pode-se observar que mesmo com a menor taxa entre as demais faixas etárias, o Brasil fica atrás

apenas da China em intensidade empreendedora entre jovens de 18 a 24 anos (Tabela 3.7).

Tabela 3.7 – Taxas específicas de empreendedorismo estabelecido (TEE), segundo a faixa etária (%) – Economias selecionadas (2019)

Economias	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	TEE
Brasil	7,2	12,7	18,2	23,8	20,5	16,2
África do Sul	1,4	3,8	4,0	3,5	6,0	3,5
Alemanha	0,1	4,6	5,6	7,2	6,1	5,2
Austrália	0,9	3,3	5,5	10,3	12,3	6,5
China	8,2	8,6	9,2	11,2	9,1	9,3
Estados Unidos	2,9	5,4	12,6	14,0	16,2	10,6
Índia	6,3	12,9	14,5	13,0	14,8	11,9
México	0,6	1,5	2,6	2,1	3,1	1,8

Fonte: Adaptado de Greco (2020).

Da distribuição percentual das atividades dos empreendedores (Tabela 3.8), pessoas de 18 a 34 anos têm maior inserção em atividades relacionadas à beleza, seguidas pelo comércio varejista de vestuário e acessórios e, por fim, por restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas.

Tabela 3.8 – Distribuição percentual das atividades dos empreendedores, por faixa etária – Brasil (2019)

Atividades (CNAE)	18 a 34 anos	35 a 54 anos	55 a 64 anos
Cabelereiros e outras atividades de tratamento de beleza	9,5	6,0	-
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	8,5	5,5	2,8
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	5,8	6,8	10,5
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	5,7	5,5	4,1
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	5,3	4,2	5,5
Serviços especializados para construção	4,9	6,7	4,2
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4,8	-	6,7
Manutenção e reparação de veículos automotores	4,2	4,6	-
Serviços domésticos (diaristas, cuidadores de crianças e idosos, jardineiros, camareiros, caseiros, cozinheiros etc.)	3,8	9,9	4,8
Serviços ambulantes de alimentação	-	3,6	-
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	-	-	4,4
Obras de acabamento	-	-	3,1
Transporte rodoviário de carga	-	-	3,0
Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	-	-	2,9
Outras atividades	47,5	47,2	48,0

Fonte: Adaptado de Greco (2020).

Em relação às motivações para empreender, todas as faixas etárias, incluindo as pessoas de 18 a 24 anos, têm como principal motivação: ganhar a vida porque os empregos são escassos (88,8%). Ao passo que 57,0% dos jovens de 18 a 24 anos, maior percentual entre os grupos de idade, querem fazer a diferença no mundo com seus empreendimentos. Em terceiro lugar, com 49,9%,

os jovens da mesma faixa etária querem constituir riquezas e aumentar sua renda e, por fim, 27,9%, buscam continuar uma tradição familiar.

Tabela 3.9 – Percentual dos empreendedores iniciais (TEA), segundo faixa etária e motivações – Brasil (2019)

Motivação	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	44 a 54 anos	55 a 64 anos
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,8	84,9	91,8	91,3	81,3
Para fazer a diferença no mundo	57,0	50,8	51,2	46,4	52,1
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	49,9	38,2	37,0	24,2	29,3
Para continuar uma tradição familiar	27,9	20,2	28,3	30,0	32,0

Fonte: Adaptado de Greco (2020).

Outra publicação que traz dados relevantes sobre empreendedorismo no Brasil é o *Mapa de Negócios de Impacto*, lançado em 2017 pela Pipe Social, que teve como objetivo identificar negócios alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) para acompanhar a evolução dos negócios de impacto socioambiental no Brasil.

Alinhados aos dados anteriores, a publicação aponta que **21% dos principais fundadores dos empreendimentos mapeados eram jovens de 19 a 29 anos**, e, ao lado das mulheres e dos não-brancos, são os que encontram cumprem uma jornada mais desafiadora e com mais dificuldades ao atravessar o chamado “vale da morte” dos negócios, enquanto os empreendedores maduros ganham maiores espaços (PIPE SOCIAL, 2019).

Já em relação aos dados da Rede Brasil Júnior, de acordo com o último relatório publicado, a organização representa mais de **28 mil jovens ligados a 1.330 empresas juniores em 254 diferentes instituições de ensino superior em território nacional** (BRASIL JUNIOR, 2020). Nos últimos anos, houve um crescimento exponencial do faturamento dos projetos ligados ao Movimento de

Empresas Juniores (MEJ): passando de 11 milhões em 2016 a 70 milhões em 2021. Esta é uma movimentação expressiva, levando em conta a multiplicação dos projetos, que passaram de 4 mil para 40 mil, e o cenário de crise que o país enfrenta (EMPRESAS, 2021).

Além disso, em 2022, 13 empresas juniores representadas pelo MEJ atingiram a categoria de “empresa unicórnio”: quando, no caso de empresas juniores, há um faturamento de mais de R\$ 1 milhão por ano (BRASIL JUNIOR, 2022).

Os dados relativos ao empreendedorismo geral e ao empreendedorismo em empresas juniores no Brasil revelam que a categoria ganha espaço entre os jovens no país. Porém, ao passo que os negócios fundados por jovens encontram dificuldades de estabelecimento, o faturamento das empresas juniores cresce exponencialmente. Esta é a importância do apoio, do fomento e de políticas de crédito voltadas ao empreendedorismo juvenil.

3.2.2. Programas de aprendizagem e estágios



Art. 15º, inciso V: Adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude

Os vínculos empregatícios dos jovens empregados no setor formal incluem a categoria de “aprendiz”. Os contratos são destinados a adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos, sendo uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades profissionais compatíveis com as demandas do mercado de trabalho. No mesmo sentido, os estágios são outra importante forma de inserção da juventude no mercado e, por vezes, o caminho para o primeiro emprego. Os programas de estágios servem como uma mediação entre as atividades

educacionais e o mundo do trabalho, e promovem o desenvolvimento de habilidades e a capacitação para o trabalho. Isso porque são articulados com as etapas educacionais, ou seja, é necessário que o jovem esteja matriculado no ensino médio ou no ensino superior.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), **em 2020 havia 370 mil vínculos ativos na categoria aprendiz entre jovens de 15 a 25 anos de idade**. A Tabela 3.10 mostra que, de 2015 a 2020, houve uma queda nos contratos de aprendizagem para o grupo de idade de 15 a 17 anos, caindo de 210.829 naquele ano para 182.581 em 2019, seguida de um declínio ainda superior no ano seguinte: 122.064 (-33,1%). Essa alteração pode ser relacionada com o contexto da pandemia de Covid-19 que impactou o Brasil a partir de março de 2020.

Esse comportamento foi distinto para a faixa etária de 18 a 24 anos. No período de 2012 a 2019 houve uma tendência crescente, passando de 110.082 para 287.233, sofrendo a mesma queda que a faixa etária anterior no ano de 2020 (-14,3%), quando contabilizou 246.135 vínculos de aprendizagem (Tabela 3.10).

Tabela 3.10 – Número de pessoas de 15 a 24 anos vinculadas na categoria de aprendiz, por grupo de idade – Brasil (2012-2020)

Faixa Etária	2012	2013	2014	2015	2017	2018	2019	2020
15 a 17 anos	177.630	194.148	214.079	210.829	176.878	180.630	182.581	122.064
18 a 24 anos	110.082	125.596	137.817	159.216	204.150	244.971	287.233	246.135
Total	293.631	326.395	360.228	376.141	385.511	430.981	474.739	371.060

Fonte: Adaptado de Greco (2020).

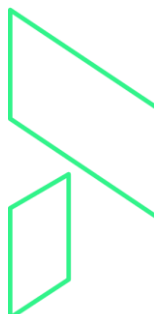
Em um período reduzido, de 2012 a 2017, houve um aumento do percentual de jovens em vínculos de aprendiz no setor formal: de 2% a 4%. No grupo de idade de 15 a 17, nota-se a extrema relevância desse tipo contratual,

visto que 65,7% dos jovens ocupados no setor formal estavam vinculados como aprendizes. É importante também destacar que a vinculação por CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) caiu mais de 30% nessa faixa etária de 2012 a 2017, mesmo percentual de aumento na vinculação de aprendizagem (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Tabela 3.11 – Distribuição percentual dos jovens ocupados no setor formal por faixa etária e tipo de vínculo – Brasil (2012-2017)

Faixa etária e tipo de vínculo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição (2017-2012)
Jovens							
CLT	93,3	93,3	93,0	93,0	92,6	92,3	-1,0
Aprendiz	2,1	2,4	2,7	3,2	3,7	4,0	1,9
Temporário	4,0	3,8	3,8	3,3	3,2	3,3	-0,6
Outros	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	-0,3
15 a 17 anos							
CLT	65,3	62,3	57,4	47,3	37,0	33,2	-32,1
Aprendiz	32,9	36,1	40,9	51,5	61,9	65,7	32,8
Temporário	1,6	1,5	1,6	1,1	1,0	1,0	-0,6
Outros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1
18 a 24 anos							
CLT	93,0	93,0	92,7	92,6	91,8	91,0	-2,0
Aprendiz	1,9	2,2	2,6	3,3	4,2	4,9	3,0
Temporário	4,5	4,2	4,2	3,7	3,6	3,7	-0,8
Outros	0,7	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	-0,3
25 a 29 anos							
CLT	95,8	96,0	96,1	96,5	96,6	96,5	0,7
Temporário	3,5	3,4	3,4	3,0	3,0	3,1	-0,5
Outros	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	-0,3

Fonte: Adaptado de Corseuil, Polopovsky, Franca (2020).

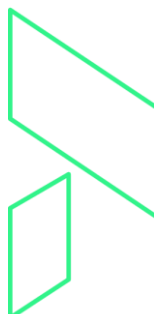


Os estágios também figuram como uma importante forma de inserção dos jovens no mercado de trabalho, visto que promovem o desenvolvimento de habilidades e a capacitação para o trabalho. Os programas de estágio são regulados pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a chamada Lei do Estágio, que dispõe sobre exigências e requisitos acerca deste tipo de vínculo.

Este tipo de programa serve como uma mediação entre as atividades educacionais e o mundo do trabalho. Isto porque são articulados com as etapas educacionais, ou seja, é necessário que o jovem esteja regularmente matriculado em cursos de nível médio, técnico, especial ou superior.

Os estágios injetam na economia brasileira R\$2,9 bilhões em renda por ano, segundo a pesquisa *Benefícios Econômicos e Sociais do Estágio* realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a pedido do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). **O número de estagiários teve um crescimento de 47,1% entre 2010 e 2017, partindo de 339 mil para 498 mil.** Os estagiários que recebem bolsa-auxílio também cresceram 42,2% no período, de 206 mil para 292 mil. Em 2017, a maior parte dos estagiários cursava o ensino superior (76,7%), em seguida, o ensino médio (19,6%) e o Ensino Técnico (3,4%) (FIPE, 2019).

A pesquisa entrevistou organizações em nove estados do país com o objetivo de avaliar a opinião das empresas e das instituições em relação às experiências com os programas de estágios. Segundo o estudo, 91,3% dos entrevistados recebiam remuneração e bolsa-auxílio, 85,7% recebiam auxílio transporte e 34,4% tinham como benefício férias remuneradas. Quanto às organizações, 39,8% delas acreditavam que os estagiários eram importantes e 38,1% que eram muito importantes, 32,8% responderam que as chances de os estagiários serem efetivados eram altas, seguidos por 22,5% que responderam que as chances eram muito altas (provável) (FIPE, 2019).



O CIEE também realizou um levantamento entre 4 mil estagiários no estado de São Paulo, encomendado pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), e traz conclusões importantes sobre tema: 60% dos estagiários estão na faixa etária dos 19 a 25 anos, 90% deles são universitários, 68% estudam em instituições privadas e 68% têm renda familiar de até R\$3 mil. A pesquisa também aponta que aproximadamente 80% dos estagiários ajudam ou são totalmente responsáveis pelo sustento da família e ao menos 9% deles sustentam a família sozinhos. A pandemia aprofundou essas situações, visto que impactou fortemente o mercado de trabalho (CIEE; IBOPE, 2019; CAMPOS, 2021).

Para trazer dados recentes, **as estatísticas da Associação Brasileira de Estágios (ABRES) apontam para 900 mil estagiários em 2020**. Dos alunos matriculados no ensino médio (regular e técnico), 2,4% são estagiários (214.000 pessoas). No ensino superior, do total de alunos matriculados, 8,1% são estagiários (686.000 pessoas) — totalizando 900.000 estagiários em 2020.

A Tabela 3.12 apresenta a distribuição regional dos estagiários brasileiros, concentrados em sua maioria na região Sudeste: 56,7% dos estagiários do ensino médio e técnico estão alocados naquela região, bem como 60,0% dos estagiários do ensino superior. Esses números não surpreendem, dado que a maior parcela dos alunos do ensino médio e técnico e do ensino superior também residem na região Sudeste. Por outro lado, na região Nordeste, que detém o segundo maior número de matriculados nas duas etapas educacionais analisadas, a participação de estagiários não é tão alta, revelando um ponto a ser aprofundado em pesquisas futuras para a reflexão na elaboração de políticas públicas voltadas para os jovens.

Tabela 3.12 – Número e percentual de estagiários por etapa educacional – Brasil e Grandes Regiões (2020)

Brasil e Grandes Regiões	Alunos: Médio e Médio Técnico	Estagiários: Médio e Médio Técnico	Alunos: Superior	Estagiários: Superior
Brasil	8.758.237 (100%)	214.000 (100%)	8.450.755 (100%)	686.000 (100%)
Norte	858.023 (9,8%)	4.751 (2,2%)	691.639 (8,2%)	18.316 (2,7%)
Nordeste	2.419.214 (27,6%)	27.114 (12,7%)	1.799.609 (21,3%)	52.273 (7,6%)
Centro-Oeste	672.844 (7,7%)	13.311 (6,2%)	774.211 (9,2%)	40.474 (5,9%)
Sudeste	3.584.912 (40,9%)	121.274 (56,7%)	3.755.153 (44,4%)	411.600 (60,0%)
Sul	1.223.244 (14,0%)	47.551 (22,2%)	1.428.909 (16,9%)	163.337 (23,8%)

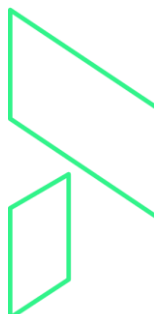
Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Estágios (ABRES, 2020).

Estas informações apontam para a importância dos programas de estágio para a inserção de jovens estudantes no mercado de trabalho, para as organizações contratantes e para o desenvolvimento econômico do país.

Considerações finais

Na presente seção, buscou-se retratar a situação da juventude brasileira perante o mundo do trabalho e suas características atuais, por meio de diversos dados disponíveis para análise. Corroborando pesquisas recentes sobre o assunto, verificou-se uma queda significativa dos jovens ocupados e, conseqüentemente, um aumento dos desempregados, principalmente a partir de 2015.

Esta situação também contribuiu para o crescimento da informalidade, que também evoluiu entre os jovens que estão entrando pela primeira vez no



mercado de trabalho. A piora na qualidade das ocupações também é um problema evidente, tanto a curto como a longo prazo, e pode trazer consequências importantes no futuro. Alinhados a essas questões, a juventude que não estuda e não trabalha também se expandiu, enquanto a renda dos mais jovens caiu de maneira expressiva.

Considerando os trabalhadores rurais, também se percebe queda nos jovens ocupados em atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, atingindo metade do contingente de 2012 e com recuo em todas as regiões do país.

Em relação à profissionalização, os jovens são uma parcela significativa no empreendedorismo no Brasil. As empresas juniores ligadas a instituições educacionais estão em expansão e o compartilhamento da vivência empresarial e empreendedora entre estudantes se mostra oportuna na construção de caminhos para a juventude. De modo geral, houve um aumento na participação destes jovens no empreendedorismo, tanto em situação formais quanto informais, mas os dados também apontaram que essa é a faixa etária que mais encontra dificuldades para se estabelecer.

Da mesma forma, os programas de aprendizagem e estágios são importantes mediações entre as atividades educacionais e o trabalho, e se mostraram como alternativas para a primeira inserção no mercado e para o desenvolvimento de habilidades voltadas para o trabalho.

A partir destas considerações, pode-se concluir que o cenário de deterioração do mercado de trabalho e de recessão econômica impacta particularmente a população jovem brasileira, ainda que existam caminhos de desenvolvimento voltados para sua profissionalização.



ACESSE

As tabulações dos dados da [terceira seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

ABRES. Estatísticas. *Associação Brasileira de Estágios*. 2020. Disponível em: <https://abres.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL JUNIOR. Relatório de Legado, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MfOkSfORSkrhPHAODZAXXH_fQf3Vyl8e/view. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL JUNIOR. Movimento Empresa Júnior: empreendedorismo de milhões. *Brasil Júnior*, 21 de fev. de 2022. Disponível em: <https://brasiljunior.org.br/conteudos/movimento-empresa-junior-empreendedorismo-de-milhoes-brasil-junior>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CAMPOS, Ana Paula. 80% dos estagiários de SP ajudam ou são totalmente responsáveis pelo sustento da família, diz pesquisa do CIEE. *G1*, São Paulo, 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/16/80percent-dos-estagiarios-de-sp-ajudam-ou-sao-totalmente-responsaveis-pelo-sustento-da-familia-diz-pesquisa-do-ciee.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CIEE; IBOPE. Relatório de pesquisa. *12º Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio*. 2021. Disponível em: <https://cieecdportal.s3.amazonaws.com/media/2021/06/12-premio-ciee-sintese-de-resultados.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Máira P. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Brasília, 2020.

EMPRESAS juniores movimentaram mais de R\$70 milhões em 2021. *Administradores.com*, 10 de fev. de 2021. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/empresas-juniores-movimentaram-mais-de-r-70-milhoes-em-2021>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FIPE. *Benefícios econômicos e sociais do estágio*. CIEE, 2019. Disponível em: <https://cieecdportal.s3.amazonaws.com/media/2020/04/pesquisa-beneficios-economicos-e-sociais-do-estagio-edit01.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2022.

GRECO, Silmara Maria de Souza Silveira (Coord.). *Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil – 2019*. Curitiba: IBQP, 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral – PNAD*, IBGE: Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral – PNAD*, IBGE: Rio de Janeiro, 2021.

NERI, Marcelo (Coord.). *Juventude e trabalho: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos Nem-Nem?* FGV Social, Rio de Janeiro, nov. 2019.

OCB. *Organização das Cooperativas Brasileiras. Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Sistema OCB, 2022.

PIPE SOCIAL. *2º Mapa de Negócios de Impacto: Social + Ambiental*. 2019. Disponível em: <https://pipe.social/pipelabo/mapa2019>. Acesso em: 15 maio 2022.

4. Direito à Diversidade e à Igualdade

Os temas que perpassam este diagnóstico são transversais e possibilitam diversos olhares. O quarto eixo do Estatuto da Juventude promove o direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades, considerando aspectos como a liberdade e estratégias voltadas para a proteção e a defesa da dignidade humana.



Ilustração: Storyset

Diante da grande diversidade da juventude brasileira, é necessário reconhecer e valorizar suas experiências, ao passo que é igualmente importante identificar as desigualdades às quais estão submetidos, visto que parcelas dessa população tendem a ser marginalizadas e invisibilizadas. Dessa forma, foram priorizados os recortes de cor/raça, de sexo e de orientação sexual para retratar as condições mais específicas de cada grupo, utilizando os dados mais expressivos em termos de igualdade de direitos e de oportunidades.

É importante destacar que, apesar da importância dos temas apresentados, parte dos dados já publicados não oferecem recortes específicos para a faixa etária correspondente à juventude ou não foram encontrados dados sistematizados sobre o assunto.

4.1. Jovens pretos ou pardos



Art. 17º: O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: inciso I – Etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;

O combate às desigualdades pautadas por cor/raça têm sido, desde os anos 1990, objeto de formulação de políticas públicas em todas as esferas de governo do país com a aprovação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, instituindo o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), e da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, aprovando o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), com um capítulo específico sobre o direito à diversidade e à igualdade. Ainda assim, o desafio da sociedade e do Estado é garantir que esses direitos sejam efetivados. Dessa forma, nos tópicos seguinte, são analisados dados e informações acerca da questão racial no Brasil, destacando como ela se reflete na educação, na violência, na representação política e no mundo do trabalho, chamando a atenção do país para os desafios frente ao combate à discriminação e às desigualdades raciais.

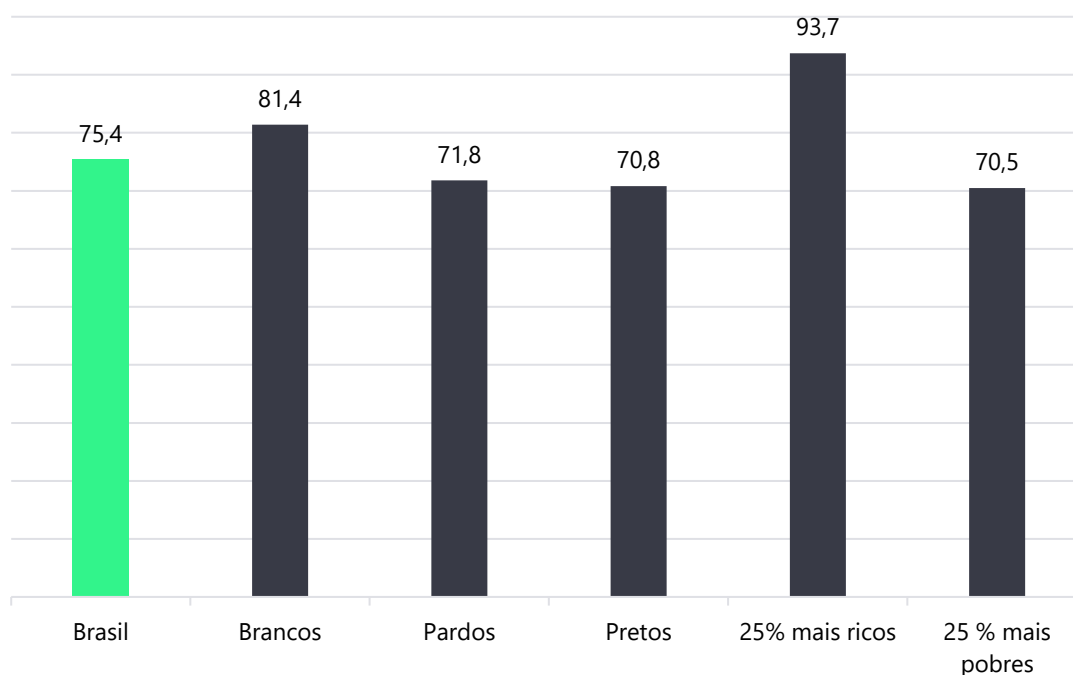
4.1.1. Educação

Os indicadores educacionais que dimensionam a questão cor/raça sinalizam elevadas disparidades: menores taxas de frequência escolar na idade adequada, menos anos de estudo e menor inserção no ensino superior. Essas são algumas questões trabalhadas neste tópico.

Segundo o *Anuário Brasileiro da Educação Básica* (2021), com base nos dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua), a média de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio em

2020 era de 75,4%. Quando tratada sob a ótica de cor/raça, observa-se que os brancos estão acima da média nacional, com 81,4% dos jovens nessa faixa de idade matriculados no ensino médio. Por sua vez, os percentuais referentes aos jovens pardos (71,8%) e pretos (70,8%) ficaram abaixo da média nacional. As diferenças são ainda mais notórias se comparadas ao nível socioeconômico: 93,7% dos jovens de 15 a 17 anos pertencentes aos 25% mais ricos do país estão matriculados no ensino médio, enquanto entre os 25% mais pobres, 70,5% têm acesso à referida etapa educacional (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).

Gráfico 4.1 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio – Brasil (2020)

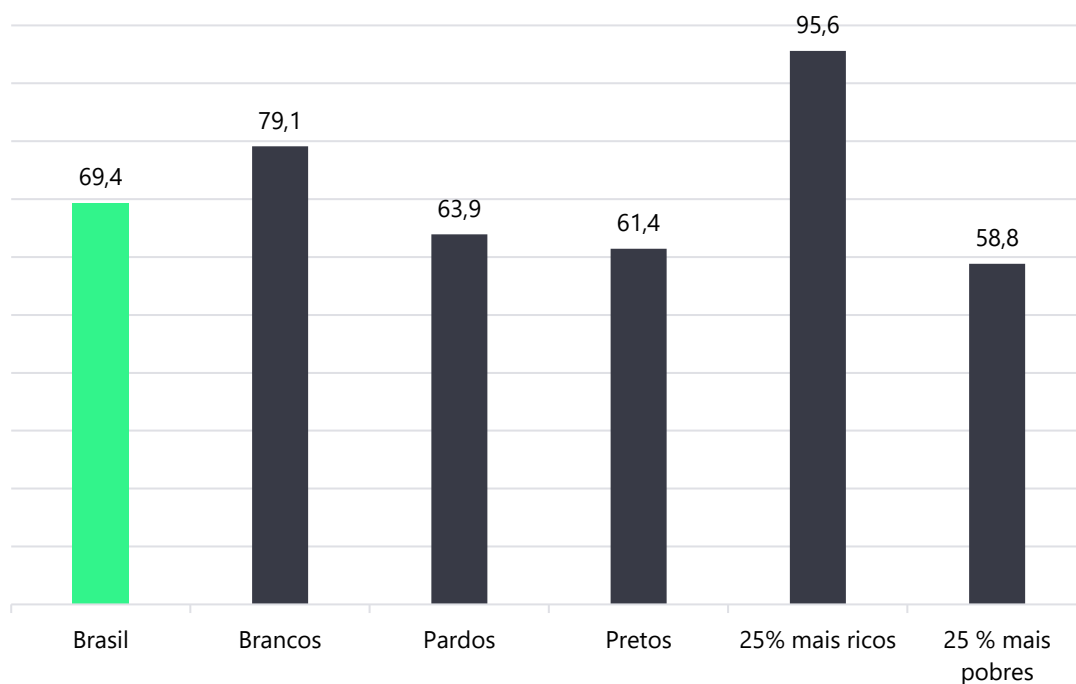


Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Ao mesmo tempo, em 2020, a média nacional dos **jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio** era de 69,4%. Da mesma maneira, quando os números são desagregados por cor/raça, renda e localidade, podem ser observadas grandes disparidades. Acima da média nacional, 79,1% dos jovens

brancos de 19 anos concluíram o ensino médio, ao passo que, abaixo dessa média, **entre pardos e pretos os percentuais são, respectivamente: 63,9% e 61,4%.**

Gráfico 4.2 – Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio - Brasil (2020)



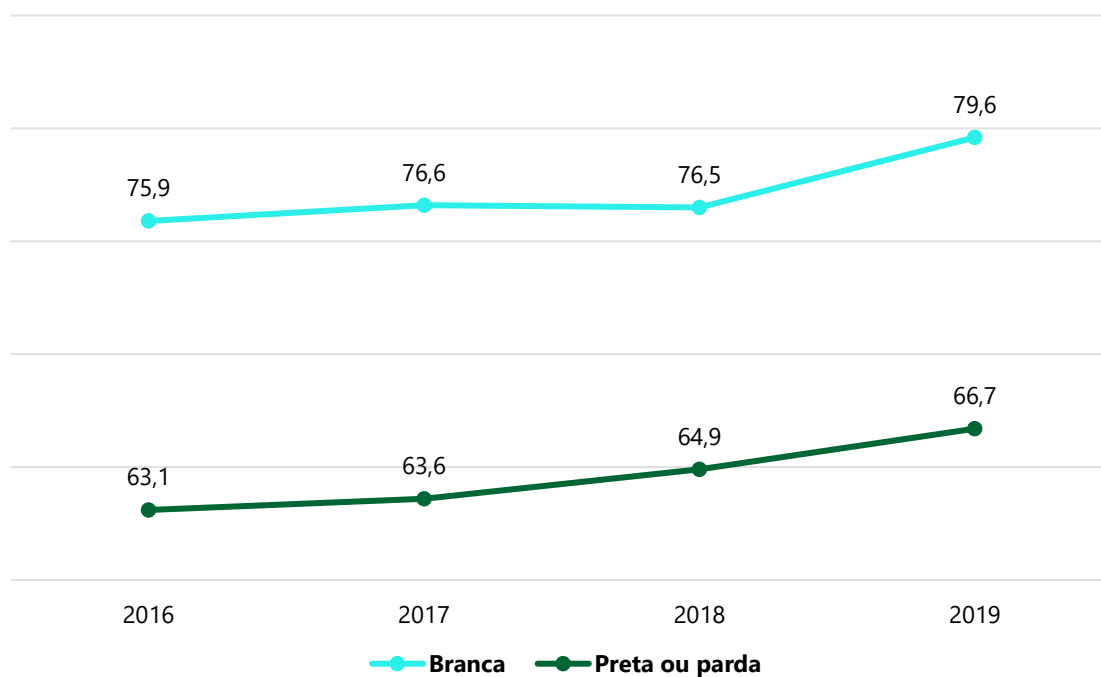
Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

Por sua vez, a taxa ajustada de frequência escolar líquida³⁷ cresceu no período de 2016 a 2019. Entre os jovens brancos de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio, passou de 75,9% para 79,6% e, entre os jovens pretos e pardos, de 63,1% para 66,7%. No entanto, em que pese a evolução da frequência escolar nos dois grupos, observa-se que a diferença entre os percentuais verificados em

³⁷ De acordo com o IBGE (2019), "a taxa ajustada de frequência escolar líquida é o percentual de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária e daquelas que já concluíram pelo menos esse nível no total de pessoas da mesma faixa etária". Neste caso, indica o percentual dos jovens entre 15 e 17 anos que estão matriculados no ensino médio.

2016 (quase 13 p.p. a mais na frequência escolar dos jovens brancos) se manteve em 2019 (Gráfico 4.3).

Gráfico 4.3 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida entre jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, por cor ou raça (%) – Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua (2019). Elaboração própria.

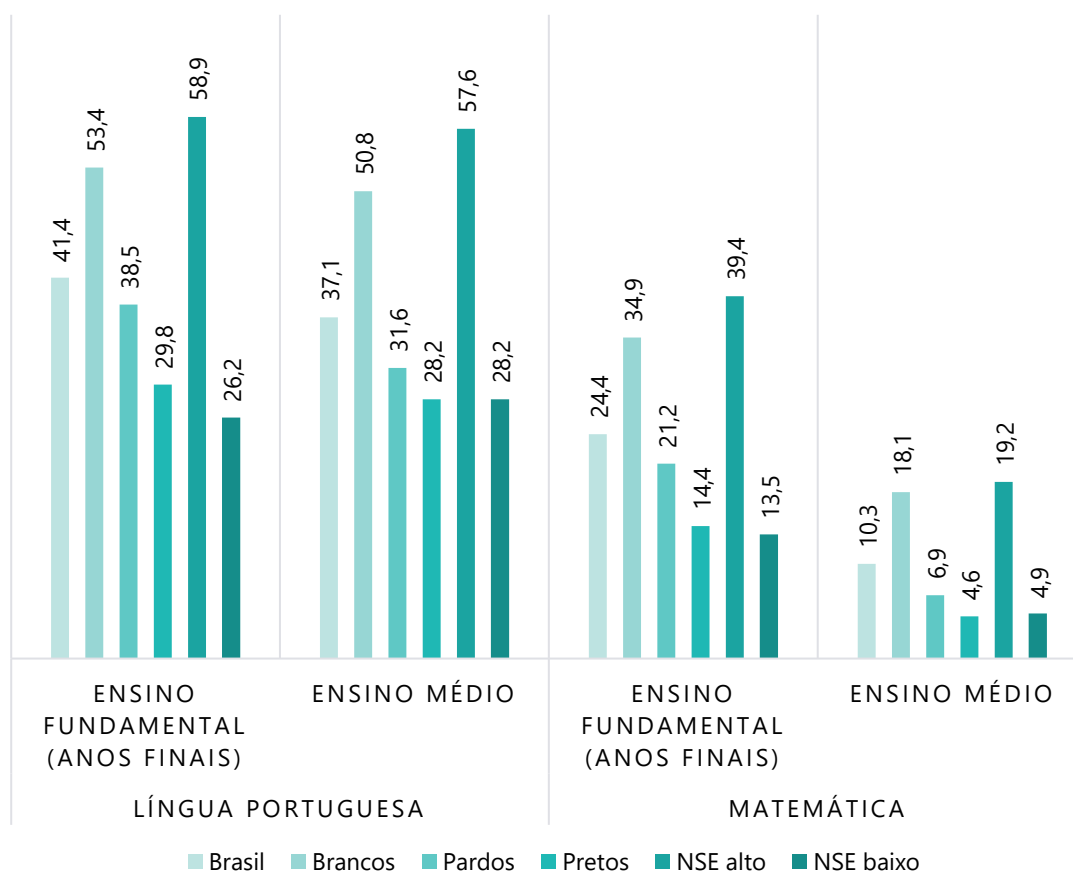
Essas diferenças ficam ainda mais explícitas quando comparadas em termos de aprendizagem. De acordo com a mesma publicação, o percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb (2019) é baixa em Língua Portuguesa e em Matemática, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Como pode ser observado pelo Gráfico 4.4, o percentual de jovens brancos com aprendizagem adequada em **Língua Portuguesa** no ensino fundamental ultrapassa a média nacional, chegando a 53,4%, enquanto os percentuais referentes aos jovens pardos (38,5%) e pretos (29,8%) ficam bem abaixo. **No ensino médio, as diferenças persistem: jovens brancos continuam acima da**

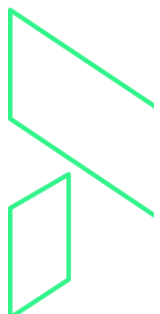
média nacional (37,1%), com 50,8% de aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, quando jovens pardos e pretos ficam longe dessa média: respectivamente, marcam 31,6% e 28,2%.

As médias em **Matemática** são ainda mais baixas. O nível adequado no ensino fundamental entre jovens brancos é de 34,9%, novamente, acima da média nacional (24,4%); ao passo que, entre jovens pardos e pretos, a disparidade também se repete e fica em 21,2% e 14,4%. **No ensino médio, em Matemática, os números são ainda piores: 18,1% dos jovens brancos, 6,9% de jovens pardos e 4,6% de jovens pretos têm um nível de proficiência adequado.**

Gráfico 4.4 – Percentual de alunos com aprendizagem adequada no Saeb – Brasil (2019)



Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).



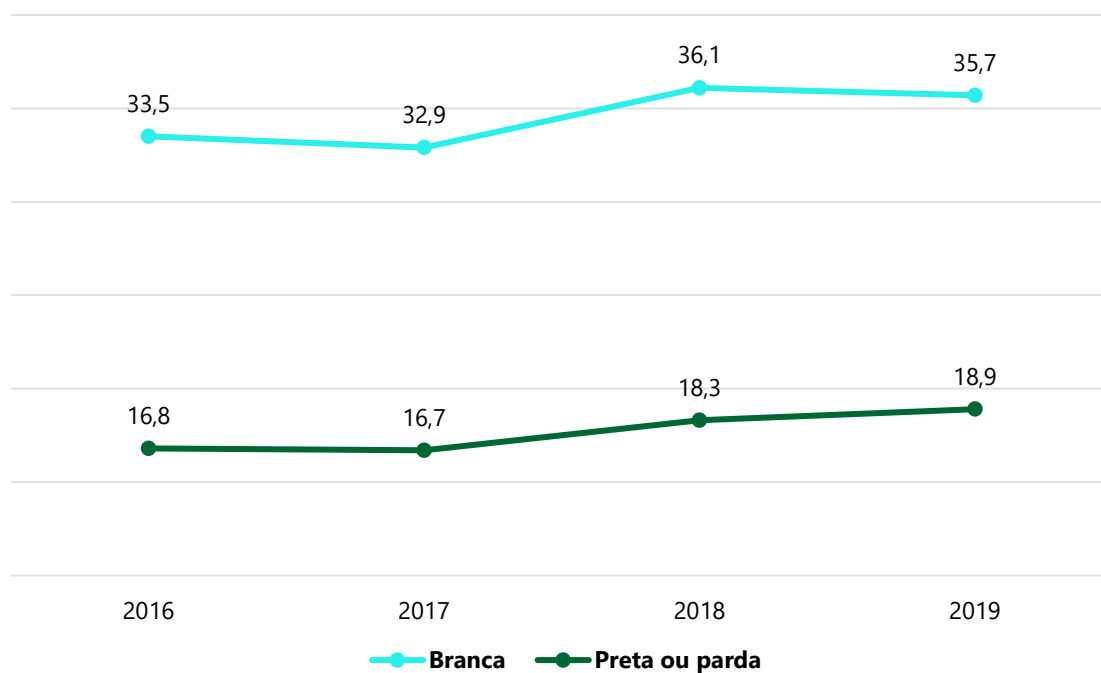
Em suma, **jovens pretos e pardos estão abaixo da média brasileira de aprendizagem adequada** em todas as situações, tanto em Língua Portuguesa e Matemática, quanto no 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. Ao contrário, **jovens brancos ultrapassam a média do país** nas mesmas situações.

Outro desafio enfrentado pelos jovens e que, particularmente, afeta mais os jovens pretos e pardos no país, é o abandono escolar. Segundo dados da PNAD Contínua (2019), **71,7% das pessoas entre 14 e 29 anos que deixam de frequentar a escola e, portanto, não terminaram a educação básica, são pretas ou pardas**. Esse número se traduz em mais de 7 milhões de jovens fora da escola. Enquanto isso, 27,3% são brancos, número quase 3 vezes menor (PALHARES, 2020).

Em relação ao ensino superior, ainda que o acesso esteja em constante expansão, continua a ser uma etapa educacional restrita, principalmente para determinados grupos da população. Como pode-se observar no Gráfico 4.5, mesmo com números mais baixos, **a taxa ajustada de frequência líquida³⁸ de pessoas de 18 a 24 anos na educação superior vem aumentando entre jovens pretos ou pardos**. Em 2016, a taxa era de 16,8% e passou para 18,9% em 2019, ainda assim o número é quase 2 vezes menor quando comparado às taxas entre jovens brancos.

³⁸ De acordo com o IBGE (2019), "a taxa ajustada de frequência escolar líquida é o percentual de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária e daquelas que já concluíram pelo menos esse nível no total de pessoas da mesma faixa etária". Neste caso, indica o percentual dos jovens entre 18 e 24 anos que estão matriculados no ensino superior.

Gráfico 4.5 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida entre jovens de 15 a 17 anos no ensino superior, por cor ou raça (%) – Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua (2019). Elaboração própria.

Essa diferença também se reflete no número médio de anos de estudo dos jovens no país, como pode-se observar na Tabela 4.1. Em 2016, a população branca de 18 a 29 anos de idade possuía 11,7 anos de estudo, enquanto a população preta ou parda da mesma faixa etária possuía 10,5 anos de estudo. Em 2019, essa diferença praticamente se manteve em 1 ano de estudo. Em termos regionais, as regiões Sudeste e Centro-Oeste, em 2019, marcaram as maiores médias da população preta ou parda com 11,4 anos; ainda assim, a população branca conta com 12,3 e 12,2 anos de estudo nas mesmas regiões, ou seja, mantém aproximadamente a mesma diferença observada na média brasileira. Entre os estados, Santa Catarina e o Rio Grande Sul registram as maiores disparidades de anos de estudo entre pessoas brancas e pretas ou pardas: 1,3 ano de diferença. De qualquer maneira, em *todas* as unidades federativas, assim

como em *todas* as regiões do país, as pessoas brancas possuem maiores médias de anos de estudo do que pessoas pretas ou pardas no Brasil.



SAIBA MAIS

Vale destacar que o acesso de pessoas pretas e pardas ao ensino superior foi impactado pelas políticas afirmativas. Esse tema é tratado na seção dedicada à educação e você pode clicar [AQUI](#) para conferir essas e outras informações



Tabela 4.1 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 18 a 29 anos, por cor ou raça e grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2016-2019)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2016			2017			2018			2019		
	Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda
Brasil	11,0	11,7	10,5	11,1	11,8	10,7	11,3	11,9	10,9	11,4	12,0	11,0
Norte	10,4	10,9	10,3	10,6	11,3	10,5	10,8	11,5	10,6	10,9	11,5	10,7
Rondônia	10,4	10,8	10,2	10,8	11,3	10,6	11,0	11,5	10,8	11,3	11,6	11,2
Acre	10,6	11,1	10,6	10,8	11,2	10,7	10,9	11,5	10,8	11,0	12,0	10,9
Amazonas	10,5	11,0	10,4	10,7	11,5	10,6	10,9	11,7	10,7	11,1	11,8	11,0
Roraima	10,8	11,3	10,8	11,3	11,9	11,2	11,4	11,9	11,3	11,6	12,3	11,6
Pará	10,2	10,7	10,1	10,3	11,0	10,1	10,5	11,2	10,3	10,5	11,1	10,4
Amapá	10,9	11,5	10,8	11,0	11,4	10,9	11,2	11,4	11,2	11,5	12,3	11,3
Tocantins	10,9	11,5	10,7	11,3	11,8	11,2	11,3	12,2	11,1	11,2	11,5	11,2
Nordeste	10,4	11,1	10,2	10,5	11,0	10,4	10,7	11,3	10,5	10,8	11,4	10,6
Maranhão	10,3	10,9	10,2	10,5	10,9	10,4	10,6	11,1	10,5	10,8	11,6	10,6
Piauí	10,4	11,5	10,2	10,6	11,4	10,4	10,9	11,5	10,8	11,1	11,8	10,9
Ceará	10,7	11,1	10,5	10,8	11,2	10,7	11,0	11,6	10,9	11,2	11,6	11,1
Rio Grande do Norte	10,6	11,0	10,3	10,6	10,9	10,5	10,8	11,4	10,4	10,8	11,5	10,3
Paraíba	10,4	11,0	10,1	10,6	10,7	10,5	10,6	11,2	10,3	10,8	11,4	10,4
Pernambuco	10,5	11,4	10,1	10,7	11,1	10,5	11,0	11,7	10,8	11,1	11,6	10,8
Alagoas	9,8	10,6	9,6	9,9	10,3	9,9	10,4	11,2	10,1	10,3	10,8	10,2
Sergipe	10,1	10,4	10,0	10,4	11,1	10,3	10,2	10,9	10,1	10,4	10,7	10,3
Bahia	10,4	11,1	10,2	10,3	10,9	10,1	10,3	10,8	10,2	10,5	11,1	10,4
Sudeste	11,5	12,1	10,9	11,6	12,1	11,2	11,7	12,2	11,2	11,8	12,3	11,4
Minas Gerais	11,2	11,8	10,9	11,3	11,8	11,0	11,3	11,9	11,0	11,5	11,9	11,2
Espírito Santo	11,2	11,9	10,8	11,3	12,1	11,0	11,4	12,1	11,0	11,4	12,0	11,1
Rio de Janeiro	11,2	11,8	10,8	11,3	11,9	10,9	11,5	12,0	11,1	11,6	12,2	11,2
São Paulo	11,8	12,2	11,1	11,9	12,3	11,5	12,0	12,3	11,5	12,1	12,4	11,7
Sul	11,3	11,5	10,4	11,4	11,7	10,5	11,5	11,9	10,6	11,6	12,0	10,9
Paraná	11,2	11,6	10,5	11,3	11,6	10,7	11,6	12,0	10,8	11,7	12,1	11,1
Santa Catarina	11,5	11,7	10,3	11,7	11,9	10,6	11,8	12,1	10,8	11,8	12,1	10,8
Rio Grande do Sul	11,2	11,4	10,2	11,3	11,6	10,0	11,4	11,8	10,2	11,4	11,8	10,5
Centro-Oeste	11,2	11,8	11,0	11,4	11,9	11,2	11,6	12,1	11,4	11,6	12,2	11,4
Mato Grosso do Sul	10,8	11,4	10,4	11,1	11,7	10,6	11,1	11,8	10,6	11,2	11,8	10,7
Mato Grosso	11,1	12,0	10,8	11,2	11,9	10,9	11,4	12,0	11,2	11,5	12,3	11,2
Goiás	11,2	11,7	11,0	11,4	11,7	11,3	11,7	12,1	11,6	11,7	12,2	11,5
Distrito Federal	11,7	12,1	11,5	12,0	12,6	11,7	12,1	12,6	11,9	12,1	12,5	11,8

Fonte: Adaptado de Todos pela Educação (2021).

4.1.2. Violência

Analisando os números da violência no Brasil, a partir do recorte de cor/raça, não há como ignorar que entre as vítimas principais estão os pretos e os pardos. O informativo *Desigualdades sociais por cor e raça no Brasil*, publicado em 2019 pelo IBGE, aponta que a taxa de homicídios foi de 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre pretos ou pardos a cada 100 mil habitantes em 2017 – ou seja uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de um homicídio no Brasil comparado a uma pessoa branca.

De acordo com o Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2020), entre 2008 e 2018 há uma elevação em 11,5% dos homicídios de pessoas negras. Em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídio no país, atingindo uma taxa de 29,2 homicídios a cada 100 habitantes — em comparação, essa taxa foi de 11,2 entre jovens não negros (CERQUEIRA *et al.*, 2021). O infográfico *A violência contra pessoas negras no Brasil* (FBSP, 2021a), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que os negros também representavam 78,9% de vítimas de intervenções policiais e 62,7% dos policiais mortos em 2018.

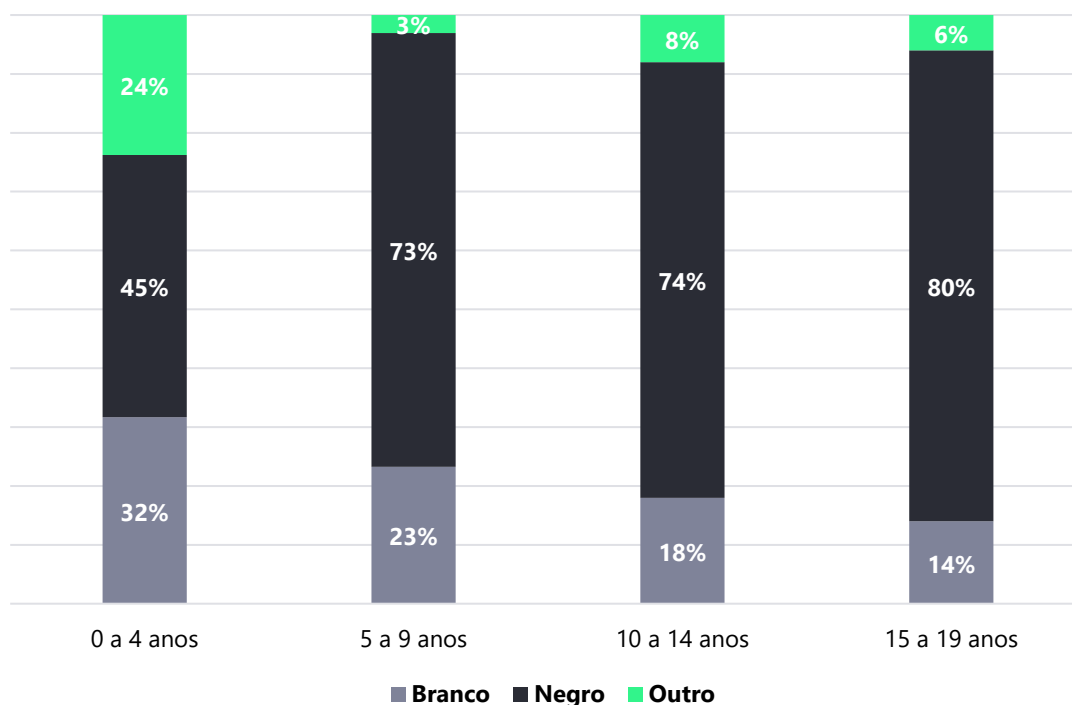
As estatísticas se repetem para a juventude negra. Segundo o relatório *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência* (2017), considerando dados de 2015, um jovem negro no Brasil tinha as mesmas 2,7 mais chances de ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco (BRASIL, 2017).

A distribuição percentual das vítimas segundo cor/raça entre **crianças e adolescentes vítimas de Mortes Violentas Intencionais**³⁹ também ilustra essa

³⁹ De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “a categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim,

questão. Em 2020, pode-se observar pelo Gráfico 4.6, que conforme a idade aumenta, mais vítimas são negras. Entre 0 e 4 anos, são 45,0% das vítimas, entre 5 e 9 anos o número cresce para 73,0%, de 10 a 14 anos são 74,0%. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, este número chega a 80,0%. Isto significa que **entre 10 vítimas de Mortes Violentas Intencionais (MVI) 8 eram negras**. Além disso, entre elas, 74,0% eram vítimas negras do sexo masculino (FBSP, 2021b).

Gráfico 4.6 – Percentual de crianças e adolescentes vítimas de Mortes Violentas Intencionais (MVI), por raça/cor – Brasil (2020)



Fonte: Adaptado de Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021).

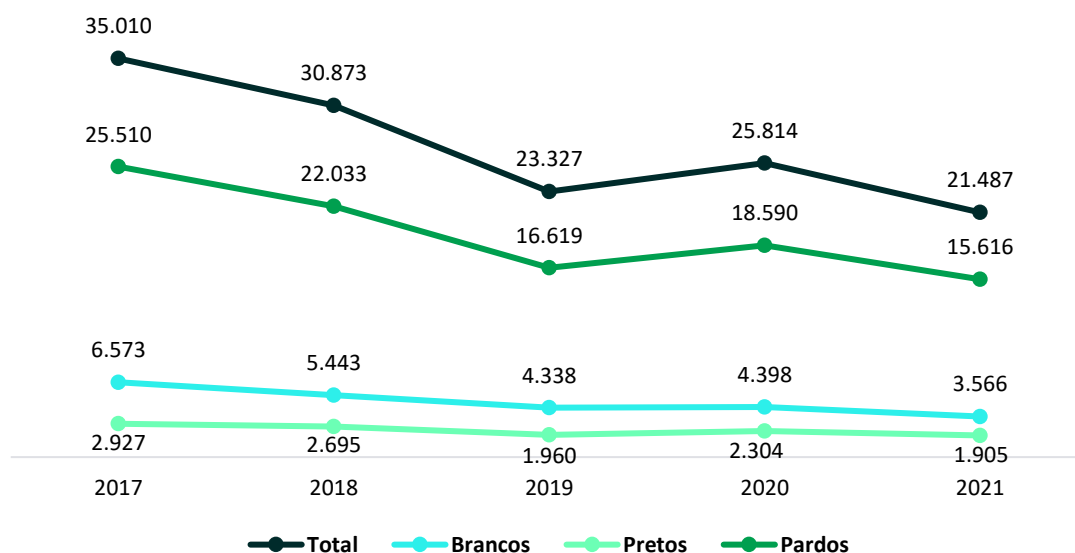
De acordo com dados extraídos da plataforma Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM, mantida pelo Ministério da Saúde, o ano de 2021 contabilizou

a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos, e é aqui apresentado apenas para mensuração do fenômeno” (FBSP, 2021, p. 19).

42.731 vítimas de **homicídios**. Ao observar a evolução desse número entre os **jovens de 15 a 29 anos de idade, há uma redução no período de 2017 e 2021** (Gráfico 4.7). Segundo dados do SIM/MS, em 2021 registrou-se um total de 21.487 vítimas nesta faixa etária, 39,9% a menos que em 2017, quando 35.783 jovens foram vítimas de homicídios.

A mesma redução é registrada em todas as categorias de cor/raça selecionadas. A maior variação é observada entre jovens brancos (-45,7%), passando de 6.573 para 3.566 homicídios em 2021; seguidos de uma diminuição entre jovens pardos (-38,8%), que registram uma queda de quase 10 mil homicídios, passando de 25.510 em 2017 para 15.616 no último ano, e, por fim, há também uma **redução dos homicídios entre os jovens pretos, de 2.927 em 2017 para 1.809 no fim do período (-34,9%).**

Gráfico 4.7 – Evolução dos números de homicídios dos jovens de 15 a 29 anos de idade – Brasil (2017-2021)⁴⁰

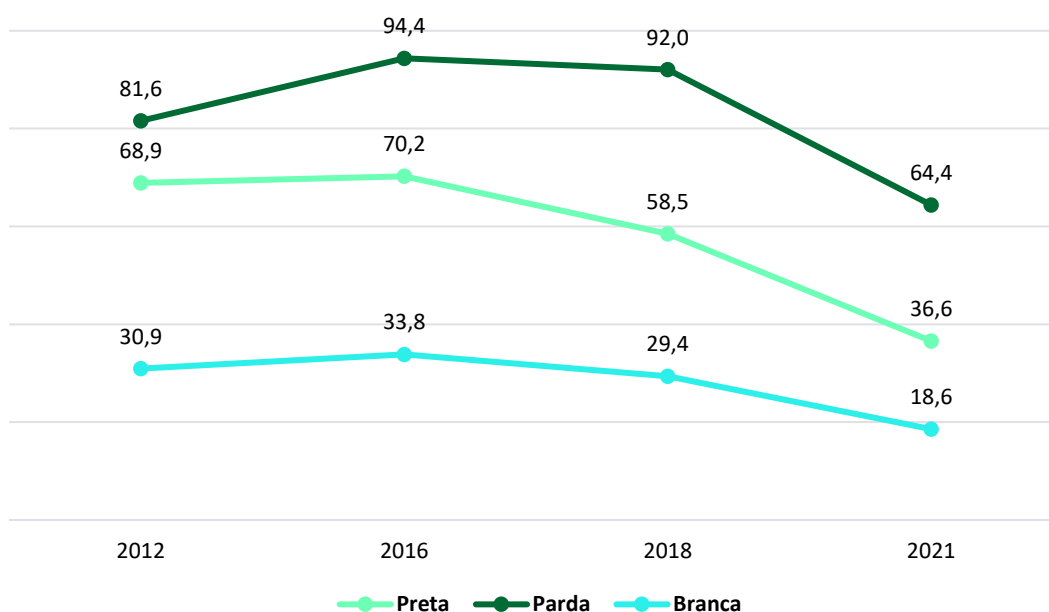


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

⁴⁰ O número de homicídios foi obtido a partir da soma dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35, óbitos causados por agressão e por intervenções legais.

Comparando as taxas de homicídios desde 2016, aplicando o recorte de cor/raça, nota-se que a redução da violência se deu de forma consistente em todas as categorias, mas conservando as diferenças entre elas: pretos e pardos continuam sendo as principais vítimas. No período de 2016 a 2021, a maior variação se refere à taxa de homicídios de jovens pretos, que passou de 70,2 mortes por 100 mil habitantes para 36,6 (-47%), seguida da taxa relativa aos jovens brancos, de 33,8 para 18,6 mortes por 100 mil habitantes (-44%) e pela variação na taxa de homicídio de jovens pardos, de 94,4 para 64,4 mortes por 100 mil habitantes (-32%) (Gráfico 4.8).

Gráfico 4.8 – Evolução da taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, por cor/raça (por cem mil habitantes) – Brasil (2016-2021)

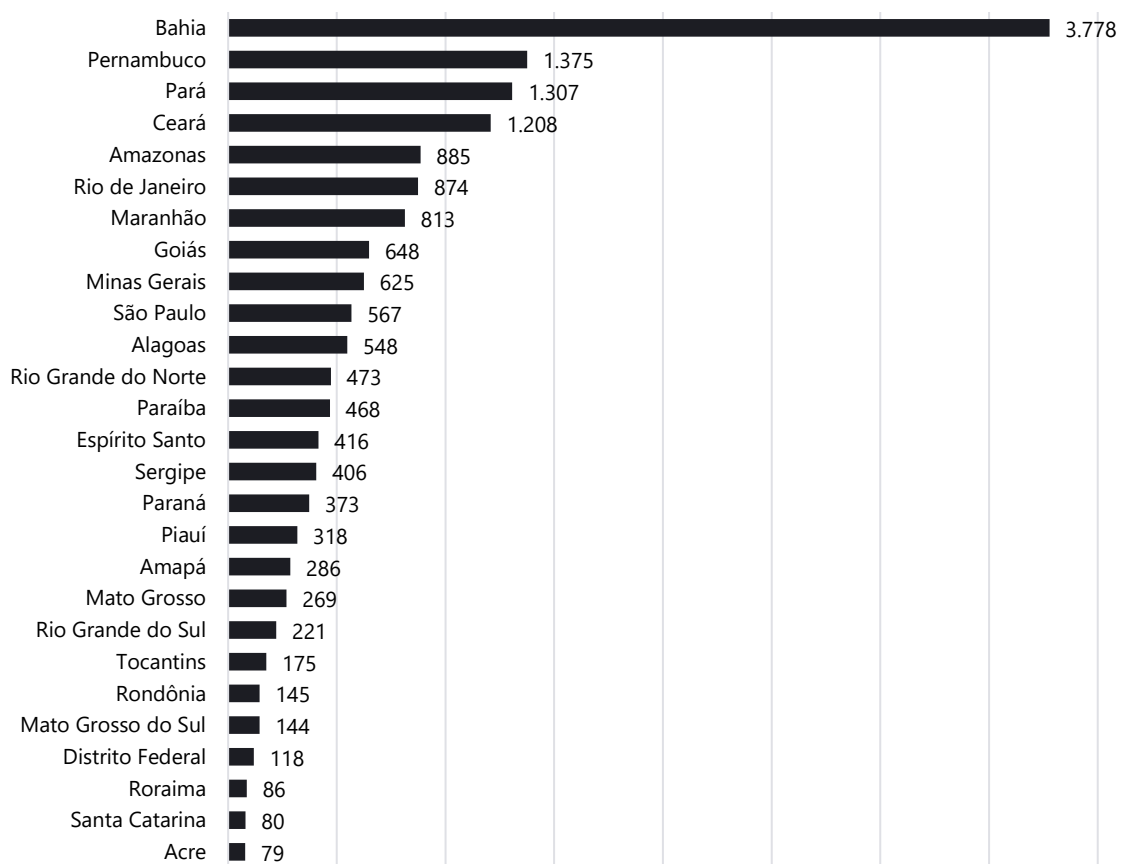


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

No Gráfico 4.9, nota-se as disparidades regionais nos índices de violência. Em 2021, entre as Unidades Federativas, a Bahia reuniu os números mais altos com mais de 3,5 mil homicídios de jovens pretos e pardos, ultrapassando o total de todas as regiões, à exceção do Nordeste que registra 9,3 mil homicídios de jovens. Em

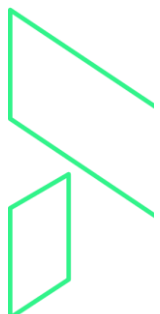
seguida, com maior número de homicídios da juventude negra, estão os estados de Pernambuco e Pará com, respectivamente, 1.375 e 1.370 mortes. Entre as Unidades Federativas com menor número de homicídios estavam Roraima, Santa Catarina e Acre que registraram 86, 86 e 79 homicídios de pessoas pretas ou pardas de 15 a 29 anos em 2021.

Gráfico 4.9 – Números de homicídios dos jovens pretos e pardos de 15 a 29 anos de idade – Unidades Federativas (2021)



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Ainda que os dados mostrem a redução no total de homicídios, os índices continuam altos, principalmente as taxas de homicídios referentes aos jovens pretos e pardos que seguem elevadas, acentuando as desigualdades pautadas por cor/raça.



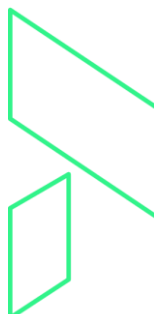
Nesse sentido, se mostra fundamental acompanhar os indicadores da violência a fim de compreender os aspectos específicos da reprodução das desigualdades e de formular políticas públicas verdadeiramente efetivas e transformadoras na vida da juventude preta e parda do país.

4.1.3. Representação Política

O engajamento da juventude na esfera política é fundamental para exercer seu protagonismo, mas essa é mais uma das situações nas quais a desigualdade por cor/raça se mostra relevante, principalmente ao levar em conta que mais da metade da população brasileira é composta por pretos e pardos. A sub-representação política dessas categorias nas instâncias decisórias é uma característica histórica no Brasil e é resultado das desigualdades pontuadas nos tópicos anteriores: barreiras sociais, econômicas e institucionais. Esse não é um debate novo no Brasil, e considerando sua complexidade, o objetivo do tópico é apresentar dados relativos às últimas eleições federais, estaduais e municipais no país, concentrados na faixa etária de interesse do documento, para fornecer uma fotografia atual desse cenário.⁴¹

Levando em conta que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a coletar informações sobre cor/raça a partir de 2014, são apresentados os números referentes às eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020. Em 2016, foram mais de 460 mil candidatos nas eleições municipais, sendo 45 mil entre 18 e 29 anos de idade. Dentre eles, 49,5% brancos, 41,5% pardos e 8,0% pretos. Em números absolutos, observa-se que a quantidade de candidatos pretos e pardos (22.403) foi

⁴¹ Para saber mais sobre o assunto: Meneguello *et al.* (2012); Campos; Machado (2015); Bueno; Dunning (2017); Campos; Machado (2020); Gomes (2021); Agência Senado (2021).



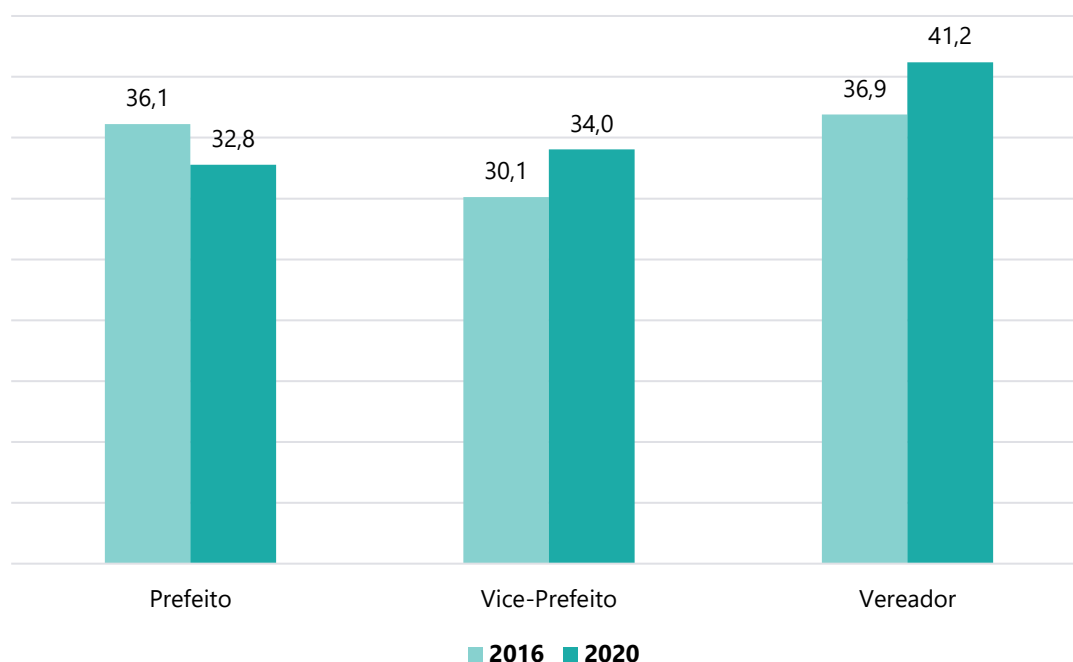
ligeiramente maior do que a de candidatos brancos (22.390).⁴² No ano de 2020, o número geral de candidatos cresceu para mais de 530 mil, mas entre os candidatos jovens esse número sofreu uma leve queda e registrou 44 mil candidaturas. Dentre esse grupo de idade, 45,1% brancos, 10,6% pretos e 42,1% pardos. Em números absolutos, as candidaturas de jovens pretos e pardos totalizaram 23.525 registros, aumentando 5% em relação a 2016 e superando o total de 20.144 candidaturas de jovens brancos registradas em 2020.

Além do aumento das candidaturas, a abertura das urnas das eleições de 2020 trouxe bons resultados para os candidatos pretos e pardos em relação ao pleito municipal anterior, com maior proporção de vereadores eleitos e relativa estabilidade no número de candidatos eleitos prefeitos e vice-prefeitos.⁴³ Em 2016, dentre os 4.319 jovens eleitos vereadores, 1.712 (39,6%) se autodeclaravam pretos e pardos. Para os cargos de prefeito e vice-prefeito, 105 (ou 32,8%) se autodeclaravam pretos e pardos. Já em 2020, dos 4.100 jovens entre 18 e 29 anos eleitos vereadores, 1.691 (ou 41,2%) eram pretos e pardos. Para prefeito e vice-prefeito eleitos, se elegeram 89 (ou 33,5%) jovens autodeclarados pretos ou pardos (Gráfico 4.10).

⁴² Em 2016, os jovens indígenas registraram 196 candidatos e amarelos foram 217. Na eleição seguinte, foram 256 candidatos indígenas, 185 candidatos que se autodeclararam amarelos e 491 não informaram cor/raça, segundo dados disponibilizados pelo TSE (2016-2020) e sistematizados pela Secretaria Nacional da Juventude.

⁴³ Dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude, a partir das informações oficiais disponíveis no site do TSE: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?page=2>.

Gráfico 4.10 – Percentual de jovens pretos e pardos eleitos nas eleições municipais em relação ao total de jovens eleitos – Brasil (2016 e 2020)



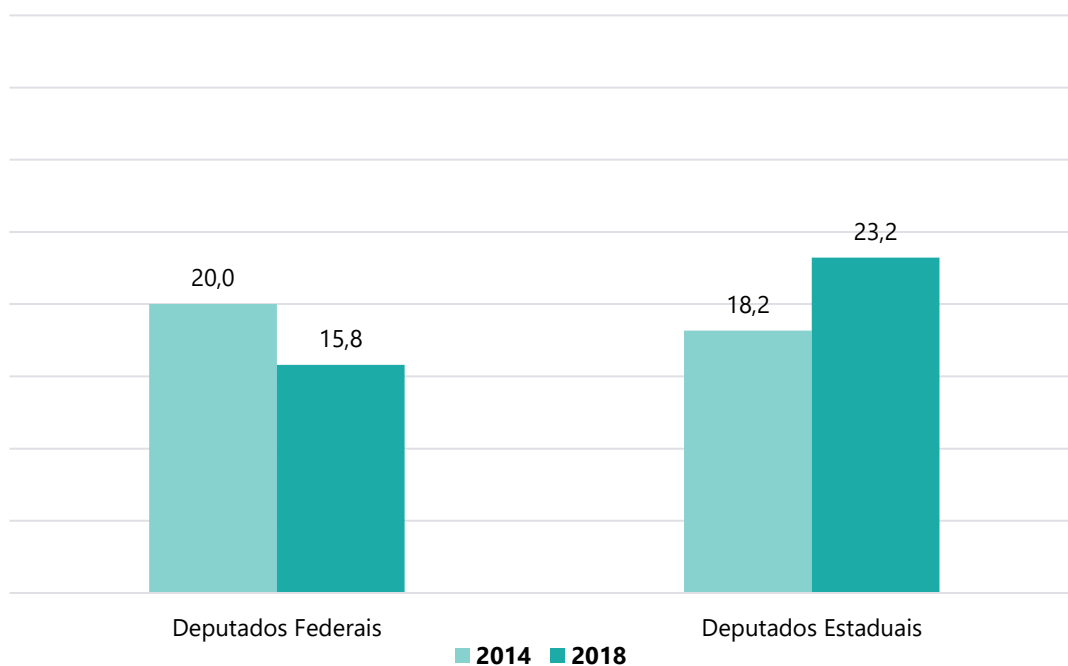
Fonte: TSE (2016-2020). Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Nas eleições federais e estaduais, os dados do TSE também indicam um **crescimento de candidatos pretos ou pardos nos pleitos de 2014 e 2018**, mas em proporções abaixo das candidaturas de jovens brancos. Dentre os 21 mil candidatos na eleição de 2016, 1,3 mil eram jovens de 18 a 29 anos, sendo 53,1% brancos (693 candidatos), 10,2% pretos (134 candidatos) e 35,6% pardos (465 candidatos). Na eleição seguinte, nota-se um aumento para 24 mil candidatos no geral e, dentre eles, 1,4 mil jovens de 18 a 29 anos. Nesse grupo, 50,3% se autodeclararam brancos (710 candidatos), 37,6% pardos (531 candidatos) e 11% pretos (155 candidatos). Ou seja, o percentual de pretos ou pardos no ano de 2018, se aproximou da representação dos brancos.

No ano de 2014, entre os 513 deputados federais, 20 eleitos pertenciam à faixa etária de 18 a 29 anos de idade, 16 eram brancos, 4 autodeclarados pardos e nenhuma eleição de pessoas pretas. Em 2018, foram registrados 19 jovens

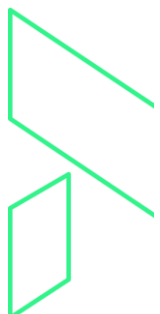
deputados federais eleitos, sendo 15 brancos, 3 pardos e 1 amarelo. Em relação aos deputados estaduais, entre os 1.035 eleitos, 44 tinham entre 18 e 29 anos de idade, sendo que 36 eram brancos e 8 pardos. Em 2020, dos 56 jovens eleitos a deputados estaduais, 43 eram pessoas brancas, 12 eram pardos e 1 eleito se autodeclarava preto. No Gráfico 4.11, são apresentados os percentuais em relação ao total de jovens eleitos e indica o **aumento na proporção de jovens pretos e pardos eleitos para deputados estaduais e a diminuição dos eleitos para deputados federais**⁴⁴.

Gráfico 4.11 – Percentual de jovens pretos e pardos eleitos nas eleições estaduais e federais (em relação ao total de jovens eleitos) – Brasil (2014 e 2018)



Fonte: TSE (2016-2020). Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

⁴⁴ Dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude, a partir das informações oficiais disponíveis no site do TSE: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?page=2>.



Isto quer dizer que, tanto nas eleições federais e estaduais, quanto nas municipais, a quantidade de jovens pretos e pardos candidatos a cargos públicos no Brasil se assemelha ao número de jovens brancos. Porém, essa situação não se traduz em candidatos eleitos.

Ainda que não existam respostas fáceis para essa questão, ela pode se relacionar a uma série de dificuldades também institucionais, como exposto anteriormente. Pesquisas indicam que existe uma forte correlação entre os recursos de campanhas e sucesso eleitoral, por exemplo. Ou seja, quanto maiores os investimentos em campanhas eleitorais, maiores as chances de eleição de um candidato. Nesse caso, dados do TSE evidenciam, que brancos tendem a obter maiores receitas para campanhas eleitorais quando comparados a não-brancos, refletindo as desigualdades nas disputas eleitorais entre os candidatos (MENEGUELLO, 2012; BUENO; DUNNING, 2017; CAMPOS; MACHADO, 2015).

4.1.4. Trabalho

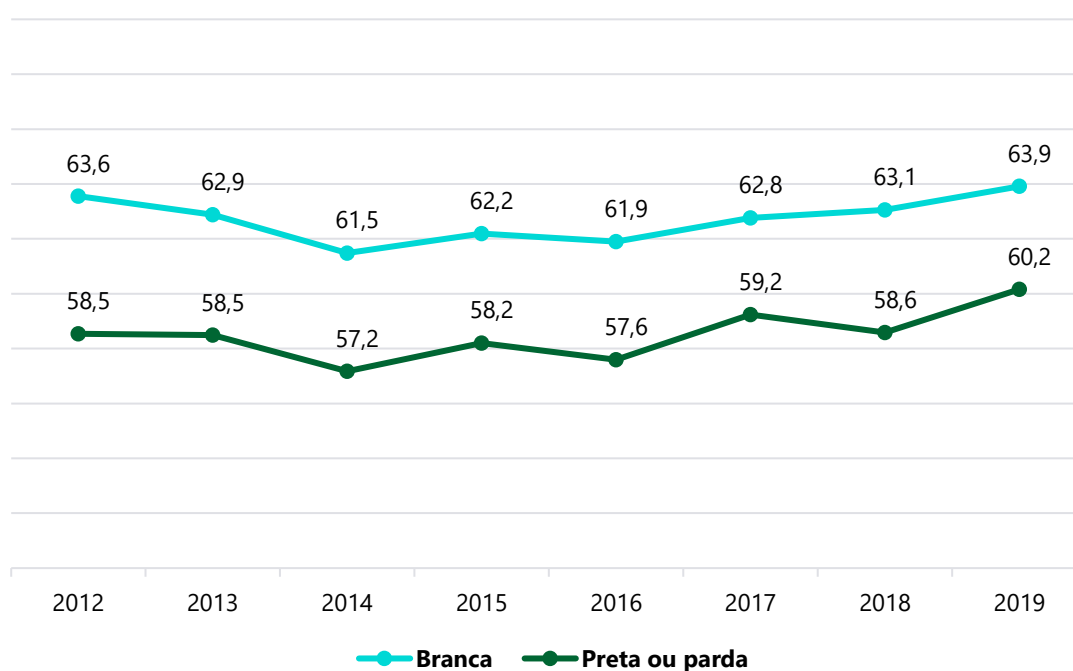
O ingresso no mercado de trabalho sempre significou um grande desafio para a juventude brasileira, particularmente, para os jovens pretos e pardos, que se deparam com diversas dificuldades em sua trajetória escolar e na inserção profissional. Neste tópico, a partir de um recorte cor/raça, são apresentados dados e estatísticas referentes à participação jovem na força de trabalho do país.

A taxa de participação na força de trabalho⁴⁵ entre pessoas brancas e pretas ou pardas de 14 a 29 anos de idade (Gráfico 4.12) se comporta de maneira semelhante. Durante o período de 2012 a 2019, a taxa sofre pequenos aumentos

⁴⁵ A força de trabalho é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência. Já a taxa de participação na força de trabalho é calculada a partir do percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2020).

e diminuições, mas mantém certa estabilidade. Em 2012, dentre as pessoas brancas desta faixa etária, 63,6% participavam da força de trabalho e no ano de 2019 esse número registrou 63,9%. Entre os jovens pretos e pardos na mesma faixa etária, a movimentação é parecida, mas com um crescimento um pouco maior no ano final: de 58,5% em 2012 para 60,2% em 2019 (Gráfico 4.12).

Gráfico 4.12 – Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 14 a 29 anos de idade, na semana de referência, segundo cor ou raça (%) – Brasil (2012-2019)



Fonte: IBGE (2020). Elaboração própria.

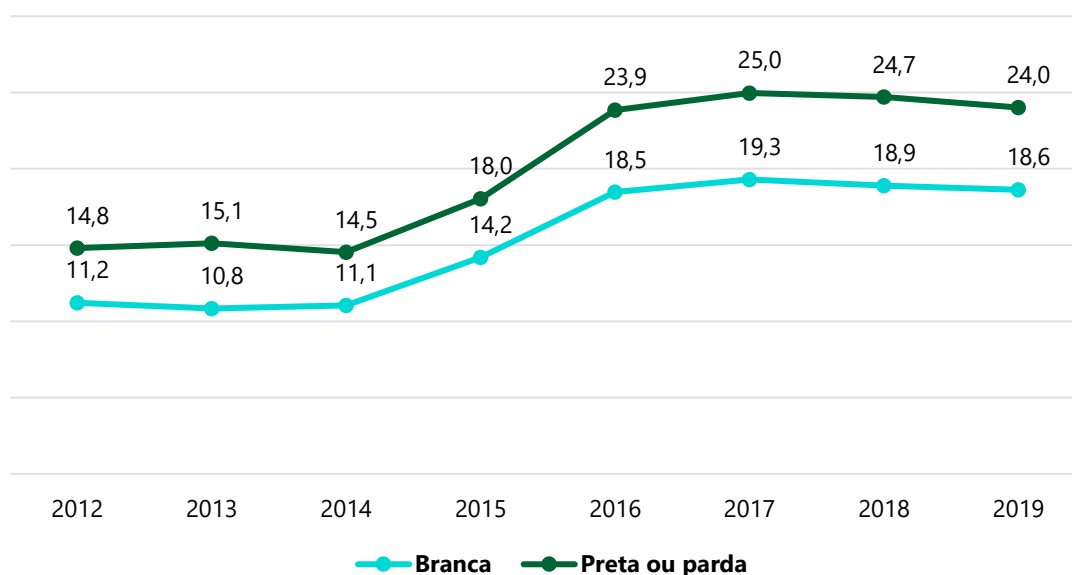
Uma questão fundamental, que se alinha ao dado relacionado à participação na força de trabalho, se refere à população de pretos e pardos desempregada no país. Esse dado é importante, visto que a população desempregada (ou desocupada) está inserida na força de trabalho, portanto, determinados grupos podem ter um número alto de pessoas na força de trabalho, mas grande parte está entre os desocupados.

De acordo com dados do IBGE, em 2020, **dentre os 6,7 milhões de jovens entre 14 e 29 anos desempregados no país, 4,36 milhões eram jovens negros.**

Durante a pandemia de Covid-19, a taxa de desemprego de pessoas pretas foi de 17,3% contra 10,9% das pessoas brancas — ou seja, 58,7% superior. Entre as pessoas pardas, o número não foi muito diferente: 15,4%. Ou seja, a questão racial se mostra, novamente, enquanto um fator importante de desigualdade (PAMPLONA, 2021).

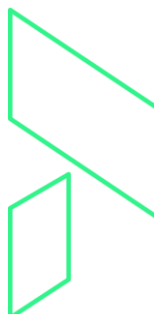
O Gráfico 4.13 apresenta a evolução da taxa de desocupação⁴⁶ entre jovens de 14 a 29 anos de idade no período de 2012 a 2020 por cor/raça no Brasil. De acordo com dados do IBGE (2020), em 2012, a taxa de desocupação dos jovens pretos ou pardos na referida faixa etária era de 14,8%, enquanto a de jovens brancos registrava 11,2%.

Gráfico 4.13 – Taxa de desocupação de jovens entre 14 e 29 anos de idade, por cor/raça (%) – Brasil (2012-2020)



Fonte: IBGE (2020). Elaboração própria.

⁴⁶ Percentual de pessoas desocupadas em relação à força de trabalho (IBGE, 2020).



Como pode-se perceber na série apresentada no Gráfico 4.13, até 2019, essa taxa vem em crescimento contínuo para ambos os grupos de jovens, principalmente a partir de 2016, atingindo o maior percentual em 2017. Nos anos seguintes, apresentou queda, passando para uma taxa de desocupação de 24,0% dos jovens pretos ou pardos e de 18,6% dos jovens brancos em 2019. Em números absolutos, a diferença entre brancos e pretos ou pardos chega a mais de 2 milhões de desocupados: 2,3 milhões de jovens brancos e 4,3 milhões de jovens pretos ou pardos na população desocupada.

A Tabela 4.2 apresenta a distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos por cor/raça, por situação na ocupação e por posição de estudo no período de 2016 a 2018. Em 2018, entre aqueles jovens que trabalhavam e estudavam, 17% eram brancos e 12,4% eram pretos ou pardos. Os ocupados que não frequentavam a escola eram 37,1% brancos e 34,6% pretos ou pardos. Aqueles que não trabalhavam, mas estudavam eram 28,8% brancos e 27,7% pretos ou pardos. A categoria que precisa de maior atenção é a de pessoas que não estão ocupadas e que não frequentam a escola (nem-nem). Principalmente, em relação à cor e raça, é a categoria que apresenta a maior disparidade, mais de 8 p.p.: enquanto 17% eram brancas, 25,3% eram pretos ou pardos. Inclusive, essa diferença é ainda maior que nos anos anteriores. Isto quer dizer que os **jovens pretos ou pardos sofrem mais as consequências da falta de ocupação e de continuidade dos estudos**, consequências estas que são duradouras e que afetam o futuro da juventude negra no país.

Tabela 4.2 – Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade, por cor ou raça e situação de ocupação e condição de estudo – Brasil (2016-2019)

Situação de ocupação e condição de estudo	2016		2017		2018		2019	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	16,3	12,2	15,4	11,8	16,1	11,9	17	12,4
Ocupadas e não frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	37,1	34,7	36,9	33,8	36,1	34,2	37,1	34,6
Não ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	29,1	28,3	29	28,5	29,3	28,1	28,8	27,7
Não ocupadas e não frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou qualificação profissional	17,6	24,8	18,7	25,9	18,5	25,8	17	25,3

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Em relação à renda, a população jovem preta e parda também tem resultados desfavoráveis. Neri (2019) identifica que, além dos jovens sofrerem as maiores reduções na renda média do trabalho, a juventude preta e parda perdeu ainda mais. De 2014 a 2019, a **redução de rendimentos entre esta parcela da população foi uma das maiores, respectivamente, -12,14% e -16,4%, ou seja, aproximadamente, de quatro a cinco vezes maior do que a perda da renda média geral que ficou em -3,7% em 2019.**

Como acontece em outros tópicos, as informações que oferecem um recorte específico sobre as facetas do mercado de trabalho com delimitação de faixa etária e de cor/raça não são abundantes. Apesar disso, a partir dos dados expostos, é possível notar as disparidades que envolvem a juventude preta ou parda diante das condições de ocupação e renda no país.

4.2. Jovens mulheres



Art. 17º: O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: inciso I – Etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;

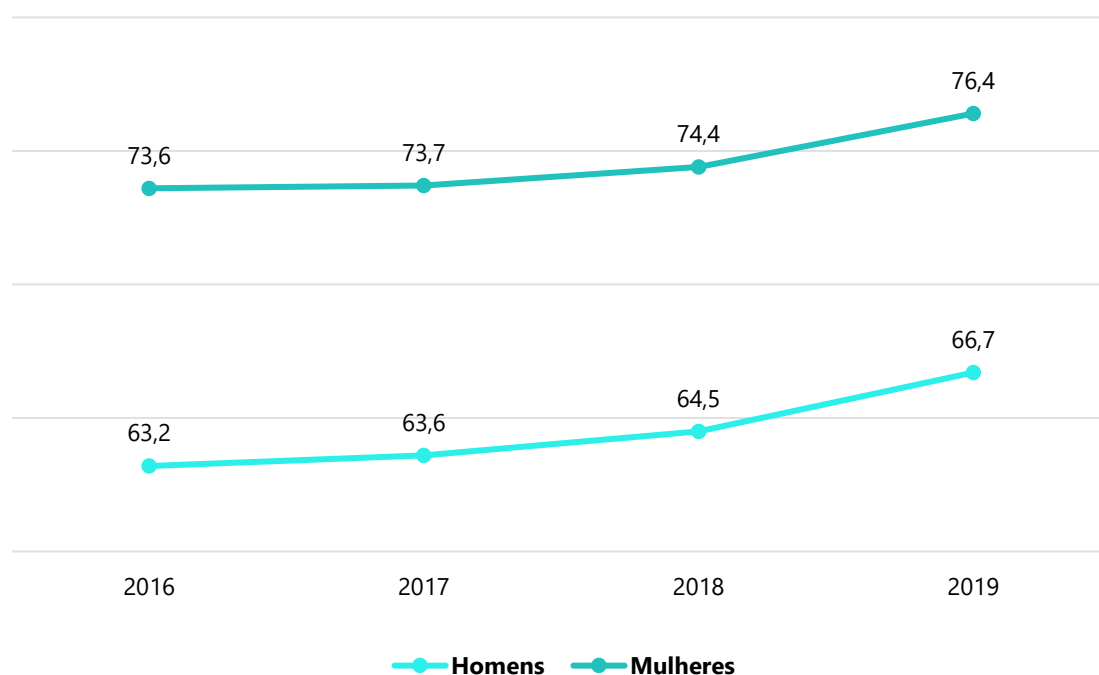
As questões relativas a sexo e a gênero também permeiam os indicadores sociais e revelam desigualdades importantes no cenário brasileiro. Dessa forma, a sistematização e desagregação de alguns desses indicadores podem auxiliar no enfrentamento dessas questões e lançar luz sobre aspectos da vida das jovens mulheres no país. Com base nisso, os próximos tópicos serão dedicados a fornecer um panorama das desigualdades enfrentadas pelas mulheres na faixa etária de 15 a 29 anos, passando pelos temas da educação, da violência, da representação política e do trabalho.

4.2.1. Educação

Em termos educacionais, os indicadores mostram que, em geral, as mulheres têm mais acesso ao sistema educacional. Ou seja, acumulam mais anos de estudo, alcançam maiores níveis educacionais e frequentam mais o ambiente escolar. Porém, a disparidade que perpassa a questão diz respeito às motivações que distanciam as mulheres da escola. Os gráficos e a tabela a seguir ilustram essa desigualdade.

Segundo dados da PNAD Contínua (2019), a frequência escolar líquida⁴⁷ de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio cresce desde 2016. **Entre as mulheres, a taxa chega a 76,4%, enquanto entre os homens esse número fica em 66,7%**, ou seja, uma diferença de quase 10 p.p. (Gráfico 4.14).

Gráfico 4.14 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, por sexo (%) – Brasil (2016-2019)



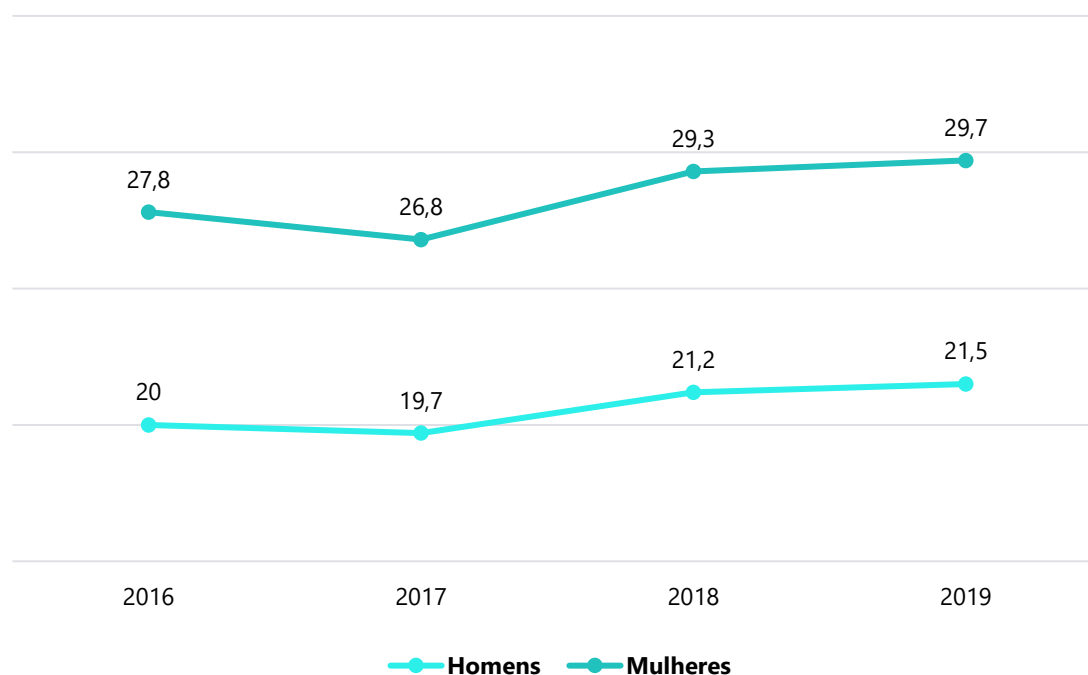
Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Esta diferença continua a se reproduzir no ensino superior. Ainda que em expansão, desde 2016, o número de jovens de 18 a 24 anos que frequentam esta etapa educacional ainda é baixo. Da mesma forma que ocorre com o ensino médio, as mulheres alcançam maior número: **29,7% das jovens entre 18 e 24**

⁴⁷ De acordo com o IBGE (2019), "a taxa ajustada de frequência escolar líquida é o percentual de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária e daquelas que já concluíram pelo menos esse nível no total de pessoas da mesma faixa etária". Neste caso, indica o percentual dos jovens entre 15 e 17 anos que estão matriculados no ensino médio.

anos frequentam o ensino superior; enquanto, 21,5% dos homens da mesma faixa etária frequentam este nível educacional. Novamente, há uma discrepância de aproximadamente 10 p.p. entre homens e mulheres (Gráfico 4.15).

Gráfico 4.15 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, por sexo (%) – Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Isto significa que as **mulheres são mais escolarizadas que os homens**, mas essa condição não se reflete em outros espaços, como se verifica adiante para representação política e mercado de trabalho. Ainda que frequentem mais as escolas, existem diferenças também em relação aos motivos pelos quais as mulheres deixam de frequentar. Como mostra a Tabela 4.3, **o cuidado de pessoas e afazeres domésticos é a maior razão de afastamento das mulheres da escola: 38,7%**. Em contrapartida, o mesmo motivo afasta 0,9% dos homens das escolas — menos de 1%.

Tabela 4.3 – Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, por sexo e principal motivo de atualmente não frequentar – Brasil (2019)

Principal motivo de atualmente não frequentar escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0
Precisa trabalhar	42,8	55,6	24,8
Não tem escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado	3,2	2,9	3,6
Falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc.)	1,4	1,4	1,5
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais	16,6	0,9	38,7
Problemas de saúde permanente	4,8	5,2	4,2
Não tem interesse	26,6	31,0	20,4
Outro motivo	4,6	3,0	6,7

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Portanto, os três principais motivos das mulheres abandonarem a escola são: em primeiro lugar, afazeres domésticos e cuidados de pessoas (38,7%); em segundo lugar, a necessidade de trabalhar (24,8%); e, em terceiro, a falta de interesse (20,4%). Entre os homens, as três principais razões são: primeiramente, precisar trabalhar (55,6%); em segundo, a falta de interesse (31%) e, em terceiro, por problemas de saúde permanente (5,2%).

4.2.2. Violência

A violência também tem as suas especificidades. Em relação às mulheres, a violência de gênero está cada vez mais pautada em diversas esferas: sociais, políticas e jurídicas. A dificuldade de abordar esse tema reside, entre outras questões, na subnotificação de casos, mas existem dados sobre algumas práticas que serão abordadas neste tópico: o feminicídio — tipificado como o homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, as Mortes Violentas Intencionais (MVI), o estupro e o estupro de vulnerável.

Indícios apontam para um **agravamento da violência contra a mulher em situações de crise**, como a pandemia de Covid-19, que expôs ainda mais as mulheres em situação de vulnerabilidade, visto que, entre outras razões, o isolamento social fez com que os agressores passassem mais tempo em casa, acentuando as situações de violência doméstica no período (TEÓFILO, 2020; BRAGON, 2021).

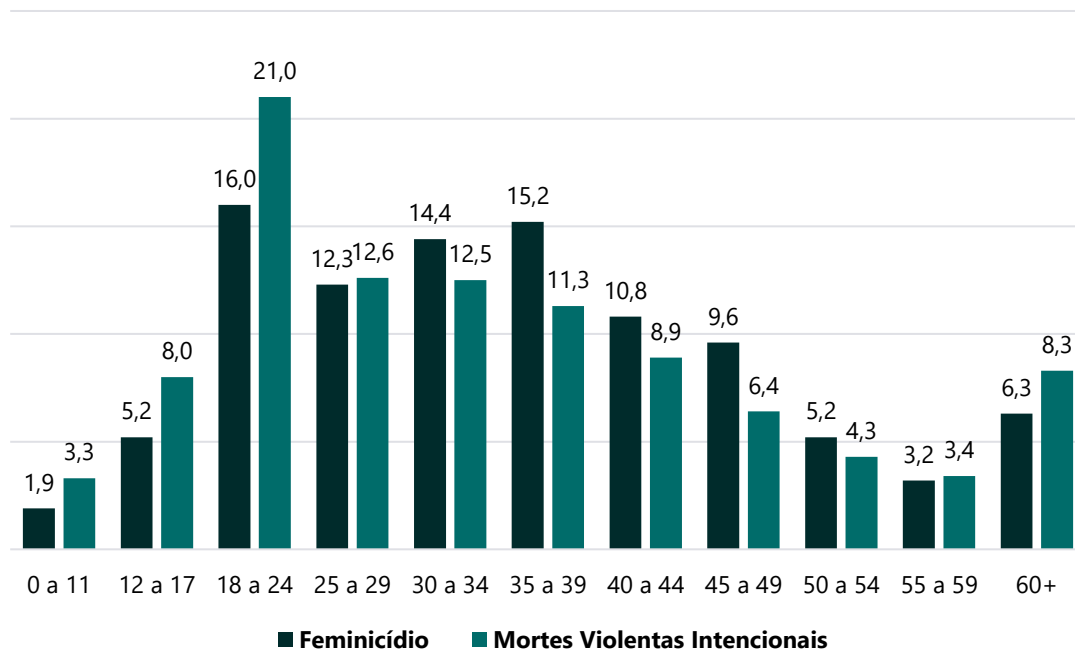
No período de pandemia, a pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, realizada em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Datafolha, aponta para achados importantes: 17 milhões de mulheres (24,4%) acima de 16 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia; 5,9 milhões de mulheres (8,5%) relataram ter sofrido ameaças de violência física; 4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes; 3,7 milhões (5,4%) sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais. De acordo com a pesquisa, a juventude aparece como faixa de vulnerabilidade: dentre as vítimas, 35,2% eram mulheres de 16 a 24 anos. Além disso, a publicação afirma que o lugar de maior risco para as mulheres é a sua casa, com 48,8% das ocorrências, e

os companheiros (25,4%) e os ex-companheiros (18,1%) são os principais autores de violência (FBSP, 2021).

Em relação ao ano de 2020, dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2022) apontam para uma **queda de 3,8% na taxa de homicídio femininos e de 1,7% no caso de feminicídios**, ainda assim o número total chega a 2.695 vítimas — 1.354 em 2020 e 1.341 em 2021 (FBSP, 2022), e os feminicídios subiram 0,7% em 2020. Em relação ao perfil, 62,0% das vítimas de feminicídios e **70,7% das vítimas de MVI foram mulheres negras**. Além disso, **81,7% dos crimes foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros**, outros 14,4% foram cometidos por outros parentes (FBSP, 2021b).

Quando desassociados os grupos de idade, fica ainda mais visível a importância do tema da violência de gênero e da juventude. **As maiores taxas de feminicídio são entre mulheres de 18 a 39 anos**, sendo que, entre as mulheres jovens, esse percentual corresponde a 16,0% das vítimas entre 18 e 24 anos, seguidas por 12,3% entre 25 e 29 anos. As mulheres jovens de 18 a 24 anos também são as maiores vítimas de MVI: 21,0%. Esse número é seguido pelo grupo de idade de 25 a 29 anos, com 12,6% de vítimas e mulheres entre 30 e 34 anos que são 12,5% das vítimas (Gráfico 4.16).

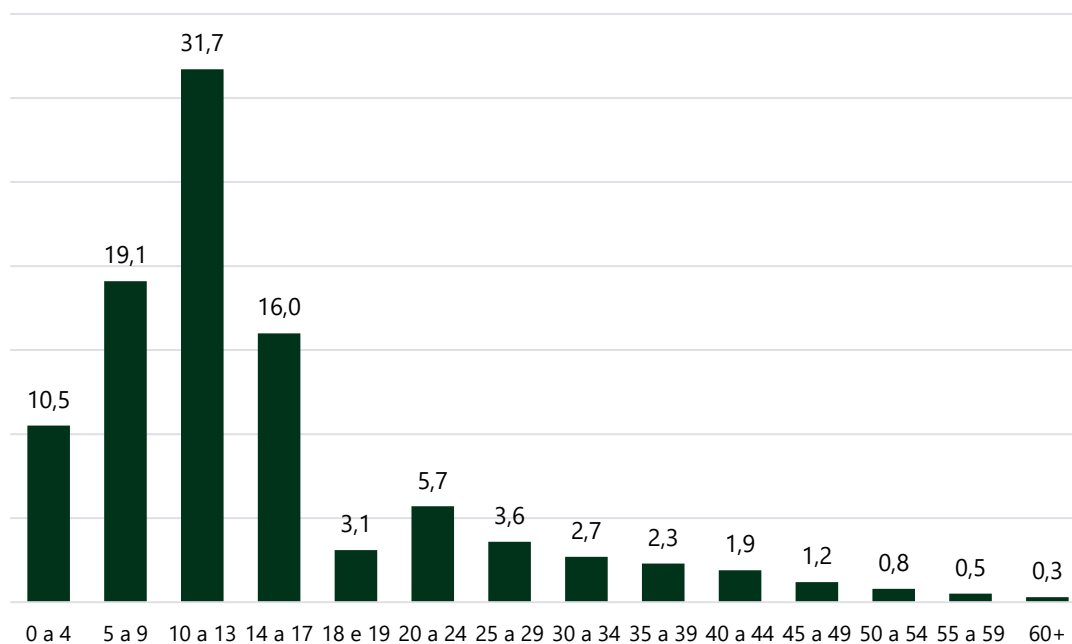
Gráfico 4.16 – Vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por faixa etária (%) – Brasil (2021)



Fonte: Adaptado de Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022).

Em relação aos números de violência sexual, na última década foram registrados 583.156 **estupros e estupros de vulnerável** no Brasil. Em 2021, foram 66.020 registros e uma taxa de 30,9 a cada 100 mil habitantes. Dentre as vítimas, **88,2% eram do sexo feminino**, 75,5% eram vulneráveis (incapazes de consentir) e **79,6% foram perpetrados por pessoas conhecidas da vítima**. Como pode-se observar no Gráfico 4.17, em termos de faixa etária, a maior parte das vítimas tinham entre 0 e 17 anos de idade, com maior ocorrência em vítimas de 10 a 13 anos (31,7%). Entre os jovens, 16,0% das vítimas tinham de 14 a 17 anos, 3,1% com 18 e 19 anos, 5,7% de 20 a 24 anos e 3,6% de 25 a 29 anos de idade. De acordo com os dados, 9 em cada 10 vítimas de estupro tinham até 29 anos (FBSP, 2022).

Gráfico 4.17 – Percentual de vítimas de estupro e estupro de vulnerável, por faixa etária – Brasil (2021)



Fonte: Adaptado de Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022)

É fundamental destacar que o perfil racial também aparece enquanto fator de desigualdade. Como pontuado anteriormente, entre as vítimas de feminicídio mais de 62,0% são mulheres negras, enquanto 37,5% são brancas. Em relação às MVI esse número chega a mais de 70,7% de mulheres negras entre as vítimas (FBSP, 2022). Nos crimes de violência sexual, 52,7% das vítimas eram negras. Esta questão racial é chave para compreender o comportamento da violência de gênero hoje e, portanto, é essencial a produção de dados e análises sobre o recorte entre gênero, raça, faixa etária e violência no Brasil.

4.2.3. Representação política

No Brasil, desde a Lei nº 9.100, de 1995 (BRASIL, 1995), foram estabelecidas cotas para candidaturas de mulheres nas eleições. Essa medida foi ampliada com a Lei eleitoral nº 9.504, de 1997 (BRASIL, 1997), ainda em vigor, que estabelece a reserva de 30% de candidaturas de partidos ou coligações para cada sexo em eleições proporcionais. Ainda assim, mesmo com uma legislação que prevê reserva de candidaturas para as mulheres, a proporção de candidatas e de eleitas para cargos públicos é muito inferior ao esperado. Nota-se também uma sub-representação ainda maior quando comparados com as mulheres pretas e pardas.

Dados internacionais reforçam a baixa representação política das mulheres no país. De acordo com a pesquisa elaborada pelo *Inter-Parliamentary Union*, o Brasil é um dos países sub-representados mundialmente no que se refere à participação política de mulheres. Em 2021, foram avaliados 192 países e o Brasil ocupou a 144ª colocação no que diz respeito a mulheres em posições ministeriais, com 10,5%, e a 142ª colocação em relação às mulheres no Parlamento, com 15,2% de representação na Câmara dos Deputados (IPU, 2021).

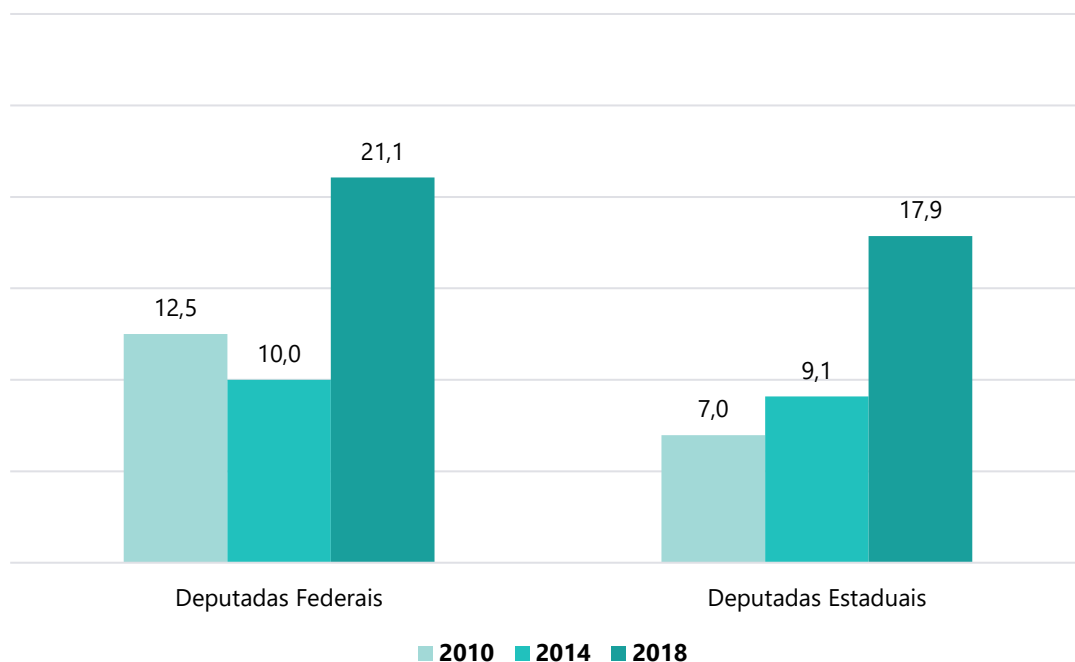
Ainda assim, em 2018, dados do TSE destacaram que a eleição de mulheres para cargos políticos cresceu 52,6% quando comparada ao ano de 2014 (TSE, 2019). Em relação às mulheres jovens, nas eleições federais, no ano de 2010, do total de jovens de 18 a 29 anos que disputaram o pleito (697 candidatos), 66,4% eram homens e 33,5% eram mulheres. No ano de 2014, notou-se uma elevação substantiva na representatividade feminina: 1.305 jovens de 18 a 29 anos que disputaram as eleições, 50,1% eram homens, e 49,8% eram mulheres. **No ano de 2018, houve um aumento de candidatos, entre homens e mulheres, e de**

1.409 jovens de 18 a 29 anos, 52,5% eram do sexo masculino e 47,4% do sexo feminino.⁴⁸

Em relação às jovens *eleitas*, segundo dados do TSE, em 2010, foram 2 mulheres de 18 a 29 anos de idade eleitas a deputadas federais e 3 a deputadas estaduais. Em relação ao total de jovens eleitos, os números equivalem a 12,5% e 7,0%, respectivamente. No ano de 2014, houve estabilidade no total de eleitas a deputadas federais (2), contudo, proporcionalmente ao número de jovens eleitos, representa um recuo para 10,0%. Por sua vez, dos 44 jovens eleitos deputados estaduais, 4 eram mulheres, o que representou um crescimento para 9,1% na participação. **Em 2018, observa-se um avanço nos dois cargos: de 19 jovens eleitos a deputados federais, 4 (21,1%) eram mulheres; e de 56 jovens eleitos para deputados estaduais, 10 eram mulheres (17,9%)** (Gráfico 4.18). Vale pontuar que não houve **nenhuma jovem mulher eleita a deputada distrital** em nenhum dos anos do período.

⁴⁸ Dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude, a partir das informações oficiais disponíveis no site do TSE: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?page=2>.

Gráfico 4.18 – Percentual de jovens mulheres eleitas nas eleições estaduais e federais em relação ao total de jovens eleitos – Brasil (2012, 2014 e 2018)



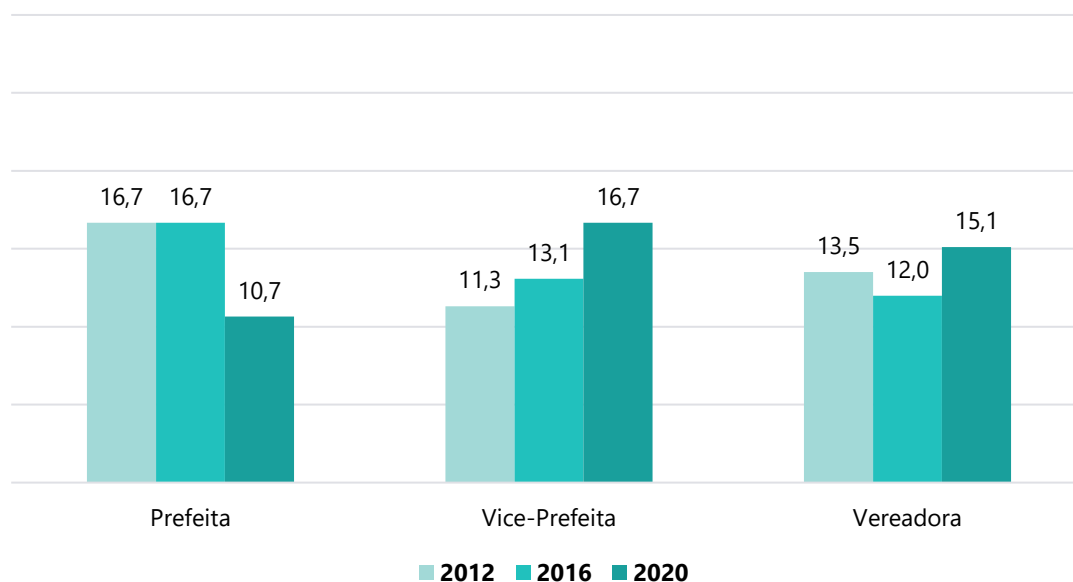
Fonte: TSE (2014-2018). Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Já em relação às **eleições municipais**, no período de 2012 a 2020, o **número de jovens mulheres candidatas permanece em estabilidade na casa dos 40%**. Em 2012, dos 446 mil candidatos, 44 mil eram jovens de 18 a 29 anos e, entre eles, 58,74% eram homens e 41,26% eram mulheres. Em 2016, o número de candidatos cresceu para 469 mil, sendo 45 mil de jovens entre 18 e 29 anos, com 57,68% de homens e 42,32% de mulheres. No ano de 2020, os valores percentuais se mantiveram muito similares aos evidenciados no ano de 2016. Do total de jovens que disputaram as eleições municipais, 44 mil candidatos, 57,36% eram do sexo masculino e 42,64% do sexo feminino.⁴⁹

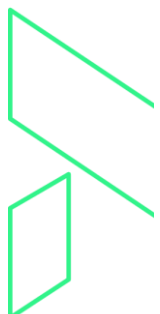
⁴⁹ Dados calculados pela Secretaria Nacional da Juventude, a partir das informações oficiais disponíveis no site do TSE: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?page=2>.

Entre as mulheres de 18 a 29 anos eleitas, no ano de 2012 foram 28 prefeitas, 25 vice-prefeitas e 636 vereadoras — o que equivale, respectivamente, a 16,7%, 11,3% e 13,5% em relação à totalidade de jovens eleitos. Em 2016, verifica-se a diminuição no número de prefeitas e vice-prefeitas com 24 e 23 eleitas, contudo, em termos proporcionais há estabilidade no cargo de prefeita (16,7%) e elevação no cargo de vice-prefeita (13,1%). A movimentação no cargo de vereadora apresenta queda, tanto em números absolutos (556 eleitas), quanto em termos proporcionais (12,0%). Por fim, **em 2020, verifica-se redução apenas entre as prefeitas eleitas com 13 mulheres de 18 a 29 anos (10,7%)** — recuo de mais da metade das mulheres jovens eleitas em relação ao ano de 2012. **Entre vice-prefeitas e vereadoras, o número cresceu com 24 (16,7%) e 660 (15,1%) eleitas** (Gráfico 4.19).

Gráfico 4.19 – Percentual de jovens mulheres eleitas nas eleições municipais em relação ao total de jovens eleitos – Brasil (2012, 2016 e 2020)



Fonte: TSE (2012-2020). Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.



Como acontece com a sub-representação de jovens negros na política, existem avanços, mas permanecem desafios que resultam na limitada atuação das mulheres nesse espaço. Da mesma forma, desigualdades históricas aliadas a questões institucionais, como os financiamentos de campanhas, são barreiras que aprofundam o distanciamento das mulheres da arena da política representativa.⁵⁰

4.2.4. Trabalho

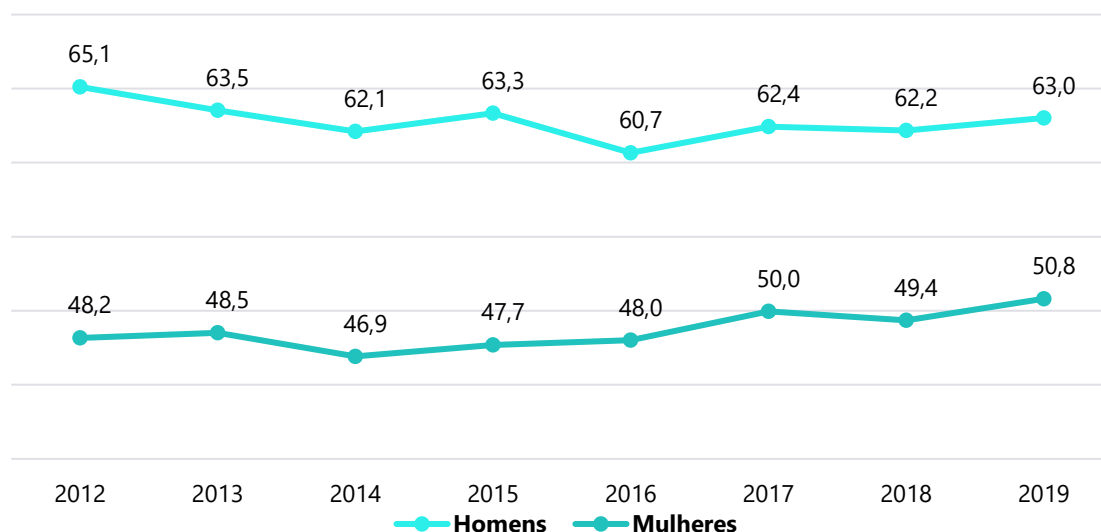
Ainda que as mulheres tenham maiores taxas de escolarização, continuam com menor inserção no mercado de trabalho e se deparam com menores rendimentos em relação aos homens. Além disso, é delas a maior quantidade de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e aos afazeres domésticos. As tabelas seguintes apresentam um panorama geral desse quadro.

Em relação ao mercado de trabalho, de 2012 a 2019, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho⁵¹ cresceu 3,0 p.p., enquanto a participação dos homens manteve certa estabilidade. Apesar disso, **a taxa de participação na força de trabalho registrou 72,5% dos homens e 53,7% das mulheres de 14 a 29 anos em 2019 no Brasil** — uma diferença de 18,8 p.p. entre os dois grupos. Isto significa que quase a metade das mulheres de 14 a 29 anos no país estão fora da força de trabalho (Gráfico 4.20). Em números absolutos, dentro dessa faixa etária, de 26,4 milhões de mulheres em idade de trabalhar, 13,7 milhões estavam inseridas na força de trabalho.

⁵⁰ Para saber mais sobre o assunto: Meneguello (2012), Bianconi, Lutterbach e Mazotte (2016), Barbieri e Ramos (2019), IPU (2022).

⁵¹ A força de trabalho é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência. Já a taxa de participação na força de trabalho é calculada a partir do percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2020).

Gráfico 4.20 – Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade, na semana de referência, segundo sexo (%) – Brasil (2012-2019)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2019). Elaboração própria.

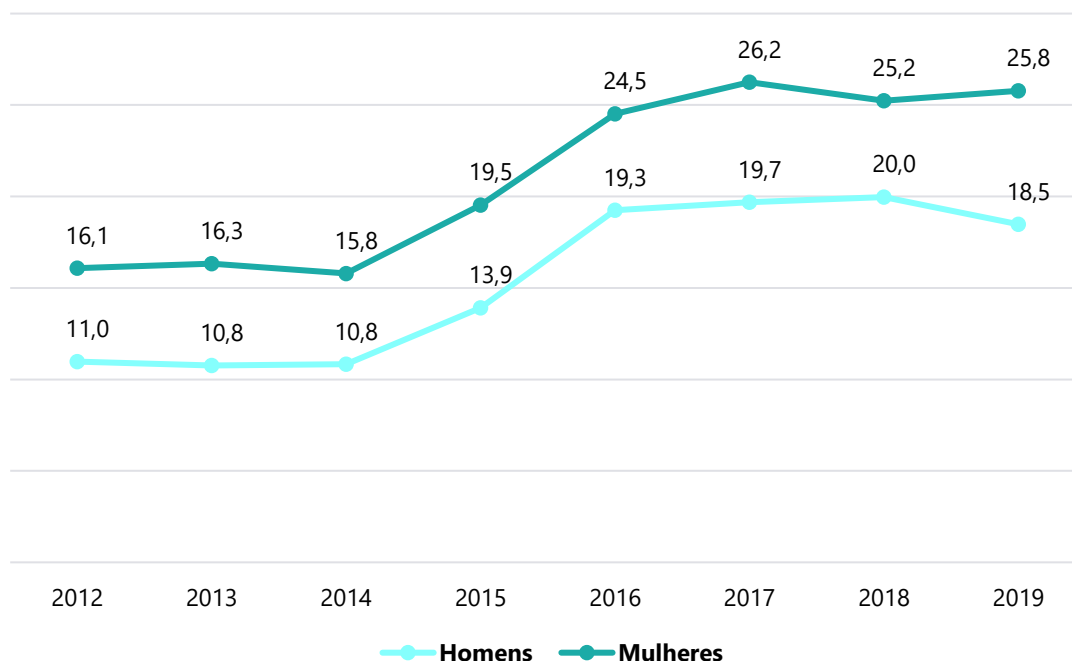
No mesmo período, houve um aumento na **taxa de desocupação**⁵² no Brasil, passando de 7,3% em 2012 para 11,7% em 2019. Esse crescimento também pode ser notado no grupo de idade de 14 a 29 anos de idade, ficando por volta de 10 p.p. entre 2014 e 2018 (Gráfico 4.21). Entre os homens nessa faixa etária, de 11,0% em 2012, a taxa atingiu o maior patamar no ano de 2018 com 20,0%. Já entre as mulheres, a taxa passou de 16,1% em 2012 para 26,2% em 2017, quando atingiu o maior percentual do período. **Homens e mulheres jovens fecharam a série com participação de, respectivamente, 18,5% e 28,5% na taxa de desocupação no ano de 2019.**

Observa-se que os dois grupos também se afastaram: no primeiro ano do período analisado, a diferença ficava perto dos 5 p.p., já no último ano, passou para 7 p.p. Em números absolutos, eram 2,0 milhões de homens e 2,2 milhões de mulheres entre 15 e 29 anos de idade desocupados; **em 2019, esse número**

⁵² Percentual de pessoas desocupadas em relação à força de trabalho (IBGE, 2020).

creceu para 3,1 milhões de homens e 3,5 milhões de mulheres desocupadas no mesmo grupo de idade.

Gráfico 4.21 – Taxa de desocupação de pessoas de 14 a 29 anos de idade, segundo sexo (%) – Brasil (2012-2019)



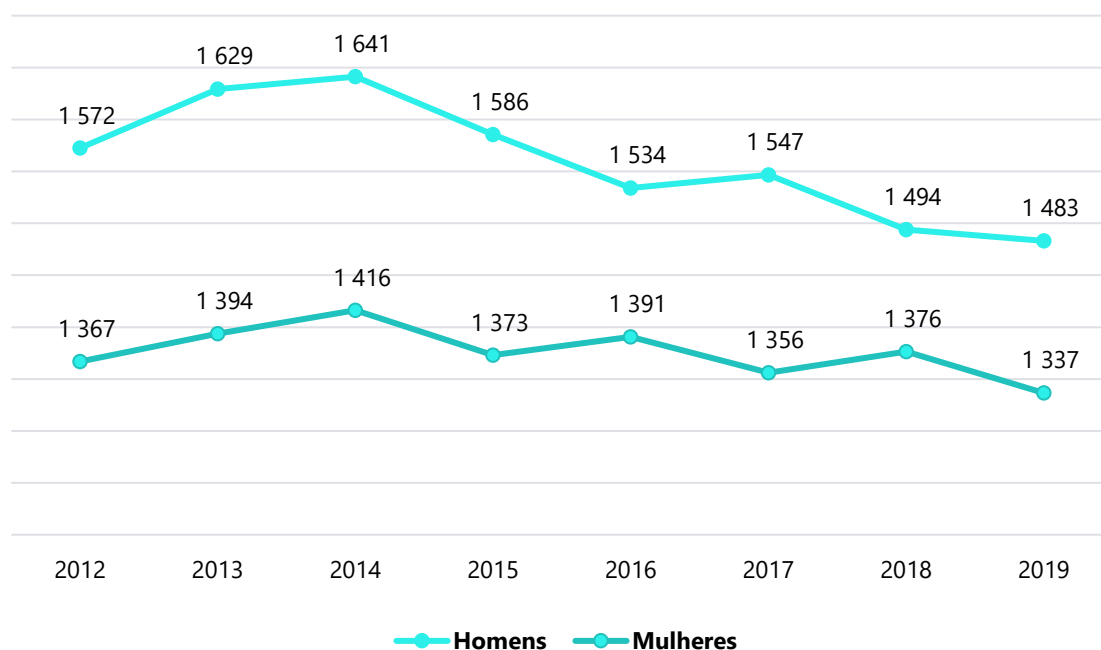
Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2020). Elaboração própria.

Em termos de rendimento, como citado anteriormente, **ainda que as mulheres possuam taxas mais elevadas de escolarização, seguem recebendo menos em comparação aos homens na mesma faixa etária.** No Gráfico 4.22, pode-se observar essa disparidade em relação ao rendimento habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 14 a 29 anos de idade.

De 2012 a 2014, houve um aumento considerável, porém, a partir de 2015, os números seguem em constante redução. Em 2014, os homens recebiam, em média, R\$1.641, e as mulheres R\$1.416; em 2019 recebiam, respectivamente, R\$1.483 e R\$1.337. Assim, no ano com o maior rendimento para ambos os

grupos, a diferença entre homens e mulheres era de R\$225. Em 2019, ano com os menores números, a diferença no rendimento caiu para R\$146.

Gráfico 4.22 - Rendimento habitual de todos os trabalhos das pessoas de 14 a 29 anos de idade ocupadas, por sexo (Reais) – Brasil (2012-2019)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2019). Elaboração própria.

Outro fator que diferencia homens e mulheres, que ilustra a divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007) e que também pode explicar a menor participação das mulheres no mercado de trabalho, se refere ao número de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Esse é um ponto citado anteriormente, quando verificados os indicadores educacionais, e que aparece novamente nas questões relacionadas ao trabalho.

De acordo com o informativo dos *Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (IBGE, 2021), em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos 21,4 horas semanais contra 11,0 horas dedicadas pelos homens — quase o dobro de tempo. As mulheres pretas ou pardas empregam

ainda mais tempo: 22,0 horas semanais contra 20,7 horas semanais de mulheres brancas (IBGE, 2021).

No Gráfico 4.23 pode-se observar que a mesma disparidade é evidente entre mulheres e homens dentro da faixa etária de 14 a 29 anos. **Enquanto as mulheres dedicavam 17,5 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, os homens dedicavam 9,3 horas** — um número quase duas vezes maior e que não sofre alterações durante os anos.

Gráfico 4.23 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 a 29 anos de idade, na semana de referência, por sexo – Brasil (2016-2019)

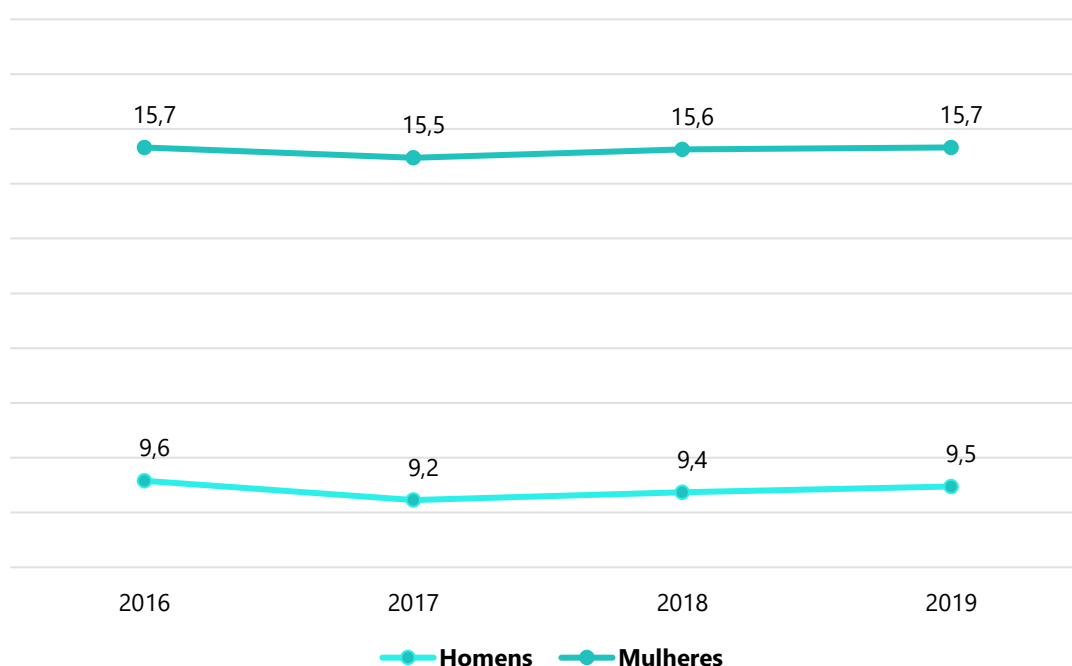


Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019). Elaboração própria.

O cenário também pouco varia quando são comparados grupos de **mulheres e homens ocupados** na mesma faixa etária (Gráfico 4.24). **Os homens continuam dedicando pouco mais de 9 horas para cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto as mulheres dedicam 15,7 horas semanais.**

Quando as mulheres estão ocupadas, são reduzidas duas horas semanais, contudo para os homens carga horária se mantém. Ou seja, mesmo ocupadas, as mulheres dedicam quase duas vezes mais do que os homens aos cuidados e afazeres domésticos.

Gráfico 4.24 – Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 a 29 anos de idade ocupadas na semana de referência, por sexo – Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019). Elaboração própria.

Em suma, apesar de avanços importantes nas últimas décadas, as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho perpassam questões de gênero arraigadas na sociedade. Dessa forma, como pontuado anteriormente, o objetivo do tópico foi o de apresentar um breve retrato do tema, com o objetivo de promover ações e estratégias no sentido de reconhecer e avançar na igualdade entre sexos no país.

4.3. Jovens LGBTQIA+



Art. 17º: O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de [...] inciso: II – Orientação sexual, idioma ou religião.

Em inclusão inédita nas pesquisas, a *Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)* divulgou os dados relacionados à orientação sexual em caráter experimental⁵³. Em 2019, foram mais de 2,9 milhões de pessoas que se autodeclararam **homossexuais ou bissexuais**, sendo **130 mil jovens de 18 a 29 anos de idade** (4,8%) (IBGE, 2022).

A população LGBTQIA+⁵⁴ enfrenta desafios próprios no Brasil. Dificuldades relacionadas ao estigma e à discriminação na inserção no mercado de trabalho, no acesso aos serviços de saúde, na convivência no ambiente escolar são a realidade de muitos jovens e adolescentes (ABGLT, 2016; COQUAL, 2016, HONORATO 2019). Considerando esse cenário, nesse tópico, são reunidos dados publicados que abordem a questão da violência contra jovens LGBTQIA+, a fim de auxiliar a compreensão das barreiras enfrentadas por esta juventude e, ao mesmo tempo, indicar a importância da produção de informações para conhecer e potencializar o desenvolvimento integral dessa parte da população.

⁵³ "Os resultados ora divulgados estão sendo apresentados como estatísticas experimentais, as quais são desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e as partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade. Nesse caso, os dados referentes à orientação sexual encontram-se ainda sob avaliação por não terem atingido um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia, sendo, portanto, um primeiro exercício para a captação do tema em questão." (IBGE, 2022, p. 4).

⁵⁴ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e mais.

4.3.1. Violência

A violência contra pessoas LGBTQIA+ é um problema histórico e a juventude aparece como a faixa etária de maior vulnerabilidade à violência, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021b) e o Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Dentro deste grupo, os negros também aparecem como principais vítimas da violência contra a população LGBTQIA+. É o que aponta o levantamento produzido, a partir de notificações feitas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pelas secretarias de Atenção Primária em Saúde e de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De acordo com a pesquisa, entre 2015 e 2017 foram registradas 24.654 notificações de violência contra a população LGBTQIA, sendo que 69,1% das pessoas atendidas eram adultas, seguido de 24,4% adolescentes. Entre todas as faixas etárias, o maior percentual de vítimas era negra. O perfil do agressor também foi citado pela pesquisa: 66% dos autores eram do sexo masculino e 27% dos agressores eram parceiros íntimos da vítima, enquanto 16% eram desconhecidos (FIGUEIREDO, 2020).

O Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021) também traz informações relevantes sobre a violência contra a população LGBTQIA+⁵⁵, marcada por estigmas e estereótipos e aponta, principalmente, para a urgência da produção, sistematização e publicização de dados sobre a violência contra essa população no Brasil. Para isto, a publicação utilizou dois conjuntos de dados: o Disque 100,

⁵⁵ Ao discorrer sobre os dados relacionados ao *Atlas da Violência* (2021), será utilizado o termo LGBTQIA+ por ser a nomenclatura usada no relatório. Ao longo do documento, a sigla LGBTQIA+ foi priorizada por ser o termo mais atualizado que engloba as diversas formas de orientações sexuais e identidades de gênero.

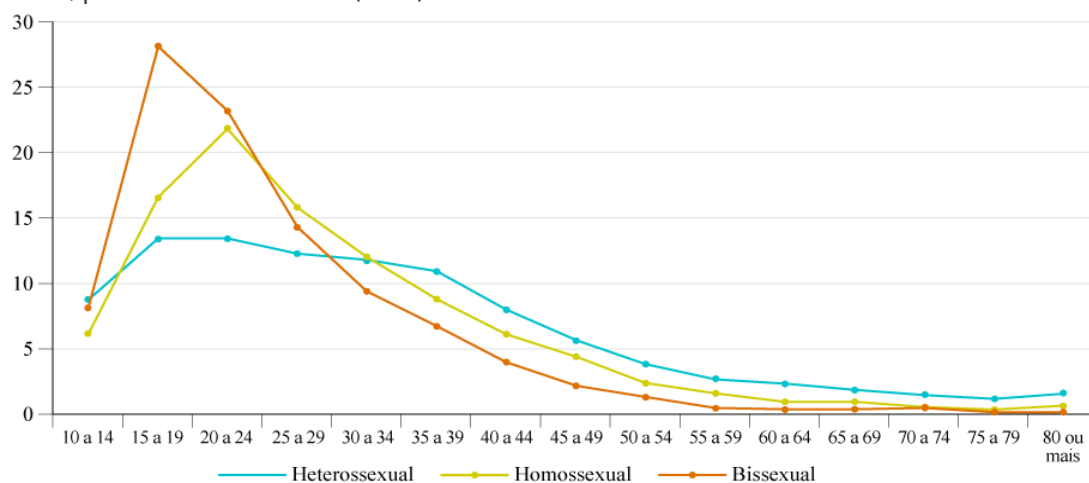
vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Sinan, do Ministério da Saúde (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

É importante destacar que existem desafios metodológicos ao tratar este tipo de dado, visto que, muitas vezes, os registros não possuem informações completas (por exemplo, devido ao baixo preenchimento de informações sobre orientação sexual e identidade de gênero ou até mesmo à falta de campos que abarquem tais características nos formulários de registro), tanto nos sistemas de saúde quanto nos registros de justiça criminal. De qualquer maneira, são informações importantes que podem lançar luz e apontar caminhos.

Entre 2011 e 2019, o Disque 100 registrou, em média, 1.666 denúncias anuais de violência contra a população LGBTQI+, totalizando 14.995 registros no período - 3.088 das denúncias foram de lesão corporal e 78 de homicídios e tentativas de homicídios. Os dados do Sinan se referem a pessoas LGBTQI+ que passaram pelo sistema de saúde e apontam para 4.855 registros de violências contra homossexuais e bissexuais em 2018 para 5.330 em 2019, enquanto registros de violência física contra pessoas trans e travestis passaram de 3.758 em 2018 para 3.967 em 2019 (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

No Gráfico 4.25, pode-se observar a faixa etária das vítimas no ano de 2019 e fica evidente a vulnerabilidade da população jovem LGBTQI+ à violência: **as maiores vítimas estão na faixa etária correspondente à juventude e os jovens bissexuais e homossexuais são ainda mais suscetíveis à violência** (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

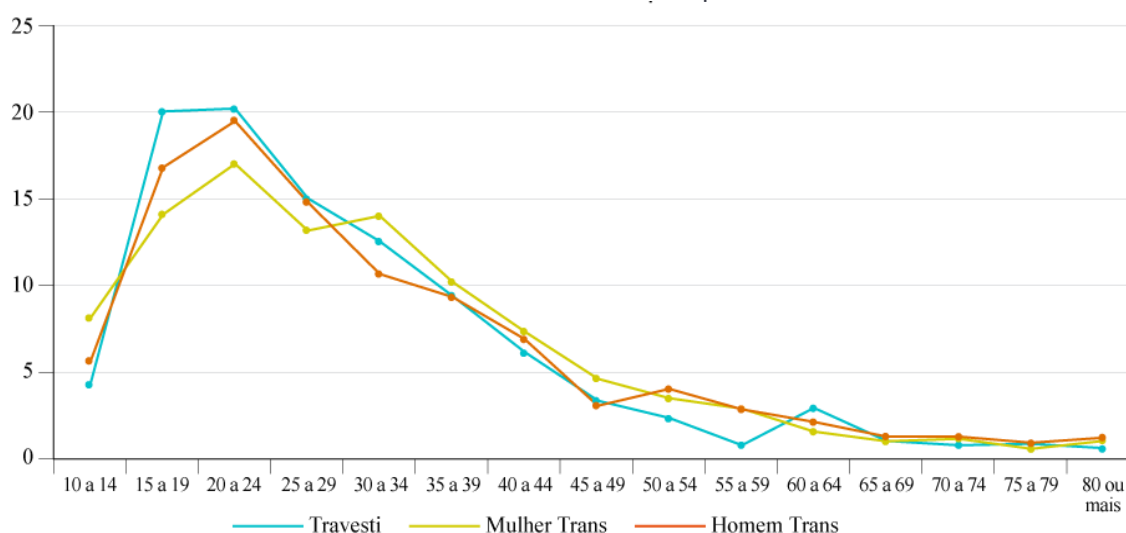
Gráfico 4.25 – Perfil de Pessoas Homossexuais e Bissexuais Vítimas de Violência, por Orientação Sexual, por Faixa Etária – Brasil (2019)



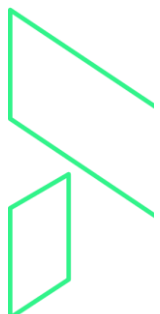
Fonte: Adaptado de Cerqueira *et al.* (2021).

A mesma situação pode ser percebida entre travestis, mulheres trans e homens trans: **a maior parte das vítimas nos registros do Sinan são jovens, principalmente entre as faixas de 15 a 19 e de 20 a 24 anos de idade** (Gráfico 4.26).

Gráfico 4.26 – Perfil de Pessoas Trans e Travestis de Violência, por Faixa Etária – Brasil (2019)



Fonte: Adaptado de Cerqueira *et al.* (2021).



De acordo com dados da ouvidoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao agregar todos os tipos de violência, as notificações são ainda mais numerosas. No período de 2011 a 2019, foram registradas 24.756 notificações entre discriminação, negligência, violência física, violência psicológica, violência sexual e outros tipos. Em todos os anos, os maiores números são relativos à violência psicológica e à discriminação que totalizam, respectivamente, 9.386 e 8.736 denúncias. Dentre as grandes regiões, Sudeste e Nordeste registram a maior quantidade de notificações no período: 9.438 e 8.107. Só no ano de 2019 a situação se repete, com 819 denúncias no Sudeste e 422 no Nordeste. É importante frisar que, corroborando com os dados anteriores, em todos os anos, a maior parte das vítimas eram homens, a faixa etária mais atingida foram jovens de 15 a 30 anos de idade e as maiores vítimas eram pessoas pretas ou pardas.⁵⁶

Os dados apresentados auxiliam a retratar a situação atual em relação à violência contra a população LGBTQIA+, ainda que encontre barreiras metodológicas. Nesse sentido, a produção de dados é central no debate para evitar o aprofundamento da invisibilidade do tema. Portanto, é fundamental que estas questões sejam endereçadas a fim de produzir as informações adequadas e, conseqüentemente, qualificar as políticas públicas voltadas para esta população.

⁵⁶ Dados disponibilizados pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), a partir da ouvidoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

4.4. Jovens com Deficiência

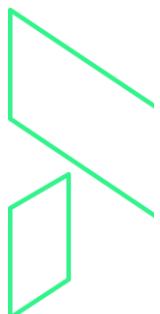
Segundo dados da *Pesquisa Nacional de Saúde* (PNS), mais de 52,7 milhões de brasileiros declararam possuir algum tipo de deficiência⁵⁷, mesmo que branda. Desse total, 17,3 milhões foram consideradas pessoas com deficiência e mais de **1 milhão possuíam de 18 a 29 anos de idade**, o equivalente a 2,1% da população brasileira (IBGE, 2021).

As pessoas com deficiência são históricas vítimas de violações de direitos, de discriminação e de exclusão social. À vista disso, principalmente, a partir de 1981, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente se inicia a construção mais sólida da agenda política das pessoas com deficiência. A partir de então, nas décadas seguintes, há a adoção de medidas legais e de políticas públicas com o propósito de eliminar as formas de discriminação e de garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, além do estabelecimento de diretrizes para as áreas da saúde, do trabalho, da educação etc. (GARCIA, 2014).⁵⁸

Ainda assim, a falta de acessibilidade, a escassez de recursos adequados para a comunicação, as barreiras arquitetônicas impostas e a perpetuação de estereótipos são fatores que atuam como impeditivos na inclusão das pessoas com deficiência enquanto atores sociais com capacidade de ação e com potencial produtivo. Considerando esse cenário, serão apresentados os números mais

⁵⁷ De acordo com a PNS, foi considerada “[...] pessoa com deficiência aquela que tenha respondido apresentar muita dificuldade ou não conseguir de modo algum em uma ou mais questões relativas às dificuldades sejam de enxergar, de ouvir, de se locomover, de realizar movimentos nos membros superiores ou de realizar tarefas habituais em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, independente do uso de aparelhos de auxílio” (IBGE, 2021, p. 29).

⁵⁸ Para saber mais sobre a legislação brasileira sobre a pessoa com deficiência, ver Brasil (2009) e Brasil (2015).



recentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (SISDEF), a partir da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), e dos indicadores da Pesquisa Nacional de Saúde (2019).⁵⁹

4.4.1. Trabalho

De acordo com a PNS, mais de 17,3 milhões de pessoas no país possuíam algum tipo de deficiência, mas, apesar do grande número, ainda são muitas as barreiras enfrentadas por essa população. A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho se apresenta como um desses desafios: mesmo com mais de 30 anos da Lei que instituiu a reserva de vagas para PcDs em empresas com mais de 100 funcionários (BRASIL, 1991), 47% destas vagas não eram ocupadas em 2021 (A PONTE, 2021).

Especificamente, dados do SISDEF apontam que entre os 234 milhões de trabalhadores no país em 2019, mais de 2 milhões eram de pessoas com deficiência e 210 mil são trabalhadores reabilitados da Previdência Social. Dentre eles, os trabalhadores com deficiência física representam a maior parte dos ocupados com 52,5%, seguidos de 20,5% das pessoas com deficiência auditiva, 15,5% com deficiência visual, 9,3% com deficiência mental e, por fim, 1,9% de pessoas com deficiências múltiplas.⁶⁰

Há a predominância do sexo masculino entre as pessoas com deficiência ocupadas, registrando 63,7%, enquanto o sexo feminino representa 36,2% do total. Em relação à cor/raça, as pessoas brancas com deficiência representam

⁵⁹ Para saber mais sobre o assunto, ver Brasil (2009); Brasil (2015); Garcia (2014); Ferreira, Oliver (2019); Brito, Maranhão (2020).

⁶⁰ Dados disponíveis em: <https://nippis.icict.fiocruz.br/painel/rais/>.

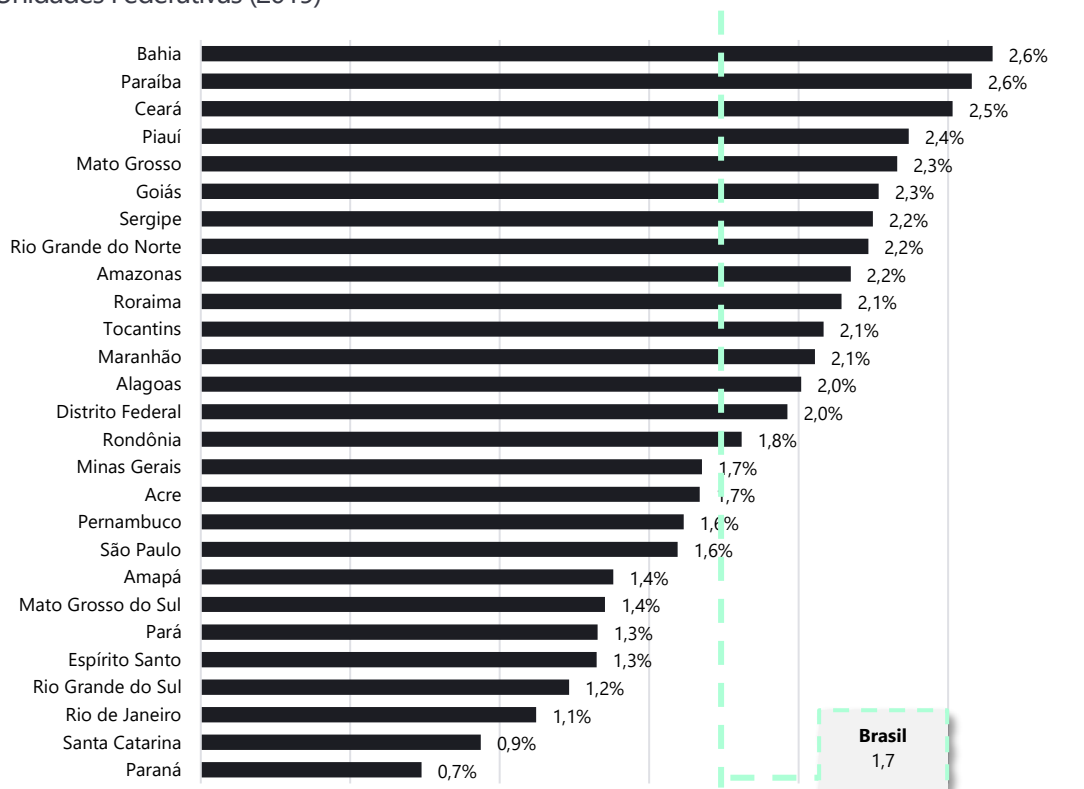
47,8% dos ocupados, as pardas são 33,3% e as pessoas pretas são minoria, representando 6,0%. Em relação ao grau de escolaridade, 953.470 trabalhadores possuem ensino médio completo e 336.592 pessoas com deficiência ocupadas têm ensino superior.

Já em relação à faixa etária, **as pessoas com deficiência entre 18 e 29 anos de idade correspondem a pouco mais de 383 mil trabalhadores ocupados, o que equivale a 1,7% do total de vínculos ativos**, de acordo com os dados coletados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (ver [Nota Técnica](#)). As unidades federativas com maior proporção de contratados com algum tipo de deficiência estão na região Nordeste: Bahia (2,6%), Paraíba (2,6%) e Piauí (2,4%). Enquanto isso, os números mais baixos estão em estados do Sul e Sudeste: Paraná (0,7%), Santa Catarina (0,9%) e Rio de Janeiro (1,1%) (Gráfico 4.27).



Ilustração: Storyset

Gráfico 4.27 – Percentual de pessoas com deficiência de 15 a 29 anos de idade ocupadas – Brasil e Unidades Federativas (2019)

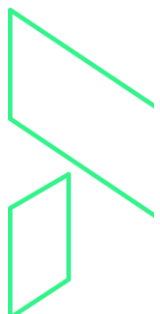


Fonte: IBGE (2021). Elaboração própria.

O breve retrato exposto nesse tópico tem como objetivo, além de apresentar dados atuais sobre a juventude com deficiência, chamar a atenção para as necessidades específicas dessa população com o objetivo de ampliar sua inserção, não apenas no mercado de trabalho, mas nos diversos espaços de participação social, promovendo sua autonomia e sua independência.

Considerações finais

Essa seção teve como objetivo pontuar questões relativas à diversidade e à pluralidade da juventude brasileira e revela grandes desvantagens entre os grupos. As desigualdades por cor/raça identificam sérias questões em relação à



escolaridade, ao trabalho e à violência. Em relação aos brancos, as pessoas pretas ou pardas, inclusive as jovens, possuem escolaridade inferior, menor acesso ao mercado de trabalho, maiores taxas de desemprego, além de serem as maiores vítimas de violência no país.

Mulheres jovens, por sua vez, possuem maior escolaridade, porém tendem a assumir as responsabilidades domésticas e cuidados de pessoas desde jovem, o que pode restringir seu desenvolvimento educacional. No mundo do trabalho, elas estão em menor número na força de trabalho e, quando ocupadas, têm menores rendimentos que os homens. Além disso, são vítimas de violências específicas de gênero, como feminicídio, que tiveram um crescimento importante durante a pandemia de Covid-19.

Por fim, a população LGBTQIA+ e os jovens com deficiência ainda são grupos com poucos estudos e dados sistematizados; contudo, nas informações disponíveis, pode-se perceber que a questão da violência acompanha a população LGBTQIA+ e a vulnerabilidade desse grupo, principalmente entre os jovens, fica evidente. Enquanto isso, entre os jovens com deficiência, é notória a necessidade de continuar em busca da inserção nos espaços sociais e econômicos a fim de avançar na efetivação de seus direitos.

Sob os aspectos tratados nesta seção, as disparidades se manifestam de diversas formas e de maneira bem acentuada no país. Assim, o cenário demanda ações e estratégias voltadas para situações específicas e com enfoque na juventude a fim de caminhar em direção à superação das desigualdades.



ACESSE

As tabulações dos dados da [quarta seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

NOTA TÉCNICA

A Nota Técnica apresenta a metodologia do cálculo dos indicadores referentes ao número e ao percentual de pessoas com deficiência ocupadas em 2019, expostos em “Jovens com Deficiência” no tópico dedicado à Diversidade e Igualdade.

4. Diversidade e Igualdade

4.4 Jovens com deficiência

Pessoas com Deficiência as define como: aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Nesse passo, para os indicadores ora apresentados, considerou-se pessoa com deficiência aquela que tenha respondido apresentar muita dificuldade ou não conseguir de modo algum em uma ou mais questões relativas às dificuldades sejam de enxergar, de ouvir, de se locomover, de realizar movimentos nos membros superiores ou de realizar tarefas habituais em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, independente do uso de aparelhos de auxílio. Considerando os diversos tipos de deficiência captadas pela PNS de 2019, verificou-se também se a pessoa fazia uso de algum recurso ou aparelho de apoio e se os mesmos foram obtidos pelo SUS.

A partir da PNS 2019, estimou-se em 17,3 milhões o número de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência relacionada a pelo menos uma de suas funções.

Variáveis selecionadas: foi considerado como deficiente o indivíduo com respostas 3 ou 4 em qualquer das variáveis definidas a seguir:

G046 G46 - tem dificuldade permanente de enxergar mesmo usando óculos, lentes de contato ou lupas?

G047 G47 - tem dificuldade permanente de enxergar?

G057 G57 - tem dificuldade permanente de ouvir mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.) OU tem dificuldade permanente para ouvir sons como vozes ou música, mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

G058 G58 - tem dificuldade permanente de ouvir? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.) OU tem dificuldade permanente de ouvir sons como vozes ou música? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

G070 G70 - tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus, mesmo usando prótese, bengala ou outro aparelho de auxílio? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade) OU Comparado com crianças da mesma idade, tem dificuldade permanente para caminhar, mesmo usando prótese, bengala ou aparelho de auxílio? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

G071 G71 - tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.) OU Comparado com crianças da mesma idade, tem dificuldade permanente para caminhar? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

G079 G79 - tem dificuldade permanente para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade.)

G080 G80 - tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, como botões e lápis, ou abrir e fechar recipientes ou garrafas, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade.) OU Comparado com crianças da mesma idade, ___ tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

G081 G81 - tem dificuldade permanente para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade.)

G082 G82 - tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, como botões e lápis, ou abrir e fechar recipientes ou garrafas? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade.) OU Comparado com crianças da mesma idade, tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

G083 G83 - Por causa de alguma limitação nas funções mentais ou intelectuais, ___ tem dificuldade permanente para realizar atividades habituais, como se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar, ir à escola, brincar, etc.? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade.) OU Por causa de alguma limitação nas funções mentais ou intelectuais, _ tem dificuldade permanente para realizar atividades habituais, como frequentar a escola, brincar e etc.? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade.)

Validação

```
. sum peso if pessoas_com_deficiencia=="Sim"  
. return list
```

scalars:

r(N) = 22887

r(sum_w) = 22887

r(mean) = 754.046033752508

r(Var) = 880359.9307032177

r(sd) = 938.274976061505

r(min) = 7.84806258

r(max) = 30006.38709378

r(sum) = 17257851.57449365

Referências

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016.

AGÊNCIA SENADO. Brancos dominam representação política, aponta grupo de trabalho. *Agência Senado*, 26 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho>. Acesso em: 15 jun. 2022.

A PONTE. Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. *Resumo de Política Pública*, 2022. Disponível em: https://redeaponte.com.br/wp-content/uploads/2022/06/A_Ponte_PB_PCDMercadoTrabalho.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada; RAMOS, Luciana de Oliveira. (Coords.). *Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero (2018-2019)*. São Paulo: FGV, 2019.

BIANCONI, Giulliana; LUTTERBACH, Maria; MAZOTTE, Natália. Na trincheira da velha política, mulheres lutam para vencer estruturas machistas. *Gênero e Número*, 21 de set. de 2016. Disponível em: <https://www.generonumero.media/na-trincheira-da-velha-politica-mulheres-lutam-para-vencer-estruturas-machistas/>. Acesso em: 19 maio 2022.

BRAGON, Ranier. Brasil registra 1.338 feminicídios na pandemia, com forte alta no Norte e no Centro-Oeste. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/brasil-registra-1338-feminicidios-na-pandemia-com-forte-alta-no-norte-e-no-centro-oeste.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 25 de jul. de 1991, p.14.809. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial*, 02 out. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, 01 out. 1997, p. 21.801. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 21 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, 26 de ago. de 2009, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 21 de jul. de 2010, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, 07 de jul. de 2015, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes* / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional da Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRITO, Raimunda Alves de; MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro. Os principais desafios das Pessoas com Deficiência em adentrar

o mercado de trabalho: Revisão sistemática da Literatura. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* v.14, n. 51, jul. 2020, pp. 622-645. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2623/4114>. Acesso em: 18 maio 2022.

BUENO, Natália S.; DUNNING, Thad. Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians. *Working paper*, WIDER, United Nations University Institute for Development Economics Research, 2016.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil, Dossiê Feminismo e Antirracismo, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, jan/abr, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da Violência 2020. IPEA; FBSP, 2020.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da Violência 2020. IPEA; FBSP, 2021.

COQUAL. Out in the world: securing LGBT rights in the global marketplace. *Infographic*, 2016. Disponível em: <https://coqual.org/wp-content/uploads/2020/09/CoqualOutInTheWorldInfographic090720.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

FERREIRA, Natasha Reis; OLIVER, Fátima Corrêa. O jovem com deficiência e seus percursos de participação social. Última década, n. 52, dez., 2019, pp. 80-106.

FIGUEIREDO, Patrícia. Negros são alvo de metade dos registros de violência contra população LGBT no Brasil, diz pesquisa. *G1*, São Paulo, 15 de jul. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/15/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contra-populacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *A violência contra pessoas negras no Brasil*, 2021a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2021-v3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GARCIA, Vinícius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12 n. 1, p. 165-187, jan./abr., 2014.

GOMES, Matheus. O avanço da representação negra na política. *Nexo Jornal*, 19 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2021/O-avan%C3%A7o-da-representa%C3%A7%C3%A3o-negra-na-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 09 jul. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

HONORATO. Ludimila. Apesar de políticas, população LGBT enfrenta dificuldades no acesso à saúde. *Estadão*, 27 de jun. de 2019. Disponível em: <https://bityli.com/VnCgYj>. Acesso em: 07 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdade por cor ou raça no Brasil*. IBGE: Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2 ed. IBGE: Rio de Janeiro, 2021.

IPU. Inter-Parliamentary Union. *Women in politics – 2021*. IPU, Genebra, 2021. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>. Acesso em: 20 maio 2022.

IPU. Inter-Parliamentary Union. Women in parliament in 2021: the year in review. *IPU*, Genebra, 2022.

MENEGUELLO, Rachel *et al.* *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas, SP: UNICAMP/CESOP, 2012.

MS/SVS/CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Painel de Monitoramento de Mortalidade. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/>. Acesso em: 10 maio 2022.

NERI, Marcelo (Coord.). *Juventude e Trabalho: Qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos Nem-Nem?* Rio de Janeiro, FGV Social, nov. 2019. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Pesquisa-Jovens_Crise_Trabalho_NemNem_Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

PALHARES, Isabela. Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PAMPLONA, N. Desemprego da pandemia atinge mais jovens, negros e região Nordeste. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/desemprego-da-pandemia-atinge-mais-jovens-negros-e-regiao-nordeste.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TEÓFILO, Sarah. Femicídios crescem durante a pandemia; casos de violência doméstica caem. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/10/4883191-femicidios-crescem-durante-a-pandemia-casos-de-violencia-domestica-caem.html>. Acesso em: 25 abr. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. Editora Moderna: São Paulo, 2021.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais (2010-2020). Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?page=2>. Acesso em: 10 maio 2022.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. *TSE*, 08 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em: 19 maio 2022.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Divisão do Fundo Eleitoral e do tempo de TV deve ser proporcional ao total de candidatos negros, decide TSE. *TSE*, 25 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/tse-distribuicao-fefc-candidatos-negros>. Acesso em: 12 abr. 2022.

5. Direito à Saúde

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) instituiu o provimento da saúde como um dever do Estado e o Sistema Único de Saúde (SUS) é a instituição pela qual se assegura a universalidade e a equanimidade de acesso da população aos



Ilustração: Storyset

serviços de saúde em todos os níveis de assistência. Da mesma forma, é estabelecido pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) o direito do jovem à saúde, nas dimensões de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral.

Nesta seção, são abordadas questões prioritárias para a juventude, considerando suas especificidades e reconhecendo sua vulnerabilidade. Os dados foram selecionados, majoritariamente, da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada nos anos de 2013 e 2019 (IBGE, 2014; 2020), da base do DataSUS e da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), produzida em 2015 e 2019 (IBGE, 2016; 2021a). Vale destacar que foram priorizados dados já calculados e publicados, o que explica nuances de faixas etárias e de períodos dos dados.

Sendo assim, o primeiro tópico trata de dados relacionados ao acesso, ao cuidado e à prevenção. Em seguida, são descritas informações sobre doenças crônicas e fatores de risco, como sedentarismo, tabagismo, consumo excessivo de álcool, obesidade e desnutrição. No terceiro tópico, apresentam-se dados sobre saúde mental entre os jovens. O quarto ponto tratado diz respeito à saúde

sexual e reprodutiva e, por fim, a mortalidade por causas externas e evitáveis encerra a seção.

5.1. Acesso, cuidado e prevenção



Art. 19º: O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral.

No presente tópico, são apresentados aspectos referentes ao acesso, ao cuidado e à prevenção da saúde dos jovens no país e, para tanto, recorre-se a dados sobre a cobertura dos planos de saúde privados para também entender o acesso à saúde pública e a procura por atendimento médico ou odontológico.

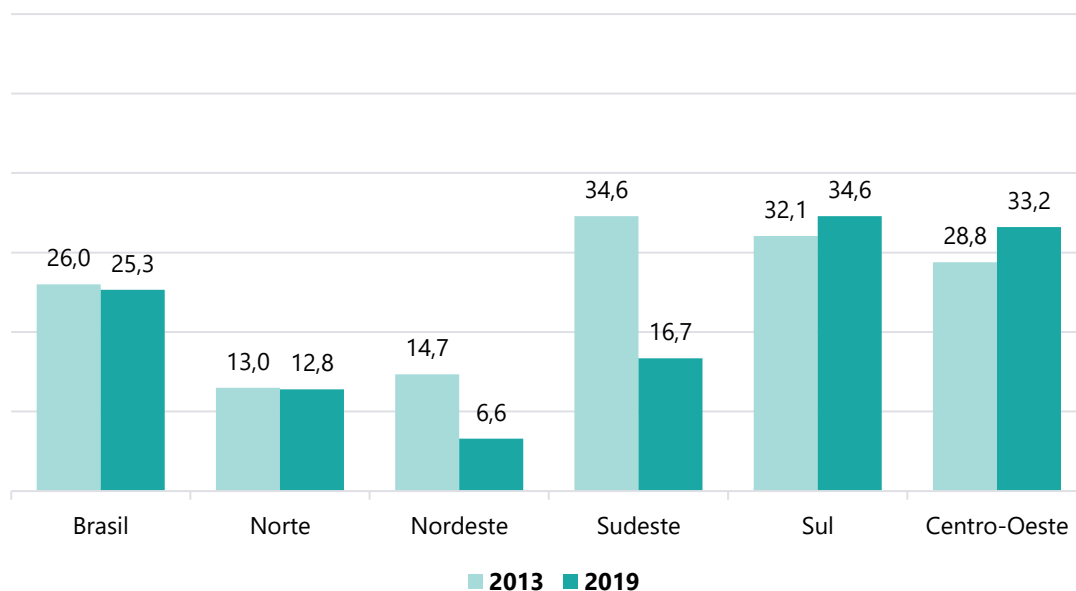
O Brasil é um país reconhecido internacionalmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que visa prover acesso universal, igualitário e integral a toda população, característica que o diferencia de grande parte dos sistemas de saúde públicos internacionais que são ofertados, em sua maioria, para a população de baixa renda.

Sua gestão engloba os três entes da federação, a União, os Estados e os Municípios, e compreende ações voltadas para a atenção básica, de média e alta complexidades, serviços de urgência e emergência, atenção hospitalar, ações e serviços de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, além de assistência farmacêutica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Simultaneamente, o SUS prevê a complementaridade do setor privado no atendimento das demandas de saúde, atuando por meio de dispositivos particulares, como planos e seguros.

No Gráfico 5.1, é apresentado o percentual de pessoas entre 18 e 29 anos de idade que possuíam algum **plano de saúde, médico ou odontológico**, no

Brasil e nas Grandes Regiões do país no período de 2013 a 2019. Como pode-se observar, **esse número registrou uma certa estabilidade no Brasil: de 26,0% para 25,3%**. Já na região Sudeste que, em 2013, possuía o maior percentual entre as regiões, o número caiu pela metade. Em seguida, a maior queda foi na região Nordeste, que passou de 14,7% para 6,6%. Centro-Oeste e Sul são as duas regiões que registraram aumento dos planos de saúde, respectivamente, subiram 4,4 p.p. e 1,5 p.p.

Gráfico 5.1 – Percentual de pessoas entre 18 a 29 anos de idade que tinham algum plano de saúde (médico ou odontológico) – Brasil e Grande Regiões (2013 e 2019)



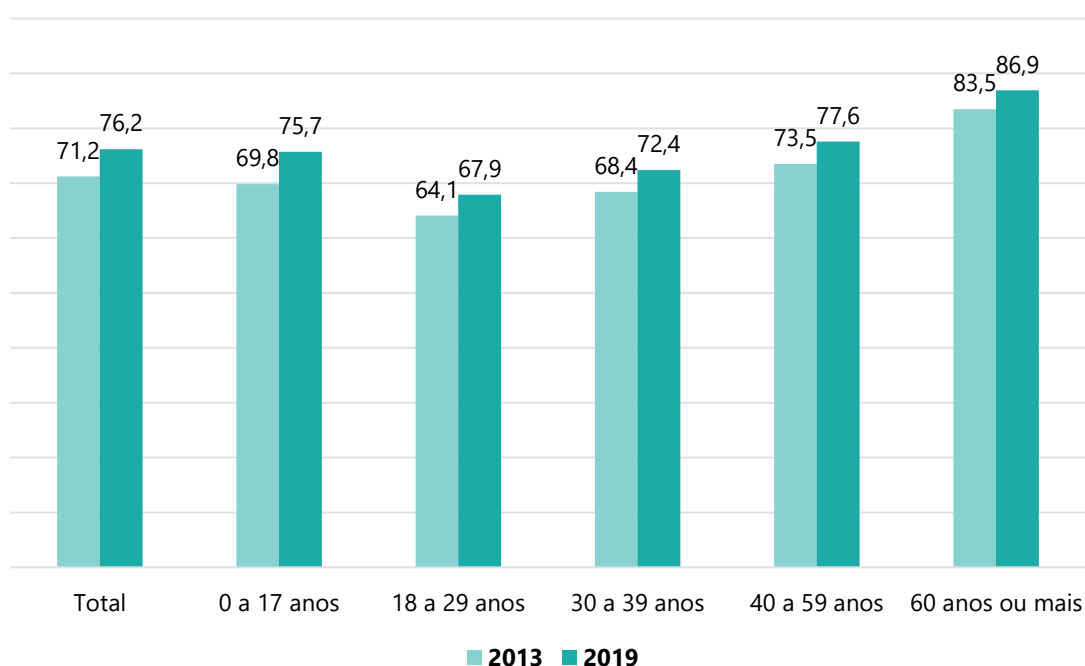
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

Entre todas as idades, o percentual total de pessoas no Brasil que possuem cobertura de plano de saúde foi de 28,5% em 2019. Os números mostram a importância dos serviços públicos de saúde em todas as regiões do país, visto que pouco mais de um quarto da população brasileira possui vínculos com planos de saúde privados. Em que pesem as contradições e as problemáticas da relação entre público e privado, o acesso aos serviços de saúde particulares

pode reduzir a sobrecarga do sistema público e acelerar os atendimentos, beneficiando os usuários com diagnósticos precoces e evitando que doenças evoluam para quadros clínicos de difícil tratamento (BUSS; TOBAR, 2017).

Em relação às pessoas que consultaram algum médico nos 12 meses anteriores à data da pesquisa, de acordo com os dados da PNS (IBGE, 2014; 2020), no Brasil, as estimativas de 2019 foram maiores do que as apresentadas em 2013 (Gráfico 5.2). **A faixa etária dos jovens de 18 a 29 anos de idade é a que menos se consultou, enquanto a que mais se consultou foi o grupo de pessoas com 60 anos ou mais.** Esta situação não surpreende, dado que pessoas mais jovens, em geral, apresentam menos doenças que, muitas vezes, tendem a aparecer com o avanço da idade.

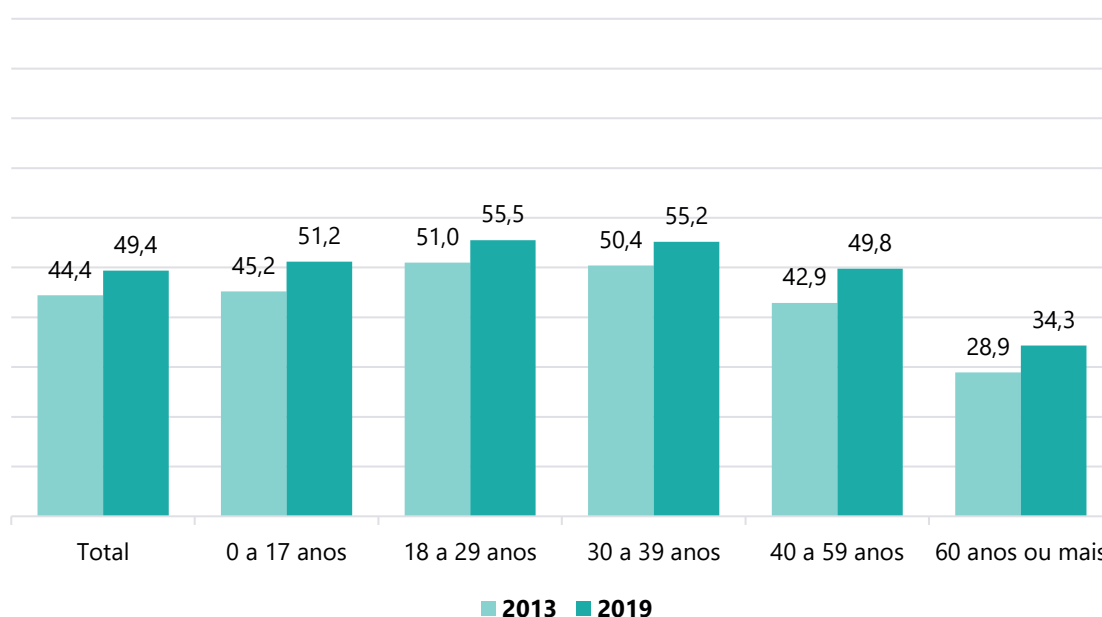
Gráfico 5.2 – Percentual de pessoas que consultaram médico nos últimos 12 meses, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

Da mesma forma, em relação a consultas odontológicas, os números de 2019 aumentaram em relação à pesquisa de 2013. Porém, ao contrário dos resultados anteriores, **o maior percentual de pessoas que consultaram o dentista nos últimos 12 meses corresponde à faixa etária de 18 a 29 anos de idade com 55,5%**, ou seja, mais da metade dos jovens (Gráfico 5.3).

Gráfico 5.3 – Percentual de pessoas que consultaram dentista nos últimos 12 meses, por grupo de idade - Brasil (2013 e 2019)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

Essa situação difere entre as regiões Grandes Regiões, bem como entre os estados. Como pode-se observar na Tabela 5.1, referente ao ano de 2019, a região Norte fica abaixo dos 50% em todas as faixas etárias e, nela, Pará, Amapá e Rondônia têm os menores números em relação aos jovens entre 18 e 29 anos de idade, respectivamente: 43,2%, 45,5% e 48,1%. Na região Nordeste, o número mais baixo fica com o estado do Maranhão: 43,8%. Ao contrário, a única região que registra mais de 60% de pessoas que consultaram o dentista nos últimos 12 meses é a Sul.

Tabela 5.1 – Percentual de pessoas que consultaram dentista nos últimos 12 meses, por grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2019)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	Total	0 a 17 anos	18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	49,4	51,2	55,5	55,2	49,8	34,3
Norte	40,8	41,4	48,4	45,5	39,4	22,7
Rondônia	40,8	40,1	48,1	48,7	39,8	22,3
Acre	42,2	39,8	54,3	48,5	40,4	20,5
Amazonas	49,9	51,5	57,2	55,3	48	27,3
Roraima	44,5	43,7	52,7	48,2	39,8	34
Pará	35,5	35,8	43,2	39,4	34,1	19,6
Amapá	39,1	36,2	45,5	43,2	40,1	26,1
Tocantins	45,3	48,8	51,6	50,3	45,9	25,4
Nordeste	43,3	44,9	52,7	50,6	42,4	24
Maranhão	34,6	34,4	43,8	40,3	32,7	17,9
Piauí	42	46,6	52,4	47,2	40,1	21,7
Ceará	41,9	44,8	50,4	50,5	40,5	21,6
Rio Grande do Norte	47,4	52,1	56,2	53,2	46,7	24,3
Paraíba	47,4	49	60,1	54,8	46,9	25
Pernambuco	47	51,3	57,3	52,8	44,8	26,4
Alagoas	43,3	45,4	53,6	46,3	41,6	26,3
Sergipe	43,7	44,9	51	51,4	41,3	26,6
Bahia	44,2	43,6	53	53,9	44,5	25,6
Sudeste	53	55,6	57,7	57,8	53,9	40,3
Minas Gerais	49,6	53,3	55	55,1	50,5	34,8
Espírito Santo	51	55,1	55,5	57,9	49,2	35
Rio de Janeiro	49,2	48	56,2	53,3	52,2	38
São Paulo	56,3	59,3	59,7	60,6	56,5	44,5
Sul	55,8	61	60,7	63,1	55,8	38,5
Paraná	53,5	60,4	58,8	60,7	53	32,6
Santa Catarina	59,6	64,1	64,6	66,8	60	42,6
Rio Grande do Sul	55,6	59,7	60,2	63,1	56	41,1
Centro-Oeste	49	51,8	54,6	52,5	49	32,1
Mato Grosso do Sul	51,2	56	56	56,1	48,8	36,6
Mato Grosso	49,3	48,6	58,1	55	49,6	29,1
Goiás	46,5	50,5	51,5	49,7	47	28,6
Distrito Federal	52,6	54,9	56,2	53,1	53,2	40,3

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2020).

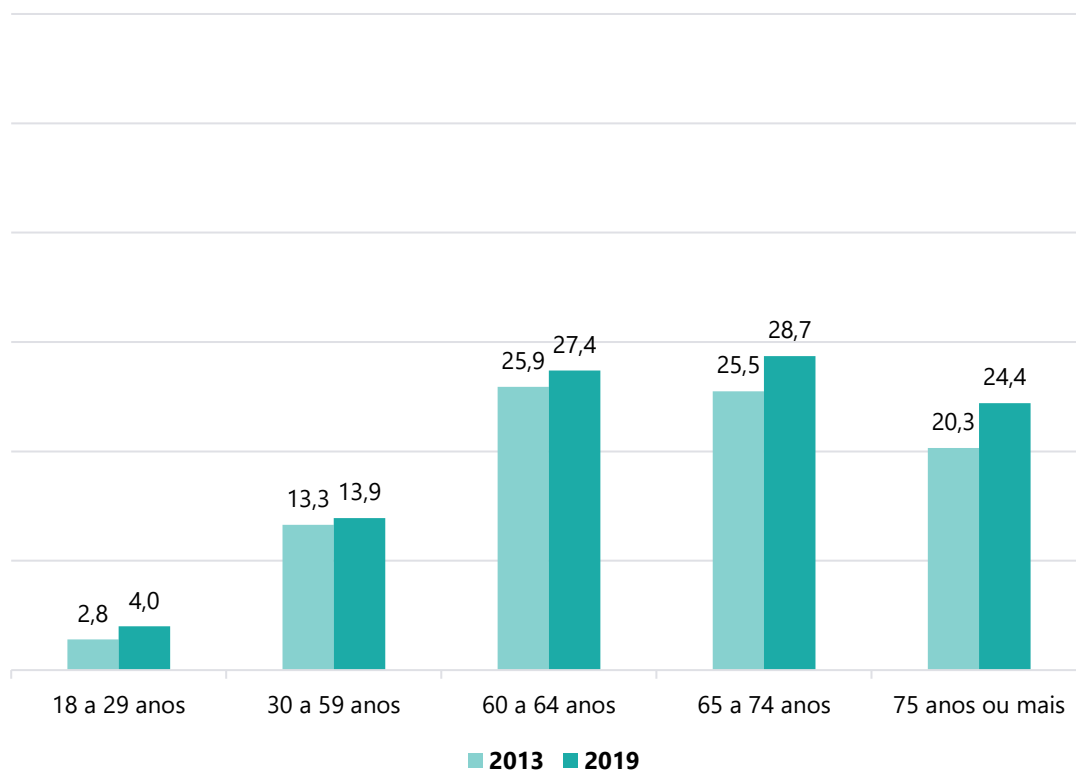
5.2. Doenças crônicas não transmissíveis

De acordo com dados da OMS, 70% das mortes registradas na população mundial são decorrentes de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e poderiam em alguma medida ser evitadas (BRASIL, 2011). O cenário brasileiro não é diferente: em 2014, 72% das mortes registradas foram definidas como causadas por DCNT (MALTA, 2014). Em termos gerais, esta continua sendo uma das condições mais desafiadoras no cenário da saúde, responsável por mortes prematuras, perda de qualidade de vida e surgimento de incapacitações (IBGE, 2020).

As ocorrências de DCNT são muito influenciadas pelas condições sociais dos indivíduos, principalmente no que tange às desigualdades e vulnerabilidades, pois também são ligadas a fatores de risco advindos do estilo de vida, como o tabagismo, o abuso de álcool, alimentação inadequada, prática insuficiente de atividades físicas etc. (IBGE, 2020). Nesse sentido, sabendo que esses fatores afetam particularmente a vida dos jovens — e que, inclusive, serão tratados posteriormente —, é importante acompanhar e monitorar os dados relacionados à juventude a fim de compreender seu retrato atual.

Entre as doenças crônicas selecionadas para ilustrar esta seção, o grupo de idade de 18 a 29 anos é o menos afetado, como pode-se observar nos gráficos seguintes. Contudo, os números não são irrelevantes. Em 2019, houve um aumento no diagnóstico de colesterol alto no Brasil em todos os grupos de idade. Entre jovens de 18 a 29 anos, o número chegou a 4,0%, o que equivale a quase 1,5 milhão de pessoas (Gráfico 5.4).

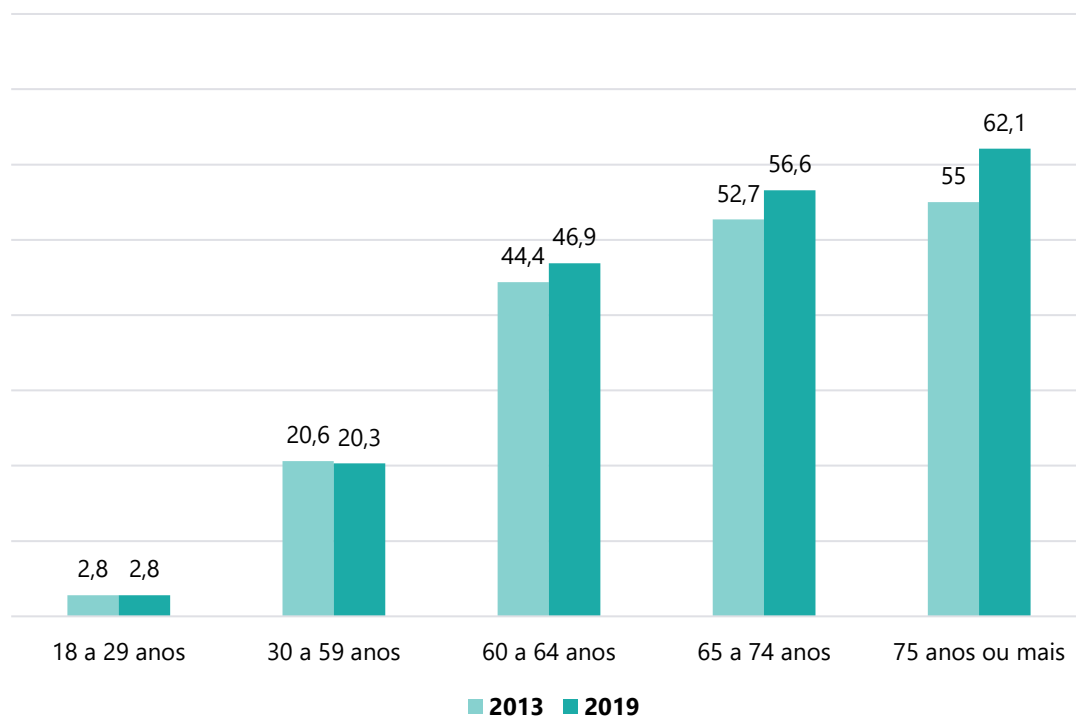
Gráfico 5.4 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de colesterol alto, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

A hipertensão arterial é um fator de risco para outras doenças cardiovasculares e, em relação ao seu diagnóstico, o percentual cresce conforme cresce também a faixa etária (Gráfico 5.5). Esta proporção é esperada, visto que a hipertensão arterial é mais comum conforme o avanço da idade. Entre aqueles de 18 a 29 anos de idade, o número permanece estável: 2,8%, o que equivale a pouco mais de 1 milhão de pessoas, enquanto entre aqueles com 75 anos ou mais, o número chega a 62,4%, isto é, mais de 5,4 milhões de pessoas.

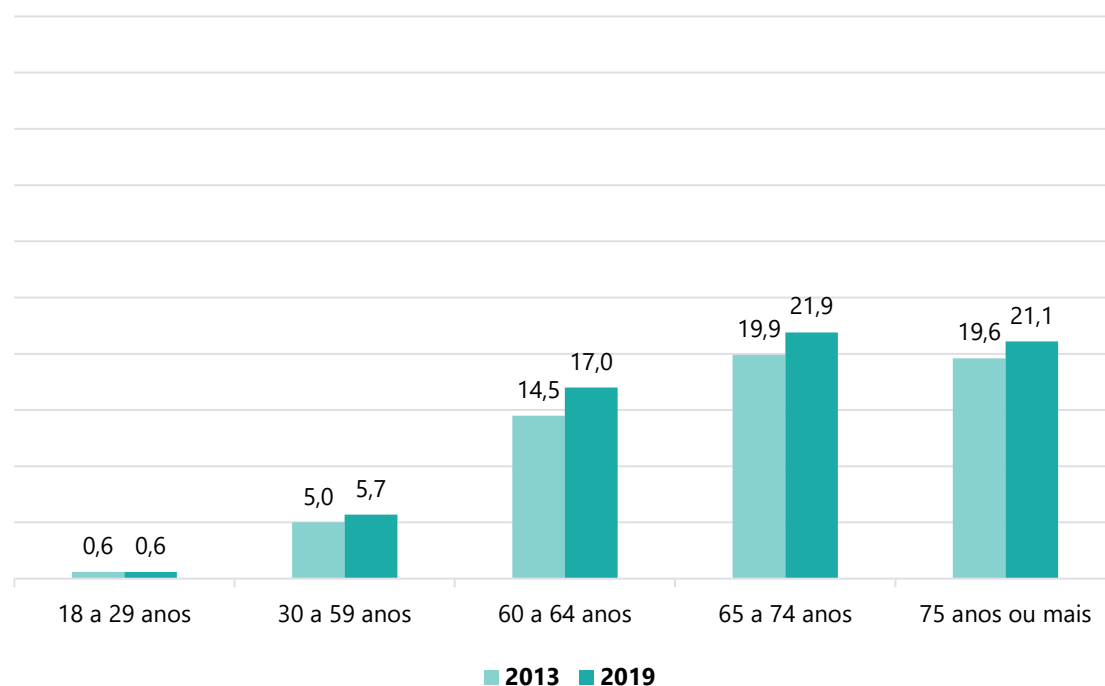
Gráfico 5.5 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de hipertensão arterial, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

Em meio às DCNTs, a diabetes mellitus é considerada uma epidemia mundial que afeta mais de 422 milhões de pessoas. No Brasil, esse total chega a 12,3 milhões (IBGE, 2020) (Gráfico 5.6). Como acontece com doenças como a hipertensão arterial, quanto maior a faixa etária, maior o número de pessoas diagnosticadas. Entre 2013 e 2019, o número de diagnósticos permaneceu estável entre os jovens de 18 a 29 anos de idade: 0,6% (mais de 220 mil pessoas).

Gráfico 5.6 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de diabetes, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019)

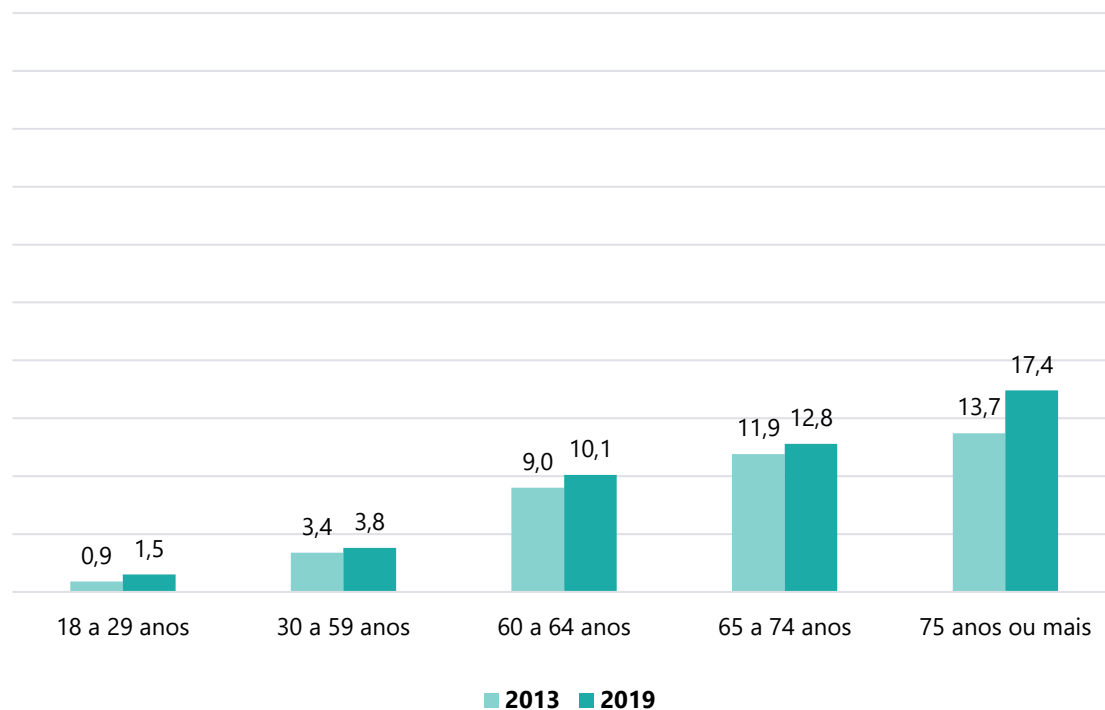


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

Por fim, de acordo com os dados da PNS (IBGE, 2014; 2020), as doenças cardiovasculares (DCV) são a principal causa de morte no Brasil. Em 2019, 8,4 milhões de pessoas com mais de 18 anos de idade foram diagnosticadas com alguma doença no coração. De acordo com dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)⁶¹, em meio aos fatores que podem sugerir o aumento das doenças cardiovasculares estão as dietas inadequadas, como excesso de sal e açúcar, o sedentarismo, o uso de tabaco e o uso de álcool (PAHO, 2022). Os jovens têm a menor taxa entre os grupos de idade, mas houve um leve aumento em relação a 2013, registrando 1,5% em 2019 — o que equivale a mais de 520 mil pessoas diagnosticadas (Gráfico 5.7).

⁶¹ Em inglês, *The Pan American Health Organization* (PAHO).

Gráfico 5.7 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade que referem diagnóstico médico de alguma doença do coração, por grupo de idade – Brasil (2013 e 2019)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

A morte prematura, a perda de qualidade de vida e os impactos econômicos são alguns dos efeitos das doenças crônicas não transmissíveis, portanto, políticas públicas voltadas para a promoção da saúde são fundamentais. Nesse sentido, no Brasil, existem ações estratégicas específicas voltadas para o estímulo das atividades físicas, para a alimentação saudável, para as advertências em relação ao consumo do tabaco e ao consumo nocivo de álcool, entre outras (BRASIL, 2010).

Considerando as evidências de aumento dos comportamentos de risco entre os adolescentes e os jovens, tanto no cenário pré, quanto pós-pandêmico (IBGE, 2020; 2019b; OMS, 2019; FIOCRUZ, 2020), apresentam-se dados sobre o tema no tópico a seguir.

5.3. Fatores de risco

Neste tópico, serão apresentados dados que englobam fatores comportamentais de risco passíveis de modificação na população jovem, como a prática insuficiente de atividade física, o tabagismo, o consumo excessivo de álcool, o excesso de peso, entre outros.

5.3.1. Atividades físicas, telas e sedentarismo

De acordo com dados da pesquisa financiada pela OMS sobre tendências globais de insuficiência de atividades físicas entre adolescentes (GUTHOLD *et al.*, 2020), no Brasil, estimou-se que 83,6% dos jovens entre 11 e 17 anos de idade não praticavam nem uma hora de atividade física ao dia em 2016. Um número extremamente alto que reflete, dentre outras causas, o crescente uso das telas, como celulares, *tablets*, computadores e outros. Em 2020, observa-se um aprofundamento deste comportamento em relação às telas durante a pandemia. A pesquisa realizada em 2020 pela Fiocruz com quase 10 mil adolescentes revelou que mais de 70% dos jovens de 16 e 17 anos passavam mais de 4 horas em frente às telas do computador, tablet ou celular como lazer, para além das aulas online (FIOCRUZ, 2020).

Entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, a PNS de 2019 indicou que 32,8% das pessoas eram insuficientemente ativas, ou seja, que não praticavam nenhuma atividade física ou praticavam menos de 150 minutos na semana. Este número apresenta uma queda em relação ao ano de 2013, quando 36,7% dos jovens dentro desta faixa etária eram insuficientemente ativos. Conseqüentemente, houve um aumento entre as pessoas de 18 a 24 anos de

idade que praticavam atividades a nível recomendado no lazer: de 35,3% em 2013 para 41,0% em 2019.

Além do sedentarismo, o excesso de peso e a obesidade podem ser fatores de risco importantes, influenciados por diversas causas: falta de acesso à alimentação adequada, tempo excessivo dedicado às telas, prática insuficiente de atividades físicas, entre outras. Em relatório publicado em 2019, a revista britânica *The Lancet*, uma das mais importantes na área de ciências médicas, destacou que o mundo tem vivido a chamada *sindemia*⁶² de obesidade, desnutrição e mudança climática (SWINBURN *et al.*, 2019). Em 2019, 33,7% das pessoas entre 18 e 24 anos tinham excesso de peso e a obesidade foi observada em 10,7%; já em 2013, os números registraram, respectivamente, 32,8% e 10,3% (IBGE, 2014; 2020).



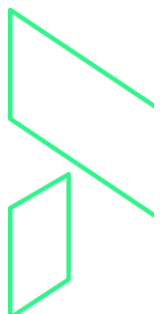
SAIBA MAIS

As atividades físicas e a prática de esportes são aspectos fundamentais para o desenvolvimento físico, social e emocional de adolescentes e jovens, e você pode clicar [AQUI](#) para conferir mais informações sobre o tema.

5.3.2. Drogas lícitas

Outro fator de risco para os jovens é o uso de cigarros, tabaco e derivados, além do consumo de álcool. O tabagismo é reconhecido como uma doença crônica causada pela dependência e é responsável pela morte de mais de 8

⁶² *Sindemia* é um termo cunhado pelo antropólogo e médico americano Merrill Singer, a partir das palavras epidemia e sinergia, para descrever as epidemias que se sobrepõem a fatores sociais, ambientais e culturais e que incitam o desenvolvimento de determinadas doenças. De acordo com o relatório, a sindemia destaca que a desnutrição, a obesidade e os impactos ambientais vêm sendo reforçados devido à ação de sistemas alimentares junto às grandes empresas alimentícias multinacionais, assegurando prioridade aos lucros em detrimento das preocupações com a saúde humana e sustentabilidade (SWINBURN *et al.*, 2019).



milhões de pessoas no mundo anualmente em decorrência da sua utilização direta e 1,2 milhões de pessoas devido à sua exposição (uso passivo) (PAHO, 2022). O tabaco também está relacionado ao desenvolvimento, não apenas da DCNT, mas de diversos tipos de câncer e outras enfermidades (OMS, 2022; INCA, 2022).

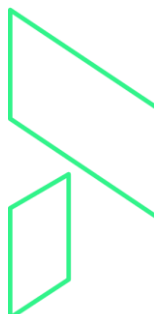
No Brasil, **a prevalência do tabagismo vem diminuindo nos últimos anos**. Na PNS (IBGE, 2014; 2020) existem dados sobre diversas formas de tabagismo, entre elas o cigarro, o tabaco e os produtos derivados do tabaco e, entre todas, pode-se observar que não há aumento no consumo entre jovens de 18 a 24 anos de idade. **Os usuários de cigarros nesta faixa etária, em 2013, eram 10,5% e passaram para 9,6% em 2019; os usuários de tabaco passaram de 10,6% para 9,5%; e aqueles que usavam produtos derivados do tabaco permaneceram em estabilidade: 10,7% para 10,8%.**

Porém, ainda que estas sejam uma redução e uma estabilidade importantes para o grupo de idade de interesse, não significa que elas sejam uniformes e homogêneas em todo o território nacional. Para ilustrar, apresenta-se a tabela relacionada aos fumantes atuais de cigarro (Tabela 5.2). Mesmo em queda, as maiores porcentagens estão nas regiões Sudeste e Sul, que ultrapassam os 10% de fumantes. Ademais, há um crescimento do número de fumantes pertencentes a esta faixa etária em diversos estados de todas as regiões do país: Rondônia, Acre, Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Ou seja, de 27 unidades federativas, em 11 delas cresceu o número de fumantes de cigarros.

Tabela 5.2 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade fumantes atuais de cigarro, segundo grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2013 e 2019)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2013					2019				
	Total	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	14,5	10,5	12,9	19,0	12,2	12,3	9,6	11,6	14,6	11,1
Norte	12,7	8,1	12,7	16,0	11,6	10,3	7,6	10,8	12,0	9,0
Rondônia	11,5	7,3	11,3	13,9	11,7	9,9	9,5	9,9	11,3	7,5
Acre	18,6	11,5	16,4	26,5	17,0	13,6	13,1	10,6	16,2	15,2
Amazonas	12,6	8,6	13,8	14,4	10,7	10,0	7,4	11,8	10,9	7,6
Roraima	13,9	13,3	13,1	15,8	12,7	11,3	9,1	12,6	12,7	7,9
Pará	12,2	7,7	12,2	15,7	11,5	9,8	6,5	10,6	11,3	8,6
Amapá	13,2	13,3	10,3	19,0	9,7	10,7	9,2	9,2	13,7	9,9
Tocantins	13,4	4,4	14,6	17,6	12,0	12,1	7,5	11,1	15,0	12,4
Nordeste	13,9	7,3	11,1	20,3	13,8	10,6	7,4	8,8	13,1	11,2
Maranhão	15,0	10,1	15,6	17,2	15,5	10,9	7,9	10,2	13,3	11,0
Piauí	16,6	8,4	15,8	22,5	15,3	10,8	7,3	10,1	12,2	12,2
Ceará	16,1	9,7	13,9	22,0	15,8	11,3	4,8	10,3	13,6	13,5
Rio Grande do Norte	12,8	6,5	12,4	17,6	11,5	10,7	10,2	7,6	14,1	10,3
Paraíba	11,5	5,7	8,0	16,9	13,2	11,2	6,9	8,5	15,5	11,1
Pernambuco	14,6	10,6	10,0	19,3	17,7	11,1	9,5	10,3	12,9	10,1
Alagoas	12,7	6,9	11,5	17,6	11,8	10,4	8,1	8,2	13,1	10,7
Sergipe	11,6	6,2	8,0	19,3	11,6	9,1	5,2	8,1	11,7	9,3
Bahia	12,6	3,1	8,3	22,8	10,3	9,7	7,2	6,5	12,6	11,0
Sudeste	14,9	12,5	13,2	19,6	10,9	12,9	11,3	12,2	15,2	11,1
Minas Gerais	17,7	13,5	15,6	23,2	14,7	12,6	11,6	11,4	14,7	11,6
Espírito Santo	13,1	7,1	14,7	16,6	8,2	10,2	8,2	10,0	11,7	9,1
Rio de Janeiro	12,5	12,6	10,0	16,9	8,6	11,9	10,0	12,7	13,0	10,5
São Paulo	14,7	12,6	13,2	19,3	10,4	13,6	12,0	12,6	16,5	11,2
Sul	15,8	14,2	15,2	17,8	14,3	14,3	10,5	15,0	16,4	12,3
Paraná	17,7	17,3	18,2	18,1	16,7	13,9	10,0	15,8	15,3	11,4
Santa Catarina	15,8	17,1	14,5	17,7	12,6	12,9	8,9	12,9	15,0	11,6
Rio Grande do Sul	14,0	8,7	12,5	17,6	13,3	15,7	12,3	15,6	18,4	13,5
Centro-Oeste	13,2	8,1	13,6	16,3	11,0	12,5	9,5	12,4	14,7	10,6
Mato Grosso do Sul	17,3	11,5	17,4	20,3	16,7	14,3	12,2	14,4	17,1	10,6
Mato Grosso	12,3	2,8	14,4	16,8	6,7	12,2	10,0	13,3	14,3	7,3
Goiás	13,3	10,0	13,0	15,8	11,9	12,9	8,1	11,8	15,6	12,9
Distrito Federal	10,6	6,4	10,9	13,3	8,7	10,5	9,8	11,2	11,4	7,8

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020).

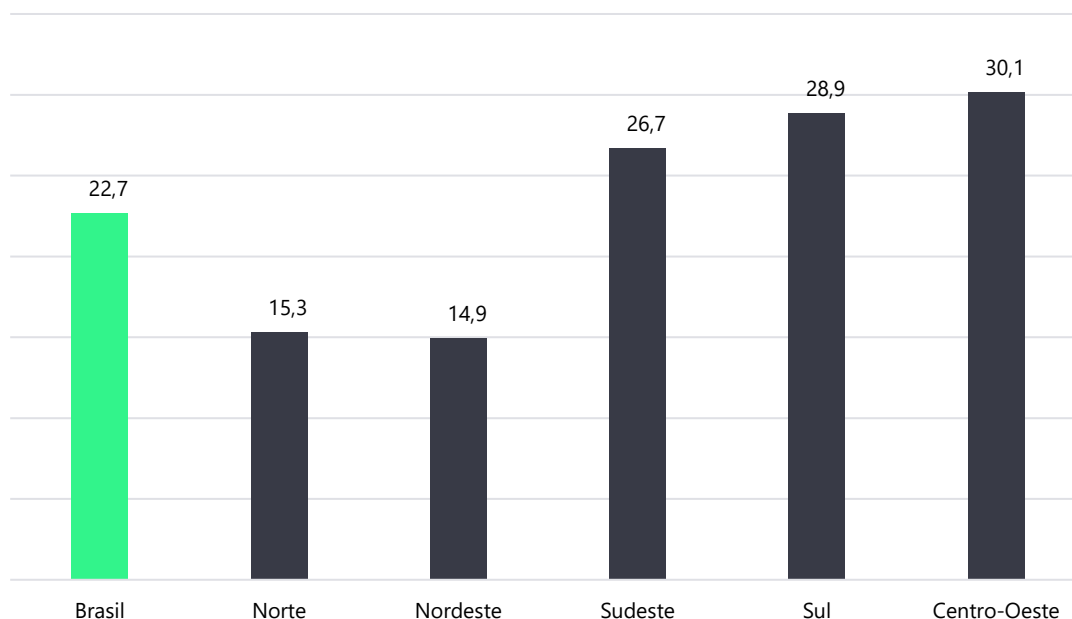


Outro aumento importante que vem se destacando entre os jovens nos últimos anos é o uso de cigarros eletrônicos. De acordo com o relatório *Covitel, Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em Tempos de Pandemia*⁶³, **pelo menos 1 em cada 5 jovens pertencentes ao grupo de idade de 18 a 24 anos faziam uso de cigarros eletrônicos no Brasil** (19,7%) no primeiro trimestre de 2022 — o maior percentual entre todas as faixas etárias.

Entre os adolescentes de 16 e 17 anos, segundo dados da PeNSE (IBGE, 2021a), em 2019, mais de 22,0% fizeram uso de cigarros eletrônicos alguma vez na vida — esse número equivale a quase 1 milhão de adolescentes nessa faixa etária (Gráfico 5.8). A região Centro-Oeste registra a maior marca com 30,1% dos jovens, seguido pela região Sul com 28,9% e pela região Sudeste com 26,7%. Nordeste e Norte registram os menores percentuais, 15,3% e 14,9% — em comparação, aproximadamente, a metade do número da região Centro-Oeste.

⁶³ Pesquisa realizada pela *Vital Strategies* e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir de articulação e financiamento da Umame, cofinanciamento do Instituto Ibirapitanga e apoio da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Gráfico 5.8 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos que alguma vez na vida experimentou cigarro eletrônico (e-cigarette) – Brasil e Grandes Regiões (2019)

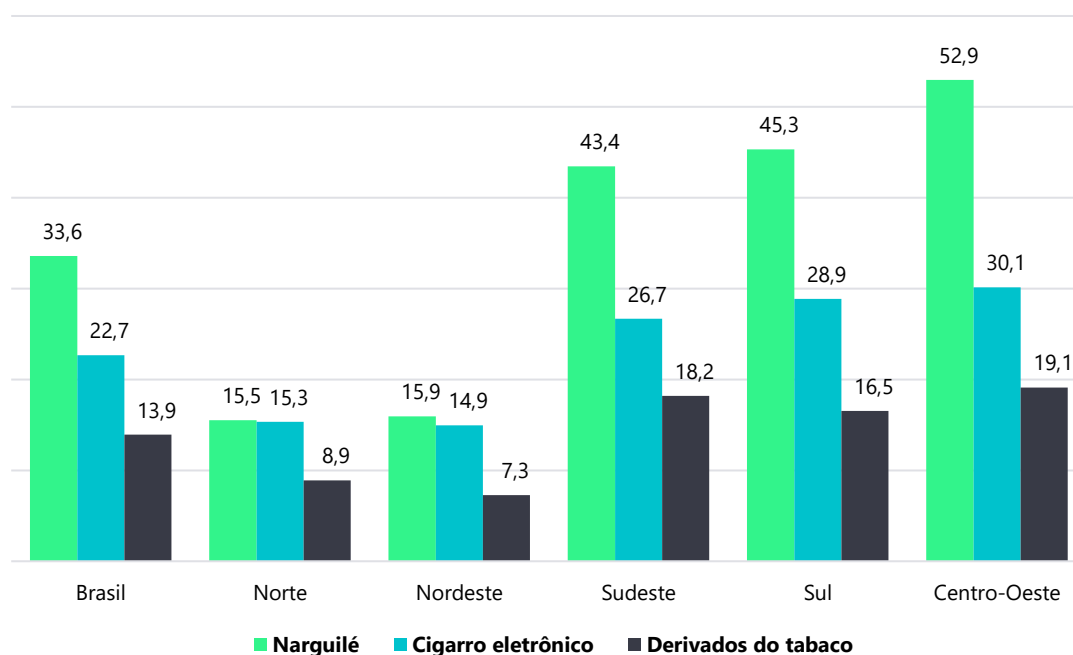


Fonte: IBGE (2021a). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Quando observados os números por tipo específico de cigarro, outra informação chama atenção. O consumo de narguilé⁶⁴ foi ainda mais alto que o de cigarros eletrônicos: 33,6% (aproximadamente 1,5 milhão) de adolescentes de 16 e 17 anos experimentaram alguma vez na vida no país (Gráfico 5.9). As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste continuam ocupando os maiores percentuais: 52,9%, 45,3% e 43,4% — diferenças entre 15 e 20 p.p. para o consumo de cigarros eletrônicos. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste possuem números praticamente iguais entre os dois tipos específicos. Os derivados de tabaco possuem os menores números em todas as regiões.

⁶⁴ "O narguilé, também conhecido como cachimbo d'água, shisha ou Hookah, é um dispositivo para fumar no qual uma mistura de tabaco é aquecida, e a fumaça gerada passa por um filtro de água antes de ser aspirada pelo fumante, por meio de uma longa mangueira" (INCA, s/d).

Gráfico 5.9 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos que alguma vez na vida experimentou narguilé, cigarro eletrônico ou derivados do tabaco – Brasil e Grandes Regiões (2019)



Fonte: IBGE (2021a). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

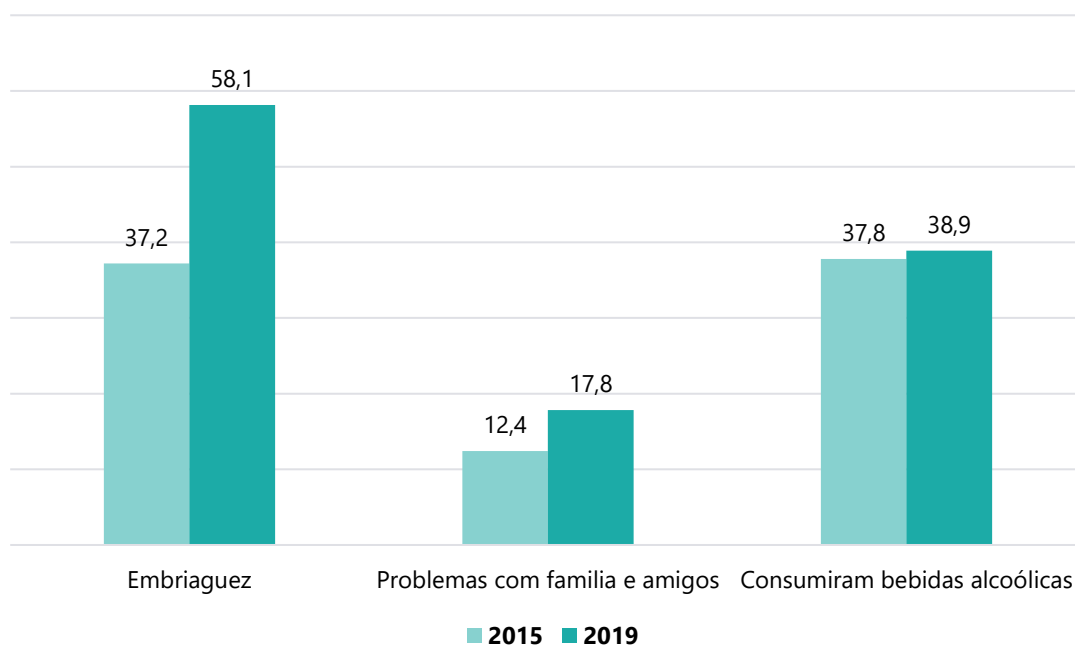
Esse é um ponto de maior atenção em relação à saúde dos jovens, uma vez que, tanto o narguilé, quanto o cigarro eletrônico, são vistos como alternativas mais saudáveis que o cigarro convencional e se popularizam a cada ano. Porém, especialistas alertam que essa não é uma verdade: o narguilé e o cigarro eletrônico possuem as mesmas substâncias tóxicas que um cigarro normal e podem se tornar ainda mais perigosos pelo tempo superior de uso que essas formas implicam (IBGE, 2021a, p.70).

Da mesma forma, como ponto de preocupação entre os mais jovens, está o uso excessivo de álcool, visto que é responsável por mais 3 milhões de mortes por ano no mundo (5,3% de todas as mortes), além de ser causa de agressões, de violência e de acidentes (IBGE, 2020).

Como mostra o Gráfico 5.10, em relação aos **jovens de 16 e 17 anos**, houve um leve aumento de 1,1 p.p. entre aqueles que **consumiram bebidas alcoólicas**

pelo menos um dia nos 30 dias anteriores da pesquisa: esse número subiu de 37,8% em 2015 para 38,9% em 2019. Os maiores aumentos estão relacionados a episódios de embriaguez e a experiência de problemas por causa do consumo de álcool. **Em 2013, 37,2% dos jovens de 16 e 17 anos de idade vivenciaram algum episódio de embriaguez. Esse número subiu para mais da metade dos adolescentes em 2019: 58,1%** relataram ter sofrido dessa situação, pelo menos, uma vez na vida. Entre aqueles que tiveram problemas com família ou amigos, perderam aulas ou brigaram, uma ou mais vezes, porque tinham bebido, houve um aumento de quase 5 p.p. — em 2015, 13,4% dos jovens relataram ter passado por alguma dessas situações; já em 2019, esse número subiu para 17,8%. Esse percentual é maior na rede privada (22,9%) do que na rede pública (17,3%) (IBGE, 2021a).

Gráfico 5.10 – Percentual de escolares com idade de 16 e 17 anos que consumiram bebidas alcoólicas pelo menos um dia nos 30 dias anteriores à pesquisa, por tipo de problema apresentado – Brasil (2015 e 2019)



Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Em relação aos jovens de 18 a 24 anos de idade, de acordo com os dados da PNS (IBGE, 2020), 30,4% costumavam consumir bebida alcoólica uma vez ou mais por semana e 22,9% relataram consumo excessivo⁶⁵ de álcool nos 30 dias anteriores à pesquisa. Em comparação com 2013, observa-se o aumento do consumo excessivo em, praticamente, todos os grupos de idades, exceto 40 a 59 anos, como mostra a Tabela 5.3. O aumento também é registrado na faixa etária de 18 a 24 anos de idade entre quase todas as unidades federativas, com exceção do Amapá e do Ceará. O crescimento mais expressivo é observado no estado do Espírito Santo, que passou de 13,9% para 28,1%, ou seja, mais de 14 p.p. O maior percentual entre as regiões, nesta faixa etária, pertence à região Sul (25,5%) e, entre os estados, está a Bahia (32,7%).



Ilustração: Storyset

⁶⁵ O consumo excessivo de álcool se refere à ingestão de cinco ou mais doses em uma única ocasião.

Tabela 5.3 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com consumo abusivo de álcool nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo grupo de idade – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2013 e 2019)

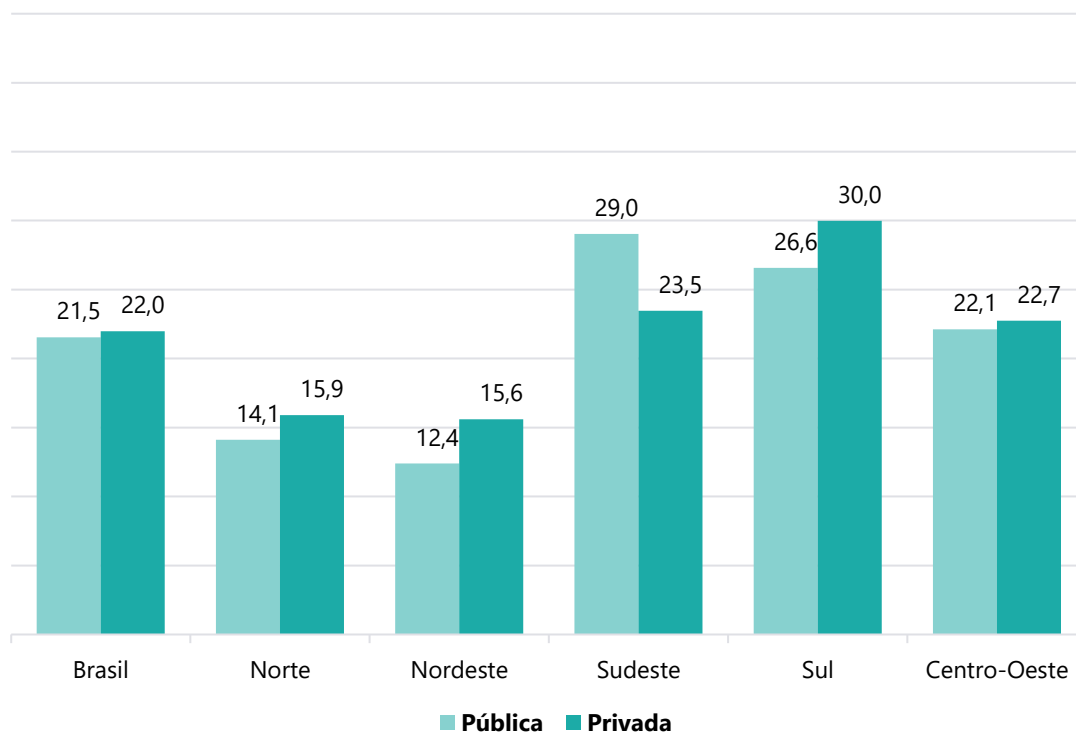
Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2013					2019				
	Total	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	13,7	17,2	18,9	12,1	4,2	17,1	22,9	23,7	16,2	5,8
Norte	14,2	15,6	18,3	12,0	5,0	16,7	19,5	21,6	15,9	5,7
Rondônia	11,1	13,3	16,9	6,8	2,9	15,0	18,1	20,0	13,5	5,3
Acre	12,4	14,8	16,1	10,0	3,2	13,7	19,3	14,9	13,4	4,4
Amazonas	13,4	11,5	17,7	13,3	2,8	13,9	11,8	18,5	14,5	5,6
Roraima	13,4	11,4	18,9	11,6	2,0	18,4	18,8	24,2	18,4	3,0
Pará	14,8	17,2	17,7	13,2	6,4	17,6	22,0	22,2	16,4	6,1
Amapá	17,6	22,4	21,1	14,0	6,0	19,3	17,4	26,3	18,0	9,0
Tocantins	15,9	18,1	24,2	10,7	5,1	20,5	30,3	28,0	19,3	4,3
Nordeste	15,6	17,8	20,6	14,6	5,6	17,3	22,7	23,6	16,6	5,5
Maranhão	13,0	15,6	17,3	10,1	5,3	16,0	18,6	22,1	15,9	3,1
Piauí	17,0	25,9	21,9	15,3	3,3	19,2	27,8	27,8	17,5	4,5
Ceará	14,2	15,8	18,3	13,2	7,7	14,4	13,8	18,9	16,4	5,3
Rio Grande do Norte	16,5	17,3	23,6	15,3	4,1	20,1	25,8	26,4	18,7	8,8
Paraíba	10,9	11,9	16,5	8,5	4,0	16,0	20,2	20,7	16,9	5,3
Pernambuco	15,1	18,0	19,1	15,1	4,6	15,5	19,5	22,1	14,7	4,6
Alagoas	14,7	15,2	19,5	14,4	5,0	13,6	15,8	18,9	13,4	4,2
Sergipe	15,1	17,2	19,2	14,6	4,3	23,7	26,8	32,9	22,0	8,3
Bahia	18,9	20,5	24,8	18,2	6,5	20,0	32,7	26,9	17,3	6,5
Sudeste	12,8	16,4	18,2	11,6	4,0	17,4	22,9	24,8	16,6	6,3
Minas Gerais	14,0	16,8	20,6	12,4	3,7	17,2	20,6	25,6	16,8	6,0
Espírito Santo	11,5	13,9	15,9	10,2	3,6	18,2	28,1	24,2	16,2	6,3
Rio de Janeiro	13,5	18,8	15,4	15,1	4,3	17,0	22,5	23,7	16,8	7,9
São Paulo	12,1	15,4	18,4	10,1	4,1	17,5	23,6	24,9	16,5	5,7
Sul	11,1	17,9	16,3	8,4	2,4	14,7	25,5	20,2	13,4	4,0
Paraná	10,6	15,3	15,7	7,9	2,3	14,6	24,3	19,2	13,0	4,7
Santa Catarina	11,4	16,7	14,8	10,1	1,7	15,0	23,3	20,0	14,8	4,8
Rio Grande do Sul	11,4	21,7	17,7	7,7	2,7	14,5	28,6	21,3	13,1	3,0
Centro-Oeste	16,2	20,4	21,7	14,4	3,9	19,6	24,0	26,8	18,0	7,0
Mato Grosso do Sul	18,4	25,3	24,3	15,6	3,6	21,7	27,6	29,3	20,5	8,5
Mato Grosso	14,0	18,9	20,5	10,6	3,5	21,5	25,0	31,1	18,7	6,3
Goiás	16,6	21,4	22,6	14,4	4,1	17,9	24,0	23,7	16,7	6,8
Distrito Federal	15,5	15,1	18,4	17,8	4,1	19,4	20,3	26,9	18,0	7,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020)

5.3.3. Drogas ilícitas

O uso de drogas ilícitas em algum momento da vida entre jovens de 16 e 17 anos cresceu em relação ao ano de 2015 quando registrou 16,6%: em 2019, o número chegou a 21,6%, sendo que 4,0% tinham feito o primeiro uso antes dos 13 anos de idade, em 2019. Sob a ótica das dependências administrativas, nota-se no Gráfico 5.11, que o percentual dos jovens que experimentaram drogas ilícitas alguma vez na vida foi levemente maior nas redes privadas de ensino, entre quase todas as regiões. A região Sul conta com os maiores percentuais, 30,0% na rede privada e 26,6% na rede pública. A região Sudeste, a única em que o número foi maior na rede pública, registrou 29,0% e 23,5% na rede privada (IBGE, 2021a).

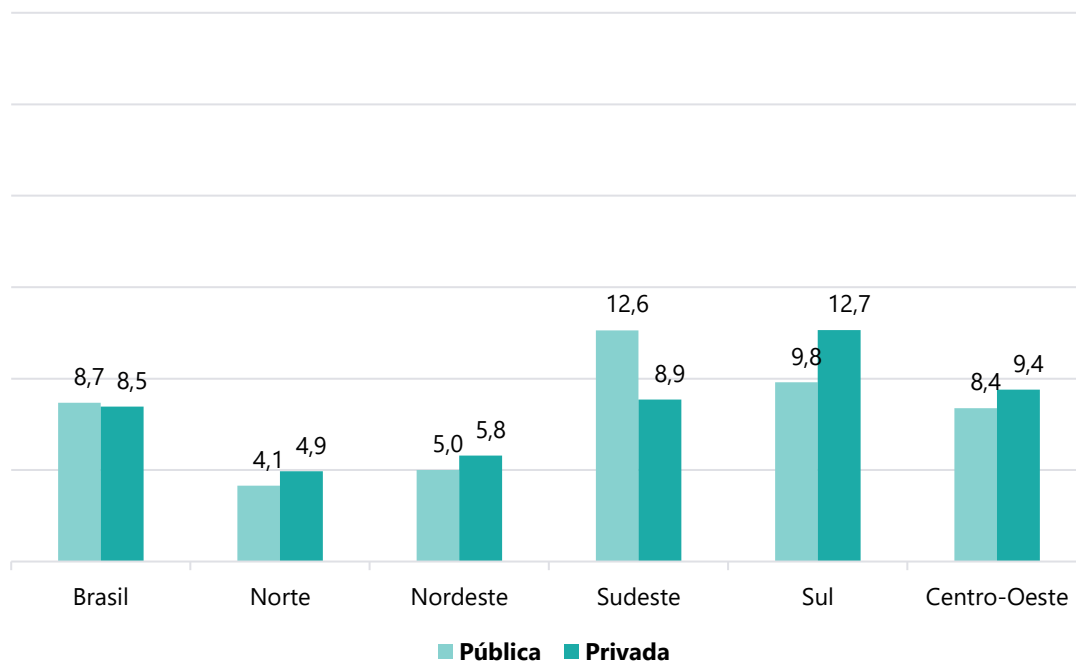
Gráfico 5.11 – Percentual de escolares com idade de 16 e 17 anos que experimentaram drogas ilícitas alguma vez na vida – Brasil e Grandes Regiões (2019)



Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

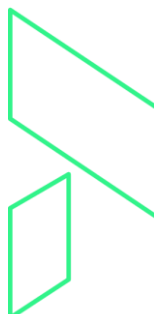
O número de jovens que fizeram uso de alguma droga ilícita nos 30 dias anteriores à pesquisa também cresceu: em 2015, foram 7,4% dos jovens entre 16 e 17 anos de idade; em 2019, o número passou para 8,7%. Entre dependências administrativas, o comportamento se repete: entre quase todas as regiões, o percentual foi maior entre os jovens de 16 e 17 anos que estudavam na rede privada. A região Sul, novamente, aparece com o maior percentual: 12,7% na rede privada e 9,8% na rede pública; e a região Sudeste, é a única em que a rede pública (12,6%) tem maior número do que a rede privada (8,9%).

Gráfico 5.12 – Percentual de escolares com idade de 16 e 17 anos que usaram drogas ilícitas nos 30 dias anteriores à pesquisa – Brasil e Grandes Regiões (2019)



Fonte: IBGE (2021a). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

O conjunto de dados e informações apresentado no decorrer da seção, reforça o período da adolescência e da juventude como fundamental no desenvolvimento da saúde dos indivíduos e como os hábitos e as circunstâncias são influências cruciais na sua qualidade de vida. Compreender a situação atual e



as tendências para o futuro é de extrema importância para direcionar ações e práticas efetivas a fim de reduzir os fatores de risco e de vulnerabilidade, além de proteger a saúde dessa população.

5.4. Saúde mental

A saúde mental está relacionada ao bem-estar social, mental e físico, e é influenciada não apenas por características individuais, mas também por fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais (OPAS, s/d). Em relação à juventude, esta é uma questão de alerta entre os especialistas. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que, no mundo, uma em cada sete pessoas entre 10 e 19 anos experienciam transtornos relacionados à saúde mental. Além disso, indicam que as condições de saúde mental são responsáveis por 13% da carga global de doenças e lesões em pessoas desta faixa etária, além do suicídio aparecer como a quarta principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 29 anos (OMS, s/d; BRASIL, 2021b). Para esta seção, são selecionados dados sobre características comportamentais, depressão, *bullying*, lesões autoprovocadas e suicídio para apresentar um panorama geral destas questões entre a juventude.

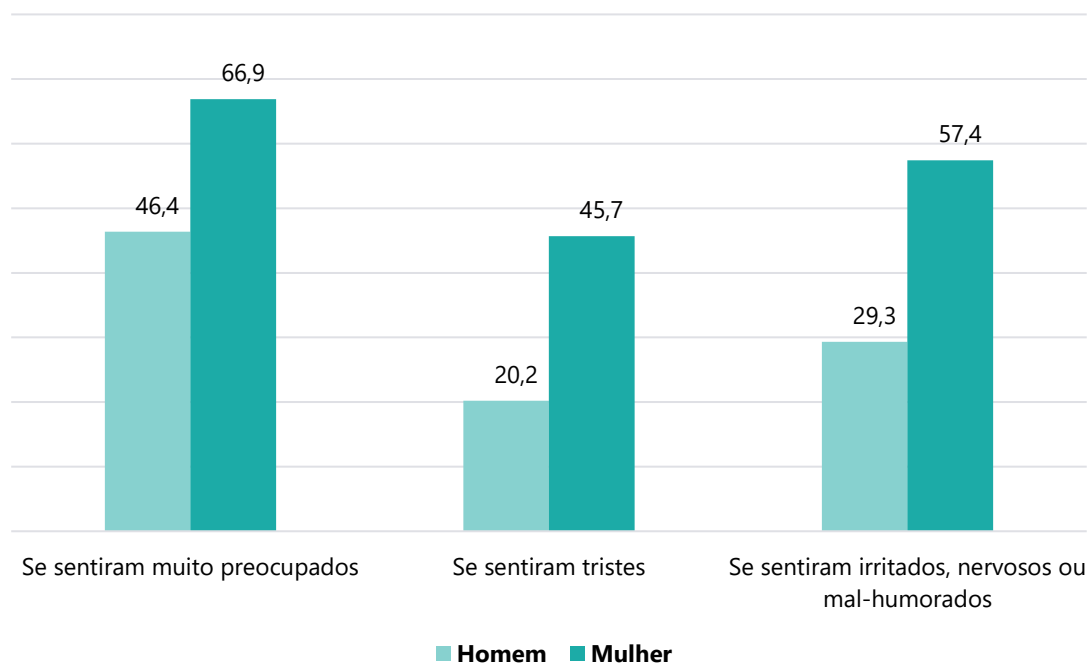
5.4.1. Comportamento, depressão e *bullying*

A partir de dados da PeNSE (2021a), pesquisa que também investigou aspectos da saúde mental de adolescentes do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, entre os **jovens de 16 e 17 anos de idade, 56,8% se sentiram muito preocupados com as coisas comuns do dia a dia na maioria das vezes ou sempre, 33,1% se sentiram tristes na maioria das vezes ou sempre e 43,6% se**

sentiram irritados, nervosos ou mal-humorados na maioria das vezes ou sempre.

No Gráfico 5.13, em relação aos três pontos anteriores, nota-se que a diferença entre homens e mulheres pode chegar a mais de 28,1 p.p. Em comparação, 66,9% das adolescentes de 16 e 17 anos se sentiram muito preocupadas, ao passo que 46,4% dos rapazes da mesma faixa etária relataram o mesmo. Enquanto 20,2% dos jovens do sexo masculino se sentiram tristes na maioria das vezes ou sempre, o número entre as jovens mulheres foi de 45,7%, ou seja, mais que o dobro em relação aos homens. Por fim, 57,4% das jovens adolescentes relataram que se sentiram irritadas, nervosas ou mal-humoradas na maioria das vezes ou sempre, ao passo que o percentual entre os jovens do sexo masculino não chegou a 30%.

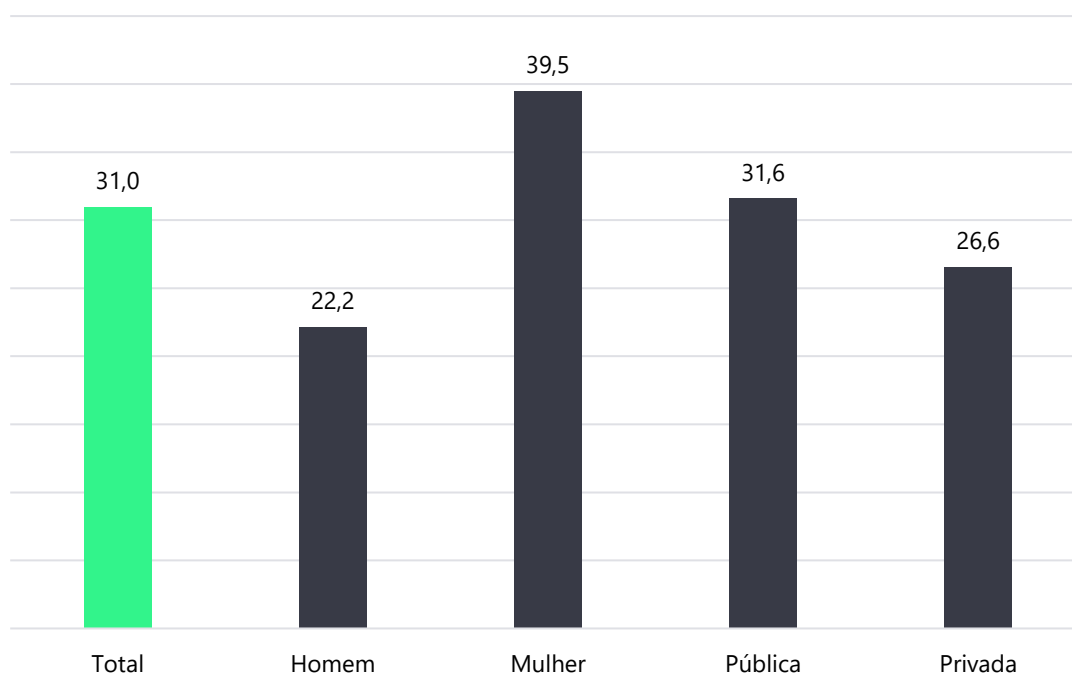
Gráfico 5.13 – Percentual de jovens de 16 e 17 anos que se sentiram muito preocupados, se sentiram tristes ou se sentiram irritados, nervosos ou mal-humorados na maioria das vezes ou sempre, por sexo – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Além disso, 31,0% dos adolescentes entre 16 e 17 anos disseram acreditar que ninguém se preocupava com eles na maior parte do tempo. Da mesma maneira, no Gráfico 5.14, as jovens mulheres também aparecem com o maior percentual: 39,5% em comparação a 22,2% dos jovens do sexo masculino. Ao adicionar os dados sobre dependência administrativa escolar, a proporção na rede pública é maior que na rede privada, respectivamente, 31,6% e 26,6%.

Gráfico 5.14 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos que sentiram que ninguém se preocupava com eles(as) na maioria das vezes ou sempre, nos 30 dias anteriores à pesquisa, por sexo e dependência administrativa da escola – Brasil (2019)

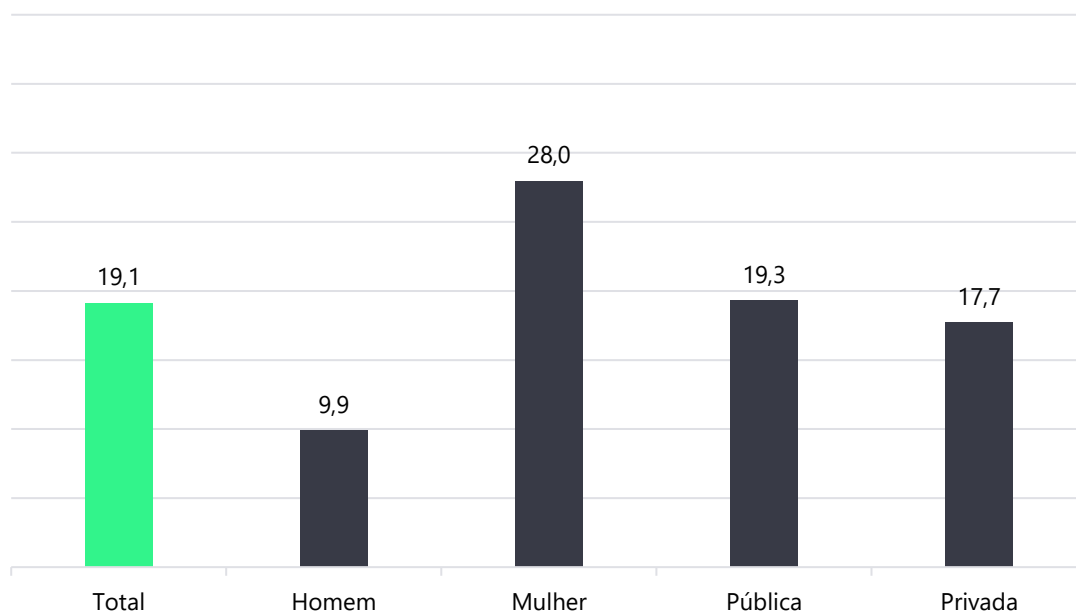


Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Em relação à própria saúde mental, 19,1% dos escolares na mesma faixa etária a avaliaram negativamente (Gráfico 5.15). Seguindo as tendências anteriores, as jovens mulheres continuam com os maiores números: 28,0% delas avaliaram sua saúde mental negativamente, em comparação a 9,9% dos homens no mesmo grupo de idade — uma diferença de, aproximadamente, 17 p.p. Entre

as dependências administrativas, na rede pública o percentual foi de 19,3 e na rede privada de 17,7.

Gráfico 5.15 – Percentual de escolares de 16 e 17 anos cuja autoavaliação em saúde mental foi negativa, nos 30 dias anteriores à pesquisa, por sexo e dependência administrativa da escola – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021a). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Em relação aos diagnósticos de depressão entre os demais grupos de idade, de acordo com a PNS (IBGE, 2014; 2020), houve um crescimento de 2,6 p.p. no Brasil nos anos de 2013 e 2019. Este aumento se deu em todos os grupos de idade acima de 18 anos e em todas as regiões do país. **Em relação ao grupo de interesse de pessoas entre 18 e 29 anos de idade, foi registrado um aumento de 2,0 p.p., passando de 3,9% para 5,9%, o que equivale a um aumento de mais de 500.000 mil diagnósticos e alcança mais de 2 milhões de jovens em 2019** — ainda assim, é o grupo de idade com menor número. A faixa etária mais atingida é a de 60 a 64 anos, com 13,2% de pessoas.

No Gráfico 5.16, observa-se os números referentes a essa faixa etária em termos regionais: o maior crescimento foi observado na região Sudeste com 3

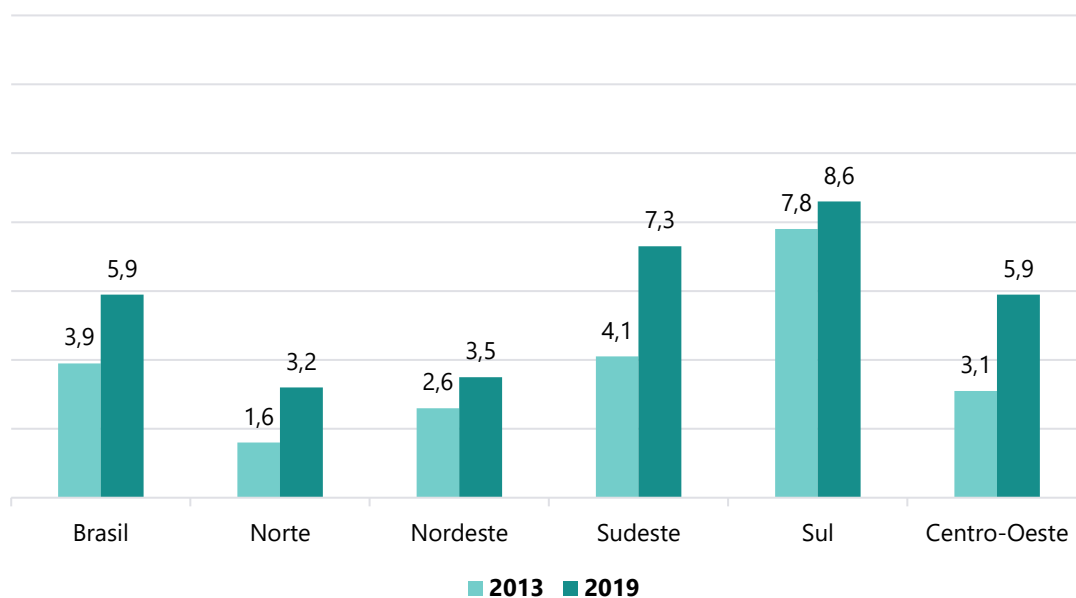
p.p. (7,3%), chegando ao segundo maior índice entre as regiões, ficando atrás apenas da região Sul que conta com 8,6% dos diagnósticos. O Centro-Oeste também atingiu um aumento significativo e chegou a 5,9% em 2019. As regiões com menores percentuais são a Norte e Nordeste, respectivamente, com 1,6% e 3,2%. Vale pontuar que os dados levantados pela pesquisa indicam uma proporção maior de diagnósticos emitidos por clínicas privadas, para pessoas brancas e do sexo feminino.⁶⁶ As disparidades regionais podem ser produtos de uma série de fatores, como menor concentração populacional, menor concentração de profissionais e/ou menor concentração de estruturas específicas de saúde mental.



Ilustração: Storyset

⁶⁶ C.f. Pesquisa Nacional de Saúde: 2019. Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal (2020, p. 70). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101764.pdf>

Gráfico 5.16 – Percentual de pessoas de 18 a 29 anos de idade que referem diagnóstico de depressão por profissional de saúde mental – Brasil e Grandes Regiões (2013 e 2019)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2014; 2020). Elaboração própria.

Entre os diagnosticados com depressão, o percentual de pessoas de 18 a 29 anos de idade que possuía um grau intenso ou muito intenso de limitações das atividades devido à depressão era de 12,2% em 2019, mais de 250 mil pessoas — um aumento de 2,2 p.p. em relação à 2013. Diferente dos números relativos à depressão, que atinge em menor proporção a faixa etária citada, no caso da incapacitação das atividades cotidianas, este grupo (18 a 29 anos) é o segundo maior atingido, ficando atrás apenas da faixa etária de 30 a 59 anos de idade que registra 13,1%.

Também em relação às pessoas diagnosticadas com depressão, houve uma queda daqueles entre 18 e 29 anos de idade que faziam uso de medicamentos: em 2013, esse número era de 43,0% e passou para 32,5% em 2019, uma queda significativa de mais de 10 p.p. Esta redução também foi

observada entre as pessoas de 30 a 59 anos de idade, enquanto para os demais grupos houve um aumento do uso de medicamentos (IBGE, 2014; 2020).

A pandemia de Covid-19, que teve início em 2020, elevou a necessidade de serviços voltados para a saúde mental. De acordo com a recente publicação, *Life in lockdown: child and adolescent mental health and well-being in the time of COVID-19s* (SHARMA *et al.*, 2021)⁶⁷, produzido pela UNICEF, que reuniu estudos internacionais sobre o tema, evidências anteriores à pandemia sugerem que o isolamento social e a solidão aumentam os riscos para a depressão em crianças e adolescentes. No contexto pandêmico, não só de isolamento social, mas de incertezas sobre o futuro, pesquisas recentes indicaram um aumento nos sintomas depressivos e ansiosos entre as crianças e os adolescentes (SHARMA *et al.*, 2021).

Além dos efeitos das condições impostas pela pandemia nos últimos dois anos, outra discussão tem pautado as pesquisas sobre saúde mental dos adolescentes e jovens nas últimas décadas: o uso das redes sociais. Evidências encontradas por uma série de pesquisas relacionam o uso de celulares e de redes sociais ao aumento do sofrimento mental, de comportamentos de automutilação e de suicídio entre os jovens. Isto porque as redes sociais podem afetar negativamente a maneira pela qual os jovens se enxergam e como se relacionam interpessoalmente, com práticas como o *bullying* e o *cyberbullying*⁶⁸, por exemplo, além de promover a naturalização de comportamentos de autoagressão e suicidas (ABI-JAOUDE; NAYLOR, PIGNATIELLO, 2020).⁶⁹

⁶⁷ Em tradução livre, "Vida em confinamento: saúde mental e bem-estar de crianças e adolescentes em tempos de Covid-19".

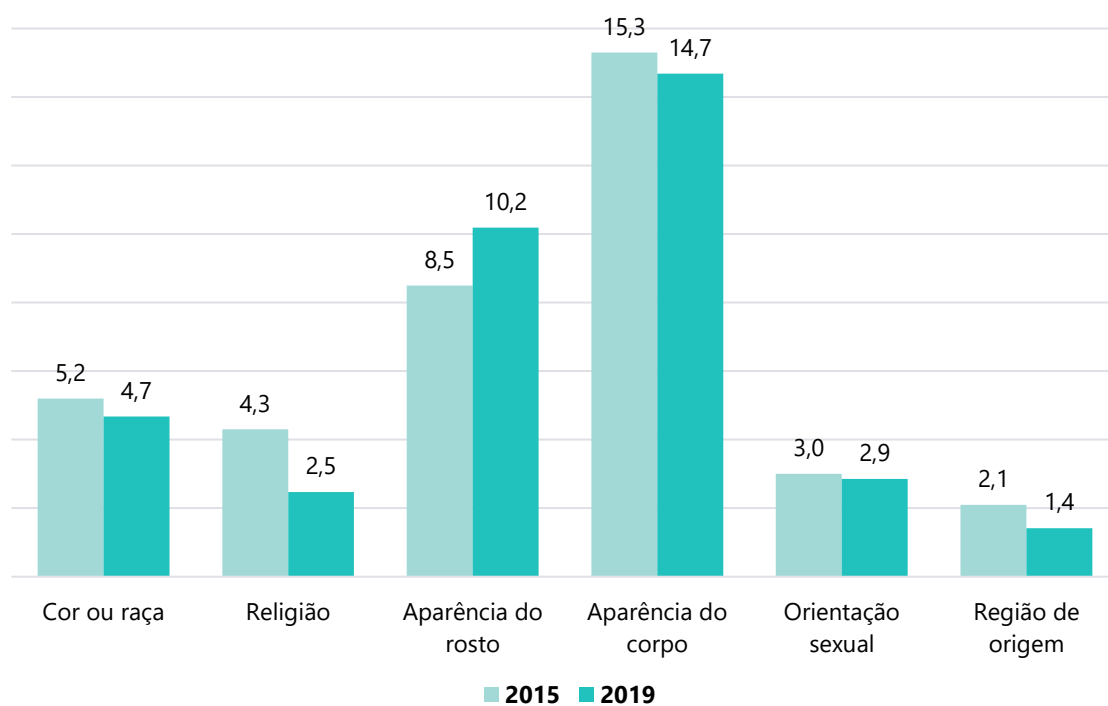
⁶⁸ Prática do *bullying* por meio das redes e dos ambientes virtuais.

⁶⁹ Ver mais em Marchant *et al.* (2017), RSPH (2017), Nesi (2020).

Em 2019, segundo informações coletadas pela PeNSE (IBGE, 2021a), 11,7% dos jovens de 16 e 17 anos afirmaram que zombaram, intimidaram ou caçoaram de algum(a) colega da escola tanto que ele(a) ficou magoado(a), aborrecido(a), ofendido(a) ou humilhado(a). Ao passo que, **o percentual de jovens no mesmo grupo de idade que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola por duas ou mais vezes nos 30 dias anteriores à pesquisa foi de 23,0%.**

Como mostra o Gráfico 5.17, os **motivos** para a prática do *bullying* são diversos: 14,7% das vezes os jovens se sentiram humilhados pela aparência do corpo, 10,2% pela aparência do rosto e 4,7% pela cor ou raça dos jovens. Em seguida, os motivos foram elencados por orientação sexual (2,9%), por motivos religiosos (2,5%) e pela região de origem (1,4%).

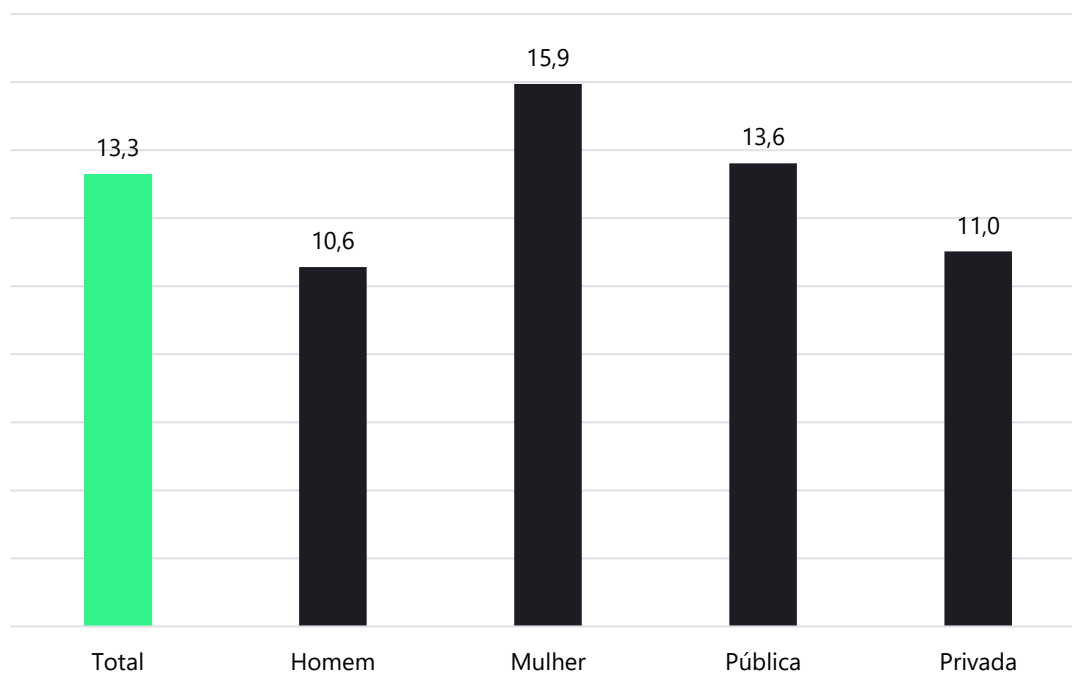
Gráfico 5.17 – Percentual de escolares de 16 a 17 anos que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola nos 30 dias anteriores à pesquisa, por motivo/causa da humilhação – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021a). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

O percentual de jovens de 16 e 17 anos de idade que se sentiram ameaçados, ofendidos ou humilhados nas redes sociais ou aplicativo de celular foi de **13,3%**. Os maiores alvos são do sexo feminino com 15,9%, em comparação a 10,6% dos homens. Observou-se que 13,6% aconteceram em escolas da rede pública e 11% na rede privada de ensino.

Gráfico 5.18 – Percentual de escolares de 16 a 17 anos, que se sentiram ameaçados, ofendidos ou humilhados nas redes sociais ou aplicativo de celular, nos 30 dias anteriores à pesquisa – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021a). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

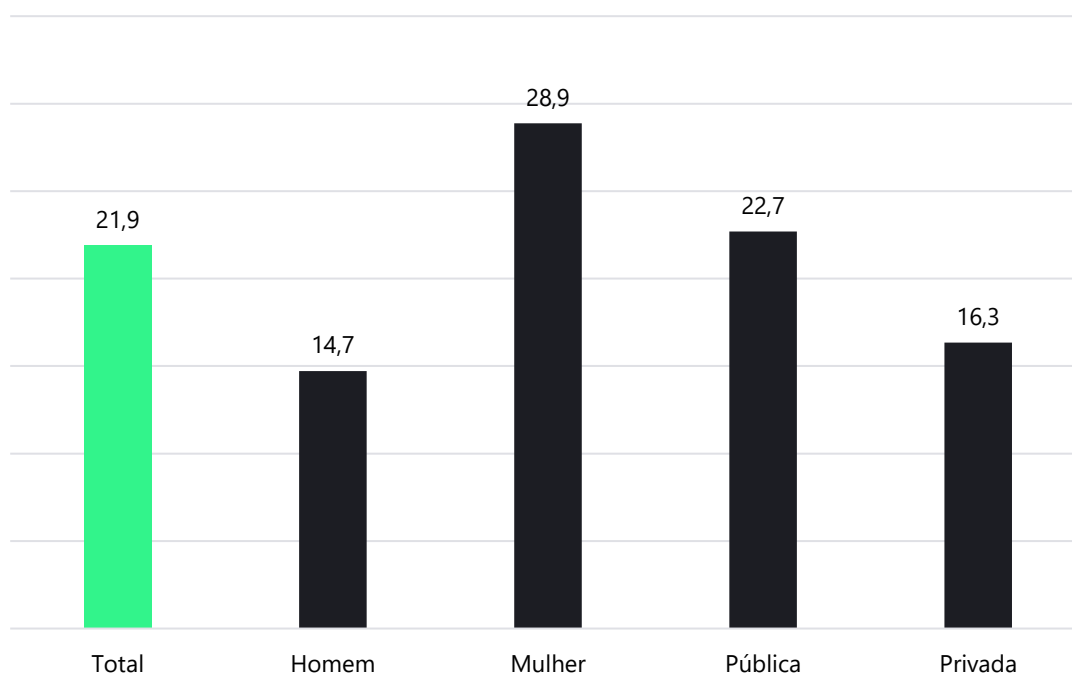
5.4.2. Lesões autoprovocadas e suicídios

Em relação aos comportamentos relacionados às lesões autoprovocadas e ao suicídio, as evidências indicam crescimento nos últimos anos. Entretanto, as informações apresentadas a seguir não serão relacionadas ao período de

pandemia, visto que os dados sobre o assunto ainda são incipientes. Em referência a anos anteriores, dados da OMS (PAHO, s/d) **destacam que o suicídio é a segunda maior causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos e 79% deles são observados em países de baixa e média renda.** Esse tipo de violência auto infligida é ainda mais complexo devido à confluência de circunstâncias e fatores que o envolve.

Um dado crítico divulgado pela PeNSE (IBGE, 2021a) mostra **que 21,9% dos jovens de 16 e 17 anos entrevistados pela pesquisa afirmaram sentir que a vida não valia a pena ser vivida** (Gráfico 5.19). Essa resposta foi dada por 28,9% das mulheres dessa mesma faixa etária e por 14,7% dos homens. Em relação às dependências administrativas, 22,7% dos jovens estudavam na rede pública e 16,3% deles estudavam na rede privada. Além disso, 4,1% dos jovens nessa mesma faixa etária relataram episódios de autoagressão (IBGE, 2021a).

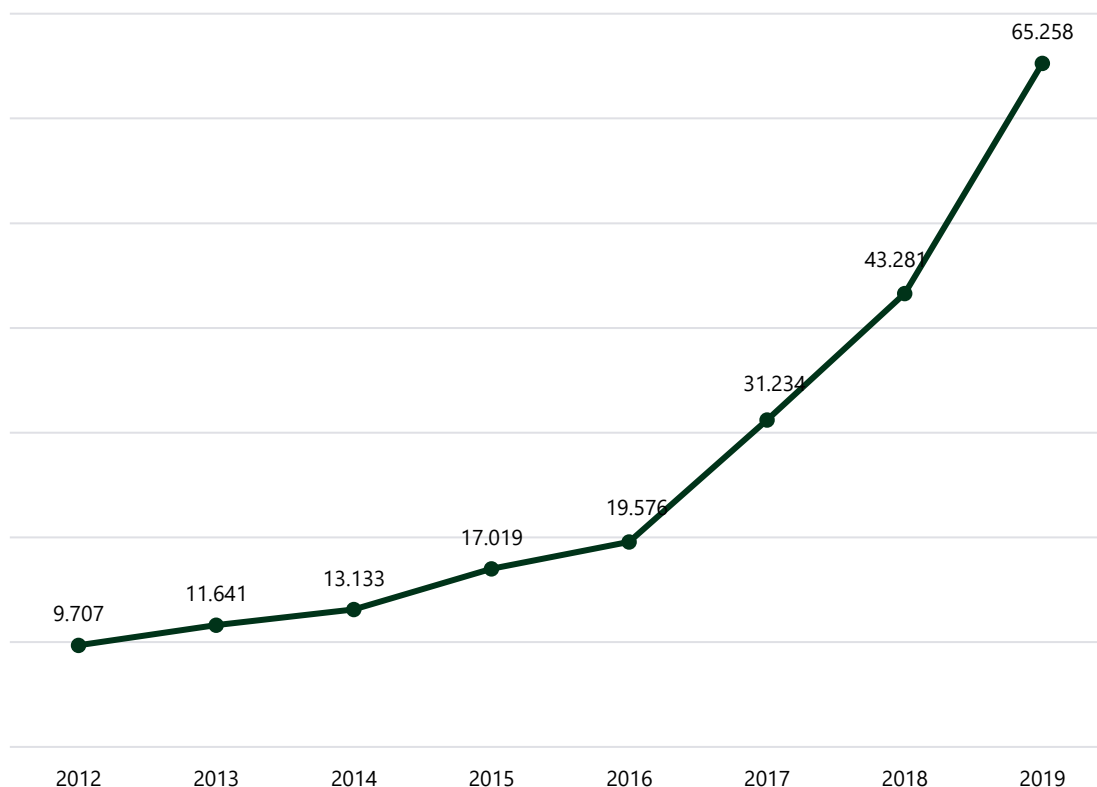
Gráfico 5.19 – Percentual de escolares de 16 a 17 anos que sentiram que a vida não vale a pena ser vivida na maioria das vezes ou sempre, nos 30 dias anteriores à pesquisa, por sexo e dependência administrativa da escola – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Nesse sentido, de acordo com dados obtidos pelo DataSUS, de 2012 a 2019 houve um **crescimento contínuo nas notificações de lesões autoprovocadas entre jovens de 15 a 29 anos de idade**, passando de 9.707 casos em 2012 para 65.258 no último ano do período. Ou seja, um número quase sete vezes maior. Entre os anos, o maior aumento foi observado de 2018 a 2019 com mais de 20 mil novos casos.

Gráfico 5.20 – Número de lesões autoprovocadas entre jovens de 15 a 29 anos – Brasil (2012-2020)

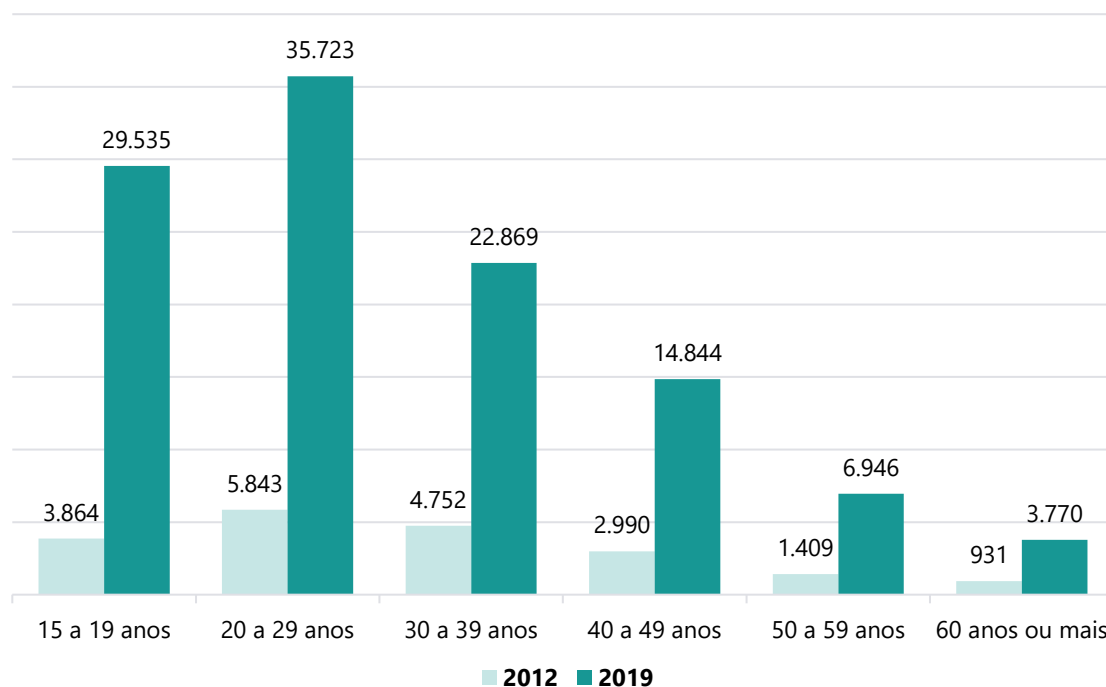


Fonte: DataSUS (2012-2019). Elaboração própria.

Quando são observados os números para diferentes faixas etárias, fica ainda mais evidente que os maiores afetados pela violência autoprovocada são os jovens de 20 a 29 anos de idade, seguidos pelos adolescentes de 15 a 19 anos

— com, respectivamente, 35.753 e 29.535 casos em 2019 (Gráfico 5.21). O aumento dos números de 2012 e 2019 foi observado entre todos os grupos de idade.

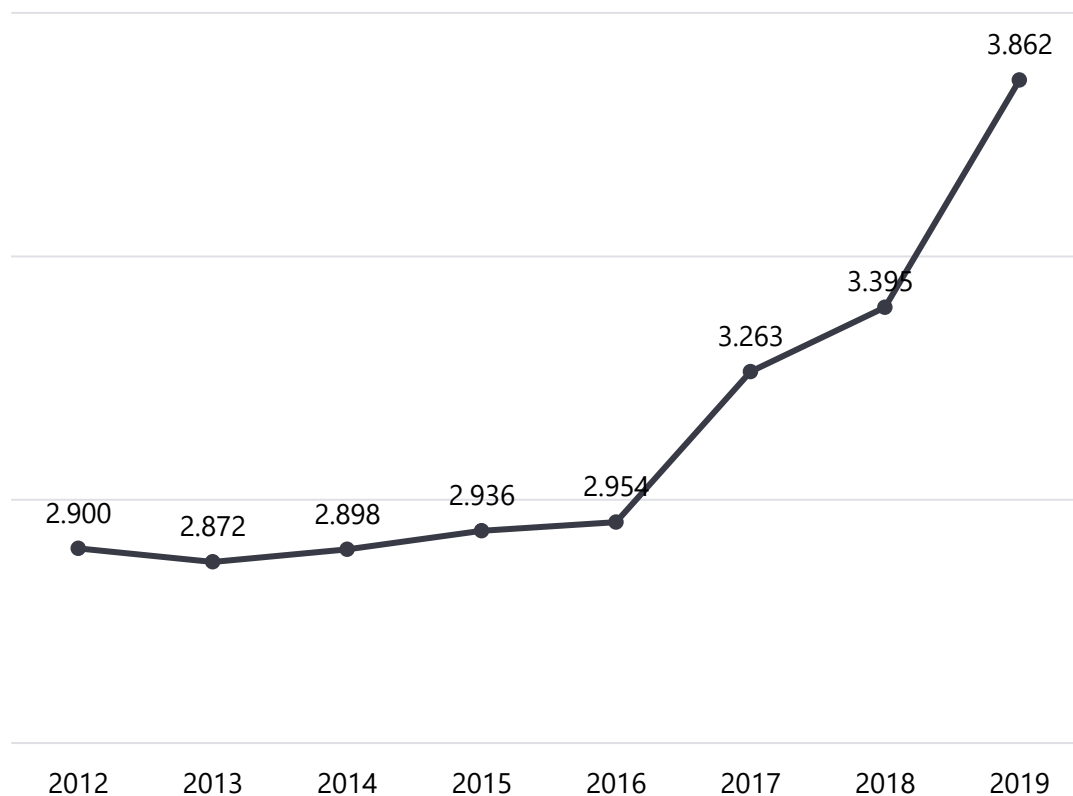
Gráfico 5.21 – Número de lesões autoprovocadas por grupo de idade – Brasil (2012 e 2020)



Fonte: DataSUS (2012; 2019). Elaboração própria.

No Gráfico 5.22, de acordo com informações do Atlas da Violência, também com base nos dados do DataSUS, houve um **acréscimo de quase mil ocorrências de suicídio entre jovens no período de 2012 a 2019, totalizando 3.862 óbitos no último ano**. Nota-se que, de 2012 a 2016, há uma certa estabilidade dos números, porém, a partir de 2017, verifica-se um aumento consistente dos casos.

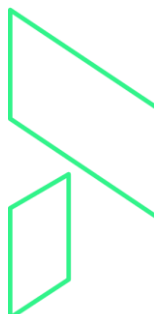
Gráfico 5.22 – Número de suicídios entre jovens de 15 a 29 anos – Brasil (2012-2019)



Fonte: Adaptado de Cerqueira *et al.*, (2021).

O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, ao analisar a mortalidade por suicídio e as notificações de lesões autoprovocadas no país no mesmo período, demonstrou que há maior risco de morte por suicídio entre homens e destacou o aumento na taxa de suicídio entre os jovens. Por sua vez, o perfil das notificações de lesões autoprovocadas foi de pessoas brancas, do sexo feminino, com baixo grau de instrução e de 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2021b).

Em relação ao crescimento da taxa de suicídio entre jovens, faixa etária de interesse desse documento, o boletim pontua a **adolescência e o início da fase adulta como um período propenso ao início de comportamentos suicidas**. A publicação também aponta que fatores geracionais podem contribuir para o aumento dos números, por serem jovens mais suscetíveis e possuírem menos



mecanismos para lidar com adversidades, além de chamar atenção para riscos ainda maiores envolvendo grupos em vulnerabilidade (LGBTQIA+, migrantes, refugiados, povos indígenas, como exemplos) (BRASIL, 2021b).

Com base nos dados apresentados, fica evidente a urgência de ações preventivas, de qualificação de profissionais e de atendimento dos serviços públicos de saúde, bem como a identificação de riscos e grupos de vulnerabilidade, e de combate ao estigma. Em suma, é fundamental priorizar o fortalecimento das redes de proteção dos jovens, principalmente considerando suas questões socioemocionais a fim de aumentar a resiliência e desenvolver as habilidades necessárias para lidar com as situações impostas pela contemporaneidade.

5.5. Saúde Sexual e Reprodutiva

A sexualidade é parte constitutiva dos indivíduos e essencial ao se considerar a saúde dos jovens e adolescentes. Este tópico, portanto, busca fornecer dados relacionados à saúde sexual e reprodutiva da juventude, considerando a importância da temática em relação aos aspectos de prevenção e de promoção da saúde. Para tanto, o foco da análise consiste em mapear os pontos de atenção e as problemáticas de impacto mais presentes nesse grupo de idade. Assim, serão apresentados dados referentes às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e à gravidez na adolescência.

As ISTs são um problema de saúde pública no mundo todo, atingem a vida de milhões de pessoas e trazem consequências para a saúde reprodutiva, complicações na gestação no parto, infertilidade, morte e outros agravos. A OMS estima a incidência de ISTs em 376,4 milhões de pessoas, sendo 156,0 milhões de casos de tricomoníase, 127,2 milhões de casos de clamídia, 86,9 milhões de casos

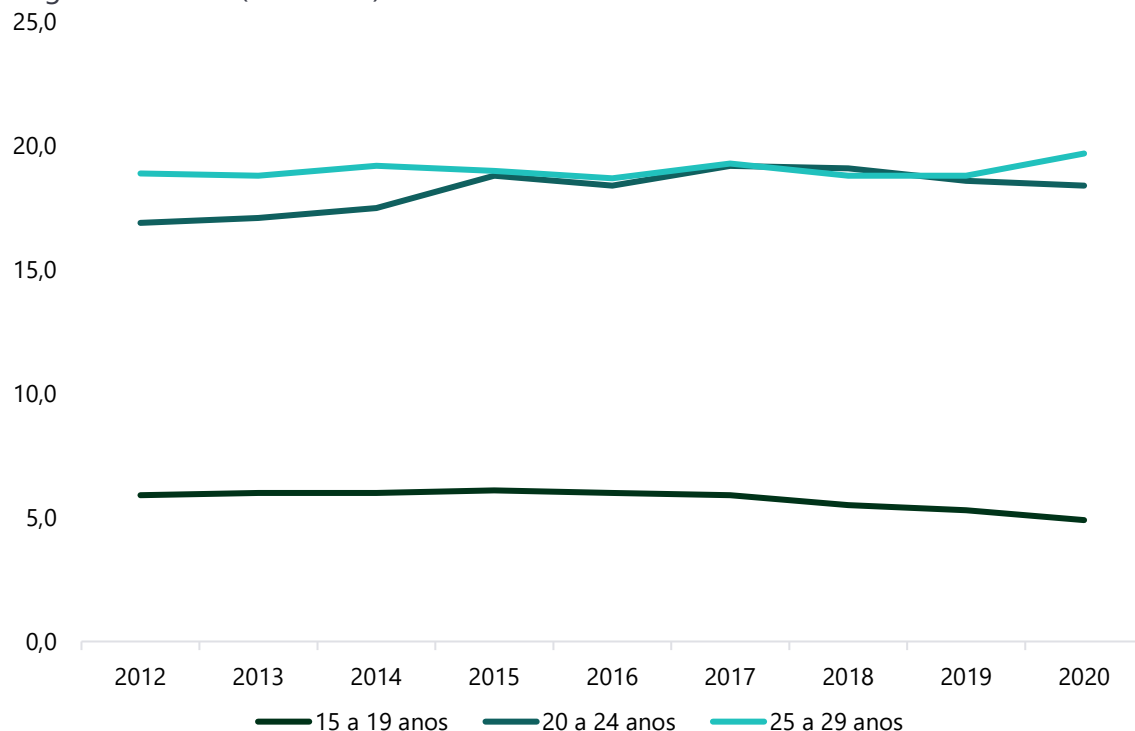
de gonorreia e 6,3 milhões de casos de sífilis, de acordo com dados do período de 2009 a 2016 (BRASIL, 2021a).

De acordo com a PNS (IBGE, 2020), mais de 1 milhão de pessoas foram diagnosticadas com algum tipo de IST em 2019 no Brasil. A publicação *Boletim Epidemiológico Sífilis* (2021) apontou que, no país, em 2020, **houve 115.371 casos notificados de sífilis, sendo a maior parte de notificações de sífilis adquirida em indivíduos entre jovens 20 e 29 anos de idade (38,8%)** — a faixa etária mais atingida também entre mulheres e gestantes (BRASIL, 2021a).

De acordo com dados do *Boletim Epidemiológico HIV/Aids* (2020), houve um **crescimento na taxa de detecção da Aids de 64,9% entre jovens de 15 a 19 anos e de 74,8% para o grupo de idade entre 20 e 24 anos no período de 2009 e 2019**. Em relação à população total, desde 2012, nota-se uma redução da taxa de detecção de HIV/Aids no país, mais precisamente, um decréscimo de 18,7%. Ainda assim, em 2019, entre todos os grupos de idade, foram diagnosticados 41.909 novos casos de HIV e 37.308 de Aids no Brasil, sendo 8.312 notificações de gestantes infectadas com HIV. No mesmo ano, foram registradas 10.565 mortes por causa básica Aids (BRASIL, 2020).

No Gráfico 5.23, observa-se a evolução de casos de HIV notificados entre as faixas etárias de 15 a 29 anos de idade. Considerando todas as idades, as parcelas mais atingidas oscilam entre a faixa de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos: em 2020, os números dos casos de HIV no Brasil foram, respectivamente, 2.520 (18,4%) e 2.688 (19,7%). Em 2012, foram 2.505 (16,9%) e 2.808 (18,9%) casos.

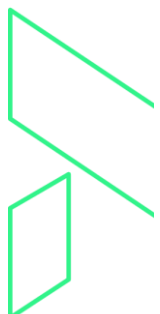
Gráfico 5.23 – Percentual de casos de HIV notificados no Sinan segundo faixa etária por ano de diagnóstico – Brasil (2012-2020)



Fonte: Brasil (2020). Elaboração própria.

Na PNS (IBGE, 2020), o hábito de usar preservativo em todas as relações sexuais foi mais frequente no grupo de idade dos jovens entre 18 e 29 anos (36,5%) e diminuiu ao avançar para as demais faixas etárias — 21,7% das pessoas com 30 e 39 anos, 17,9% entre 40 e 59 anos e 11,6% no grupo de pessoas com 60 anos ou mais. Ainda que a frequência tenha sido maior entre os jovens, o número não é alto.

No grupo dos adolescentes de 16 e 17 anos de idade, 55,8% afirmaram que tiveram relação sexual alguma vez na vida e, dentre eles, 57,6% relataram o uso de preservativo na última relação sexual, percentual maior entre os homens (61,9%) que entre as mulheres (52,9%). Do grupo de jovens que relataram usar outro tipo de método para evitar a gravidez, 55,5% utilizaram pílula



anticoncepcional, 11,2% optaram pelo método injetável e 18,2% recorreram à contracepção de emergência (pílula do dia seguinte) (IBGE, 2021a).

Nesse sentido, é importante ressaltar outra questão importante: a gravidez na adolescência. Segundo o relatório *Situação da população mundial 2017*, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)⁷⁰, o Brasil tinha a sétima maior taxa de gravidez adolescente na América do Sul, sendo que um em cada cinco partos eram de mães adolescentes (UNFPA, 2017). Os determinantes mais relevantes nesse cenário são: o início precoce das relações sexuais, a baixa taxa de uso de contraceptivos, a violência sexual e a união precoce, o baixo acesso à educação de qualidade e à educação sexual integral, e relações de gênero desiguais (UNFPA, 2017).

Segundo o mesmo relatório, existem evidências de que a educação reduz a taxa de fecundidade, os partos precoces e os casamentos infantis, ou seja, quanto mais uma menina permanece na escola, menor a possibilidade de se casar ou engravidar. Portanto, se todas as meninas concluíssem o ensino primário, haveria 13% menos nascimentos por mulher, 10% menos partos precoces e 14% menos casamentos infantis. Quando a capacidade educacional aumenta, os números reduzem ainda mais: se todas as meninas concluíssem o ensino médio, haveria 42% menos nascimentos por mulher, 59% menos partos precoces e 64% menos casamentos infantis (UNFPA, 2017).

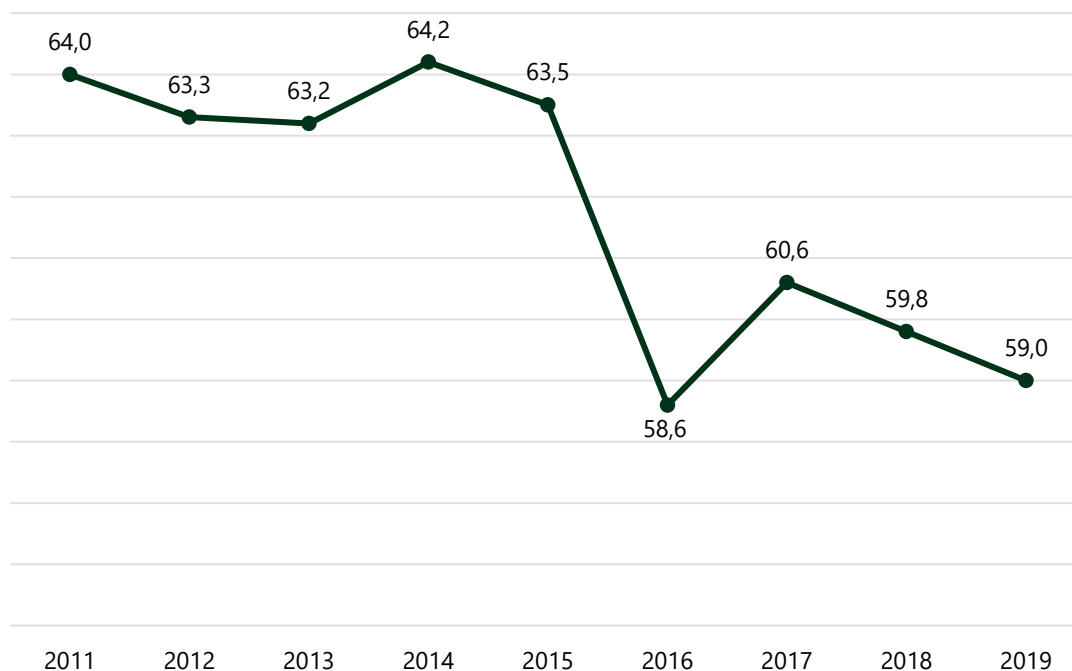
Considerando esse cenário, a taxa específica de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos de idade⁷¹, ou taxa de fecundidade adolescente, é um dos

⁷⁰ Em inglês, *United Nation Population Fund*.

⁷¹ "O indicador CMIG 52, taxa de fecundidade adolescente, mede o número de nascimentos das mulheres de 15 a 19 anos de idade por 1.000 mulheres no mesmo grupo etário. O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi obtido da revisão de 2013 das Projeções da População por Sexo e Idade, calculadas pelo IBGE, que contam com estimativas no período 2000-2060 para o Brasil e 2000-2030 para as Unidades da Federação" (IBGE, 2018).

indicadores que permitem o monitoramento de proteção à infância e à adolescência. De acordo com a projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período de 2010-2060 produzida pelo IBGE, Revisão 2018, **a taxa de fecundidade adolescente no Brasil em 2011 era de 64,0 e em 2019 de 59,0** (IBGE, 2021b). Isto é, 59,0 nascimentos por mil mulheres em idade de 15 a 19 anos. No Gráfico 5.24, é possível verificar essa queda.

Gráfico 5.24 – Taxa de fecundidade de mulheres entre 15 e 19 anos de idade (%) – Brasil (2011-2019)



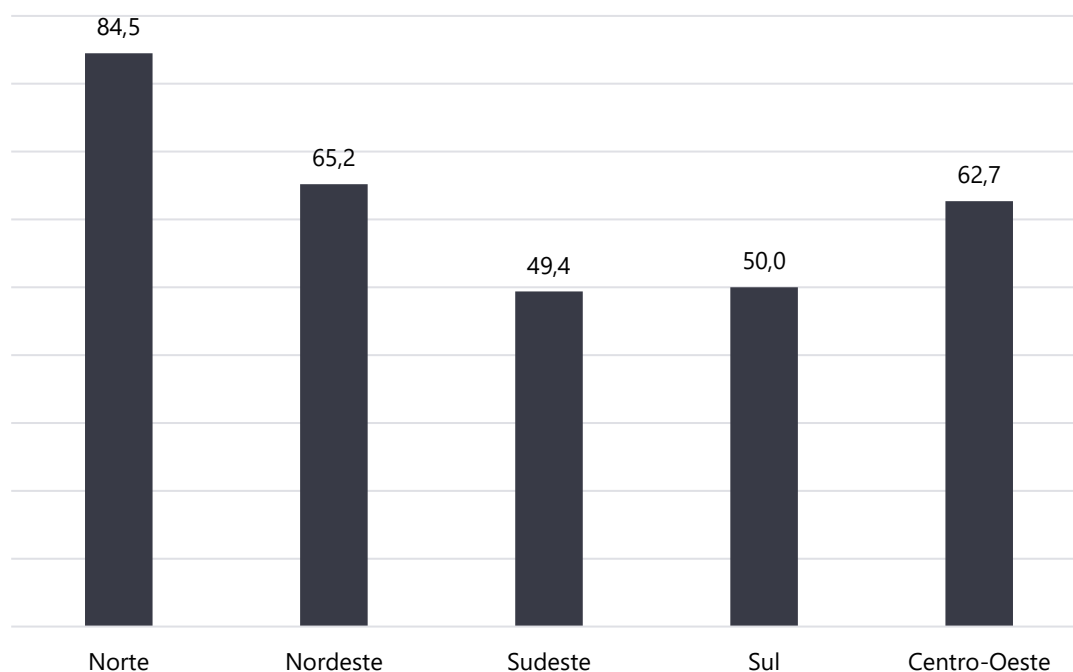
Fonte: IBGE (2021b). IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060: revisão 2018. Elaboração própria.

Considerando as relações multicausais que envolvem esse índice, vale pontuar que essa tendência de queda pode se relacionar com aspectos socioeconômicos, como o aumento dos níveis educacionais, maior acesso ao mercado de trabalho, evolução dos rendimentos, e também com aspectos

socioculturais, como as políticas educativas voltada para a educação sexual (AZEVEDO *et al.*, 2012; BERQUÓ, CAVENAGHI, 2014; GUERRERO NÚÑEZ, 2020).

Na pesquisa, verifica-se também as disparidades entre as Grandes Regiões do Brasil. Enquanto a região Norte marcava a maior taxa com 84,5 nascimentos a cada mil mulheres entre 15 e 19 anos, Centro-Oeste e Nordeste registraram 62,7 e 65,2 nascimentos, e Sudeste e Sul possuíam 49,4 e 50,0 nascimentos (Gráfico 5.25).

Gráfico 5.25 – Taxa de fecundidade de mulheres entre 15 e 19 anos de idade (%) – Grandes Regiões (2019)

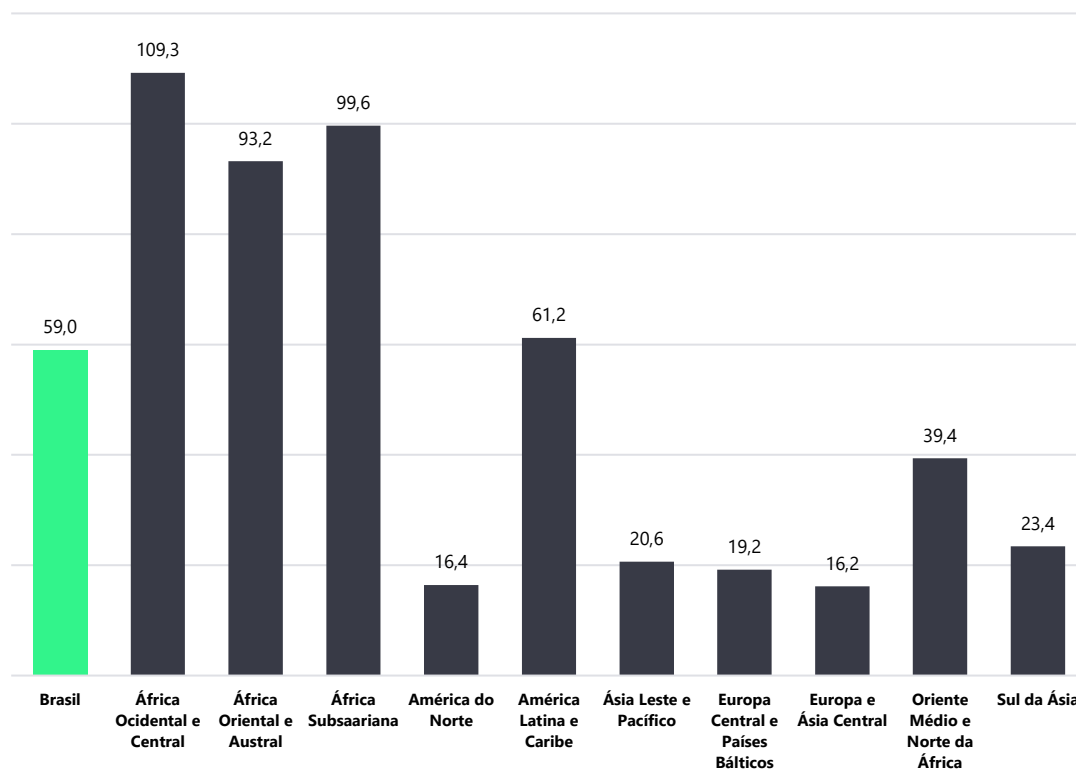


Fonte: IBGE (2021b). IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060: revisão 2018. Elaboração própria.

Em relação ao cenário internacional, entre as regiões selecionadas, o Brasil, com 59,0 nascimentos por mil mulheres entre 15 e 19 anos de idade, fica abaixo da América Latina e Caribe e das regiões da África (Ocidental e Central, Oriental e Austral, e Subsaariana) — continente que abriga as maiores taxas, chegando a

109,3 nascimentos na África Ocidental e Central (Gráfico 5.26). As menores taxas estão nas regiões da Europa e Ásia Central (16,2), da América do Norte (16,4) e da Europa Central e Países Bálticos (19,2).

Gráfico 5.26 – Taxa de fecundidade adolescente (%) - Brasil e regiões selecionadas (2019)



Fonte: *DataBank*, Banco Mundial (2022). Elaboração própria.

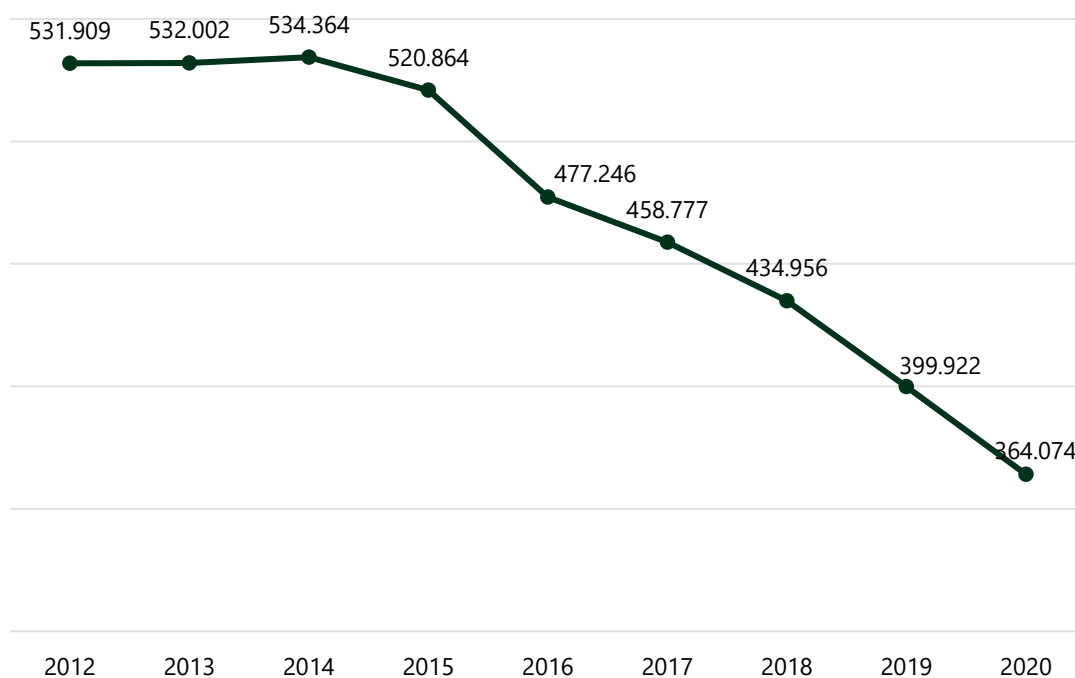
Essa é uma questão fundamental, posto que, segundo a pesquisa *Trends in teenage pregnancy in Brazil in the last 20 years (2000–2019)*⁷² (MONTEIRO *et al.*, 2021), que analisa a evolução dos dados referentes ao tema nas últimas décadas, a gravidez na adolescência gera diversas consequências para a saúde das adolescentes e dos recém-nascidos. Complicações durante a gravidez e o

⁷² Em tradução livre, "Tendências de gravidez na adolescência no Brasil nos últimos 20 anos (2000-2019)".

parto representam a principal causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos no mundo, além dos impactos sociais e econômicos. Foi verificada **uma queda expressiva: em 2000, 23,4% dos partos eram de adolescentes; em 2010, esse número caiu para 18,4%; e em 2019, atingiu 4,7%** (MONTEIRO, *et al.*, 2020).

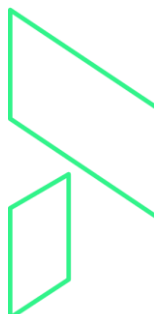
Contudo, apesar da queda nos índices, a questão continua com números altos. Em 2020, foram 364.074 nascidos vivos de mulheres entre 15 e 19 anos — ou 46,9 nascimentos por mil mulheres nessa faixa etária (Gráfico 5.27).

Gráfico 5.27 – Número de nascidos vivos de mulheres entre 15 e 19 anos de idade – Brasil (2012-2020)



Fonte: DataSUS (2012-2020). Elaboração própria.

Com base nos dados apresentados, conclui-se que as questões que envolvem a saúde sexual e reprodutiva dos jovens e adolescentes constituem um desafio complexo. É imprescindível que as estratégias se articulem em diversas frentes como educação, saúde e trabalho. Dessa forma, devem ser voltadas para o planejamento reprodutivo, para a educação sexual, para o aumento da



capacidade educacional, bem como para a inserção das mulheres na força de trabalho. Além disso, também é fundamental a identificação dos grupos em vulnerabilidade, o enfrentamento das formas de violência sexual e a capacitação de profissionais da saúde no atendimento desse público, como parte de um conjunto de ações focadas no acesso e na promoção da saúde com o propósito de garantir o direito à saúde e o desenvolvimento adequado dos jovens e adolescentes.

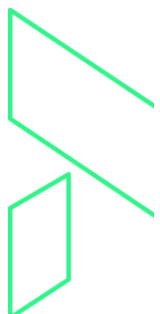
5.6. Mortalidade por causas evitáveis e externas

Ainda que a população juvenil tenha indicadores de saúde mais promissores, as taxas de mortalidade são altas. Considerando o cenário e a especificidade do tema, serão apresentados dados acerca da mortalidade dos jovens por causas evitáveis e causas externas.

O relatório *The health of adolescents and youth in the Americas: Implementation of the Regional Strategy and Plan of Action on adolescent and youth health 2010-2018*⁷³, publicado em 2019 pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), aponta que metade das mortes entre jovens de 10 a 24 anos nas Américas são por causas evitáveis, entre elas homicídios, acidentes de trânsito e suicídios (OPAS, 2019).

A pesquisa *Mortalidade de adolescentes e adultos jovens brasileiros entre 1990 e 2019: uma análise do estudo Carga Global de Doença* (MALTA et al., 2021) priorizou a abrangência do período (1990 a 2019), mas chegou às mesmas conclusões. A análise se debruçou sobre dados do estudo da Carga Global de

⁷³ Em tradução livre, “A saúde de adolescentes e jovens nas Américas: implementação da estratégia regional e do plano de ação em saúde de adolescentes e jovens 2010-2018”.



Doença (*Global Burden of Disease*), uma iniciativa científica que utiliza métricas específicas sobre mortalidade, doenças e lesões em 195 países, a fim de gerar estimativas comparáveis. Dessa forma, apontou que, no Brasil, entre homens de 10 a 24 anos de idade, as três principais causas de morte foram a violência interpessoal, seguida por lesões por transporte e por suicídio. Para as mulheres na mesma faixa etária, as lesões por transporte, a violência interpessoal e as mortes maternas ocupam os primeiros lugares.

As mortes evitáveis são consideradas aquelas preveníveis pelas ações dos serviços de saúde que podem ocorrer quando o sistema não é capaz de atender as demandas ou quando a identificação ou intervenção ao agravo não é acertada (DATASUS, s/d).

A Lista Brasileira de Mortes Evitáveis⁷⁴ de 5 a 74 anos é agrupada da seguinte maneira: 1. Causas Evitáveis – 1.1 *Reduzíveis pelas ações de imunoprevenção* contra doenças como sarampo, tuberculose, tétano; 1.2. *Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas*, como o HIV, ISTs, hepatites virais; 1.3. *Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis*, como neoplasias, leucemia, obesidade, diabetes, doenças do coração; 1.4. *Reduzíveis por ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de morte materna*, como óbitos no parto e no puerpério; 1.5. *Reduzíveis por ações intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas*, como mortes por acidentes de transporte,

⁷⁴ “A Lista Brasileira de Mortes Evitáveis foi elaborada a partir de uma revisão da literatura referente à base conceitual e empírica das listas de causas de morte evitáveis, e por um grupo de trabalho composto por especialistas de diversas áreas e coordenado pelo Ministério da Saúde” (DATASUS, s/d).

agressões, lesões autoprovocadas, efeitos adversos de drogas ou medicamentos;
2. *Causas mal definidas*; 3. *Demais causas (não claramente evitáveis)*.

Na Tabela 5.4, são tratadas apenas as mortes pertencentes ao primeiro grupo, que se refere aos cinco tipos de causas evitáveis. É possível observar que, em relação às faixas etárias de 15 a 19 e de 20 a 29 anos de idade, **há uma redução nos números absolutos de óbitos por causas evitáveis entre 2012 e 2020** — tendência observada desde os anos 1990 (MALTA *et al.*, 2021).

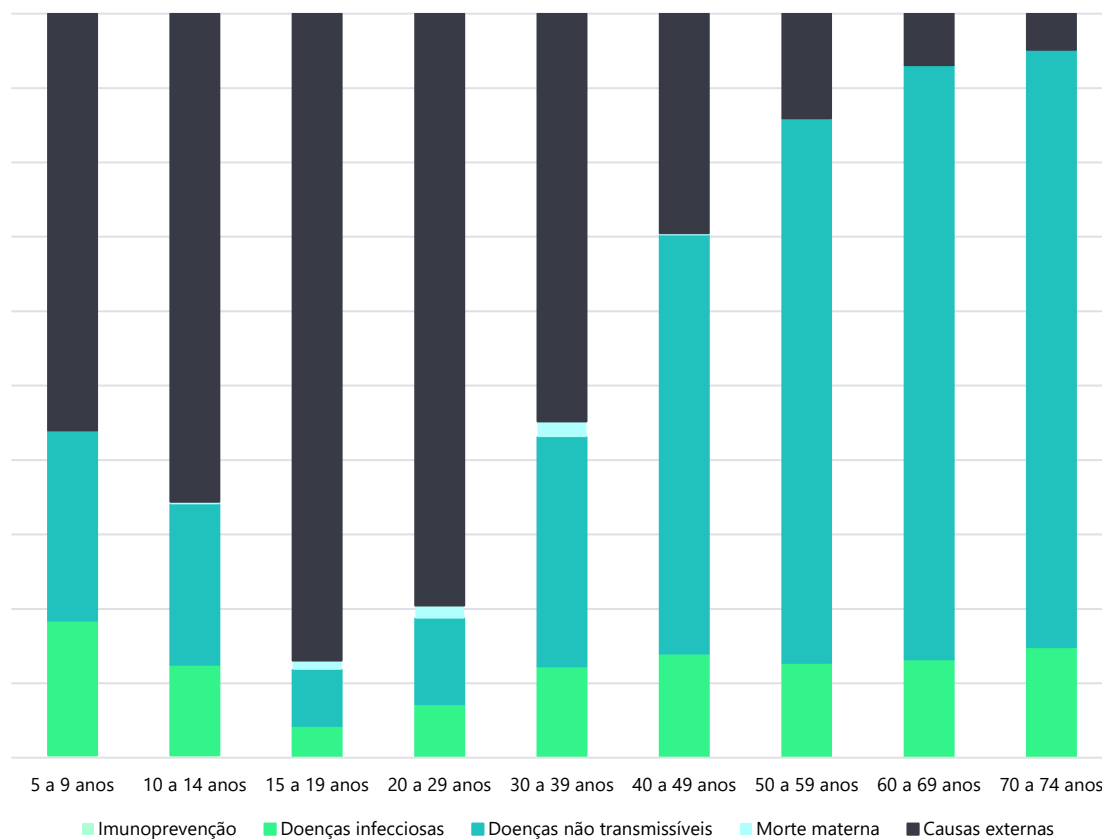
Tabela 5.4 – Número de óbitos por causas evitáveis segundo grupo de idade – Brasil (2012 e 2020)

Faixa Etária	1.1 Reduzíveis pelas ações de imunoprevenção		1.2 Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas		1.3 Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis		1.4 Reduzíveis por ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de morte materna		1.5 Reduzíveis por ações intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas		Todas as causas evitáveis	
	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020
5 a 9 anos	6	4	480	243	448	342	-	-	1.293	750	3.952	2.582
10 a 14 anos	12	7	494	268	607	475	25	8	2.547	1.445	5.710	3.880
15 a 19 anos	11	11	804	566	1.158	1.016	216	172	15.797	11.740	21.269	16.642
20 a 29 anos	42	52	3.576	3.019	4.632	4.909	677	767	39.415	33.984	56.536	52.953
30 a 39 anos	78	80	7.303	5.750	13.914	14.661	584	1.000	28.606	26.063	64.540	68.164
40 a 49 anos	117	105	10.225	9.121	37.378	37.088	143	199	19.946	19.450	93.542	106.488
50 a 59 anos	129	146	12.638	13.775	75.611	79.839	1	1	13.881	15.351	145.382	184.102
60 a 69 anos	100	88	15.475	21.499	108.397	130.299	-	-	9.229	11.260	190.143	286.190
70 a 74 anos	44	40	10.245	13.900	64.665	75.234	-	-	3.680	4.568	113.106	166.237
Total	539	533	61.240	68.141	306.810	343.863	1.646	2.147	134.394	124.611	694.180	887.238

Fonte: DataSUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Dentre todos os grupos, chama atenção o de *causas reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas* (1.5), visto que é o maior responsável pelos óbitos por causas evitáveis de pessoas de até 39 anos de idade no Brasil. Nos demais grupos de idade, prevalecem as mortes advindas das *causas reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis* (1.3) (Gráfico 5.28).

Gráfico 5.28 – Distribuição dos números de óbitos por grupos de causas evitáveis, segundo faixa etária – Brasil (2020).

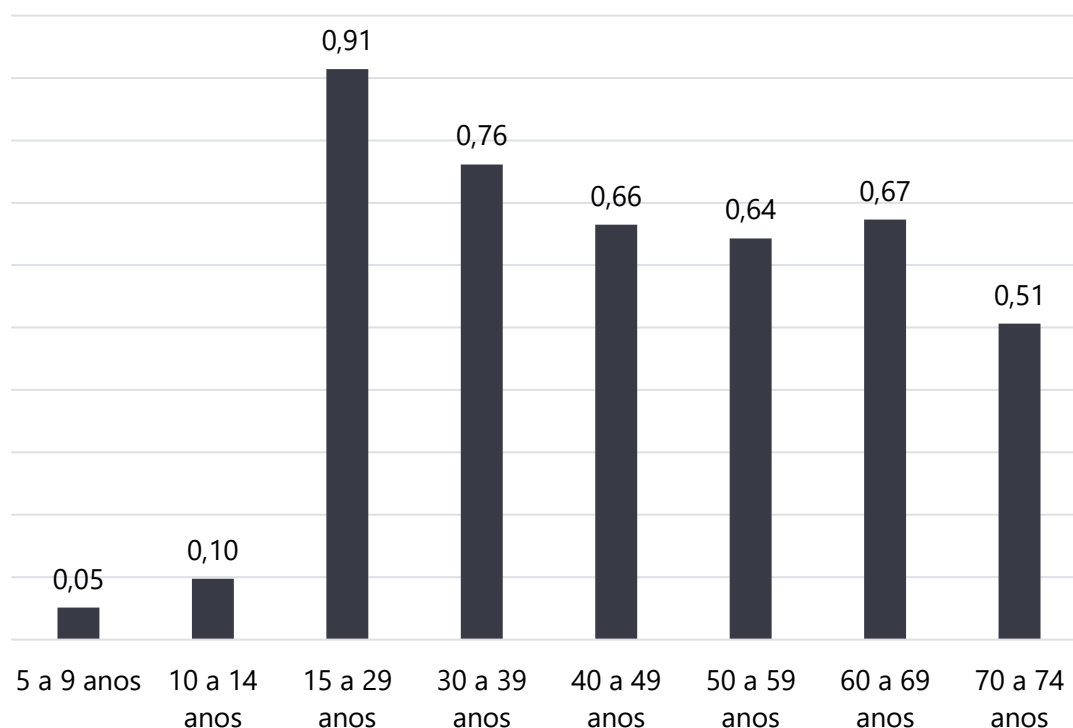


Fonte: DataSUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração própria.

Em relação às mortes em consequência de causas externas, o DataSUS agrupa os tipos da seguinte maneira: acidentes de transporte, outras causas externas de lesões acidentais, lesões provocadas voluntariamente, agressões, eventos cuja intenção é indeterminada, intervenções legais e operações de guerra, complicações de assistência médica e cirúrgica, e sequelas de causas externas. Esse agrupamento é feito com base na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, conhecida como CID-10. Ao calcular a estimativa da população residente por faixa etária, nota-se, mais uma vez, que os **jovens entre 15 e 29 anos de idade são as maiores vítimas de óbitos por**

causas externas no país — aproximadamente 1 morte a cada mil pessoas na mesma faixa etária, como aponta o Gráfico 5.29.

Gráfico 5.29 – Taxa de óbitos por causas externas por grupo de idade (por mil habitantes) – Brasil (2020)



Fonte: DataSUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração própria.

Considerando o interesse da seção, são selecionadas três causas principais: acidentes de transporte, agressões (violência interpessoal), e intervenções legais e operações de guerra (intervenções legais).⁷⁵ Como pode-se observar na Tabela 5.5, tanto o número de óbitos por **acidentes de transporte** quanto por agressões diminuiu na maior parte dos grupos de idade entre 2012 e 2020. Ainda assim, vale destacar **que os jovens de 20 a 29 anos continuam como as maiores**

⁷⁵ Os números sobre lesões causadas voluntariamente foram abordados no tópico de saúde mental desta mesma seção; já as informações sobre os homicídios, que agregam dados de *agressões e intervenções legais e operações de guerra*, serão tratados também na seção dedicada ao tema da *Segurança Pública e acesso à Justiça* (seção 11).

vítimas, registrando 7.704 e 17.869 óbitos em 2020, respectivamente. Em movimento contrário, **o grupo de mortes relacionadas a intervenções legais apresentou um aumento entre os anos de 2012 e 2020 e triplicou o número de vítimas entre 20 e 29 anos de idade**, passando de 306 a 1.165 mortes. Esse aumento é significativo: o tipo de óbito derivado de intervenções legais passou do 77º lugar como causa de morte entre pessoas de 10 a 24 anos de idade em 1990 para o 7º lugar em 2019 (MALTA *et al.*, 2021). De modo geral, **totalizando os óbitos por todas as causas externas, o grupo de pessoas entre 20 e 29 anos de idade tem, novamente, o maior número de vítimas fatais: 34.017 mortes em 2020.**

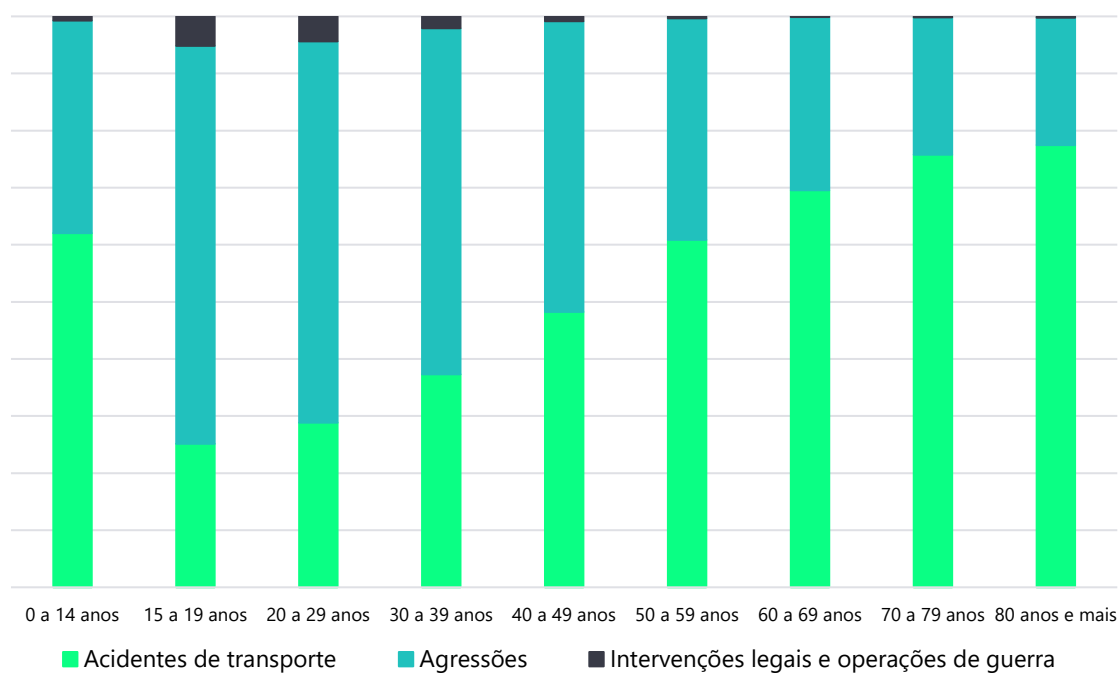
Tabela 5.5 – Número de óbitos por grupos de causas externas segundo faixa etária – Brasil (2012 e 2020)

Faixa Etária	Acidentes de transporte		Agressões		Intervenções legais e operações de guerra		Todas as causas externas	
	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020
0 a 14 anos	1.925	980	1.049	588	11	12	6.326	4.273
15 a 19 anos	3.805	2.277	9.106	6.314	231	466	15.816	11.750
20 a 29 anos	11.557	7.704	20.966	17.869	306	1.165	39.475	34.017
30 a 39 anos	9.160	6.885	12.697	11.181	104	379	28.670	26.131
40 a 49 anos	7.190	5.661	6.307	5.972	24	102	20.025	19.528
50 a 59 anos	5.346	4.738	2.928	3.023	5	27	13.943	15.450
60 a 69 anos	3.515	3.053	1.302	1.334	3	4	9.287	11.344
70 a 79 anos	2.228	1.553	604	494	4	3	7.344	8.987
80 anos e mais	1.018	708	230	204	4	2	9.069	13.178

Fonte: DataSUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Para ilustrar a disparidade entre os grupos de idade, apresenta-se o Gráfico 5.30, em que é possível identificar que os jovens de 20 e 29 anos se destacam entre as principais vítimas fatais das causas externas selecionadas, registrando um número alto de mortes.

Gráfico 5.30 – Distribuição dos números de óbitos por faixa etária por grupos de causas externas – Brasil (2020).



Fonte: DataSUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração própria.

Como visto, são diversas as circunstâncias que podem levar à mortalidade dos jovens. Portanto, é necessário compreender suas causas e suas especificidades a fim de traçar estratégias eficazes para evitar a perda geracional e enfrentar esse complexo desafio.

Considerações finais

Nesta seção, foram apresentados aspectos significativos que envolvem o tema da saúde da juventude brasileira. Ainda que os jovens sejam menos atingidos por doenças crônicas não-transmissíveis, por exemplo, seus índices em relação a comportamentos de risco são um ponto de atenção. O tempo dedicado às telas (celulares, *tablets*, computadores, entre outras), a falta de atividade física,

e o uso de drogas lícitas e ilícitas são alguns dos fatores que podem levar a uma série de impactos negativos no futuro.

Da mesma forma, observa-se o crescimento de transtornos relacionados às questões de saúde mental entre adolescentes e jovens. Relatos de solidão, irritabilidade, tristeza, preocupações e, por consequência, notificações de lesões autoprovocadas e de suicídios cresceram entre pessoas desse grupo de idade, principalmente, entre as mulheres. Números altos em relação às infecções sexualmente transmissíveis, às gestações na adolescência e à mortalidade de jovens e adolescentes também compõem esse cenário.

Evidentemente, todas as questões abordadas são multifatoriais. As novas dinâmicas que envolvem as redes sociais, o tempo dedicado às telas, a pandemia de Covid-19 que impôs novas maneiras de sociabilidade, as condições sociais e econômicas, além das questões próprias dessa faixa etária, são pontos fundamentais para lidar com esse retrato. Assim, é fundamental envolver as diversas frentes de atuação e identificar as necessidades dessa população, a fim de traçar estratégias que contemplem a promoção, a prevenção, o controle e a atenção à saúde, de forma universal, igualitária e integral.



ACESSE

As tabulações dos dados da [quinta seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

AZEVEDO, Joao Pedro *et al.* Embarazo adolescente y oportunidades en América Latina y el Caribe. Sobre maternidad temprana, pobreza y logros económicos. World Bank, Washington, DC. © World Bank, 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16978>. Acesso em: 18 maio 2022.

BERQUÓ, E. S.; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso: 06 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil - 2011-2022*. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, número especial, dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico Sífilis*. Brasília: Ministério da Saúde, número especial, out. 2021a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico*. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, n. 33, v. 52, set. 2021b.

BUSS, Paulo Marchiori; TOBAR, Sebastián. (Org.). *Diplomacia em saúde e saúde global: perspectivas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017, 654p.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da Violência 2020. IPEA; FBSP, 2021.

FIOCRUZ. ConVid Adolescentes – Pesquisa de comportamentos, 2020. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/>. Acesso em: 03 maio 2022.

GUERRERO NÚÑEZ, Juan. Disminución desigual de las tasas de fecundidad en adolescentes de 32 países de la Región de las Américas, 1960-2019. *Rev Panam Salud Publica*, n. 44, 2020. Disponível em: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC7363285&blobtype=pdf>. Acesso em: 19 maio 2022.

GUTHOLD, Regina *et al.* Global trends in insufficient physical activity among adolescents: a pooled analysis of 298 population-based surveys with 1.6 million participants. *The Lancet Child & Adolescent Health*, v. 4, n. 1, p. 23-35, 2020.

IBGE. *Pesquisa nacional de saúde: 2013*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. *Pesquisa nacional de saúde: 2019*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

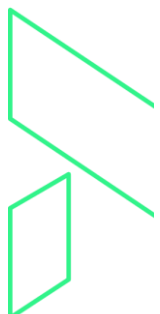
IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE): 2015*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE): 2019*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021a.

IBGE. *Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2 ed. IBGE: Rio de Janeiro, 2021b.

LOURENÇO, Thaís. Infecções sexualmente transmissíveis entre jovens preocupam especialista. *Jornal da Usp*, Ribeirão Preto, 09 de abr. de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/infeccoes-sexualmente-transmissiveis-entre-jovens-preocupam-especialista/>. Acesso em: 03 maio 2022.

MALTA, D. C. Doenças crônicas não transmissíveis, um grande desafio da sociedade. *Revista de Saúde Coletiva: Editorial*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 4, jan. 2014.



MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. Governo Federal, 24 de nov. de 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona#:~:text=O%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%3%BAde%20\(SUS\)%20%C3%A9%20composto%20pelo%20Minist%C3%A9rio,ente%20tem%20suas%20co%2Dresponsabilidades](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona#:~:text=O%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%3%BAde%20(SUS)%20%C3%A9%20composto%20pelo%20Minist%C3%A9rio,ente%20tem%20suas%20co%2Dresponsabilidades). Acesso em: 18 maio 2022.

MONTEIRO, Denise Leite Maia *et al.* Trends in teenage pregnancy in Brazil in the last 20 years (2000-2019). *Revista da Associação Médica Brasileira* [online]. 2021, v. 67, n. 5, pp. 759-765. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.20210265>. Acesso em: 04 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Tobacco. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>. Acesso em: 04 maio 2022.

PAHO. Organização Pan Americana de Saúde. Álcool. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/alcool>. Acesso em: 06 abr. 2022.

PAHO. Organização Pan Americana de Saúde. Suicídio. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/alcool>. Acesso em: 06 abr. 2022.

PAHO. Organização Pan Americana de Saúde. Tabaco. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/node/4968>. Acesso em: 06 abr. 2022.

PAHO. Organização Pan Americana de Saúde. Doenças Cardiovasculares. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/doencas-cardiovasculares>. Acesso em: 11 maio 2022.

SHARMA, Manasi *et al.* *Life in lockdown: child and adolescent mental health and well-being in the time of COVID-19s*. UNICEF Office of Research – Innocenti, Florence, 2021

SWINBURN, Boyd A., *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. Situação da População Mundial 2017. *Relatório*. Brasil, 2017.

6. Direito à Cultura

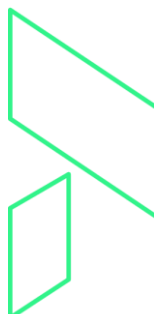
O Direito à Cultura é expresso em marcos legais internacionais e nacionais, como na Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Da mesma forma, é disposto no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) que, para além do acesso e da fruição dos bens culturais, também é direito dos jovens a participação na elaboração, produção e decisão no que compete às políticas da cultura, e a destinação de recursos financeiros do poder público para o fomento de projetos culturais direcionados à juventude.



Ilustração: Storyset

Considerando a dimensão cultural de forma abrangente⁷⁶ como um direito que estimula a criatividade, a sociabilidade, a experimentação, mas focando nas condições institucionais e estruturais, destaca-se a importância da

⁷⁶ "No sentido antropológico, a noção de cultura denota, de maneira ampla, os processos de desenvolvimento intelectual e estético, a referência aos modos de viver e pensar de um povo/grupo, as obras e práticas artísticas. Refere-se a um produto da ação humana, constantemente reelaborado e reavaliado, de modo que não pode ser visto como um dado natural ou estático, ou mesmo, associado a um padrão único de desenvolvimento histórico-social. [...] Em função das transformações econômico-industriais, cultura também se refere às atividades que movimentam recursos financeiros, estão inseridas numa cadeia produtiva (indústria da música, mercado editorial, etc.), geram postos de trabalho específicos (artistas, críticos, curadores) e instituições especializadas (como museus e bibliotecas) para possibilitar experiências individuais ou coletivas de criação, fruição, lazer e entretenimento" (PEÇANHA, 2015, p. 4).



participação dos jovens na dinâmica de construção das suas identidades e na descoberta de suas potencialidades, inclusive a partir dos mecanismos institucionais.

Dessa forma, busca-se mapear dados acerca da gestão da cultura na administração pública; da infraestrutura e do acesso à cultura; e do mercado de trabalho no setor cultural. Essa condução prevê reunir informações que auxiliem na compreensão das possibilidades de acesso do jovem aos equipamentos culturais, do tratamento do campo da produção cultural e da juventude na gestão pública, e da participação dos jovens no setor. Essa escolha de direcionamento também leva em conta as dificuldades de se diagnosticar a garantia de acesso à cultura, devido aos aspectos próprios do debate e à carência de dados consolidados e atualizados sobre os hábitos e atividades culturais no país, apesar do crescente empenho de pesquisa. Essa situação impede, por exemplo, um diagnóstico que permita a compreensão em termos quantitativos dos circuitos culturais periféricos que, como é sabido, são manifestações históricas produtoras de sentido e de inovação, além de potencializadoras econômicas nas periferias das cidades (ALMEIDA, 2013; ARAGAKI, 2019).

Assim, o esforço reside em mapear os pontos mais relevantes para a discussão a partir do levantamento de dados existentes que pudessem lançar luz sobre o tema, de referências como a *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais* (ESTADIC) e a *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) de 2015 e de 2018, e do *Sistema de Informações e Indicadores Culturais* do ano de 2021, todas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.1. Gestão Cultural na Administração Pública



Art. 24. O poder público destinará, no âmbito dos respectivos orçamentos, recursos financeiros para o fomento dos projetos culturais destinados aos jovens e por eles produzidos.

A institucionalização de órgãos próprios da cultura dotados de estruturas específicas é fundamental para o desenvolvimento de ações direcionadas, e para a formulação e execução de políticas públicas na área. Nesse sentido, a partir dos dados publicados, majoritariamente, pelas pesquisas ESTADIC e MUNIC (IBGE 2015; 2018), as tabelas em sequência buscam apresentar o levantamento das estruturas da área cultural na administração pública estadual e municipal com o intuito de conhecer a existência de políticas, planos, conselhos, fundos, despesas, projetos voltados para a juventude, além de retratar, quando possível, a participação do jovem nessa gestão.

A estrutura de gestão estadual da cultura, de acordo com dados da ESTADIC (IBGE, 2019b), era formada por 20 estados com secretaria exclusiva, 3 com órgão da administração indireta, 3 com secretaria em conjunto com outras políticas setoriais e 1 estado com setor subordinado a outra secretaria. Em relação aos instrumentos de gestão da política estadual de cultura, 17 Unidades Federativas possuíam Planos Estaduais de Cultura, 7 estavam em elaboração (Rondônia, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e São Paulo) e 3 não possuíam plano (Roraima, Pará e Piauí). Ao mesmo tempo, apenas Amapá e Paraíba não possuíam Fundo Estadual de Cultura.

Em termos de participação, em todas as unidades federativas houve presença do Conselho Estadual de Cultura, porém inativo no Amazonas e em São Paulo (nesse caso, por reestruturação), nos 12 meses anteriores à data da

pesquisa. No que se refere às Conferências Estaduais de Cultura, no ano de 2018, houve realização em apenas 10 estados (Rondônia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná), o que significa uma redução importante, visto que, em 2014, ocorreram em todas as unidades federativas, à exceção do Amapá (IBGE, 2019b).

De acordo com os dados municipais apresentados na Tabela 6.1, houve uma variação positiva nos números relativos à existência de secretarias municipais exclusivas na área de cultura, de 4,3% em 2006 para 20,4% em 2014, seguida de uma variação negativa de 2014 a 2018, passando para 15,2% em 2018. Esse mesmo movimento pode ser observado em relação às secretarias municipais em conjunto com outras políticas que em 2006 marcavam 73,8% dos municípios, passando para 57,8% em 2014 e 68,6% em 2018 — sendo assim a forma mais presente de estrutura da cultura nos municípios brasileiros. Como setor subordinado a outras secretarias, setor subordinado à chefia do Executivo e órgão da administração direta, os números marcaram, respectivamente, 10,3%, 3,9% e 2,1% em 2018.

Tabela 6.1 – Percentual de municípios com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor – Brasil (2006, 2014 e 2018)

Órgão Gestor	2006	2014	2018
Secretaria municipal exclusiva	4,3	20,4	15,2
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	73,8	57,3	68,6
Setor subordinado a outra secretaria	12,9	15,9	10,3
Setor subordinado à chefia do executivo	6,2	4,2	3,9
Órgão da administração indireta	2,7	2,3	2,1

Fonte: Adaptado de IBGE (2015; 2019a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014, 2018.

Em relação à existência de instrumentos e mecanismos de gestão e de participação voltados para a cultura, nota-se na Tabela 6.2, que há uma presença

maior de Planos, Conselhos, Conferências e Fundos de Cultura em administrações com secretaria exclusiva e órgãos da administração indireta, enquanto possuem índices mais baixos quando não há estrutura específica ou quando o setor é subordinado a outra secretaria ou ao executivo.

Quando se compara a evolução de 2014 a 2018, há um crescimento de municípios com Planos e com Fundos de Cultura, ao passo que há uma queda nas Conferências de Cultura, dinâmica observada também nos estados. Os Conselhos de Cultura experimentaram reduções nos municípios com secretaria municipal exclusiva e com setor subordinado a outra secretaria, e aumento nos demais órgãos gestores (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Percentual dos municípios com plano, conselho, conferência e fundo de cultura, segundo a caracterização do órgão gestor – Brasil (2014 e 2018)

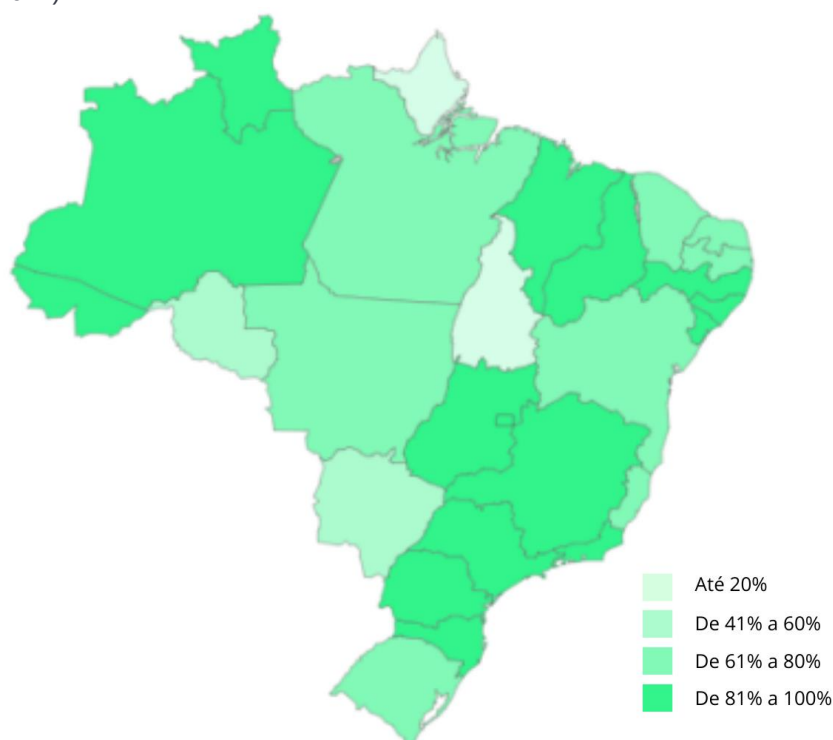
Órgão Gestor	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
	Plano de cultura		Conselho de cultura		Conferência de cultura		Fundo de cultura	
Secretaria municipal exclusiva	15,2	18,0	52,2	51,4	61,7	33,4	29,5	41,3
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	6,6	11,0	35,9	42,0	51,5	22,2	17,9	31,8
Setor subordinado a outra secretaria	6,1	7,8	36,0	33,2	38,8	17,5	18,1	24,3
Setor subordinado à chefia do executivo	6,4	8,7	36,4	36,5	37,3	14,4	15,0	28,8
Órgão da administração indireta	26,9	36,0	78,2	86,8	90,8	57,9	53,8	71,1
Não possui estrutura específica	2,6	1,8	11,4	16,6	20,8	5,8	1,9	9,4

Fonte: Adaptado de IBGE (2019a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Em relação ao orçamento *estadual* previsto para a cultura executado em 2017, Tocantins e Amapá executaram até 20% do orçamento; Acre e Mato Grosso do Sul executaram de 41% a 60%; Pará, Mato Grosso, Ceará, Rio Grande do Norte,

Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul executaram de 61% a 80% e os demais estados de 81% a 100% (IBGE, 2019b) (Gráfico 6.1).

Gráfico 6.1 – Unidades da Federação e quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado (2017)



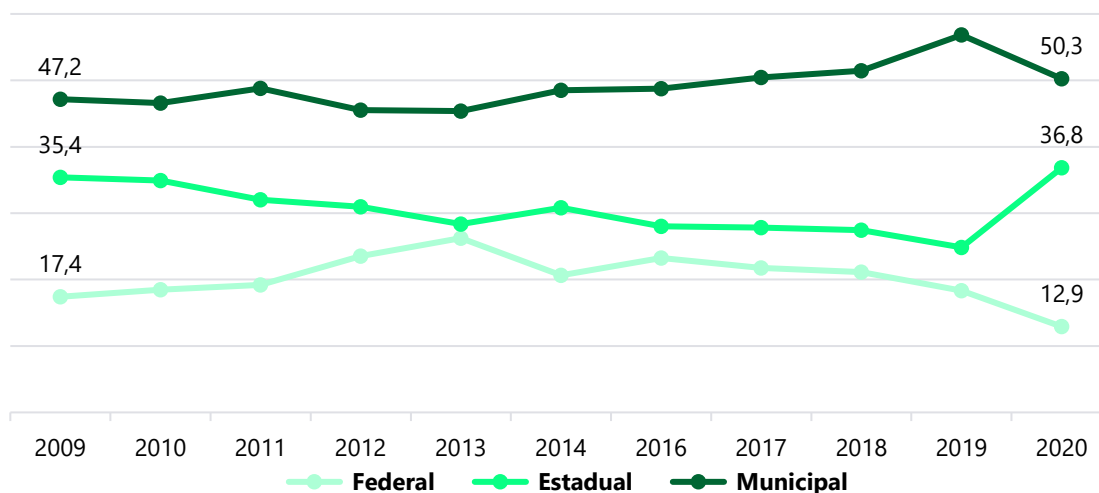
Fonte: Adaptado de IBGE (2019b).

No que se refere ao orçamento *municipal* previsto para a cultura executado em 2017, 45,0% dos municípios (2.509) executaram até 20% do orçamento previsto, 6,9% dos municípios (386) direcionaram de 21% a 40%, 8,6% (482) de 41% a 60% do orçamento, 11,6% dos municípios (647) de 61% a 80%, e 27,6% (1.537) municípios executaram de 81% a 100% do orçamento municipal previsto para a cultura (IBGE, 2019a).⁷⁷

⁷⁷ 9 municípios não têm informação sobre o orçamento (IBGE, 2019).

De forma mais ampla, segundo as esferas de governo, entre 2009 e 2020 a despesa orçamentária total com cultura foi distribuída conforme apresentado no Gráfico 6.2. De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) (IBGE, 2021), na proporção entre os níveis de governo, há um aumento das despesas da esfera municipal de 47,2% em 2009 para 50,3% em 2020, ainda que esse número venha de uma queda de 2019, quando marcou 56,8%. O mesmo movimento é notado na esfera estadual, que vinha em queda, mas cresceu em 2019, passando 35,4% para 36,8% em 2020, enquanto na esfera federal houve uma diminuição de 17,4% em 2009 para 12,9% em 2020. Sobre as despesas totais, no período, **há um crescimento mais expressivo nas esferas estaduais e municipais (63,8% e 67,9%) ante a esfera federal que aumentou em apenas 17,0% os gastos no setor.**

Gráfico 6.2 – Percentual da despesa total com cultura, segundo as esferas de governo – Brasil (2009-2020)

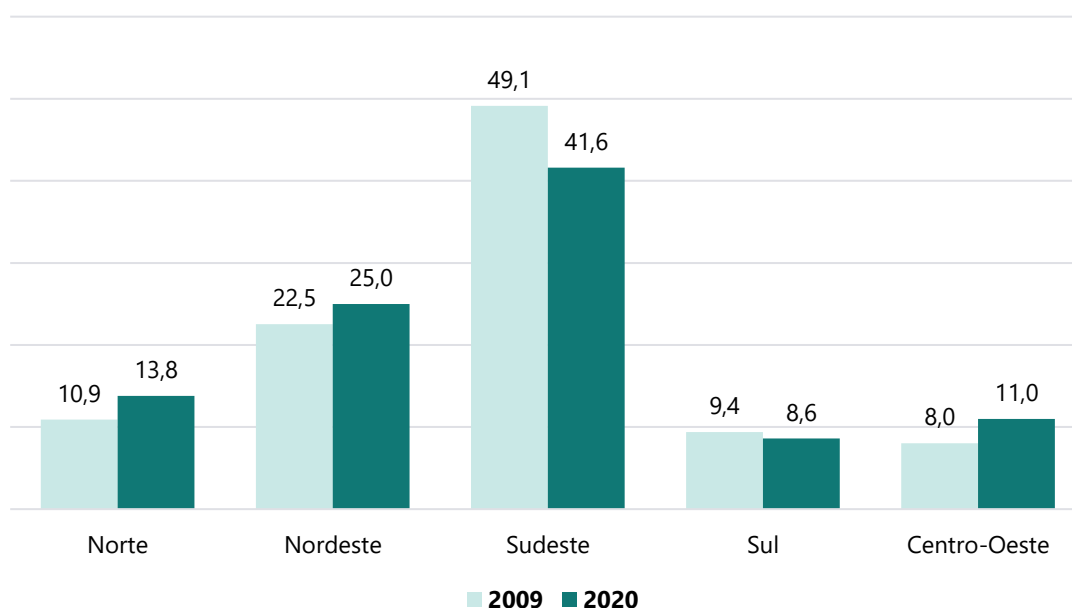


Fonte: IBGE (2021). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Em relação às despesas com cultura dos governos *estaduais*, observa-se que 41,6% das despesas nacionais foram concentradas no Sudeste em 2020

(redução 7,5 p.p. de 2009) — o que significa que de R\$ 3,5 bilhões das despesas totais com cultura de 2020, R\$1,4 bilhão está distribuído pelos estados do Sudeste. A região Nordeste contou com R\$896 milhões de despesas com cultura (25,0%), seguida do Norte com o valor de R\$496 milhões (13,8%), do Centro-Oeste que registrou R\$395 milhões (11,0%) e do Sul com R\$308 milhões (8,6%). Como pode ser observado no Gráfico 6.3, com exceção do Sudeste e do Sul que sofreram redução na distribuição, nas demais regiões há um aumento entre os anos de 2009 e 2020. Ainda assim, vale destacar que em todas as regiões as despesas com cultura aumentaram em valor total no mesmo período.

Gráfico 6.3 – Distribuição percentual da despesa total com cultura dos governos estaduais, segundo Grandes Regiões (2009 e 2020)

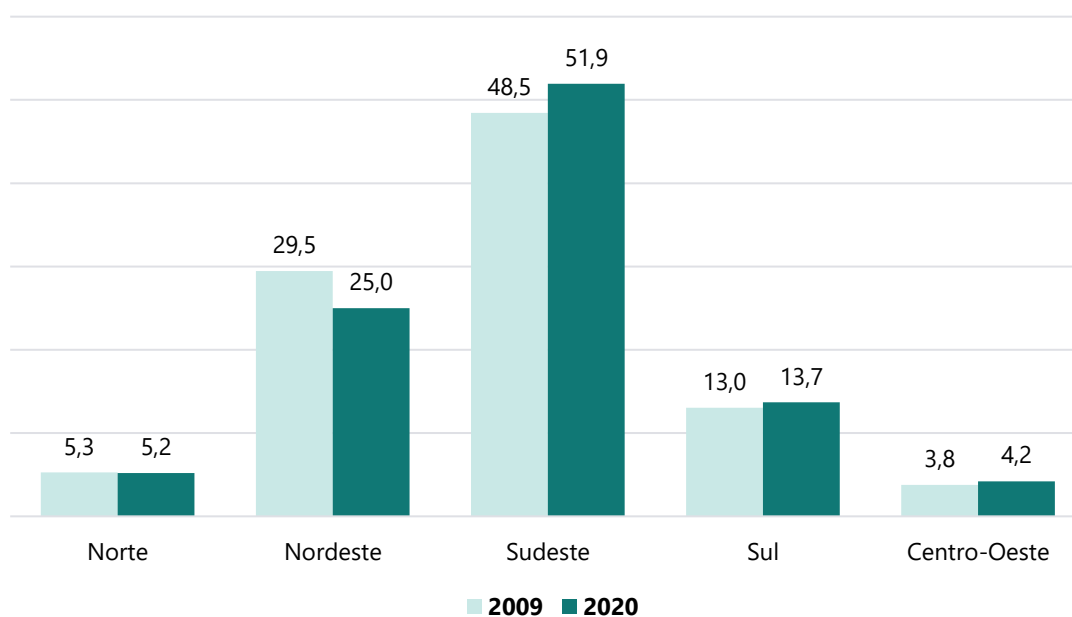


Fonte: IBGE (2021). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Nos governos municipais o retrato não é muito diferente. Como pode-se notar no Gráfico 6.4, a distribuição das despesas totais com cultura nos governos municipais, segundo as Grandes Regiões, experimentou certa estabilidade de 2009 a 2020. Porém, da mesma forma como aconteceu com as despesas

estaduais, o valor total praticamente dobrou no período, passando de R\$2,9 bilhões em 2009 para R\$4,9 bilhões em 2020. A distribuição entre as regiões se organizou da seguinte maneira: no Sudeste as despesas totalizaram R\$2,5 bilhões em 2020 (51,9%), no Nordeste foi registrado R\$1,2 bilhão (25,0%), seguido da região Sul com R\$670 milhões (13,7%), da região Norte com R\$250 milhões (5,2%) e, por fim, do Centro-Oeste que apontou R\$207 milhões (4,2%) de despesas com cultura no ano de 2020. Nesse caso, em relação à distribuição das despesas de 2009 a 2020, apenas as regiões Norte e Nordeste sofreram reduções, respectivamente, de 5,3% a 5,2% e de 29,5% para 25,0%.

Gráfico 6.4 – Distribuição percentual da despesa total com cultura dos governos municipais, segundo Grandes Regiões (2009 e 2020)



Fonte: IBGE (2021). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

A despesa com cultura em 2009 totalizava R\$6,2 bilhões, o que representava 0,33% das despesas totais por funções consolidadas pelas três esferas de governo; **em 2020, esse valor aumentou para R\$9,8 bilhões, mas**

em termos comparativos sofreu uma retração, passando para 0,21% dos gastos totais.

Os números relativos ao ano de 2020 refletem também as consequências da pandemia de Covid-19 que impactou fortemente o setor, paralisando e cancelando atividades culturais. Considerando que 50% dos recursos advindos da Lei *Aldir Blanc* (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020), legislação que estabeleceu medidas emergenciais destinadas ao setor cultural, foram destinados aos estados, nota-se um crescimento dos gastos com cultura, a despeito das reduções de atividades. Porém, esse comportamento não foi acompanhado pelo nível municipal, destino da outra parcela de 50% de recursos. É importante frisar que os dados precisam ser interpretados com cautela, já que os reais impactos da medida e da pandemia só poderão ser avaliados com maior precisão no futuro (IBGE, 2021).

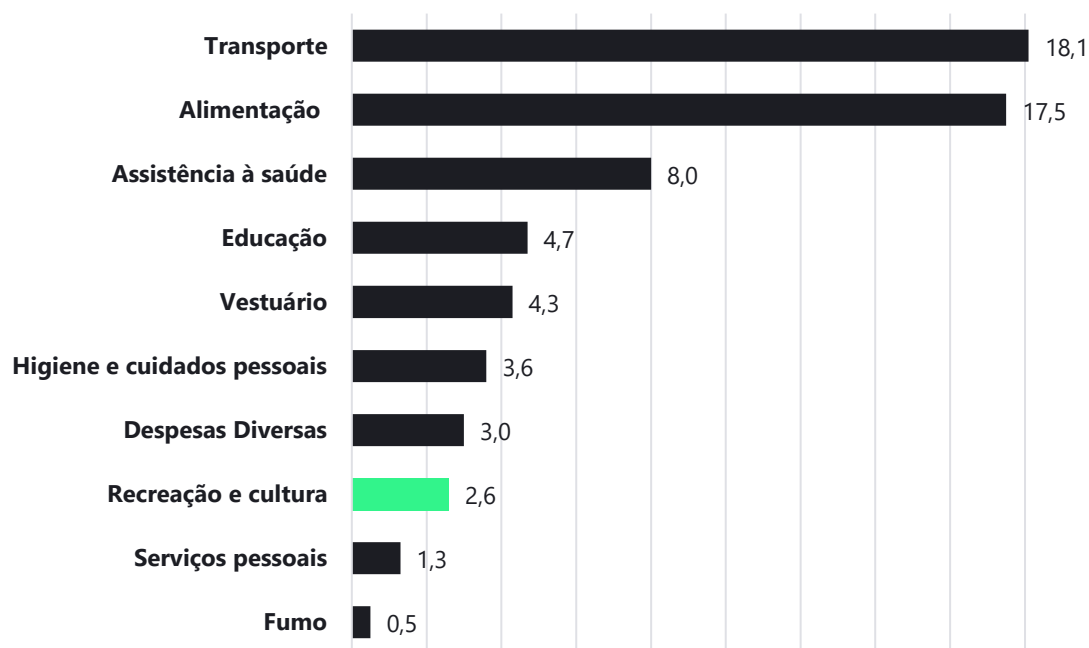
Em relação às despesas familiares, a *Pesquisa de Orçamentos Familiares* (POF), ao analisar números do período de 2017 e 2018, registrou que as despesas com alimentação, habitação e transporte representavam 72,2% da média de despesas de consumo mensal (e 58,4% da despesa total) (IBGE, 2019c)⁷⁸. **A participação nos gastos de consumo com recreação e cultura**⁷⁹

⁷⁸ As despesas de consumo, de acordo com a definição do IBGE, "correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa" (IBGE, 2019, p. 17). Já as chamadas despesas totais incluem "todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e também as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel" (IBGE, 2019c, p. 17).

⁷⁹ Conforme pontuado pelo IBGE, *recreação e cultura* corresponde ao segmento de despesas "com brinquedos e jogos (bola, boneca, software etc.), celular e acessórios (aparelhos e acessórios de telefonia celular), livros, revistas e periódicos não didáticos (jornais, revistas infantis etc.). Inclui, ainda, despesas com recreações e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, camping etc.)" (IBGE, 2019c, p. 19).

correspondiam a 2,6% do total desse tipo de despesa, como aponta o Gráfico 6.5.

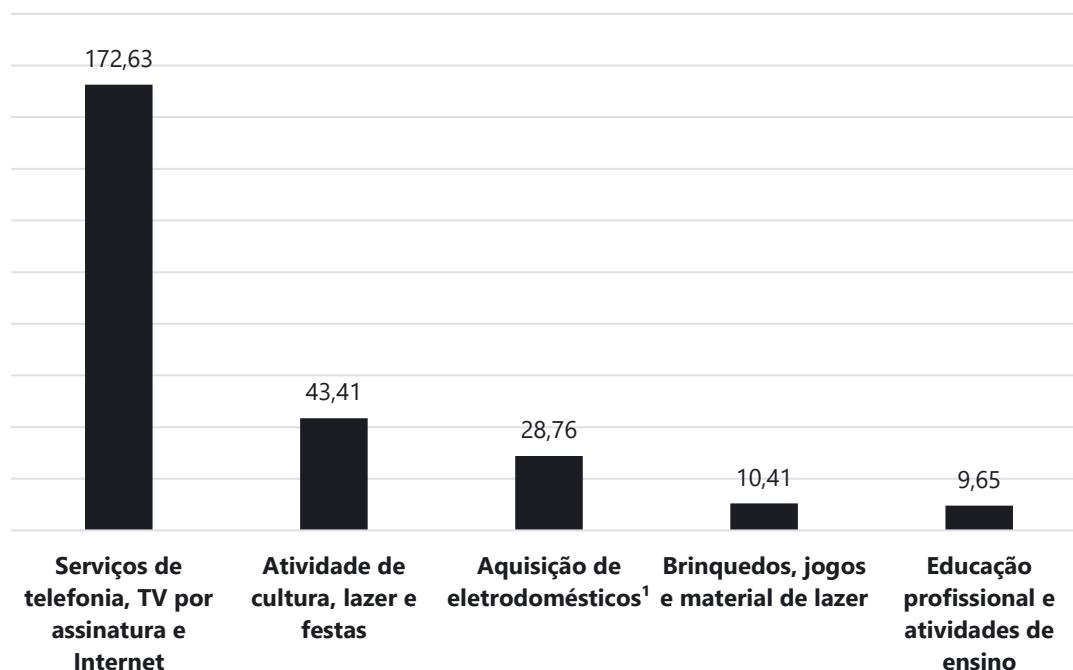
Gráfico 6.5 – Distribuição percentual da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa de consumo – Brasil (2017-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2019c). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Em reais, a média dos gastos com consumo familiar total no Brasil correspondia a R\$4.116,76, sendo R\$291,18 relacionados a despesas culturais, o que representava 7,1% do consumo total. O Gráfico 6.6 apresenta a composição dos gastos, de acordo com os cinco grupos de despesas de maiores valores: mais da metade foi direcionado a serviços de telefonia, TV por assinatura e internet (R\$172,63), seguido de gastos com atividades de cultura, lazer e festas (R\$43,41), aquisição de eletrodomésticos como aparelhos e equipamentos de TV e DVD, sons, microcomputadores (R\$28,76), brinquedos, jogos e material de lazer (R\$10,41) e, por fim, com educação profissional e atividades de ensino (R\$9,65).

Gráfico 6.6 – Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com cultura, por grupos de despesa selecionados (R\$) – Brasil (2017-2018)



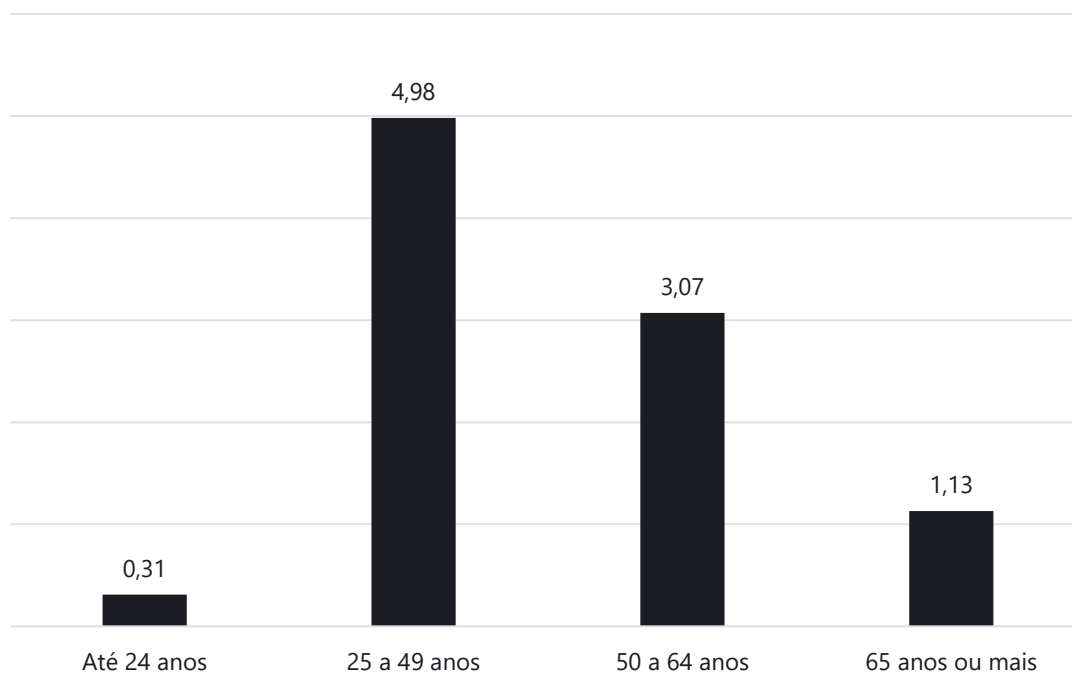
Fonte: Adaptado de IBGE (2019c). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

¹ Aparelhos e acessórios de TV e DVD, som, microcomputadores e outros.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo.

A despesa *per capita* mensal com eventos culturais, esportivos e recreação era de R\$9,49. Ao desagregar por grupo de idade, o Gráfico 6.7 aponta que as pessoas de 25 a 49 anos de idade gastavam em média R\$4,98 *per capita* por mês, seguidas daquelas entre 50 e 64 anos com um gasto médio de R\$3,07, depois as pessoas de 65 anos ou mais de idade com R\$1,13 e, por fim, aquelas com até 24 anos de idade que tinham como despesa mensal com eventos culturais, esportivos e recreação R\$0,31.

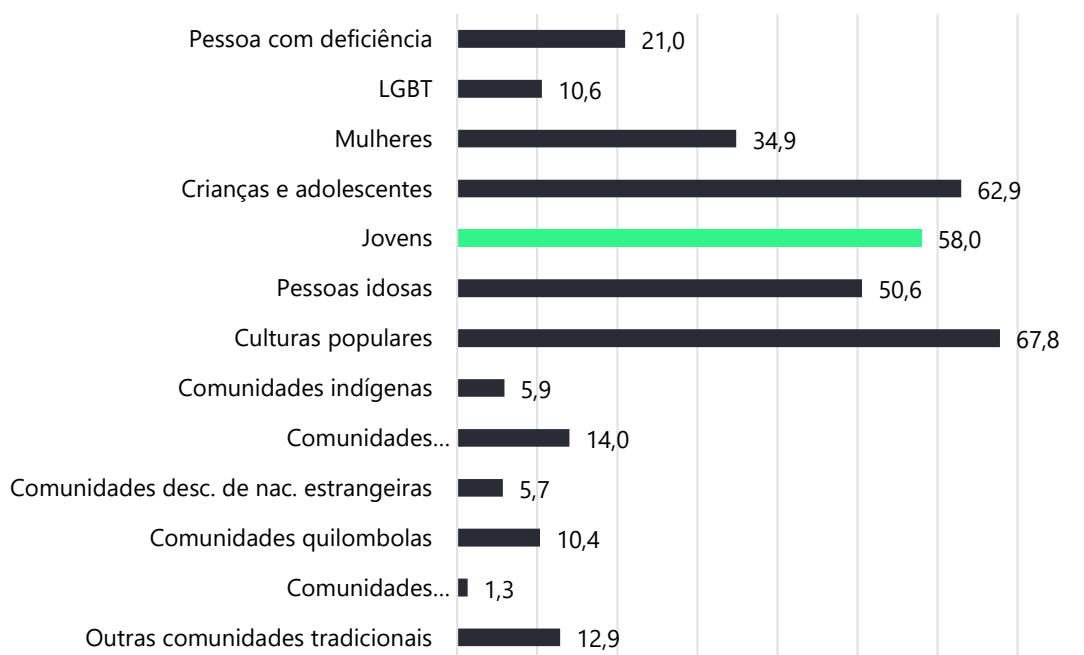
Gráfico 6.7 – Despesa monetária e não monetária *per capita* mensal com eventos culturais, esportivos e recreação, por grupo de idade (R\$) – Brasil (2017- 2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2019c). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

No Gráfico 6.8 são apresentados os dados do *Suplemento Cultura* da MUNIC (IBGE, 2015) que reúnem os percentuais de municípios com promoção, fomento ou apoio à iniciativa cultural específica para o campo de diversidade cultural organizados por segmento no ano de 2014. **Em 58,0% dos municípios houve ação nos 12 meses anteriores à pesquisa dedicadas ao segmento da juventude:** um número significativo, ficando atrás apenas de ações voltadas para culturas populares (67,8%) e para crianças e adolescentes (62,9%). As comunidades indígenas, as comunidades descendentes de nacionalidades estrangeiras, e as comunidades ciganas são os segmentos com menor percentual de municípios com ações realizadas, respectivamente, com 5,9%, 5,7% e 1,3%.

Gráfico 6.8 – Percentual de municípios com promoção, fomento ou apoio a iniciativa cultural específica para o campo da diversidade cultural, por segmento – Brasil (2014)



Fonte: IBGE (2015). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014. Elaboração própria.

No presente tópico foram apresentadas algumas estatísticas da cultura relacionadas à administração pública, seus órgãos gestores, seus instrumentos de gestão e de participação, suas despesas e suas ações para a promoção, fomento e apoio de atividades culturais. É evidente que esse debate não se esgota em si e pode ser explorado com mais densidade. No caso, a seleção adotada teve como objetivo introduzir a evolução e a situação da cultura nos estados e municípios brasileiros a fim de auxiliar no entendimento das estruturas públicas de cultura.

6.2. Infraestrutura e acesso à cultura



Art. 21. O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social.

Neste tópico, busca-se dimensionar a infraestrutura cultural no país, aqui entendida como a existência de equipamentos culturais como bibliotecas públicas, estádios, ginásios, centros culturais, teatros, museus, dentre outros. Como pontuado pelo *Suplemento de Cultura da MUNIC*, base da qual foram levantados os dados, a presença desses equipamentos não é suficiente para deduzir suas condições ou seu fluxo de atividade, porém sua existência pode indicar “o potencial da manifestação criativa, simbólica, comercial e associativa”, além de permitir que se reconheça o cenário da gestão municipal (IBGE, 2015, p. 16). Além disso, busca-se retratar o acesso dos jovens à cultura, a partir das estatísticas relativas aos hábitos e atividades culturais realizadas pela juventude e à Identidade Jovem (ID Jovem), documento que garante os benefícios de meia-entrada em eventos culturais, artísticos e esportivos, bem como descontos no sistema de transporte coletivo interestadual.

Na Tabela 6.3, é apresentado o percentual de municípios com equipamentos culturais entre os anos de 1999 e 2018, em que se observa o aumento no período entre 1999 e 2014 para todos os tipos de equipamentos, à exceção das videolocadoras (de 63,9% para 53,7%) e das livrarias (de 35,5% para 27,4%). Essa redução é resultado não apenas de questões econômicas, mas das novas dinâmicas proporcionadas pela ascensão das práticas de *e-commerce* e das plataformas de *streamings*, que permitem o consumo de itens como filmes, séries

e livros pela internet. Ao mesmo tempo, contrariando a tendência, de 2014 a 2018, há uma diminuição da presença dos equipamentos culturais nos municípios brasileiros, à exceção das galerias de arte (de 4,7% para 5,3%) e das conchas acústicas (de 6,4% para 6,7%), que apresentaram um pequeno aumento.

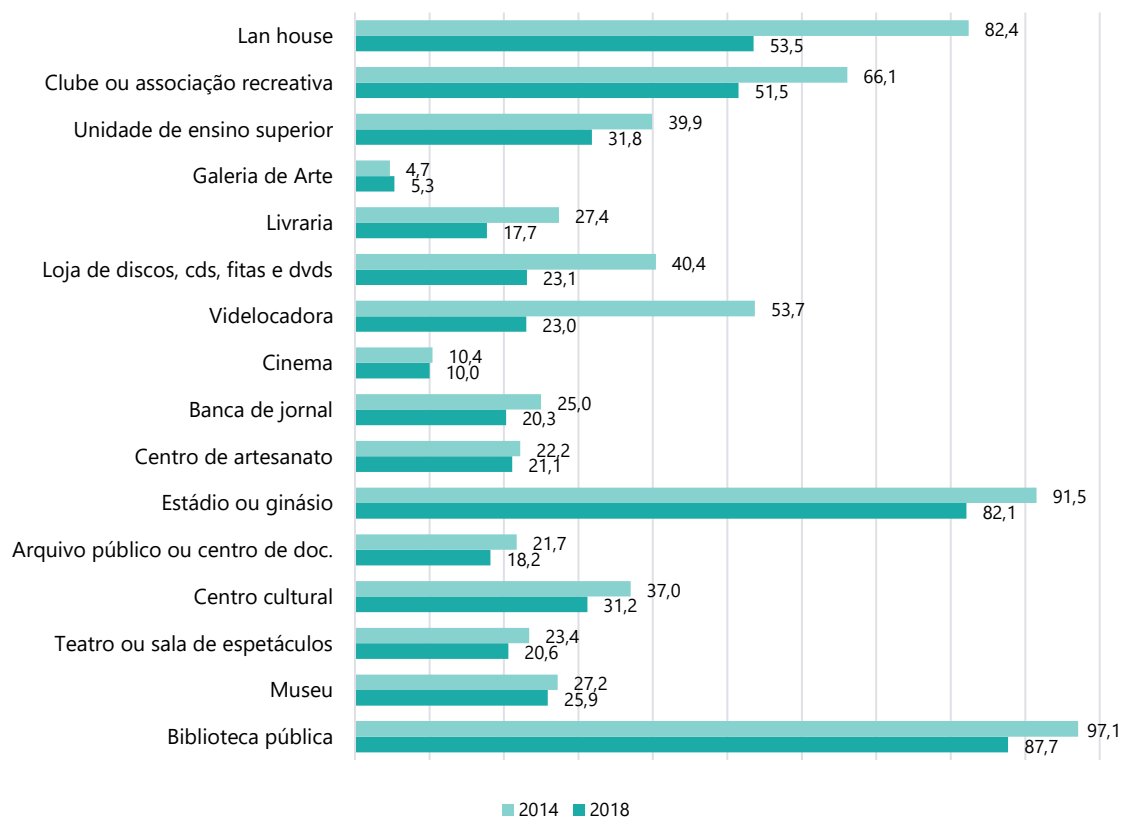
Tabela 6.3 – Percentual de municípios com equipamentos culturais, segundo tipo – Brasil (1999-2018)

Tipo	1999	2001	2005	2006	2009	2012	2014	2018
Biblioteca pública	76,3	78,7	85,0	89,1	93,2	97,0	97,1	87,7
Museu	15,5	17,3	20,5	21,9	23,3	25,0	27,2	25,9
Teatro ou sala de espetáculos	13,7	18,8	20,9	21,2	21,1	22,4	23,4	20,6
Centro cultural	24,8	29,6	33,9	37,0	31,2
Arquivo público ou centro de doc.	18,0	21,7	18,2
Estádio ou ginásio	65,0	75,9	77,4	82,4	86,7	89,4	91,5	82,1
Centro de artesanato	22,2	21,1
Banca de jornal	25,0	20,3
Cinema	7,2	7,5	9,1	8,7	9,1	10,7	10,4	10,0
Vidolocadora	63,9	64,1	7,5	82,0	69,6	43,2	53,7	23,0
Shopping center	6,2	7,3	6,7	7,0	6,3	6,3	6,7	6,1
Loja de discos, cds, fitas e dvds	34,4	49,2	54,8	59,8	44,9	43,0	40,4	23,1
Livraria	35,5	42,7	31,0	30,0	28,0	35,2	27,4	17,7
Galeria de Arte	4,7	5,3
Unidade de ensino superior	...	19,6	31,1	39,8	38,3	39,5	39,9	31,8
Clube ou associação recreativa	...	70,4	...	72,6	61,4	65,6	66,1	51,5
Lan house	80,7	82,4	53,5
Circo fixo	0,7	0,5
Concha acústica	6,4	6,7
Espaço para circo	34,8	...
Ponto de Leitura	15,1	...
Ponto de memória	4,9	...

Fonte: Adaptado de IBGE (2019). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

No Gráfico 6.9, é possível ilustrar essa redução territorial na maioria dos equipamentos culturais nos municípios do Brasil, sendo que as maiores diminuições foram em videolocadoras, *lan houses* e lojas de discos, cds, fitas e dvds, respectivamente com diferenças de 30,7 p.p., 28,9 p.p. e 17,3 p.p. — que podem ser parcialmente explicadas pelas novas dinâmicas de acesso à internet. Porém, também podem ser observadas reduções importantes em equipamentos como clubes e associações recreativas (14,6 p.p.), bibliotecas públicas (9,4 p.p.), estádios e ginásios (9,4 p.p.), unidades de ensino superior (8,1 p.p.) e livrarias (6,7 p.p.).

Gráfico 6.9 – Percentual de municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, por tipo – Brasil (2014 e 2018)



Fonte: IBGE (2015; 2019). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

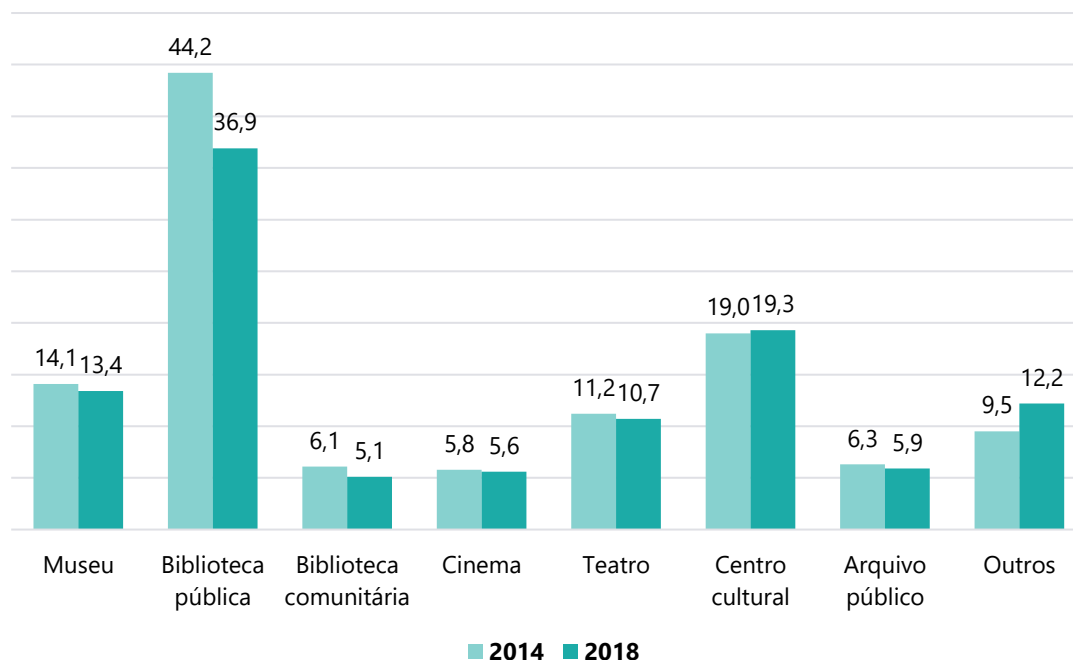
De acordo com os dados da MUNIC (IBGE, 2019a), assim como **diminuiu a presença de equipamentos culturais nos municípios**, também houve uma tendência de diminuição no número dos equipamentos de responsabilidade do poder municipal no mesmo período (2014 a 2018), com a **maior queda entre arquivos públicos e/ou centros de documentação**, passando de 1.248 para 1.090, **seguidos das bibliotecas públicas** — de 6.537 para 6.171, dos teatros — de 1.527 para 1.465, dos museus — de 1.753 para 1.693, e dos centros culturais — de 2.210 para 2.178. O aumento foi apenas observado nos estádios ou ginásios poliesportivos, passando de 10.116 para 10.467 geridos pelo poder municipal, e nos centros de artesanatos, de 1.294 para 1.299.

Da mesma forma, houve uma retração no número de municípios que desenvolveram, nos 12 meses anteriores à data da pesquisa, programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização dos equipamentos culturais (Gráfico 6.10). Observa-se a maior queda para as bibliotecas públicas, passando de 44,2% em 2014 para 36,9% em 2018, e o maior aumento para outros equipamentos, de 9,5% em 2014 para 12,2% em 2018.



Ilustração: Storyset

Gráfico 6.10 – Percentual de municípios, segundo os equipamentos para os quais foi desenvolvido, pela gestão municipal, programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização – Brasil (2014-2018)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015; 2019a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Assim como é fundamental compreender as estruturas municipais que permitem o acesso dos jovens aos equipamentos culturais, também é importante mapear suas atividades de lazer e seus hábitos culturais.⁸⁰ Para tanto, foram reunidos dados publicados pela *Agenda Juventude Brasil* (NOVAES *et al.*, 2013) de 2013, pelo livro *Cultura nas capitais* (LEIVA, 2018), lançado em 2018, e pela pesquisa *Hábitos Culturais II*, realizada pelo Itaú Cultural em parceria com o Instituto Datafolha no ano de 2021 (ITAÚ CULTURAL; DATAFOLHA, 2021). Diferentemente de dados publicados por pesquisas como a MUNIC e a PNAD Contínua, nesse tipo de investigação não há um acompanhamento dos números

⁸⁰ São consideradas atividades realizadas no tempo livre, sejam elas entendidas como culturais, de lazer ou de entretenimento.

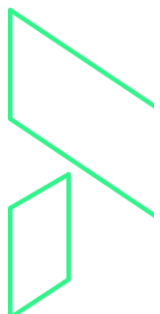
ou uma amostra e uma metodologia em comum, portanto, é necessário interpretar os números com cautela. Ainda assim, é possível alcançar indicativos importantes.

Em 2013, por exemplo, como pode ser visto na Tabela 6.4, ao serem indagados sobre o uso do tempo livre, **79% dos jovens entrevistados mencionaram atividades de lazer e entretenimento** (sair, passear, conversar com amigos, namorar, ir a bares e restaurantes, ir a *shopping center*), **45% responderam atividades feitas dentro de casa** (assistir TV, dormir, ficar com a família), **22% indicaram praticar algum tipo de atividade esportiva** e **15% relatam visitar amigos e parentes** (NOVAES *et al.*, 2013, p. 195). Existem diferenças que podem ser percebidas na mesma tabela, como por exemplo: em cidades pequenas, mais de 20% dos jovens costumavam visitar parentes e amigos no tempo livre, enquanto esse número em cidades grandes era de 15%; a mesma proporção aparece em relação às áreas urbanas (14%) e rurais (21%).

Tabela 6.4 – Percentual de jovens que realizam atividades aos finais de semana, por tipo, segundo porte de municípios (2012)

Brasil e Regiões	Lazer/ entretenimento	Dentro de casa	Esportivas	Visitar parentes/ amigos
Brasil	79%	45%	22%	15%
Regiões Metropolitanas	84%	43%	21%	12%
Capitais	83%	42%	19%	11%
Outras Regiões Metropolitanas	86%	44%	25%	12%
Interior	75%	46%	23%	17%
Cidades pequenas	72%	47%	18%	21%
Cidades médias	76%	44%	28%	14%
Cidades grandes	79%	46%	22%	15%
Urbano	80%	45%	21%	14%
Rural	74%	44%	26%	21%

Fonte: Adaptado de Novaes *et al.* (2013).

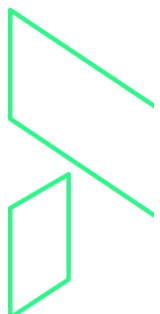


Em relação às atividades culturais, a pesquisa aponta que, no mesmo ano (2012), **13% dos jovens realizavam atividades culturais**. Esse percentual foi maior nos municípios mais populosos, em convergência com a maior oferta de equipamentos culturais: **21% dos jovens residentes nas capitais realizavam atividades culturais no fim de semana contra 9% dos jovens residentes no interior**.

Entre as principais atividades de lazer e/ou culturais, as mais presentes foram: festas em casa de amigos (96%), passear em parques e praças (95%) e ir a missas/cultos religiosos (95%). Ao passo que, em relação às atividades nunca realizadas, 84% dos jovens entrevistados nunca haviam ido a um concerto de música clássica, 72% deles nunca haviam ido a uma exposição de fotografia, 65% nunca haviam ido ao teatro, 63% a um show musical, 59% a uma biblioteca sem ser a da escola, 58% a um jogo de futebol em estádio, 45% ao circo, 36% a um show de música brasileira, 29% ao cinema e 19% a um *shopping center* (NOVAES *et al.*, 2013, p. 205).

Como destacado pela pesquisa, existem disparidades relevantes entre os jovens residentes em áreas urbanas e áreas rurais: 62% dos jovens em áreas rurais nunca haviam ido ao cinema, sendo que esse número registra 23% entre os jovens que vivem em áreas urbanas. Essa diferença se repete em outras áreas: nas regiões metropolitanas, 84% dos jovens já haviam ido a um cinema, enquanto esse número registrava 62% entre aquelas que viviam nas demais regiões. Essas distinções podem ser explicadas pela maior quantidade de equipamentos culturais oferecidos nas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos (NOVAES *et al.*, 2013, p. 205-207).

Em 2017, a pesquisa *Cultura nas capitais* (LEIVA, 2018) apontou que o acesso e o interesse em atividades culturais caem conforme avança o grupo de



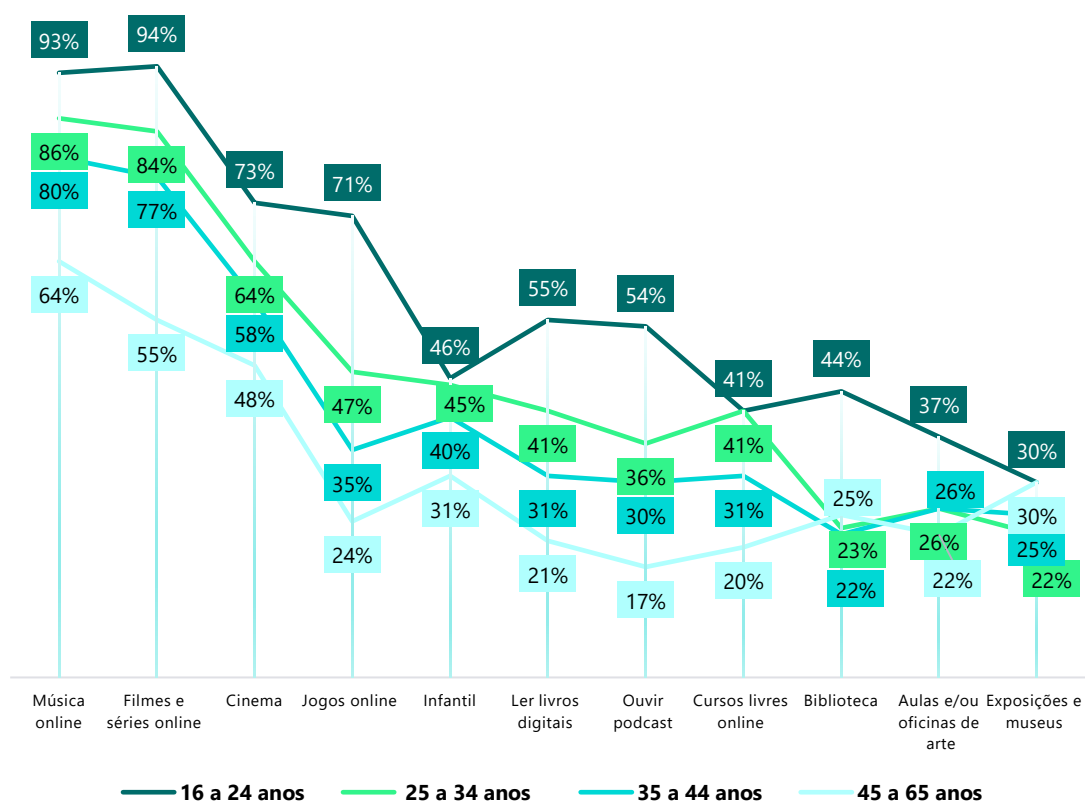
idade. Ou seja, os jovens aparecem como aqueles com mais acesso ao conjunto cultural da cidade e que mais atenderam a atividades culturais e de lazer oferecidas no ano da pesquisa, dentre elas: **83% das pessoas entre 16 e 24 anos de idade entrevistadas realizaram atividades relacionadas a jogos eletrônicos**, 82% foram ao **cinema**, 58% foram a **bibliotecas**, 57% estiveram em **shows**, 43% foram a **festas populares**, 42% realizaram atividades relacionadas a **dança**, 22% foram a **circos**, 21% estiveram em **saraus** e 12% em **concertos**. Na mesma faixa etária, 83% dos jovens tinham interesse em cinema; 73% em shows, 65% em teatro, 57% em museus; 52% em jogos eletrônicos, 45% em bibliotecas, 35% em carnaval e 31% em concertos. A pesquisa conclui que as pessoas jovens, de alta escolaridade, com maior renda, residentes no centro-sul do Brasil e do sexo masculino eram aqueles que mais realizavam atividades culturais no país no período da pesquisa, considerando a amostra selecionada (LEIVA, 2018, p. 71).

Em 2021, o setor cultural foi intensamente afetado pelos efeitos da pandemia de Covid-19 que atingiu o Brasil com o primeiro caso no mês de março de 2020. Durante o contexto pandêmico, 42% dos trabalhadores do setor tiveram projetos cancelados, 50% tiveram projetos suspensos e 38% informaram a perda de patrocínios no período (FGV SOCIAL *et al.*, 2021). Na pesquisa *Hábitos Culturais II* (ITAÚ CULTURAL; DATAFOLHA, 2021), foram realizadas mais de 2 mil entrevistas em todas as regiões do Brasil com o intuito de obter informações sobre os hábitos culturais da população, considerando esse contexto.

No Gráfico 6.11, são apresentadas informações, por grupo de idade, sobre a realização de atividades culturais antes da **pandemia**, tanto de forma *online* quanto presencial. **As atividades mais realizadas entre todas as faixas etárias foram: música *online*, filmes e séries *online* e cinema – sendo essa última destaque entre as atividades feitas de maneira presencial.** Os jovens de 16 a 24 anos de idade, um dos grupos de interesse desse diagnóstico, se destacam

com os maiores percentuais nas realizações das atividades avaliadas. No mesmo grupo, as **atividades presenciais mais frequentadas, além do cinema (71%), foram: ir à biblioteca (44%), assistir aulas ou oficinas de arte (37%) e ir a exposições e museus (30%).**

Gráfico 6.11 – Atividades culturais antes da pandemia, online e presencial, por faixa etária – Brasil (2021)

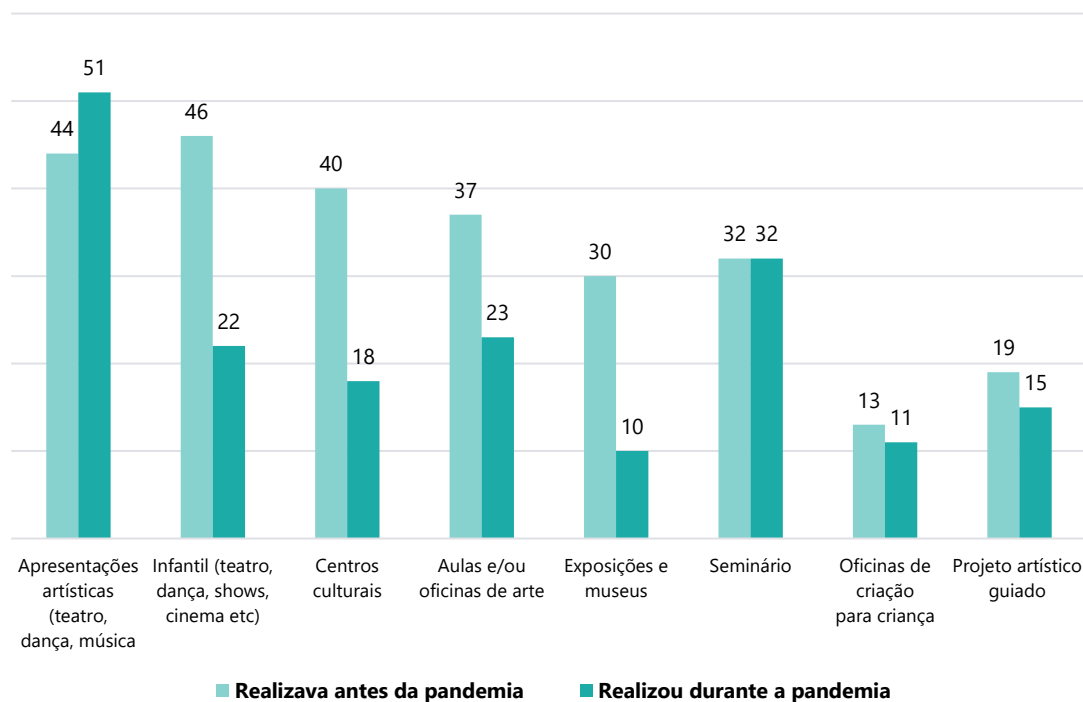


Fonte: Adaptado de Itaú Cultural, Datafolha (2021).

Em comparação com as atividades culturais realizadas durante a pandemia, pode-se observar no Gráfico 6.12 que, entre os jovens de 16 e 24 anos de idade, houve redução nas atividades, à exceção das apresentações artísticas que cresceram de 44% para 51% e dos seminários que permaneceram nos 32%. As maiores quedas são percebidas nas atividades infantis, nas exposições e

museus e nos centros culturais — consequências do isolamento social determinado no país durante períodos da pandemia.

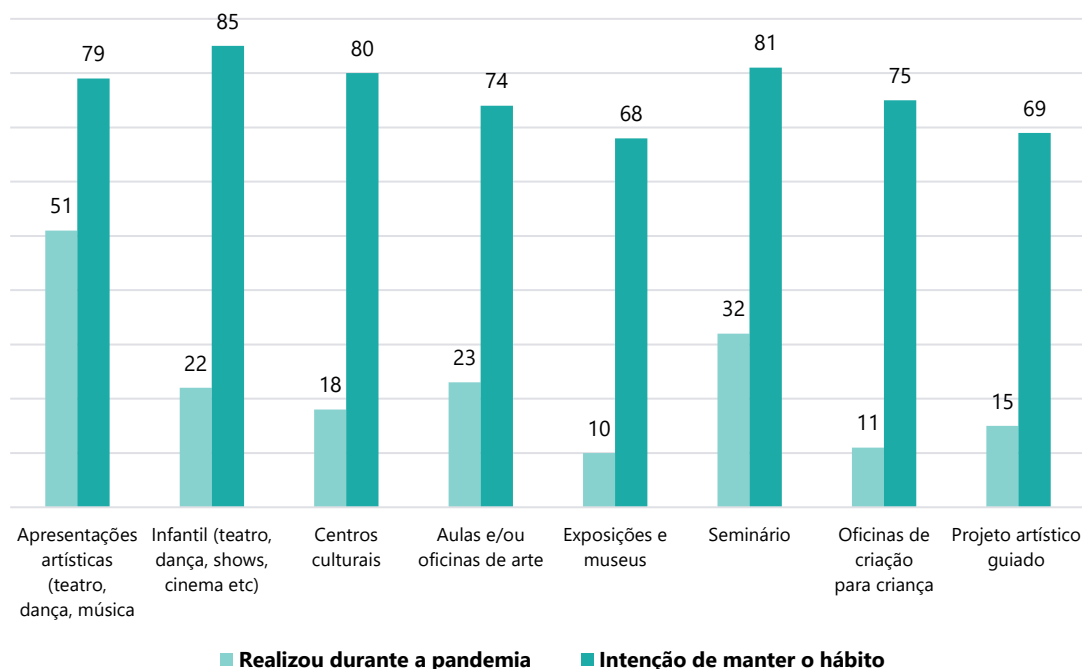
Gráfico 6.12 – Percentual de pessoas de 16 a 24 anos de idade que realizaram atividades online e presencial, antes e durante a pandemia, por tipo de atividade – Brasil (2021)



Fonte: Itaú Cultural, Datafolha (2021). Elaboração própria.

Também de acordo com os dados da pesquisa, **grande parte das pessoas têm intenção de manter o hábito online após a pandemia** (Gráfico 6.13). Entre as atividades selecionadas, 85% dos jovens de 16 a 24 anos pretendem manter a participação em atividades infantis, 81% em seminários e 80% em atividades de centro culturais. Em seguida, 79% têm intenção de manter o hábito de realizar atividades que envolvam apresentações artísticas, 75% se interessam em continuar com oficinas de criação para crianças e 74% pretendem manter aulas e/ou oficinas de arte. Por fim, 69% pretendem manter projetos artísticos guiados e 68% se interessam em continuar participando de exposições e museus.

Gráfico 6.13 – Percentual de pessoas de 16 a 24 anos de idade que realizaram atividades online e presencial, durante a pandemia, por tipo de atividade selecionadas e intenção de manter o hábito – Brasil (2021)



Fonte: Itaú Cultural, Datafolha (2021). Elaboração própria.

6.2.1. ID Jovem

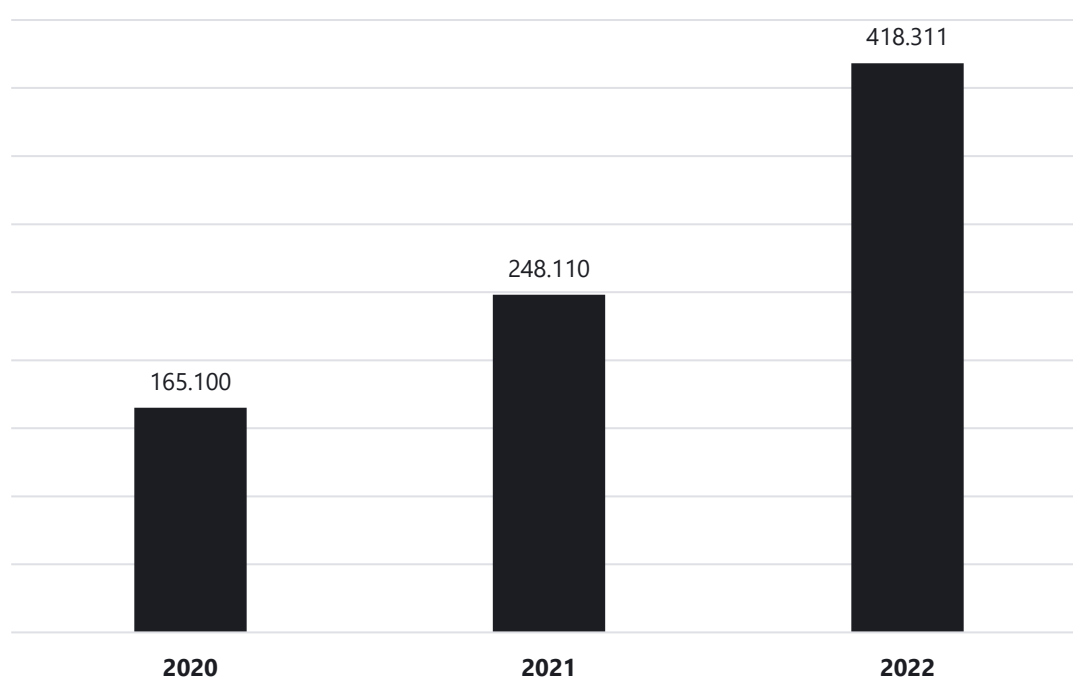
A Identidade Jovem (ID Jovem) é um documento regulamentado pelo Decreto nº 12.852, de 5 de outubro de 2015, que dispõe sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artísticos-culturais e esportivos, além de vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, direcionado para jovens de baixa-renda, estudantes e pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Essa iniciativa tem o potencial de fortalecer a circulação e participação em atividades culturais, como cinemas, teatros e ginásios, e ampliar o acesso dos

jovens à infraestrutura das cidades, fortalecendo os direitos à mobilidade e à cultura reconhecidos pelo Estatuto da Juventude.

Segundo dados do Sistema ID Jovem, são mais de **2,9 milhões de carteirinhas emitidas em 2022, sendo mais de 418 mil ativas**. No Gráfico 6.14, pode-se observar que no período de 2020 a 2022, o número de carteirinhas ativas quase **triplicou**: de 165.100 em 2020 para 418.311 em 2022.

Gráfico 6.14 – Número total de ID Jovem ativas – Brasil (2020-2022)

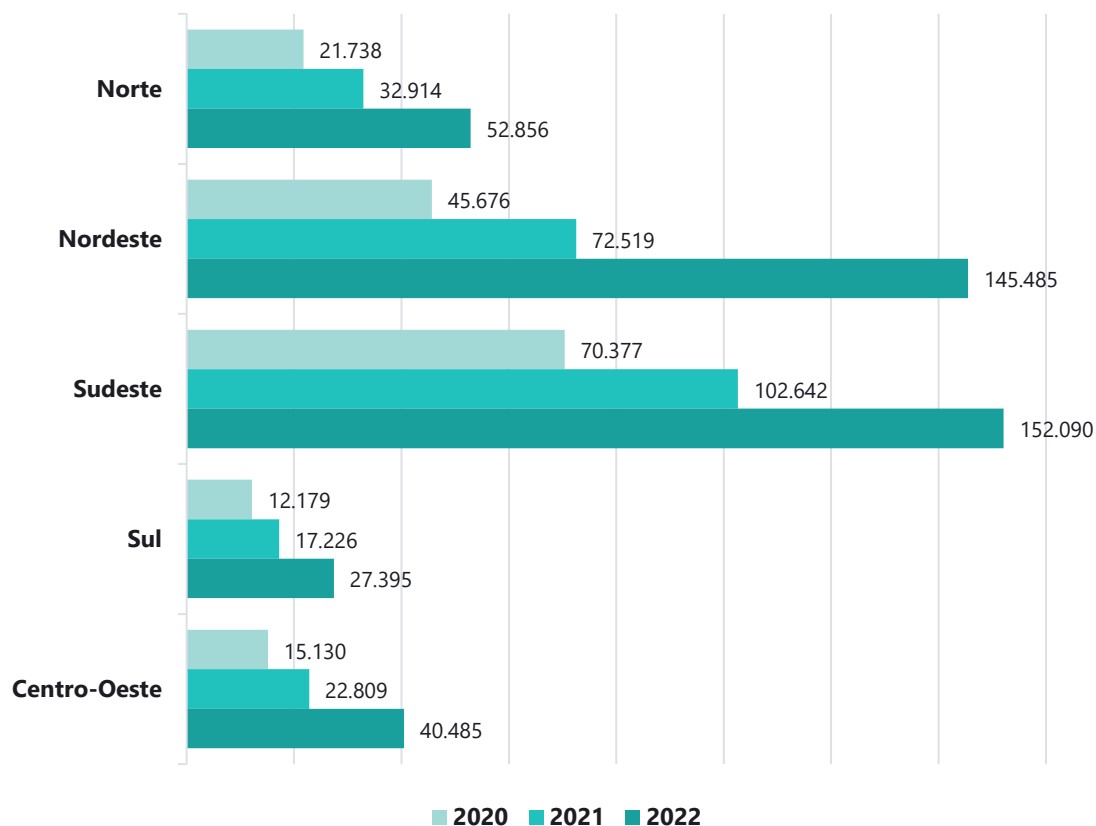


Fonte: Ferramenta Administrativa do Sistema ID Jovem. Secretaria Nacional da Juventude. Elaboração própria.

Notas: (1) IDs Jovem geradas desde maio/2018 por meio do site e dos aplicativos; (2) IDs Jovem aptas para utilização.

Em números absolutos, nota-se no Gráfico 6.15 **que todas as regiões assinalaram crescimentos importantes**, principalmente o Nordeste, que viu seu número triplicar. Dessa forma, ao lado da região Sudeste, registrou os maiores totais com, respectivamente, 145.485 e 152.090 carteirinhas ativas no último ano do período.

Gráfico 6.15 – Número total de ID Jovem ativas – Grandes Regiões (2020-2022)



Fonte: Ferramenta Administrativa do Sistema ID Jovem. Secretaria Nacional da Juventude. Elaboração própria.

Notas: (1) IDs Jovem geradas desde maio/2018 por meio do site e dos aplicativos; (2) IDs Jovem aptas para utilização.

Apesar dos números absolutos, considerando os jovens beneficiários *potenciais* e os jovens beneficiários *ativos*, os maiores índices de adesão no ano de 2022 estão no Centro-Oeste (4,4%), Sudeste (2,9%) e Norte (2,7%), seguidos de Sul (2,4%) e Nordeste (2,3%), como pode-se ver de maneira mais detalhada na Tabela 6.5.

Tabela 6.5 – Números totais e percentual de adesão do ID Jovem – Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2022)

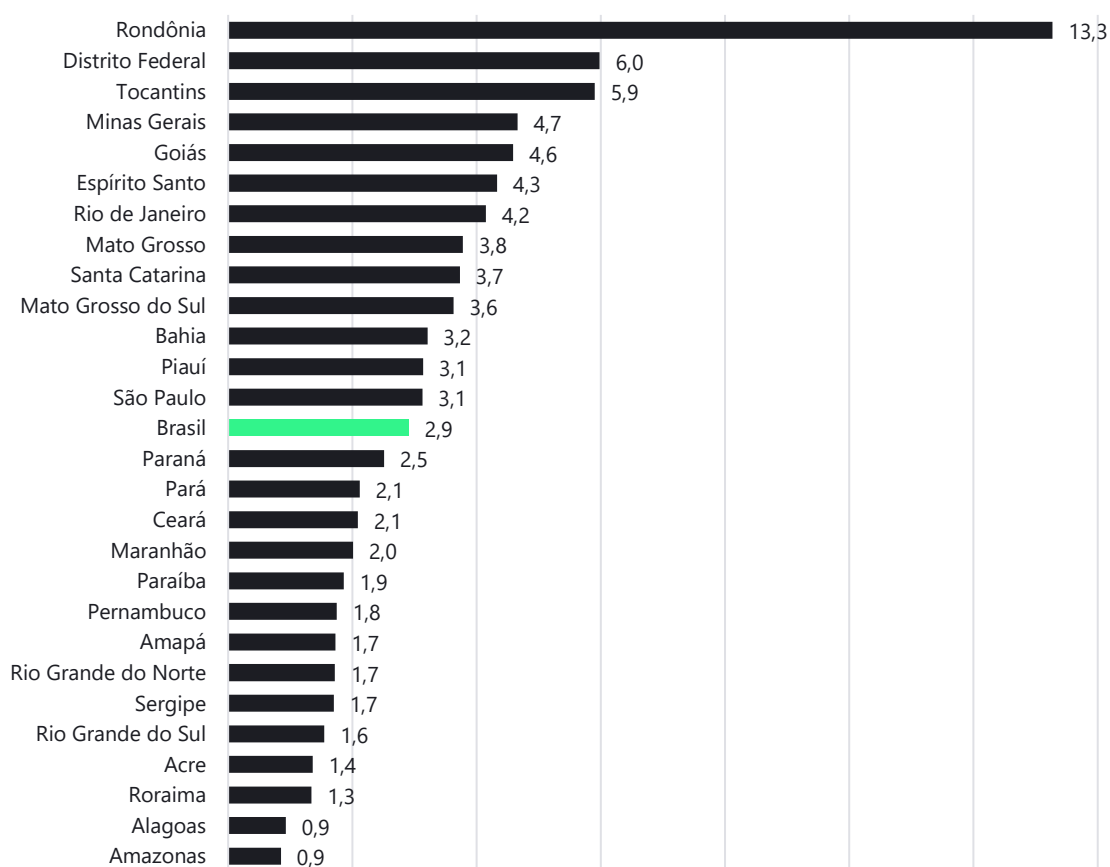
Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	Junho de 2022			
	Beneficiários Potenciais	IDs Jovens Geradas	IDs Jovens Ativas	Índice de Adesão
Brasil	14.358.842	2.964.926	418.311	2,9
Norte	1.954.622	347.626	52.856	2,7
Rondônia	113.746	108.775	15.093	13,3
Acre	116.728	8.724	1.591	1,4
Amazonas	432.236	21.336	3.662	0,9
Roraima	38.971	5.664	524	1,3
Pará	1.005.505	118.112	21.332	2,1
Amapá	94.512	12.240	1.637	1,7
Tocantins	152.924	72.775	9.017	5,9
Nordeste	6.437.680	905.670	145.485	2,3
Maranhão	965.024	108.468	19.388	2,0
Piauí	421.372	78.638	13.243	3,1
Ceará	1.041.127	105.758	21.782	2,1
Rio Grande do Norte	346.109	29.725	5.961	1,7
Paraíba	434.991	39.030	8.099	1,9
Pernambuco	999.621	101.523	17.513	1,8
Alagoas	357.713	22.764	3.335	0,9
Sergipe	255.585	31.504	4.338	1,7
Bahia	1.616.138	388.260	51.826	3,2
Sudeste	3.875.535	1.228.054	152.090	3,9
Minas Gerais	1.250.663	491.556	58.327	4,7
Espírito Santo	249.897	77.876	10.810	4,3
Rio de Janeiro	843.618	238.097	35.023	4,2
São Paulo	1.531.357	420.525	47.930	3,1
Sul	1.159.867	213.809	27.395	2,4
Paraná	558.769	116.600	14.027	2,5
Santa Catarina	185.251	47.368	6.910	3,7
Rio Grande do Sul	415.847	49.841	6.458	1,6
Centro-Oeste	931.138	269.767	40.485	4,4
Mato Grosso do Sul	188.625	44.351	6.852	3,6
Mato Grosso	221.998	69.370	8.381	3,8
Goiás	424.386	122.216	19.500	4,6
Distrito Federal	96.129	33.830	5.752	6,0

Fonte: Ferramenta Administrativa do Sistema ID Jovem. Secretaria Nacional da Juventude. Elaboração própria.

Notas: (1) IDs Jovem geradas desde maio/2018 por meio do site e dos aplicativos; (2) IDs Jovem aptas para utilização; (3) Jovens enquadrados nos critérios do Programa constantes da base do CadÚnico; (4) Relação entre IDs Jovem ativas com o público potencial (IDs Jovem ativas/Potenciais Beneficiários).

Entre as Unidades Federativas, os maiores índices de adesão estão em Rondônia com 13,3% (de 113.746 beneficiário *potenciais* são 15.093 carteirinhas ativas), Distrito Federal com 6,0% (5.752 carteirinhas ativas) e Tocantins 5,9% (9.017). Os estados com menores percentuais de adesão são Roraima com 1,3% (de 38.971 beneficiários *potenciais* são 524 carteirinhas ativas), Alagoas com 0,9% (3.335) e Amazonas com também 0,9% (3.662) (Gráfico 6.16). No Brasil, esse percentual é de 2,9%.

Gráfico 6.16 – Percentual de adesão do ID Jovem – Brasil e Unidades Federativas (2020-2022)



Fonte: Ferramenta Administrativa do Sistema ID Jovem. Secretaria Nacional da Juventude. Elaboração própria.

Notas: (1) IDs Jovem geradas desde maio/2018 por meio do site e dos aplicativos; (2) IDs Jovem aptas para utilização; (3) Jovens enquadrados nos critérios do Programa constantes da base do CadÚnico; (4) Relação entre IDs Jovem ativas com o público potencial (IDs Jovem ativas/Potenciais Beneficiários).

6.3. Mercado de trabalho e setor cultural

A participação dos jovens no mercado de trabalho foi tratada de maneira geral na seção dedicada à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda desse documento. Em complementaridade, neste tópico, serão apresentados os números referentes à ocupação dos jovens especificamente no setor cultural, a partir de dados da PNAD Contínua, publicados pelo *Sistema de Informações e Indicadores Culturais* (IBGE, 2021). Esses dados são importantes para compreender a inserção laboral dos jovens no setor, além de observar a evolução dos números durante o período de 2014 a 2020.

Em 2020, de acordo com os dados publicados, o setor cultural totalizou 4,8 milhões de pessoas ocupadas (5,6% do total) — o que representa uma queda de 11,2% em relação ao ano de 2019, que registrou 5,5 milhões de pessoas ocupadas no setor cultural (5,8% do total de ocupados) (IBGE, 2021). De modo geral, como mostra a Tabela 6.6, o perfil dos trabalhadores do setor apresentou algumas características: 30,9% dos trabalhadores possuíam ensino superior, nível mais elevado do que o registrado na média entre todos os setores (22,6%); a participação das mulheres aumentou em 3,1 p.p. desde 2014, sendo 49,5% das pessoas ocupadas no setor em 2020 — participação maior no conjunto de todos os setores (41,7%); as pessoas pretas ou pardas eram 42,6% dos ocupados em 2014 e 43,8% em 2020, totalizando pouco mais de 2 milhões de trabalhadores — total menor que a média dos ocupados em todos os setores (53,5%); e, por fim, os trabalhadores por conta própria eram 41,6% no setor cultural, enquanto em todos os setores esse número era de 25,4%. No mercado de trabalho informal, o setor cultural apresentou um número maior do que os demais setores, registrando 41,2% contra 38,8% em 2020 (IBGE, 2021).

Tabela 6.6 – Percentual de pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, segundo características sociodemográficas selecionadas – Brasil (2020)

Características sociodemográficas	Pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade (%)	
	Todos os setores	Setor cultural
Com ensino superior completo ou mais	22,6	30,9
Mulheres	41,7	49,5
Pretas ou pardas	53,5	43,8
Trabalhadores por conta própria	25,4	41,6

Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

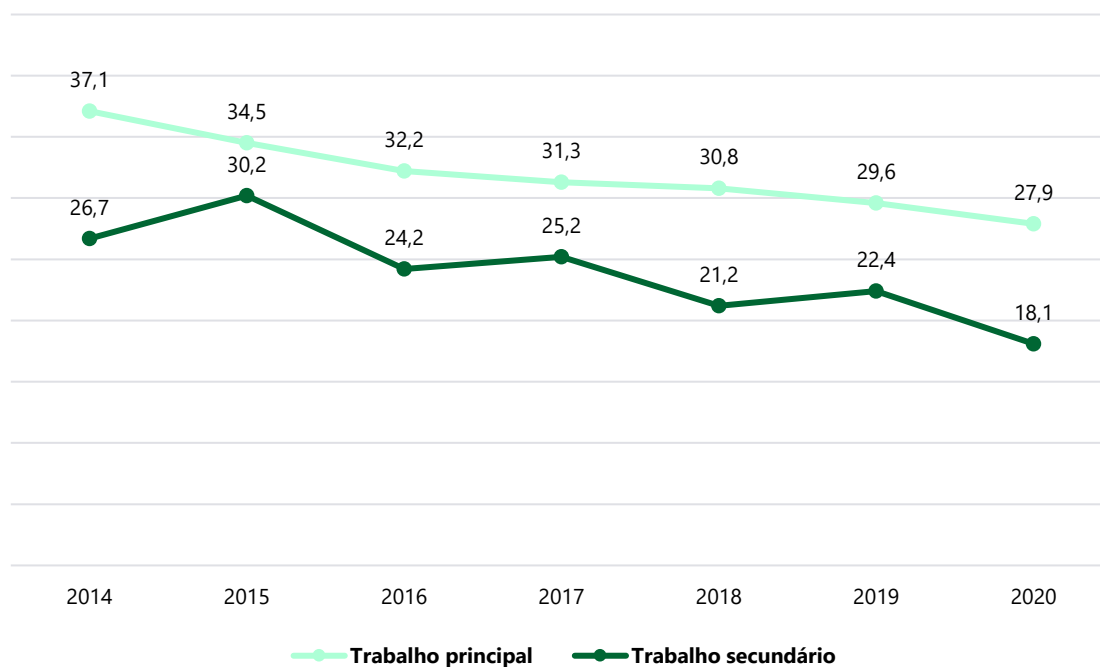
Desse total de 4,8 milhões de trabalhadores da cultura, entre trabalho primário e trabalho secundário⁸¹, foram registrados 1,3 milhão de jovens entre 14 e 29 anos de idade ocupados no setor cultural em 2020. Como pode-se observar no Gráfico 6.7, esse número vem em constante queda no período de 2014 a 2020: de 1,9 milhão (37,1%) para 1,3 milhão (27,9%) como trabalho primário. No trabalho secundário, a redução também é percebida: passando de 65 mil (26,7%) em 2014 para 28 mil (18,1%) em 2020.



Ilustração: Storyset

⁸¹ Quando uma pessoa tem mais de um trabalho e, no caso, o trabalho secundário está no setor cultural.

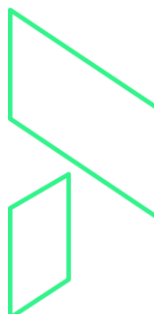
Gráfico 6.17 – Percentual de pessoas de 14 a 29 anos de idade, ocupadas na semana de referência, no setor cultural, por trabalho principal e secundário – Brasil (2014-2020)



Fonte: IBGE (2021). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Seguindo outras tendências do período, o setor cultural também foi fortemente afetado pela pandemia de Covid-19 que teve seu início no Brasil em 2020. De acordo com a *Nota de Conjuntura 7* publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2022, as atividades e ocupações culturais foram mais impactadas que as demais, atingindo mais de 900 mil trabalhadores. A forte retração foi acompanhada da retomada de eventos e atividades culturais em 2021, porém ainda não recuperou o nível de ocupação observado em 2019 (GÓES *et al.*, 2022).

O monitoramento desse quadro geral se faz fundamental para contribuir com o debate acerca do mercado de trabalho, principalmente levando em conta a pandemia de Covid-19, mas também é relevante considerando a atuação dos jovens como produtores de cultura. Sua participação nesse espaço de trabalho



pode ser importante ferramenta no protagonismo juvenil, na inserção produtiva, de expressão criativa, além de ser parte significativa na promoção do desenvolvimento econômico.

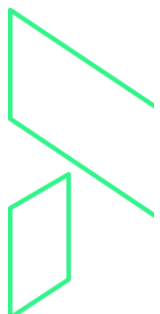
De modo geral, como posto anteriormente, esse tópico teve por objetivo complementar a discussão já abordada na seção dedicada ao Trabalho, à Profissionalização e à Renda, apresentando números relacionados à ocupação da população jovem no setor cultural. Pode-se concluir, com base nos dados levantados, que o setor acompanha a queda na ocupação já observada na seção citada e os jovens são, conseqüentemente, também afetados por essa movimentação do mercado, registrando uma retração constante desde 2014.

Considerações finais

É inquestionável a capacidade produtiva da cultura no Brasil, não apenas como setor gerador de renda e de empregos, mas como potência de criação de novas formas de expressões e de manifestações criativas. Nessa perspectiva, abre-se uma gama de possibilidades para o debate, contudo, devido ao interesse do presente diagnóstico, esta seção teve como propósito apresentar um retrato que permitisse identificar pontos de intersecção com a juventude brasileira, além de compilar informações relevantes sobre o tema.

Dessa forma, buscou-se levantar dados que evidenciassem as possibilidades de acesso dos jovens a atividades culturais, de lazer e de entretenimento por meio do mapeamento da gestão pública na área, da existência de equipamentos públicos, dos seus hábitos culturais e da sua inserção produtiva no mercado de trabalho, especificamente no setor cultural.

Diante do quadro apresentado, conclui-se que houve um crescimento da capilaridade institucional nos municípios brasileiros, tanto em termos de órgãos



de gestão quanto de instrumentos e mecanismos para tal. No entanto, verifica-se redução na existência dos equipamentos culturais, como bibliotecas públicas, teatros e museus. Os jovens aparecem como o grupo com mais acesso à estrutura cultural, comparecendo aos cinemas, às bibliotecas, aos shows, além de realizar atividades e consumir conteúdos *online*. Não obstante, se mostra necessário levar em conta disparidades regionais que resultam em um acesso desigual da juventude aos espaços culturais.

A pandemia, por sua vez, também aparece como um ponto de atenção nesse cenário, visto que impactou intensamente o setor, paralisando atividades e cancelando projetos. A imposição de medidas sanitárias, como o isolamento social, afetou os hábitos culturais da população, ainda que seja necessária cautela dada a atualidade do tema.

Em suma, compreender a cultura como um elemento importante na promoção do bem-estar, no desenvolvimento cognitivo e físico, na integração social e na construção de diálogos, é fundamental para traçar estratégias para políticas públicas de qualidade no sentido de democratizar o acesso dos jovens e de incentivar sua participação. Claramente, devido às particularidades do tema, existem desafios e barreiras para um diagnóstico preciso, mas o levantamento traz resultados relevantes para o debate.



ACESSE

As tabulações dos dados da [sexta seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

ALMEIDA, Renato S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013

ARAGAKI, Caroline. Cultura periférica é uma das mais relevantes nos últimos 20 anos. *Jornal da USP*. São Paulo, 21 de mar. de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cultura-periferica-e-uma-das-mais-relevantes-nos-ultimos-20-anos/>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.537 de 05 de outubro de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. *Diário Oficial da União*, 06 de out. de 2015, p. 1.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. *Diário Oficial da União*, 30 de jun. de 2020, p.1.

GÓES, Geraldo Sandoval *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de Covid-19 nos seus fluxos e estoques. *Nota de Conjuntura 7*, n. 54, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), 1º trim. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios brasileiros*: 2014. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios brasileiros*: 2018. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos estados brasileiros*: 2018. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019c.

IBGE. *Sistema de informações e indicadores culturais*: 2009-2020. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

ITAÚ CULTURAL; DATAFOLHA. Hábitos Culturais II. *Relatório de pesquisa*, jun. 2021. Disponível em: https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100847/Pesquisa_H%C3%A1bitos_Culturais_-_divulga%C3%A7%C3%A3o_cred.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

LEIVA, João. *Cultura nas capitais*: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018.

NOVAES, Regina *et al.* (Org.). *Agenda Juventude Brasil*: leitura sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro UNIRIO, 2013.

SNJ. *Direitos da Juventude*: Subsídios para o debate. 2015.

7. Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

O Estatuto da Juventude é o primeiro instrumento jurídico brasileiro que reconhece ao jovem o direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, instituindo o poder público como o ator responsável por assegurá-lo dentro das especificidades dessa população (SNJ, 2015). Esta garantia é expressa no documento da seguinte maneira:

“O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2013, p. 31).

Sem dúvida, essa é a geração mais conectada da história. A partir da propagação de tecnologias como o rádio e a televisão por volta da metade do século XX em território nacional, houve uma aceleração da comunicação e uma ampliação exponencial do seu acesso ao longo dos anos (SNJ, 2015). Atualmente, a internet, as mídias e as redes sociais são tecnologias centrais que transformam o processo da comunicação e da participação social entre os jovens (FGV SOCIAL *et al.*, 2021).



Ilustração: Storyset

Além disso, também é de conhecimento que o uso desses meios se articula diretamente com aspectos de lazer, de fruição cultural, de educação e de trabalho, visto que são utilizados não apenas para a comunicação em seu fim, mas também como intermédio para assistir filmes, ouvir músicas, ler livros, jornais ou revistas em formato digital, estudar, trabalhar remotamente, entre outras atividades.

Dessa forma, reconhecendo a importância do direito à comunicação e à liberdade de expressão, articulado com demais direitos da juventude já abordados nesse diagnóstico, e o papel das tecnologias na disseminação de informações e na construção de identidades, o tópico a seguir tem como finalidade apresentar os números referentes ao acesso e à inclusão da juventude às tecnologias de comunicação. Isto será feito a partir de levantamentos de dados publicados, primordialmente, na *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) (IBGE, 2019), na *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (PeNSE) (IBGE, 2021a) e no *Sistema de Informações e Indicadores Culturais* (SIIC) (IBGE, 2021b).

7.1. Infraestrutura municipal dos meios de comunicação



Art. 26 O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Tendo em vista os artigos do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), os indicadores destacados a seguir buscam avaliar a inclusão dos jovens às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a partir de dados sobre a infraestrutura dos meios de comunicação nos municípios e sobre o acesso à internet, aos computadores e aos telefones celulares entre os jovens.

Como pontuado na publicação da MUNIC (IBGE, 2019), desde sua primeira edição em 1999, a existência de equipamentos culturais⁸² e de meios de comunicação nos municípios é mapeada e acompanhada. Na Tabela 7.1 são apresentadas as informações coletadas desde então, segundo tipo de meio de comunicação. Da primeira medição a 2014, houve um crescimento da proporção de municípios com os meios de comunicação listados, à exceção dos jornais impressos que vêm em queda: de 36,8% em 2006 para 35,5% em 2014. O aumento mais significativo foi em relação aos provedores de internet, número que cresceu de 16,4% em 1999 para 66,5% em 2014 (10,1 p.p.). O percentual de municípios com rádios AM local, FM local e comunitárias também cresceu de forma exponencial, registrando um aumento de 3,2 p.p., 13,0 p.p. e 15,5 p.p., respectivamente.

Tabela 7.1 – Percentual de municípios com meios de comunicação, segundo tipo – Brasil (1999-2018)

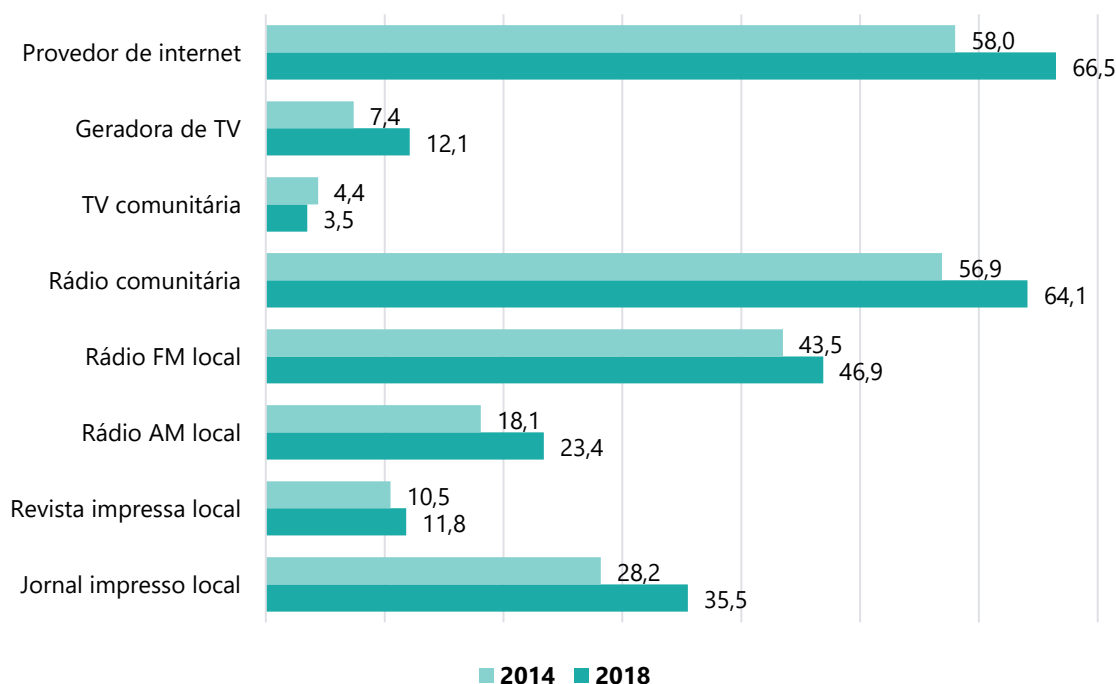
Tipo	1999	2001	2005	2006	2009	2012	2014	2018
Jornal impresso local	36,8	35,5	28,2
Revista impressa local	7,7	11,8	10,5
Rádio AM local	20,2	20,6	21,7	21,2	21,3	21,7	23,4	18,1
Rádio FM local	33,9	38,2	51,3	34,3	35,1	38,3	46,9	43,5
Rádio comunitária	48,6	52,6	59,3	64,1	56,9
TV comunitária	2,3	3,5	4,4
Geradora de TV	9,1	8,4	10,7	9,6	10,9	11,6	12,1	7,4
Provedor de internet	16,4	22,7	46,0	45,6	55,6	57,4	66,5	58,0
TV a cabo	6,7
TV aberta	98,9	95,2	99,9	...

Fonte: Adaptado de IBGE (2019). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

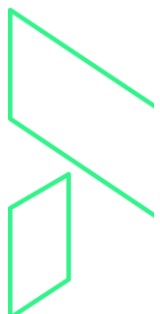
⁸² A evolução da quantidade de equipamentos culturais municipais pode ser conferida no eixo 6 dedicado à Cultura. Por uma questão de abordagem, os assuntos foram separados e tratados em seus respectivos eixos, diferentemente da pesquisa original onde são abordados em conjunto.

A despeito do crescimento pontuado, de 2014 a 2018 confirma-se um recuo na proporção de municípios quando observados os meios de comunicação apresentados no Gráfico 7.1, onde apenas as TVs comunitárias demonstraram aumento (menor de 1 p.p.). Entre todos os demais meios, as maiores reduções são observadas nos seguintes equipamentos: provedor de internet (-8,5 p.p.), jornal impresso local (-7,3 p.p.) e rádios comunitárias (-7,2 p.p.). A queda do acesso a esse tipo de meio de comunicação pode ser explicada pela ascensão da internet e pelas novas dinâmicas de produção em formas digitais, como *streamings* e plataformas de vídeos, que impactam a circulação de veículos em papel ou o consumo de programas de rádio.

Gráfico 7.1 – Percentual de municípios, total e com existência de meios de comunicação no município, selecionados por tipo – Brasil (2014 e 2018)



Fonte: IBGE (2015; 2019). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.



Por outro lado, observa-se um avanço no percentual de municípios que apoiaram financeiramente atividades culturais como programas radiofônicos (de 6,2% em 2014 para 8,9% em 2018) e programas de televisão (de 1,4% para 2,7%, no mesmo período) (IBGE, 2019).

7.2. Acesso à televisão, ao telefone celular e à internet

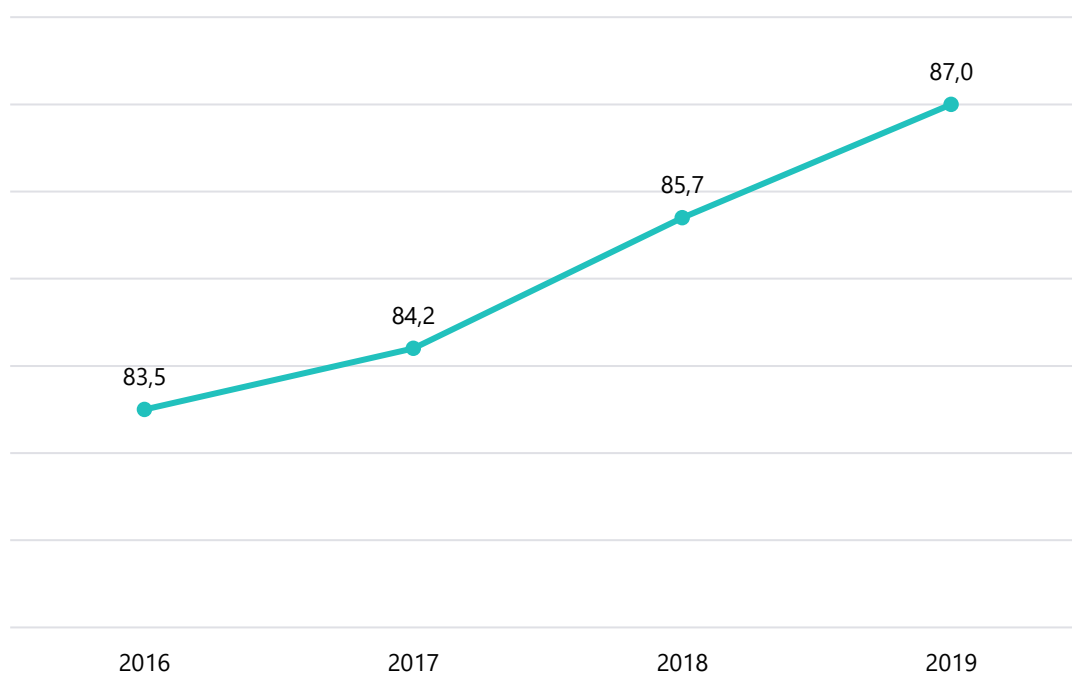
A expansão dos meios de comunicação é cada vez mais aprofundada nos domicílios e no uso cotidiano dos indivíduos. A popularização e a transformação dos dispositivos — televisão, internet, telefone celular — influenciam nas formas de uso, como, por exemplo, na permanente conectividade por intermédio das redes sociais, na facilidade de acesso às mídias (jornais, revistas), na interatividade entre grupos, e outras formas de acesso e de diálogo (SNJ, 2015; FGV SOCIAL *et al.*, 2021). Para compreender as condições desse acesso, reunimos as informações a seguir.

De acordo com dados disponibilizados pelo *Sistema de Informações e Indicadores Culturais* – SIIC (IBGE, 2021b), no ano de 2019, 96,8% dos moradores de domicílios particulares permanentes possuíam televisão, sendo 78,1% com televisão de tela fina (LED, LCD ou plasma). Entre o grupo de idade de 15 a 29 anos, 95,9% viviam em domicílios com algum tipo de televisão. Os números mostram como a televisão ainda é um bem essencial como possibilidade de acesso à cultura e comunicação, sendo presente em quase a totalidade dos domicílios brasileiros.

No que se refere à **posse de telefone móvel celular, há uma expansão verificada no período de 2016 e 2019**. No primeiro ano, 77,4% das pessoas de 10 anos ou mais possuíam telefone celular e, em 2019, esse número subiu para 81,4%, sendo que a presença desse bem é notada, principalmente, entre a

população adulta (IBGE, 2021b). O crescimento é observado entre todas as faixas etárias, e no Gráfico 7.2 foram separadas as informações dos jovens de 15 a 29 anos de idade: em 2016, 83,5% dos jovens possuíam telefone celular e, em 2019, esse percentual cresceu para 87,0%. Isso significa que **8 entre 10 jovens possuíam telefone celular no ano de 2019.**

Gráfico 7.2 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade, total e por posse de telefone móvel celular para uso pessoal – Brasil (2016-2019)

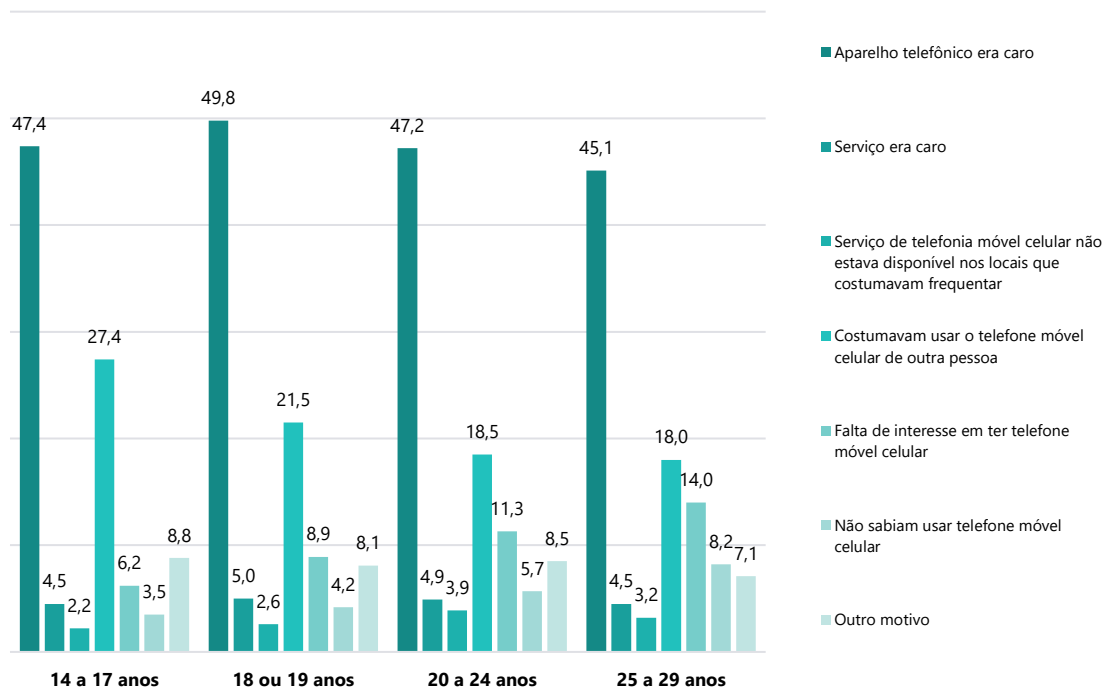


Fonte: IBGE (2021a). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Em 2019, entre os indivíduos de 14 a 29 anos de idade que não possuíam celular para uso pessoal, o principal motivo apontado por mais de 40% dos jovens (em cada grupo de idade) foi o alto valor do aparelho telefônico. Essa razão foi seguida pelo costume de usar o celular de outra pessoa e pela falta de interesse em adquirir um aparelho. No Gráfico 7.3 é apresentada a distribuição percentual mais detalhada, a partir da desagregação das faixas

etárias de 14 a 29 anos de idade. Porém, pouca diferença é observada entre as razões, mostrando uma convergência entre os motivos de não possuírem celular.

Gráfico 7.3 – Distribuição percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por grupo de idade e motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal – Brasil (2019)



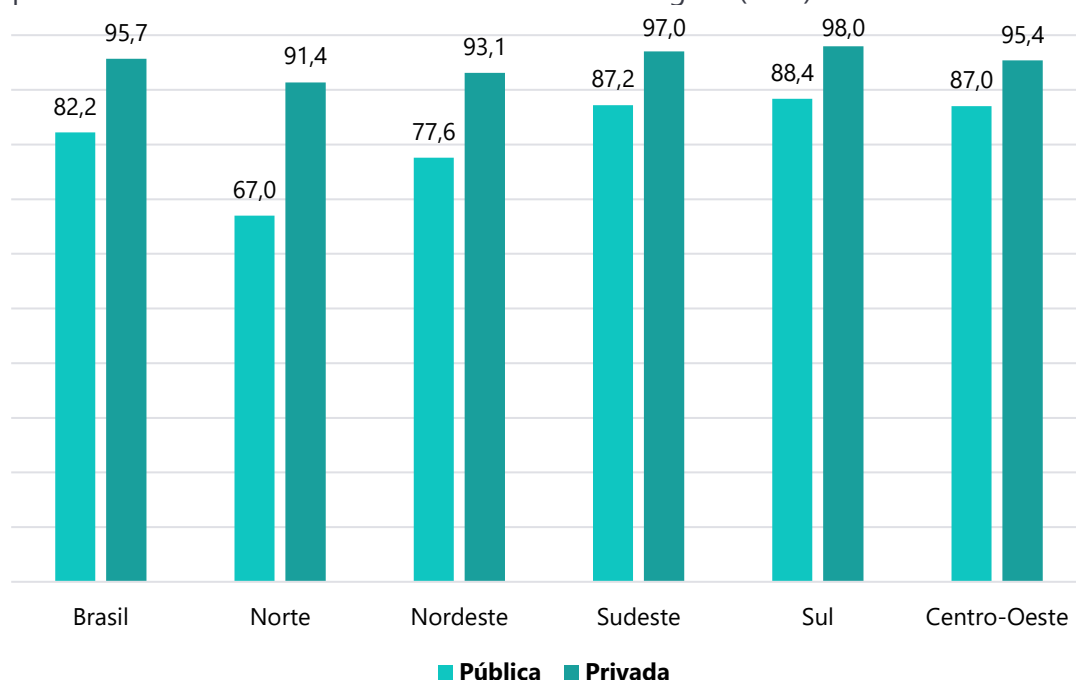
Fonte: IBGE (2021a). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Também foram identificados os dados da *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (PeNSE) sobre o tema, visto que a publicação, conduzida pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde e apoio do Ministério da Educação, reforça o período da adolescência como fundamental no desenvolvimento dos indivíduos e a escola como o ambiente de influência crucial nessa formação.

A partir dessa pesquisa, pode-se notar disparidades importantes entre os estudantes de 13 a 17 anos de idade nas regiões e nas dependências administrativas escolares. Por mais que haja um crescimento nacional da posse de celular entre os anos de 2016 e 2019, de 77,4% para 81,4%, ainda persistem

diferenças regionais importantes, principalmente na região Norte, que, em 2019, contava com 67,0% dos alunos de escolas públicas com aparelho celular contra 91,4% dos alunos de escolas particulares, e na região Nordeste que registrou 77,6% dos alunos de escolas públicas contra 93,1% dos escolares de escolas particulares com posse de telefone celular para uso pessoal.

Gráfico 7.4 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por posse de telefone de celular, segundo dependência administrativa da escola – Brasil e Grandes Regiões (2019)

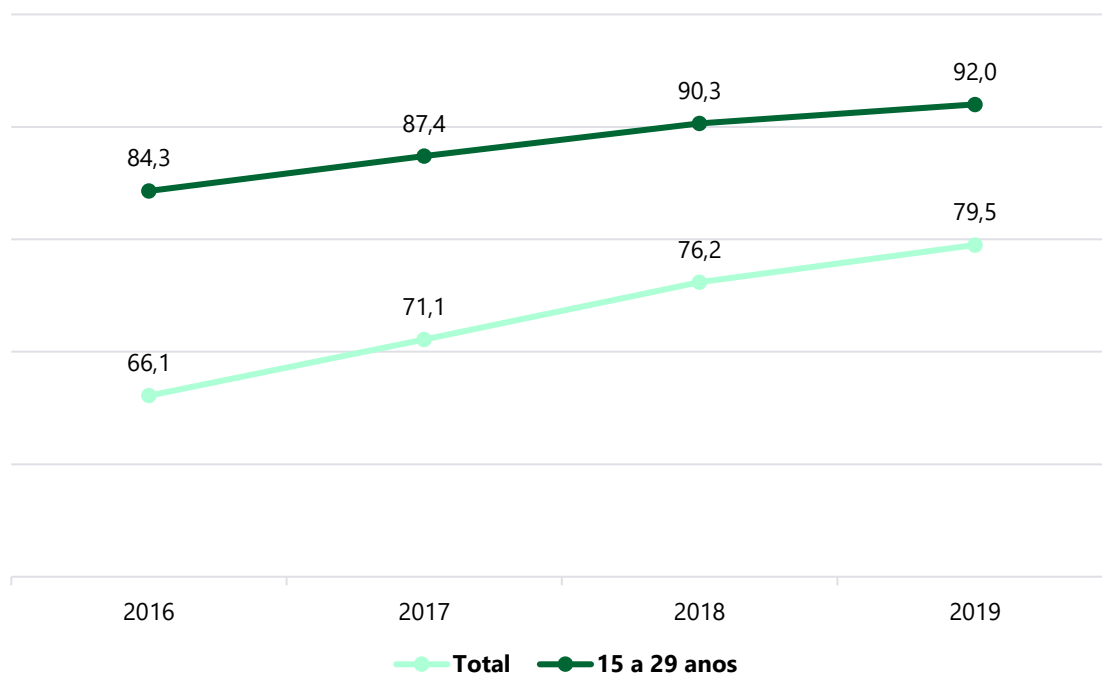


Fonte: IBGE (2021b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. Elaboração própria.

Sobre a **internet**, dados do SIIC (IBGE, 2021b) mostram o **crescimento da sua utilização no Brasil, tanto na população em geral quanto no grupo de idade de interesse deste documento — jovens de 15 a 29 anos**. Para a primeira categoria, o percentual passou de 66,1% em 2016 para 79,5% em 2019 — um aumento de 13,4 p.p. Para a faixa etária de jovens de 15 a 29 anos, a expansão foi de 7,7 p.p., saindo de 84,3% em 2016 e chegando aos 92,0% em 2019, número

que coloca os jovens como o grupo de idade que mais utiliza a internet (Gráfico 7.5). Entre os demais grupos, 79,3% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos acessaram a internet, 84,2% das pessoas de 30 a 59 anos e 44,8% daqueles com mais de 60 anos utilizaram a internet no período.

Gráfico 7.5 – Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 15 a 29 anos de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses – Brasil (2016-2019)



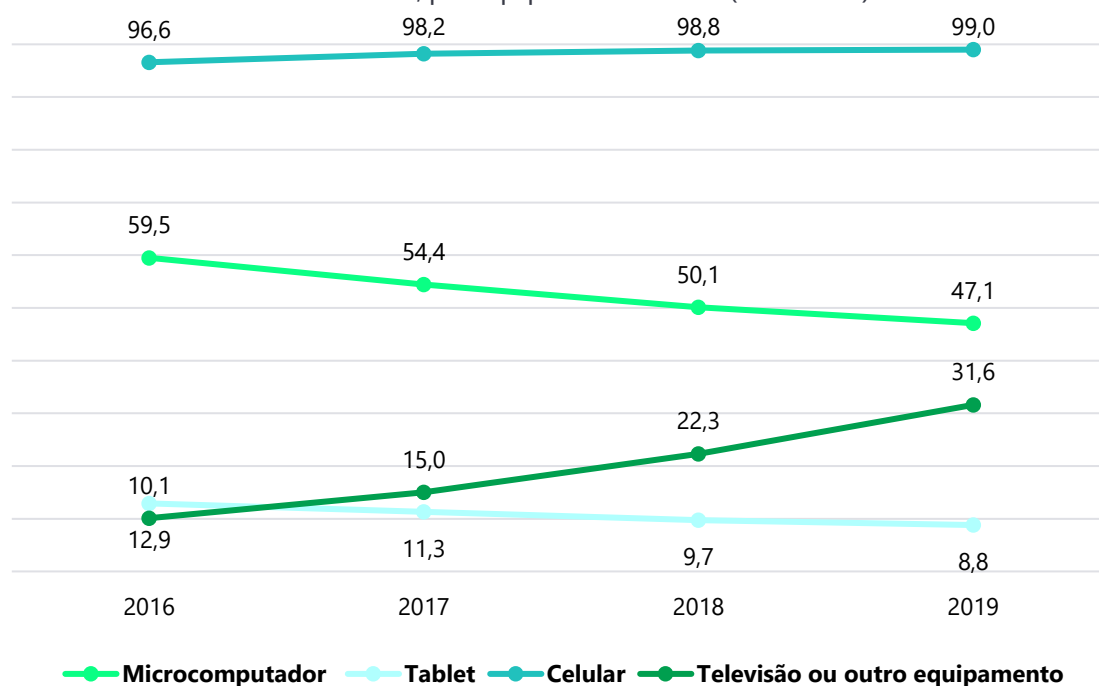
Fonte: IBGE (2021a). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

O equipamento mais utilizado para acessar a internet foi o telefone celular, contando com 98,6% na população com mais de 10 anos de idade e atingindo a marca de 99,0% entre os jovens de 15 a 29 anos, o que mantém o aparelho como principal meio de acesso à internet no período apresentado — 2016 a 2019 (Gráfico 7.6). O acesso pela televisão ou por outro equipamento também vem aumentando entre a população com mais de 10 anos de idade no mesmo período: de 11,7% em 2016 para 32,5% em 2019. Um crescimento ainda

maior foi percebido no grupo dos jovens de 15 a 29 anos, que passou de 10,1% para 31,6% no último ano – um aumento de 21,5 p.p.

No que tange ao acesso à internet pelo microcomputador, as diminuições também são observadas nos dois grupos citados. Entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade, o acesso caiu de 63,2% em 2016 para 46,2% em 2019; e no grupo das pessoas com 15 a 29 anos passou de 59,5% para 47,1%. E, por fim, o acesso por *tablets* passou de 16,4% em 2016 para 10,9% em 2019 no primeiro grupo e de 12,9% para 8,8% no segundo grupo no mesmo período.

Gráfico 7.6 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, por equipamento – Brasil (2016-2019)

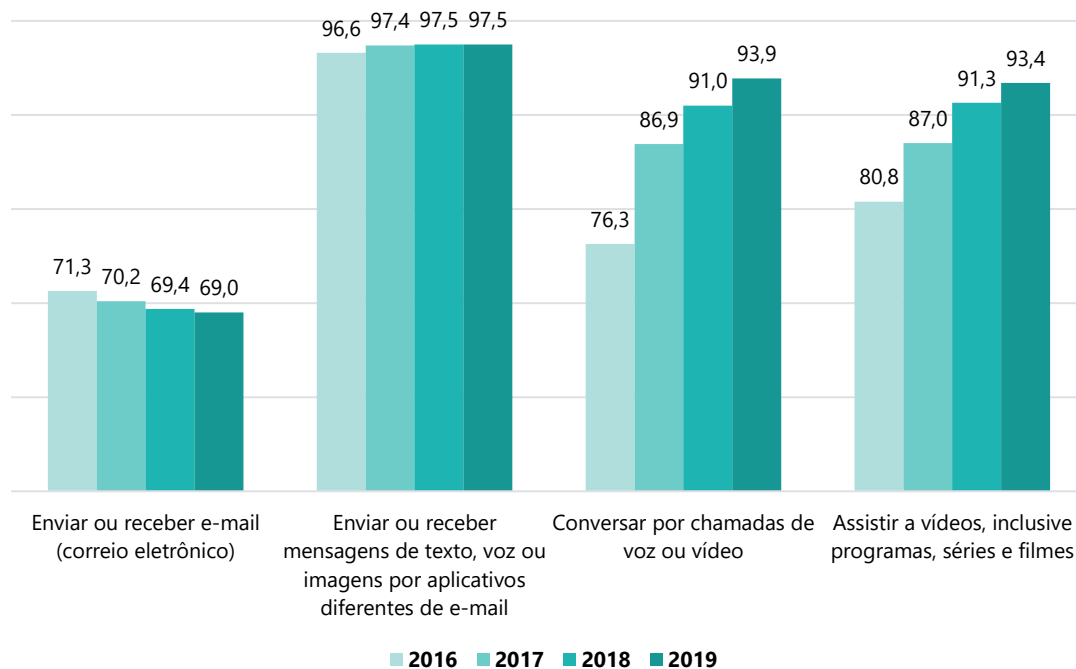


Fonte: IBGE (2021a). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Em termos de finalidade de acesso, dentre as opções selecionadas, enviar ou receber e-mail vem em constante redução de 2016 a 2019 no grupo de pessoas entre 15 e 29 anos de idade, marcando 69,0% no último ano. Como pode-se observar no Gráfico 7.7, a opção mais recorrente é a de enviar ou receber

mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail: 97,5% dos jovens usuários afirmaram utilizar a internet para tal finalidade. A segunda opção mais pontuada, conversar por chamadas de voz ou vídeos, também apresentou aumento no período, passando de 76,3% para 93,9% na mesma faixa etária (crescimento de 17,6 p.p.). Por fim, assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, cresceu 12,6 p.p. e era uma prática utilizada por 93,4% dos jovens em 2019.

Gráfico 7.7 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, por finalidade de acesso – Brasil (2016-2019)

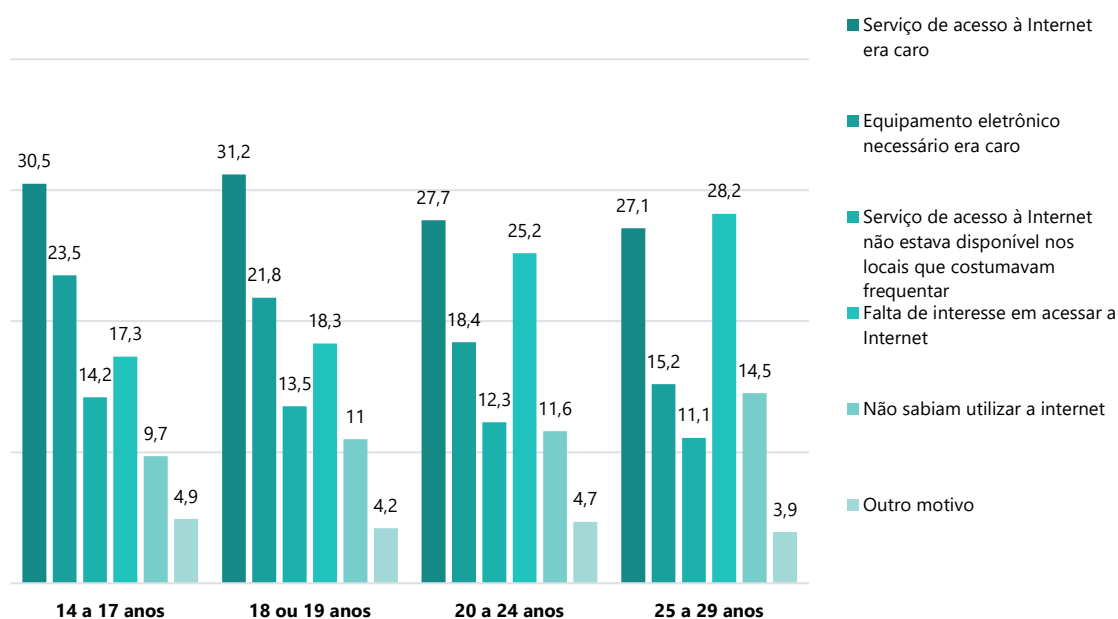


Fonte: IBGE (2021a). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Em 2019, entre aqueles de 14 a 24 anos de idade que não utilizaram a internet no período de referência da pesquisa, o principal motivo apontado foi o preço alto do serviço de acesso à internet e do equipamento eletrônico. Diferentemente dos demais grupos selecionados, na faixa etária de 24 a 29 anos de idade apareceu como principal razão a falta de interesse em acessar a internet,

seguida do alto valor do serviço de internet. No Gráfico 7.8, é possível notar as nuances entre as faixas de idade e os motivos assinalados.

Gráfico 7.8 – Distribuição percentual de pessoas de 14 a 29 anos de idade que não utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, por grupo de idade e motivo de não terem utilizado a internet – Brasil (2019)

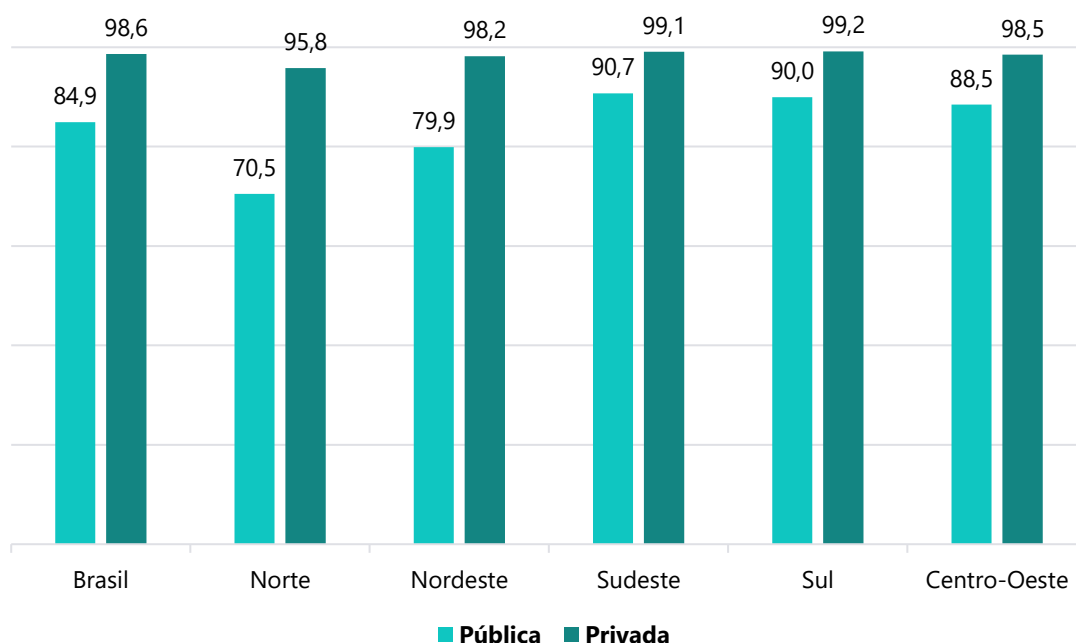


Fonte: IBGE (2021a). SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Elaboração própria.

Levando em consideração a importância da oportunidade de acesso à serviços de internet para os escolares, também foram reunidos dados sobre o tema publicados pela PeNSE (IBGE, 2021a). Desse modo, em relação ao tema de interesse da seção, **entre os alunos de 13 e 17 anos, 86,9% possuíam acesso à serviço de internet no domicílio no ano de 2019**. Porém, pode-se notar no Gráfico 7.9 certas disparidades regionais e por dependência administrativa das escolas. **Entre os estudantes de instituições educacionais públicas o serviço de internet em domicílios é menor em todas as regiões do país**, com uma diferença significativa

no Norte, onde 70,5% dos alunos de escolas públicas contra 95,8% dos alunos de escolas particulares possuíam serviço de internet domiciliar.

Gráfico 7.9 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por serviço de internet no domicílio, segundo dependência administrativa da escola – Brasil e Grandes Regiões (2019)

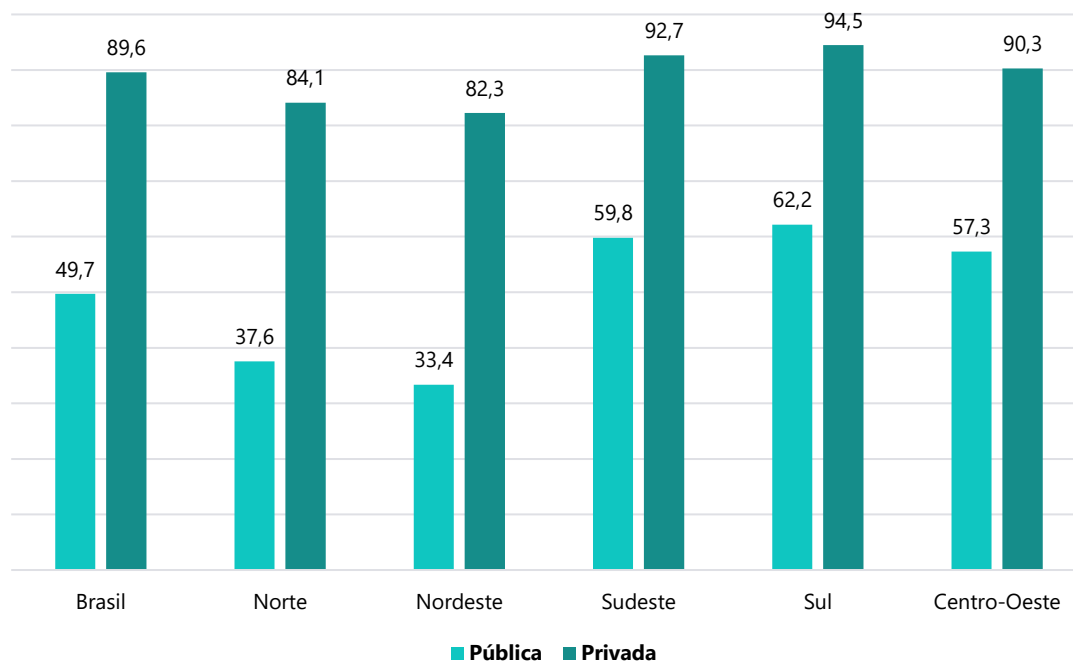


Fonte: IBGE (2021b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. Elaboração própria.

As disparidades se aprofundam quando são apresentados os dados de escolares de 13 a 17 anos de idade que possuíam computador ou *notebook* no domicílio. No total, o percentual alcança pouco mais da metade dos alunos (55,5%), mas quando os dados são desagregados por regiões e por dependências administrativas, pode-se perceber com maior atenção as diferenças. No Gráfico 7.10 são exploradas essas informações: as regiões com maiores disparidades são a Nordeste com 33,4% de alunos de escolas públicas contra 82,3% de alunos em escolas privadas com microcomputador ou *notebook* no domicílio; e a Norte com 37,6% de alunos de escolas públicas ante 84,1% de alunos em escolas particulares

na mesma situação. Isso significa uma desproporção maior que o dobro. Nas demais regiões, a situação se assemelha: no Centro-Oeste o número chega a uma distância de 33,0 p.p., no Sudeste de 32,9 p.p. e no Sul de 32,3 p.p.

Gráfico 7.10 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por posse de computador ou *notebook* no domicílio, segundo dependência administrativa da escola – Brasil e Grandes Regiões (2019)



Fonte: IBGE (2021b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. Elaboração própria.

Esse é um dado que pode se intensificar ao considerar os impactos da pandemia de Covid-19 que teve início em 2020. Com a suspensão das aulas presenciais, de acordo com o levantamento divulgado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), **a falta de computadores, de celulares e de acesso adequado à internet afetaram alunos de mais de 80% das escolas no país.** As escolas públicas foram as mais afetadas: 93% das instituições municipais e 95% das escolas estaduais relataram dificuldades por conta da ausência de internet, computador ou celular no

domicílio dos estudantes. Esse percentual cai para 58% nas escolas privadas (CETIC.BR, 2021).

Considerando essas informações, vale destacar o *Programa Wi-Fi Brasil*, iniciativa do Ministério das Comunicações em parceria com a Telebras, que instalou 15.109 pontos de internet via satélite, banda larga, gratuita e de alta velocidade por todas as regiões do país até o começo de 2022. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério, **mais de 10 mil pontos foram instalados em áreas rurais e mais de 3 mil municípios foram atendidos**, sendo que 80% das instalações estão em cidades das regiões Norte e Nordeste. Dentre os estabelecimentos atendidos, são 9,7 mil pontos em escolas, 600 pontos em unidades de saúde, 155 pontos em assentamentos rurais, 400 pontos em aldeias indígenas, além de outros espaços públicos (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2021a; 2021b).

Considerações finais

As Tecnologias da Informação e da Comunicação, mais do que nunca, se mostram como um recurso central na vida da população, especialmente entre os jovens. Utilizadas para o lazer, para a fruição cultural, para a comunicação, para as atividades econômicas e para os estudos, ampliaram a conexão às mais variadas informações, mas trouxeram desafios inerentes.

A presente seção buscou levantar informações para compreender esse cenário e mapear a situação da juventude em relação ao acesso às tecnologias. De acordo com os números apresentados, na última década, verificou-se a ampliação de meios de comunicação nos municípios, seguida de uma queda nos últimos anos. Esse dado é importante, uma vez que a democratização do acesso

depende da universalização deste tipo de tecnologia, principalmente ao considerar as diferenças regionais do país.

Em relação aos equipamentos como celulares e internet, evidencia-se a expansão do seu uso e da sua posse entre os jovens brasileiros. No entanto, destaca-se as disparidades nos números das escolas públicas e privadas, ressaltadas pelos impactos da pandemia, que ao intensificar o uso das tecnologias no ensino remoto, pode aprofundar as situações de desigualdades.

Diante do exposto, considera-se que a ascensão e expansão da internet e das tecnologias vem impactando o modo de vida e de interação entre as pessoas, de forma específica entre os jovens. Dessa forma, se mostra essencial compreender essas novas dinâmicas, com o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação, a fim de construir políticas públicas efetivas que garantam de maneira integral o acesso universal e igualitário da juventude na sociedade brasileira.



ACESSE

As tabulações dos dados da [sétima seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

CETIC.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2020: edição COVID-19: metodologia adaptada [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

FGV SOCIAL *et al.* *Atlas da Juventude*. 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. *Perfil dos municípios brasileiros: 2014*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. *Perfil dos municípios brasileiros: 2018*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE. *Sistema de informações e indicadores culturais: 2009-2020*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC. *Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2021b.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Programa Wi-Fi Brasil chega à marca de 13,2 mil pontos de internet e mais de 8,5 milhões de beneficiados, *Governo Federal*, 16 de mar. de 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/marco/programa-wi-fi-brasil-chega-a-marca-de-13-2-mil-pontos-de-internet-e-mais-de-8-5-milhoes-de-beneficiados>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Programa Wi-Fi Brasil já garantiu 15 mil pontos de internet em todo o Brasil, *Casa Civil, Governo Federal*, 16 de mar. de 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/programa-wi-fi-brasil-sao-garantiu-15-mil-pontos-de-internet-em-todo-o-brasil>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SNJ. *Direitos da Juventude*: Subsídios para o debate. 2015.

8. Direito ao Desporto e ao Lazer

As atividades físicas e as práticas esportivas estão diretamente relacionadas a fatores como a busca de qualidade de vida, a promoção da saúde e a aquisição de habilidades físicas. Simultaneamente, para além dos aspectos de competitividade e de alto rendimento, o esporte é uma ferramenta educacional que pode ser importante aliada no desenvolvimento

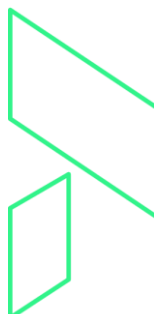


Ilustração: Storyset

integral dos jovens, fortalecendo a organização comunitária, estimulando a motivação, aperfeiçoando suas habilidades socioemocionais e cognitivas, incentivando à cultura de paz e de inclusão, dentre outros benefícios (SNJ, 2015; UNICEF, 2020; INSTITUTO PENÍNSULA, 2022).

Este direcionamento está em consonância com o debate internacional promovido por instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) que no *Plano de Ação Global para a Atividade Física 2018-2030* estabelece como meta a redução da inatividade física e do sedentarismo, considerando que de quatro a cinco milhões de mortes por ano poderiam ser evitadas se a população fosse mais ativa fisicamente (OMS, 2020; IBGE 2021).

Nesse sentido, como disposto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), o desporto e o lazer são direitos garantidos como forma de promoção social, de participação e de pleno desenvolvimento do indivíduo, e a ação governamental tem papel central no sentido de sua efetiva implementação.



Considerando a centralidade da discussão, na última década, foram produzidas diversas pesquisas que investigam aspectos relacionados à prática de atividade física e de esportes no Brasil como, por exemplo, a *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (PeNSE) (IBGE, 2016; 2021), a *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) (IBGE, 2017a), o suplemento *Práticas de Esporte e Atividades Físicas*, da *Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios* (PNAD) (2017b) e a *Pesquisa Nacional de Saúde* (PNS) (IBGE, 2020).

Dessa forma, nesta seção, com base nas pesquisas citadas, são apresentados dados acerca da estrutura organizacional do esporte na administração pública e da existência de infraestrutura esportiva municipal para, em seguida, tratar sobre a situação da prática de atividades físicas e de esportes no país, com enfoque na juventude. Por fim, tem-se as estatísticas relacionadas às atividades físicas e ao esporte nas escolas, também, perpassando aspectos de prática e de infraestrutura.

8.1. Gestão do esporte na Administração Pública

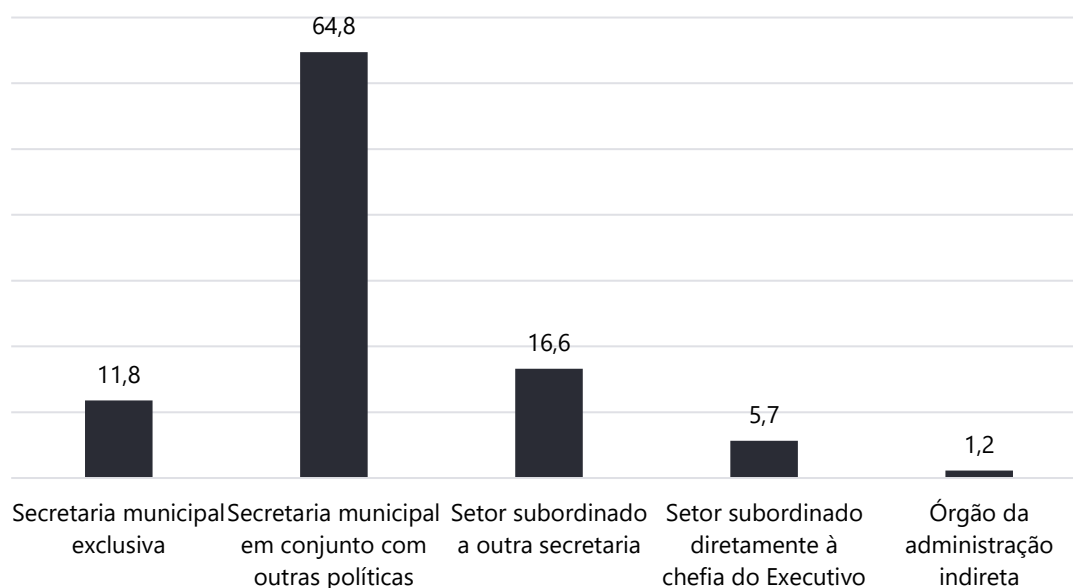
A implementação do direito ao esporte depende de políticas públicas estabelecidas pela ação governamental e pelas estruturas organizacionais da área, portanto, são apresentadas características municipais e, quando possível, estaduais sobre órgãos de gestão, instrumentos, ações, projetos, eventos esportivos na área, instalações esportivas nos municípios com o objetivo de compreender a situação de acesso nas cidades e de diagnosticar a ação política no setor do esporte nos municípios e nos estados brasileiros.

De acordo com informações obtidas por meio da *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais* (ESTADIC) e da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC), no ano de 2016, todas as Unidades da Federação possuíam órgão

gestor da política do esporte, porém apenas nos estados do Piauí, da Bahia e do Mato Grosso do Sul, o órgão era relacionado à administração indireta. A maior parte dos estados (16), contavam com secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais (IBGE, 2017a).

De 2003 a 2016, houve um **aumento no percentual de municípios com estrutura na área do esporte**, passando de 86,6% (4.701) para 97,7% (5.442). Em 2016, dos 5.442 municípios brasileiros, 64,8% possuíam secretaria municipal em conjunto com outras políticas, 16,6% setor subordinado a outra secretaria, 11,8% secretaria municipal exclusiva, 5,7% setor subordinado à chefia do Executivo e 1,2% possuíam órgão da administração indireta (Gráfico 8.1).

Gráfico 8.1 – Percentual de municípios com órgão gestor para a política de esporte, por caracterização do órgão gestor – Brasil (2016)

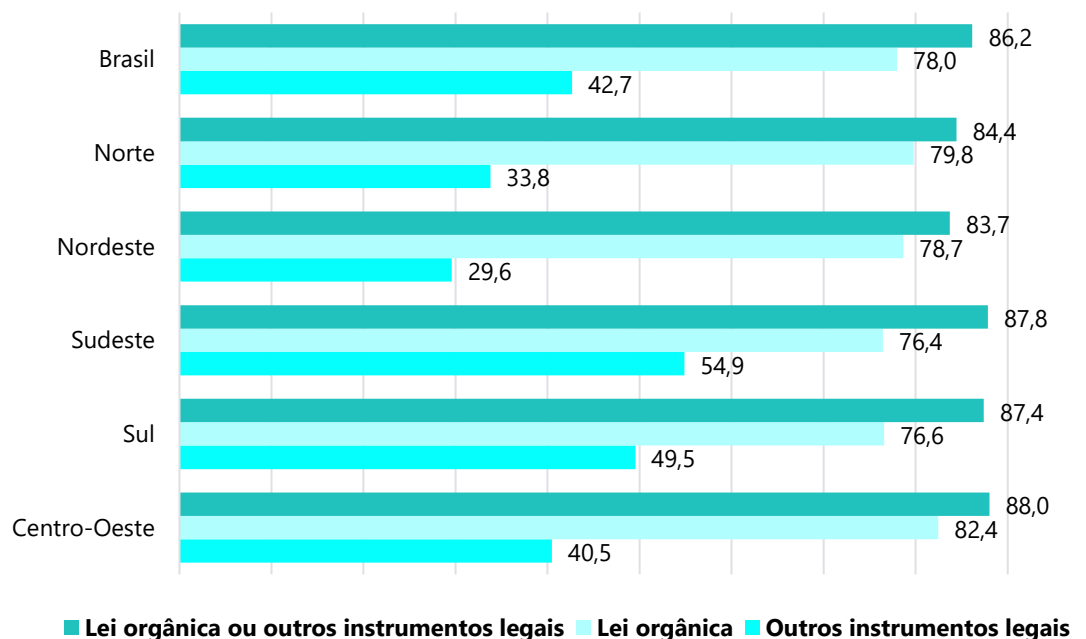


Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

No que concerne à legislação, 26 Unidades Federativas possuíam Constituição Estadual com tratamento da política do esporte, com exceção do estado da Paraíba. Entre os municípios, 86,2% contavam com a existência de Lei

Orgânica ou outro instrumento legal voltado para a área do esporte. Mais de 80% dos municípios de todas as regiões também contavam com regulamentação por instrumentos legais, sendo que mais de 70% possuíam Lei Orgânica (Gráfico 8.2).

Gráfico 8.2 – Percentual de municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte – Brasil e Grandes Regiões (2016)

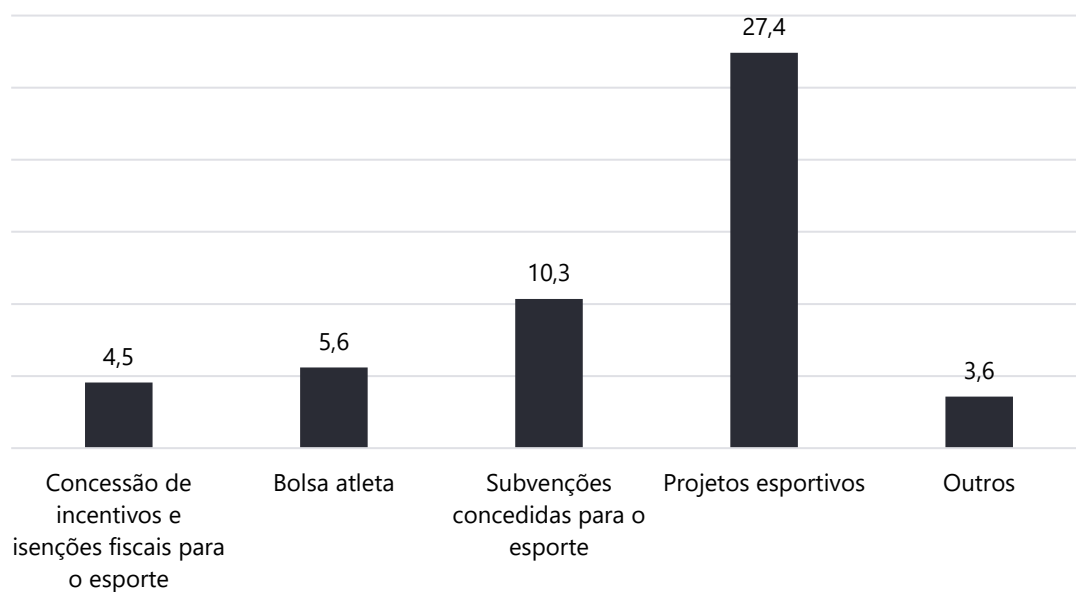


Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

A MUNIC também investigou objetos regulamentados pela política do esporte, como a concessão de incentivos fiscais; o Programa Bolsa Atleta (patrocínio individual voltado para atletas de alto rendimento); subvenções concedidas; projetos esportivos; e outros objetos. No Gráfico 8.3 são apresentados os percentuais municipais em relação aos objetos citados: em 2016, 253 municípios (4,5%) regulamentavam a concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte; 311 municípios (5,6%) regulamentavam o Projeto Bolsa Atleta; 576 municípios (10,3%) subvenções concedidas para o esporte; 1.527

municípios (27,4%) projetos esportivos e 199 municípios (3,6%) regulamentavam demais objetos voltados para a área do esporte.

Gráfico 8.3 – Percentual de municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte, por objeto regulamentado – Brasil (2016)



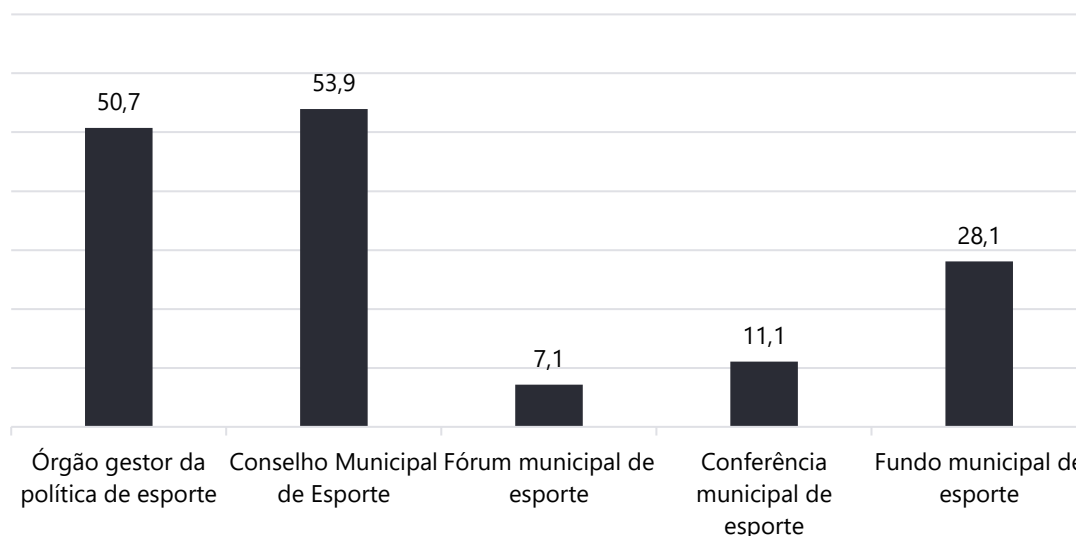
Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.



Ilustração: Storyset

A pesquisa também analisou o Sistema de Esporte, arranjo que tem por objetivo prover os estados e municípios com um conjunto de instrumentos e mecanismos articulados “para garantir a promoção das práticas esportivas e de lazer integradas, contínuas e permanentes de forma organizada e estruturada” (IBGE, 2017a, p. 26). Em 2016, 13 Unidades da Federação e 406 (7,3%) municípios declararam a instituição do Sistema do Esporte. Dentre eles, 50,7% informaram haver órgão gestor da política de esporte como instrumento que integrava o sistema; 53,9% possuíam Conselho Municipal; 7,1% informaram haver Fórum Municipal; 11,1% dos municípios contavam com Conferência Municipal; e 28,1% declararam haver Fundo Municipal como instrumento do Sistema de Esporte (Gráfico 8.4).

Gráfico 8.4 – Percentual de municípios com Sistema Municipal do Esporte e organismos que integram o sistema – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

Outro aspecto relevante, principalmente ao levar em conta a promoção das atividades físicas e práticas esportivas entre a população, diz respeito às **ações, programas e projetos, além de atividades direcionadas a eventos**

esportivos. Foram mapeadas informações de acordo com o tipo de manifestação do esporte: **esporte de lazer, esporte escolar e esporte de rendimento**. O *esporte de lazer* é aquele praticado voluntariamente, compreendendo atividades lúdicas e integração entre saúde e vida social. O *esporte escolar* é classificado como aquele praticado nos sistemas de ensino, “na perspectiva da promoção da educação, da vivência e da formação esportiva” (IBGE, 2017a, p. 33). Por fim, o *esporte de rendimento*, no caso, tem como entendimento a prática profissional ou não, que envolve sistemas de regras e condições competitivas, nacionais ou internacionais.

Todas as Unidades Federativas, à exceção de Rondônia e do Distrito Federal, executaram ações, projetos e programas relacionados às três manifestações de esporte citadas, nos 24 meses anteriores à data de referência da pesquisa. Entre os municípios houve um aumento de ações, projetos e programas executados pelas prefeituras na área do esporte: em 2006 esse número era de 4.829 municípios (86,9%), passando para 5.325 (95,6%) em 2016.

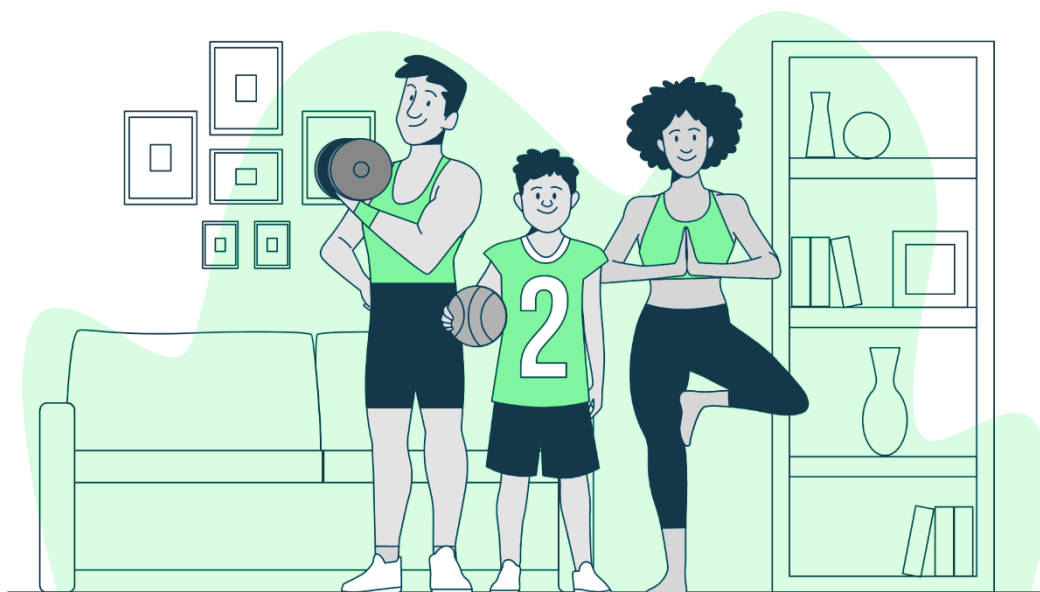
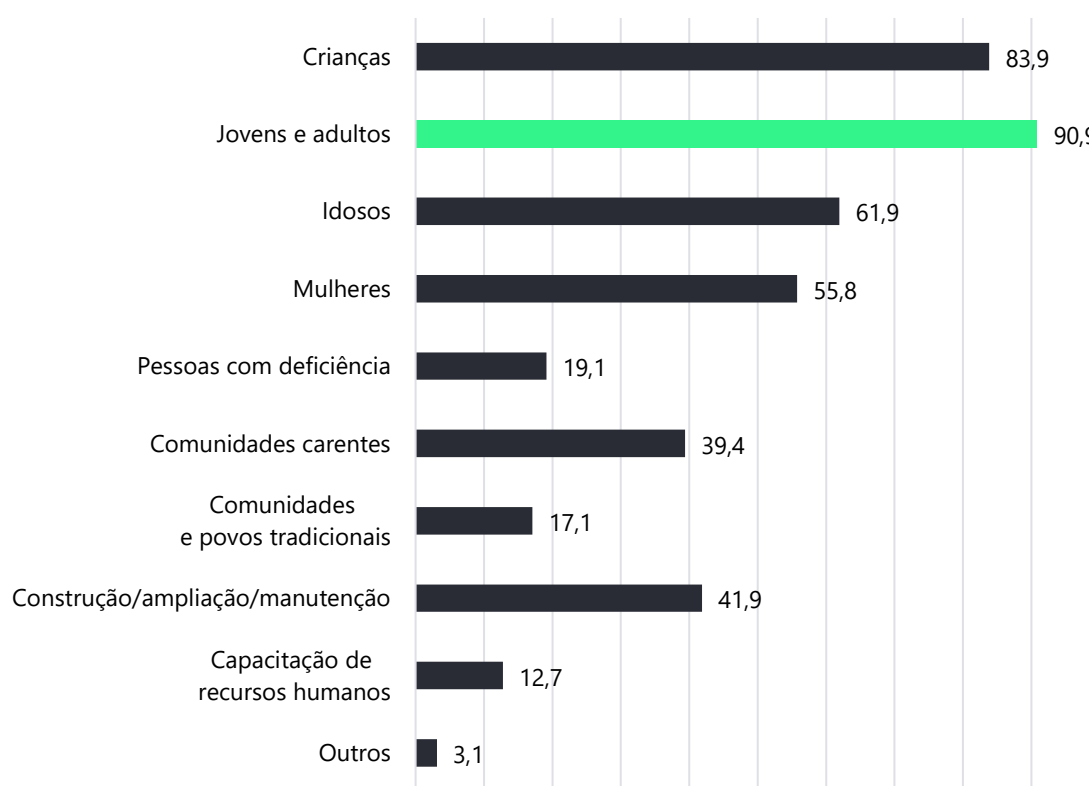


Ilustração: Storyset

No Gráfico 8.5, apresenta-se o percentual de municípios com ações na área do **esporte de lazer**, por tipo de ação. Dos 4.887 municípios (87,7% do total de municípios), **a população de jovens e adultos foi o público com maior percentual de ações, projetos e programas** com 90,9% dos municípios, seguido pelas crianças com 83,9%, e idosos com 61,9% dos municípios.

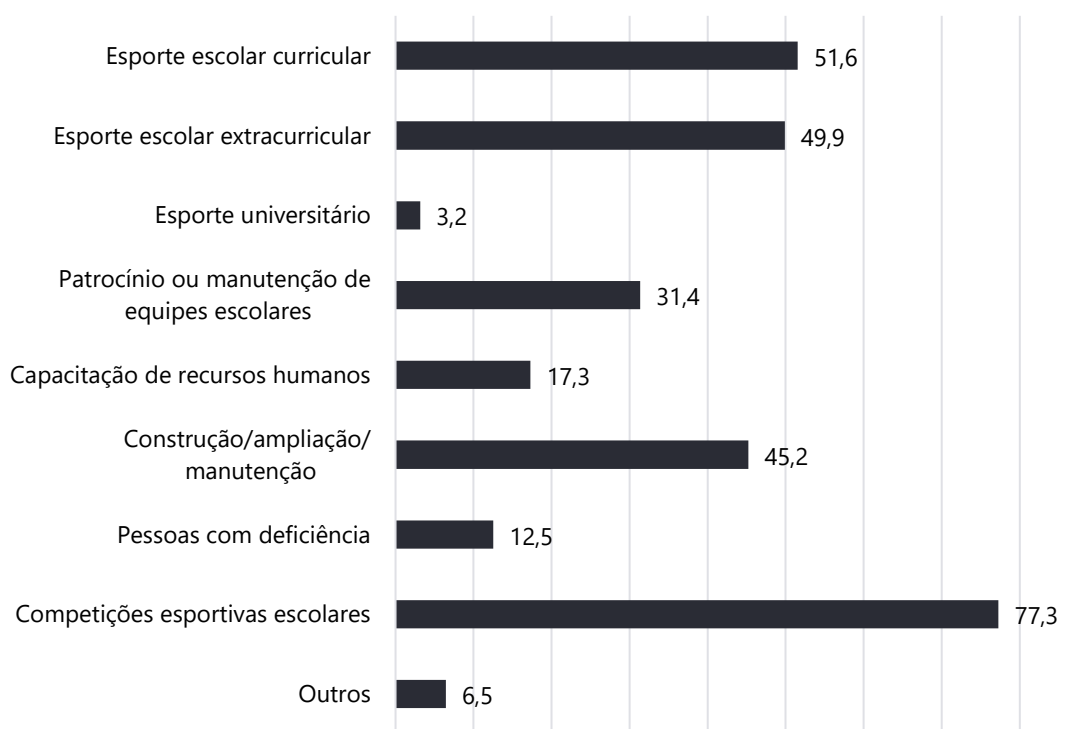
Gráfico 8.5 – Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte de lazer, executados pela prefeitura nos últimos 24 meses – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

No Gráfico 8.6, são levantados dados sobre ações, projetos e programas na área do **esporte escolar**, que beneficiam diretamente crianças e adolescentes em idade escolar. Dos 4.644 municípios (83,4% do total de municípios), a **maior parte executou ações voltadas para competições esportivas escolares (77,3%)**, seguidas de esporte escolar curricular (51,6%) e esporte escolar extracurricular (49,9%).

Gráfico 8.6 – Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, executados pela prefeitura nos últimos 24 meses – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

Dos 3.448 municípios brasileiros (60,1%) com ações, programas ou projetos na área do **esporte de rendimento**, pode-se notar no Gráfico 8.7 que o **maior número de ações esteve voltado para as competições esportivas** (86,2%), seguidas dos esportes de base (60,4%) e de patrocínio ou manutenção de equipes esportivas municipais (56,3%).

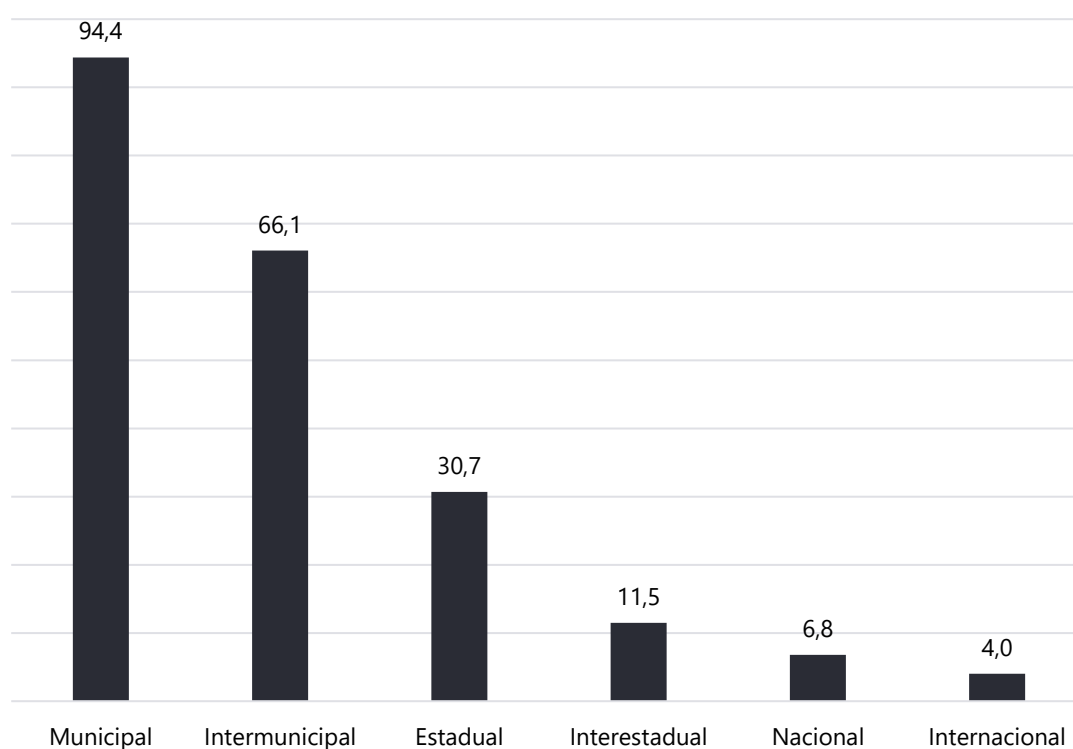
Gráfico 8.7 – Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte de rendimento, executados pela prefeitura nos últimos 24 meses – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

Em relação aos eventos esportivos, em 2016, 97,8% dos municípios haviam realizado esse tipo de atividade nos últimos 24 meses, total ou parcialmente executadas pelas prefeituras. Dentre os eventos, como ilustra o Gráfico 8.8, 94,4% tiveram abrangência municipal; 66,1% intermunicipal; 30,7% estadual; 11,5% interestadual; 6,8% nacional; e 4,0% internacional.

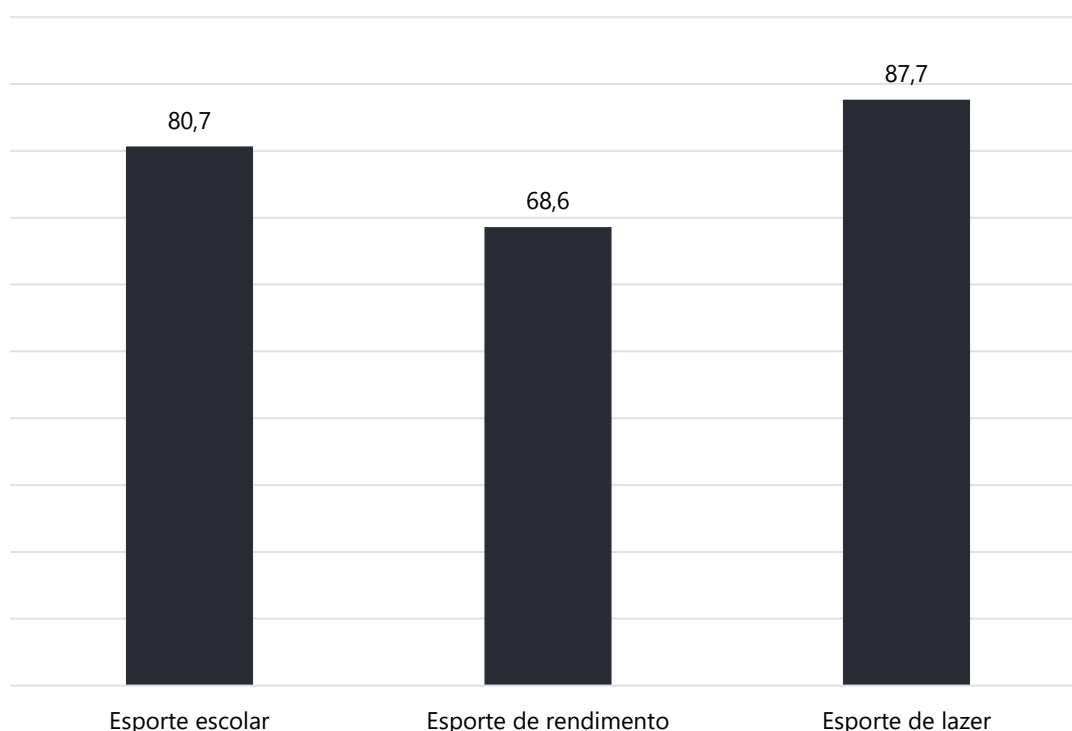
Gráfico 8.8 – Percentual de municípios com evento esportivo realizado nos últimos 24 meses, executado pela prefeitura ou com participação desta, por abrangência do evento – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

Também de acordo com os dados, **todos os estados realizaram algum tipo de evento esportivo que contemplasse uma das três manifestações de esporte**. No caso dos municípios, 87,7% realizaram evento esportivo voltado para esportes de lazer, 80,7% para esporte escolar e 68,6% com foco em esporte de rendimento (Gráfico 8.9).

Gráfico 8.9 – Percentual de municípios com evento esportivo realizado nos últimos 24 meses, executado pela prefeitura ou com participação desta, por manifestação do esporte – Brasil (2016)



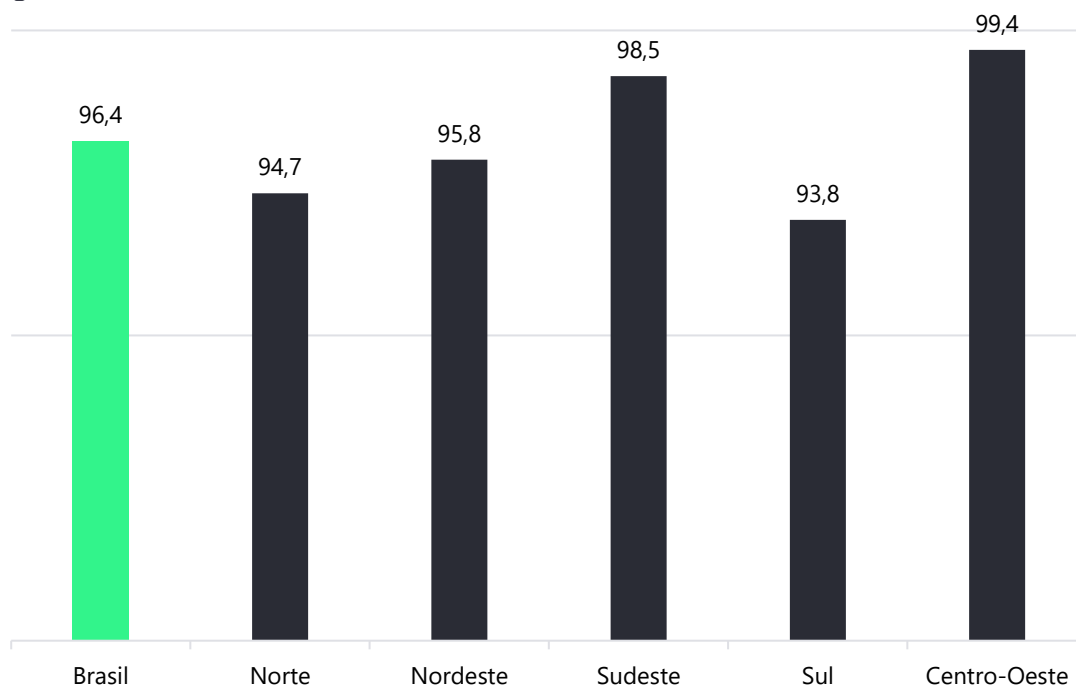
Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

Em relação às instalações esportivas, à exceção do estado de Santa Catarina, todas as Unidades Federativas possuíam algum tipo de equipamento sob sua propriedade em 2016: 25 delas apontaram a existência de campos ou estádios, 24 de ginásios e 14 de quadras de esporte (IBGE, 2017a).

Entre os municípios, 96,6% declararam ter algum tipo de instalação esportiva municipal. A região Centro-Oeste aparece com o maior número de

municípios com instalações esportivas de propriedade municipal, com 99,4%; seguida do Sudeste com 98,5%, Nordeste com 95,8%, Sul com 93,8% e Norte com 94,7% (Gráfico 8.10).

Gráfico 8.10 – Percentual de municípios com instalações esportivas municipais– Brasil e Grandes Regiões (2016)



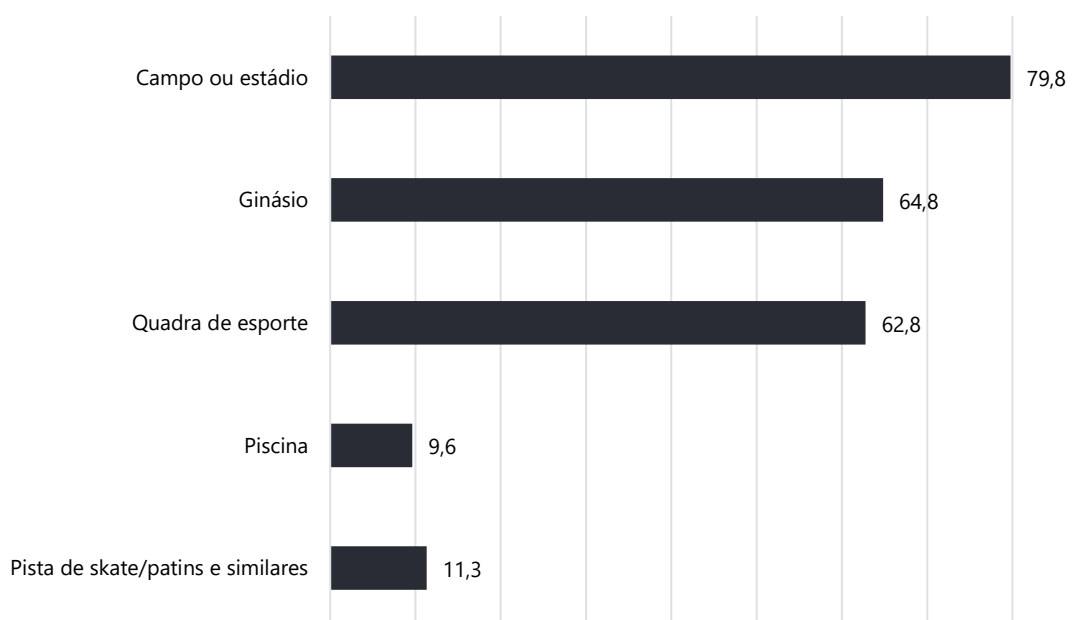
Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

No que se refere ao tipo, a pesquisa mapeou a existência das seguintes instalações esportivas: academia de boxe, arena de rodeio e vaquejada, autódromo, campo (futebol, futebol *society*, rúgbi, hóquei sobre grama) ou estádio (futebol, rúgbi), campo de beisebol, campo de golfe, campo de bocha, complexo aquático (natação, polo aquático, saltos ornamentais, nado sincronizado), estande de tiro, ginásio, kartódromo, piscina, pista de atletismo, pista de BMX, pista de corrida de cavalo e outros animais, pista de skate e/ou patins e similares, pista para hipismo, quadra de esporte, raia para remo e

canoagem, salão para a prática esportiva, tanque para saltos ornamentais, velódromo e outras instalações que não as já citadas.

No Gráfico 8.11, foram selecionados os tipos de instalações que mais apareceram nos municípios: **79,8% deles possuíam campo ou estádio, 64,8% possuíam ginásio, 62,8% apontaram ter quadra de esporte, 9,6% informaram a existência de piscina e 11,3% de pista de skate/patins e similares.**

Gráfico 8.11 – Percentual de municípios com instalações esportivas municipais, por tipo de instalação selecionada – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

A Tabela 8.1 traz as quantidades de instalações esportivas municipais existentes em 2016, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação. **Foram mapeados 41.641 equipamentos esportivos no Brasil**, sendo as maiores quantidades apontadas nas regiões Sudeste (16.272) e Nordeste (14.072), reunindo assim mais de 70% dos equipamentos.

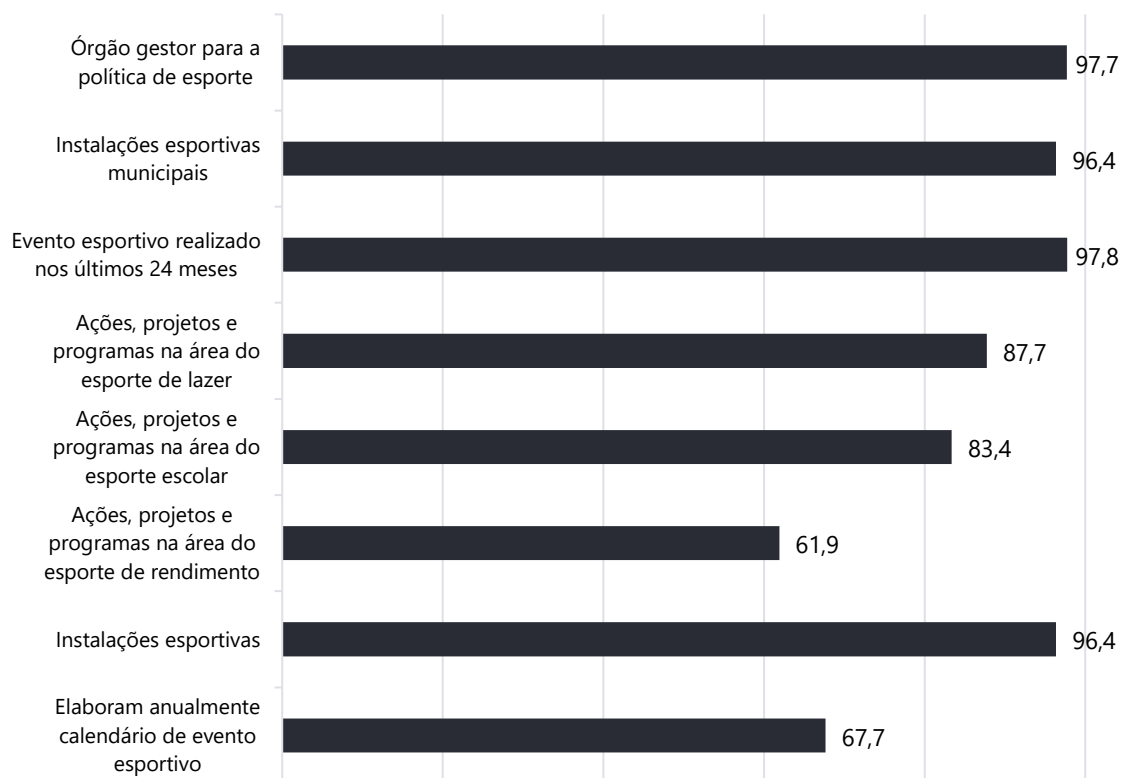
Tabela 8.1 – Municípios, total e percentual com instalações esportivas municipais, por quantidade de instalações, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2016)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com instalações esportivas municipais		
		Total	Percentual	Quantidade de instalações
Brasil	5.570	5.368	96	41.641
Norte	450	426	95	2.251
Rondônia	52	49	94	183
Acre	22	21	95	266
Amazonas	62	61	98	390
Roraima	15	13	87	190
Pará	144	137	95	555
Amapá	16	8	50	23
Tocantins	139	137	99	644
Nordeste	1.794	1.718	96	14.072
Maranhão	217	196	90	678
Piauí	224	199	89	908
Ceará	184	182	99	1.598
Rio Grande do Norte	167	164	98	1.227
Paraíba	223	209	94	725
Pernambuco	185	180	97	1.932
Alagoas	102	97	95	436
Sergipe	75	74	99	611
Bahia	417	417	100	5.957
Sudeste	1.668	1.643	99	16.272
Minas Gerais	853	843	99	6.141
Espírito Santo	78	76	97	828
Rio de Janeiro	92	84	91	1.168
São Paulo	645	640	99	8.135
Sul	1.191	1.117	94	5.615
Paraná	399	396	99	2.734
Santa Catarina	295	280	95	1.006
Rio Grande do Sul	497	441	89	1.875
Centro-Oeste	467	464	99	3.431
Mato Grosso do Sul	79	79	100	920
Mato Grosso	141	139	99	787
Goiás	246	245	100	1.616
Distrito Federal	1	1	100	108

Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

O Gráfico 8.12 traz um resumo das características da gestão do esporte nos municípios brasileiros no ano de 2016. O retrato mostra que **97,7% dos municípios possuíam órgão gestor voltado para a política do esporte; 87,7% executaram ações, programas ou projetos direcionados ao esporte de lazer; 83,4% ao esporte escolar; 61,9% ao esporte de rendimento; 97,8% realizaram eventos esportivos nos últimos 24 meses; 67,7% dos municípios elaboram anualmente calendário de evento esportivo; e, por fim, 96,4% possuíam instalações esportivas municipais.**

Gráfico 8.12 – Percentual de municípios por características de gestão do esporte – Brasil (2016)



Fonte: IBGE (2017a). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elaboração própria.

8.2. Práticas esportivas e atividades físicas

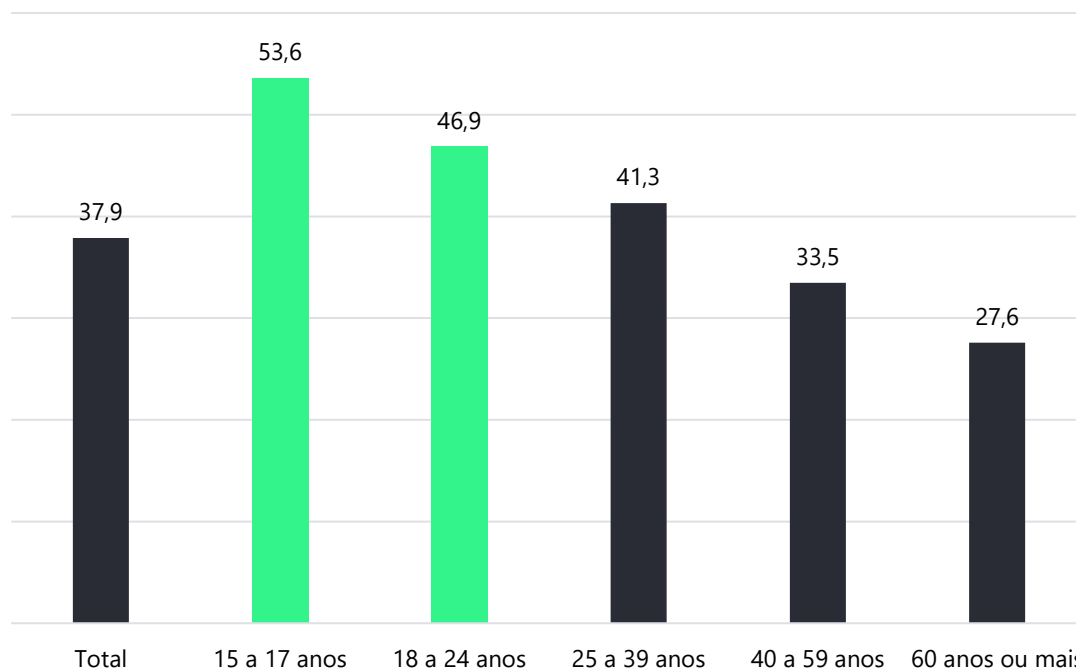
No presente tópico, com base no suplemento Práticas de Esporte e Atividades Físicas, da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2015 (IBGE, 2017b), serão abordados indicadores que apontam os números relacionados à prática esportiva e às atividades físicas na população em geral, com especial enfoque entre os jovens.

Reconhecendo os benefícios físicos e psicológicos do comportamento ativo, desde a infância e a adolescência, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a prática de, no mínimo, 150 a 300 minutos semanais de atividades físicas de intensidade moderada a vigorosa para toda a população, além de uma média de 60 minutos diários para crianças e adolescentes (BRASIL, 2021).

Porém, a despeito dos benefícios apontados, de acordo com os dados levantados, **apenas 37,9% das pessoas com 15 anos ou mais de idade praticaram algum tipo de esporte ou de atividade física**⁸³ no período de 365 dias anteriores à pesquisa. **O grupo de idade com maior percentual de pessoas ativas foi o de adolescentes entre 16 e 17 anos de idade (53,6%), seguidos pelo grupo de 18 a 24 anos de idade (46,9%).** Como pode-se notar no Gráfico 8.13, esse número tende a diminuir com o aumento da idade.

⁸³ "Na pesquisa, cabe ressaltar, não foi estabelecida uma diferenciação entre esporte e atividade física, ficando a cargo da pessoa investigada a classificação da atividade por ela realizada. Para tal, questionou-se, por meio de uma pergunta direta, se a pessoa moradora havia praticado esporte, e, em caso afirmativo, a respectiva modalidade. Independentemente dessa resposta, a pessoa também respondeu se praticou alguma atividade física que não considerava como atividade de esporte, informando, em caso positivo, também a modalidade. Dessa forma, algumas práticas foram classificadas como esporte por alguns moradores e como atividade física por outros." (IBGE, 2017b, p. 25).

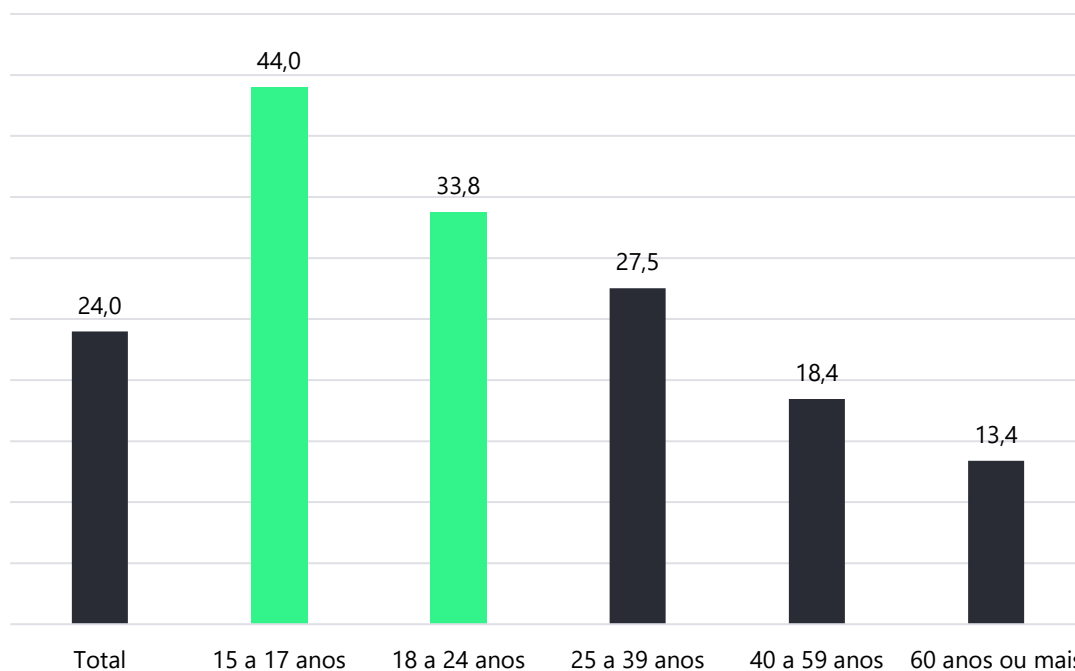
Gráfico 8.13 – Percentual de pessoas que praticaram algum esporte ou atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

A mesma tendência é observada ao isolar os números de pessoas que praticaram algum tipo de esporte no período (Gráfico 8.14). No total, **38,8 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade praticaram algum esporte em 2015 e, novamente, os grupos com os maiores percentuais são os de adolescentes de 16 a 17 anos de idade, com 44,0%, e dos jovens de 18 a 24 anos de idade, com 33,8%**. Além disso, dos praticantes de esporte, 63,2% eram homens e 36,8% eram mulheres, e essa proporção se repete em todas as regiões do país.

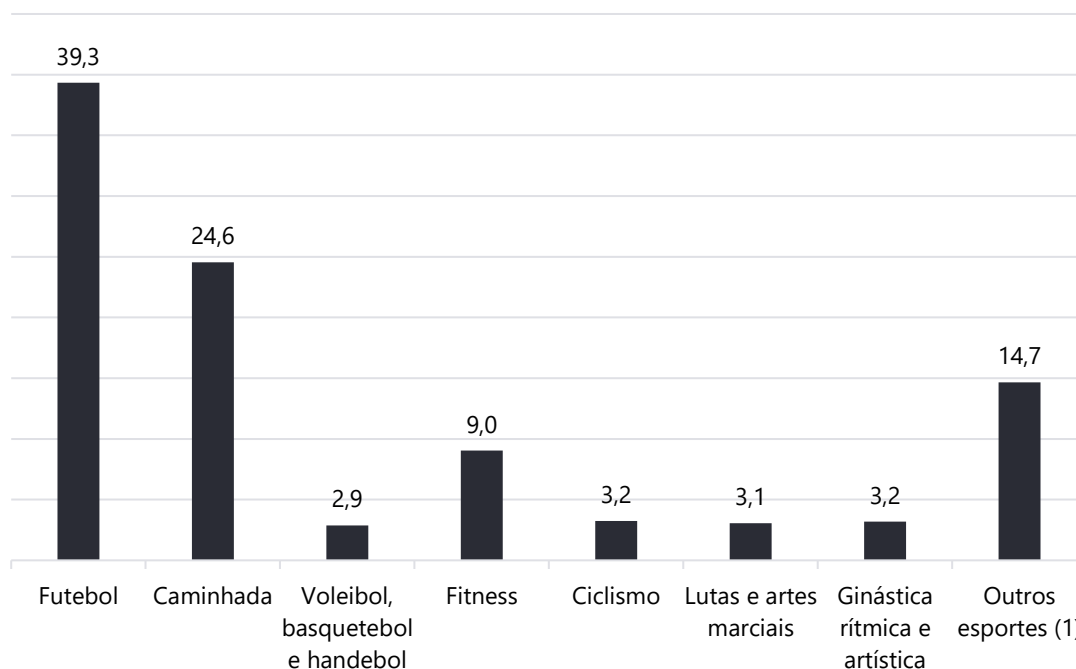
Gráfico 8.14 – Percentual de pessoas que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

Em toda a população, os principais esportes mais praticados foram o futebol com 39,3%, a caminhada com 24,6% e os demais esportes com 14,7% (incluindo, natação, musculação, atletismo, esporte de aventura, aquático, paradesporto, com pequenas bolas e raquetes, skate e patins, dança e ballet, com motor, com animais, com tabuleiros e cartas) (Gráfico 8.15). A proporção é diferente entre homens e mulheres, por exemplo: dos praticantes de futebol 63,2% são homens e 36,8% são mulheres; daqueles que praticam caminhada, 94,5% são homens e 5,5% são mulheres.

Gráfico 8.15 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, segundo o principal esporte praticado – Brasil (2015)

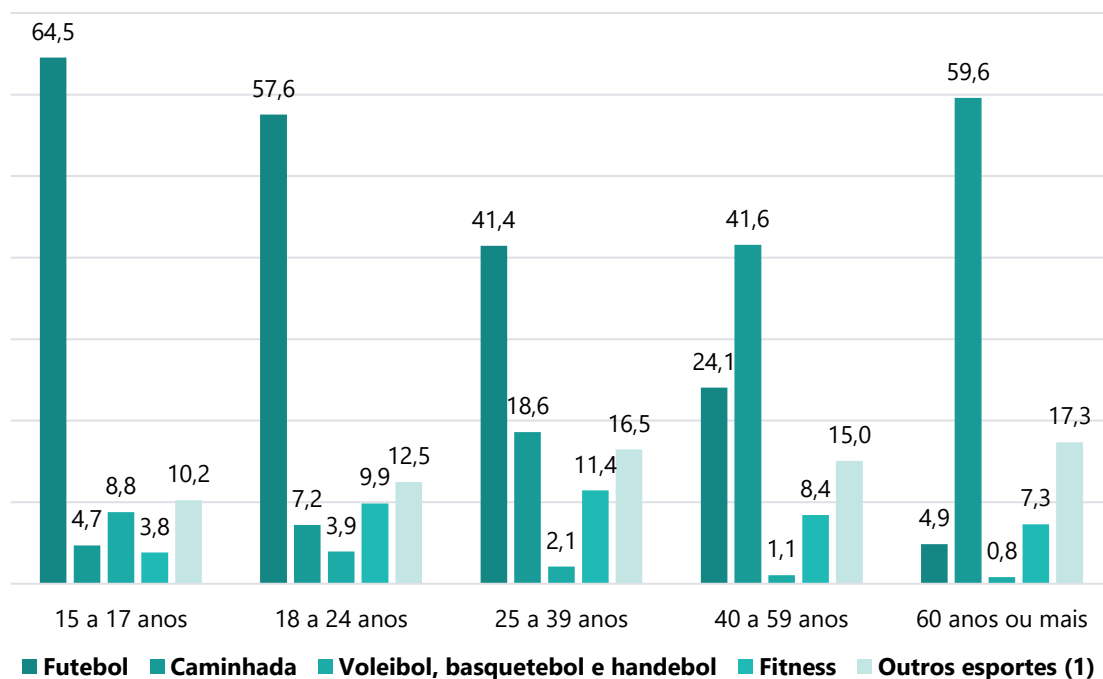


Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

Ao selecionar os esportes mais praticados segundo grupo de idade, observa-se que **o futebol continua como esporte mais praticado entre as faixas etárias de 15 a 17 anos de idade, de 18 a 24 anos de idade e de 25 a 29 anos de idade**. A caminhada é apontada como principal esporte para as idades de 20 a 29 anos e 60 anos ou mais de idade (Gráfico 8.16).

Entre os adolescentes, portanto, o esporte mais praticado é o futebol (64,5%), seguido por outros esportes (10,2%), voleibol, basquetebol e handebol (8,8%), caminhada (4,7%) e fitness (3,8%), que completam a lista. Em relação aos jovens de 18 a 24 anos de idade, a posição pouco se altera: futebol aparece com 57,6%, seguido de outros esportes com 12,5%, fitness com 9,9%, caminhada com 7,2% e voleibol, basquetebol e handebol com 3,9% (Gráfico 8.16).

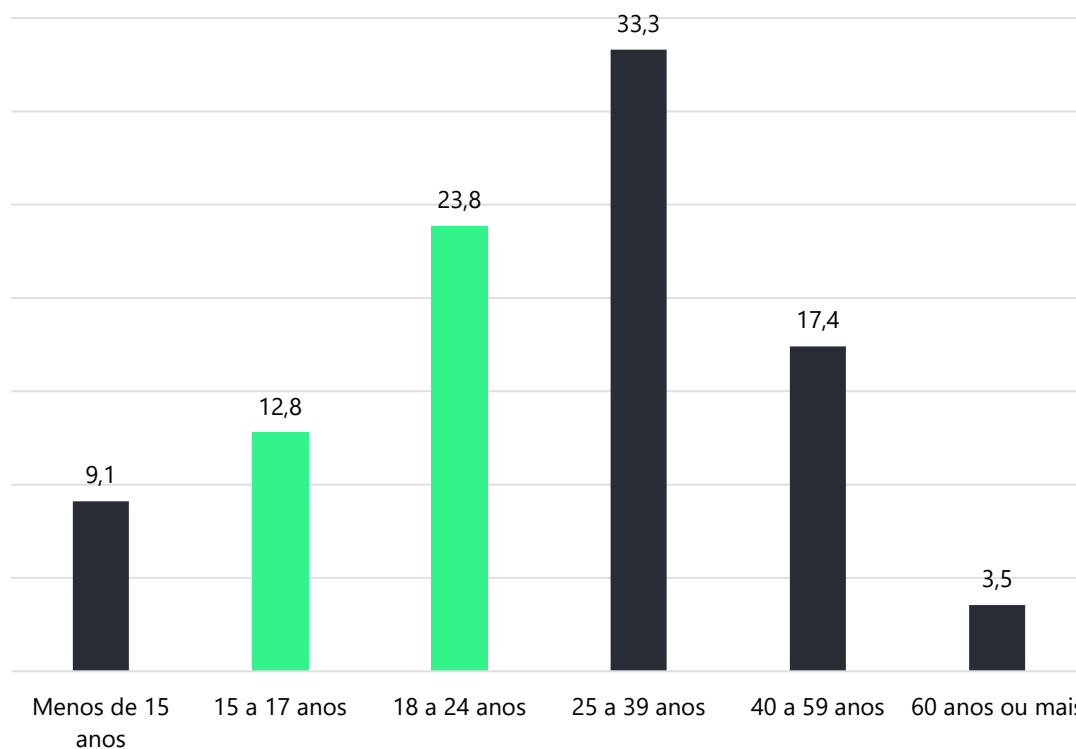
Gráfico 8.16 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, por grupos de idade e principal esporte praticado (selecionados) – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

Por sua vez, o Gráfico 8.17 aponta que, por mais que os adolescentes e jovens pratiquem mais esportes do que as demais idades, há um número expressivo de pessoas que abandonaram as práticas esportivas nesse período: **23,8% pararam de praticar esportes entre 18 e 24 anos de idade**, ficando atrás apenas de 33,3% que praticaram esportes anteriormente, mas pararam entre 25 e 39 anos de idade. Isto revela um número significativo de pessoas que abandonam as práticas esportivas na juventude.

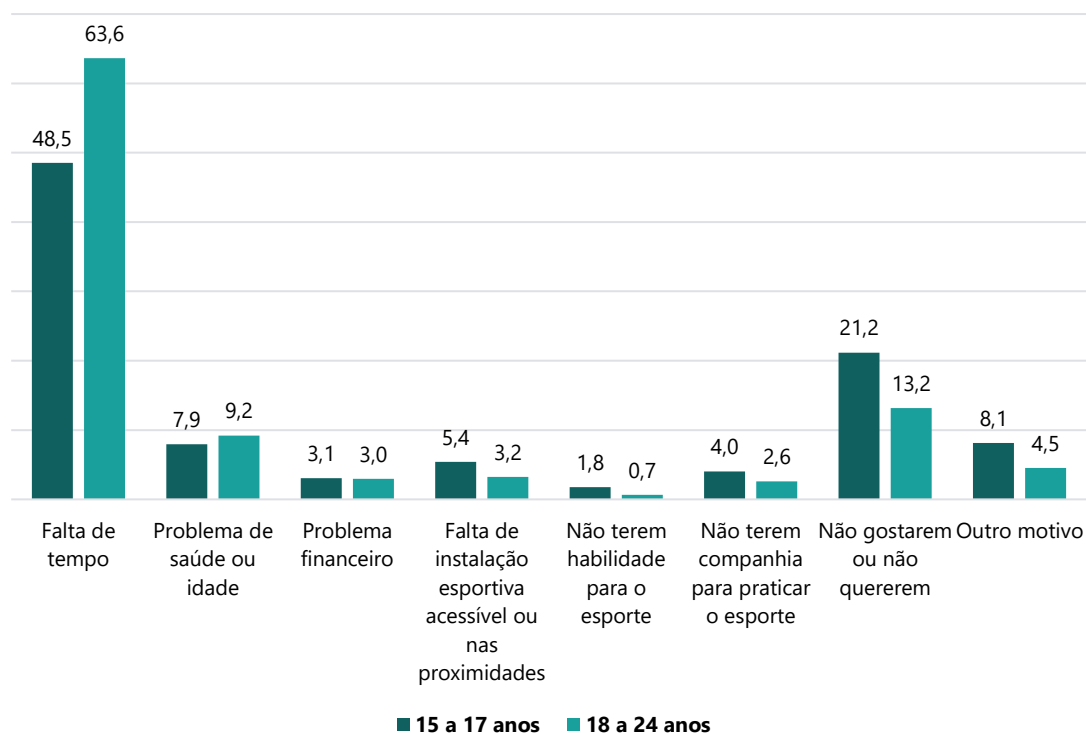
Gráfico 8.17 – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que não praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, mas praticaram anteriormente, por grupos de idade que pararam de praticar esportes – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

Em relação às idades de interesse do documento, os **motivos mais recorrentes ao pararem de praticar esportes entre os adolescentes são a falta de tempo (48,5%), o fato de não gostarem ou não quererem (21,2%) e outros motivos (8,1%)**. Já entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, a maioria aponta como principal motivo a falta de tempo (63,6%), seguida de não gostarem ou não quererem (13,2%) e por **problema de saúde ou de idade (9,2%)** (Gráfico 8.18).

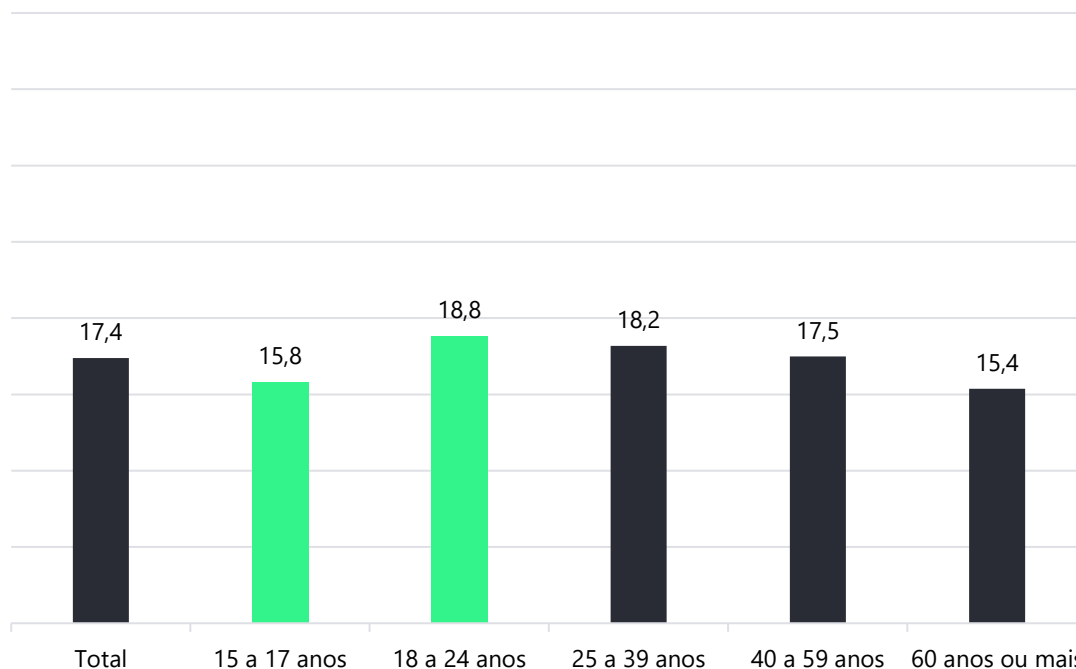
Gráfico 8.18 – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que não praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, mas praticaram anteriormente, por grupos de idade selecionados que pararam de praticar esportes, segundo o motivo de pararem de praticar esporte – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

Em relação à prática de atividade física, **28,1 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade relataram ter praticado algum tipo de atividade física** no período de referência de 365 dias da pesquisa, o que resultou em 17,4% da população. Entre os grupos de idade, a distribuição se deu da seguinte maneira: **15,8% dos adolescentes entre 15 e 17 anos, 18,8% dos jovens de 18 a 24 anos**, 18,2% das pessoas de 25 a 39 anos, 17,5% daqueles de 40 a 59 anos e 15,4% das pessoas com 60 ou mais anos de idade.

Gráfico 8.19 – Percentual de pessoas que praticaram alguma atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

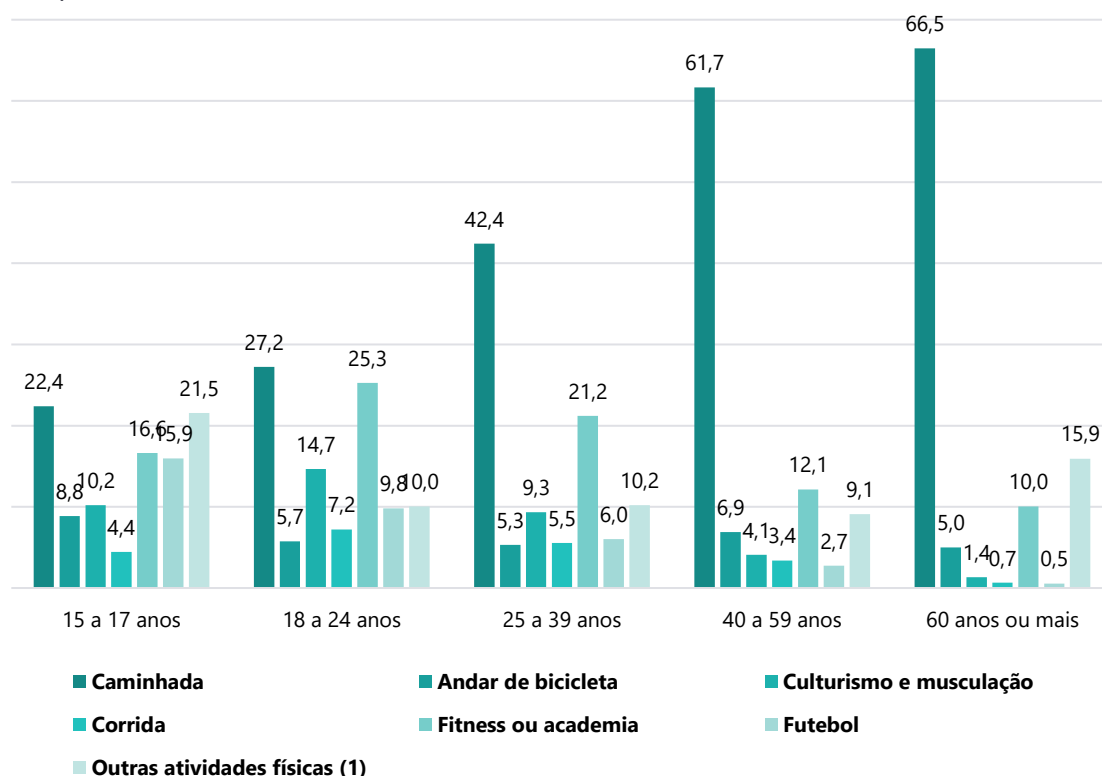
Em relação às principais atividades praticadas, **a caminhada aparece como atividade mais recorrente** com 49,1%, seguida da prática de atividades fitness ou de academia com 16,8% e de outras atividades físicas⁸⁴ com 11,4%. Também foram mapeadas demais atividades como: culturismo e musculação (7,2%), andar de bicicleta (6,1%), futebol (5,2%) e corrida (4,2%).

A distribuição das atividades por grupos de idade é apontada no Gráfico 8.20. Entre os adolescentes, as atividades mais recorrentes foram a caminhada (22,4%), outras atividades físicas (21,5%) e fitness ou academia (16,6%). Entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, as principais atividades relatadas foram a

⁸⁴ Natação, dança e ballet, lutas e artes marciais, skate e patins, voleibol, na água sem motor, aventura, handebol e basquetebol.

caminhada (27,2%), fitness e academia (25,3%), e culturismo e musculação (14,7%). Conforme a idade avança, há menos diversidade de práticas e mais de 60% das pessoas elegem a caminhada como principal atividade física (Gráfico 8.20).

Gráfico 8.20 – Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram alguma atividade física, no período de referência de 365 dias, por grupos de idade, segundo a principal atividade física praticada – Brasil (2015)



Fonte: IBGE (2017b). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Elaboração própria.

Com dados mais atualizados, os indicadores selecionados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, publicada em 2020 (IBGE, 2020), aponta que apenas 30,1% das pessoas de 18 anos ou mais de idade praticam o nível recomendado de atividade física no lazer, 48,0% são fisicamente ativas no trabalho e 15,8% são fisicamente ativas nas atividades domésticas. Enquanto isso,

40,3% são insuficientemente ativas⁸⁵, e 21,8% assistem televisão por 3 horas ou mais por dia — número que equivale a 34,7 milhões de pessoas. Esse último fator está relacionado a comportamentos sedentários que aumentam o risco de desenvolvimento de diversas doenças.

No Gráfico 8.21, podem ser observadas as categorias apontadas de acordo com os grupos de idade. Os jovens de 18 a 24 anos de idade aparecem como o grupo com maiores percentuais em relação à prática de nível recomendado de atividade física no lazer (41,0%) e fisicamente ativas no trabalho (47,5%). Porém, ainda que seja o grupo com menor percentual de pessoas insuficientemente ativas e de pessoas que assistem televisão por 3 horas ou mais por dia, os números ainda são expressivos: 32,8% e 19,2% dos jovens, respectivamente.

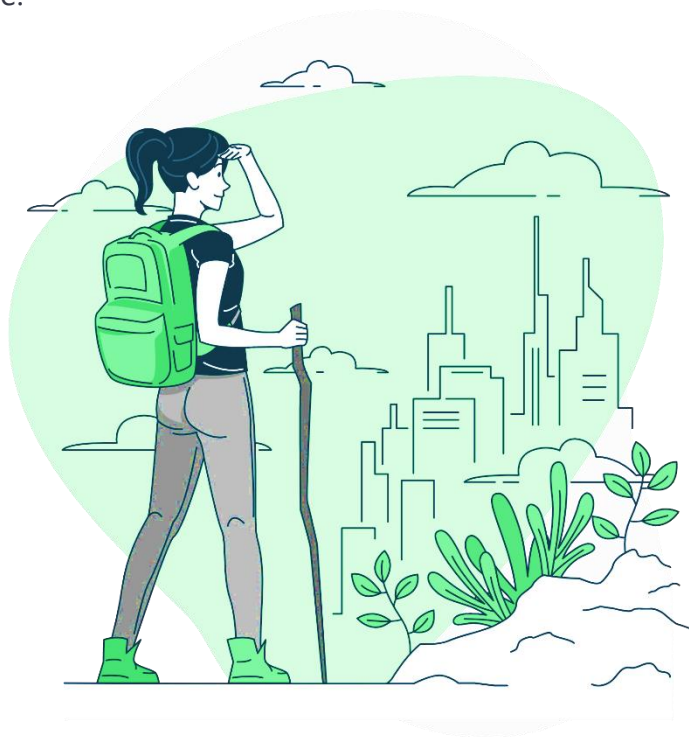
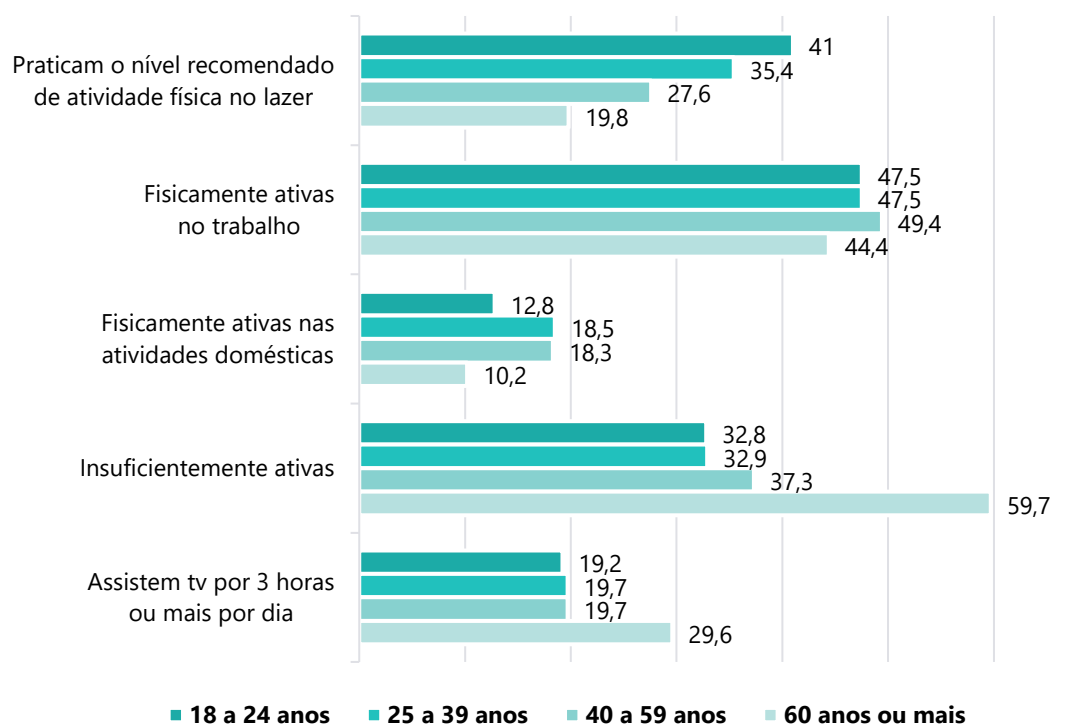


Ilustração: Storyset

⁸⁵ "Insuficientemente ativas, são pessoas que não praticaram atividade física ou praticaram por menos do que 150 minutos por semana considerando os três domínios: lazer; trabalho e deslocamento para o trabalho. Este indicador não considera o tempo dedicado a atividades domésticas" (IBGE, 2020).

Gráfico 8.21 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade por situação de atividade – Brasil (2019)

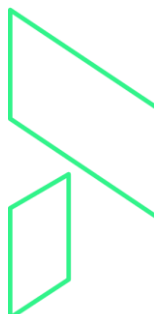


Fonte: IBGE (2020). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde 2019. Elaboração própria.

8.3. Práticas esportivas e atividades físicas nas escolas

De acordo com o estudo conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2015, o Brasil ocupava uma das piores posições em relação ao engajamento dos alunos em atividades físicas/esportivas, mesmo com seus inúmeros benefícios (INSTITUTO PENÍNSULA, 2019). Em 2019, mais de 80% dos estudantes de 11 a 17 anos de idade em todo o mundo não cumpriam as recomendações de atividades físicas diárias e, no Brasil, esse número atingia 83,6% dos adolescentes (ONU, 2019).

O **crescimento do sedentarismo** entre jovens pode estar relacionado ao aumento do uso de aparelhos digitais como celular e *tablets*, à falta de incentivo



às práticas físicas em ambiente escolar, ao aumento da violência nos grandes centros que afastam a população de atividades ao ar livre, dentre outras razões (OMS, 2019). Portanto, é fundamental traçar estratégias direcionadas a essa parcela da população, levando em conta suas particularidades geracionais e suas especificidades próprias.

Dessa forma, como nos tópicos anteriores, o objetivo é verificar a situação do acesso à infraestrutura e às práticas esportivas, primordialmente, a partir da disponibilidade dos dados da *Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar* (PeNSE) de 2015 e 2019 (IBGE, 2016; 2021), reconhecendo o contexto escolar como protagonista no desenvolvimento dos hábitos dos estudantes. As diferenças, neste momento, residem no público-alvo e no espaço das atividades: os alunos e as escolas.

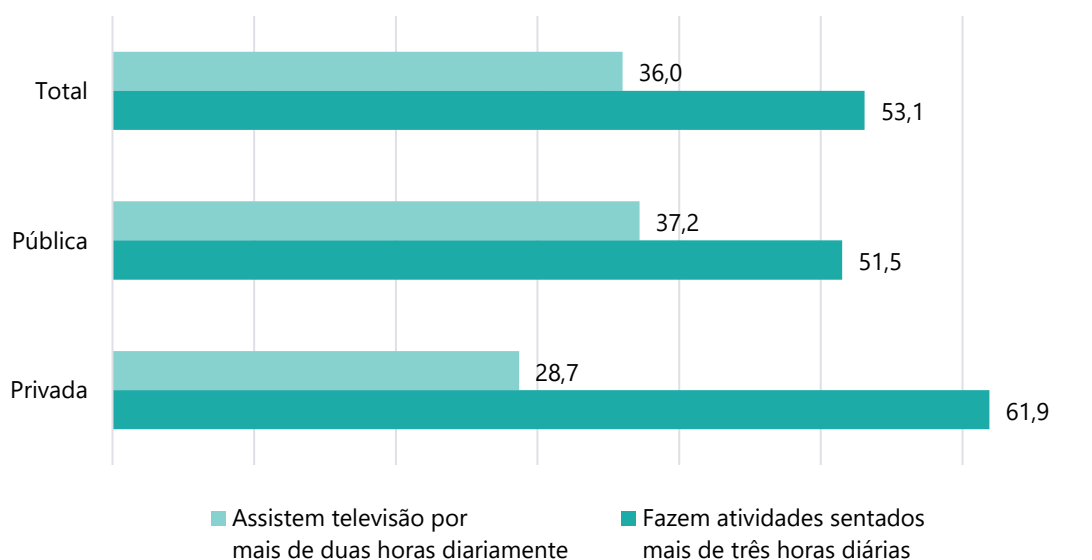
A PeNSE investiga os aspectos das práticas de atividades físicas nas escolas, principalmente, a partir do tempo de tela sedentário, do tempo de atividade física acumulada e das aulas de educação física nas escolas. Em relação à primeira categoria, a pesquisa trata das atividades realizadas sentadas, incluindo as atividades relacionadas às telas (celular, tablet, computador e televisão). A segunda categoria — atividade física acumulada — é obtida a partir da soma dos tempos das atividades físicas realizadas, contemplando os seguintes domínios: deslocamento entre casa e escola, aulas de educação física na escola e atividades físicas extraescolares (IBGE, 2021). A partir disso, são definidos os “inativos” (zero minutos); “insuficientemente ativos” (entre 1 e 299 minutos); e “suficientemente ativos” (300 minutos ou mais). Por último, o quantitativo de aulas de educação física e a infraestrutura escolar são consideradas como contexto da experiência e do estímulo dos estudantes na escola.

Como apresentado no Gráfico 8.22, **36,0% dos estudantes de 13 a 17 anos de idade costumam assistir televisão por mais de duas horas diárias e**

53,1% costumam fazer outros tipos de atividades sentados por mais de três horas diárias.

Ao desagregar os dados por dependências administrativas, há variações significativas no comportamento dos alunos. Há número maior de estudantes que assistem televisão por mais de duas horas diariamente em escolas públicas (37,2%) do que em escolas privadas (28,7%); ao passo que essa diferença se inverte em relação às outras atividades: 51,5% dos alunos de escolas públicas contra 61,9% dos alunos de escolas privadas costumam fazer atividades sentados por mais de três horas diárias.

Gráfico 8.22 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos que costumam assistir televisão por mais de duas horas diariamente ou que costumam fazer atividades sentados por mais de três horas diárias, por dependência administrativa da escola – Brasil (2019)



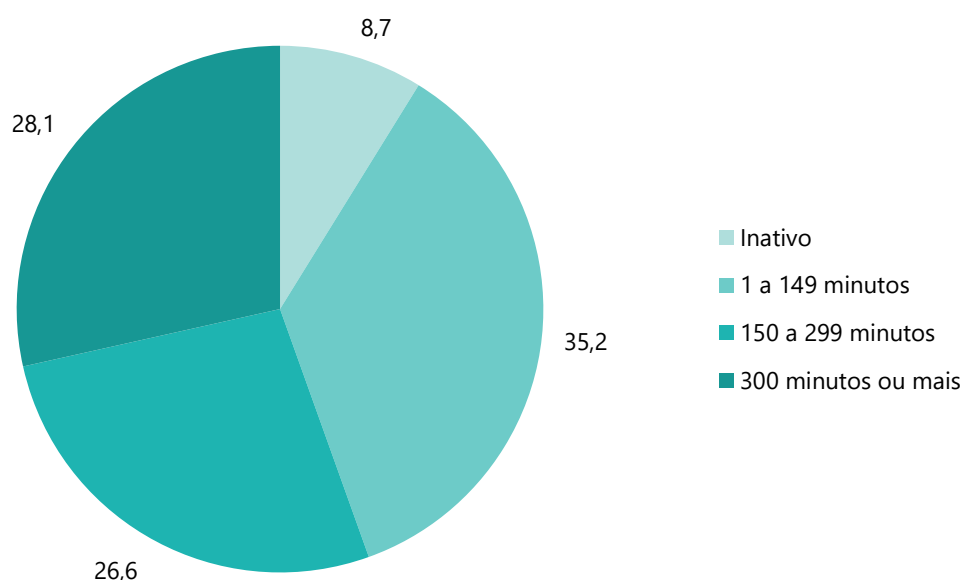
Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Elaboração própria.

Como pontuado anteriormente, a OMS recomenda até 300 minutos de atividades físicas semanais como diretriz para uma vida saudável. Assim, o indicador de atividade física acumulada da PeNSE foi introduzido como forma de contabilizar o tempo gasto diário dos escolares em atividades curriculares ou

extracurriculares, entre casa e escola, além de servir para comparações internacionais (IBGE, 2017b).

Como aponta o Gráfico 8.23, em 2019, **8,7% dos escolares de 13 a 17 anos de idade foram considerados inativos, mais da metade dos alunos (61,8%) foram definidos como insuficientemente ativos**, sendo que 35,2% acumularam de 1 a 149 minutos de atividades e 26,6% acumularam de 150 a 299 minutos, e apenas 28,1% totalizaram 300 minutos ou mais de atividades físicas, sendo assim, *suficientemente ativos*.

Gráfico 8.23 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos por tempo acumulado de atividade física nos sete dias anteriores à pesquisa – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Elaboração própria.

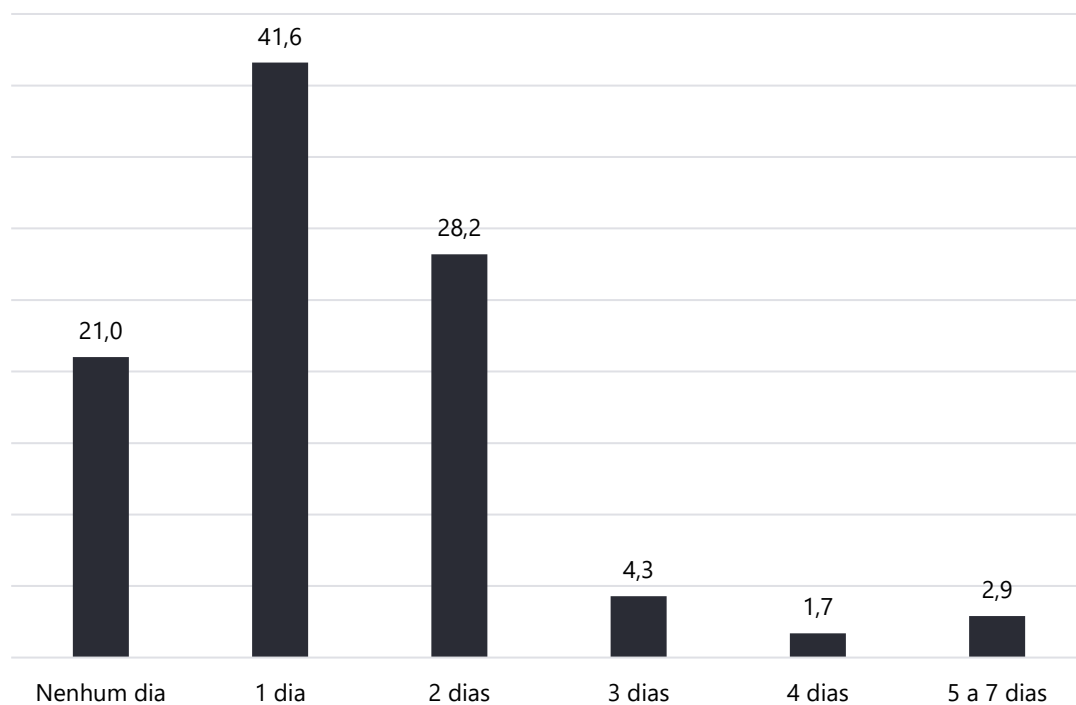
Os resultados não mostraram grandes disparidades em relação aos números publicados pela pesquisa anterior e os efeitos continuam expressivos, principalmente pelo aumento no número de alunos inativos (IBGE, 2017). Em

2015, 4,8% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental eram considerados inativos, 60,8% deles eram insuficientemente ativos e 34,4% ativos.

Essa situação mostra sinais de agravamento com a pandemia de Covid-19 iniciada no Brasil com o primeiro caso em março de 2020. De acordo com dados da pesquisa *ConVid Adolescentes – Pesquisa de Comportamentos* realizada pela Fiocruz no mesmo ano, o percentual de jovens que não faziam 60 minutos de atividades físicas na semana era de 20,9% antes da pandemia e aumentou para 43,4%. No mesmo período, 62,6% dos adolescentes relataram ficar por mais de 4 horas em atividades frente às telas de aparelhos digitais, sendo que o percentual aumenta para 69,8% entre jovens de 16 e 17 anos. Antes da pandemia, esse tempo era de 3 horas e 20 minutos por dia, e durante o período de isolamento houve um crescimento para mais de 5 horas de atividades realizadas sentadas em frente às telas (computador, televisão, videogame, tablet e celular) (FIOCRUZ, 2020). Isto significa que o cenário se agravou com as circunstâncias pandêmicas.

Por fim, no que se refere às aulas de educação física nas escolas, como ilustra o Gráfico 8.24, pode-se observar que 21,0% dos escolares de 13 a 17 anos de idade não tiveram nenhum dia de aula de educação física na semana no ano de 2019. Em seguida, 41,6% tiveram um dia de aula e 28,2% dois dias de aula. Os menores percentuais estão entre os alunos que tiveram de três a sete dias de aula de educação física durante a semana, respectivamente, 4,3% (3 dias), 1,7% (4 dias) e 2,9% (5 a 7 dias).

Gráfico 8.24 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos, por frequência de aulas de educação física na escola nos sete dias anteriores à pesquisa – Brasil (2019)



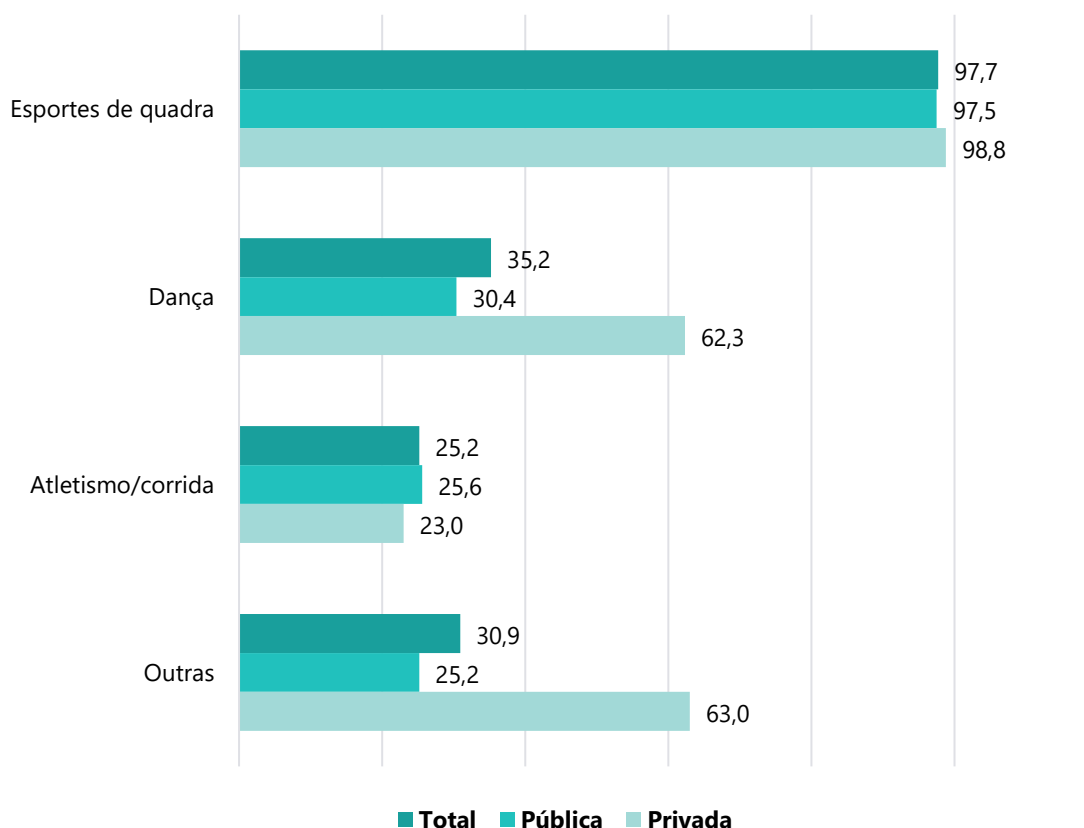
Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Elaboração própria.

Dos escolares de 13 a 17 anos de idade que informaram a oferta de atividades físicas, 97,7% apontaram o oferecimento de esportes de quadra, 35,2% relataram a oferta de práticas de dança, 25,2% relataram a oferta de atividades relacionadas à corrida/atletismo e 30,9% apontaram outros tipos de atividades⁸⁶. Ao desagregar os dados por dependência administrativa, observa-se que entre as escolas privadas há uma maior diversidade de atividades físicas ofertadas: 63,0% dos escolares matriculados em escolas privadas informaram a oferta de outros tipos de práticas, enquanto nas escolas públicas esse número é de 25,2%.

⁸⁶ A categoria "outras" contempla esportes aquáticos (natação, polo aquático, hidroginástica etc.), esportes de aventura (trilha, escalada, rapel etc.), lutas (judô, karatê, capoeira etc.), ginástica (rítmica, artística/olímpica, acrobática) e outras práticas (IBGE, 2021).

A mesma dinâmica se repete em relação às práticas de dança, 62,3% dos estudantes de escolas privadas contra 30,4% dos alunos de escolas públicas.

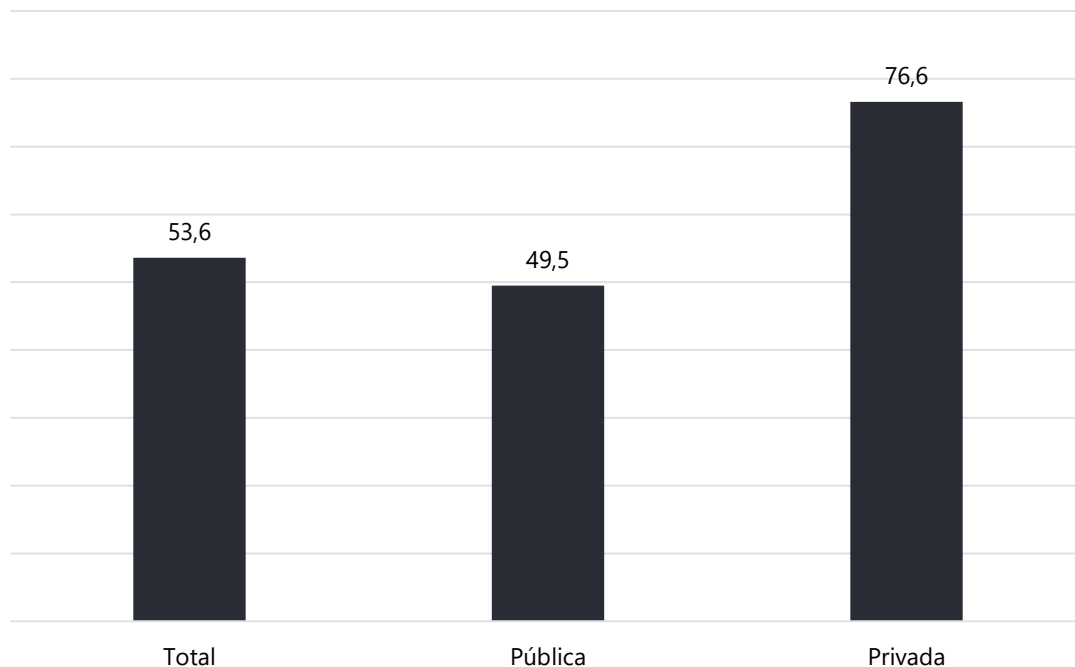
Gráfico 8.25 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram a oferta de práticas de atividade física por modalidade de prática e dependência administrativa da escola – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Elaboração própria.

No Gráfico 8.26 também é possível notar grande disparidade entre o percentual de alunos de 13 a 17 anos de idade em escolas que informaram a oferta de atividades esportivas para escolares fora do horário regular de aula: 76,6% dos alunos de escolas privadas em relação a 49,5% dos alunos de escolas públicas. Do total dos alunos, o percentual fica em pouco mais de 50%.

Gráfico 8.26 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram a oferta de atividades esportivas para os alunos fora do horário regular de aula, por dependência administrativa da escola – Brasil (2019)



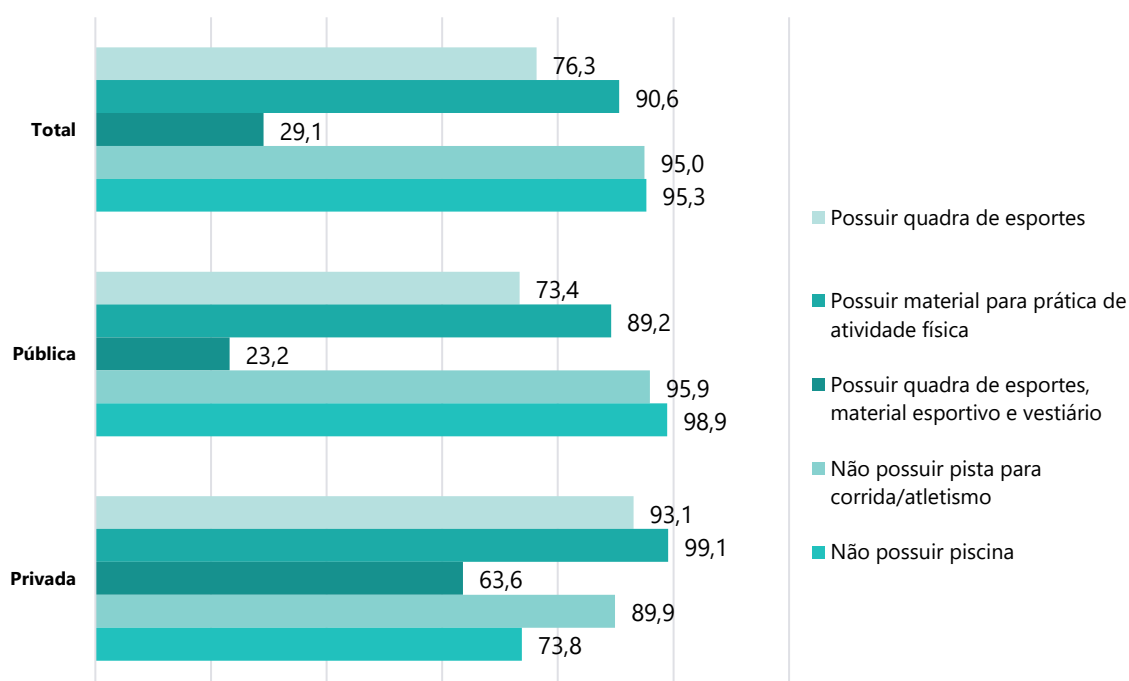
Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Elaboração própria.

A investigação também levou em consideração as instalações e materiais em condições de uso nas escolas. Dos escolares na mesma faixa etária pesquisada, 76,3% estudavam em escolas que afirmaram possuir quadra de esportes, 90,6% eram alunos de escolas que possuíam material para prática de atividade física, porém apenas 29,1% dos alunos possuíam acesso a escolas com quadra, materiais e vestiário, simultaneamente. Além disso, quase a totalidade dos alunos estudavam em escolas sem pista de corrida/atletismo e sem piscina (95,0% e 95,3%).

Novamente, ao desagregar as informações por dependência administrativa é possível perceber diferenças nas condições das instalações e dos materiais. No Gráfico 8.27, é possível verificar, por exemplo, que enquanto 63,6% dos estudantes de escolas privadas informaram possuir quadra, materiais e

vestiário, nas escolas públicas esse número não chega a 25% — mais precisamente uma diferença de 40,4 p.p. Em relação às demais instalações, enquanto 73,8% dos escolares de escolas privadas não tem acesso à piscina nas dependências das escolas, o percentual nas escolas públicas atinge 98,9% dos alunos.

Gráfico 8.27 – Percentual de escolares de 13 a 17 anos em escolas que informaram possuir instalações e materiais em condições de uso, por tipo e dependência administrativa – Brasil (2019)



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Elaboração própria.

Considerações finais

O direito à prática desportiva e ao lazer está diretamente relacionado à busca de qualidade de vida, à promoção da saúde física, ao bem-estar emocional e ao desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Reconhecendo a importância desses aspectos, a presente seção teve como objetivo apresentar

informações relacionadas à prática de esportes e de atividade física no cotidiano dos jovens.

A partir dos dados levantados, evidencia-se que a juventude é a faixa etária que mais pratica esportes e atividades físicas, ainda assim a maior parte dos adolescentes são considerados inativos ou insuficientemente ativos. Uma das possíveis explicações para essa tendência de comportamento está relacionada às mudanças causadas pelo aprofundamento do uso das tecnologias, que impactam intensamente essa parcela da população, que passa muito mais tempo em atividades sedentárias.

Pesquisadores têm se debruçado cada vez mais em investigações e análises sobre o tema do sedentarismo entre os jovens — uma preocupação global que exige ações multissetoriais urgentes para frear essa tendência. Nesse sentido, a sistematização dessas informações é uma importante aliada como subsídio para a formulação de políticas públicas estratégicas, em busca do envolvimento da juventude, da democratização do acesso e da diversificação dos espaços de lazer, de esporte e de convivência.



ACESSE

As tabulações dos dados da [oitava seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

FIOCRUZ. ConVid Adolescentes – Pesquisa de comportamentos, 2020. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/>. Acesso em: 03 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE): 2015*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: esporte: 2016*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Práticas de esporte e atividade física: 2015*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional de saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)*: 2019. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. Pesquisa de contexto da Educação Física escolar no Brasil – Resultados Finais. *Relatório*, Instituto Península, nov. de 2019. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-Contexto-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%Adsica.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. Desafios e perspectivas da educação: uma visão dos professores durante a pandemia. *Relatório de pesquisa*, Instituto Península, set. de 2021. Disponível em: https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Pulso_voltaulas_esporte.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

INSTITUTO PENÍNSULA. Esporte: um potente aliado na motivação dos alunos. *Instituto Península*, 16 de dez. de 2021. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/esporte-um-potente-aliado-na-motivacao-dos-alunos/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

OMS. *Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário*. Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour: at a glance. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/337001/9789240014886-por.pdf?sequence=102&isAllowed=y#:~:text=Para%20sa%C3%Bade%20bem%2Destar,dia%20para%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ONU. Mais de 80% dos estudantes adolescentes não praticam atividades físicas suficientes, diz OMS. *Nações Unidas*, 21 de nov. de 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1695381>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SNJ. *Direitos da Juventude*: Subsídios para o debate. 2015.

UNICEF. “O esporte abre portas para a inclusão”. *UNICEF Brasil*, 19 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/o-esporte-abre-portas-para-inclusao>. Acesso em: 14 jun. 2022.

9. Direito ao Território e à Mobilidade

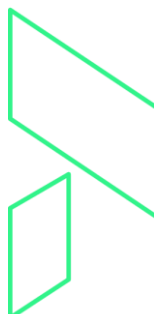
A garantia do direito ao território e à mobilidade, previsto no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), perpassa a elaboração de políticas públicas que atendam a questões de moradia, de circulação nos espaços e de acesso aos equipamentos públicos, levando em conta a multiplicidade da população jovem no país. Isto



Ilustração: Storyset

significa observar os diversos contextos e desigualdades territoriais nas quais a juventude brasileira está inserida, visto que, ainda que vivam em áreas próximas, as condições de vida se diferenciam: habitar o centro das cidades não é o mesmo que viver nas periferias das grandes metrópoles.

Destacam-se algumas questões que são recorrentes nas discussões relacionadas à juventude: o intenso processo de urbanização, ao lado das novas condições de mobilidade urbana, oferece um acesso igualitário ao território? Quais são as circunstâncias de habitação dos jovens atualmente? Quais são as pautas territoriais das juventudes periféricas, rurais, indígenas e de comunidades tradicionais, dentre outras, em debate? Essas são perguntas postas como um convite à reflexão e não têm intenção de serem respondidas em sua totalidade neste diagnóstico. No momento, o objetivo é evidenciar alguns pontos importantes, com base nas possibilidades permitidas pelos dados publicados.



Dessa forma, na presente seção, são abordados aspectos relacionados à qualidade de moradia dos jovens e às condições de mobilidade do transporte individual e coletivo no país, com o propósito de conhecer suas principais características e qualificar as ações do poder público em busca da efetividade dos direitos da juventude. Os temas estão organizados em dois tópicos: 1) território e moradia, e 2) mobilidade e transporte. As principais fontes de dados são a *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) (IBGE, 2021), a *Pesquisa de Orçamento Familiares* (POF) (IBGE, 2019), a *Síntese de Indicadores Sociais* (IBGE, 2020a), a *Pesquisa Nacional de Saúde* (PNS) (IBGE, 2020b) e o *Sistema de Informação da Mobilidade Urbana* (SIMOB) (SIMOB/ANTP, 2020).

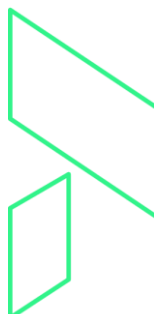
9.1. Território e Moradia



Art. 31 O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade.

Dentre as questões relacionadas ao direito ao território como “espaço em que se realizam as políticas” (SNJ, 2015, p.), foram selecionados dados restritos às condições habitacionais da população jovem, reconhecendo que seus direitos não apenas perpassam o espaço público, mas têm direta relação com a qualidade de como se vive, como se mora e como se habita.

Considerando dados da PNAD (IBGE, 2016), em 2015, mais de 40 milhões de jovens no país viviam em áreas urbanas e mais de 7 milhões habitavam áreas rurais. Ou seja, mais de 20% da população em áreas rurais no Brasil era composta por jovens, incluindo comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, entre outras. Apesar dos esforços de pesquisa, ainda não é possível

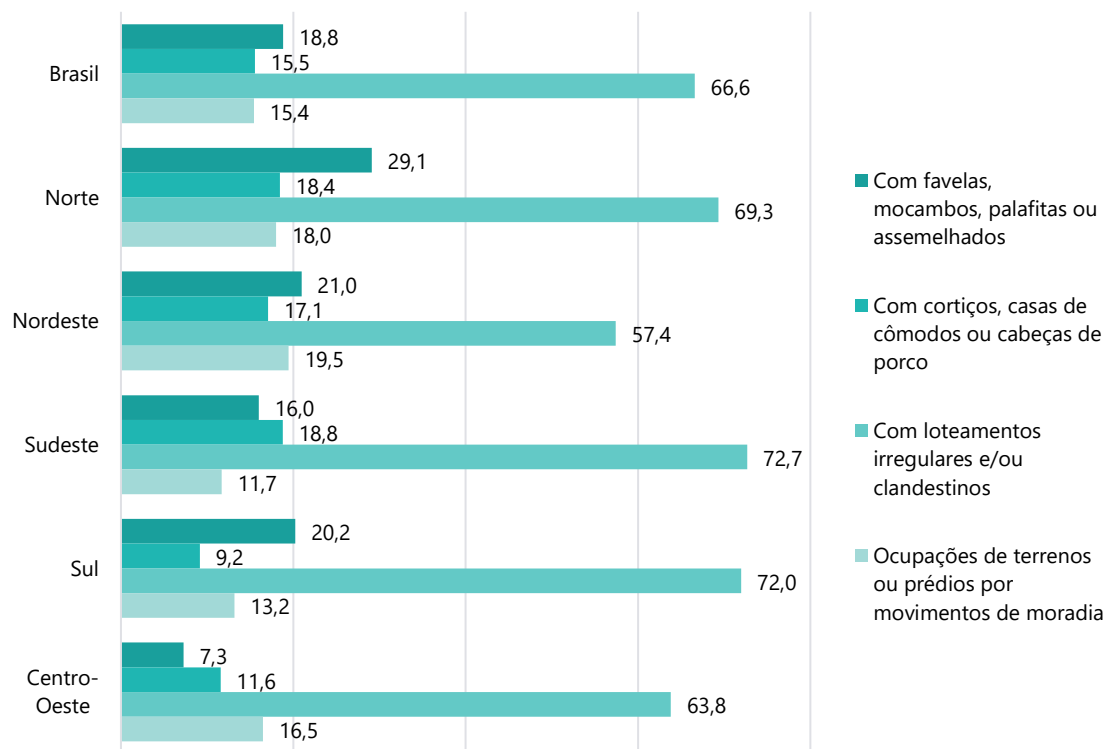


detalhar as condições de moradia de toda a população jovem, reconhecendo a multiplicidade de contextos nos quais estão inseridos. Ainda assim, esta seção apresenta o mapeamento de dados que se relacionam à temática.

A investigação desses números é fundamental para compreender a situação habitacional dos jovens nos municípios do país e atuar em busca de melhorias. Assim, no que se refere às questões de habitação, 66,6% (3.709) dos municípios brasileiros possuíam loteamentos irregulares ou e/ou clandestinos, 18,8% (1.049) possuíam favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, 15,5% (865) possuíam cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco⁸⁷ e 15,4% (859) possuíam ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia (Gráfico 9.1).

⁸⁷ Segundo o IBGE (2010, p. 12), “habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco - quando localizado em habitação que se caracteriza pelo uso comum de instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque etc.) com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar etc.). Faz parte de um grupo de várias habitações construídas em lote urbano ou em subdivisões de habitações de uma mesma edificação, sendo geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação”.

Gráfico 9.1 – Percentual de municípios com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados; com cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco; com loteamentos irregulares e/ou clandestinos; com ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia – Brasil e as Grandes Regiões (2020)



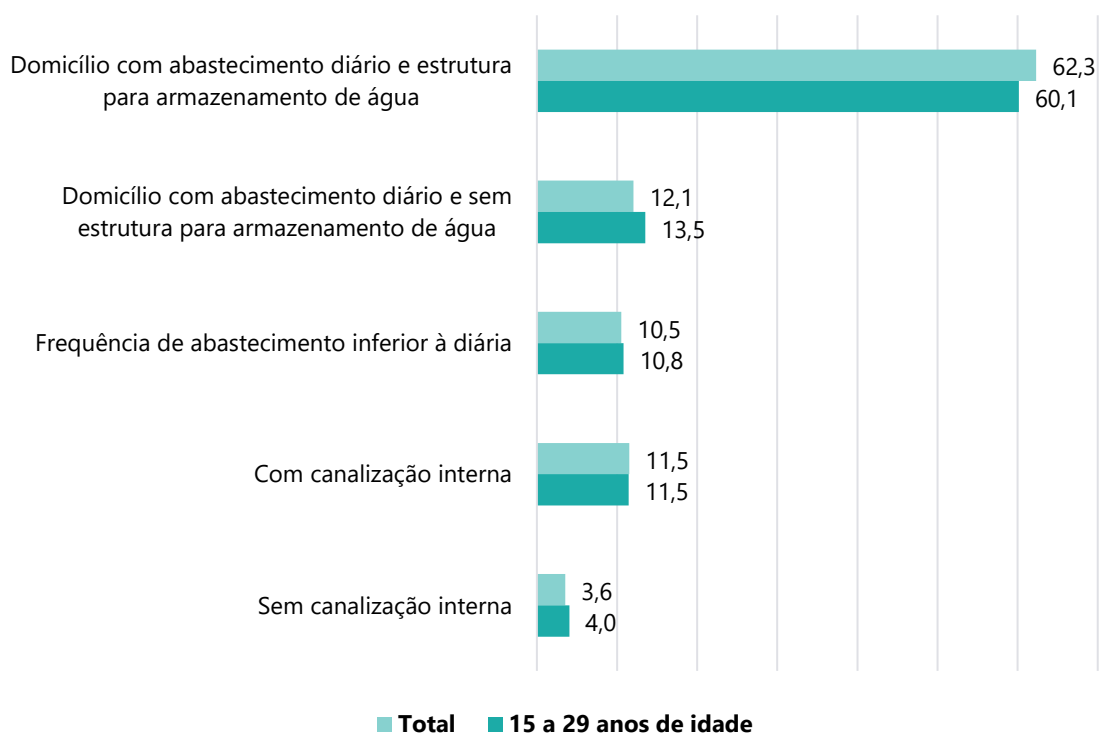
Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

No gráfico acima pode-se observar, também, variações regionais, onde destacam-se a ocorrência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, que aparecem em maior número na região Norte (29,1%) e em menor número na região Centro-Oeste (7,3%), e loteamentos irregulares e/ou clandestinos, com maior incidência na região Sudeste (72,7%) e menos presentes na região Nordeste (57,4%).

Sobre o saneamento básico nos domicílios habitados por pessoas de 15 a 29 anos de idade, faixa etária de interesse do documento, são apresentados os indicadores a seguir, sempre em relação ao total da população. O

Gráfico 9.2 apresenta a proporção de pessoas residindo em domicílios por forma de abastecimento de água, presença de estrutura de armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral e existência de canalização. Em 2018, 60,1% das pessoas de 15 a 29 anos de idade viviam em domicílios com abastecimento diário e estrutura de armazenamento de água, ao passo que entre a população em geral essa proporção foi de 62,3%. No mesmo ano, 13,5% dos jovens viviam em domicílios com abastecimento de água diário, mas sem estrutura de armazenamento, e 10,8% tinham frequência de abastecimento inferior à diária. Entre aqueles sem abastecimento por rede geral, 11,5% moravam em domicílios com canalização interna e 4,0% sem canalização interna.

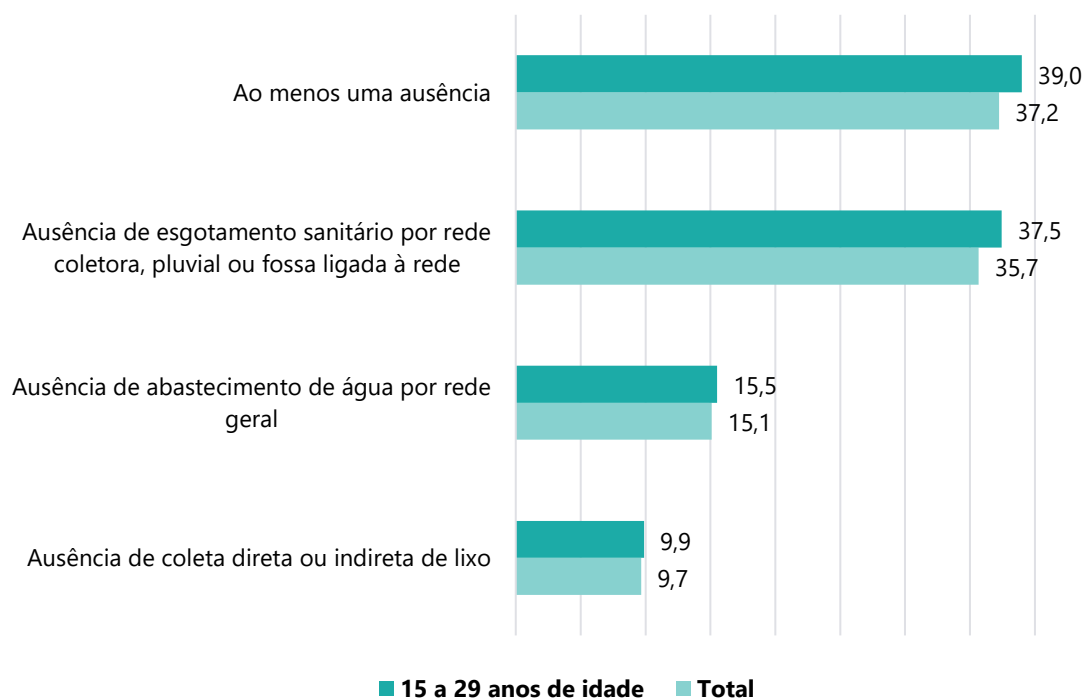
Gráfico 9.2 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por forma de abastecimento de água, presença de estrutura para armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral de abastecimento de água e existência de canalização interna, por grupo de idade selecionado – Brasil (2018)



Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Nos domicílios sem acesso aos serviços de saneamento básico, **9,9% das pessoas de 15 a 29 anos de idade viviam em domicílios sem coleta direta ou indireta de lixo em 2018, 15,5% não tinham acesso ao abastecimento de água por rede geral e 37,5% viviam em domicílios sem esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede.** Já 39,0% das pessoas na mesma faixa etária moravam em situação de ao menos uma das ausências anteriores (Gráfico 9.3).

Gráfico 9.3 – Proporção de pessoas residindo em domicílios sem acesso aos serviços de saneamento básico, por grupo de idade selecionado (%) – Brasil (2018)

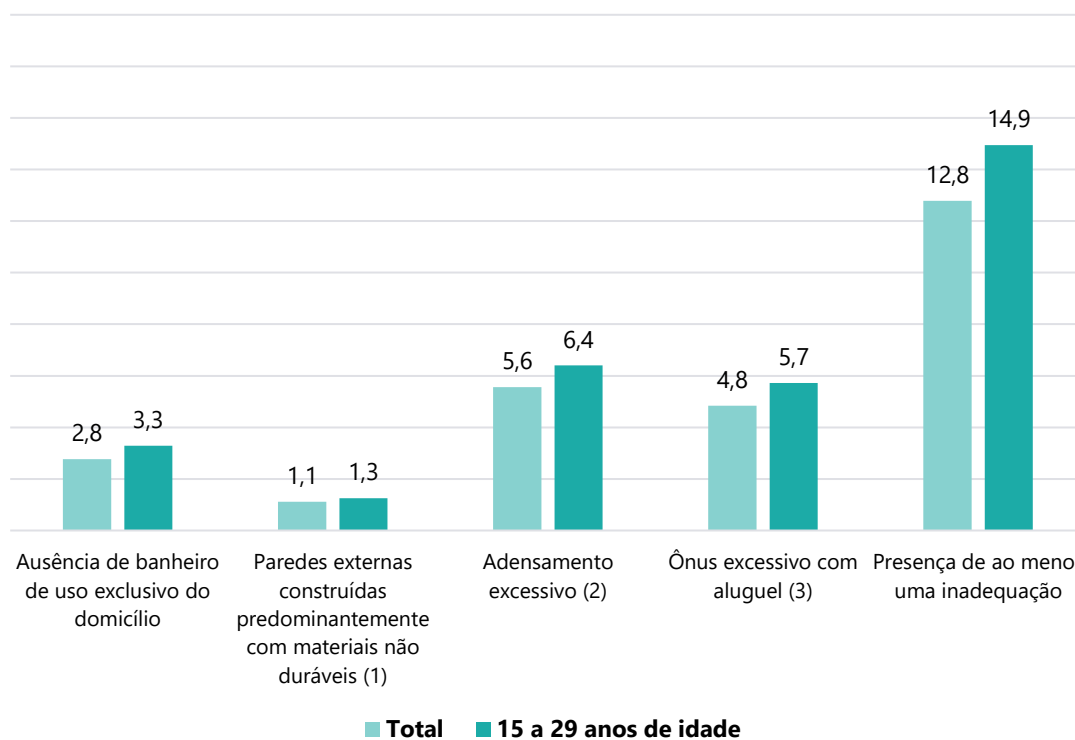


Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

No mesmo ano, como informa o Gráfico 9.4, ao menos **14,9% das pessoas de 15 a 29 anos de idade conviviam com algum tipo de inadequação de moradia**, percentual superior ao encontrado para o total da população (12,8%).

Em relação ao mesmo grupo de idade, 6,4% das pessoas viviam em adensamento excessivo, ou seja, mais de três moradores por dormitório, 5,7% em ônus excessivo de aluguel (valor 30% superior à renda domiciliar), 3,3% viviam sem banheiro de uso exclusivo no domicílio e 1,3% moravam em domicílios com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis. Em todas as situações, as pessoas de 15 a 29 anos de idade compõem a faixa etária mais atingida, com exceção das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade.

Gráfico 9.4 – Proporção de pessoas residindo em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia, por grupo de idade selecionado (%) – Brasil (2018)

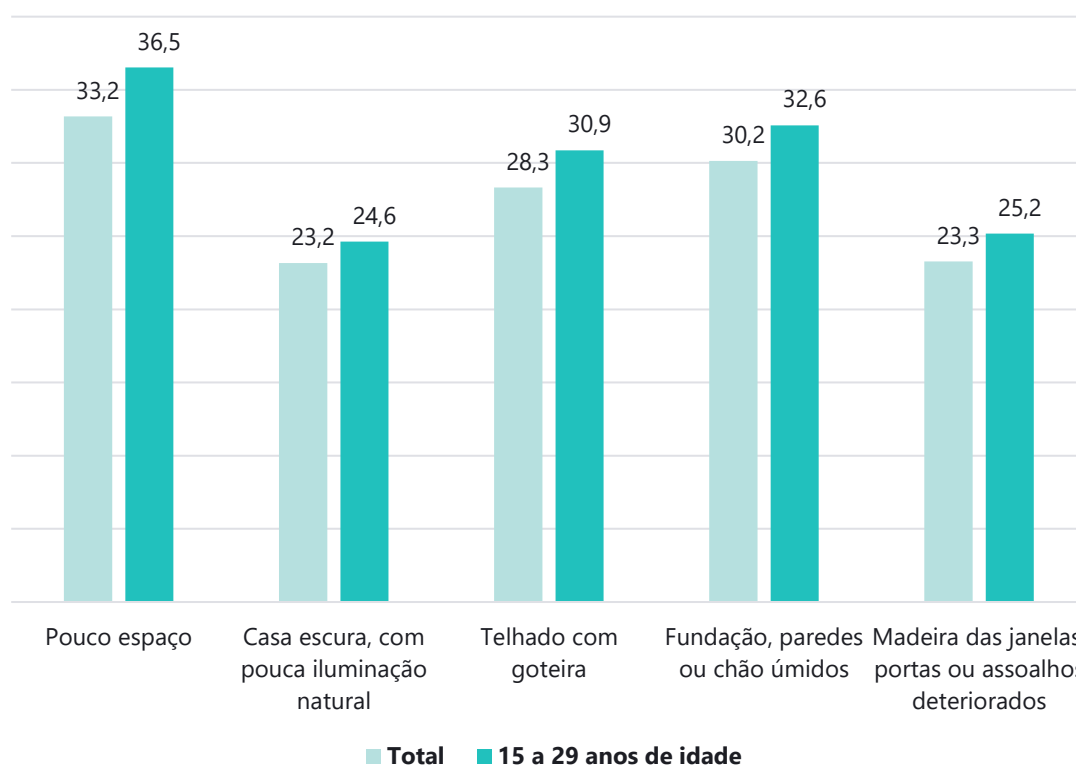


Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Notas: (1) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais; (2) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório; (3) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem declaração do valor do aluguel.

A POF (IBGE, 2019) também traz dados conforme a avaliação da família, portanto, o Gráfico 9.5 apresenta o percentual de pessoas residentes, total e jovens de 15 a 29 anos de idade, que relataram residir em domicílios com algum tipo de problema. Entre os jovens, **36,5% apontaram residir em domicílios com pouco espaço, 24,6% viviam em casas escuras, com pouca iluminação natural, 30,9% tinham goteiras nos telhados, 32,6% relataram umidade nas paredes, chão ou fundações e 25,2% viviam em domicílios com madeiras das janelas, portas ou assoalhos em deterioração.**

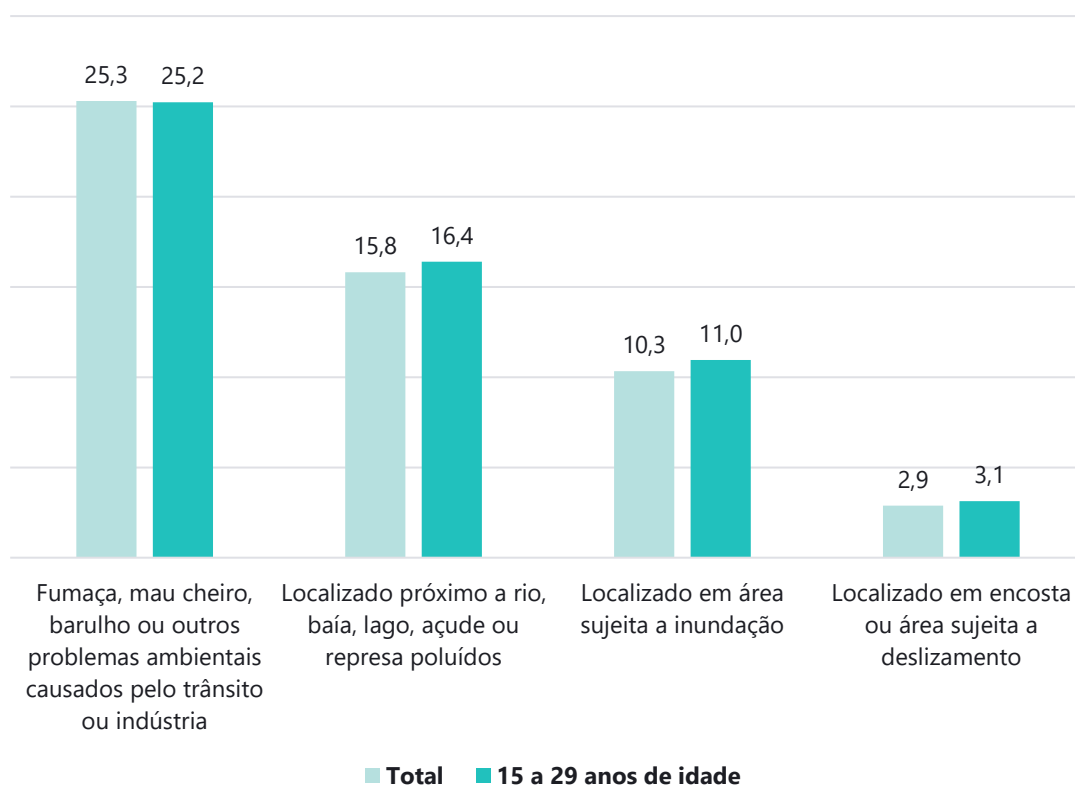
Gráfico 9.5 – Percentual de pessoas residentes em domicílios com existência, conforme avaliação da família, de problemas no domicílio, por tipo de problema e grupo de idade – Brasil (2017-2018)



Fonte: IBGE (2019a). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Elaboração própria.

Na mesma pesquisa foram levantados problemas relacionados à localização dos domicílios. Entre os jovens, **25,2% residiam em localidades com fumaça, mau cheiro, barulhos ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria, 16,4% viviam próximos a rios, baías, lagos, açudes ou represas poluídas, 11,0% residiam em domicílios localizados em áreas sujeitas a inundações e 3,1% viviam em encostas ou áreas sujeitas a deslizamentos.**

Gráfico 9.6 – Percentual de pessoas residentes em domicílios com existência, conforme avaliação da família, de problemas na localização do domicílio, por tipo de problema e grupo de idade – Brasil (2017-2018)

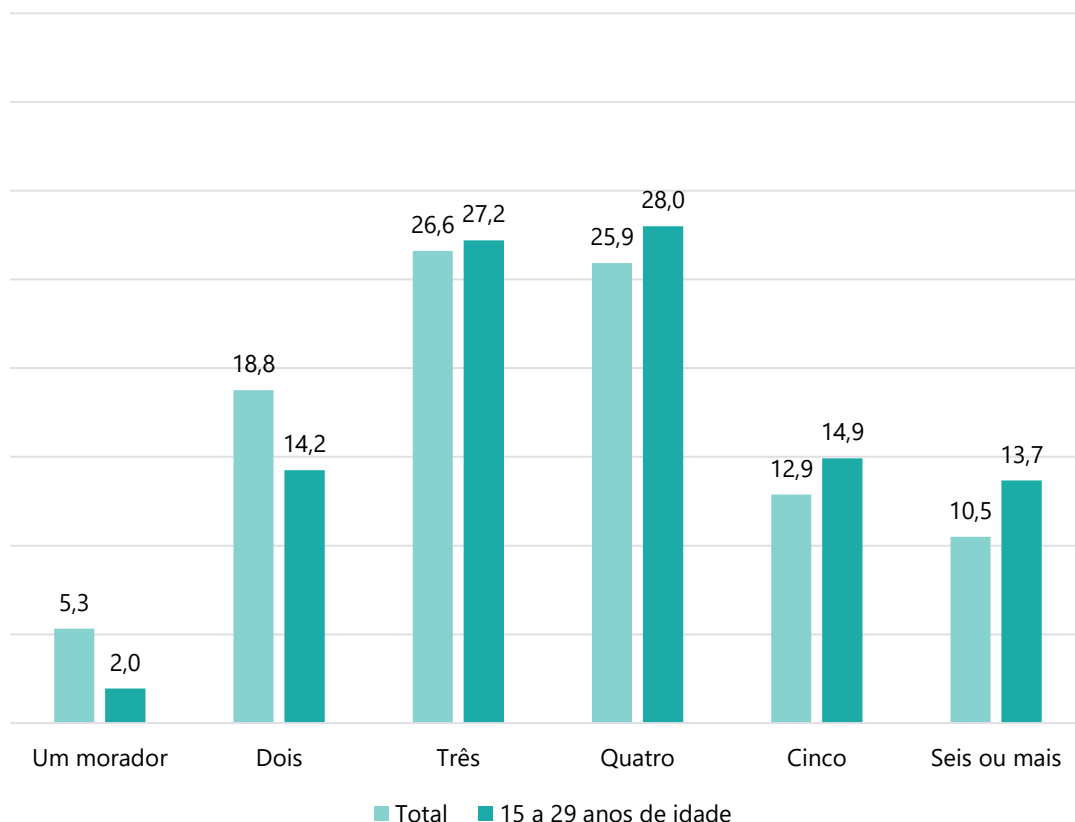


Fonte: IBGE (2019a). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Elaboração própria.

Por sua vez, o Gráfico 9.7 aborda a proporção de pessoas residindo em domicílios por número de moradores. Entre as pessoas de 15 a 29 anos de idade, 13,7% viviam em domicílios com seis moradores ou mais, 14,9% conviviam em

cinco moradores, 28,0% em quatro pessoas — número mais recorrente —, 27,2% em três pessoas, 14,2% em duas pessoas e 2,0% em domicílios com uma pessoa apenas. Quando comparado ao total da população, o percentual de residentes de 15 a 29 anos de idade só é menor em domicílios com um ou dois moradores.

Gráfico 9.7 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios, por número de moradores do domicílio, por grupo de idade selecionado – Brasil (2018)

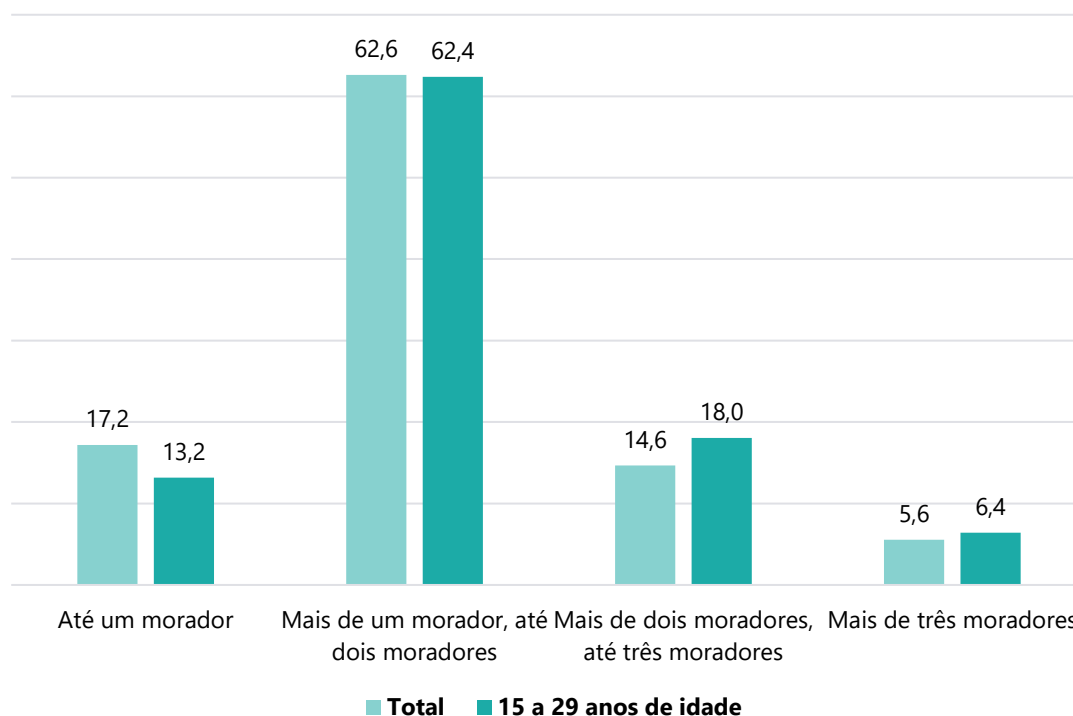


Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Em relação à distribuição de pessoas residindo em domicílios por número de moradores por cômodo utilizado como dormitório, têm-se os seguintes números: 62,4% das pessoas de 15 a 29 anos de idade residem em domicílios com mais de um morador e até dois moradores por cômodo utilizado como dormitório, seguido de

18,0% com mais de dois até três moradores, 6,4% mais de três moradores e 1,2% até um morador (Gráfico 9.8).

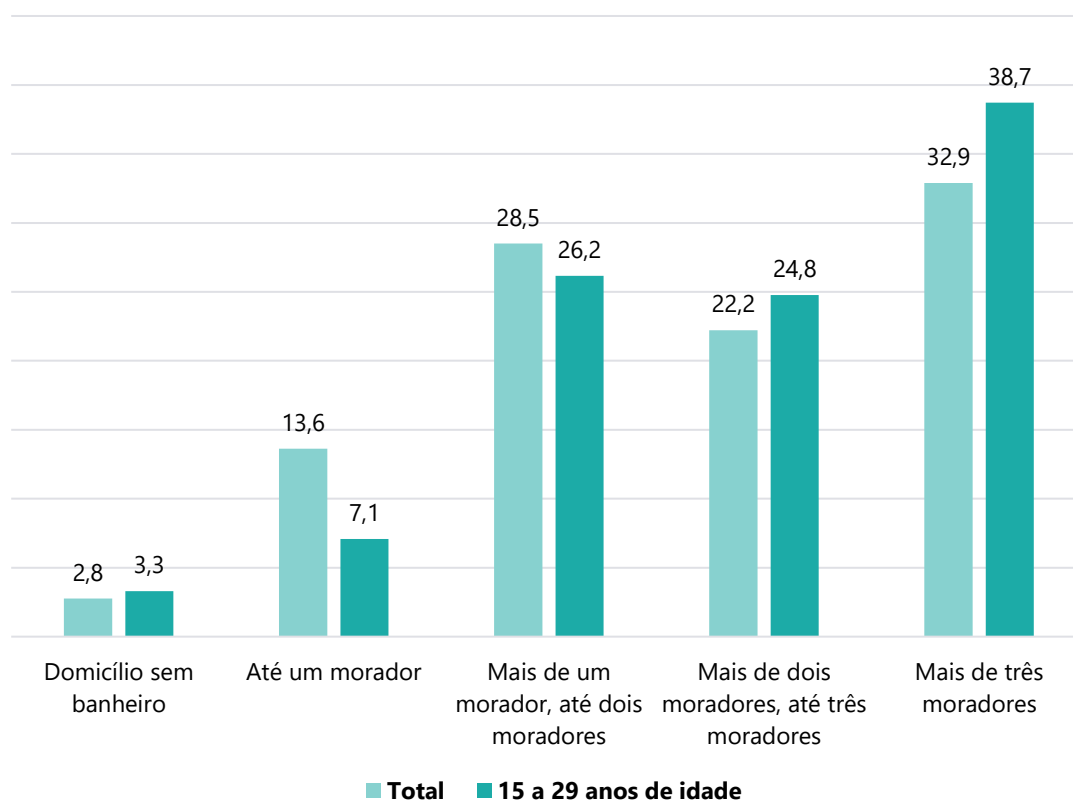
Gráfico 9.8 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por número de moradores por cômodo utilizado como dormitório, segundo grupo de idade selecionado – Brasil (2018)



Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

No Gráfico 9.9, observa-se que 38,7% das pessoas de 15 a 29 anos de idade residem em domicílios com mais de três moradores por banheiro de uso exclusivo, 26,2% com mais de um e até dois moradores, 24,8% com mais de dois até três moradores e 7,1% residem em domicílios com até um morador por banheiro de uso exclusivo. Por último, 3,3% dos jovens residem em casas sem nenhum tipo de banheiro.

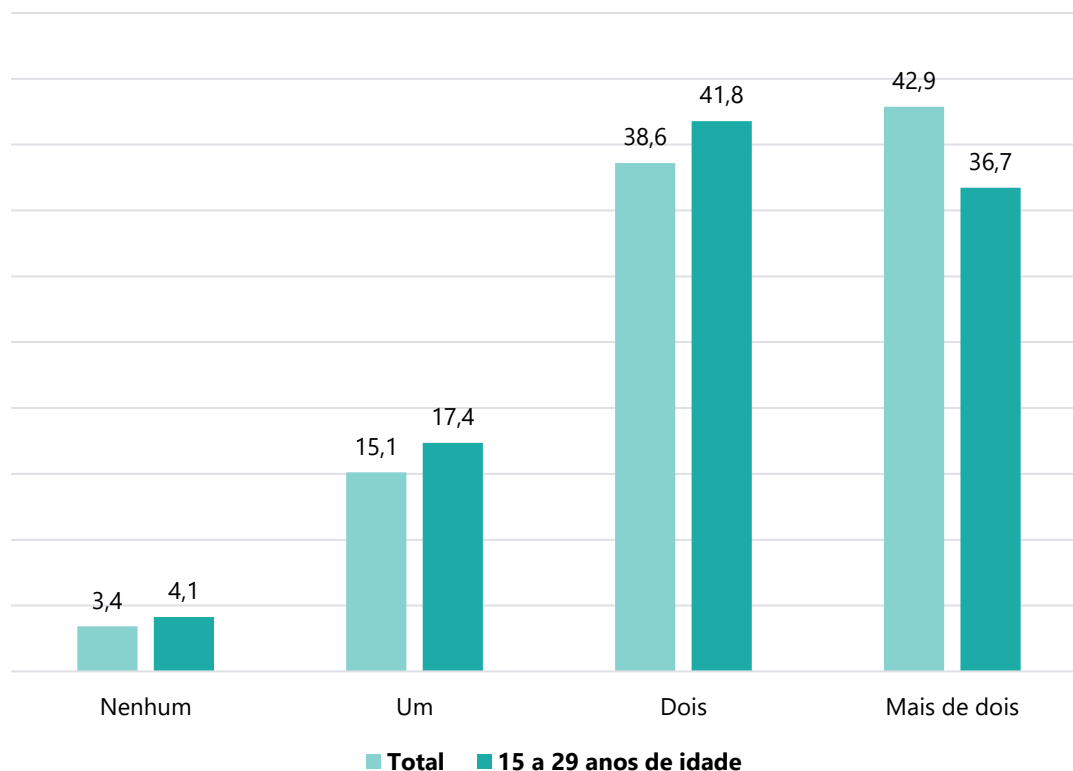
Gráfico 9.9 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por número de moradores por banheiro de uso exclusivo, segundo grupo de idade selecionado – Brasil (2018)



Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Por fim, o Gráfico 9.10 revela que 41,8% dos jovens de 15 a 29 anos de idade residem em domicílios com dois cômodos que não são utilizados nem como banheiro, nem como dormitório. Em seguida, 36,7% residem em domicílios com mais de dois cômodos com as mesmas características, 17,4% vivem em casas com um cômodo sem utilização como banheiro ou dormitório e 4,1% residem em domicílios onde nenhum cômodo desempenhe tais funções. É um indicador positivo o fato de que a **grande maioria reside em domicílios com maior número de cômodos, o que indica menor adensamento habitacional e oferece melhores condições de moradia.**

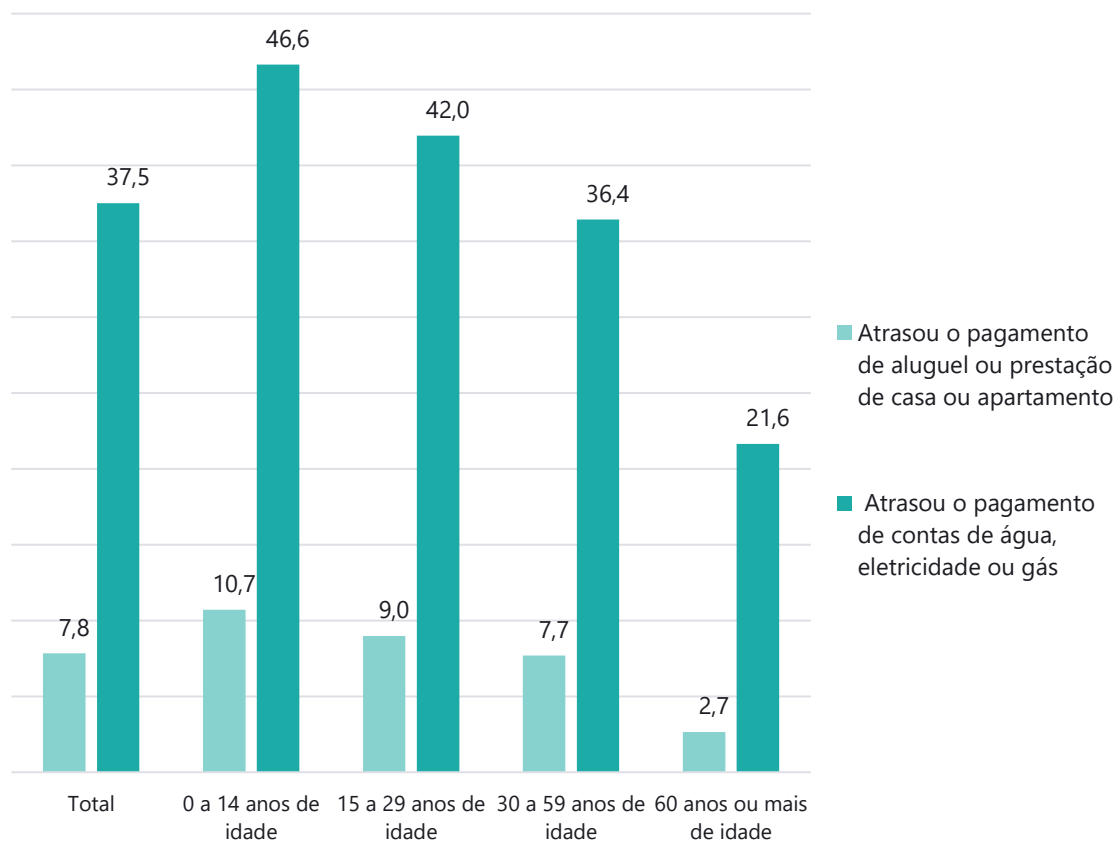
Gráfico 9.10 – Distribuição percentual de pessoas residindo em domicílios por número de cômodos no domicílio que não é utilizado nem como banheiro, nem como dormitório, segundo grupo de idade selecionado – Brasil (2018)



Fonte: IBGE (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas. Elaboração própria.

Em relação às **despesas de moradia, a POF apontou que esse é responsável pela principal parcela de gastos das famílias** (IBGE, 2019). Nesse sentido, 7,6% do total de pessoas pertencia a famílias que, por motivo de dificuldade financeira, atrasaram o pagamento de aluguel ou de prestação de casa ou apartamento no período. Esse número chegou a 9,0% entre os jovens. Da mesma forma, 37,5% do total de pessoas vivia em famílias que atrasaram o pagamento de contas de água, eletricidade ou gás. Novamente, o percentual de jovens ultrapassa a média: 46,6% das pessoas entre 15 e 29 anos de idade (Gráfico 9.11).

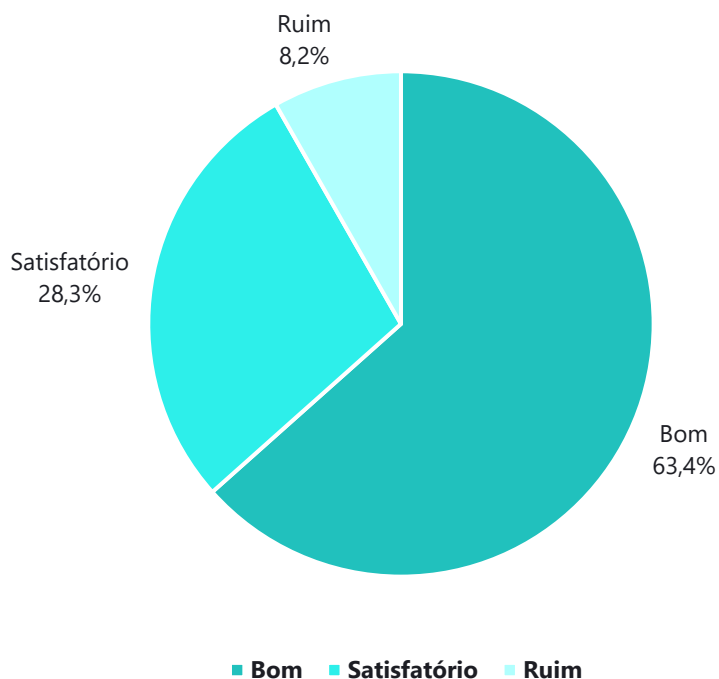
Gráfico 9.11 – Percentual de pessoas cuja família, por motivo de dificuldade financeira, atrasou o pagamento de alguma despesa de moradia ou serviço domiciliar no período de referência de 12 meses, por grupo de idade – Brasil (2017-2019)



Fonte: IBGE (2019). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Elaboração própria.

Em conclusão, o Gráfico 9.12 apresenta a distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos por avaliação do padrão de vida da sua família em relação às condições de moradia. **63,4% dos jovens avaliaram como bom, 28,3% declaram como satisfatório e 8,2% avaliaram como ruim o seu padrão de moradia.**

Gráfico 9.12 – Percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade por avaliação do padrão de vida da sua família em relação às condições de moradia – Brasil (2017-2018)



Fonte: IBGE (2019). IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Elaboração própria.

Os indicadores abordados neste item mostram que uma quantidade significativa de jovens vive em situação de precariedade habitacional, considerando características selecionadas de saneamento básico e de estrutura domiciliar. Tal retrato é importante para compreender suas condições básicas de moradia e buscar melhorias de vida e de saúde da população.

9.2. Mobilidade e Transporte



Art. 31 O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade.

Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.

Reconhecendo a mobilidade como um direito fundamental, para além de um tipo de serviço, no sentido da ocupação dos espaços — não só pelos aspectos do lazer, mas também pela educação e pelo trabalho — serão abordados no presente tópico dados sobre a existência e as características do transporte, tanto individual quanto coletivo, sobre a infraestrutura cicloviária, além de mapear as condições de acessibilidade no sistema de transporte coletivo. Por fim, serão tratados os números relacionados ao tempo médio de deslocamento dos jovens ao trabalho.

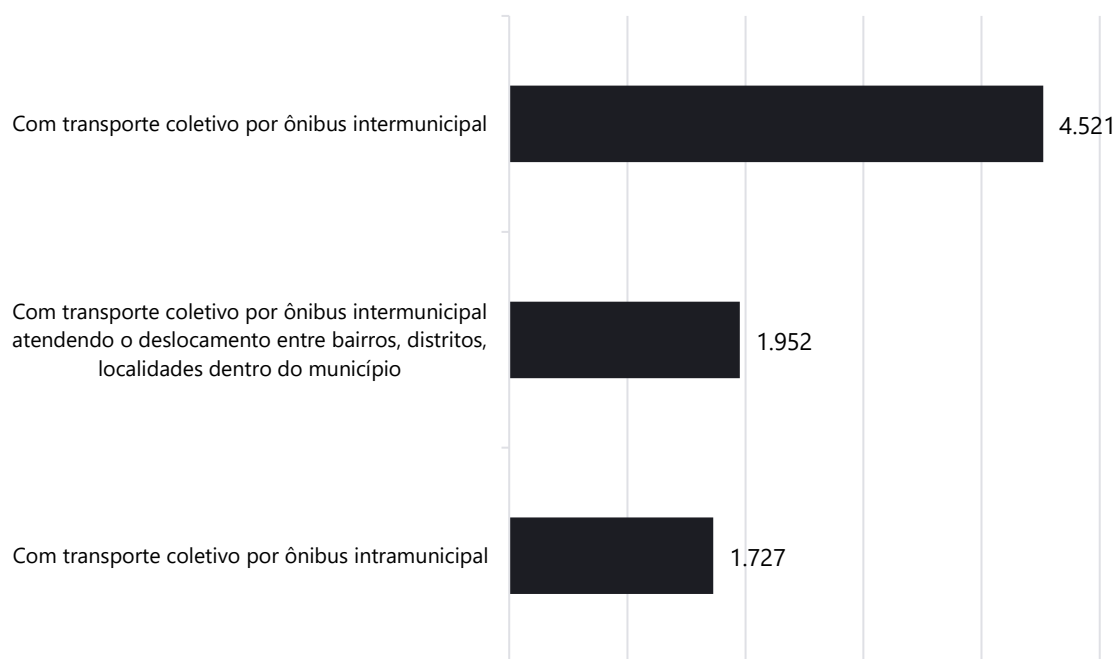
9.2.1. Transporte Individual e Coletivo

As evidências têm apontado para a existência de fatores urbanos que limitam o deslocamento e afetam a qualidade da mobilidade da população. Aspectos relacionados às desigualdades estruturais da malha urbana, à qualidade do transporte coletivo, ao planejamento das cidades, à insegurança e violência urbana, e ao aumento das tarifas são algumas dessas questões (SNJ, 2015; FGV SOCIAL *et al.*, 2021). Assim, reconhecendo a importância de ações e de projetos relacionados à mobilidade, as tabelas a seguir têm o objetivo de trazer evidências no sentido de compreender o cenário atual.

Dos 5.570 municípios brasileiros, 1.727 (31,6%) informaram que possuem transporte coletivo por ônibus intramunicipal. Esse número representa um

aumento em relação ao ano de 2017, de acordo com a pesquisa MUNIC (IBGE, 2021), quando foram registrados 1.679 municípios com acesso ao transporte. Segundo a mesma investigação, a presença desse tipo de transporte coletivo se concentrava em municípios com maior número populacional (IBGE, 2021). Outros 4.521 (81,2%) municípios responderam possuir transporte coletivo por ônibus intermunicipal e, dentre eles, 1.952 (43,2%) atendiam deslocamento entre bairros, distritos e localidades dentro do município.

Gráfico 9.13 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal com isenção formal da tarifa de ônibus por tipo de passageiro – Brasil (2020)

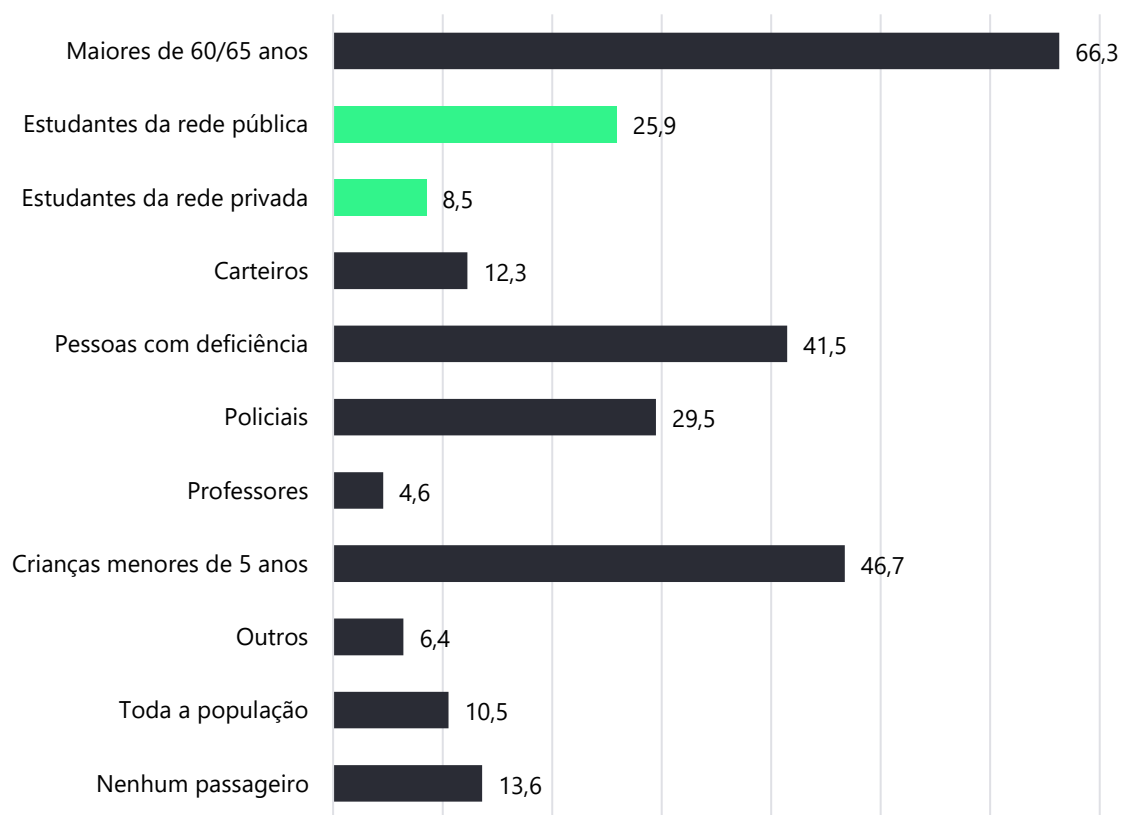


Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Do percentual de municípios que ofertava transporte coletivo por ônibus intramunicipal, mais da metade (66,3%) possuíam isenção formal da tarifa de ônibus para maiores de 60/65 anos, 46,7% ofereciam isenção para crianças menores de 5 anos e 41,5% para pessoas com deficiência. Considerando a faixa

etária de interesse do documento, **25,9% e 8,5% dos municípios ofertavam isenção formal da tarifa, respectivamente, para estudantes da rede pública e da rede privada.** Vale destacar que, em 2020, 10,5% dos municípios possuíam tarifa zero para toda a população. O Gráfico 9.14 apresenta com maior detalhamento os números por tipo de passageiro.

Gráfico 9.14 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal com isenção formal da tarifa de ônibus por tipo de passageiro – Brasil (2020)

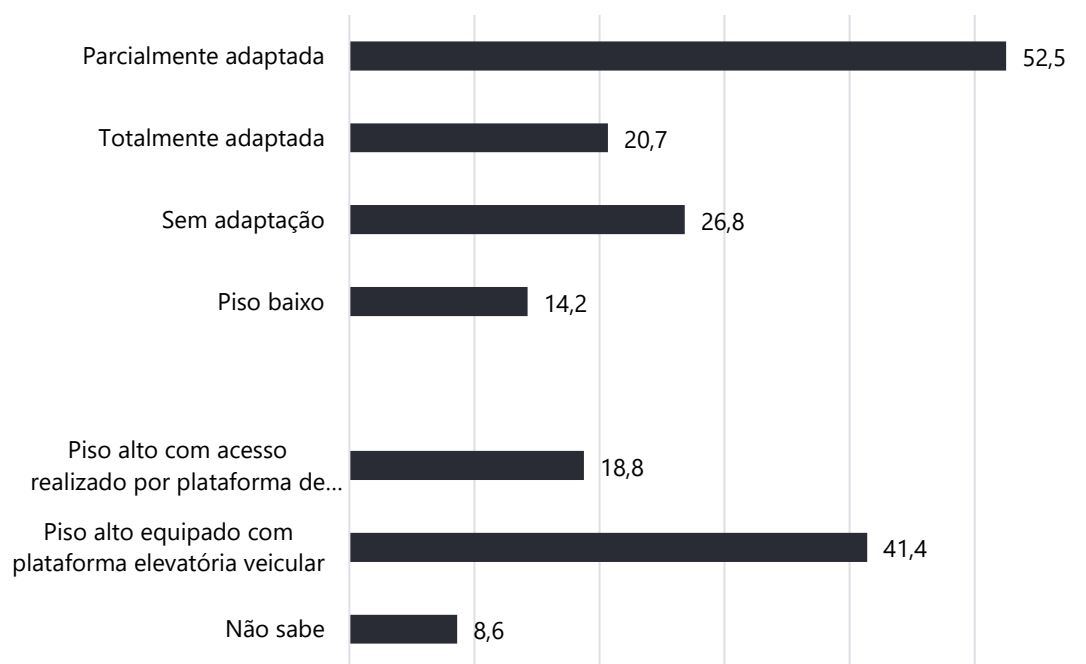


Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Como posto pela MUNIC (IBGE, 2021), a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos meios de transporte (BRASIL, 2000). Ainda assim, apenas **20,7% dos municípios com transporte**

coletivo por ônibus intramunicipal possuíam a frota totalmente adaptada, 52,5% possuíam a frota parcialmente adaptada e 26,8% não possuíam nenhum tipo de adaptação (Gráfico 9.15). Dentre os tipos de adaptação, 41,4% possuíam piso alto equipado com plataforma elevatória veicular, 18,8% piso alto com acesso realizado por plataforma de embarque e desembarque, 14,2% da frota dispunha de piso baixo e 8,6% não sabiam informar o tipo de adaptação — como também informa o Gráfico 9.15.

Gráfico 9.15 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal por adaptação da frota de ônibus para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e por tipo de adaptação para o embarque e desembarque adotada – Brasil (2020)

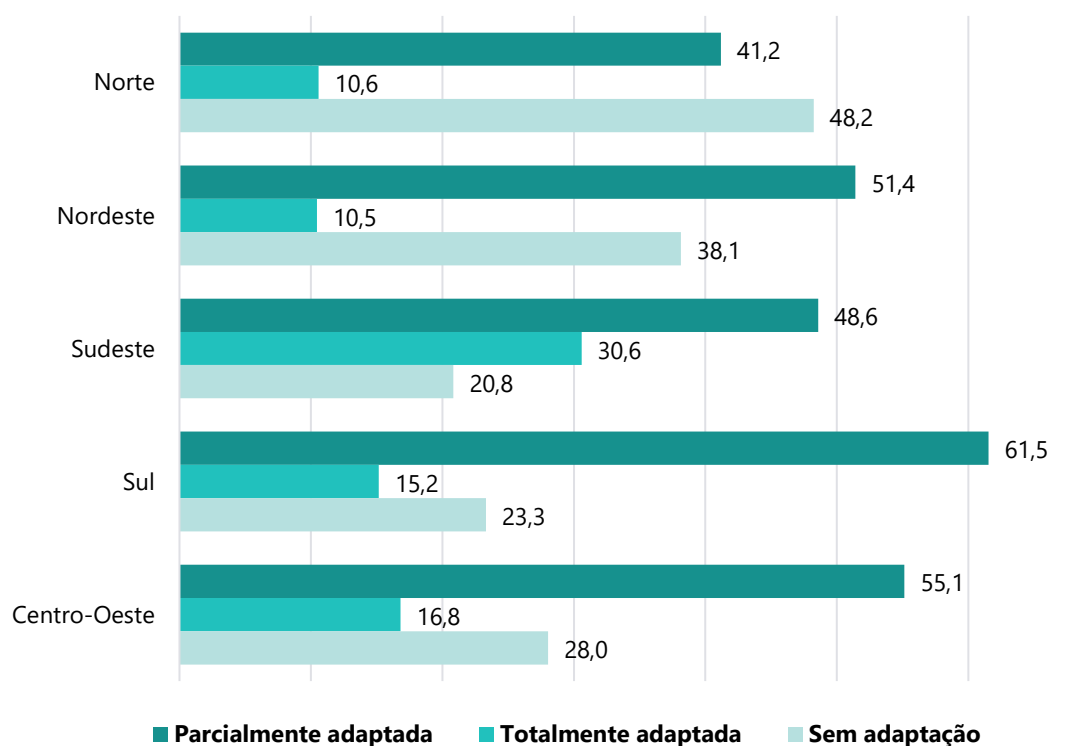


Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

O Gráfico 9.16 compara as Grandes Regiões do Brasil em relação ao mesmo tema. O Sudeste aparece como a região com maior percentual de municípios com a frota totalmente adaptada com 30,6%, seguida com grande diferença pela região Centro-Oeste com 16,8% e a região Sul com 15,2%. As regiões Norte e

Nordeste aparecem com os piores números de frota totalmente adaptada, respectivamente, 10,6% e 10,5%, bem como os percentuais mais altos de ônibus sem nenhum tipo de adaptação: 48,2% e 38,1%. Em relação às adaptações parciais, as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste continuam com os maiores números: 61,5%, 55,1% e 48,6%.

Gráfico 9.16 – Percentual de municípios com transporte coletivo por ônibus intramunicipal por adaptação da frota de ônibus para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida – Grandes Regiões (2020)

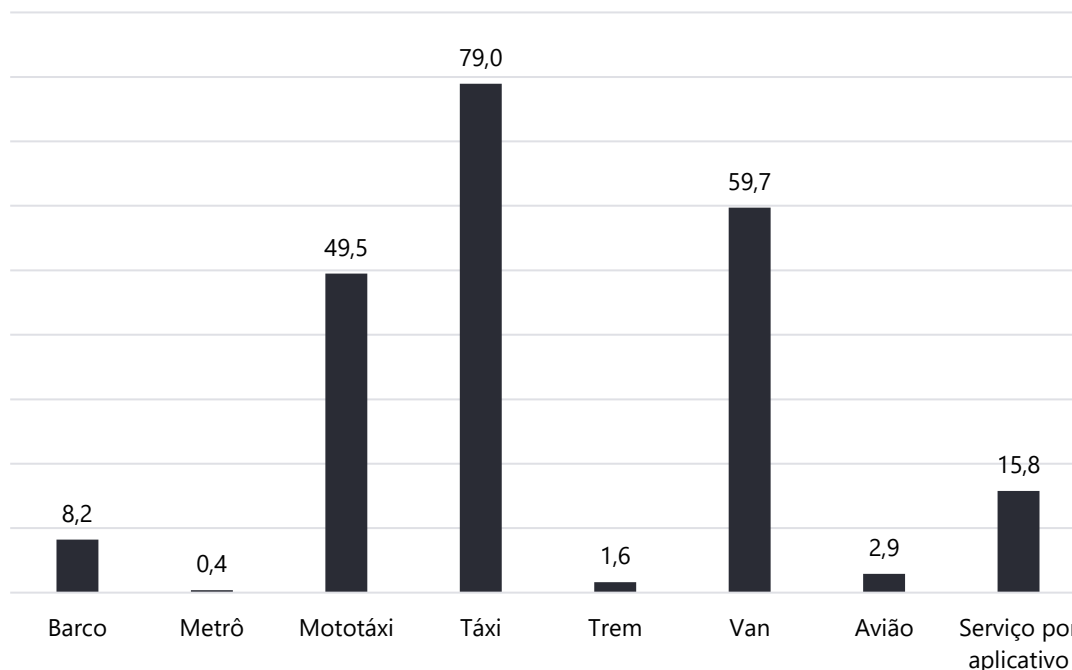


Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

No Gráfico 9.17, são abordados os números relativos aos municípios por tipo de serviço regular de outros meios de transporte existentes, mesmo que não geridos pelo poder municipal. Em 2020, eram 79,0% dos municípios com serviços de táxi, 59,7% com oferta de serviços de van e 49,5% possuíam serviços de mototáxi. É importante destacar que há maior oferta de todos os meios de

transporte em cidades de maior porte populacional. Inclusive, por mais que apenas 0,4% dos municípios possuam metrô, eles atendem a 17,7% da população brasileira (IBGE, 2021).

Gráfico 9.17 – Percentual de municípios por tipo de serviço regular de transporte existente no município – Brasil (2020)

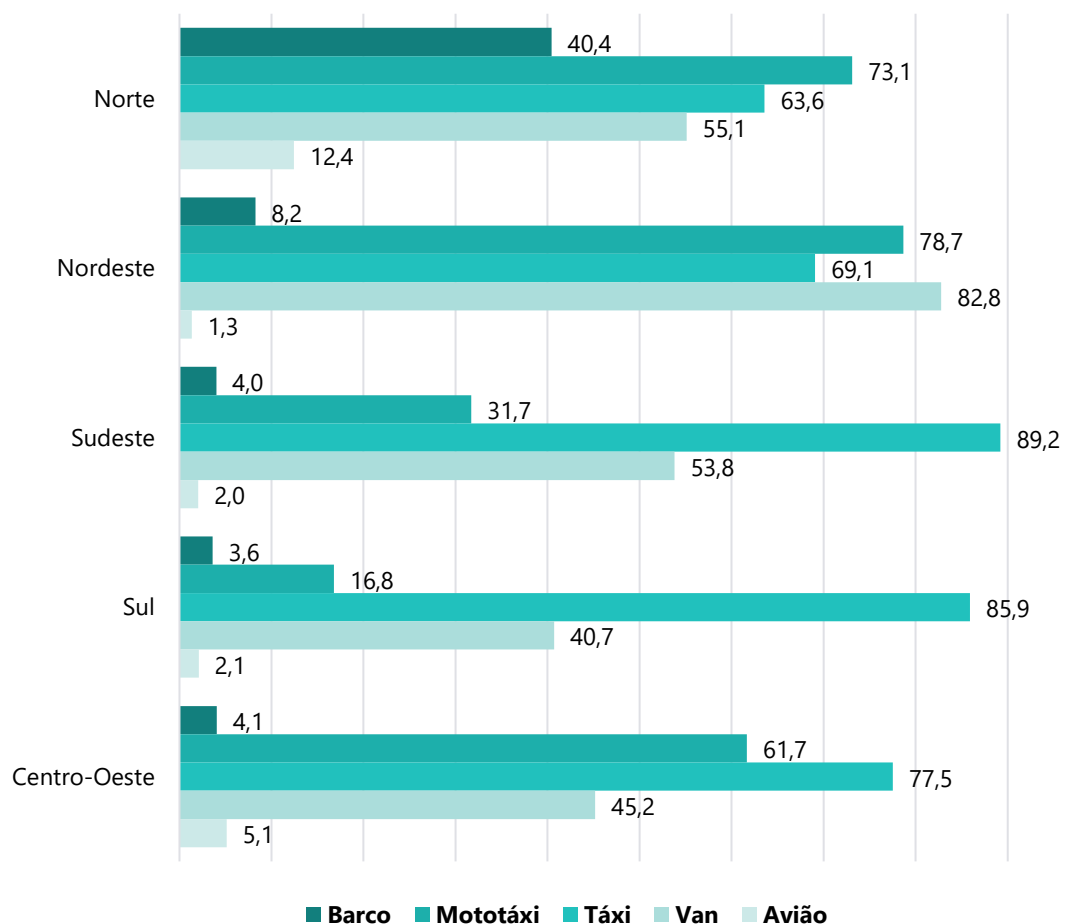


Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Entre as regiões, nota-se a diversidade na oferta de serviços de transporte: no Nordeste, no Norte e no Sudeste há uma proporção elevada de municípios que oferecem transporte por van (82,8%, 55,1% e 53,8%), sendo que no Sul e no Centro-Oeste essa modalidade não chega a 50%. Da mesma forma, na região Norte também aparece uma quantidade alta de municípios que oferecem transporte por barco (40,4%), enquanto nas demais regiões esse número não ultrapassa os 5% (à exceção do Nordeste que registra 8,2%). As regiões Norte e

Centro-Oeste também reúnem os maiores números de municípios com transporte por avião: 12,4% e 5,1%, respectivamente (Gráfico 9.18).

Gráfico 9.18 – Percentual de municípios por tipo de serviço regular de transporte existente no município, segundo Grandes Regiões (2020)¹



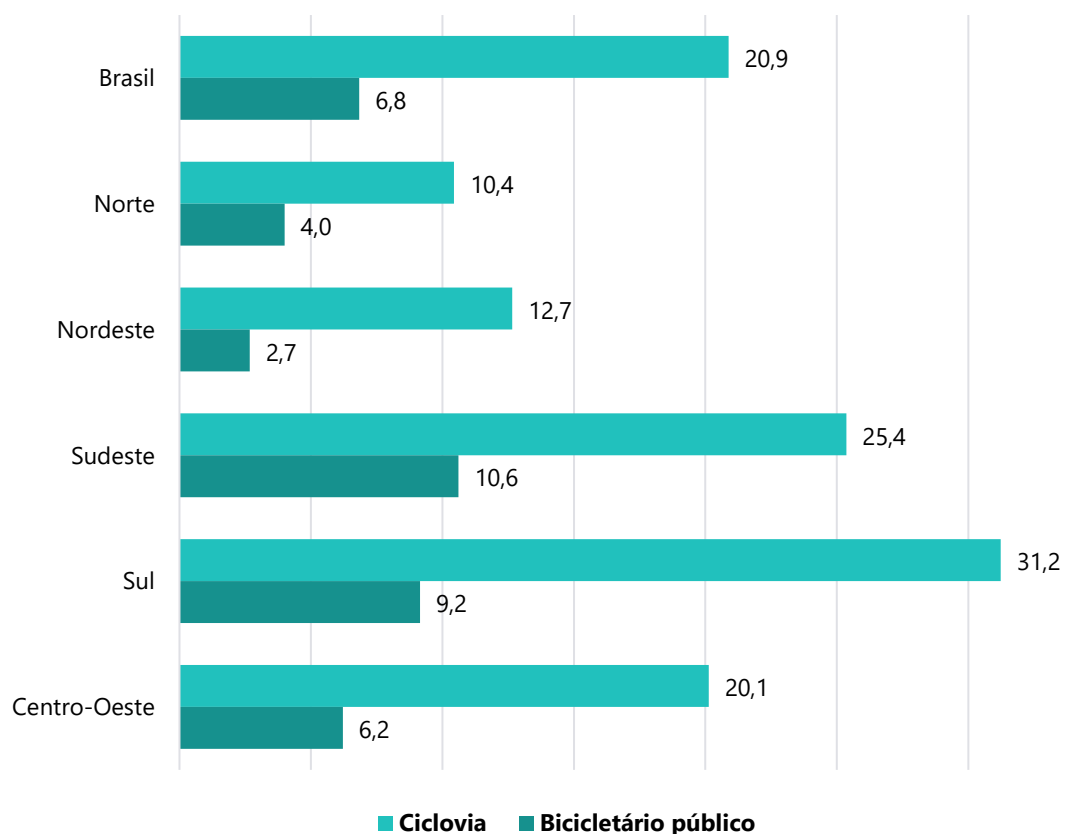
Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Nota: ¹Tipos selecionados dentre os principais serviços existentes.

O Gráfico 9.19 apresenta dados referentes à existência de ciclovias e de bicicletários públicos nos municípios brasileiros, e revela que 20,9% dos municípios possuíam ciclovias e 6,8% dispunham de bicicletário público em 2020. Entre as Grandes Regiões, o Sul registra o maior percentual de municípios com ciclovias, com 31,2%, seguido do Sudeste com 25,4% e do Centro-Oeste com

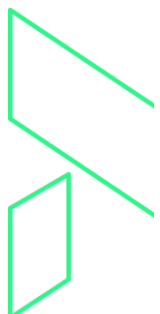
20,1%. Em relação aos bicicletários públicos, o Sudeste possui o maior percentual de municípios dispondo do equipamento, com 10,6%, em seguida vem a região Sul com 9,2% e o Centro-Oeste com 6,2%. Nas duas categorias, as regiões Nordeste e Norte registram os menores percentuais: respectivamente, 12,7% e 10,4% apontavam a existência de ciclovias; e 2,7% e 4,0% a presença de bicicletários públicos.

Gráfico 9.19 – Percentual de municípios com ciclovias e com bicicletário público – Brasil e Grandes Regiões (2020)



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Acerca das despesas e da utilização do transporte individual e coletivo, vale apontar que, de acordo com a *Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)*, **as despesas familiares relacionadas ao transporte ultrapassaram os gastos com**

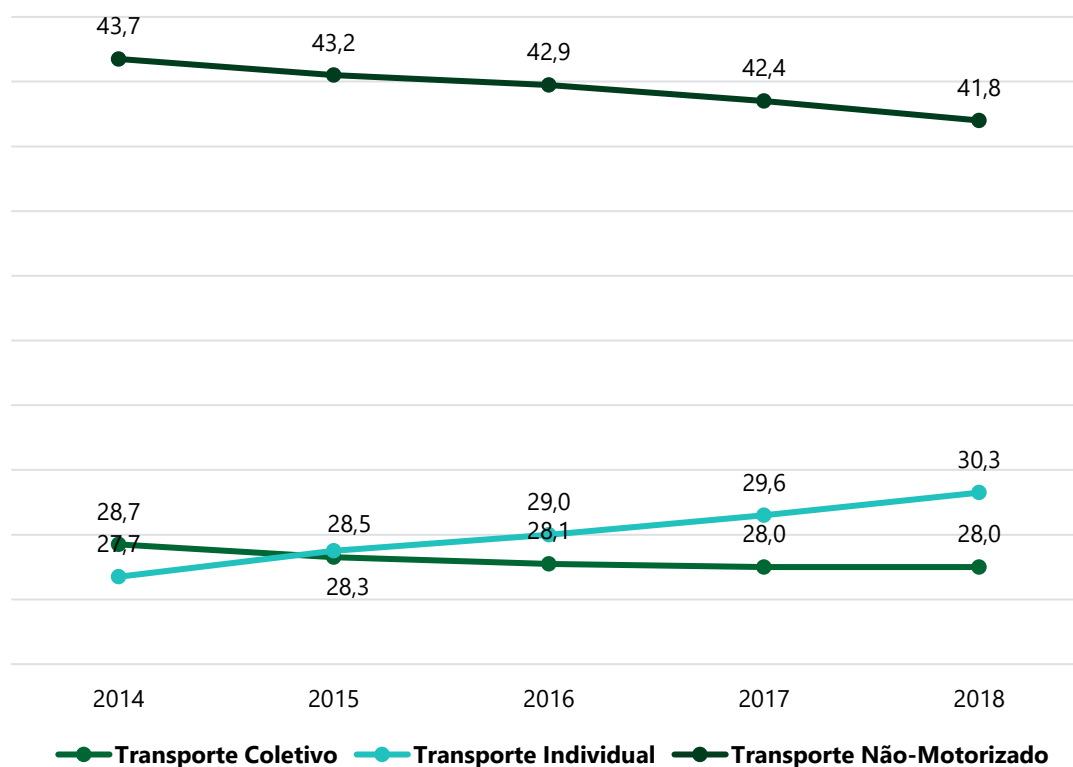


alimentação (17,5%) no período de 2017 e 2018, atingindo 18,1%, ficando atrás apenas das despesas de moradia (36,6%) (IBGE, 2019). A despesa média *per capita* chegou a R\$85,44, sendo a maior participação dos transportes particulares (R\$60,81) seguidos dos transportes coletivos (R\$17,57). Segundo a publicação, esse retrato indica a substituição dos veículos de massa para os individuais — ou pela melhoria de renda no período ou pela diminuição dos custos que facilitou o acesso aos transportes individuais (IBGE, 2019).

Dados do relatório do SIMOB *da Associação Nacional de Transportes Público* (ANTP) corroboram com o cenário e apontam que, entre os anos de 2014 e 2018, observa-se o crescimento da utilização do transporte individual e a redução do uso do transporte coletivo, ainda que o transporte coletivo tenha contabilizado mais de 18,8 bilhões de passageiros no ano de 2018 (SIMOB/ANTP, 2020).

Como mostra o Gráfico 9.20, o transporte não-motorizado é o mais utilizado entre os brasileiros e se mantém em queda de 2014 a 2018, passando de 43,7% para 41,8%. O transporte coletivo acompanha a constante redução e passa de 28,7% para 28,0% no mesmo período. Por sua vez, o **transporte individual vem em crescimento** desde 2014, quando registrou 27,7%, e alcançou 30,3% dos passageiros em 2018.

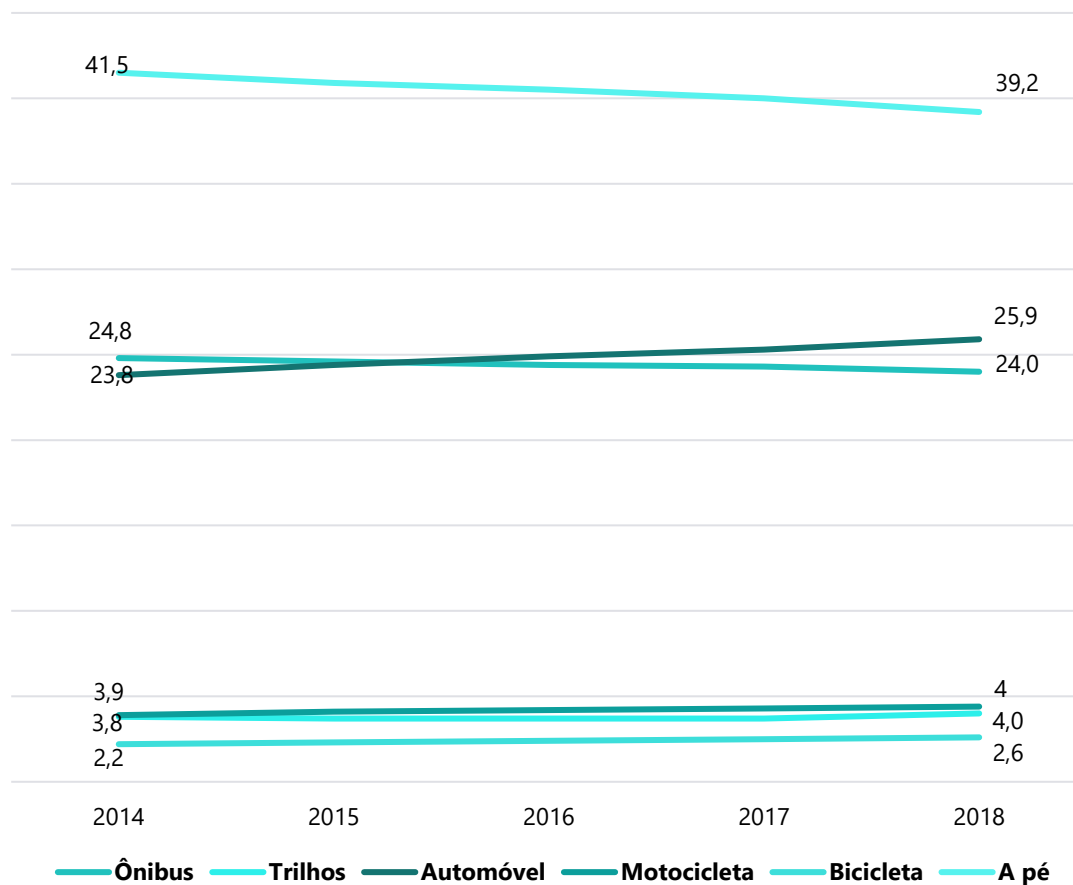
Gráfico 9.20 – Evolução da divisão modal – Brasil (2014-2018)



Fonte: SIMOB/ATNP (2020). Elaboração própria.

Ao desagregar os números por tipo de meio de transporte, como apresentado no Gráfico 9.21, percebe-se essa dinâmica de mudança de forma mais detalhada. Em relação ao transporte coletivo, as **viagens por ônibus reduziram de 24,8% em 2014 para 24,0%** em 2018 e os meios de transporte por trilhos apontaram um discreto aumento de 3,8% para 4,0% dos passageiros no mesmo período. Já no que se refere aos meios de transporte não-motorizados, o modo a pé reduziu de 41,5% para 39,2% e por bicicleta cresceu de 2,2% para 2,6% dos passageiros. Por fim, sobre o transporte individual, os **deslocamentos por automóvel apresentaram um aumento de 23,8% para 25,9%** e por motocicletas também registraram um crescimento de 3,9% para 4,4% dos passageiros entre 2014 e 2018.

Gráfico 9.21 – Evolução da divisão modal por tipo de meio de transporte – Brasil (2014-2018)



Fonte: SIMOB/ATNP (2020). Elaboração própria.



SAIBA MAIS

A ID Jovem é um documento que possibilita o acesso a vagas gratuitas ou descontos no transporte interestadual para jovens de baixa renda, estudantes e pessoas com deficiência, além de conceder benefícios de meia-entrada para evento culturais e esportivos. Para ver os dados disponíveis, você pode clicar [AQUI](#) para conferir.

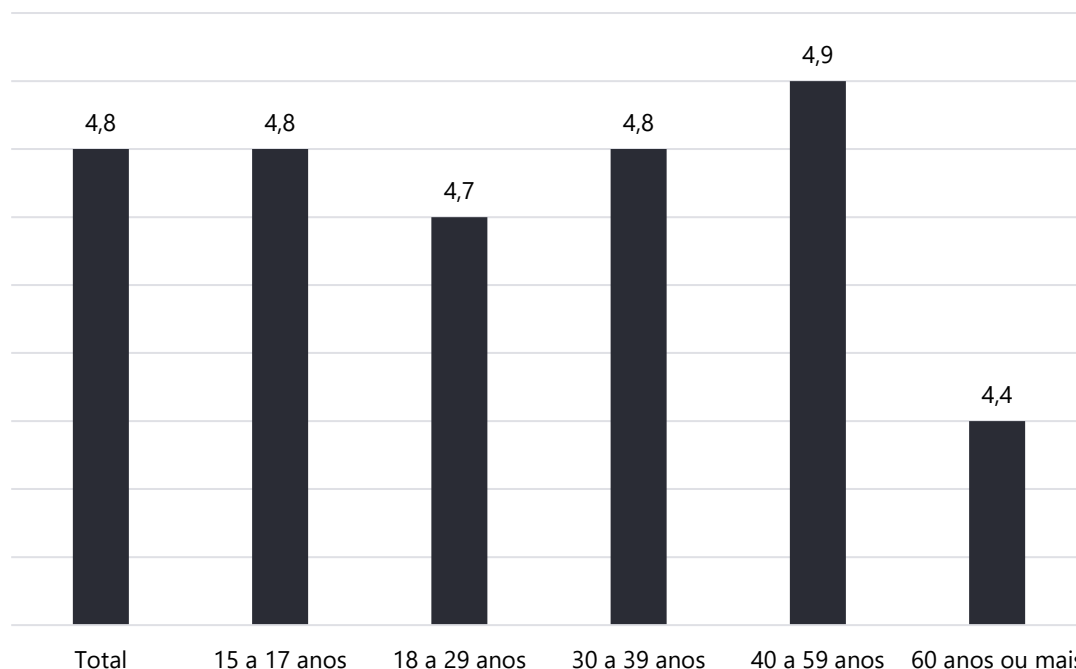
9.2.2. Deslocamento para o Trabalho

Outro aspecto relacionado às questões de mobilidade urbana se refere ao tempo de deslocamento dos jovens até o trabalho, principalmente daqueles que vivem nas regiões metropolitanas (DIEESE, 2016). Evidências apontam, inclusive, para perdas econômicas significativas devido às horas gastas em deslocamentos diários (FIRJAN, 2019). Dessa forma, busca-se trazer dados que auxiliem no entendimento das condições de mobilidade para o acesso dos jovens ao trabalho.

O tempo médio de deslocamento para o trabalho por semana de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas no período de referência da pesquisa foi de 4,8 horas no país (IBGE, 2020b). Existem disparidades importantes entre os estados: Rio de Janeiro é a Unidade Federativa com maior tempo de deslocamento ao trabalho (6,7 horas por semana), seguida por Distrito Federal (5,8 horas) e São Paulo (5,6 horas). No mesmo sentido, as capitais brasileiras são os espaços mais atingidos pelo tempo gasto de deslocamento para o trabalho: São Paulo atinge 7,8 horas, seguido do Rio de Janeiro com 7,4 horas e de Salvador com 6,9 horas.

Ao observar os dados por grupo de idade, pode-se perceber que os **adolescentes de 15 a 17 anos também registram 4,8 horas por semana entre ida e volta do trabalho e os jovens de 18 a 29 anos marcam 4,7 horas**. O grupo de idade com maior número de horas gastas é o de 40 a 59 anos de idade, com 4,9 horas, e a faixa etária com menos tempo dedicado ao deslocamento são as pessoas de 60 anos ou mais, com 4,4 horas (Gráfico 9.22).

Gráfico 9.22 – Tempo médio de deslocamento para o(s) trabalho(s), por semana, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade (Horas) – Brasil (2019)



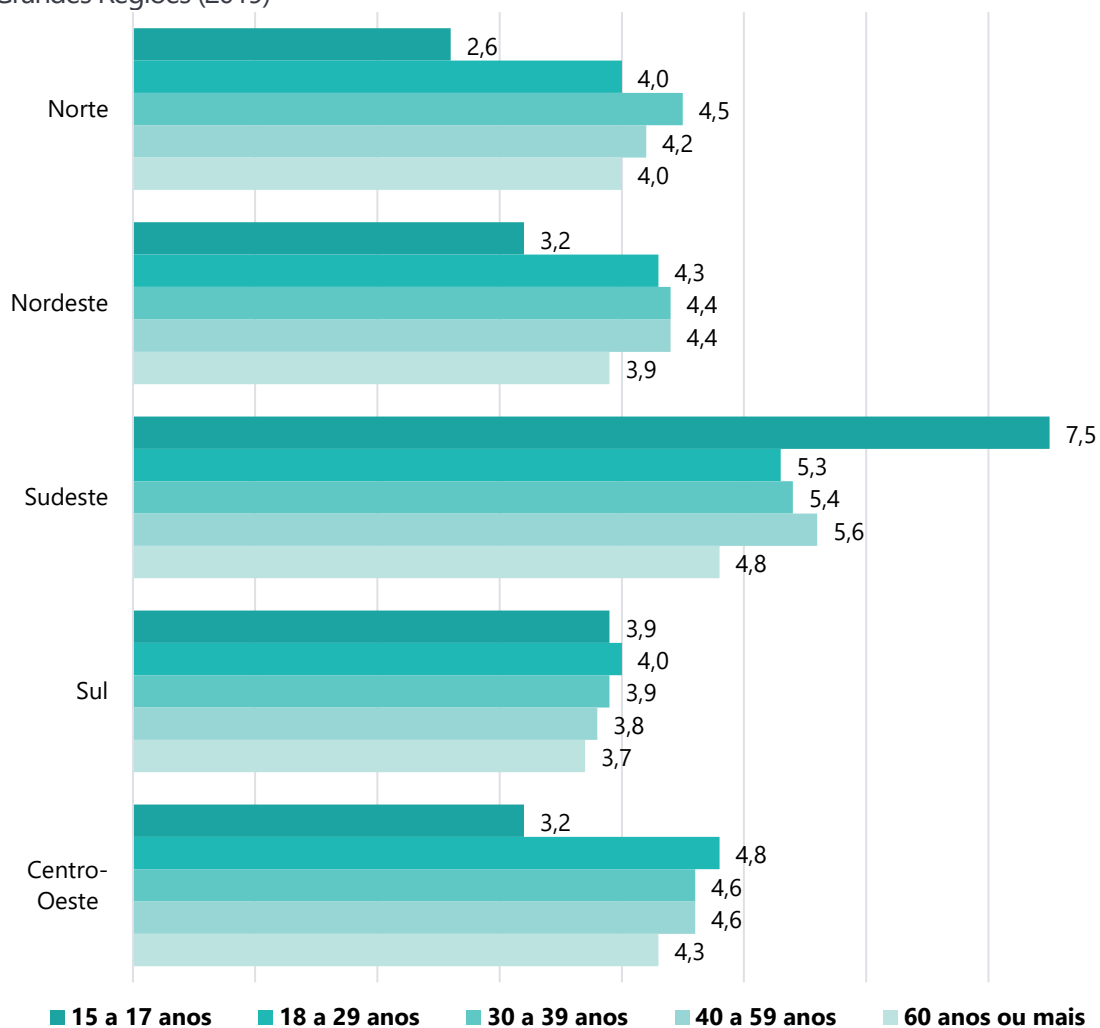
Fonte: IBGE (2020b). Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. Elaboração própria.

Ao analisar os dados de acordo com as Grandes Regiões do país, pode-se notar disparidades importantes, especialmente na faixa etária mais jovem. Como se observa no Gráfico 9.23, na região Sudeste os adolescentes de 15 a 17 anos registram o maior número de horas entre todas as faixas etárias analisadas e regiões: 7,5 horas por semana de deslocamento entre ida e volta do trabalho. Esse dado chama a atenção, visto que nas demais regiões essa faixa etária é a que gasta menos tempo de deslocamento: entre 2,6 e 3,9 horas.

De maneira geral, a região Sudeste carrega os maiores números entre todos os grupos de idade: 5,3 horas por semana entre os jovens de 18 a 29 anos de idade, 5,4 horas entre as pessoas de 30 a 39 anos, 5,6 entre as pessoas de 40 a 59 anos e 4,8 entre aqueles com 60 anos ou mais. Em relação aos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, as posições ficam da seguinte maneira: 7,5 horas no

Sudeste, 3,9 horas no Sul, 3,2 horas no Nordeste e no Centro-Oeste, e 2,6 no Norte. Por sua vez, entre os jovens de 18 a 29 anos de idade, os números ficam em: 5,3 horas no Sudeste, 4,8 horas no Centro-Oeste, 4,3 no Nordeste e 4,0 horas nas regiões Norte e Sul.

Gráfico 9.23 – Tempo médio de deslocamento para o(s) trabalho(s), por semana, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupo de idade (Horas) – Grandes Regiões (2019)



Fonte: IBGE (2020b). Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. Elaboração própria.

Considerações finais

A presente seção teve como propósito tratar das dimensões de território e de mobilidade, considerando dados relativos ao contexto habitacional e à mobilidade urbana no país. Ainda que haja o reconhecimento das múltiplas formas de habitar o território e de se movimentar por ele, que resulta em experiências diferentes para os jovens, foram selecionados aspectos específicos devido à disponibilidade dos dados.

Desse modo, verifica-se que uma parte significativa dos jovens vive em situação de precariedade habitacional, devido ao adensamento domiciliar ou demais condições de inadequação de moradia. Ao mesmo tempo, constata-se a problemática da mobilidade urbana, que testemunha a expansão do transporte individual e a redução no transporte coletivo, além de ver a média de horas gastas em deslocamentos atingir níveis elevados.

Considerando a centralidade da mobilidade e do território na efetivação dos direitos, se faz necessário estabelecer prioridades de acesso a serviços básicos, de planejamento urbano, de acessibilidade integral, de qualidade do transporte público, de circulação nos territórios a fim de promover ações contundentes voltadas para a melhoria nas condições de vida da população.



ACESSE

As tabulações dos dados da [nona seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

FGV SOCIAL *et al.* Atlas da Juventude. 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. *Notas Técnicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais*. Indicadores sociais 2018: tabulações especiais sobre as condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos Municípios Brasileiros: 2020*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

SIMOB/ANTP. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público – SIMOB/ANTP. *Relatório*, 2018, maio de 2020. Disponível em: <http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade-simob-2018.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SNJ. *Direitos da Juventude*: Subsídios para o debate. 2015.

10. Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

A agenda global para enfrentamento das questões ambientais, das consequências da ação humana no meio ambiente e desastres naturais tem se apresentado como campo fértil para o engajamento e conscientização das juventudes. Ao

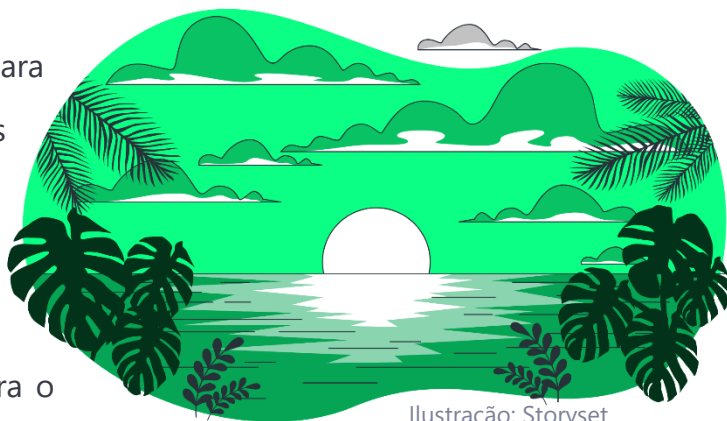


Ilustração: Storyset

mesmo tempo, é importante garantir o engajamento das pessoas jovens nas políticas públicas para o meio ambiente. Essa dinâmica de mobilização é complexa e suas práticas condicionadas a múltiplos contextos socioculturais (BARROS, 2020). Tendo isso em vista, em 2018, a ONU lançou a estratégia *Jovem 2030* que coloca a juventude como protagonista — com o objetivo de engajar, apoiar e trabalhar junto aos jovens em busca da realização dos objetivos postos na agenda (ONU, 2018).

Dessa forma, nesta seção, busca-se identificar as características da estrutura organizacional da gestão da política ambiental nos municípios brasileiros, a fim de descrever alguns aspectos da operacionalização dessa agenda. É importante pontuar que o objetivo desta seção não é realizar uma análise exaustiva da trajetória da política ambiental no Brasil, mas fornecer elementos que auxiliem na visão desse campo, desde a perspectiva da juventude. Por fim, será apresentado um breve retrato das percepções e da atuação dos jovens em temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, baseado

em dados mapeados por pesquisas direcionadas à juventude (NOVAES *et al.*, 2013; BARROS, 2020).

10.1. Gestão da Política Ambiental na Administração Pública



Art. 34. O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e as futuras gerações.

Desde 2002, a *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC) vem investigando aspectos da estrutura da gestão ambiental dos municípios com o objetivo de diagnosticar as condições desse aparato institucional no país, considerando a estrutura baseada na corresponsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios, das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de demais entidades públicas e privadas no planejamento e na execução da política ambiental no Brasil (IBGE, 2021).

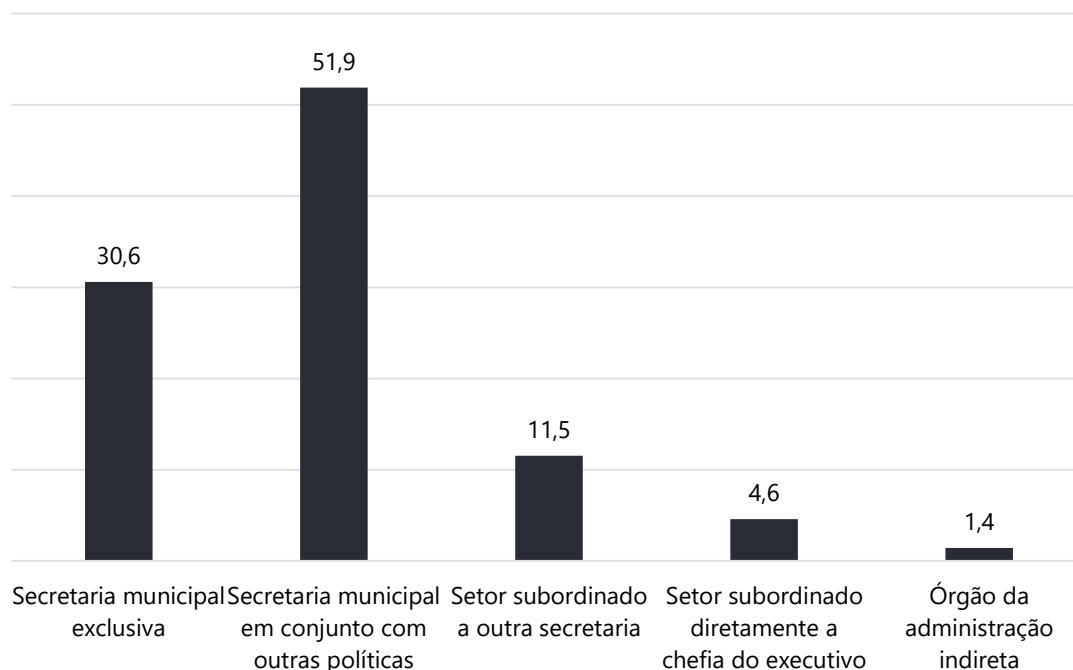
A pesquisa mostra que, em relação a 2004, houve **um aumento de mais de 30% de municípios que contavam com algum tipo de estrutura organizacional direcionada ao meio ambiente**. Em números absolutos, eram 3.953 municípios em 2004 e 5.180 municípios em 2020⁸⁸.

No Gráfico 10.1, há um detalhamento do tipo de estrutura relatada em 2020: 51,9% possuíam secretarias municipais em conjunto com outras políticas, 30,6% eram de secretarias exclusivas, seguida de 11,5% de setores subordinados a outra secretaria, 4,6% de setores subordinados diretamente à chefia do executivo e

⁸⁸ Em 2004 e 2020, respectivamente, 5.558 e 5.468 municípios responderam à pesquisa.

1,4% afirmaram possuir órgão da administração indireta voltado para o tema do meio ambiente.⁸⁹

Gráfico 10.1 – Percentual de municípios com estrutura organizacional na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor – Brasil (2020)



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

De acordo com a pesquisa, há uma tendência que se relaciona ao porte populacional: quanto maior o porte dos municípios, maior a presença de secretarias exclusivas e órgãos da administração indireta responsáveis por gerir a política de meio ambiente (IBGE, 2021). Essa mesma dinâmica pode ser observada em áreas como a Cultura e o Esporte, em que o tamanho da população influencia diretamente o tipo de estrutura organizacional presente no município.

⁸⁹ No decorrer do texto, pode haver disparidades entre os percentuais publicados pela MUNIC (IBGE, 2021) devido ao cálculo feito a partir do total dos municípios, em vez do número de municípios respondentes.

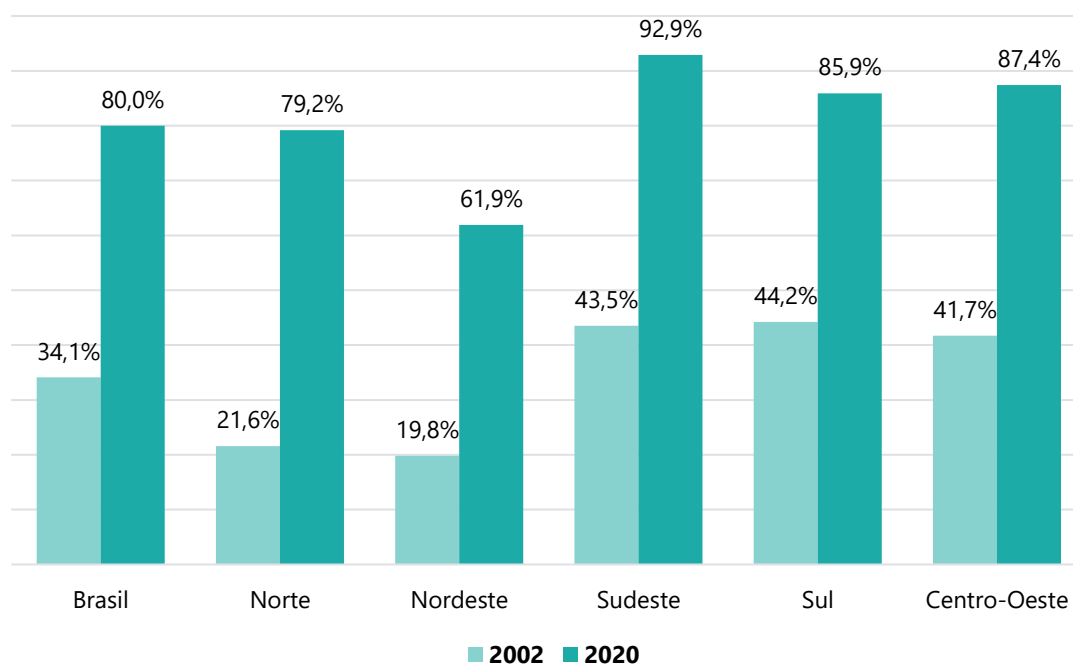
A presença dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente também é parte importante no processo de corresponsabilidade da política ambiental brasileira. Como integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), são instituições colegiadas, que podem ter caráter normativo, consultivo, deliberativo e/ou fiscalizador, que permitem a participação direta da população no processo de implementação das políticas ambientais por meio do assessoramento, da promoção de ações de conscientização e do zelo pelo cumprimento da legislação ambiental (INEA/RJ, 2015).

Verifica-se no Gráfico 10.2 o **crescimento expressivo de municípios com a existência dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente**. No Brasil, em 2002, esse número era de 34,1% e passou para **80,0% em 2020**. O aumento é percebido em todas as regiões do país, com destaque para o Norte que registrou o maior crescimento no período (57,6 p.p.) e para o Sudeste que possuía o maior índice de municípios com Conselhos Municipais de Meio Ambiente em 2020 (92,9%).



Ilustração: Storyset

Gráfico 10.2 – Percentual de Municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente – Brasil e Grandes Regiões (2002 e 2020)



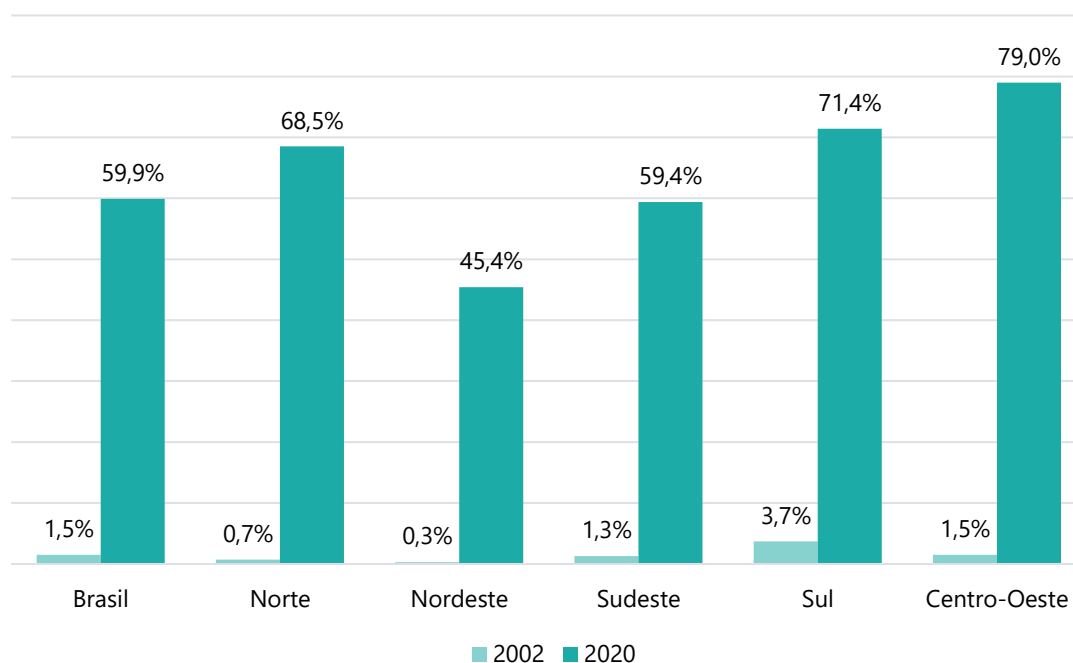
Fonte: Adaptado de IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020.

Em relação às características dos Conselhos, a Política MUNIC aponta que 81,3% dos municípios possuíam conselho com atribuições deliberativas (com poder de decisão sobre implementação de políticas e uso de recursos), 77,7% possuíam atribuições consultivas (com objetivo de pesquisa e indicação de ações/políticas na área), 37,2% tinham atribuições normativas (com poder de estabelecer normas para a implementação das políticas e do uso de recursos na área) e 36,8% apresentavam atribuições fiscalizadoras (com objetivo de fiscalizar a implementação das políticas e do uso de recursos na área) (IBGE, 2021).

Considerando a captação de recursos financeiros, o **Fundo Municipal de Meio Ambiente**, instituído pelo Poder Executivo Municipal, é um importante instrumento para o desenvolvimento das ações das políticas públicas de meio ambiente. Da mesma forma que indicadores anteriores, a pesquisa aponta um

crescimento significativo na presença de Fundos Municipais de Meio Ambiente entre os anos de 2002 e 2020. **No Brasil, em 2002, esse número não passava de 1,5%, aumentando para 59,9% em 2020.** Esse crescimento também é percebido nas Grandes Regiões, como aponta o Gráfico 10.3.

Gráfico 10.3 – Percentual de Municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente – Brasil e Grandes Regiões (2002 e 2020)



Fonte: Adaptado de IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020.

Em termos de gestão ambiental, 80,8% dos municípios afirmaram possuir algum tipo de legislação ou instrumento de gestão ambiental em 2020. Os tipos de legislação mais presentes nos municípios foram sobre: saneamento básico (66,2%), coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos (56,6%), e área e/ou zona de proteção de controle ambiental (41,0%), como pode-se observar no Gráfico 10.4. Aproximadamente 20% dos municípios não possuíam nenhum dos tipos de legislação ou instrumentos de gestão ambiental apontados pela MUNIC.

Gráfico 10.4 – Percentual de municípios com legislação ou instrumento de gestão ambiental, mesmo que esteja inserido na Lei Orgânica, Plano Diretor, Código Ambiental – Brasil (2020)



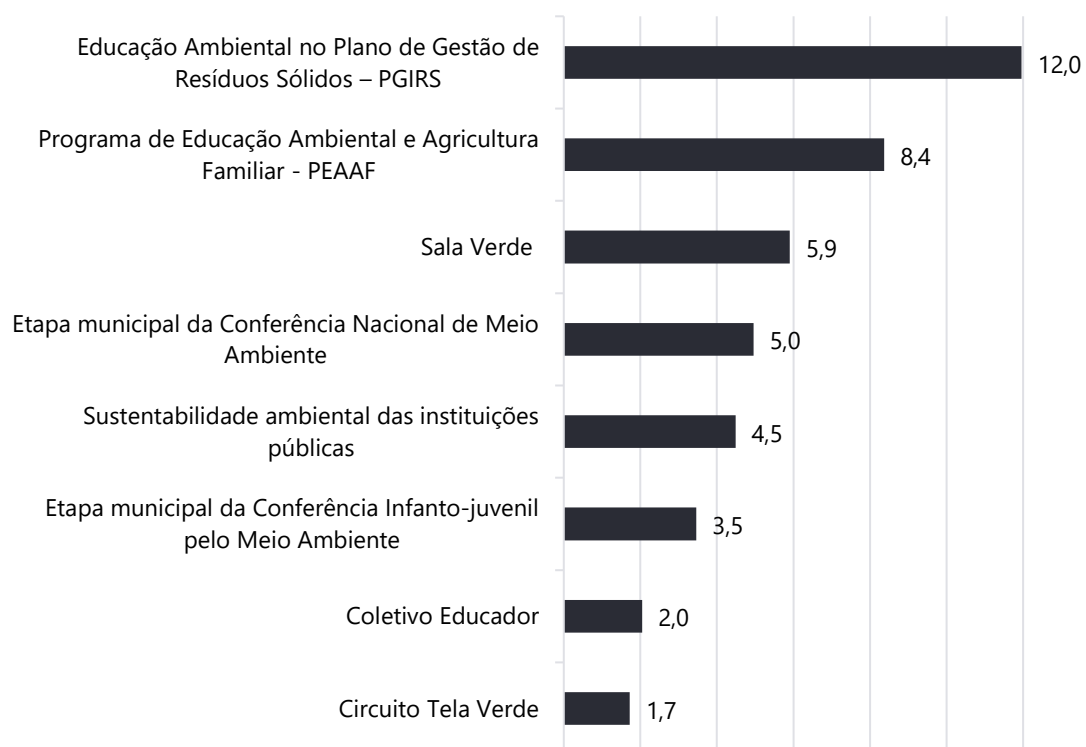
Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Reconhecendo a importância de programas voltados para a temática do meio ambiente, a MUNIC também investigou o número de municípios com programas implementados em parceria com o Governo Federal. Entre aqueles municípios que tiveram algum tipo de implementação, o Programa de Educação Ambiental no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGIRS)⁹⁰ registrou 12,0%,

⁹⁰ O Programa de Educação Ambiental está previsto no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com o propósito de promover a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

seguido do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF)⁹¹ com 8,4% e o Programa Sala Verde⁹², também de caráter educacional, com 5,9%. A ampla maioria dos municípios (71,5%) não implementaram nenhum dos programas levantados pela pesquisa (Gráfico 10.5).

Gráfico 10.5 – Percentual de municípios com programas implementados em parceria com o Governo Federal, - Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2020



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

⁹¹ O PEAAF, segundo o IBAMA (2015, p. 9), “é um Programa de Educação Ambiental elaborado especialmente para o público envolvido com a agricultura familiar. Por meio do desenvolvimento de ações educativas, busca-se a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural. Sua implementação se dá por meio do conjunto de instituições governamentais e não-governamentais ligadas a essa temática, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais”.

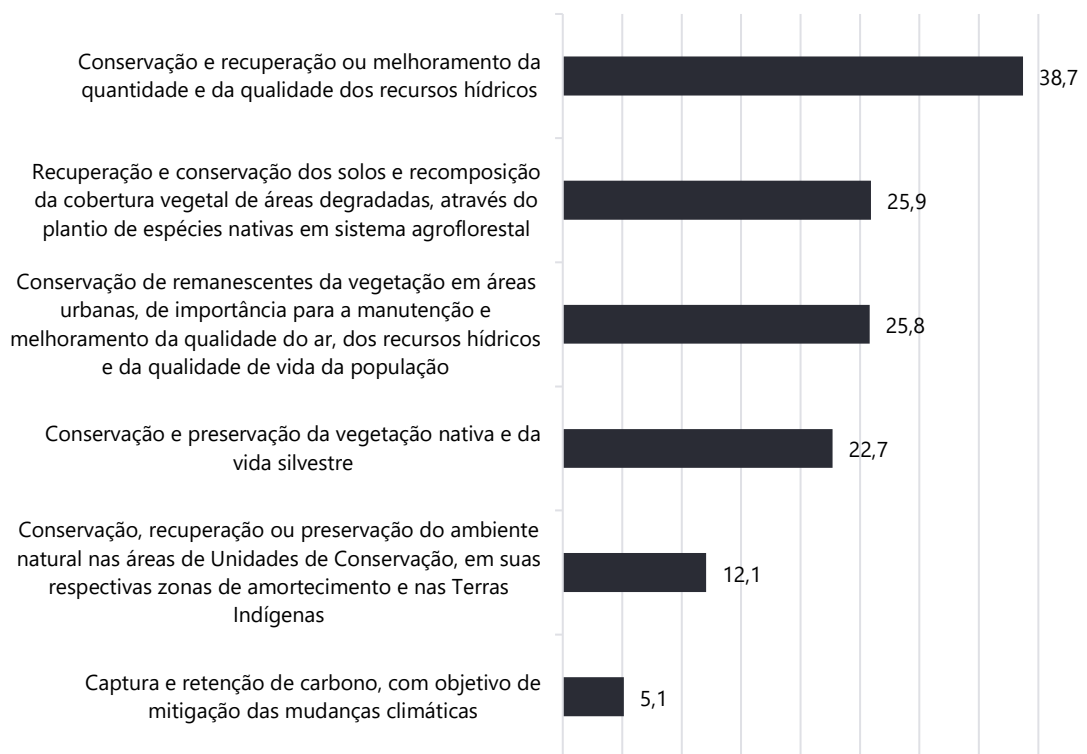
⁹² Como informa o Ministério do Meio Ambiente (2021), “o Projeto Salas Verdes pretende incentivar e apoiar a implantação de espaços físicos destinados à prática da educação ambiental nas instituições públicas ou privadas”.

Um dos instrumentos econômicos de gestão investigados pela MUNIC é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que corresponde a um tipo de “retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparados por planos e programas específicos” (IBGE, 2021, p. 66). Segundo a pesquisa, a principal fonte dos recursos dos 837 municípios (15,3%) que realizavam o PSA advinha do orçamento municipal (83,2%). Como aponta o Gráfico 10.6, 38,7% desses municípios pagavam a conservação e recuperação ou melhoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos; seguidos de 25,9% que pagavam a recuperação e conservação dos solos e recomposição da cobertura vegetal de áreas degradadas, através do plantio de espécies nativas em sistema agroflorestal; e 25,8% pagavam a conservação de remanescentes da vegetação em áreas urbanas, de importância para a manutenção e melhoramento da qualidade do ar, dos recursos hídricos e da qualidade de vida da população. O gráfico a seguir aponta ainda outros três serviços ambientais, que aparecem com menor incidência nos municípios.



Ilustração: Storyset

Gráfico 10.6 – Percentual de municípios que pagam diretamente por Serviços Ambientais – PSA por serviço ambiental abrangido – Brasil (2020)



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

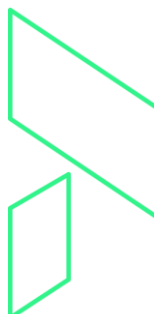
O papel dos municípios na gestão ambiental é fundamental para a operacionalização dessa política, tendo em vista que, em âmbito local, pode-se compreender os problemas e as necessidades específicas de cada região. Existem caminhos e desafios na atuação municipal, contudo os dados apresentados mostram uma importante evolução da capacidade organizacional ao longo dos anos.

10.2. Juventude, Meio Ambiente e Sustentabilidade

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), **mais de 60% dos municípios brasileiros relataram algum tipo de evento relacionado a impactos ambientais e a desastres naturais entre os anos de 2017 e 2020.** Dados recentes indicam a intensificação dessas ocorrências e a contínua devastação dos ecossistemas nos últimos anos (IBGE, 2021; GTSC AGENDA 2030, 2022). Assim, considerando o panorama de degradação ambiental, este tópico busca apresentar dados sobre o engajamento e o protagonismo juvenil a partir das percepções dos jovens acerca do meio ambiente e das questões que o circundam.

Na pesquisa realizada para a publicação Agenda Juventude Brasil (NOVAES *et al.*, 2013), **25% dos jovens entrevistados apontaram a destruição do meio ambiente como um dos problemas do país que mais os incomodavam e 59% declararam ser muito importante o enfrentamento das mudanças climáticas como objeto de políticas públicas a serem desenvolvidas,** ao passo que apenas 3,7% dos entrevistados já tinham participado de grupos de defesa do meio ambiente e 1,4% participavam no momento da entrevista. Dentre os entrevistados, 44,3% nunca participaram e nem gostariam de participar de um grupo de defesa do meio ambiente, e mais de 50% nunca participaram, mas afirmaram ter essa vontade.

Essa preocupação também aparece sob os conceitos de *sustentabilidade* (*consumo sustentável, desenvolvimento sustentável*), que corresponde à capacidade de uma sociedade de criar meios para sustentar suas necessidades básicas sem comprometer as possibilidades e os recursos das próximas gerações (BRUNDTLAND *et al.*, 1987). Nesse sentido, mais recentemente, uma pesquisa realizada pelo *Projeto 18/34*, iniciativa do Laboratório de Pesquisa da Escola de

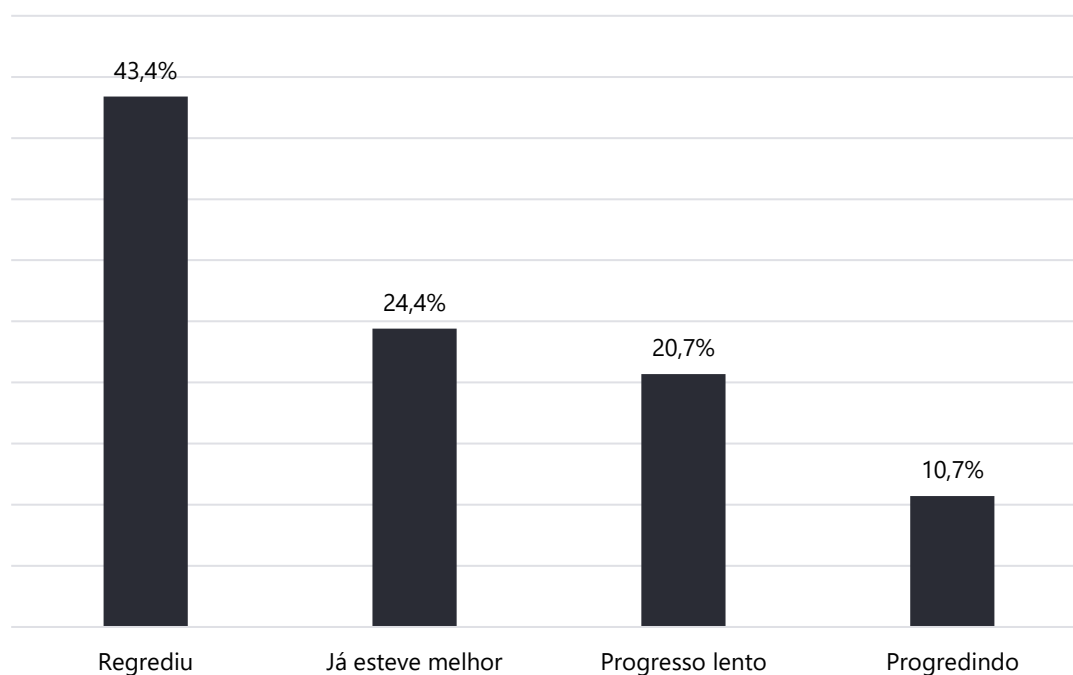


Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), apontou que o interesse pelo tema cresceu entre os jovens brasileiros. O estudo apontou que **70,0% dos entrevistados afirmaram ter algum tipo de conhecimento sobre sustentabilidade** e 40,4% dos jovens relataram interesse pelo tema. Simultaneamente, 47,8% deles acreditavam que as pessoas realizariam mais atos sustentáveis quando percebessem benefícios para a sociedade, e 44,8% acreditavam que as pessoas adotariam mais ações sustentáveis se percebessem que suas atitudes causariam benefícios para as gerações futuras (PUC/RS, 2019).

Na mesma pesquisa, **68,0% dos jovens acreditavam na necessidade de um governo envolvido e dedicado à sustentabilidade** e 65,5% consideravam a falta de envolvimento das organizações como um dos principais responsáveis pelos desafios relacionados à sustentabilidade, visto que as empresas valorizavam o lucro em detrimento de uma atuação forte no tema (PUC/RS, 2019). Nesse sentido, o debate de sustentabilidade se alarga, saindo da responsabilidade individual para a coletiva.

Em relação ao poder público, Barros (2020) entrevistou 1.225 jovens com o objetivo de compreender suas percepções sobre as políticas ambientais de responsabilidade governamental. Como revela o Gráfico 10.7, **43,4% dos entrevistados achavam que o país regrediu em termos de políticas ambientais**, 24,4% afirmaram que o Brasil já esteve melhor, 20,7% deles acreditavam que o progresso era lento e 10,7% avaliaram que o país estava progredindo na área.

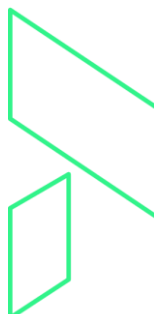
Gráfico 10.7 – Percepção dos jovens sobre o ritmo das políticas ambientais no país – Brasil (2018)



Fonte: Barros (2020). Elaboração própria.

A **visão negativa** dos jovens foi justificada com base nas **modificações do Código Florestal em 2012, no rompimento da barragem de Mariana em Minas Gerais no ano de 2015, nos impedimentos burocráticos e nos interesses externos que poderiam dificultar as ações governamentais**. Já pela ótica do progresso, os jovens acreditam que as pressões internacionais impõem ações mais contundentes do governo (BARROS, 2020).

Para os entrevistados, as instituições que mais atuavam em defesa do meio ambiente no país eram as ONGs ambientalistas (31,4%) e o Ibama (19,1%), seguidas das demais instituições públicas como prefeituras (7,0%), Governo Federal (6,7%) e Congresso Nacional (6,5%). Por fim, em relação especificamente ao Governo Federal, 18,7% dos jovens consideravam a adoção de medidas para reduzir o desmatamento das florestas como o aspecto mais eficiente para o setor



ambiental, seguida da adoção de leis mais severas para coibir práticas prejudiciais à sustentabilidade (18,6%) e de incentivos fiscais para empresas que adotem protocolos ecoeficientes na sua linha de produção (16,8%). Em linhas gerais, a pesquisa apresenta uma visão pessimista dos jovens sobre as políticas ambientais e sobre a ação do poder público no tema, o que reforça a importância da sua participação e do seu engajamento na formulação de políticas públicas.

No que diz respeito às empresas e às organizações, o debate da sustentabilidade também está sendo pautado, principalmente sob critérios e práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG)⁹³. O conceito de ESG surgiu em 2004, com o documento *Who Cares Wins*, realizado pelo Pacto Global da ONU juntamente com o Banco Mundial, que teve como intuito promover a reflexão sobre maneiras de integrar dimensões ambientais, sociais e de governança no mercado de capitais, minimizando os impactos negativos e potencializando os positivos (PACTO GLOBAL; STILINGUE, 2021).

Dados do estudo produzido pela Rede Brasil do Pacto Global e Stilingue acerca da evolução do ESG no Brasil apontam que os critérios ESG estão no centro do mercado a nível global, ultrapassando mais de R\$30 trilhões de investimentos, o que equivale a mais de 35% dos ativos (PACTO GLOBAL; STILINGUE, 2021).

De acordo com o mesmo relatório, **os *millenials*⁹⁴ e a geração Z⁹⁵ se interessam fortemente pelo tema, sendo que, respectivamente, 78% e 84% deles optam por investimentos sustentáveis** — o que mostra cada vez mais o alinhamento dessas pautas com retornos financeiros. O relatório também pontua que, de acordo com a pesquisa realizada pela *Verizon Media*, o meio ambiente,

⁹³ Em tradução livre: Ambiental, Social e Governança.

⁹⁴ Pessoas nascidas a partir dos anos 1980 até a metade dos anos 1990.

⁹⁵ Pessoas nascidas entre a metade dos anos 1990 até o início dos anos 2010.

as questões políticas e as pautas sociais são os temas de maior interesse para a geração Z (PACTO GLOBAL; STILINGUE, 2021).

As informações apresentadas demonstram que existem avanços, mas ainda muitos obstáculos a serem enfrentados em busca de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e a juventude aparece como um importante agente de mudança rumo a melhores ações, tanto individuais quanto coletivas.

Considerações finais

As últimas décadas trouxeram grandes mudanças e, ao mesmo tempo, grandes consequências para o cenário ambiental no mundo. O aprofundamento da globalização, o crescimento da população, as novas formas de consumo e de produção são alguns dos fatores que colaboram com a exploração e consequente degradação do meio ambiente.

À vista disso, a presente seção buscou compreender a estrutura organizacional da política ambiental nos municípios brasileiros, reconhecendo o espaço governamental como um caminho para a proteção do meio ambiente por intermédio das políticas públicas. Em seguida, apresentou as percepções dos jovens em relação à temática ambiental, levando em conta tanto aspectos relacionados ao poder público, quanto visões relacionadas ao mercado de trabalho.

Os jovens indígenas, rurais, quilombolas e urbanos têm diferentes perspectivas e interesses em relação aos temas apresentados nessa seção, visto que seus espaços de participação são diversos. Por isso, se torna imprescindível a produção de dados robustos para construção de evidências que possibilitem compreender a realidade de acordo com as especificidades de cada grupo/etnia, seus contextos, preocupações e demandas específicas dessa população.

Em suma, podem ser notados progressos e desafios ao articular os temas relacionados ao Meio Ambiente, à Sustentabilidade e à Juventude no Brasil. Para tanto, se mostra fundamental incluir, mobilizar e engajar jovens em torno da temática, em busca de transformações por meio de ações individuais e coletivas.



ACESSE

As tabulações dos dados da [décima seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Antropoceno: a Era do colapso ambiental. *Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz*, 16 de jan. de 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em: 06 jul. 2022.

A PONTE. Políticas Orientadas para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). *Resumo de Política Pública*, n.9, 2021. Disponível em: https://redeaponte.com.br/wp-content/uploads/2022/05/A_Ponte_PB_ReducacaoGEE.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BARROS, Antonio Teixeira. Juventude e políticas ambientais: a percepção e os discursos de jovens brasileiros. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 18, p. 183-211, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRUNDTLAND, Gro Harlem *et al.* Our Common Future. *Report of the World Commission on Environment and Development*, 1987.

CROWTHER, Thomas W. *et al.* Mapping tree density at a global scale. *Nature*, v. 525, n. 7568, p. 201-205, 2015.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ministério do Meio Ambiente. *Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar*. Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins (Org.). Brasília: MMA, 2015.

GTSC AGENDA 2030. Grupo de trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. *VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil*. 2022. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros: 2020. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INEA/RJ. Instituto Estadual do Ambiente (RJ). Conselhos municipais de meio ambiente: orientações para implementação. Organização: Ilma Conde Perez, Maria Alice Bento Bourguignon, Rogerio Giusto Corrêa. Rio de Janeiro: INEA, 2015.

IPCC. Climate Change and Land: an IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. *Report*, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2021/07/210714-IPCCJ7230-SRCCL-Complete-BOOK-HRES.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

Ministério do Meio Ambiente. MMA. Projetos Salas Verdes. 02 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/educacaoambiental/cidadania-ambiental/projeto-salas-verdes>. Acesso em: 06 jul. 2022.

MORA, Camilo *et al.* Broad threat to humanity from cumulative climate hazards intensified by greenhouse gas emissions. *Nature Climate Change*, v. 8, n. 12, p. 1062-1071, 2018.

NOVAES, Regina *et al.* (Org.). Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

ONU. Youth 2030. A Global Progress Report. *Report*, 2022. Disponível em: https://www.unyouth2030.com/_files/ugd/b1d674_13a797e3dff746f488ce4ec5fbad57bd.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

PACTO GLOBAL; STILINGUE. A evolução do ESG no Brasil. *Relatório*, abr. 2021. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F150560%2F1619627473E_studo_A_Evoluo_do_ESG_no_Brasil.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

PUC/RS. Sustentabilidade cresce entre os jovens brasileiros, aponta estudo. *PUC Pesquisa*, 23 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/sustentabilidade-cresce-entre-os-jovens-brasileiros-aponta-estudo-da-pucrs/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

UNEP. United Nations Environment Programme. *Auditing the Implementation of Multilateral Environmental Agreements (MEAs): A Primer for Auditors*. United Nations Environmental Programme. Division of Environmental Law and

Conventions Developed in cooperation with INTOSAI Working Group on Environmental Audition (WGEA). Nairobi, 2010.

WWF. *Living Planet Report - 2018: Aiming Higher*. GROOTEN, M.; ALMOND, R.E.A.(Eds.). WWF, Gland, Switzerland, 2018.

11. Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

A seção dedicada ao direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça no Estatuto da Juventude versa sobre o direito de todo jovem “viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social” (BRASIL, 2013). Não obstante, a violência é a



Ilustração: Storyset

principal causa de morte dos jovens brasileiros, seguida pelos suicídios e acidentes de transportes — temas trabalhados ao longo do documento. Evidências apontam que esse fenômeno apresenta crescimento desde a década de 1980, atingindo índices endêmicos no Brasil e, por essa razão, os números de mortalidade colocam o problema no centro do debate.

Essa violência não atinge apenas a juventude brasileira. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o homicídio foi a quarta maior causa de mortes de pessoas de 10 a 29 anos de idade no mundo, vitimando cerca de 200 mil jovens no ano de 2015 (OMS, 2015). Nas Américas, a questão atinge maior proporção e o homicídio aparece como a principal causa de morte entre os jovens, com mais de 45.000 vítimas a cada ano (OPAS, 2017).

Os fatores de riscos para a participação ou exposição à violência juvenil são diversos, englobando questões escolares, familiares e sociais como: baixo rendimento escolar, participação em gangues ou atividades criminosas, fácil acesso a álcool, drogas e armas, viver em comunidades com pobreza concentrada ou áreas com altos níveis de criminalidade e de formação de gangues, além da pouca participação ou supervisão dos pais, mães e cuidadores (OPAS, 2017).

Somada a essas questões, a agenda da Segurança Pública e do Acesso à Justiça oferece uma gama de outras questões complexas que podem ser discutidas em interface com a juventude. Assim, considerando a disponibilidade dos dados e o interesse do presente diagnóstico, serão tratadas informações sobre a violência contra a juventude a partir dos números de homicídios e de mortes violentas intencionais, e de jovens em situação de privação de liberdade, com base nos dados do sistema socioeducativo e do sistema prisional.

11.1. Violência contra a juventude: homicídios



Art. 37. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.

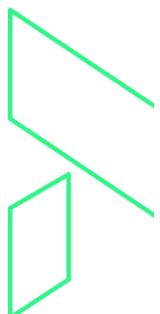
O objetivo deste tópico é apresentar dados em relação à violência contra a juventude a partir do levantamento dos números de homicídios e de mortes violentas intencionais no período de 2017 a 2021, com base nas informações disponibilizadas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e em publicações de referência como o *Atlas da Violência*

(CERQUEIRA *et al.*, 2021) e o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2021).⁹⁶

O número de homicídios de jovens no Brasil é alto. De acordo com a pesquisa *Homicides of children and adolescents in Brazil* (WASELFISZ, 2017), **entre 1980 e 2014, houve um aumento de 476,4% dos homicídios de crianças e adolescentes no país.** O *Atlas da Violência* (CERQUEIRA *et al.*, 2021) aponta que, do total de homicídios ocorridos no Brasil no ano de 2019, 51,3% vitimaram jovens de 15 a 29 anos de idade, uma média de 64 mortes por dia. De 2009 a 2019, foram 333.330 jovens vítimas. **Essa violência atinge, particularmente, jovens do sexo masculino que aparecem como mais de 90% das vítimas** (WASELFISZ, 2017; UNODC, 2019; CERQUEIRA *et al.*, 2021). Como comparação internacional, em 2017, o país apresentava a terceira maior taxa de homicídios de crianças e adolescentes, atrás apenas do México e de El Salvador (WASELFISZ, 2017).

O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2021) também chamou atenção para o risco da violência letal entre os jovens. A publicação indica, com base no estudo *Global Study on Homicide*, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, 2019), que no Brasil há uma antecipação da curva etária das vítimas de mortes violentas. Isso porque em outras localidades como a Europa, o grupo mais vulnerável está entre 30 e 44 anos. No Brasil, em

⁹⁶ Os números relacionados a homicídios publicados nesse documento reúnem dados do SIM a partir da soma dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja, óbitos causados por agressão + intervenções legais, assim como no Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Já o número de mortes violentas intencionais (MVI), publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, “corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora [...] Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território” e foram coletadas a partir das informações disponibilizadas pelas Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social (FBSP, 2021). Como as bases de dados se diferem, pode haver disparidades nos números.



2020, por exemplo, 29,8% das vítimas de mortes violentas intencionais tinham de 18 a 24 anos, seguidas pelas faixas de 25 e 29 anos com 17,7%, e 30 a 34 anos com 13,8%, concentrando 61,3% das vítimas na faixa etária de 18 a 34 anos. Isso se repete ao desagregar os dados por tipo de ocorrência: os jovens continuam como as maiores vítimas de mortes por intervenção policial, por homicídios dolosos e por lesão corporal seguida de morte. A exceção aparece em casos de latrocínio, em que o grupo de maior risco está entre aqueles com mais de 60 anos de idade.⁹⁷

Em que pese o crescimento das taxas de homicídios nas últimas décadas, pode-se observar alguns avanços importantes. De acordo com o Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021), houve 45.503 homicídios no Brasil em 2019, equivalente a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes: o menor valor registrado desde 1995, levando em consideração um quadro histórico de crescimento.⁹⁸ No que pese as diferenças metodológicas, o Anuário Brasileiro da Segurança Pública também atesta a **redução das mortes violentas intencionais**, dessa vez com base nos dados de 2021, mas ainda chama a atenção para os altos índices de violência: o Brasil possui 2,7% dos habitantes do mundo e 20,4% dos

⁹⁷ Vale destacar que existem diferenças significativas nos números de mortes decorrentes de intervenções policiais ou legais: o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2021) contabilizou 6.145 mortes por intervenções policiais em 2021, a partir de dados coletados nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, enquanto o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) computou o total de 1.602 óbitos por intervenções legais no mesmo ano.

⁹⁸ Em relação à queda dos homicídios, as publicações mais recentes do *Atlas da Violência* (CERQUEIRA *et al.*, 2020; 2021) têm chamado atenção para o crescimento das Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI), que são o tipo de morte violenta por causas externas em que não foi possível determinar a causa ou a motivação do óbito, podendo ser resultado de suicídio (lesão autoprovocada), acidente ou homicídio (agressão ou intervenção legal). De acordo com uma estimativa produzida por Cerqueira (2013), em média, 73,9% das MVCI no Brasil eram homicídios ocultos.

homicídios, sendo que 50% das vítimas tinham entre 12 e 29 anos, 77,9% delas eram negras⁹⁹ e 91,3% do sexo masculino (FBSP, 2022).

Segundo dados do SIM/MS, **no ano de 2021 foram registrados 42.731¹⁰⁰ homicídios no Brasil e mais de 20 mil atingiram jovens de 15 a 29 anos, ou seja, a juventude aparece como a principal vítima em 42,8% dos homicídios.** Mesmo com o alto índice, considerando essa faixa etária, pode-se observar a redução nos números no período de 2017 a 2021¹⁰¹, conforme aponta a Tabela 11.1



Ilustração: Storyset

⁹⁹ "O IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas" (IBGE, s/d). Destaca-se que a categoria "negros" constitui-se na somatória de pretos e pardos.

¹⁰⁰ Dados preliminares.

¹⁰¹ Dados preliminares.

Tabela 11.1 – Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade com variação percentual, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas (2017 a 2021¹)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas	2017	2018	2019	2020	2021(*)	Variação 2020-2021	Variação 2017-2021
Brasil	35.783	30.873	23.327	25.814	20.448	-20,8%	-42,9%
Norte	4.558	4.495	3.610	3.076	3.236	5,2%	-29,0%
Rondônia	228	184	154	141	183	29,8%	-19,7%
Acre	297	235	174	164	90	-45,1%	-69,7%
Amazonas	943	859	917	725	974	34,3%	3,3%
Roraima	100	224	99	102	105	2,9%	5,0%
Pará	2.451	2.418	1.791	1.454	1.375	-5,4%	-43,9%
Amapá	236	279	251	244	297	21,7%	25,8%
Tocantins	303	296	224	246	205	-16,7%	-32,3%
Nordeste	16.438	13.733	10.187	12.645	10.337	-18,3%	-37,1%
Maranhão	1.112	976	801	1.013	904	-10,8%	-18,7%
Piauí	313	310	243	333	362	8,7%	15,7%
Ceará	3.348	2.812	1.285	2.344	1.326	-43,4%	-60,4%
Rio Grande do Norte	1.366	1.067	760	797	514	-35,5%	-62,4%
Paraíba	709	652	441	527	538	2,1%	-24,1%
Pernambuco	3.167	2.269	1.882	2.059	1.689	-18,0%	-46,7%
Alagoas	1.134	843	620	760	566	-25,5%	-50,1%
Sergipe	767	663	556	562	432	-23,1%	-43,7%
Bahia	4.522	4.141	3.599	4.250	4.006	-5,7%	-11,4%
Sudeste	8.596	7.429	5.247	5.767	3.503	-39,3%	-59,2%
Minas Gerais	2.217	1.626	1.349	1.287	822	-36,1%	-62,9%
Espírito Santo	848	618	569	668	498	-25,4%	-41,3%
Rio de Janeiro	3.576	3.724	2.013	2.554	1.142	-55,3%	-68,1%
São Paulo	1.955	1.461	1.159	1.258	1.041	-17,2%	-46,8%
Sul	3.527	2.839	2.294	2.310	1.851	-19,9%	-47,5%
Paraná	1.361	1.155	960	1.062	839	-21,0%	-38,4%
Santa Catarina	527	393	338	316	275	-13,0%	-47,8%
Rio Grande do Sul	1.639	1.291	996	932	737	-20,9%	-55,0%
Centro-Oeste	2.664	2.377	1.989	2.016	1.521	-24,6%	-42,9%
Mato Grosso do Sul	275	239	191	177	197	11,3%	-28,4%
Mato Grosso	463	425	366	430	339	-21,2%	-26,8%
Goiás	1.601	1.442	1.188	1.190	841	-29,3%	-47,5%
Distrito Federal	325	271	244	219	144	-34,2%	-55,7%

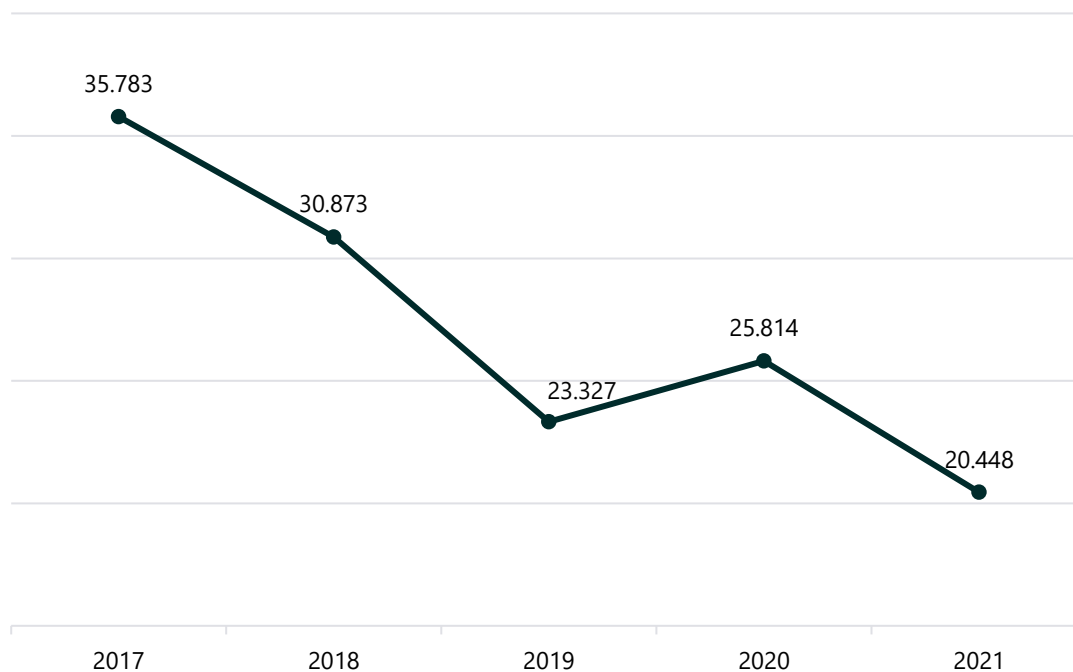
Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2017-2021). Elaboração Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Nota: O número de homicídios é resultado da somatória dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35 (agressões e intervenções policiais).

¹Dados preliminares coletados em maio/2021.

Em números absolutos, no ano de 2017 foram registradas 35.783 vítimas de homicídios no Brasil e em 2021 esse número reduziu para 20.448 vítimas, o que significa uma queda de 42,9% (Gráfico 11.1).

Gráfico 11.1 – Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade – Brasil (2017 a 2021¹)



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2017-2021). Elaboração própria a partir dos dados coletados pela Secretaria Nacional da Juventude.

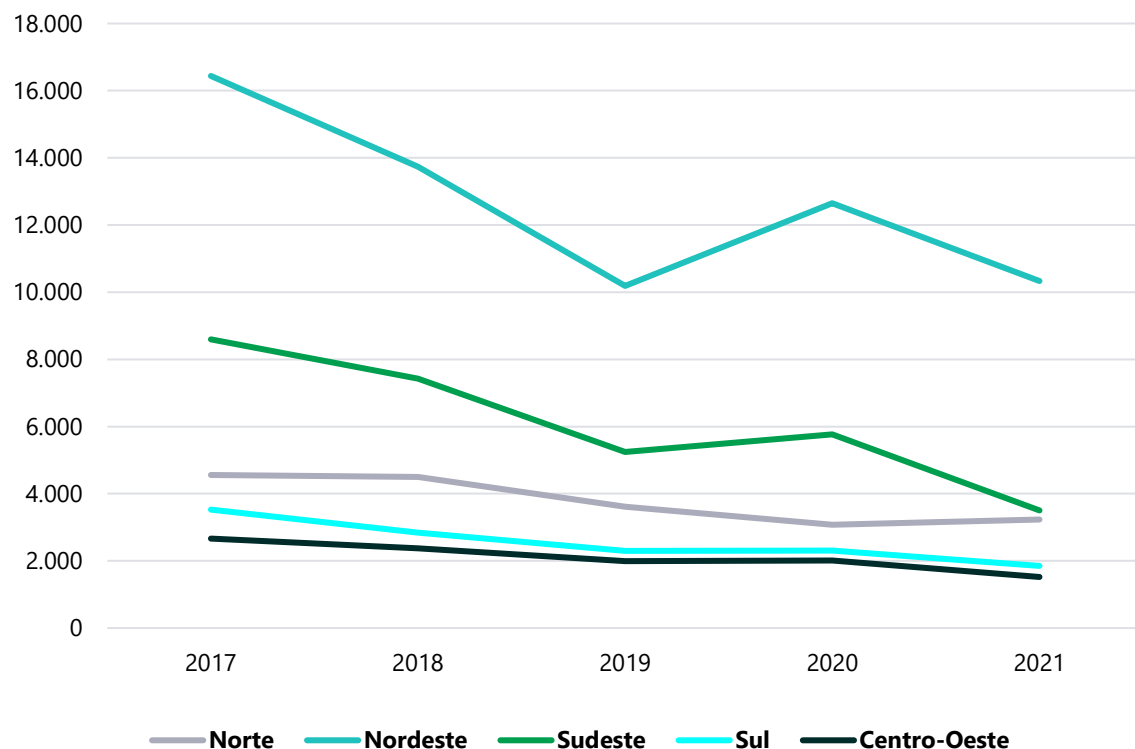
Nota: O número de homicídios é resultado da somatória dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35 (agressões e intervenções policiais).

¹Dados preliminares coletados em maio/2021.

Todas as regiões apresentaram quedas significativas, mas a maior redução aconteceu no Sudeste, que passou de 8.596 para 3.503 homicídios, com variação de -59,2% no mesmo período. A região Sul registrou 3.527 homicídios em 2017 e passou para 1.851 em 2021 (-47,5%), seguida da região Centro-Oeste, de 2.664 homicídios para 1.521 (-42,9%), da região Nordeste, de 16.438 para 10.337 (-37,1%), e da região Norte, de 4.558 para 3.236 (-29,0%). Entre as Unidades Federativas, as maiores reduções são observadas no Acre com variação de -69,7%, no Rio de Janeiro com -68,1% e em Minas Gerais com -62,9%. Amapá

(25,8%), Piauí (15,7%), Roraima (5,0%) e Amazonas (3,3%) são os únicos estados a registrarem aumento no número de homicídios.

Gráfico 11.2 – Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade – Grandes Regiões (2017 a 2021¹)



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2017-2021). Elaboração própria a partir dos dados coletados pela Secretaria Nacional da Juventude.

Nota: O número de homicídios é resultado da somatória dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35 (agressões e intervenções policiais).

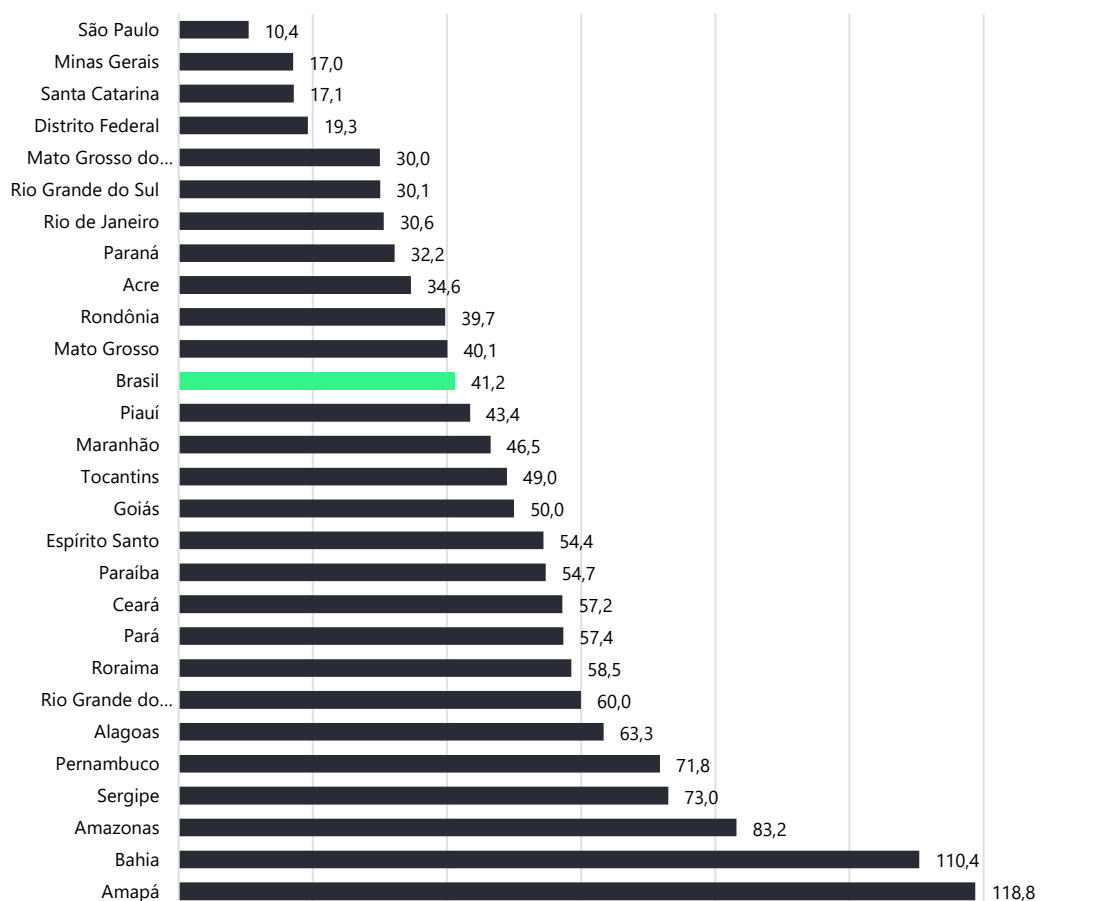
¹Dados preliminares coletados em maio/2021.

Os estados com maior registro de homicídios de jovens no ano de 2021, em números absolutos, são a Bahia com 4.006 vítimas, Pernambuco com 1.689 vítimas e Pará, que registrou 1.375 homicídios. Entre os menores números estão o Acre com 90 vítimas, Roraima com 105 vítimas e Distrito Federal com 144 registros de jovens vítimas.

Em relação à taxa de homicídios por grupo de 100 mil jovens, há disparidades expressivas entre os estados, como mostra o Gráfico 11.3. Dezesesseis

deles apresentam números mais elevados do que a média nacional, que registrou 41,2 homicídios a cada 100 mil jovens. Os dois estados com piores taxas ultrapassam os 100 homicídios a cada 100 mil jovens: Amapá com 118,8 e Bahia com 110,4 homicídios. São seguidos por Amazonas (83,2), Sergipe (73,0) e Pernambuco (71,8). Entre as Unidades Federativas com menores taxas estão São Paulo (10,4), Minas Gerais (17,0), Santa Catarina (17,1) e Distrito Federal (19,3).

Gráfico 11.3– Taxa de homicídios por 100 mil de jovens de 15 a 29 anos de idade, por Brasil e Unidades da Federação (2021¹)



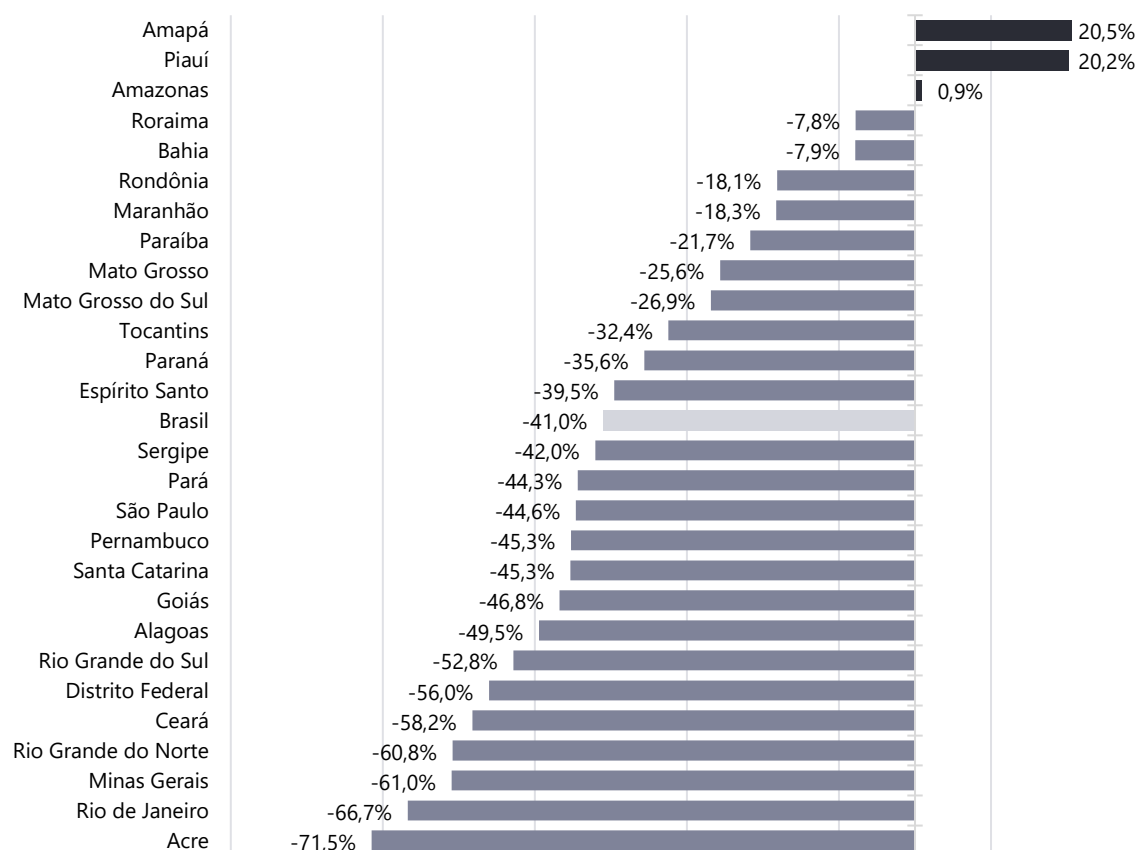
Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2017-2021). Elaboração própria a partir dos dados coletados pela Secretaria Nacional da Juventude.

Nota: O número de homicídios é resultado da somatória dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35 (agressões e intervenções policiais).

¹Dados preliminares coletados em maio/2021.

A variação da taxa de homicídios observada para o período de 2017 a 2019 aponta para **quedas significativas na grande maioria dos estados**, sendo as mais acentuadas nas regiões Norte e Sudeste. Oito estados reduziram em mais da metade a taxa de homicídios, entre eles: Acre com -71,5%, seguido do Rio de Janeiro com -66,7% e de Minas Gerais que registrou -61,0% na taxa de homicídios. Por outro lado, três estados registraram variações positivas: Amapá com 20,5%, Piauí com 20,2% e Amazonas com 0,9% (Gráfico 11.4).

Gráfico 11.4 – Variação da Taxa de Homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupo de 100 mil, segundo Brasil e Unidades da Federação (2017-2021¹)



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2017-2021). Elaboração própria a partir dos dados coletados pela Secretaria Nacional da Juventude.

Nota: O número de homicídios é resultado da somatória dos CIDs 10: X85-Y09 e Y35 (agressões e intervenções policiais).

¹Dados preliminares coletados em maio/2021.



SAIBA MAIS

A violência contra a juventude se destaca por especificidades relacionadas a cor/raça, gênero e orientação sexual, e você pode clicar [AQUI](#), [AQUI](#) e [AQUI](#) para conferir.

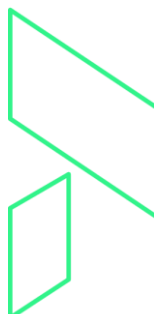
11.2. Restrição e privação de liberdade

O Brasil é um dos países com maior população carcerária do mundo, segundo dados publicados pelo *World Prison Brief*¹⁰². Buscando compreender a situação do jovem nesse cenário, o presente tópico reúne informações sobre os sistemas socioeducativo e prisional no país, levando em conta as especificidades existentes na justiça em relação à juventude, a partir das informações levantadas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN).

11.2.1. Sistema socioeducativo

Medida socioeducativa é o termo utilizado para ações que visam ressocializar jovens de 12 a 18 anos de idade que cometeram atos infracionais, definidos como crimes ou contravenções penais praticadas por crianças e adolescentes, sujeitas a serem investigadas, processadas e julgadas por um sistema de justiça próprio — o Sistema de Justiça Juvenil (FGV SOCIAL *et. al.*, 2021). O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) prevê seis medidas socioeducativas que podem ser aplicadas: 1) Advertências; 2) Obrigação de

¹⁰² Levantamento mundial sobre dados prisionais do *Institute for Crime & Justice Policy Research - School of Law/Universidade de Londres*.



reparar o dano; 3) Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4) Liberdade Assistida; 5) Inserção em regime de semiliberdade; e, por fim, 6) Internação em estabelecimento educacional. Em tese, essas medidas têm caráter predominantemente educativo, com finalidade de reinserção da criança e do adolescente na sociedade, para além das sanções aplicadas.

Dessa forma, os gráficos a seguir têm como objetivo apresentar os dados mais atualizados do sistema socioeducativo, com base nos levantamentos anuais do SINASE. Deve-se destacar que os levantamentos sofreram mudanças ao longo dos anos e não possuem um formato padrão de incorporação de dados, o que impede certos tipos de análise devido às suas lacunas. Portanto, foram selecionadas informações gerais sobre a quantidade de jovens em situação de medida socioeducativa e determinadas características relevantes.¹⁰³

De acordo com o levantamento anual do SINASE publicado em 2019, o número total de adolescentes no sistema socioeducativo em 2017 era de 143.316, considerando os meios aberto e fechado. A primeira categoria engloba as medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, enquanto a segunda corresponde às medidas de semiliberdade e de internação. De forma detalhada, como mostra a Tabela 11.2, havia 117.207 adolescentes em medidas de meio aberto, sendo 84.755 em liberdade assistida e 69.930 em prestação de serviços à comunidade. Em meio fechado, eram 26.109 adolescentes, distribuídos da seguinte forma: 17.811 (68,2%) em medida de internação, 4.832 (18,5%) em medida de internação provisória, 2.160 (8,3%) em medida de semiliberdade, 937 (3,6%) em atendimento inicial, 306 (1,7%) em internação sanção e 63 (0,3%) em medida protetiva.

¹⁰³ O último levantamento anual do SINASE que apresenta um compilado estatístico sobre a situação das crianças e adolescentes em medida socioeducativa foi publicado em 2019 com dados levantados em 2017 (BRASIL, 2019).

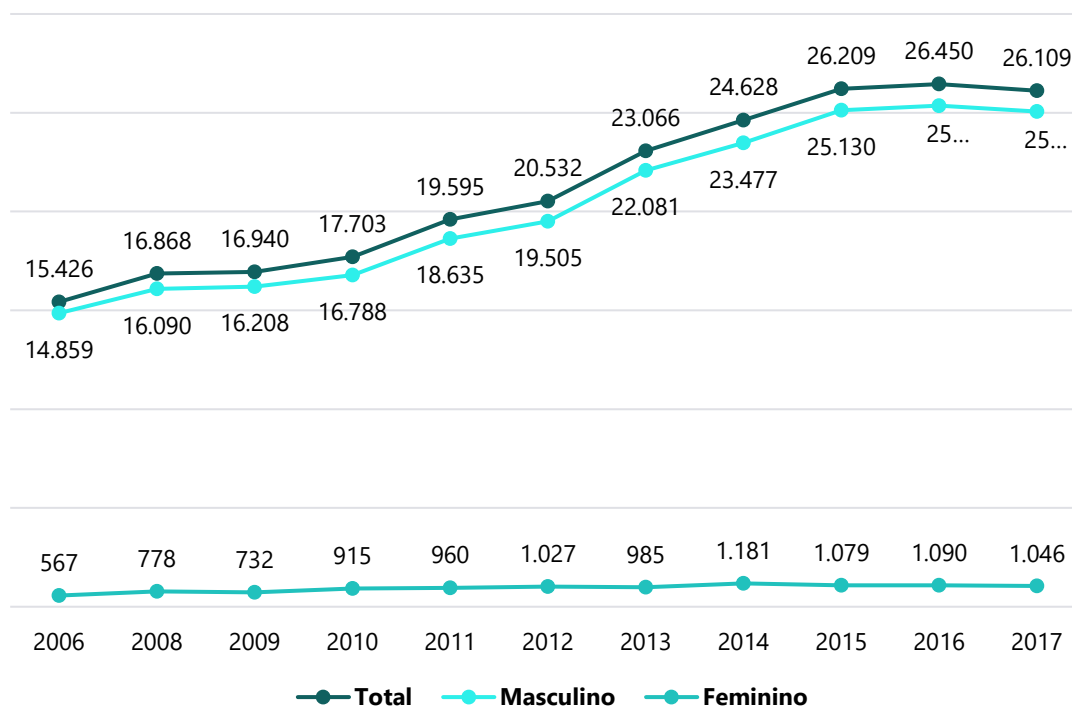
Tabela 11.2 – Número e total de adolescentes e jovens em meio aberto e meio fechado, por tipo de medida – Brasil (2017)

Medidas Socioeducativas	Total
Total	143.316
Meio Fechado	26.109
Medida de Internação	17.811
Medida de Internação Provisória	4.832
Medida de Semiliberdade	2.160
Atendimento Inicial	937
Internação Sanção	306
Medida Protetiva	63
Meio Aberto	117.207
Liberdade Assistida	84.755
Prestação de Serviço à Comunidade	69.930

Fonte: SINASE (2019). Elaboração própria.

O Gráfico 11.5 apresenta a evolução da série histórica de 2006 a 2017 do total de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas de meio fechado no Brasil. Verifica-se um aumento expressivo no período, passando de 15.426 para 26.109 adolescentes e jovens no último levantamento (crescimento de 69,3%). Ao expandir a série, esse crescimento é ainda mais significativo: **em 20 anos, houve um aumento de 523% entre 1996 e 2016** — de 4.245 para 26.450 (maior número atingido) (ARRUDA, 2021). Como também pode-se notar, **o perfil dos jovens é majoritariamente masculino**, chegando a 96% dos atendidos ante 4% de jovens do sexo feminino.

Gráfico 11.5 – Número de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade – Brasil (2006-2017)



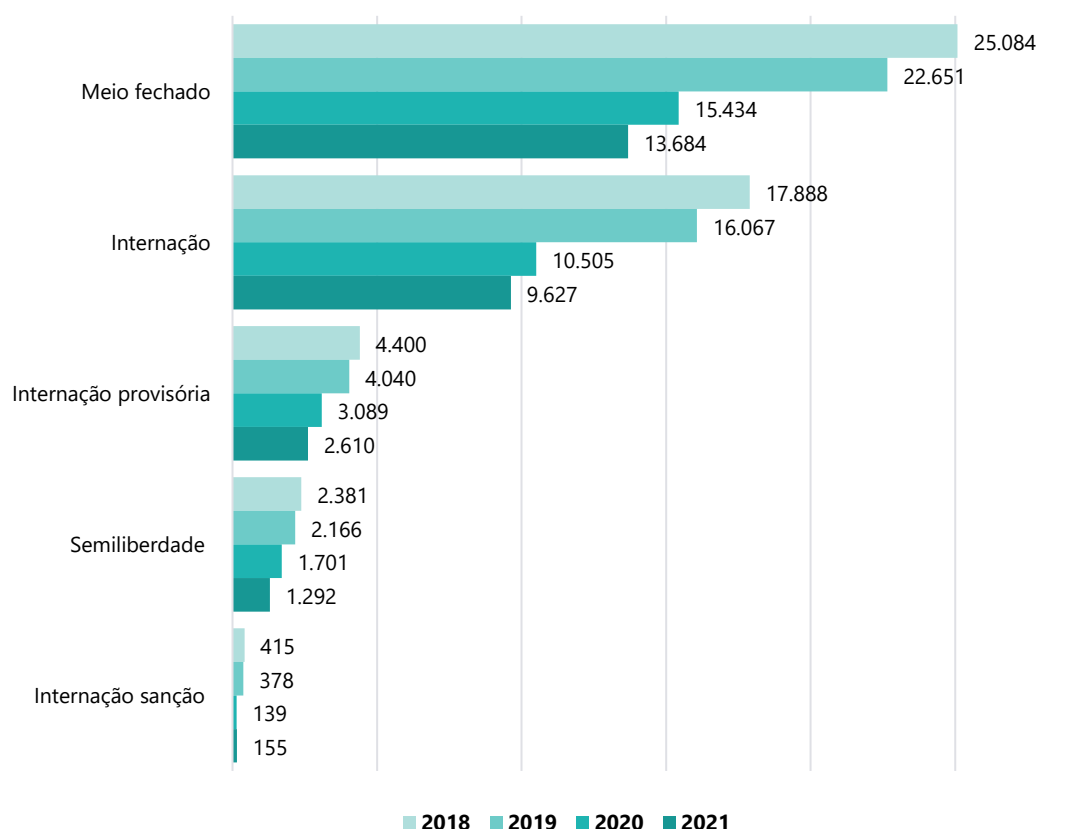
Fonte: Adaptado de Arruda (2021). Elaborado com base nos levantamentos anuais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Em relação à classificação racial, apenas a partir de 2013 essa informação passou a ser apresentada nos levantamentos. Apesar disso, apenas constam nas edições de 2015-2016, sendo que em 2017 aparece desagregada por regiões. Com base nas informações existentes, no período de 2013 a 2017, 19% dos adolescentes não apresentavam a cor/raça especificados, 58% dos adolescentes eram negros, 22% brancos e 1% amarelos ou indígenas. Chama atenção o número elevado da categoria "sem informação": 19% (ARRUDA, 2021).

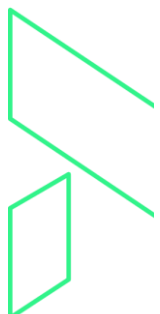
É importante apontar que a maioria dos adolescentes no sistema socioeducativo, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, não praticaram atos infracionais contra a vida, sendo atos de maior incidência o roubo qualificado, o tráfico e associação ao tráfico, e o furto.

Levando em conta a desatualização dos dados publicados pelo SINASE, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado em 2012, reuniu esforços e coletou dados de 2018 a 2021 diretamente de cada secretaria estadual responsável pela gestão da socioeducação. Dessa forma, no Gráfico 11.6, são apresentados os números recentes acerca dos tipos de meio fechado: internação, internação provisória, semiliberdade e internação sanção. Os resultados mostram que **as medidas socioeducativas em meio fechado vêm em redução contínua** no seu número total, passando de 25 mil adolescentes em 2018 para 13 mil em 2021, o que equivale a uma queda de 45,4%.

Gráfico 11.6 – Número de adolescentes em medida socioeducativa de meio fechado, por tipo – Brasil (2018-2021)



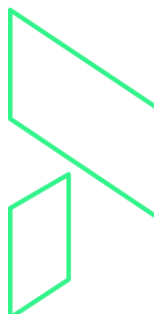
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022). Elaboração própria.



Essa queda também é acentuada em todas as medidas específicas de meio fechado — próxima aos 50% em cada uma. A internação contava com 17,8 mil adolescentes em 2018; no ano de 2021, esse número passou para 9,6 mil. A internação provisória passou de 4,4 mil para 2,6 mil no último ano do período. A medida de semiliberdade contava com 2,3 mil adolescentes e passou para 1,2 em 2021. Por fim, a internação sanção passou de 415 para 155 adolescentes no último ano.

Em relação à infraestrutura, de acordo com a pesquisa *Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros*, realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2019 (BRASIL, 2019), havia 330 unidades de internação e 123 unidades de semiliberdade em funcionamento no Brasil em 2018. Em termos de vagas, verificou-se que havia 16.161 vagas em todas as unidades e uma ocupação real de 18.086 adolescentes, o que equivale a 112,21% de ocupação. Doze estados relataram superlotação: Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe. Em relação à ocupação de vagas de internação provisória, a situação se assemelha: sete estados relataram superlotação em suas unidades (BRASIL, 2019). Esse é um retrato que pode prejudicar o atendimento necessário a ser dispensado aos adolescentes e aprofundar a precariedade da infraestrutura.

De acordo com dados do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), mais de 40% das unidades socioeducativas não possuem espaços para atendimento de saúde e 71% delas precisam de reformas nas quadras de esportes. Além disso, a pesquisa aponta problemas de insalubridade e de saneamento, como, por exemplo, quase 20% dos centros na região Sudeste não dispõem de chuveiro com água quente (VALENZUELA, 2021).



Apesar do sistema ter caráter educativo, o número de adolescentes ingressantes continua alto. Em conclusão, este tópico teve como objetivo fazer uma breve introdução ao sistema socioeducativo brasileiro, a partir dos números de adolescentes e jovens em situação de restrição e privação de liberdade. O debate qualificado com base em evidências é crucial para o desenvolvimento dessas unidades enquanto espaço efetivo de acolhimento e de reinserção.

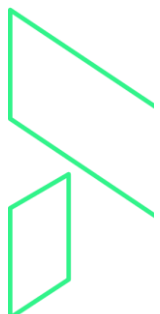
11.2.2. Sistema prisional

Em números absolutos, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial de pessoas encarceradas, ficando atrás apenas de países como Estados Unidos da América e China, de acordo com informações disponíveis na base de dados *World Prison Brief*¹⁰⁴. Segundo os dados do SISDEPEN, a taxa da população carcerária ficou em 390,58 presos a cada 100 mil habitantes em 2021. O mesmo relatório aponta para um total de 824.823 presos custodiados no Sistema Penitenciário, entre presos sem condenação, em regime fechado, em regime semiaberto, em regime aberto, em internação e em tratamento ambulatorial.

Em relação ao perfil de encarcerados, entre julho e dezembro de 2021 **jovens de 18 a 29 anos compunham 38,0% das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro** — o que correspondia a mais de **310 mil** indivíduos. Isso coloca a **juventude como o maior contingente de pessoas privadas ou em restrição de liberdade no país** (SISDEPEN, 2021).

No mesmo período, 94,9% da população carcerária era formada por homens e 5,1% por mulheres. Em relação à cor/raça, 39,5% eram pessoas pardas, 24,1% brancas, 13,5% pretas, 0,6% amarelas e 0,2% indígenas. Destaca-se

¹⁰⁴ Base de dados do *Institute for Crime & Justice Policy Research - School of Law/London University* (SILVA *et al.*, 2021).



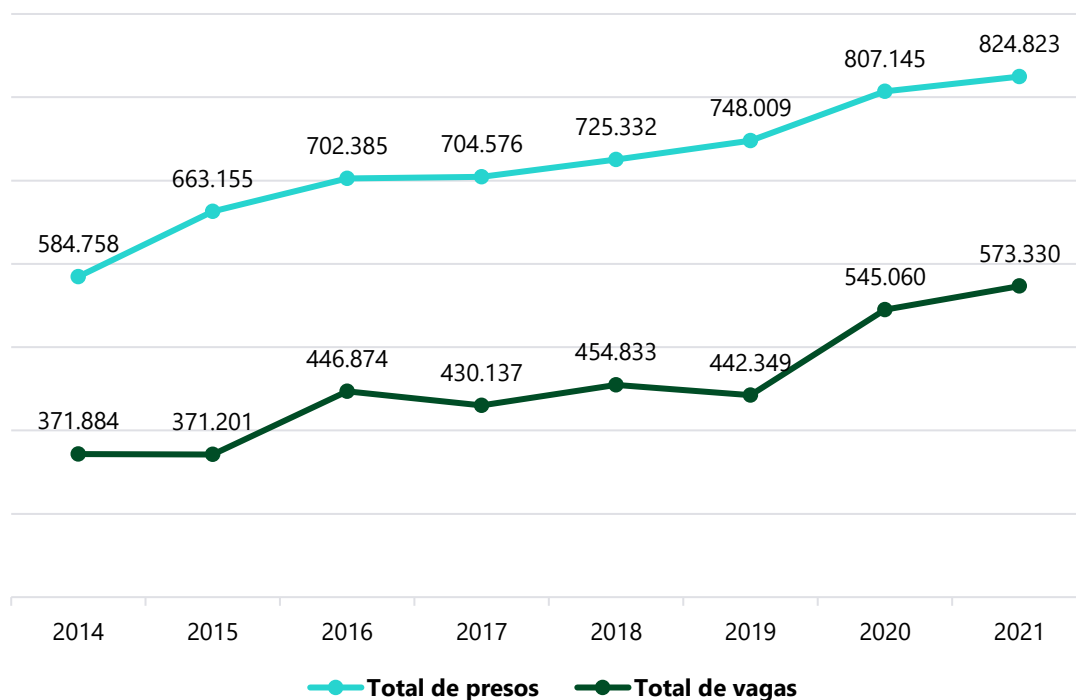
novamente o número de pessoas com cor/raça não informadas: mais de 180 mil, o que equivale a 22,2% da população carcerária (SISDEPEN, 2021). Isto significa que o perfil do sistema prisional se assemelha ao perfil do sistema socioeducativo, uma maioria de presos homens e negros.

Entre os regimes, 40,2% (331.620) dos presos estão em regime fechado, 20,6% (169.883) em regime semiaberto, 12,5% (102.819) em regime aberto, 0,2% (2.032) em medida de segurança de internação e 0,1% (900) em medida de segurança de tratamento ambulatorial. O que chama atenção é que 26,4% (217.569) das pessoas presas não tinham condenação (SISDEPEN, 2021).

Em relação à sua capacidade, o sistema penitenciário brasileiro tem um déficit de mais de 250 mil vagas, totalizando 824.823 presos para 573.330 vagas disponíveis. Isso significa que o sistema está atuando mais de 40% acima da sua capacidade atual, de acordo com o mesmo relatório (SISDEPEN, 2021).

O Gráfico 11.7 apresenta a série histórica de 2014 a 2021 com a evolução do total de vagas e de presos custodiados no Sistema Penitenciário no Brasil. **A população carcerária cresceu em mais de 240 mil pessoas em menos de uma década (41,1%),** em todos os tipos de regime e de medidas de segurança.

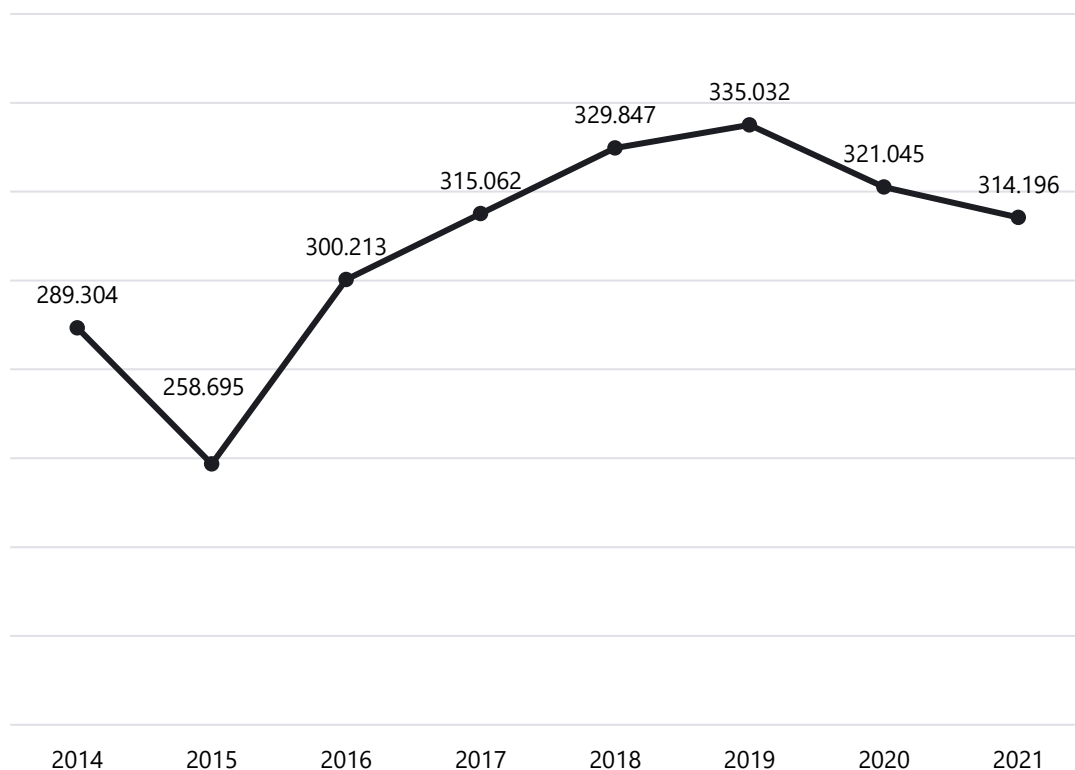
Gráfico 11.7 – Evolução do número total de vagas e de presos custodiados no Sistema Penitenciário – Brasil (2014-2021)



Fonte: SISDEPEN (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021). Elaboração própria.

Sobre a faixa etária de interesse do documento, no mesmo período, **a quantidade de jovens de 18 a 24 anos de idade no Sistema Penitenciário passou de 289.304 para 314.196 presos custodiados** — crescimento de 8,6% (Gráfico 11.8). O menor número observado foi registrado em 2015, com 258.695 presos, e o maior número registrado foi no ano de 2019, com 335.032 presos custodiados. Como colocado anteriormente, a juventude compõe o maior contingente de pessoas em situação de restrição ou privação de liberdade no Brasil, ainda que a taxa de crescimento no período seja inferior à apresentada pelo total da população.

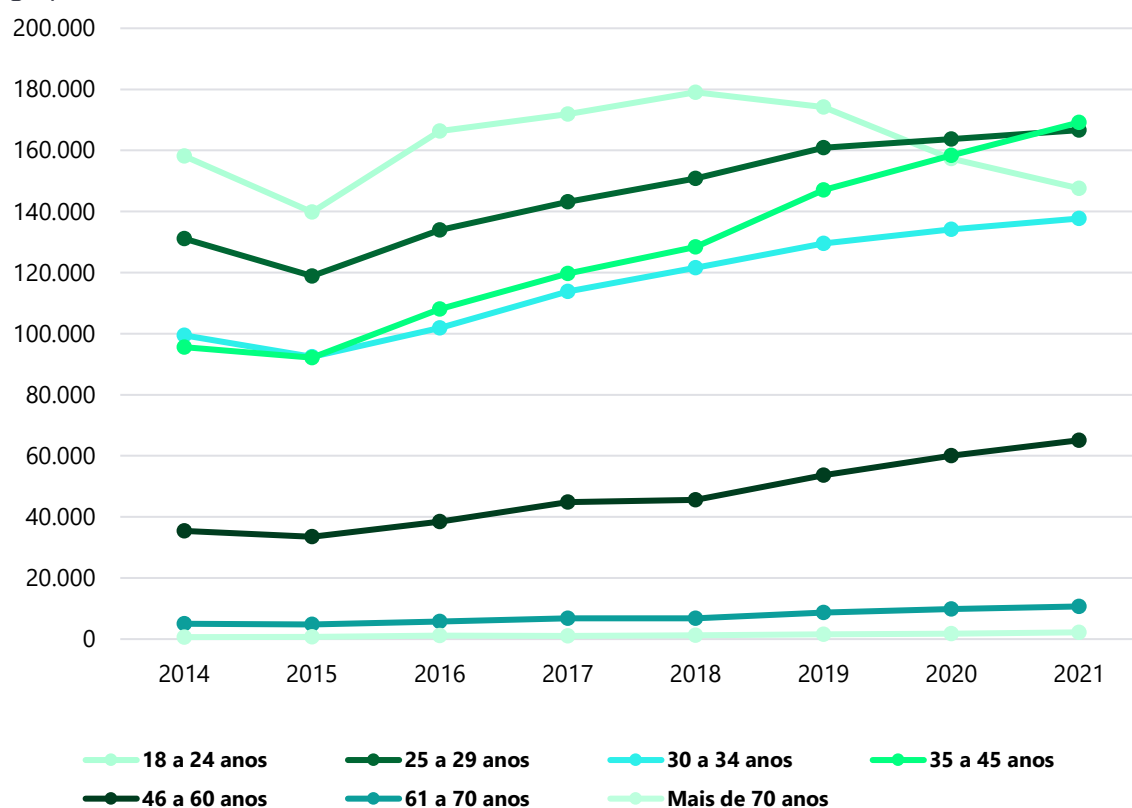
Gráfico 11.8 – Evolução do número total de jovens de 18 a 24 anos de idade presos custodiados no Sistema Penitenciário – Brasil (2014-2021)



Fonte: SISDEPEN (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021). Elaboração própria.

Como comparação, o Gráfico 11.9 apresenta a evolução no número total de presos por grupo de idade no mesmo período. Nesse caso, o grupo de jovens foi desagregado para 18 a 24 anos e 25 a 29 anos de idade. Nota-se estabilidade nas faixas etárias que correspondem aos 61 a 70 anos e mais de 70 anos de idade. A partir de 2015, há um crescimento contínuo nos demais grupos de idade, com exceção dos jovens de 18 a 24 anos, para os quais verifica-se o ápice no ano de 2019, seguido de redução em 2020 e 2021, sendo o único grupo a apresentar queda desde 2015.

Gráfico 11.9 – Evolução do número total de presos custodiados no Sistema Penitenciário, por grupo de idade – Brasil (2014-2021)



Fonte: SISDEPEN (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021). Elaboração própria.

Considerações Finais

Ao longo da seção foram apresentadas informações sobre a violência e o encarceramento dos jovens no Brasil — duas perspectivas importantes para compreender algumas questões que atravessam a relação entre juventude e segurança pública, e os dados levantados ilustram a magnitude dos problemas a serem enfrentados.

A diminuição da letalidade observada nos últimos anos é significativa. Ainda assim, as mortes violentas dos jovens continuam representando um grande desafio para o país, sendo a principal causa de mortalidade nesse grupo de idade,

especialmente para os homens. Dessa forma, a juventude em vulnerabilidade social se apresenta como uma questão central no debate da segurança pública.

Posteriormente, a seção apresentou dados que atestam o aumento exponencial da população carcerária, tanto no sistema socioeducativo quanto no prisional, e a alta presença de jovens no sistema. Esse crescimento, aliado à superlotação das unidades e ao alto número de presos sem condenação são algumas das características que persistem no sistema carcerário brasileiro.

Evidentemente, o cenário e o debate são complexos. Lidar com a questão da violência juvenil e suas interfaces demanda informações de qualidade e evidências que orientem políticas públicas multissetoriais e considerem as particularidades regionais de um país de proporções continentais como o Brasil. Assim, o planejamento de ações e estratégias direcionadas é fundamental para fortalecer a prevenção da violência e manter a juventude saudável e consciente de seus direitos.



ACESSE

As tabulações dos dados da [décima primeira seção](#) e das demais estão disponíveis no [repositório institucional](#) da Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Referências

ARRUDA, Jalusa Silva. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil. *O Social em questão*, v. 1, n. 49, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros*. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, seção 1, 6 de ago. de 2013, página 1.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Levantamento Anual - SINASE 2017. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da Violência 2020. IPEA; FBSP, 2021.

CERQUEIRA, Daniel. Mapa dos homicídios ocultos no Brasil. Brasília: Ipea, Texto para Discussão, n. 1848, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/2008_26_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FGV SOCIAL *et al.* *Atlas da Juventude*. 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MS. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS. Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas – CGIAE. *Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)*. 2017-2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências 2015*. Núcleo de Estudos da Violência, USP, 2015. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/181008/9789241509251-por.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Homicídios em jovens nas Américas. *Infográfico*, 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/node/57634>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SILVA, Camila Rodrigues da *et al.* Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo. *Monitor da Violência, G1*, 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2014.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2015.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2016.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2017.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2018.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2019.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 20.

SISDEPEN. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Analítico Nacional*, INFOPEN, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2021.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide: executive summary. Vienna, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VALENZUELA, Claudia. O desafio da ressocialização. *ONU Brasil*, 11 de out. de 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150978-artigo-o-desafio-da-ressocializacao>. Acesso em: 23 jun. 2022.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Homicides of children and adolescents in Brazil, Homicide Dispatch 4, *Relatório*, Igarapé Institute, dec. 2017.

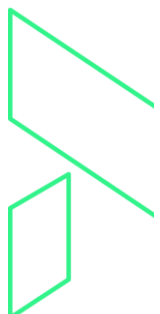
Conclusões

A população brasileira é composta por mais de **49 milhões** de jovens de 15 a 29 anos de idade, número que corresponde a mais de 20% da população total do país. À vista disso, o propósito deste diagnóstico consistiu em sistematizar dados e indicadores para conhecer os contextos em que os jovens estão inseridos, disponibilizando informações que possam servir de insumos para a proposição de políticas públicas que abarquem essa multiplicidade de experiências e de trajetórias.

O diagnóstico delineou um caminho a partir do **Estatuto da Juventude** de 2013, perpassando os temas centrais da publicação, a saber: 1. Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; 2. Direito à Educação; 3. Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; 4. Direito à Diversidade e à Igualdade; 5. Direito à Saúde; 6. Direito à Cultura; 7. Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; 8. Direito ao Desporto e ao Lazer; 9. Direito ao Território e à Mobilidade; 10. Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; 11. Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

Por meio do mapeamento de bases de dados e do levantamento de referências relevantes para o estudo de cada tema, foram abordados indicadores relacionados à juventude buscando retratar a condição/situação dos jovens brasileiros, considerando avanços, desigualdades e desafios. Nas próximas linhas, estão descritas breves considerações sobre esses temas.

Ao tratar da temática da **participação** e da **representação juvenil**, nota-se que o engajamento da juventude em espaços da política vem em constante queda, resultado de uma gama de fatores que podem estar relacionados à desconexão com o sistema eleitoral e à desconfiança dos quadros políticos. Ainda



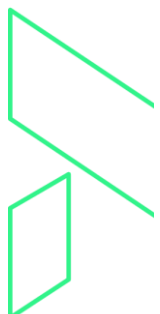
assim, destaca-se a existência de diversas possibilidades de participação social que envolvem a juventude em esferas de tomada de decisão e de renovação da relação com a política, a exemplo da participação em conselhos, associações e entidades estudantis.

Sobre a **educação**, os dados mostram avanços importantes como a queda do analfabetismo, o aumento da escolaridade, a ampliação do acesso ao ensino médio, porém ainda enfrentam desafios como: insuficiência na aprendizagem, evasão e abandono escolar — fatores históricos que resultam em prejuízos econômicos e sociais relevantes.

Outro tema central para a juventude, e que tem se agravado com a crise econômica nacional e mundial, é o mercado de **trabalho**. Nos últimos anos, os jovens foram muito afetados pela deterioração do mercado de trabalho, apresentando aumento nas taxas de desemprego e de informalidade. Por outro lado, houve crescimento da parcela de empreendedores, além da participação em programas de aprendizagem e estágios que promovem o desenvolvimento de habilidades e a inserção produtiva.

Buscando explorar a ótica da **diversidade**, foram tratados os temas dos demais capítulos de forma integrada devido à sua transversalidade: educação, violência, trabalho e representação política. Os dados levantados na seção apontam para a continuidade de desigualdades que permeiam e impactam de maneira distinta a vida da juventude negra, das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e dos jovens com deficiência.

Em relação à **saúde**, os jovens são menos afetados por doenças crônicas não-transmissíveis, mas os números apresentados indicam pontos de atenção, principalmente relacionados a comportamentos de risco, tempo dedicado às telas, sedentarismo, uso de drogas lícitas e ilícitas e saúde sexual. Os problemas



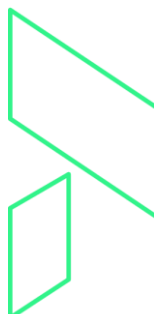
em relação à saúde mental também aparecem em crescimento, com especial aumento no número de suicídios e de lesões autoprovocadas.

Articulando dados da gestão municipal, a seção dedicada à **cultura** aponta os jovens como o grupo com maior acesso à estrutura cultural, por meio dos equipamentos públicos e de atividades culturais, de lazer e de entretenimento. Da mesma forma, a juventude aparece como a faixa etária mais conectada às tecnologias da informação e da **comunicação**, com uma expansão no uso de telefones celulares, internet e computadores, que passam a ser elementos centrais no cotidiano dos jovens. Ainda assim, é importante destacar disparidades regionais no acesso aos meios de comunicação.

Com o aumento do tempo dedicado às telas, grande parte dos jovens e dos adolescentes são inativos ou insuficientemente ativos, ainda que seja o grupo de idade que mais se dedica aos **esportes** e às atividades físicas. Para retratar esse cenário, também foram apresentados dados sobre saúde dos escolares, além de informações sobre o acesso a equipamentos esportivos nos municípios.

Em relação às dimensões de **território** e **mobilidade**, os indicadores apontaram que parte dos jovens que vivem nas áreas urbanas enfrentam problemas de precariedade habitacional e de mobilidade urbana, que impactam o acesso e a circulação nas cidades. Destaca-se a necessidade de expandir o debate considerando a juventude rural, quilombola e indígena, que tem uma relação distinta com as questões levantadas.

Quanto ao **meio ambiente** e **sustentabilidade**, o tema está presente na agenda global nas últimas décadas e os jovens são considerados protagonistas nessa discussão. Assim, os dados acerca das percepções da juventude sobre desenvolvimento sustentável indicaram maior interesse dos jovens por investimentos sustentáveis e por questões voltadas à proteção do meio ambiente.



Na seção dedicada à **segurança pública**, ao levantar dados da violência no país, destacou-se a alta taxa de mortalidade juvenil, embora os índices estejam em constante redução. Além disso, os jovens também aparecem como grande parcela da população carcerária, colocando a juventude no centro do debate da segurança pública no Brasil.

Muitos dos temas abordados abrem possibilidades (e necessidades) de aprofundamento, mas, de maneira geral, busca-se nesse diagnóstico o estímulo à reflexão e à produção de conhecimentos e de políticas públicas voltados para a juventude. A partir dos esforços desse documento por apresentar um retrato da situação dos jovens brasileiros, pode-se alargar os caminhos e incentivar o fortalecimento de uma agenda que leve em conta as especificidades dessa população, a fim de formular políticas públicas adequadas que potencializem o desenvolvimento dos jovens e permitam a efetivação dos seus direitos e deveres. Incentivar a juventude é mobilizar o futuro!